

Instituto Politécnico de Portalegre  
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre  
Instituto Politécnico de Tomar

## Proposta de Reabilitação Urbana do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz

Projeto de Mestrado em Reabilitação Urbana

Autor: Carlos Aldana Fontainhas  
Orientador: Professor Doutor Jorge Mascarenhas  
Coorientador: Professor Adjunto Pedro Romano

## **EPÍGRAFE**

*“A minha consciência da cidade é, por dentro, a minha consciência de mim.”*

*Fernando Pessoa, Livro do Desassossego*



## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho ao meu avô paterno, por ter sido meu amigo, e à minha mãe, por me ter  
conduzido sempre pelo caminho da luz*

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração do presente trabalho não seria possível, da mesma forma, sem a preciosa colaboração das minhas colegas da Biblioteca e Arquivo Municipal, da Câmara Municipal de Estremoz, pelo que manifesto o meu muito obrigado.

Ao meu orientador, **Professor Doutor Jorge Mascarenhas**, agradeço pelo interesse no tema do trabalho, desde a primeira hora, bem como pelo modo eficaz e inteligente na condução do mesmo.

Agradeço à minha mãe e à minha namorada, pelo apoio e incentivo, que sempre me facultaram nos momentos de maior dificuldade.

Agradeço também:

- Ao meu coorientador Prof. Pedro Romano;
- Ao Exmo. Sr. Luís Filipe Pereira Mourinha, ex-Presidente da Câmara Municipal de Estremoz;
- Ao Eng.º José Manuel Maranga, Chefe da DASU da Câmara Municipal de Estremoz;
- Ao Sr. António Pedras, do Setor de Fiscalização da Câmara Municipal de Estremoz;
- Ao Arq.º João Paulo Ferrão, ex-Chefe da Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Estremoz;
- Ao Eng.º Carlos Augusto Amaro Caxaria, ex-Subdiretor Geral da DGEG, ex-Presidente da EDM e Presidente do Colégio Nacional de Engenharia Geológica e de Minas;
- Aos colegas Luís Mendeiros, Luís Pereira e Jorge Mourinha, da Câmara Municipal de Estremoz;
- Aos meus colegas e amigos que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho.

## **RESUMO**

A maior praça de Portugal, denominada Rossio Marquês de Pombal, situa-se na cidade de Estremoz. A praça, objeto de estudo, é um majestoso vazio urbano, fruto de um longo período de “gestação histórica”, compreendido entre o séc. XIII e o séc. XIX. Tal coração da cidade é detentor de um vasto leque de valores patrimoniais, que constituem a sua identidade e memória coletiva do lugar. Mantém, até à presente data, a sua essência primeira de ser um local de encontro e confluência, sendo fundamental na dinâmica turística, cultural e socioeconómica da cidade de Estremoz.

Apesar do seu valor histórico e patrimonial, a praça padece de diversos problemas funcionais e físicos, destacando-se o sobredimensionamento das vias de tráfego automóvel e excessiva oferta de estacionamento desregrado.

O presente trabalho de projeto, preconiza uma proposta de reabilitação urbana para o objeto de estudo, ancorada no novo paradigma de gestão urbanística, que consiste na contenção urbana e fomento da reabilitação dos espaços públicos e parque edificado, bem como em estudos e propostas de intervenção anteriores.

A proposta de intervenção produzida, visa aumentar a atratividade da praça, otimização de padrões de bem-estar humano, segurança, sustentabilidade ambiental, eficiência energética e mobilidade sustentável – cidade com menos carbono.

**Palavras-Chave:** Estremoz, praça, Rossio, património, reabilitação, sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

The largest square in Portugal, called Rossio Marquês de Pombal, is in the city of Estremoz. The square, object of study, is a majestic urban emptiness, the result of a long period of “historical gestation”, comprised between the Century XIII and the Century XIX. This heart of the city holds a wide range of heritage values, which constitute it’s identity and collective memory of the place. Keeps until today its first essence of being a meeting place and confluence, being fundamental in the tourist, cultural and socioeconomic dynamics of the city of Estremoz.

Despite its historical and patrimonial value, the square suffers from several functional and physical problems, highlighting the oversizing of the motorways and excessive supply of unregulated parking.

This project work advocates a proposal for urban rehabilitation for the object of study, anchored in the new paradigm of urban management, which consists of urban restraint and fostering the rehabilitation of public spaces and built site, as well as studies and previous intervention proposals.

The proposed intervention aimed at increasing the square’s attractiveness, optimizing human welfare standards, safety, environmental sustainability, energy efficiency and sustainable mobility – a less carbon city.

**Key Words:** Estremoz, square, Rossio, patrimony, rehabilitation, sustainability.

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS**

**A** – Autoestrada;

**AIA** – Avaliação de Impacte Ambiental;

**AMetz** – Assembleia Municipal de Estremoz;

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**ARUE** – Área de Reabilitação Urbana de Estremoz;

**BS** – Betão Simples;

**BTL** – Feira Internacional de Turismo de Lisboa;

**C6H6** – Benzeno;

**CCDRA** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;

**CCRA** - Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

**CEE** – Comunidade Económica Europeia;

**CIMAC** – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central;

**CMetz** – Câmara Municipal de Estremoz;

**CO** - Monóxido de carbono;

**CO<sub>2</sub>** - Dióxido de Carbono;

**CUE** – Centro Urbano Estruturante;

**DAU** – Divisão de Administração Urbanística;

**dB(A)** – Decibel;

**DGEMN** – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

**DGSU** - Direção Geral dos Serviços de Urbanização;

**DRCA** - Direção Regional de Cultura do Alentejo;

**EEM** - Estrutura Ecológica Municipal;

**EEUCE** - Estrutura Ecológica Urbana da Cidade de Estremoz;

**EN** – Estrada Nacional;

**ER** – Estrada Regional;

**ETAR** – Estação de Tratamento de Águas Residuais;

**FC** – Fibrocimento;

**FITUR** – Feira Internacional de Turismo de Madrid;

**FOFA** - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças;

**GTL** – Gabinete Técnico Local;

**IGT** - Instrumento de Gestão Territorial;

**IHRU** - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;

**IIP** – Imóvel de Interesse Público;

**IP** – Itinerário Principal;

**IPA** - Instituto Português de Arqueologia;

**IPPAR** - Instituto Português do Património Arquitectónico;

**L<sub>den</sub>** – Indicador de ruído diurno-entardecer-noturno – indicador de ruído, expresso em dB(A), determinado durante uma série de períodos diurnos, do entardecer e noturnos, representativos de um ano, associado ao incómodo global;

**L<sub>n</sub>** - Indicador de ruído noturno – nível sonoro contínuo equivalente, em dB(A), determinado durante uma série de períodos noturnos representativos de um ano;

**MN** – Monumento Nacional;

**MP** - Material Particulado;

**NUT** – Nomenclatura de Unidade Territorial;

**PAC** – Política Agrícola Comum da União Europeia;

**PDM** – Plano Diretor Municipal;

**PEAD** - Polietileno de Alta Densidade;

**PEDU** – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano;

**PGU** – Plano Geral de Urbanização;

**PGUE** - Plano Geral de Urbanização de Estremoz;

**PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

**PPRU** - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana;

**PROTA** – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo;

**PSVCHE** - Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz;

**PT** - Posto de Transformação;

**PUE** – Plano de Urbanização de Estremoz;

**PVC** - Policloreto de Vinilo;

**QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional;

**SGUPPM** – Setor de Gestão Urbanística, Planeamento e Projeto Municipal;

**SIP** – Sistema Produtivo Integrado;

**SO<sub>2</sub>** - Dióxido de Enxofre;

**SPT** – *Standard Penetration Test*;

**UF** – União de Freguesias;

**ZEP** – Zona Especial de Proteção;

**ZP** – Zona de Proteção.

## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	II
DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS.....	VII
ÍNDICE GERAL.....	IX
ÍNDICE DE ANEXOS.....	XII
ÍNDICE DE ESQUEMAS.....	XX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XXI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XXVIII
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Justificação do Tema.....	7
1.3. Objetivos.....	10
1.4. Metodologia.....	12
1.4.1. Delimitação da Área de Estudo.....	13
1.4.2. Constrangimentos / Limitações.....	15
1.4.3. Estrutura e Organização.....	15
<b>CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO POVOADO.....</b>	<b>17</b>
2.1. Origens.....	17
2.2. Período Pré-Romano.....	17
2.3. Período Romano.....	18
2.4. Período Árabe.....	18
2.5. A Primeira Referência / Primeiro Foral – Século XIII e XIV.....	19
2.6. Expansão Extramuros – Século XV.....	23
2.7. Segundo Foral / Início da Contenção Urbana do Rossio – Século XVI.....	24
2.8. Guerra da Restauração / Muralhas Seiscentistas – Século XVII e XVIII.....	25
2.9. O Anseio da Expansão Urbana / Consolidação Urbana da Grande Praça / Avenida do Rossio / Prelúdio da Destruição Patrimonial – Séc. XIX.....	27
2.10. Estação de Caminho-de-ferro / Destruição Patrimonial / Novas Áreas de Expansão Urbana Extramuros e a Multifuncionalidade do Rossio Marquês de Pombal – Séc. XX e XXI.....	32



2.10.1. A “Promoção” das Acessibilidades.....	32
2.10.2. A Destruição Patrimonial Sistemática e a Descontrolada Expansão Extramuros.....	33
2.10.3. A Importância Multifuncional do Rossio Marquês de Pombal como Palco de Eventos e de Sinergias Sociais.....	35
<b>CAPÍTULO III - A CIDADE DE ESTREMOZ E A REGIÃO ENVOLVENTE.....</b>	<b>37</b>
3.1. Enquadramento Territorial da Cidade de Estremoz.....	37
3.2. Evolução Demográfica e Estrutura Produtiva Concelhia e Regional.....	39
3.3. Os Principais Desafios / Problemas Enfrentados Após a Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE).....	42
3.4. A Quebra da Procura de Rochas Ornamentais – Anticlinal de Estremoz / Zona dos Mármore – Ossa Morena.....	45
3.5. Lógica Atual da Cooperação Intermunicipal.....	50
3.6. Papel que a Cidade de Estremoz pode Desempenhar na Dinâmica da Região.....	54
3.7. A Importância Socioeconómica da Reabilitação Urbana – Cidade de Estremoz.....	58
<b>CAPÍTULO IV - CARATERIZAÇÃO DO ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL E PRINCIPAIS PROBLEMAS DETETADOS.....</b>	<b>64</b>
4.1. Três Conceitos – Espaço Público Urbano, Vazio Urbano e Praça.....	64
4.2. Caracterização Arquitetónica Geral e Análise Urbana.....	67
4.3. Descrição, Funcionamento e Utilizações.....	74
4.3.1. Mercado Diário e de Sábado / Feira de Antiguidades e Velharias.....	83
4.4. Valores Patrimoniais e Elementos Urbanos.....	95
4.4.1. Cisterna / Aqueduto Subterrâneo – Nascente do Rossio.....	97
4.4.2. Sistema Solar à Escala de Estremoz – Sol e Mercúrio.....	101
4.5. Elementos Arbóreos / Espaços Verdes.....	103
4.6. Pavimentos.....	110
4.6.1. Definições – Conceptual e Técnica / Funcional.....	110
4.6.2. Resenha Histórica - Pavimentos Urbanos e Rodoviários.....	111
4.6.2.1. A Calçada Portuguesa.....	114
4.6.3. Pavimentos na Área de Estudo – Rossio.....	118
4.7. Mobiliário Urbano.....	129
4.8. Infraestruturas Urbanas.....	134
4.9. Acessibilidade, Mobilidade e Estacionamento.....	144
4.10. Condicionantes Históricas / Patrimoniais - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública.....	151

4.11. Principais Problemas Detetados para a Falta de Atratividade da Praça – Funcionais e Físicos.....	155
<b>CAPÍTULO V - DIAGNÓSTICOS / IDEIAS, ESTUDOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO ANTERIORES PARA O ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL.....</b>	<b>178</b>
5.1. Enquadramento / Historial Sumário.....	178
5.2. Antepiano de Urbanização de Estremoz – Eng.º A.S. Barata da Rocha – 1963.....	196
5.3. Antepiano do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal – Arq.º Paisagista A. Viana Barreto – 1970.....	199
5.4. Projeto Base do Arranjo do Rossio da Cidade – Arq.º e Urbanista Nuno Portas – 1984.....	202
5.5. Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal – Arq.ª Dina Carvalho de Oliveira – 1997/9.....	205
5.5.1. Execução da 1.ª fase da obra do Rossio – 2000-2006.....	209
5.6. Projeto de Reconversão do Rossio Marquês de Pombal – Arq.º José Figueiredo – 2005.....	211
5.7. Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal e Largos Adjacentes, em Estremoz – Arq.º Adalberto Dias – 2007.....	214
5.8. Estudo Prévio para a Reabilitação Paisagística do Rossio Marquês de Pombal – Arquiteto Paisagista António Serrano – 2013.....	216
5.9. Modelos Interessantes Encontrados noutras Localidades – Portuguesas e Espanholas.....	219
<b>CAPÍTULO VI - PROPOSTA DE REABILITAÇÃO URBANA DO ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL.....</b>	<b>227</b>
6.1. Diretrizes Gerais de Intervenção para a Cidade de Estremoz, com Incidência / Aplicação no Rossio Marquês de Pombal.....	227
6.2. Premissas Conceptuais / Linhas Orientadoras de Intervenção para o Rossio Marquês de Pombal.....	237
6.3. Descrição da Proposta de Intervenção para o Rossio Marquês de Pombal.....	244
<b>CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>269</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>277</b>

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

<b>ANEXO I</b> - Gráfico 1 – Evolução de alojamentos no continente, 1970-2001 (valores em milhares de fogos).....	277
<b>ANEXO II</b> - Esquema 1 – Abordagem estratégica do Município de Estremoz.....	278
<b>ANEXO III</b> - Esquema 2 – Traçado das vias militares romanas, com indicação de Estremoz.....	279
<b>ANEXO IV</b> - Figura 1 – Gravura das cercas de Estremoz, elaborada por Nicolau de Langres no Séc. XVII.....	280
<b>ANEXO V</b> - Figura 2 – "Entrada" do bairro de Santiago, rua Direita, de C.J. Walowski, 1891.....	281
<b>ANEXO VI</b> - Figura 3 – Planta de Estremoz, Séc. XIV.....	282
<b>ANEXO VII</b> - Figura 4 – Postal ilustrado do tanque, [s.d.].....	283
<b>ANEXO VIII</b> - Figura 5 – Bairro do Outeiro, C.J. Walowski, 1891.....	284
<b>ANEXO IX</b> - Figura 6 – Postal ilustrado do antigo terreiro das covas, [s.d.].....	285
<b>ANEXO X</b> - Figura 7 – Igreja de Santo André [s.d.].....	286
<b>ANEXO XI</b> - Figura 8 – Planta da praça de "Stremos", 1687.....	287
<b>ANEXO XII</b> - Figura 9 – Planta da praça de Estremoz, A. Palmeirim, 1829, A.H.M.....	288
<b>ANEXO XIII</b> - Figura 10 – Planta de Estremoz, com identificação do sistema de fortificação.....	289
<b>ANEXO XIV</b> - Figura 11 – Terreiro das covas [s.d.].....	290
<b>ANEXO XV</b> - Figura 12 – Planta de Estremoz, Engenheiro Caetano da Camara Manuel, 1875.....	291
<b>ANEXO XVI</b> - Figura 13 – Gravura de Estremoz (quadrante nascente), 1834.....	292
<b>ANEXO XVII</b> - Figura 14 – Postal ilustrado da avenida do rossio / passeio público [s.d.].....	293
<b>ANEXO XVIII</b> - Figura 15 – Avenida do rossio, no enfiamento do redente (demolido) - Porta do Sol [s.d.].....	294
<b>ANEXO XIX</b> - Figura 16 – Artigo intitulado "Abaixo as Muralhas" – 1905.....	295
<b>ANEXO XX</b> - Figura 17 – Planta de Estremoz, de 1944, com anotações do Prof. Joaquim Vermelho.....	296
<b>ANEXO XXI</b> - Figura 18 – Vistas aéreas, do antes e depois, da execução da intervenção urbanística no quadrante nascente da cidade de Estremoz (2011/12).....	297
<b>ANEXO XXII</b> - Figura 19 – Entrada da Feira de Maio de 1927.....	298
<b>ANEXO XXIII</b> - Figura 20 – Vista geral da Feira de Maio de 1927.....	299

<b>ANEXO XXIV</b> - Figura 21 – Feira de Maio de 1927, zona poente.....	300
<b>ANEXO XXV</b> - Figura 22 – Feira de Maio de 1927, zona nascente.....	301
<b>ANEXO XXVI</b> - Figura 23 – Feira do Gado [s.d.].....	302
<b>ANEXO XXVII</b> - Figura 24 – Feira de Artesanato [s.d.].....	303
<b>ANEXO XXVIII</b> - Figura 25 – Postal ilustrado da cidade de Estremoz, com o Teatro <i>Chalet</i> no Rossio, 1915.....	304
<b>ANEXO XXIX</b> - Figura 26 – Evento cívico / político, em torno do coreto [s.d.].....	305
<b>ANEXO XXX</b> - Figura 27 – Evento religioso / procissão, zona sul do Rossio [s.d.].....	306
<b>ANEXO XXXI</b> - Figura 28 – Parada militar [s.d.].....	307
<b>ANEXO XXXII</b> - Figura 29 – Salto de paraquedista militar [s.d.].....	308
<b>ANEXO XXXIII</b> - Figura 30 – Arraial das Festas da Cidade à Exaltação da Santa Cruz, 2018 e Figura 31 – Parqueamento de Caravanas, 2018.....	309
<b>ANEXO XXXIV</b> - Figura 32 – Vinhas Envolventes à cidade de Estremoz (quadrantes sudoeste e poente), 2012/2014.....	310
<b>ANEXO XXXV</b> - Figura 33 – Vista aérea de uma pedreira junto à cidade de Estremoz, quadrante sudeste.....	311
<b>ANEXO XXXVI</b> - Figura 34 – Pedreira no concelho de Vila Viçosa, 2018.....	312
<b>ANEXO XXXVII</b> - Figura 35 – Poço de pedreira e blocos de mármore no concelho de Vila Viçosa, 2018.....	313
<b>ANEXO XXXVIII</b> - Figura 36 – Passivo ambiental decorrente da exploração de mármore (escombros) no Anticlinal de Estremoz, 2018.....	314
<b>ANEXO XXXIX</b> - Figura 37 – Mapas com localização da Rede Urbana Corredor Azul...	315
<b>ANEXO XL</b> - Esquema 3 – Visão, Princípios e Eixos Estratégicos de “Cidades Sustentáveis 2020”.....	316
<b>ANEXO XLI</b> - Esquema 4 – Hierarquia dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)....	317
<b>ANEXO XLII</b> - Figura 38 – Análise FOFA – Forças e Fraquezas.....	318
<b>ANEXO XLIII</b> - Figura 39 – Análise FOFA – Oportunidades e Ameaças.....	319
<b>ANEXO XLIV</b> - Esquema 5 – Fileira de atividades da reabilitação urbana.....	320
<b>ANEXO XLV</b> - Figura 40 – Planta – Ágora e Figura 41 – Perspetiva – Ágora.....	321
<b>ANEXO XLVI</b> - Figura 42 – Planta – Forum e Figura 43 – Perspetiva – Forum.....	322
<b>ANEXO XLVII</b> - Figura 44 – Imagens comparativas do Rossio Marquês de Pombal de Estremoz e a Praça do Comércio de Lisboa.....	323
<b>ANEXO XLVIII</b> - Figura 45 – Carta de Mercê da Primeira Feira Franca de Estremoz, de 25 de Janeiro de 1463.....	324
<b>ANEXO XLIX</b> - Figura 46 – Antigo Rossio de S. Brás [s.d.] e Figura 47 – Antigo Rossio de	

S. Brás, de C.J. Walowski, 1881.....	325
<b>ANEXO L</b> - Figura 48 – “Quiosques” do mercado diário e semanal [s.d.] - zona sul e Figura 49 – Bancas do mercado semanal [s.d.] - zona sul.....	326
<b>ANEXO LI</b> - Figura 50 – Mercado abastecedor e Figura 51 – Interior do mercado abastecedor.....	327
<b>ANEXO LII</b> - Figura 52 – Artigo intitulado “Bela Iniciativa”.....	328
<b>ANEXO LIII</b> - Figura 53 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	329
<b>ANEXO LIV</b> - Figura 54 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	330
<b>ANEXO LV</b> - Figura 55 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	331
<b>ANEXO LVI</b> - Figura 56 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	332
<b>ANEXO LVII</b> - Figura 57 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	333
<b>ANEXO LVIII</b> - Figura 58 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	334
<b>ANEXO LIX</b> - Figura 59 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	335
<b>ANEXO LX</b> - Figura 60 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	336
<b>ANEXO LXI</b> - Figura 61 – Artigo intitulado “Praça Fechada – Uma ideia agitada”.....	337
<b>ANEXO LXII</b> - Figura 62 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	338
<b>ANEXO LXIII</b> - Figura 63 – Artigo intitulado “Praça Fechada”.....	339
<b>ANEXO LXIV</b> - Figura 64 – Artigo intitulado “Porta Fechada”.....	340
<b>ANEXO LXV</b> - Figura 65 – Artigo intitulado “Porta Fechada”.....	341
<b>ANEXO LXVI</b> - Figura 66 – Crónica intitulada “Estremoz no Séc. XXI: a propósito das feiras e mercados”.....	342
<b>ANEXO LXVII</b> - Figura 67 – Crónica intitulada “Sábado a quanto obrigas”.....	343
<b>ANEXO LXVIII</b> - Figura 68 – Artigo intitulado “A opção mercado”.....	344
<b>ANEXO LXIX</b> - Figura 69 – Artigo intitulado “Mudança do mercado – Divórcio de opiniões”.....	345
<b>ANEXO LXX</b> - Figura 70 – Artigo intitulado “A opção mercado (II)”.....	346
<b>ANEXO LXXI</b> - Figura 71 – Mercado coberto (desde a esplanada dos congregados) e Figura 72 – Via de acesso ao mercado coberto (lateral do edifício da CMEtz).....	347
<b>ANEXO LXXII</b> - Figura 73 – Bancas e tendas – zona sul (poente) e Figura 74 – Bancas de venda de flores – zona sul (poente).....	348
<b>ANEXO LXXIII</b> - Figura 75 – Artigo intitulado “Quem compra é peão – Câmara altera trânsito no Rossio”.....	349
<b>ANEXO LXXIV</b> - Figura 76 – Igreja de S. Francisco e Figura 77 – Cruzeiro de S. Francisco.....	350
<b>ANEXO LXXV</b> - Figura 78 – Capela de D. Fradique de Portugal e Figura 79 – Conjunto	

edificado do Hotel Alentejano (antigo Palace Hotel).....	351
<b>ANEXO LXXVI</b> - Figura 80 – Vista aérea do Ex-Convento das Maltezas / Igreja da Misericórdia e Figura 81 – Ex-Convento das Maltezas / Igreja da Misericórdia.....	352
<b>ANEXO LXXVII</b> - Figura 82 – Entrada do Centro Ciência Viva de Estremoz e Figura 83 – Ex-Hospital Civil.....	353
<b>ANEXO LXXVIII</b> - Figura 84 – Vista aérea do Ex-Convento dos Congregados / Igreja dos Congregados e Figura 85 – Ex-Convento dos Congregados / Igreja dos Congregados.....	354
<b>ANEXO LXXIX</b> - Figura 86 – Café Águias D'Ouro e Figura 87 – Hotel / Restaurante Alentejano.....	355
<b>ANEXO LXXX</b> - Figura 88 – Café Águias D'Ouro e Figura 89 – Capela do Santo Cristo.....	356
<b>ANEXO LXXXI</b> - Figura 90 – Painel informativo de reinauguração do Coreto Municipal (2012).....	357
<b>ANEXO LXXXII</b> - Figura 91 – Vista aérea do Coreto Municipal e Figura 92 – Coreto Municipal.....	358
<b>ANEXO LXXXIII</b> - Figura 93 – Quiosque do Coreto e Figura 94 – Ex-posto de viação e trânsito.....	359
<b>ANEXO LXXXIV</b> - Figura 95 – Cafetaria Rossio e Figura 96 – Fontanário do Sátiro.....	360
<b>ANEXO LXXXV</b> - Figura 97 – Bebedouro público do Sátiro e Figura 98 – Monumento aos Combatentes.....	361
<b>ANEXO LXXXVI</b> - Figura 99 – Quiosque Maniés e Figura 100 – Monumento ao Tenor – Tomás Alcaide.....	362
<b>ANEXO LXXXVII</b> - Figura 101 – Lago do Gadanha / concha.....	363
<b>ANEXO LXXXVIII</b> - Figura 102 – Construção de calçada romana e Figura 103 – Construção de calçada romana / perfil tipo.....	364
<b>ANEXO LXXXIX</b> - Figura 104 – Rua de Pompeia – antiga cidade romana e Figura 105 – Antiga estrada romana em território português.....	365
<b>ANEXO XC</b> - Figura 106 – Esboço coreográfico da variante a Estremoz e reformulação do nó com a E.N.4 – IP2 (estudo de impacte ambiental).....	366
<b>ANEXO XCI</b> - Figura 107 – Declaração de impacte ambiental desfavorável – projeto IP2 variante a Estremoz e reformulação do nó com a EN4 (projeto base).....	367
<b>ANEXO XCII</b> - Figura 108 – Zona de proteção da Igreja de S. Francisco, de Estremoz.....	368
<b>ANEXO XCIII</b> - Figura 109 – Zona de proteção do claustro da Misericórdia, de Estremoz.....	369
<b>ANEXO XCIV</b> - Figura 110 – Servidão Militar ao Quartel de S. Francisco.....	370

<b>ANEXO XCV</b> - Figura 111 – Artigo intitulado “O arranjo do Rossio, o bom senso das cousas”.....	371
<b>ANEXO XCVI</b> - Figura 112 – Artigo intitulado “Ainda o Rossio, A’ s pessoas bem intencionadas”.....	372
<b>ANEXO XCVII</b> - Figura 113 – Artigo intitulado “O Rossio de Estremoz”.....	373
<b>ANEXO XCVIII</b> - Figura 114 – Projeto de alteração e ampliação do Rossio Marquês de Pombal, 1936.....	374
<b>ANEXO XCIX</b> - Figura 115 – Artigo intitulado “E se fizessemos do nosso Rossio um grande, um belo jardim?”.....	375
<b>ANEXO C</b> - Figura 116 – Artigo intitulado “E se fizessemos do nosso Rossio um grande, um belo jardim?”.....	376
<b>ANEXO CI</b> - Figura 117 – Artigo intitulado “Como há-de ser o jardim que vamos fazer no Rossio”.....	377
<b>ANEXO CII</b> - Figura 118 – Artigo intitulado “O Jardim do nosso Rossio, a ideia está lançada”.....	378
<b>ANEXO CIII</b> - Figura 119 – Artigo intitulado “O Jardim do nosso Rossio, a ideia está lançada”.....	379
<b>ANEXO CIV</b> - Figura 120 – Artigo intitulado “Pelo Jardim, decididamente, pelo Jardim!...”.....	380
<b>ANEXO CV</b> - Figura 121 – Artigo intitulado “Pelo Jardim, decididamente, pelo Jardim!...”.....	381
<b>ANEXO CVI</b> - Figura 122 – Artigo intitulado “O Nosso Rossio”.....	382
<b>ANEXO CVII</b> - Figura 123 – Artigo intitulado “Um grande, um belo Jardim no Rossio”...383	
<b>ANEXO CVIII</b> - Figura 124 – Artigo intitulado “O Futuro Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”.....	384
<b>ANEXO CIX</b> - Figura 125 – Artigo intitulado “O Arranjo do Rossio”.....	385
<b>ANEXO CX</b> - Figura 126 – Artigo intitulado “O Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”.386	
<b>ANEXO CXI</b> - Figura 127 – Artigo intitulado “O Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”.....	387
<b>ANEXO CXII</b> - Figura 128 – Artigo intitulado “Vai ser arranjado o Rossio”.....	388
<b>ANEXO CXIII</b> - Figura 129 – Artigo intitulado “Estremoz, o Rossio e o futuro”.....	389
<b>ANEXO CXIV</b> - Figura 130 – Artigo intitulado “Plano Geral de Urbanização de Estremoz de novo bloqueado”.....	390
<b>ANEXO CXV</b> - Figura 131 – Artigo intitulado “Plano Geral de Urbanização de Estremoz de novo bloqueado”.....	391



<b>ANEXO CXVI</b> - Figura 132 – Artigo intitulado “Estremoz, o Rossio e o futuro”.....	392
<b>ANEXO CXVII</b> - Figura 133 – Artigo intitulado “A propósito do Rossio”.....	393
<b>ANEXO CXVIII</b> - Figura 134 – Artigo intitulado “Estremoz discute há meio século o arranjo do rossio”.....	394
<b>ANEXO CXIX</b> - Figura 135 – Artigo intitulado “Estremoz discute há meio século o arranjo do rossio”.....	395
<b>ANEXO CXX</b> - Figura 136 – Artigo intitulado “Estremoz e o seu umbigo”.....	396
<b>ANEXO CXXI</b> - Figura 137 – Artigo intitulado “O arranjo do Rossio”.....	397
<b>ANEXO CXXII</b> - Figura 138 – Artigo intitulado “Arranjo do Rossio deve ser feito por fases”.....	398
<b>ANEXO CXXIII</b> - Figura 139 – Artigo intitulado “Arranjo do Rossio deve ser feito por fases”.....	399
<b>ANEXO CXXIV</b> - Figura 140 – Artigo intitulado “Rossio de Estremoz, Câmara divulga resultados do inquérito”.....	400
<b>ANEXO CXXV</b> - Figura 141 – Artigo intitulado “A grande praça”.....	401
<b>ANEXO CXXVI</b> - Figura 142 – Artigo intitulado “À volta do rossio”.....	402
<b>ANEXO CXXVII</b> - Figura 143 – Artigo intitulado “O Rossio de Estremoz vai ser arranjado...”.....	403
<b>ANEXO CXXVIII</b> - Figura 144 – Artigo intitulado “O coração da cidade continua doente”.....	404
<b>ANEXO CXXIX</b> - Figura 145 – Artigo intitulado “O coração da cidade continua doente”.....	405
<b>ANEXO CXXX</b> - Figura 146 – Artigo intitulado “O Brados no Futuro (Novembro de 2010), “Estremoz Cidade do Século XXI”, Lança projeto de remodelação do Rossio”.....	406
<b>ANEXO CXXXI</b> - Figura 147 – Artigo intitulado “Uma opção sobre o Rossio”.....	407
<b>ANEXO CXXXII</b> - Figura 148 – Artigo intitulado “Combatentes mudam de lugar”.....	408
<b>ANEXO CXXXIII</b> - Figura 149 – Artigo intitulado “Combatentes deslocados” e comunicado.....	409
<b>ANEXO CXXXIV</b> - Figura 150 – Artigo intitulado “Finalmente o Rossio” e Figura 151 – Artigo intitulado “Ossos do ofício, Descoberta arqueológica “empata” obras do Rossio”.....	410
<b>ANEXO CXXXV</b> - Figura 152 – Artigo intitulado “Ossos do ofício, Descoberta arqueológica “empata” obras do Rossio”.....	411
<b>ANEXO CXXXVI</b> - Figura 153 – Artigo intitulado “Escavações do Rossio vandalizadas”.....	412

<b>ANEXO CXXXVII</b> - Figura 154 – Artigo intitulado “Escavações no Rossio” .....	413
<b>ANEXO CXXXVIII</b> - Figura 155 – Artigo intitulado “Vivia na Idade Média em Estremoz e o fungo que tinha num pé era raro na Europa” .....	414
<b>ANEXO CXXXIX</b> - Figura 156 – Artigo intitulado “Vivia na Idade Média em Estremoz e o fungo que tinha num pé era raro na Europa” .....	415
<b>ANEXO CXL</b> - Figura 157 – Artigo intitulado “Concurso de ideias para o Rossio, Apresentada proposta vencedora” .....	416
<b>ANEXO CXLI</b> - Figura 158 – Artigo intitulado “Atentado em Estremoz!” .....	417
<b>ANEXO CXLII</b> - Figura 159 – Artigo intitulado “Rossio aberto a discussão” .....	418
<b>ANEXO CXLIII</b> - Figura 160 – Artigo intitulado “Manter o património herdado” .....	419
<b>ANEXO CXLIV</b> - Figura 161 – Artigo intitulado “Rossio Marquês de Pombal, Mourinha crítico das opções camarárias” .....	420
<b>ANEXO CXLV</b> - Figura 162 – Artigo intitulado “Rossio!” .....	421
<b>ANEXO CXLVI</b> - Figura 163 – Extrato da “Planta de Apresentação do Estudo Prévio do Plano Geral de Urbanização de Estremoz - 1979” .....	422
<b>ANEXO CXLVII</b> - Figura 164 – Extrato da “Planta de Zonamento do Antepiano Geral de Urbanização de Estremoz - 1984” .....	423
<b>ANEXO CXLVIII</b> - Figura 165 – Extrato da “Planta de Síntese do Antepiano Geral de Urbanização de Estremoz - 1984” .....	424
<b>ANEXO CXLIX</b> - Figura 166 – Extrato da “Planta de Síntese do Plano Geral de Urbanização de Estremoz - 1988” .....	425
<b>ANEXO CL</b> - Figura 167 – Extrato da “Planta de Síntese do Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz - 1994” .....	426
<b>ANEXO CLI</b> - Figura 168 – Extrato da “Planta de Ordenamento - Estremoz do Plano Diretor Municipal do Concelho de Estremoz - 1995” .....	427
<b>ANEXO CLII</b> - Figura 169 – Extrato da “Planta de Zonamento do Centro Histórico do Plano de Urbanização de Estremoz - 2001” .....	428
<b>ANEXO CLIII</b> - Figura 170 – Planta com delimitação da zona de intervenção do concurso público para “Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e largos adjacentes, em Estremoz” – 2007 .....	429
<b>ANEXO CLIV</b> - Figura 171 – Ofício / parecer favorável condicionado da DRCA relativo à “Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz” .....	430
<b>ANEXO CLV</b> - Figura 172 – Informação / parecer favorável condicionado da DRCA relativo à “Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz”, p.1 .....	431

<b>ANEXO CLVI</b> - Figura 173 – Informação / parecer favorável condicionado da DRCA relativo à “Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz”, p.2.....	432
<b>ANEXO CLVII</b> - Figura 174 – Extrato da “Planta de Ordenamento do PDME” – 2015...	433
<b>ANEXO CLVIII</b> - Figura 175 – Planta de “implantação da estratégia em Estremoz” do PEDU – 2015.....	434
<b>ANEXO CLIX</b> - Figura 176 – Vista aérea da Praça do Comércio – anos 50 do Séc. XX e Figura 177 – Praça do Comércio [s.d.].....	435

## **ÍNDICE DE ESQUEMAS**

<b>Esquema 1 – Estratégia – sistema centrípeto do concelho de Estremoz.....</b>	<b>57</b>
<b>Esquema 2 – Pirâmide inversa de mobilidade urbana sustentável.....</b>	<b>228</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Panorâmica aérea da cidade de Estremoz, desde o quadrante sudoeste.....	4
<b>Figura 2</b>	– Panorâmica aérea do Rossio Marquês de Pombal e sua envolvente urbana..	11
<b>Figura 3</b>	– Delimitação da área de estudo, no contexto urbano da cidade de Estremoz..	13
<b>Figura 4</b>	– Delimitação da área de estudo, no contexto urbano da envolvente imediata..	14
<b>Figura 5</b>	– Planta com localização do primeiro aglomerado e Tanque do Mouros.....	19
<b>Figura 6</b>	– Planta da evolução da ocupação, a primeira referência / foral.....	20
<b>Figura 7</b>	– Extrato da carta de património da cidade de Estremoz.....	21
<b>Figura 8</b>	– Planta da evolução da ocupação, fortificação medieval.....	23
<b>Figura 9</b>	– Planta da evolução da ocupação, séc. XV.....	24
<b>Figura 10</b>	– Planta da evolução da ocupação, segundo foral – séc. XVI.....	25
<b>Figura 11</b>	– Planta da evolução da ocupação, as muralhas seiscentistas.....	27
<b>Figura 12</b>	– Extrato da planta cartográfica com datação dos imóveis.....	28
<b>Figura 13</b>	– Planta da evolução da ocupação, séc. XVIII-XIX.....	29
<b>Figura 14</b>	– Gravura do terreiro, Rossio Marquês de Pombal (quadrante poente), 1849..	30
<b>Figura 15</b>	– Avenida do Rossio, de C.J. Walowski, 1891.....	31
<b>Figura 16</b>	– Planta da evolução da ocupação, o caminho-de-ferro.....	32
<b>Figura 17</b>	– Planta cartográfica da evolução urbana da cidade de Estremoz.....	34
<b>Figura 18</b>	– Feira de automóveis e maquinaria agrícola [s.d.].....	36
<b>Figura 19</b>	– Carta administrativa oficial de Portugal continental - concelho de Estremoz..	37
<b>Figura 20</b>	– Planta cadastral do concelho de Estremoz.....	38
<b>Figura 21</b>	– Localização / composição do anticlinal de Estremoz.....	46
<b>Figura 22</b>	– Panorâmica aérea de parte do Anticlinal de Estremoz (pedreiras / escombreiras, entre Borba e Vila Viçosa).....	47
<b>Figura 23</b>	– Elementos em mármore, nos concelhos de Vila Viçosa e Borba.....	49
<b>Figura 24</b>	– Dimensões de cooperação intermunicipal / regional.....	53
<b>Figura 25</b>	– Sistema da base económica regional.....	55
<b>Figura 26</b>	– Planta da delimitação da ARU – cidade de Estremoz.....	59
<b>Figura 27</b>	– Panorâmica aérea do Rossio (para o quadrante sudoeste).....	68
<b>Figura 28</b>	– Planta do traçado urbano da cidade de Estremoz.....	69
<b>Figura 29</b>	– Extrato da planta de cadastro (1953) e ortofotomapa da situação atual (2015).....	70
<b>Figura 30</b>	– Extrato da planta cartográfica com número de pisos.....	71
<b>Figura 31</b>	– Alçado de conjunto do Rossio Marquês de Pombal – quadrante poente.....	71

<b>Figura 32</b> – Vista panorâmica de Estremoz (quadrante nascente), desde a Torre de Menagem.....	72
<b>Figura 33</b> – Vista panorâmica (para o quadrante poente).....	73
<b>Figura 34</b> – Zonamento do objeto de estudo – 6 zonas.....	74
<b>Figura 35</b> – Extrato da planta cartográfica com tipo de utilização / atividade do edificado.....	75
<b>Figura 36</b> – Perspetivas do interior da placa central.....	76
<b>Figura 37</b> – Perspetivas do perímetro da placa central e zona sul da mesma.....	77
<b>Figura 38</b> – Perspetivas das zonas norte e poente.....	78
<b>Figura 39</b> – Perspetivas da zona sul.....	79
<b>Figura 40</b> – Perspetivas da zona nascente.....	80
<b>Figura 41</b> – Estabelecimentos de comércio / serviços.....	81
<b>Figura 42</b> – Quadro de tipologias do espaço público.....	82
<b>Figura 43</b> – Ilustração de mercado medieval, Peter Aertsen.....	84
<b>Figura 44</b> – Postal ilustrado da praça do peixe e da hortalíça [s.d.], no antigo terreiro de Santo André ou das Covas (atual praça Luís Campos).....	87
<b>Figura 45</b> – Fotografias dos “Quiosques” do Mercado Diário e Semanal [s.d.] - zona sul.....	88
<b>Figura 46</b> – Fotografia do “mercado abastecedor” [s.d.] – interior da placa central.....	89
<b>Figura 47</b> – Vista aérea do evento de sábado.....	91
<b>Figura 48</b> – Instalação das tendas / bancas.....	91
<b>Figura 49</b> – Evento de sábado.....	92
<b>Figura 50</b> – Construções precárias existentes.....	93
<b>Figura 51</b> – Planta esquemática da organização do mercado diário / semanal e feira de antiguidades e velharias.....	94
<b>Figura 52</b> – Mercado de “criação”.....	94
<b>Figura 53</b> – Planta com indicação dos valores patrimoniais e elementos urbanos.....	97
<b>Figura 54</b> – Planta de Estremoz (extrato do poster de apresentação) – Séc. XVIII.....	98
<b>Figura 55</b> – Cisterna / aqueduto subterrâneo – nascente do Rossio.....	99
<b>Figura 56</b> – Planta geral da cisterna / aqueduto (esquemática).....	100
<b>Figura 57</b> – Corte AB – transversal da cisterna / aqueduto (esquemático).....	101
<b>Figura 58</b> – Corte CD - longitudinal da cisterna / aqueduto (esquemático).....	101
<b>Figura 59</b> – Mapa com localização do sistema solar à escala do concelho de Estremoz.....	102
<b>Figura 60</b> – Planta com localização do sistema solar à escala da cidade Estremoz.....	102

<b>Figura 61</b> – Sol e Mercúrio – Rossio Marquês de Pombal.....	103
<b>Figura 62</b> – Vistas gerais da estrutura ecológica urbana no Rossio.....	104
<b>Figura 63</b> – Extrato da estrutura ecológica urbana da Cidade de Estremoz.....	105
<b>Figura 64</b> – Vistas aéreas do Rossio – EEU.....	106
<b>Figura 65</b> – Zonas / elementos que integram a EEU.....	107
<b>Figura 66</b> – Elementos arbóreos no Rossio Marquês de Pombal.....	109
<b>Figura 67</b> – Elementos arbóreos - jacarandás no período de floração (zona sul).....	110
<b>Figura 68</b> – Seção de uma Calçada Romana, segundo descrição de Vitruvius.....	112
<b>Figura 69</b> – Cubo em granito.....	113
<b>Figura 70</b> – Pavimento em mosaico Romano com tesselas, nas ruínas de Coninbriga.....	115
<b>Figura 71</b> – Calçada portuguesa em ziguezague, Castelo de S. Jorge.....	116
<b>Figura 72</b> – Exemplos de calçada portuguesa / artística, Lisboa.....	116
<b>Figura 73</b> – Tipos de técnica de calcetamento.....	117
<b>Figura 74</b> – Rua pavimentada com calçada portuguesa artística, Vila Viçosa.....	118
<b>Figura 75</b> – Revestimento betuminoso, sobre pavimentos tradicionais.....	119
<b>Figura 76</b> – Pavimento em saibro.....	120
<b>Figura 77</b> – Pavimento em relva.....	120
<b>Figura 78</b> – Calçada portuguesa artística, zona poente do Rossio.....	121
<b>Figura 79</b> – Formas de calçada portuguesa artística, no Rossio.....	122
<b>Figura 80</b> – Calçada à portuguesa do tipo malhete.....	123
<b>Figura 81</b> – “Antiga” calçada à portuguesa.....	124
<b>Figura 82</b> – Calçada portuguesa à fiada e clássica.....	125
<b>Figura 83</b> – Articulação dos vários tipos de calçada de pedra – placa central / acessos.....	125
<b>Figura 84</b> – Tipos de lancis na praça em estudo.....	126
<b>Figura 85</b> – Tipos de caldeiras na praça em estudo.....	127
<b>Figura 86</b> – Pavimentos e elementos indiferenciados na praça em estudo.....	128
<b>Figura 87</b> – Vista geral da zona sul da placa central / avenida do Rossio [s.d.].....	129
<b>Figura 88</b> – Mobiliário urbano na zona sul da placa central / avenida do Rossio [s.d.].....	130
<b>Figura 89</b> – Panorâmica do Rossio [s.d.].....	130
<b>Figura 90</b> – Elementos de mobiliário urbano 1 na praça em estudo.....	131
<b>Figura 91</b> – Elementos de mobiliário urbano 2 na praça em estudo.....	131
<b>Figura 92</b> – Elementos de mobiliário urbano 3 na praça em estudo.....	132
<b>Figura 93</b> – Elementos de mobiliário urbano 4 na praça em estudo.....	132
<b>Figura 94</b> – Elementos de mobiliário urbano 5 na praça em estudo.....	133



<b>Figura 95</b> – Elementos de mobiliário urbano 6 na praça em estudo.....	133
<b>Figura 96</b> – Módulo instalação sanitária pública.....	134
<b>Figura 97</b> – Rede de abastecimento e distribuição de água no Rossio.....	135
<b>Figura 98</b> – Órgãos de manobra e controlo da rede de abastecimento de água no Rossio.....	136
<b>Figura 99</b> – Rede de saneamento e escoamento de águas pluviais no Rossio.....	137
<b>Figura 100</b> – Elementos da rede de saneamento e escoamento de águas pluviais no Rossio.....	138
<b>Figura 101</b> – Rede de distribuição de energia elétrica / PT, em média tensão no Rossio.....	139
<b>Figura 102</b> – Rede de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, no Rossio.....	140
<b>Figura 103</b> – Caixas de visita / quadro elétrico integradas nos pavimentos do Rossio..	140
<b>Figura 104</b> – Rede de iluminação pública no Rossio.....	141
<b>Figura 105</b> – Rede de iluminação artística no Rossio.....	142
<b>Figura 106</b> – Elementos da rede de iluminação artística no Rossio.....	143
<b>Figura 107</b> – Projeto “rita” (telecomunicações) no Rossio.....	144
<b>Figura 108</b> – Extrato do mapa da rede ferroviária e rodoviária nacional.....	146
<b>Figura 109</b> – Acessos rodoviários ao Rossio.....	147
<b>Figura 110</b> – Funcionamento do sistema de fluxos de tráfego rodoviário.....	148
<b>Figura 111</b> – Sistema de interdição do tráfego rodoviário na via sul do Rossio.....	149
<b>Figura 112</b> – Plataformas de circulação pedonal no Rossio.....	150
<b>Figura 113</b> – Rebaixamento de lancis nas passeadeiras no Rossio.....	151
<b>Figura 114</b> – ZEP ao Castelo e Muralhas de Estremoz.....	154
<b>Figura 115</b> – Servidões administrativas incidentes no objeto de estudo.....	154
<b>Figura 116</b> – Vias rodoviárias / automóvel privado, na praça em estudo.....	156
<b>Figura 117</b> – Estacionamento / automóvel privado (legal e ilegal), na praça em estudo e envolvente urbana próxima.....	157
<b>Figura 118</b> – Sobredimensionamento das vias rodoviárias em relação às plataformas pedonais, na praça em estudo (via adjacente às esplanadas – zona poente).....	158
<b>Figura 119</b> – Pico máximo de procura de estacionamento (evento nos sábados de manhã), na praça em estudo.....	159
<b>Figura 120</b> – Área / percentagem de utilização do espaço público, pelo automóvel e peão, na praça em estudo.....	160
<b>Figura 121</b> – Parqueamento de bicicleta com suporte em árvore, na praça em estudo.	161
<b>Figura 122</b> – Indicadores de ruído na praça em estudo e envolvente próxima.....	162

<b>Figura 123</b> – Elementos dissonantes na praça em estudo.....	163
<b>Figura 124</b> – Aspetos negativos relativos aos elementos arbóreos / espaços verdes na praça em estudo.....	164
<b>Figura 125</b> – Problemas e patologias 1 na praça em estudo.....	165
<b>Figura 126</b> – Problemas e patologias 2 na praça em estudo.....	166
<b>Figura 127</b> – Problemas e patologias 3 na praça em estudo.....	167
<b>Figura 128</b> – Passeio com deformações / assentamentos que originam acumulações de água pluvial na praça em estudo.....	167
<b>Figura 129</b> – Situações e elementos descaracterizadores do espaço público na praça em estudo.....	168
<b>Figura 130</b> – Problemas e degradações no mobiliário urbano na praça em estudo.....	169
<b>Figura 131</b> – Poste metálico / luminária circular instalado no centro da placa central...	170
<b>Figura 132</b> – Postos de abastecimento de combustíveis na praça em estudo.....	171
<b>Figura 133</b> – Lacunas na organização e funcionamento do mercado de sábado / feira de antiguidades e velharias.....	172
<b>Figura 134</b> – Sistema de fixação das coberturas no evento de sábado.....	173
<b>Figura 135</b> – Problemas / danificações nas redes de infraestruturas.....	173
<b>Figura 136</b> – Excessiva cabelagem de redes de infraestruturas nas fachadas.....	174
<b>Figura 137</b> – Elementos dissonantes nas coberturas das edificações do Rossio.....	175
<b>Figura 138</b> – Inconformidades e constrangimentos no espaço público em análise.....	175
<b>Figura 139</b> – Contentores de recolha de resíduos sólidos urbanos na praça em estudo.....	176
<b>Figura 140</b> – Presença de pombos urbanos na praça em estudo.....	177
<b>Figura 141</b> – Quadro síntese de resultados do inquérito público sobre o “arranjo do Rossio”.....	187
<b>Figura 142</b> – Extrato da Planta do Antepiano de Urbanização de Estremoz – 1963.....	197
<b>Figura 143</b> – Extrato da planta do Antepiano de Urbanização de Estremoz - zona do rossio e envolvente imediata – 1963.....	198
<b>Figura 144</b> – Planta e perfil AB - solução A - do Anteprojeto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal – 1970.....	200
<b>Figura 145</b> – Planta e perfil AB - solução B - do Anteprojeto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal – 1970.....	201
<b>Figura 146</b> – Plano geral e perspetiva do Projeto Base do Arranjo do Rossio da Cidade – 1984.....	204
<b>Figura 147</b> – Planta de apresentação do Projeto de Intervenção (pavimentação /	

valorização) do Rossio Marquês de Pombal – 1997.....	207
<b>Figura 148</b> – Planta de implantação do Estudo para a Interseção Giratória no Rossio Marquês de Pombal – 1999.....	208
<b>Figura 149</b> – Planta de implantação final do Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal – 1999.....	209
<b>Figura 150</b> – Vista panorâmica do Rossio Marquês de Pombal, 1999.....	210
<b>Figura 151</b> – Execução da 1. <sup>a</sup> fase de execução da obra, 2000-2006.....	210
<b>Figura 152</b> – Planta geral do Projeto de Reconversão do Rossio Marquês de Pombal – 2005.....	213
<b>Figura 153</b> – Extrato da planta proposta para Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e Largos Adjacentes, em Estremoz – 2007.....	216
<b>Figura 154</b> – Plano geral do estudo prévio para a Reabilitação Paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz – 2013.....	218
<b>Figura 155</b> – Praça do Giraldo, em Évora.....	219
<b>Figura 156</b> – Praça da República, em Elvas.....	220
<b>Figura 157</b> – Terreiro do Paço, em Vila Viçosa.....	221
<b>Figura 158</b> – <i>Plaza Alta</i> , em Badajoz.....	222
<b>Figura 159</b> – <i>Plaza de San Francisco</i> , em Badajoz.....	223
<b>Figura 160</b> – <i>Plaza de España</i> , em Mérida.....	224
<b>Figura 161</b> – <i>Plaza Mayor</i> , em Cáceres.....	225
<b>Figura 162</b> – Praça do Comércio, em Lisboa.....	226
<b>Figura 163</b> – Extrato (adaptado) da estrutura ecológica urbana da cidade de Estremoz.....	230
<b>Figura 164</b> – Componentes da estrutura ecológica urbana da cidade de Estremoz.....	231
<b>Figura 165</b> – Planta conceptual da proposta de reabilitação urbano do Rossio Marquês de Pombal.....	239
<b>Figura 166</b> – Quantificação e comparação de áreas entre o interior da placa central do Rossio Marquês de Pombal e a Esplanada dos Congregados.....	242
<b>Figura 167</b> – Esplanada dos Congregados e Av. <sup>a</sup> Doutor Marquês Crespo.....	243
<b>Figura 168</b> – Sistema de circulação automóvel na área de intervenção e envolvente...244	
<b>Figura 169</b> – Sistema viário, com identificação de valências associadas.....	246
<b>Figura 170</b> – Parqueamento para bicicletas, típico e para sistema partilhado.....	247
<b>Figura 171</b> – Soluções para mobilidade pedonal inclusiva / sistema viário automóvel...248	
<b>Figura 172</b> – Exemplos de passeadeiras e respetivos elementos.....	249
<b>Figura 173</b> – Perfis gerais da praça, com integração de novos elementos urbanos.....	250

<b>Figura 174</b> – Modelo de quiosque-tipo, multifunções.....	251
<b>Figura 175</b> – Estudo / proposta para o elemento central.....	252
<b>Figura 176</b> – Planta com mapa de pavimentos.....	255
<b>Figura 177</b> – Pavimento em lajeado de mármore do adro da Igreja de São Francisco..	256
<b>Figura 178</b> – Zona de relva na orla perimetral nascente da placa central.....	257
<b>Figura 179</b> – Perfil tipo de sistema viário e caleiras para drenagem de águas pluviais..	258
<b>Figura 180</b> – Proposta de reposição da calçada portuguesa artística de 1912, junto ao coreto.....	259
<b>Figura 181</b> – Planta com indicação do mobiliário urbano.....	260
<b>Figura 182</b> – Modelos de banco em madeira e aço.....	261
<b>Figura 183</b> – Blocos de mármore do Anticlinal de Estremoz, zona de Vila Viçosa.....	261
<b>Figura 184</b> – Exemplo da colocação de bancos maciços em pedra e modelo de banco em mármore do tipo “pele de tigre” amaciado.....	262
<b>Figura 185</b> – Proposta de desenho para os bancos sinuosos e exemplo construído....	263
<b>Figura 186</b> – Exemplo de mesa para piquenique, com respetivos bancos, e bebedouro.....	263
<b>Figura 187</b> – Modelo de contentores subterrâneos para recolha de resíduos sólidos urbanos.....	264
<b>Figura 188</b> – Elementos de menor escala – papuleiras e canteiros.....	264
<b>Figura 189</b> – Modelos de postes / luminárias.....	265
<b>Figura 190</b> – Exemplo de esplanadas e mobiliário de apoio, na praça do Comércio de Lisboa.....	266
<b>Figura 191</b> – Postos de venda com toldos homogéneos de cor clara.....	267

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> – Evolução do êxodo rural mundial (%).....	6
<b>Gráfico 2</b> – Evolução do número de habitantes no concelho de Estremoz.....	40
<b>Gráfico 3</b> – Trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade.....	41

## **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

### **1.1. Enquadramento**

O presente trabalho de projeto, desenvolvido no âmbito do mestrado em Reabilitação Urbana, ministrado pelo consórcio entre o Instituto Politécnico de Tomar e o Instituto Politécnico de Portalegre, tem como objeto de estudo a praça denominada Rossio Marquês de Pombal, situada na cidade de Estremoz.

Considerando que o futuro das cidades europeias passa pela adoção de uma política de ordenamento do território capaz de assumir princípios de sustentabilidade ambiental<sup>1</sup>, promoção cultural, coesão e inclusão social, a par de desenvolvimento económico, o trabalho aborda um conjunto de reflexões e estudos que norteiam tais desígnios, tendo em vista a promoção da Reabilitação Urbana do espaço público em estudo, especificamente visando uma revitalização urbana / reordenamento funcional.

Importa salientar que a área territorial do Município de Estremoz encontra-se regulamentada através de Instrumento de Gestão Territorial próprio, em vigor, designadamente o Plano Diretor Municipal de Estremoz, bem como foi delimitada uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) para a cidade de Estremoz e elaborado um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para o Município de Estremoz. Dos referidos instrumentos de planeamento estratégico, entre outros objetivos específicos, consagrou-se o seguinte: "Reabilitar o espaço público, equipamentos e infraestruturas de suporte, situados a Sul e a Este do Rossio Marquês de Pombal e melhorar as condições de utilização do mercado de sábado" (ARU) e "Reabilitação do espaço público a Sul, junto aos Paços do Concelho, restringindo o uso do automóvel, junto ao convento e incentivando a mobilidade pedonal. Serão criadas infraestruturas condignas para o mercado de produtos endógenos, atualmente a funcionar com poucas condições." (PEDU).

Pensar soluções urbanísticas, para a área em estudo, passa previamente por um conjunto de reflexões alargadas a vários domínios, onde deve primar a prudência na definição de diretrizes de projeto, ancoradas em princípios e recomendações internacionais sobre a salvaguarda e valorização do património histórico (material e imaterial), dos quais se destacam os seguintes documentos: "A Nova Carta de Atenas 2003. A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI –

---

<sup>1</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015 – "Cidades Sustentáveis 2020".

Conferência Internacional de Atenas, maio de 1998", "Recomendação sobre as Paisagens Urbanas Históricas - Unesco, 10 de novembro de 2011" e "Princípios de La Valeta sobre a Salvaguarda, Gestão das Cidades e dos Conjuntos urbanos Históricos - ICOMOS, La Valeta, 28 de novembro de 2011", bem como mais recentemente a "A Carta Europeia do Urbanismo - Uma Visão das Cidades e das Regiões da Europa do Século XXI, Barcelona 2013", entre outras.

Dos documentos citados, importa realçar o seguinte:

"O crescimento das cidades está a transformar as características essenciais de muitos conjuntos urbanos históricos. A globalização exerce uma profunda influência nos valores que as comunidades associam às áreas urbanas, e ao respetivo meio ambiente, bem como sobre as perceções e a realidade dos seus habitantes e utilizadores. A urbanização traz consigo oportunidades económicas, sociais e culturais suscetíveis de melhorar a qualidade de vida e o carácter tradicional das áreas urbanas. Porém, uma evolução descontrolada da densidade urbana associada a um elevado crescimento podem colocar em risco a perceção de um lugar, a integridade do tecido urbano e a identidade das comunidades. Alguns conjuntos urbanos históricos podem perder a sua funcionalidade, o seu papel tradicional e a sua população residente. A abordagem dos problemas a partir da noção de paisagem urbana histórica<sup>2</sup> pode ajudar a enfrentar e mitigar esses efeitos."<sup>3</sup>

"(...) A introdução de novas funções não deve comprometer a manutenção das atividades tradicionais e de tudo o que é útil à vida quotidiana dos habitantes, o que permite preservar a diversidade e a pluralidade cultural histórica, fatores primordiais num meio histórico urbano. Antes de introduzir novas funções é necessário considerar o seu tempo de duração, o número de utilizadores interessados, a compatibilidade com as outras atividades existentes e o impacte sobre as práticas tradicionais locais. As novas funções também devem satisfazer as necessidades do desenvolvimento sustentável numa conceção de cidade histórica entendida como ecossistema único e insubstituível."<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Mediante o ponto 8 e 9 (definições) da Recomendação sobre as Paisagens Urbanas Históricas, Unesco, 10 de novembro de 2011, "Considera-se *paisagem urbana histórica* a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais que transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respetivo meio geográfico." (ponto 8), sendo "Esse contexto mais alargado inclui nomeadamente a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, os elementos construídos, históricos ou contemporâneos, as infraestruturas (à superfície ou subterrâneas), os espaços livres e os jardins, os planos de ordenamento e a organização espacial, as perceções e relações visuais, e todos os outros elementos da estrutura urbana. Engloba, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e os aspectos intangíveis do património, enquanto vetores da diversidade e da identidade." (ponto 9).

<sup>3</sup> Ibidem, Ponto 17 (Urbanização e Globalização).

<sup>4</sup> Tema B (novas funções) do ponto 4 (propostas e estratégias) dos Princípios de La Valeta sobre a Salvaguarda, Gestão das Cidades e dos Conjuntos urbanos Históricos - Icomos, La Valeta, 28 de novembro de 2011, tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia.



Importa, assim, ter presente o atual paradigma no ato de pensar o desenho da cidade e as intervenções que se pretenderem preconizar, tanto de eventual expansão das malhas urbanas existentes, como de reabilitação urbana do edificado e respetivos espaços públicos que os servem. Efetivamente, o modelo atual de gestão urbanística aponta para a contenção urbana e reabilitação sistemática dos centros históricos. Nesta lógica de planeamento urbano sustentável o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), definiu os seguintes desígnios:

"Privilegiar nos núcleos urbanos antigos (independentemente da respetiva classificação patrimonial), sempre que possível, a afetação das áreas ainda livres de edificação para espaços públicos equipados e espaços verdes, necessários à resolução das questões de desafogo, de remate, regeneração da vida urbana e de articulação dos tecidos urbanos."<sup>5</sup>

"A Administração Local deve privilegiar a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes e promover uma intervenção urbanística conducente à contenção dos perímetros e à economia de solo urbanizável."<sup>6</sup>

Tal alteração de desígnios, terá sido em parte originada pela tomada de consciência dos erros urbanísticos praticados, essencialmente a partir dos anos 70 do século passado, mantendo uma intensidade crescente nas décadas de 80 e 90 (*vide* anexo I, gráfico 1).

Deu-se aso a expansões urbanas desagregadas dos tecidos urbanos consolidados das cidades, provocando muitas das vezes autênticos "atentados" ambientais, económicos e financeiros, pela insustentabilidade da manutenção dos sistemas de infraestruturas criados, custo majorado aquando da extensão das redes de infraestruturas básicas (a montante e jusante das novas urbanizações) e execução de ligações viárias / pedonais, na maioria deficientemente "planeadas".

As decisões de "ordenamento expansionista" foram motivadas pela necessidade de dar resposta à crescente procura de novos alojamentos condignos (aliado a fenómenos de consumismo desnecessários sob o ponto de vista da sustentabilidade urbanística), porém, com um "virar de costas" ao património existente nos cascos históricos das cidades e respetivos espaços públicos.

De seguida, apresenta-se uma fotografia aérea da cidade de Estremoz (figura 1), de modo a visualizar-se o ponto da situação atual no que concerne à sua extensão em

---

<sup>5</sup> Alínea d) do Ponto 140 do PROTA – Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010.

<sup>6</sup> Ibidem, ponto 141.

todos os quadrantes. De salientar o importante vazio urbano, que consubstancia o Rossio Marquês de Pombal, funcionando como “coração” urbano, sendo vital para o funcionamento da cidade no desenvolvimento das suas valências.

**Figura 1 – Panorâmica aérea da cidade de Estremoz, desde o quadrante sudoeste**



Fonte: Blogue “A Terceira Dimensão – Fotografia Aérea”  
(<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/search/label/Estremoz>)

Na realidade, a legislação nacional não foi sendo edificada numa perspetiva flexível, capaz de dar resposta prática / real à problemática inerente à reabilitação urbana de edifícios e espaços públicos degradados, no que concerne à compatibilização de novas infraestruturas e técnicas construtivas modernas, em contraste com as características específicas das edificações existentes, fato suscetível de criar conflitos entre os elementos construtivos "novos" e os "antigos". Com efeito, durante demasiadas décadas a legislação nacional não diferenciou, claramente, a nova construção e o ato de intervencionar um edifício antigo (muitos com valores patrimoniais intrínsecos), obrigando literalmente os proprietários a dotarem os seus imóveis com infraestruturas desnecessárias e, por vezes, lesando e/ou descaraterizando o próprio bem (v.g. fragilização estrutural ou alteração de fachadas). Este facto provocou um desincentivo indireto à promoção da reabilitação urbana, com efeitos nefastos para o património construído, muitas vezes com carácter irreversível, devido ao estado de vetustez e avançada degradação que os imóveis atingiram e, por conseguinte, dos espaços públicos envolventes. Entrando-se, assim, num ciclo vicioso "insalubre" em termos de

alavancagem do início de uma verdadeira política de reabilitação urbana integrada e sistemática, com hesitações de todo o tipo na hora de decidir o que reabilitar primeiro, ou seja, se o edificado ou os respetivos espaços públicos que lhes dão suporte.

Outros fatores contribuíram, em grande medida, para o definhamento dos centros históricos, tais como: novo regime jurídico de arrendamento urbano<sup>7</sup>, alterado recentemente, contudo, sem criar mecanismos efetivos para a promoção da reabilitação urbana (em muitos casos, tanto os senhorios, como os inquilinos, não possuem condições financeiras para reabilitar os imóveis); falta de condições financeiras dos municípios para acionar processos de posse administrativa, para execução de obras coercivas de conservação ou reabilitação (verbas inerentes à execução das intervenções a cargo dos municípios, com posterior imputação de custos aos proprietários, podendo desencadear processos litigiosos que se arrastam durante anos ou décadas); escassos programas governamentais, de comparticipação financeira, para a promoção da reabilitação urbana integrada, dirigida ao sector público e aos particulares; entre outras.

A montante e a par dos problemas identificados, continua-se a insistir numa política nacional desajustada / desequilibrada em termos de investimento público, afetação de recursos e de concentração de centros de decisão - a favor do litoral - com evidente prejuízo para o interior do país<sup>8</sup>. Como é sabido, Portugal é fortemente centralizado, macrocéfalo e excessivamente burocrático, sendo que nunca foram verdadeiramente testadas políticas de descentralização (v.g. através do processo de regionalização), com capacidade de equilibragem das assimetrias regionais. Com efeito, a litoralização de Portugal, em contraponto com a rarefação de pessoas / despovoamento do interior, com grande concentração da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, efetuada através do denominado êxodo rural<sup>9</sup> (*vide* gráfico 1), muito contribuiu para agudizar o abandono dos centros históricos do interior.

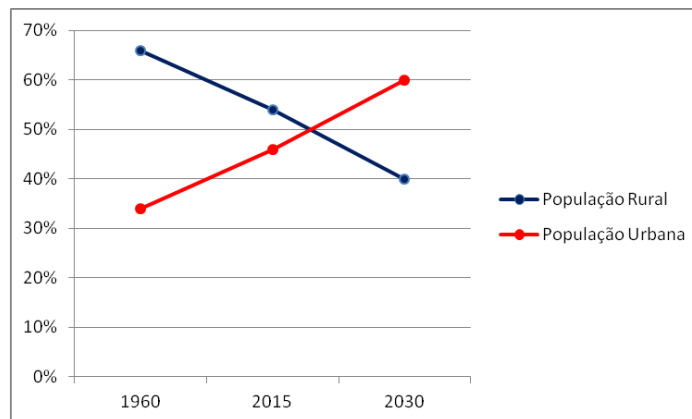
---

<sup>7</sup> Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, alterada pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro.

<sup>8</sup> Nesta matéria é importante salientar os denominados custos de contexto, que as empresas do interior têm de suportar (de modo agravado), sendo: falta de mão-de-obra qualificada e de chefias intermédias, custos agravados em relação à mobilidade / transporte de pessoas e bens, distanciamento relativamente aos centros de decisão, entre outros.

<sup>9</sup> Mediante dados da Organização das Nações Unidas: no mundo, a cada semana, três milhões de pessoas deslocam-se do meio rural para as cidades; 50% da população mundial vive em cidades, em 2030 serão 60%; em Portugal o interior despovoou-se, com a população a concentrar-se num litoral cada vez mais povoado. Calcula-se que em 2040, quase 80% dos Portugueses viverão ao longo da faixa do mar. Informação retirada do seguinte site: <http://www.un.org/>

**Gráfico 1 – Evolução do êxodo rural mundial (%)**



Fonte: Dados da ONU - elaboração própria

Porém, com aplausos, o quadro legislativo nacional tem dado sinais, ainda que insuficientes, para tentar corrigir o cenário criado, nomeadamente através dos seguintes diplomas legais: lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo<sup>10</sup>; regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial<sup>11</sup>; lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural<sup>12</sup>; procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural / regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda<sup>13</sup>; regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial<sup>14</sup>; regime jurídico da reabilitação urbana<sup>15</sup> e regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações<sup>16</sup>.

Dos diplomas legais citados, destaca-se o seguinte:

"«Reabilitação urbana» a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios;"<sup>17</sup>

"Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar, no quadro

<sup>10</sup> Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

<sup>11</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

<sup>12</sup> Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro.

<sup>13</sup> Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

<sup>14</sup> Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho.

<sup>15</sup> Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

<sup>16</sup> Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

<sup>17</sup> Alínea j) do artigo 2.º (definições) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

do presente decreto-lei e dos demais regimes jurídicos aplicáveis, a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam.”<sup>18</sup>

Perante o quadro descrito, torna-se fundamental criar estratégias que fomentem a atratividade das cidades do interior. Por um lado, com maior investimento público alocado à reabilitação urbana dos edifícios e espaços públicos e, por outro, estimulando o investimento privado, com atração de novas empresas, visando o “repovoamento” do interior. Concomitantemente ao referido, é essencial a valorização do património material e imaterial das cidades do interior, muitas vezes latente e não aproveitado, bem como a promoção mais ativa dos produtos endógenos. Neste domínio, uma possível estratégia de desenvolvimento sustentado será a da hibridação do mundo urbano e do mundo rural, articulando os dois mundos em prol do desenvolvimento socioeconómico sustentado.

Face ao exposto, uma proposta eficaz de reabilitação urbana, em termos conceptuais, deverá nortear-se pelas seguintes diretrizes:

- “i) Operação integrada que pressupõe devolver ou dotar um determinado espaço urbano de atributos qualificadores nos aspectos arquitectónicos, urbanísticos, económicos, funcionais, simbólicos, vivificais;
- ii) Conceito que pressupõe a consideração e respeito pelo que existe, numa lógica de revalorização, inovação e pragmatismo do ponto de vista económico-funcional e sócio-cultural;
- iii) Intervenção que envolve procedimentos negociais complexos, contributos multidisciplinares, elevada participação e concertação dos actores urbanos;
- iv) Uma operação que, após o estudo específico da intervenção, pode integrar, de forma não sistemática, a renovação urbana.”<sup>19</sup>

## **1.2. Justificação do Tema**

Acima de tudo, o âmbito do presente estudo justifica-se por um imperativo de consciência para intervencionar num espaço público notável, de grande valor patrimonial (material e imaterial), conforme se comprovará ao longo deste trabalho. Nesse prisma, conforme referido na obra intitulada "Da Organização do Espaço":

---

<sup>18</sup> Ibidem, artigo 5.º (dever de promoção da reabilitação urbana).

<sup>19</sup> Gonçalves, J. (coord.) *et al.* (2006). *Reabilitação Urbana, Oportunidades Económicas, Emprego e Competências*. [s.l.]: mtss, p. 8.

"O espaço é um dos maiores dons com que a natureza dotou os homens e que, por isso, eles têm o dever, na ordem moral, de organizar com harmonia, não esquecendo que, mesmo na ordem prática, ele não pode ser delapidado, até porque o espaço que ao homem é dado organizar tem os seus limites físicos, facto pouco sensível, por exemplo, na escala do objeto mas já extraordinariamente sensível na escala da cidade ou da região."<sup>20</sup>

Efetivamente, o futuro das cidades históricas passa pela reabilitação no seu todo, de forma sustentável e sistemática, com especial atenção às tendências provenientes da globalização, no que se refere à procura de novos conceitos turísticos (v.g. turismo industrial associado a pedreiras de exploração / transformação de mármore, com percursos geoturísticos, ou enoturismo), de lazer e de cultura, bem como no intuito de propiciar melhores condições de vida para a população residente.

Contudo, com uma peneira capaz de triar o que poderá ser "benéfico" ou "nocivo" para o organismo vivo que é a cidade, no seu sentido lato, devendo as intervenções urbanísticas serem pautadas pelo princípio da prudência, aquando da decisão de se verter "inovações" no tecido da cidade, sob pena de serem feridos os valores patrimoniais inerentes à identidade dos lugares (*vide* anexo II, esquema 1). Nesse sentido, Jorge Custódio, defende:

"Os centros históricos posicionam-se para o século XXI como valores da transformação pela reabilitação, como autênticos motores do desenvolvimento integrado e participado, de forma a dar resposta aos cidadãos (os habitantes), reforçando a sua qualidade de vida, não apenas naquilo que são exigências da modernidade, mas também no propiciar presente de uma cultura de cidade histórica, pela identidade dos edifícios e dos espaços públicos, pela autenticidade e integridade dos valores culturais (nomeadamente as referências monumentais, arquitectónico-artísticas, históricas e técnicas tradicionais) que é possível transmitir pela economia de recursos que possam viabilizar a perpetuação do humano à escala do humano."<sup>21</sup>

Consequentemente, o tema escolhido para o presente estudo tem por base um ambiente favorável, tanto de suporte legislativo / vontade política local<sup>22</sup> - plasmada na

---

<sup>20</sup> Távora, F. (1999). *Da Organização do Espaço* (4.ª ed.). Porto: FAUP, p. 27.

<sup>21</sup> Custódio, J. (2001). *Centros Históricos: motores do desenvolvimento integrado*. Revista Centros Históricos, N.º 6 – 2.ª Série, Janeiro/Março 2001, p.17. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0049569001db97c55ff0e>

<sup>22</sup> Mediante o estatuído nas alíneas e), k), m) e n) do ponto 2 do art.º 23.º (atribuições do município) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (RJAL - Regime Jurídico das Autarquias Locais), são atribuições do município atuar nos seguintes domínios: património, cultura e ciência; ambiente e saneamento básico; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo.

ARU e PEDU - em intervir no espaço público em estudo, como de oportunidade de cativação de fundos comunitários, que advirão através do quadro de apoio comunitário denominado "Europa 2020 – Portugal 2020" (próximo quadro "Portugal 2030"), fundamentais para a promoção da reabilitação urbana sistemática da cidade de Estremoz, na qual se inclui o Rossio Marquês de Pombal.

A cidade de Estremoz assume-se atualmente como um centro urbano estruturante (CUE), no âmbito do sistema urbano regional<sup>23</sup>, sendo o seu Rossio um majestoso espaço público, coração da cidade, palco de grandes eventos sociais e culturais, que atualmente se encontra transformado num "mega parque de estacionamento" (no interior da sua placa central), bem como possui zonas bastante degradadas / obsoletas, que urge revitalizar / *refuncionalizar*.

Ao longo de muitas décadas, o Rossio tem sido alvo de inúmeras reflexões, interpretações, estudos e controvérsias, contudo, até à presente data, não se encontrou uma solução adequada, que reúna o consenso necessário dos decisores / população, capaz de visar uma efetiva e eficiente intervenção urbanística. Com efeito, para além de bibliografia oficial, existe uma vasta panóplia de documentos que incidem sobre o Rossio (nos serviços técnicos da Câmara Municipal de Estremoz, Arquivo Municipal e Biblioteca Municipal), com informação que se encontra esparsamente "esquecida" e que é essencial "resgatar" e analisar, sendo preciosa para entender o objeto de estudo.

Entende-se que o presente trabalho poderá constituir um forte contributo para capacitar o debate de ideias em torno do Rossio, visando a sua reabilitação urbana, com o objetivo a jusante de tornar a cidade mais dinâmica / atrativa em termos funcionais, turísticos e para captação de novos investimentos.

Em suma, a premência e a atualidade do tema, para além de ir no sentido de evitar o declínio urbano de uma área central, justifica-se pelos seguintes argumentos:

"(...) o aproveitamento dos recursos que essas áreas representam, o incremento da qualidade de vida dos que aí residem, a manutenção das actividades e funções existentes e a preservação de elementos de identificação e memória da cidade, factores estes valorizados no novo quadro socioeconómico.

C. Law (1998) explicita um conjunto de argumentos que justificam a necessidade de intervir nas áreas centrais:

- trata-se de uma questão de justiça social; os residentes destas áreas devem ser

---

<sup>23</sup> A cidade de Estremoz assume-se como um CUE, considerando a sua vantagem territorial inerente à sua localização geográfica privilegiada (corredor comunicante Lisboa-Badajoz-Madrid), integração no eixo urbano-industrial de Estremoz/Borba/Vila Viçosa, proximidade com Espanha, bem como devido a um considerável nível de dotação de infraestruturas, capacidade logística e concentração de serviços.

apoiados para que possam elevar as suas condições de vida ao nível das que têm os residentes de toda a região urbana envolvente;

- sendo uma área onde se investiu durante décadas, seria um «desperdício» de capital público deixar avançar o processo de declínio e manter recursos subutilizados;
- sem intervenção o declínio do centro pode entrar num processo de autopetuação;
- as actividades devem ser mantidas na medida em que asseguram emprego e serviços aos residentes; dada a sua menor mobilidade, esta população não tem possibilidades de se deslocar para os «novos» centros ou para as áreas suburbanas, estando mais dependente da oferta existente ao nível local;
- um centro forte é essencial para assegurar um bom sistema de transportes públicos: grande parte dos percursos atravessa o centro e assentam na forte procura de transportes por ele gerada; se o nível de actividade diminuir, essa procura também diminui, podendo pôr em causa a viabilidade da rede de transportes públicos;
- o centro constitui o principal elemento de identificação da região urbana; a imagem de um centro forte sugere uma área metropolitana dinâmica, facto que concorre para uma atracção de investimentos generalizada a todos os espaços envolventes.”<sup>24</sup>

### **1.3. Objetivos**

Antes de mais, importa referir que não é pretensão com o presente estudo alcançar a maturidade de projeto de reabilitação urbana, pois para tal desígnio é necessária uma equipa técnica pluridisciplinar (paisagismo, infraestruturas hidráulicas, infraestruturas elétricas e de telecomunicações, etc), bem como outros meios e recursos técnicos. Assim, pretende-se encontrar as premissas essenciais conducentes a uma proposta de reabilitação urbana - esboço / estudo prévio - que deve visar uma correta abordagem sob o ponto de vista patrimonial e funcional, bem como seja exequível em termos financeiros, de modo a resolver os problemas que forem detetados em sede de caracterização / diagnóstico.

Face ao exposto, é possível delinear quatro objetivos gerais: o primeiro, posicionar a pertinência do tema perante o novo paradigma de gestão urbanística, que consiste na contenção urbana e fomento da reabilitação sistemática dos espaços públicos e parque edificado, em detrimento de uma lógica expansionista; o segundo, indagar sobre a génese histórica da praça e respetivas utilizações, visando o entendimento da identidade e memória coletiva do lugar, bem como explicar o potencial da cidade de Estremoz no seu contexto regional, com enfoque na importância da reabilitação urbana

---

<sup>24</sup> Magalhães, A. (2008). *Reabilitação Urbana - Experiências Precursoras em Lisboa '05*. Lisboa: Parque Expo, p.26



como alavanca socioeconómica; o terceiro, caracterizar detalhadamente o objeto de estudo, com elaboração consequente de um diagnóstico das principais disfunções e degradações, bem como analisar / compilar a informação fundamental relacionada com a praça, com especial atenção para os estudos e projetos de intervenção anteriores, visando traçar o “fio condutor” que servirá de guia para o “programa” de intervenção urbanística; o quarto, assumindo uma componente prática, elaborar um esboço / estudo prévio de reabilitação urbana, integrado na cidade, bem como apontar a direção para o prosseguimento do trabalho em sede de projeto.

A fotografia aérea seguinte (figura 2) evidencia a relação entre a grande praça e a estrutura urbana envolvente, que a confina e lhe dá suporte.

**Figura 2 – Panorâmica aérea do Rossio Marquês de Pombal e sua envolvente urbana**



Fonte: Blogue “A Terceira Dimensão – Fotografia Aérea”  
(<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/search/label/Estremoz>)

O presente estudo deverá dar respostas às diretrizes estratégicas plasmadas na ARU e PEDU, citadas anteriormente, e atingir os seguintes objetivos específicos:

- A proposta de intervenção no Rossio deverá ser capaz de gerar um efeito de contaminação positiva, produzindo um estímulo para a reabilitação urbana sistemática na cidade de Estremoz, pavimentando o caminho para novos projetos / investimentos;
- Identificação e caracterização das valências atuais do Rossio, tendo em vista a sua valorização e dinamização, com possibilidade de criação de novas;
- Pensar soluções que promovam a utilização do espaço público para fins

complementares (turismo, cultura ou lazer) para todos os dias da semana, através da simbiose entre novas valências turísticas e os valores patrimoniais em presença;

- Sugestões para a requalificação do mercado de sábado / feira de antiguidades e velharias, preservando essas dinâmicas enquanto valores da identidade de Estremoz, mas, correspondendo às novas dinâmicas do comércio a retalho;
- Repensar os fluxos viários e pedonais, tendo em vista uma *refuncionalização* / otimização do Rossio, com eventuais alterações nas diversas placas / zonas existentes, visando alcançar a denominada “mobilidade sustentável”;
- Preconizar a criação de um "centro" de referência na placa central, constituído por um elemento alusivo à identidade do Concelho de Estremoz, que se articule com a linha de água subterrânea que atravessa diagonalmente o Rossio (desde o fontanário do Sátiro, no sentido ao Lago do Gadanha);
- Encontrar soluções para a valorização do edificado que emoldura a praça, bem como dos edifícios integrados na mesma, em articulação com o espaço público envolvente, considerando os pontos de interesse existentes;
- Encontrar uma solução adequada para "erradicar" a função de parque de estacionamento na placa central do Rossio, visando o desbloqueio da tomada de vistas sobre o património edificado e melhorar os padrões ambientais;
- Encontrar soluções alternativas, à placa central, de estacionamento com oferta de lugares de estacionamento suficientes para absorver a procura;
- Propor soluções para uma adequada pavimentação, elementos urbanos, espaços verdes, mobiliário urbano e infraestruturas, entre outras.

#### **1.4. Metodologia**

Metodologicamente, o presente trabalho assentou em três pilares sequenciais: o primeiro consistiu numa pesquisa / análise alargada dos documentos que constam nos serviços internos da Câmara Municipal de Estremoz, nos quais se incluem o Arquivo e Biblioteca Municipal, concomitantemente a uma leitura da base bibliográfica (citada ao longo do trabalho) e legislação enquadradora subordinada à temática do planeamento urbano estratégico e da reabilitação urbana; o segundo efetivou-se através da triagem e articulação de toda a informação recolhida, a qual constituiu a base teórica de suporte das linhas orientadoras para a reabilitação urbana do objeto de estudo; o terceiro, de

caráter teórico-prático, focou-se na análise *in situ* do objeto de estudo (caraterização / diagnóstico), em articulação com a base teórica alcançada, no intuito de aproximação à realidade contemporânea do mesmo, culminando na elaboração do esboço / estudo prévio da proposta de reabilitação urbana do Rossio Marquês de Pombal e das diretrizes / recomendações gerais necessárias para a maturidade do projeto (que desejavelmente se venha a desenvolver).

#### 1.4.1. Delimitação da Área de Estudo

Conforme anteriormente referido, a área de estudo recai sobre o Rossio Marquês de Pombal, sito na cidade de Estremoz, cuja delimitação se apresenta na figura seguinte (3).

**Figura 3 – Delimitação da área de estudo, no contexto urbano da cidade de Estremoz**



 Delimitação da área de estudo - Rossio Marquês de Pombal (a = 45.100 m<sup>2</sup>)

Fonte: Ortofotomapa CME (cartografia oficial DGT), 2015, elaboração própria



Porém, considerando que o Rossio está intimamente conectado com os espaços públicos que lhe são próximos, em termos físicos e históricos (*vide* figura 4), também se fará uma abordagem genérica dos mesmos, designadamente dos seguintes espaços: largo da República; praça Luís de Campos (antigo Terreiro das Covas); rua 5 de Outubro; rua de Santo André; largo General Graça (antigo Rossio de São Brás); Lago do Gadanha; largo Dragões de Olivença e esplanada dos Congregados (a tardoz da CM de Estremoz).

**Figura 4 – Delimitação da área de estudo, no contexto urbano da envolvente imediata**



 Delimitação da área de estudo - Rossio Marquês de Pombal (a = 45.100 m2)

- |                        |                             |
|------------------------|-----------------------------|
| ① Largo da República   | ⑤ Largo General Graça       |
| ② Praça Luís de Camões | ⑥ Lago do Gadanha           |
| ③ Rua 5 de Outubro     | ⑦ Largo Dragões de Olivença |
| ④ Rua de Santo André   | ⑧ Esplanada dos Congregados |

Fonte: Ortofotomapa CME (cartografia oficial DGT), 2015, elaboração própria

Apesar dos espaços públicos referidos integrarem zonas e ocupações distintas entre si, carecem de uma intervenção de conjunto, de modo a preconizar a sua interligação funcional.

#### **1.4.2. Constrangimentos / Limitações**

Poder-se-á, sem dúvida, afirmar que para alavancar o presente estudo para um nível de maturidade próximo de projeto, é necessário o debate de ideias / soluções técnicas com uma equipa pluridisciplinar, com o objetivo de compatibilizar todas as especialidades de projeto necessárias. Assim, por fatores óbvios, só será possível alcançar um esboço da proposta de reabilitação urbana.

Conforme se poderá constatar, o Rossio carece de trabalhos preliminares de arqueologia, especificamente da continuidade das escavações arqueológicas realizadas no início da década de 2000, pelo que tal facto constitui uma limitação de diagnóstico.

Assume-se que uma intervenção urbanística desta envergadura tem, obrigatoriamente, de passar por uma apresentação pública preliminar e realização de inquéritos, de modo a auscultar as forças vivas da sociedade, população em geral, técnicos e demais interessados em dar o seu contributo para o enriquecimento das soluções de projeto (planeamento participativo). Por outro lado, também é fundamental o diálogo preliminar com várias entidades que tutelam o património construído, que sobre ele se devem pronunciar (servidões / restrições de utilidade pública), como por exemplo o Ministério da Defesa ou a Direção Regional de Cultura do Alentejo, sendo que nesta matéria, no âmbito do presente trabalho, não é possível realizar tais diligências.

De salientar que o tempo e recursos disponíveis, para a elaboração do presente trabalho de mestrado, são manifestamente escassos para se alcançar uma maturidade mais elevada da proposta de reabilitação urbana do objeto de estudo.

#### **1.4.3. Estrutura e Organização**

O presente estudo estruturou-se em sete capítulos, com subcapítulos respetivos, lista de referências bibliográficas e um conjunto de anexos (gráficos, esquemas e figuras) que complementam o corpo de texto principal, essenciais para a compreensão do mesmo.

Os capítulos encontram-se organizados de modo de "consistência prática

crescente", a partir de uma base teórica em direção para uma proposta teórico-prática.

Assim, a título de súmula, os sete capítulos abordam o seguinte:

- No primeiro capítulo faz-se o enquadramento do tema / objeto de estudo, justifica-se o mesmo, definem-se os objetivos a alcançar, descreve-se a metodologia adotada, com indicação da área de estudo e respetivos constrangimentos, e, por último, descreve-se a estrutura e organização do trabalho;
- No segundo capítulo, aborda-se a evolução histórica do povoado, desde a sua hipotética origem até ao presente, com especial enfoque na génese do objeto de estudo – Rossio Marquês de Pombal;
- No terceiro capítulo, descreve-se o posicionamento geoestratégico da cidade de Estremoz e a região envolvente, caracterizando a mesma, descrevendo as suas principais fragilidades e desafios a enfrentar (passados e futuros), visando o desenvolvimento integrado da cidade e, por conseguinte, da região, com indicação de possíveis estratégias para a sua afirmação e desenvolvimento, bem como a importância socioeconómica da reabilitação urbana – cidade de Estremoz;
- No quarto capítulo, procede-se à caracterização atual do objeto de estudo, no que concerne aos edifícios notáveis que emolduram a praça, lógica de funcionamento e utilização, identificação das condicionantes a ter em consideração, conflitos existentes e elencagem dos problemas para a falta de atratividade;
- No quinto capítulo, explana-se o potencial que a praça pode ter para a dinâmica da cidade, evidenciam-se alguns estudos e propostas de intervenção anteriores para o mesmo, bem como apresentam-se modelos interessantes (praças / espaços públicos) patentes em localidades portuguesas e espanholas;
- No sexto capítulo, apresenta-se um esboço / estudo prévio da proposta de reabilitação urbana do Rossio Marquês de Pombal, tendo em vista a sua revitalização sustentável, melhorar a sua atratividade económica e física, com uma nova lógica de funcionamento;
- No sétimo capítulo, são plasmadas as conclusões, resultantes do desenvolvimento do presente trabalho, com indicação da direção para o prosseguimento do trabalho em sede de projeto.

## **CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO POVOADO**

### **2.1. Origens**

A origem da ocupação territorial, da região onde se localiza a atual cidade de Estremoz, mantém-se na sombra, devido à falta de registos documentais, bem como à incipiente prospeção arqueológica no sentido de desvendar tal mistério. As hipotéticas ocupações, anteriores à era cristã, situam-se no espectro da especulação, sendo que não se consegue afirmar categoricamente a qual dos povos, que se instalaram na Península Ibérica (Celtas, Iberos, Lusitanos, Romanos, Árabes, etc), se consigna a fundação do lugar de Estremoz.

Contudo, foram achados alguns objetos arqueológicos indiciadores que houve ocupação humana na região, desde o período do Paleolítico<sup>25</sup>, designadamente encontrados em várias estações arqueológicas, distribuídas pelo atual Concelho de Estremoz. Por outro lado, a existência de elementos megalíticos (antas ou dolmens), enquadrados no período do Neolítico<sup>26</sup>, presentes na Serra d' Ossa e noutros locais, também denotam a presença humana na região.

### **2.2. Período Pré-Romano**

A Península Ibérica, até à chegada dos Romanos, era constituída por um conjunto de reinos espartilhados, tendo os mesmos sido posteriormente "unificados", sob a tutela de Roma. É o tal período histórico que o Dr. Marques Crespo, no seu livro "Estremoz e o seu Termo Regional" (com base nos escritos do estremocense frei Agostinho de Santa Maria, no seu "Santuário Mariano"), aponta como a hipótese mais segura da fundação de Estremoz, que é atribuída aos Celtas.<sup>27</sup> O mesmo autor também sustenta tal hipótese com a origem etimológica do topónimo Estremoz, constituído por conceitos luso-célticos: ES – perto, próximo, vizinho; STRE (equivalente de Stre e Ter) – ribeira, rio; MOS – castro, povoação, vila; cujo significado articulado é: "povoação vizinha da ribeira ou rio (Ter)".<sup>28</sup> A presença, muito próxima de Estremoz (a sul), da ribeira de Tera dão força à citada conexão.

---

<sup>25</sup> Período da Pré-história situado entre 2,5 milhões e 10.000 a.C.

<sup>26</sup> Ibidem, entre 5.000 e 3.000 a.C.

<sup>27</sup> Os Celtas invadiram a Península Ibérica por volta do século VI a.C.

<sup>28</sup> Crespo, M. (1950). *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz: Fac-similada – Centro Social Paroquial Santo André – Estremoz, pp. 27 e 28.

### **2.3. Período Romano**

A hipótese da presença Romana, no Concelho de Estremoz, ganha consistência devido à descoberta de inúmeros traços do seu cunho como, por exemplo, moedas, sepulturas e resquícios de ruínas de habitações em torno da igreja dos Mártires e em Santa Vitória do Ameixial, onde também foi desvendado um balneário Romano, integrado na denominada *Villa Lusitano-Romana* de Santa Vitória do Ameixial.<sup>29</sup>

Relativamente às vias militares Romanas, no distrito de Évora, conforme defendido pelo General João de Almeida, destaca-se o principal traçado do eixo imperial Mérida-Évora, com a identificação de uma estrada secundária, desde Vila Viçosa, passando por Estremoz e seguindo para Évora, por Evoramonte (*vide* anexo III, esquema 2).

Com base no traçado das vias Romanas, verifica-se que a localização da atual cidade de Estremoz se encontrava num ponto de interseção de fluxos comerciais, o que justifica a lógica da existência de uma povoação. No entanto, considerando os escassos vestígios arqueológicos encontrados, pressupõe-se que o hipotético aglomerado não teve grande significado.

De salientar que em 1934 foi descoberto um cemitério visigodo<sup>30</sup>, na freguesia de Santo Estêvão, a norte da cidade de Estremoz.

### **2.4. Período Árabe**

No caso de Estremoz, pouco se sabe acerca da presença Árabe, sendo que o denominado Tanque dos Mouros<sup>31</sup>, grande estrutura quadrangular de 90mx45m, situada a sul de Estremoz, próxima dos "Mártires", é comumente apontado como uma referência Árabe. Contudo, essa obra de aproveitamento hidráulico situa-se muito próxima de achados Romanos, razão pela qual se coloca a hipótese de a mesma ter sido um local destinado a banhos romanos. Por outro lado, conforme características da argamassa empregue, não consentânea com o cimento Romano, poderá ter-se tratado efetivamente de uma estrutura para irrigação, construída pelos Árabes, ressaltando-se, ainda, a hipótese de ter sido erigida em tempo mais remoto (Celtas?).

---

<sup>29</sup> Classificado como Monumento Nacional - Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974.

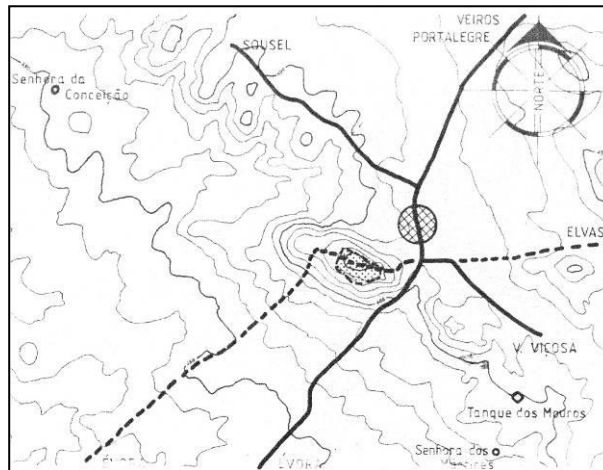
<sup>30</sup> Povo de origem germânica que habitou a Península Ibérica entre 411 a 711.

<sup>31</sup> Classificado como Sítio de Interesse Público - Portaria n.º 740-CI/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, de 24-12-2012.



Considerando que houve uma povoação, aquando do domínio Árabe, coloca-se a possibilidade de ter sido construída uma fortaleza, onde atualmente se encontra situado o Castelo, no local orograficamente mais elevado (*vide* figura 5), fruto de preocupações defensivas no período da reconquista cristã. Assumindo como válida essa hipótese, os Árabes terão abandonado e, conseqüentemente, desmantelado a primeira fortaleza, imediatamente após a reconquista de Évora (1165) pelos Cristãos.

**Figura 5 – Planta com localização do primeiro aglomerado e Tanque do Mouros**



Fonte: Análises sectoriais, volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.3. (hipótese 1)

## 2.5. A Primeira Referência / Primeiro Foral – Século XIII e XIV

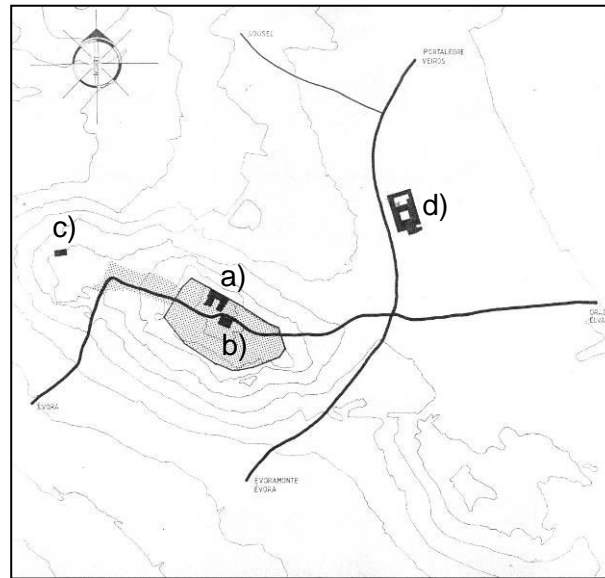
Data de 1211 a primeira referência à *Serram Stormoce* (talvez Serra de Estremoz?), numa doação de D. Afonso II à Ordem Militar de São Bento de Avis, que consistiu numa extensão de terras. A ordem referida terá construído, no início do século XIII, uma ermida gótica de exaltação a São Bento, que posteriormente terá sido doada à Ordem Religiosa de São Francisco. Sobre a ermida referida terá sido implantado o convento de São Francisco (crê-se que já existiria desde 1239). Em 1250 a *Vila de Stremoz, Stormoce, Stormocie* ou *Astroz*<sup>32</sup> era constituída por uma pequena povoação servida pela igreja matriz de Santa Maria<sup>33</sup>, que estava sob alçada da ordem de São Bento de Avis, e pelos mendicantes franciscanos<sup>34</sup>, que se instalaram no arrabalde da povoação, surgindo uma tensão territorial e espiritual entre ambas ordens (*vide* figura 6).

<sup>32</sup> Vermelho, J. (2003). *Nas Lavras do Tempo...Sementes e Raízes*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, p. 35

<sup>33</sup> Liberato, M. (2012). *Núcleos urbanos e afirmação de soberania no Alentejo duocentista: o caso de Estremoz*. In *Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 2. *La história peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras históricas" e y la "Transierra" (siglos XI-XV)*. Madrid: [s.n.], p. 204

<sup>34</sup> Mattoso, J. (1993). *História de Portugal – A Monarquia Feudal 1096-1480* (2 vol.). [s.l.]: Círculo de Leitores, p.127

**Figura 6 – Planta da evolução da ocupação, a primeira referência / foral**



Fonte: Análises sectoriais, volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.4.

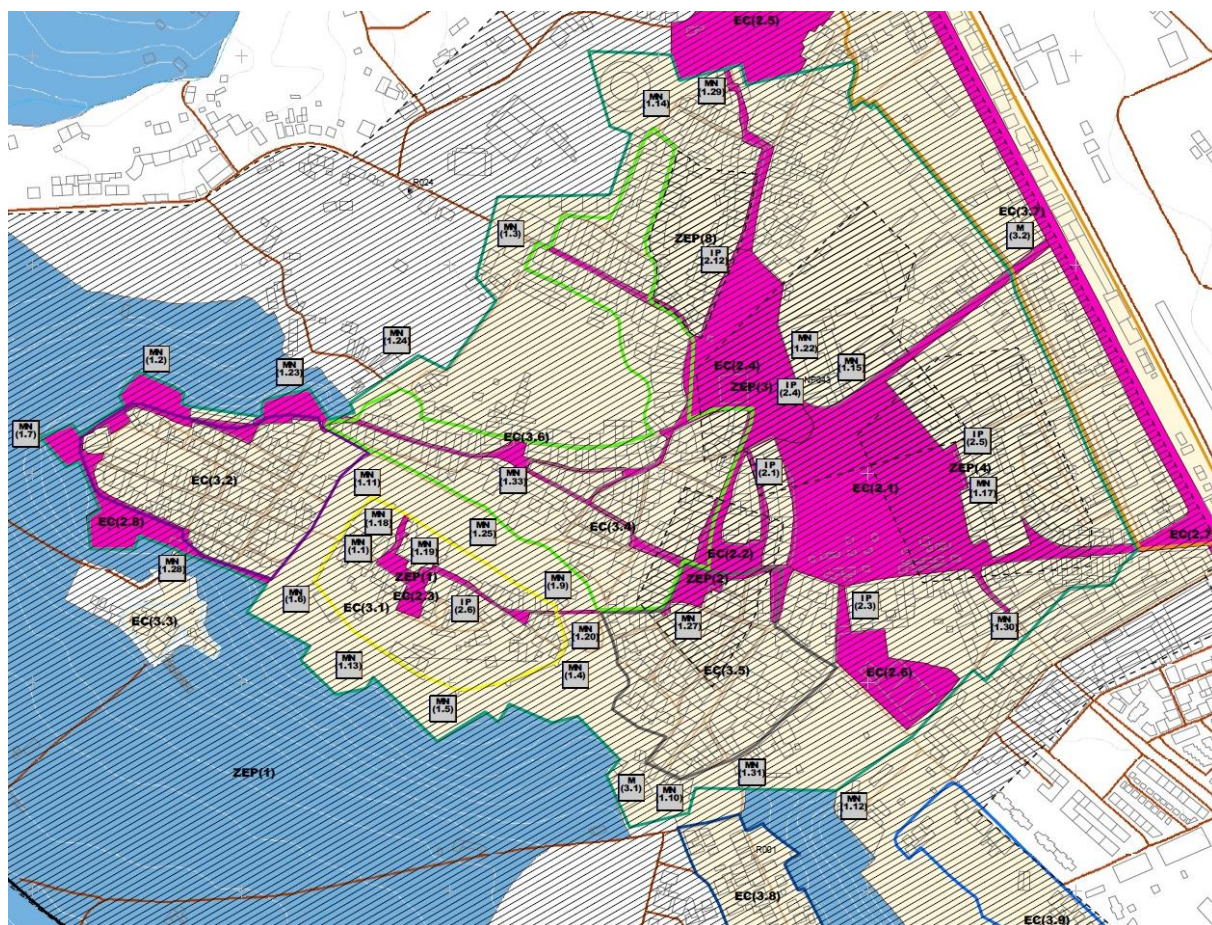
a) Castelo; b) Igreja matriz de Santa Maria; c) Igreja de Santiago; d) Igreja / Convento de São Francisco

Tendo presente que a antiga rede viária romana, perfeitamente funcional no séc. XIII, era importante deter sob domínio do reino e uma vez dissipada a ameaça muçulmana a sul, a fundação de Estremoz foi considerada como sendo um núcleo urbano estratégico (defensivo), de modo a consolidar posições de retaguarda face à fronteira.

Assim, nesse sentido, D. Afonso III interessou-se em promover o povoado existente, outorgando o primeiro foral à Vila em 1258, sendo que nessa altura a povoação era constituída fundamentalmente por dois núcleos: um na área onde foi posteriormente erigido o castelo, na zona mais alta, servido pela igreja de Santa Maria, e outro na encosta do quadrante poente, mais tarde denominado Bairro de Santiago, igualmente servido por um edifício religioso, a igreja de Santiago.

Na peça desenhada seguinte (figura 7) encontram-se identificados / localizados os espaços urbanos e elementos edificados, citados ao longo do texto (antes e depois da figura), com a respetiva cronologia, tendo em vista uma melhor leitura e entendimento do mesmo. Assim, constata-se, através de uma perceção global, que a cidade de Estremoz é detentora de um vasto património histórico, que importa valorizar mediante ações de conservação ou de reabilitação urbana.

Figura 7 – Extrato da carta de património da cidade de Estremoz



<b>EC(1)</b>	Espaço Central - Cidade Património
<b>EC(2)</b>	Espaço Central - Espaço Público
<b>EC(2.1)</b>	Rossio Maquês de Pombal
<b>EC(2.2)</b>	Praça Luis de Camões
<b>EC(2.3)</b>	Largo D. Dinis
<b>EC(2.4)</b>	Largo G. Graça/Lago do Gadanha/Jardim Municipal
<b>EC(2.5)</b>	Portas de Santa Catarina
<b>EC(2.6)</b>	Esplanada dos Congregados
<b>EC(2.7)</b>	Av. 9 de Abril
<b>EC(2.8)</b>	Envolvente ao Bairro de Santiago

<b>EC(3)</b>	Espaço Central - Bairros
<b>EC(3.1)</b>	Castelo Medieval / Núcleo primitivo (séc. XIII);
<b>EC(3.2)</b>	Bairro de Santiago (séc. XVI)
<b>EC(3.3)</b>	Bairro das Ferrarias (séc. XVI)
<b>EC(3.4)</b>	Arrabalde das Covas (séc.XVI)
<b>EC(3.5)</b>	Arrabalde dos Currais (final séc.XVI)
<b>EC(3.6)</b>	Conjunto Urbano da 2ª linha de fortificação (séc. XVII/XIX)
<b>EC(3.7)</b>	Zona da Avenida (zona da Estação - séc. XX)
<b>EC(3.8)</b>	Bairro Operário (séc. XX)
<b>EC(3.9)</b>	Bairro da Mata (séc. XX)

**MN (n)** Monumento Nacional

- 1.1 - Antiga Casa da Câmara / Casa do Alcaide Mor
- 1.2 - Baluarte da Conceição
- 1.3 - Baluarte da Porta da Lage
- 1.4 - Baluarte da Rua Nova
- 1.5 - Baluarte da Santa Cruz
- 1.6 - Baluarte das Ferrarias do Castelo
- 1.7 - Baluarte de Nossa Senhora da Saúde
- 1.8 - Baluarte de S. Barnabé
- 1.9 - Baluarte de S. Brás
- 1.10 - Baluarte de N.ª Sra dos Prazeres
- 1.11 - Baluarte de St.ª Isabel
- 1.12 - Baluarte de S. José
- 1.13 - Baluarte do Picadeiro
- 1.14 - Baluarte de S. Pedro
- 1.15 - Capela de D. Fradique de Portugal

- 1.17 - Claustro do Convento "das Maltezas"
- 1.18 - Capela Rainha Santa Isabel
- 1.19 - Castelo Medieval
- 1.20 - Muralhas Medievais
- 1.22 - Igreja de S. Francisco
- 1.23 - Meio Baluarte de N.ª Sra. do Reguengo
- 1.24 - Meio Baluarte de St.ª Maria
- 1.25 - Meio Baluarte de St.ª Agostinho
- 1.27 - Pelourinho de Estremoz
- 1.28 - Porta de Évora
- 1.29 - Porta de St.ª Catarina
- 1.30 - Porta de St.ª António
- 1.31 - Porta dos Currais
- 1.33 - Torre das Couraças

**IP (n)** Imóvel de Interesse Público

- 2.1 - Café Águias d'Ouro
- 2.3 - Convento dos "Congregados"
- 2.4 - Cruzeiro de São Francisco
- 2.5 - Cruzeiro do Convento das "Maltezas"
- 2.6 - Igreja Matriz de "Santa Maria"
- 2.11 - Palácio da Tocha / Palácio dos Henriques

Fonte: PDM de Estremoz, 2015, carta de património, desenho n.º 2.1.

Na senda de reforço da linha defensiva, da raia alentejana, D. Afonso III ordenou construir as muralhas (pensa-se que sobre os resquícios da fortaleza Árabe), o castelo e o antigo paço, a par de outros casos como Montemor e Elvas, estando tais construções presumivelmente concluídas em 1261<sup>35</sup>. Na cerca medieval foram previstas duas portas principais, a porta do Sol (a nascente) e a porta do Arco de Santarém (a poente), sendo que a mesma envolveu o Castelo, a praça e artérias adjacentes, estando assim concluída a primeira fase de construção da cintura amuralhada.

Na segunda fase de reforço defensivo, foi construída uma cintura amuralhada que abraçou o Bairro de Santiago, em articulação com a primeira cerca medieval, ficando a porta de Santarém como elemento comunicante entre os dois núcleos (*vide* anexo IV, figura 1).

De salientar que o Bairro de Santiago tem na sua génese um planeamento intencional, marcado pela regularidade do seu traçado, conforme descrição seguinte:

"O arrabalde de Santiago ocupa a secção poente do esporão rochoso de Estremoz e foi organizado a partir de uma via principal, a Rua Direita, com uma orientação grosso modo Este-Oeste. Toda a malha cadastral é claramente hierarquizada em função deste arruamento, nomeadamente o traçado de dois eixos que lhe são paralelos, a norte e a sul. Este conjunto é interceptado perpendicularmente por duas travessas com orientação Norte-Sul, sendo que o sistema viário assim definido se distribui por uma área de cinco hectares."<sup>36</sup> (*vide* anexo V, figura 2)

Devido à falta de água sentida no cume da serra (mais tarde os dois núcleos foram dotados de cisternas), foi promovida a construção de uma estrada coberta até ao denominado poço do Espírito Santo, localizado extramuros, tendo-se erigido também duas torres ameadas de proteção ao referido posto abastecedor (*vide* figura 8). Atualmente apenas subsiste, do sistema primeiro, as duas torres quadrangulares, designada de Torre das Couraças.

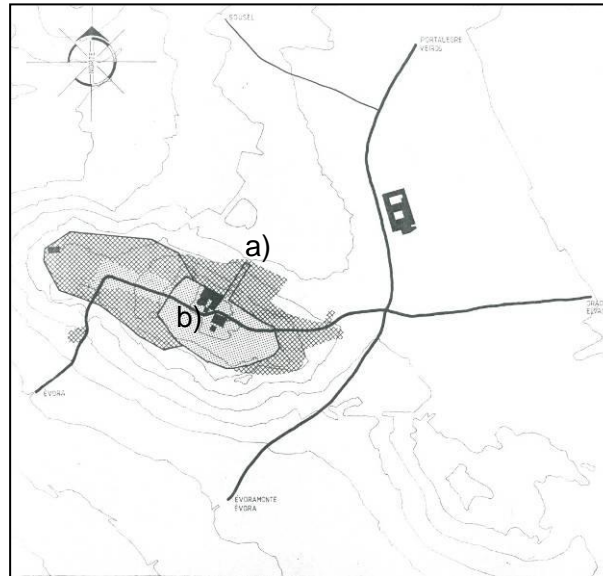
---

<sup>35</sup> Liberato, M. (2012). *Núcleos urbanos e afirmação de soberania no Alentejo duocentista: o caso de Estremoz*. In *Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 2. *La história peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras históricas" e y la "Transierra" (siglos XI-XV)*. Madrid: [s.n.], pp. 189-191

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 195



**Figura 8 – Planta da evolução da ocupação, fortificação medieval**



Fonte: Análises sectoriais, volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.6.

a) Torre das Couraças; b) Torre de Menagem (adossada ao castelo)

A impositiva Torre de Menagem, com 27 metros de altura, de planta quadrangular, integralmente executada em mármore, terá sido presumivelmente concluída no reinado de D. Afonso IV, na primeira metade do séc. XIV (*vide* anexo VI, figura 3).

## 2.6. Expansão Extramuros - Século XV

Diversos fatores favoráveis, nomeadamente naturais (presença de água e mármore) e geográficos (posicionamento a interseção dos grandes eixos de comunicação comerciais e importância estratégica militar defensiva), contribuíram em grande medida para o crescimento extramuros da vila.

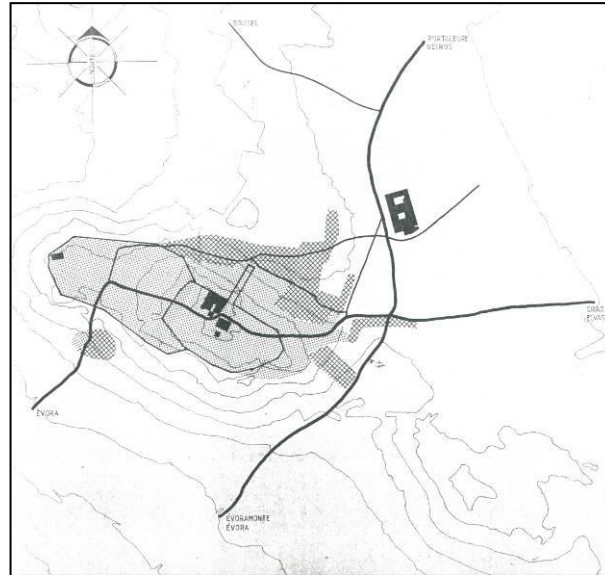
Com efeito, no séc. XV, surgem novos bairros, como o dos Palhais (a norte) e do Espírito Santo (junto à Torre das Couraças), iniciando-se nessa época o desenvolvimento da vila medieval para a zona baixa<sup>37</sup>. A "descida" da vila continuou guiada pela levada (em direção ao convento de São Francisco), que brotava do imponente tanque<sup>38</sup>, cuja alimentação provinha de duas fontes situadas no Rossio (*vide* anexo VII, figura 4). Em simultâneo, a vila também descia pelo quadrante nascente, rumo ao Rossio, originando os bairros da Frandina e do Outeiro (*vide* anexo VIII, figura 5). De referir que no

<sup>37</sup> Cunha, S. (2004). *As fortificações de Estremoz. História, Arquitectura e Restauro. A adaptação do Castelo a Pousada*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Évora: Universidade de Évora. Disponível na Biblioteca Municipal de Estremoz, pp.39 e 40

<sup>38</sup> Atualmente denominado "Lago do Gadanha".

quadrante sul, bastante íngreme, verificou-se a formação de um incipiente aglomerado, denominado de Ferrarias (atualmente existente), bem como o bairro de Fora<sup>39</sup>, conforme ilustra a figura seguinte (9).

**Figura 9 – Planta da evolução da ocupação, séc. XV**



Fonte: Análises sectoriais, volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.7.

## **2.7. Segundo Foral / Início da Contenção Urbana do Rossio - Século XVI**

O segundo foral atribuído, à então vila de Estremoz, por D. Manuel I, data de 1512, sendo que nessa época houve um crescimento da vila no limite norte, com o incremento de um considerável casario, configurando a área dos Reguengos.<sup>40</sup>

O centro do poder administrativo e cívico foi, paulatinamente, descendo a encosta nascente, tendo-se gerado uma nova praça denominada terreiro da Covas<sup>41</sup>, na qual foram erigidos vários edifícios emblemáticos como foi o caso da igreja de Santo André<sup>42</sup>, tendo sido também implantado o pelourinho, presumivelmente transferido da zona alta do Castelo (*vide* anexo IX, figura 6 e anexo X, figura 7).

Durante o séc. XVI, com a referida descida do tecido urbano, para a zona baixa,

<sup>39</sup> O bairro de Fora foi demolido, em detrimento da construção das muralhas seiscentistas.

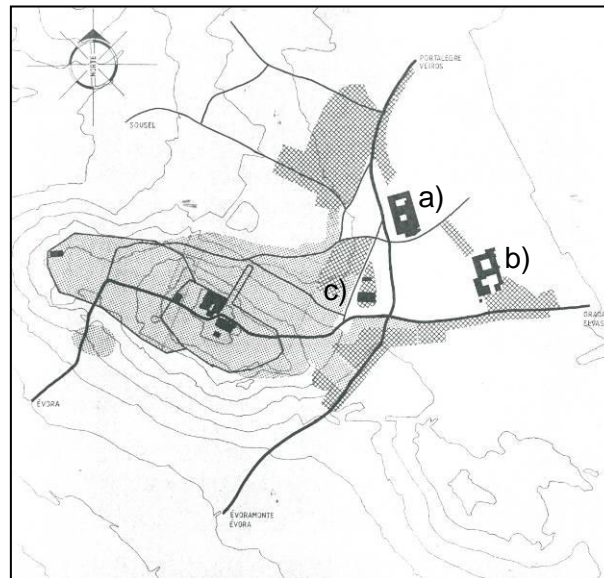
<sup>40</sup> Atualmente denominada por "zona das hortas".

<sup>41</sup> Atualmente denominada praça Luís de Camões.

<sup>42</sup> Demolida em 1960, pelo regime "Estado Novo", dando lugar ao atual Tribunal.

foram sendo construídos importantes edifícios de cariz religioso, o convento de Nossa Senhora da Consolação, no largo do Espírito Santo (adossado à torre das Couraças), bem como o convento de São João da Penitência da Ordem Hospitaleira de Malta ou das Maltezas, este último erigido numa zona desagregada da malha urbana (zona nascente do atual Rossio). Contudo, juntamente com o já existente convento de São Francisco, situado no topo norte (desde o séc. XIII), e mais tarde (final do século XVII) com a construção do convento da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri ou dos Congregados<sup>43</sup>, iniciou-se a génese da efetiva contenção urbana de um vasto terreiro, o atual Rossio Marquês de Pombal, conforme se pode analisar na figura seguinte (10).

**Figura 10 – Planta da evolução da ocupação, segundo foral – séc. XVI**



Fonte: Análises sectoriais, volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.8.

a) Igreja / Convento de São Francisco; b) Igreja / Convento das Maltezas; c) Igreja de Santo André (demolida)

## **2.8. Guerra da Restauração / Muralhas Seiscentistas – Séc. XVII e XVIII**

Com a revolução de 1 de dezembro de 1640, que culminou com a aclamação de D. João IV<sup>44</sup>, dá-se a restauração da independência de Portugal, seguindo-se um período conturbado de sucessivas batalhas com o reino de Espanha (Guerra da Restauração).

Tal como em diversas praças militares, Estremoz foi alvo de adaptações para dar resposta defensiva aos avanços da artilharia, considerando que as vetustas cercas

<sup>43</sup> Atual Câmara Municipal de Estremoz.

<sup>44</sup> Rei de Portugal e Algarves, de 1640 a 1656, natural de Vila Viçosa (Calipolense).

medievais encontravam-se ineficazes. Aquando da restauração da independência, Estremoz era a sétima vila de Portugal em população efetiva, com 6600 habitantes, sendo no séc. XVII o quartel-general do Alentejo<sup>45</sup>.

Assim, o engenheiro militar João Pascácio Cosmader elaborou o projeto para modernizar e abaluartar a antiga cerca medieval, contudo, tendo falecido em 1648, foi Nicolau de Langres, com a colaboração de Pierre de Saint-Colombe, que prosseguiram com a condução das obras de robustecimento defensivo. As obras consistiram na construção de quatro baluartes, dois meios-baluartes e um revelim, sendo que as mesmas implicaram a demolição de inúmeras habitações, bem como do caminho coberto que ligava a zona alta à torre das Couraças.

Só a partir de 1671 é que, a mando do engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel, juntamente com os generais Dinis de Melo e Castro e João da Silva e Sousa, se finalizou a execução da fortificação abaluartada da zona baixa. A 2.<sup>a</sup> linha defensiva passou a abraçar toda a malha urbana extramuros da anterior linha defensiva, com a forma de estrela (*vide* figura 11), sendo constituída por: dez baluartes, três meios-baluartes, um reduto e vários revelins. A praça-forte era servida por quatro portas: a de Évora, dos Currais, Santa Catarina e Santo António (*vide* anexos de XI a XIII, figuras de 8 a 10).

A partir do início do séc. XVIII, existe referência à então Fonte Nova, que também se denominou Chafariz do Imperador, situada aproximadamente no local onde se encontra implantado o fontanário do Sátiro, em frente à ermida do Santo Cristo, no Rossio Marquês de Pombal.

A propósito das fontes concelhias, numa nota intitulada “(...) das fontes existentes neste concelho extraída do seu tombo, relativa a 1764.”, é referido o seguinte:

“(...) poço do Rossio, hoje com um marco fontenário para o público. É encimado pelo Sátiro, obra de arte de Sá Lemos. Este poço é um nascente poderosíssimo. Abastece o Lago, o poço da Praça Luís de Camões e vai alimentar, conjuntamente com o poço do Pátio dos Congregados (câmara), o chafariz dos Currais, correndo os sobejos para o lavadouro, fora de Portas.”

“A segunda chama-se a fonte nova. Tem a sua nascente no grande Rossio, junto da ermida de Santo Cristo, e por um grande aqueduto subterrâneo, que atravessa todo o Rossio, vai sair alastrando por uma formosa concha de pedra que jorra em um famoso lago do «gadanha».”<sup>46</sup>

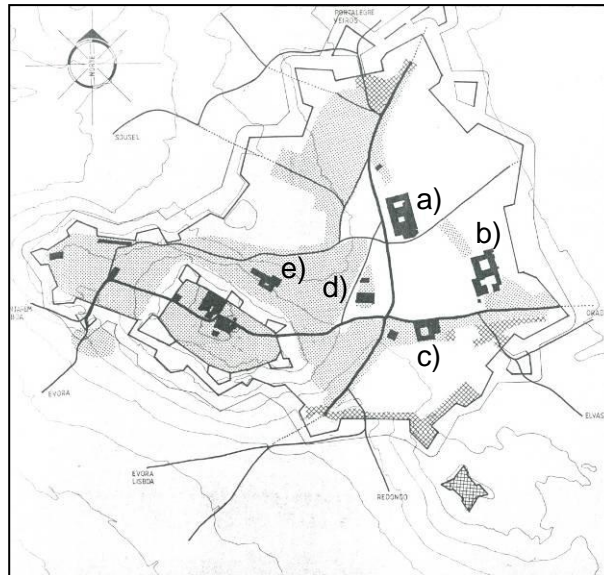
<sup>45</sup> Valla, M. & Teixeira, M. (1999). *O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII Portugal-Brasil*. [s.l.]: Livros Horizonte, p. 157

<sup>46</sup> Crespo, M. (1950). *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz: Fac-similada – Centro Social Paroquial Santo André – Estremoz, pp. 184 e 185



No terreiro das Covas, continuou a concentração das principais atividades cívicas e comerciais da vila, sendo nessa zona instalada a praça do peixe e da hortalça (vide anexo XIV, figura 11).

**Figura 11 – Planta da evolução da ocupação, as muralhas seiscentistas**



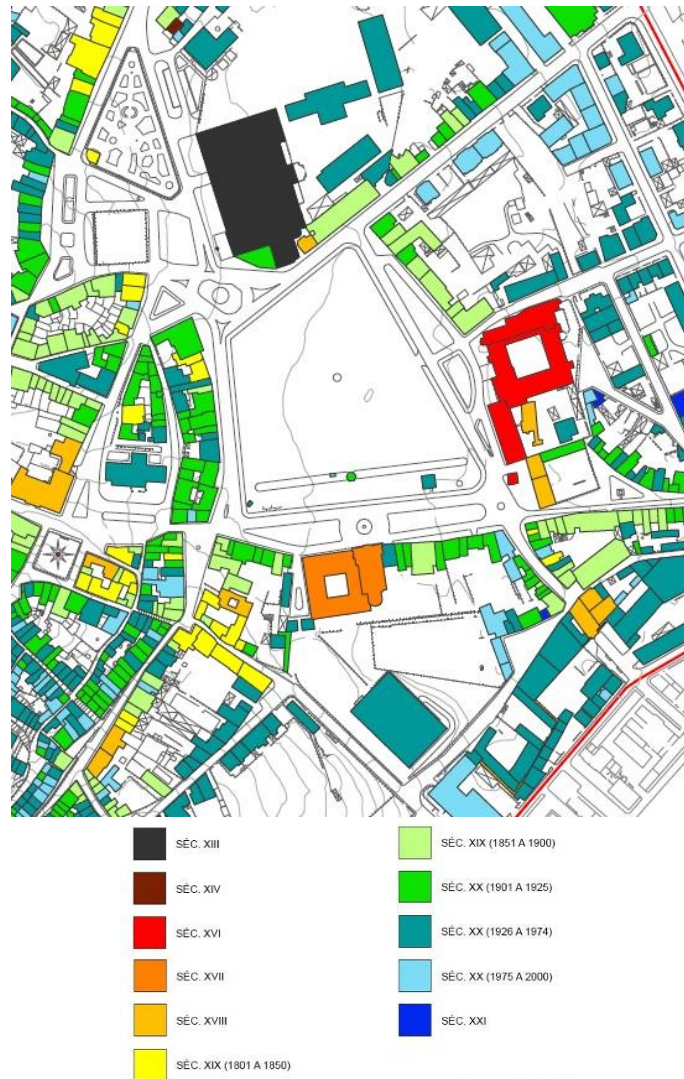
Fonte: Análises sectoriais, volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.9.

- a) Igreja / Convento de São Francisco; b) Igreja / Convento das Maltezas; c) Igreja / Convento dos Congregados;  
d) Igreja de Santo André (demolida); e) Igreja / Convento de Nossa Senhora da Consolação

## **2.9. O Anseio da Expansão Urbana / Consolidação Urbana da Grande Praça / Avenida do Rossio / Prelúdio da Destruição Patrimonial – Séc. XIX**

No decorrer do séc. XIX, o majestoso terreiro do Rossio, já confinado através de uma malha urbana consolidada, conforme ilustra a figura seguinte (12), outrora uma importante praça de armas do reino, tornou-se no local de eleição para trocas comerciais, considerando a sua fácil acessibilidade e grande dimensão.

Figura 12 – Extrato da planta cartográfica com datação dos imóveis



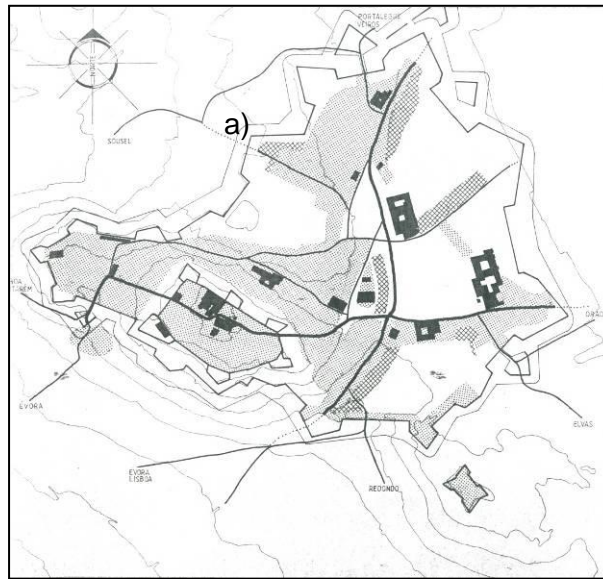
Fonte: Inventário de conjuntos urbanos, DGEMN, 2006, cartografia C.6.2.

Com efeito, Estremoz deixa de ser sede do quartel-general do Alentejo em 1869, contudo, a atividade militar mantém-se através do Regimento de Cavalaria 3 – Dragões de Olivença<sup>47</sup>. Assim, o Rossio perdeu efetivamente a função de praça de armas em meados do séc. XIX.

De realçar que a Câmara Municipal, no final da década de 60 do séc. XIX, abriu a Porta do Reguengo, passando a existir cinco portas de acesso à praça-forte (*vide* figura 13), de modo a dar continuidade extramuros da rua Serpa Pinto, sendo que tal intervenção não estava prevista no projeto original referente às muralhas seiscentistas (*vide* anexo XV, figura 12).

<sup>47</sup> Instalado atualmente no ex-convento de São Francisco.

**Figura 13 – Planta da evolução da ocupação, séc. XVIII-XIX**



Fonte: Análises Sectoriais, Volume II-1 do PSVCHE, 1994, Desenho n.º 2.11.

a) Localização da Porta do Reguengo

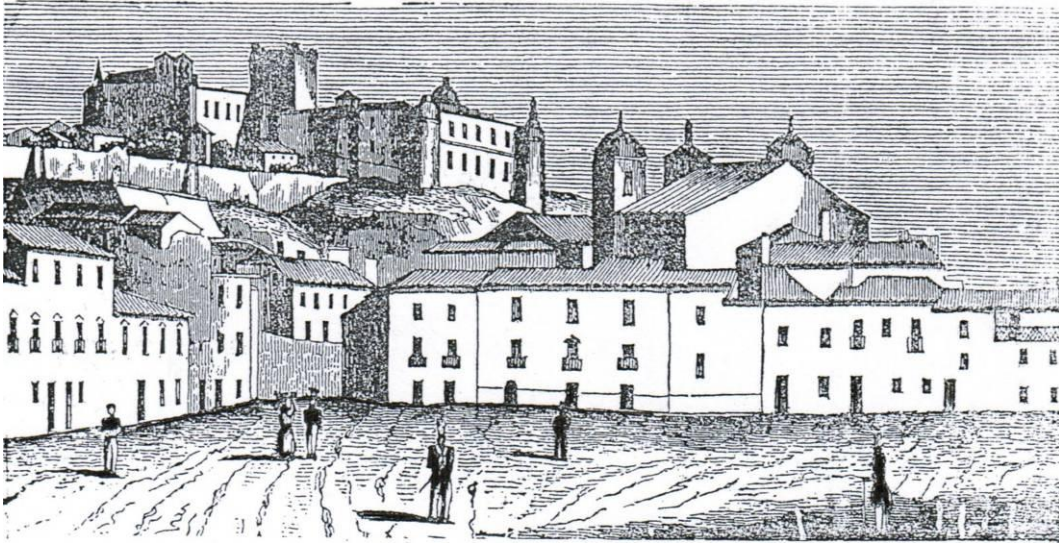
Em síntese, a evolução urbana de Estremoz pode ser descrita do seguinte modo:

"A cidade de Estremoz teve três períodos de desenvolvimento urbano até ao século XVIII, o primeiro no reinado de D. Afonso III e completado por D. Dinis que estabeleceu os dois primeiros núcleos medievais e em que o centro religioso e administrativo se localizava no largo do castelo. A segunda fase corresponde ao desenvolvimento extramuros que no século XVI consolidou-se através da implantação de edifícios públicos na parte baixa da vila e consequentemente verificou-se a deslocação gradual do centro administrativo para o terreiro das Covas. A terceira fase corresponde à construção do novo sistema de fortificação no século XVII que alarga a sua área urbana e estrutura novas vias de expansão radiais a uma praça de armas que é o rossio. A nova implantação dos Paços do Concelho nesse século no terreiro das Covas veio definitivamente institucionalizar este espaço urbano como "Praça", hoje a praça Luís de Camões (...). Na segunda metade do século XIX assiste-se a uma transferência de funções da praça Luís de Camões para o rossio, hoje Rossio Marquês de Pombal, que é o espaço à volta do qual todos os edifícios públicos principais se implantam, mas dada a sua dimensão ainda hoje serve de terreiro para feiras e mercados."<sup>48</sup> (*vide* anexo XVI, figura 13)

<sup>48</sup> Valla, M. & Teixeira, M. (1999). *O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII Portugal-Brasil*. [s.l.]: Livros Horizonte, p. 159

A gravura seguinte (figura 14) ilustra a grande praça, ainda em estágio de terreiro, delimitada pelas edificações que a confinam em parte do quadrante poente. De realçar, nessa época, a inexistência de qualquer tipo de zonamento segregador na praça (v.g. através de passeios ou separadores), ou seja, o espaço público era totalmente utilizado / apropriado pelas pessoas.

**Figura 14 – Gravura do terreiro, Rossio Marquês de Pombal (quadrante poente), 1849**



Fonte: Revista Popular, vol. II, 1949, p.113, Biblioteca Municipal de Estremoz

Na segunda metade do séc. XIX, pós a turbulência perpetrada pelo sistemático movimento de tropas, constituídas por elementos de outras regiões e mercenários (com hábitos e costumes esquisitos), Estremoz entrou num contexto de progressiva acalmia social. Com efeito, é nesse enquadramento de paz das últimas décadas de oitocentos, que surge a Avenida do Rossio (zona sul da praça), materializando um importante passeio público a par de outros centro urbanos (*vide* anexo XVII, figura 14). A população passou a dispor de um espaço público central, vocacionado para a reunião e abertura da convivência social, bem como para fomento de atividades culturais, tais como: concertos das filarmónicas locais, exibição de peças de teatro em barracas, circo, entre outras. O coreto municipal, construído em 1888, passou a fazer parte integrante do passeio público referido, reforçando a componente cultural do burgo, conforme se pode verificar na fotografia seguinte (figura 15).



**Figura 15 – Avenida do Rossio, de C.J. Walowski, 1891**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

Ainda no final do séc. XIX, iniciou-se o que se pode adjetivar como o prelúdio da destruição parcial do sistema amuralhado seiscentista de Estremoz, ferindo de "morte" tal conjunto patrimonial. O primeiro exemplo é o caso da demolição do *redente* ou *revelim* que se situava na porta do Sol ou da Frandina, com o alegado objetivo de facilitar a acessibilidade da população residente da zona alta à zona baixa, a qual já detinha o centro político-administrativo, social e cívico da cidade. Com efeito, na década de 1880, todo o conjunto defensivo da porta referida foi eliminado, descurando a salvaguarda de valores arquitetónicos e patrimoniais, seguindo parâmetros meramente funcionais e mais alinhados com a modernidade<sup>49</sup>. (*vide* anexo XVIII, figura 15)

A própria sociedade civil, imbuída por um anseio de melhor mobilidade e expansão urbana para a zona baixa da cidade, conjugado com o "caráter obsoleto" que as muralhas detinham, mobilizou-se no sentido de pressionar a Câmara Municipal para literalmente destruir partes das muralhas e respetivos fossos, no troço compreendido entre a porta de Santo António e a porta de Santa Catarina. Assim, na última década do século XIX, a reivindicação da população foi no sentido de se solicitar ao governo a concessão do referido troço para que se procedesse à abertura de ruas para construção de prédios "de módica quantia", o que terá culminado na eliminação de partes da cortina seiscentista da zona nascente.<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Vermelho, J. (2003). *Nas Lavras do Tempo...Sementes e Raízes*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, pp. 251-254

<sup>50</sup> Jornal D' Estremoz, 26-04-1890, N.º 162, p. 1

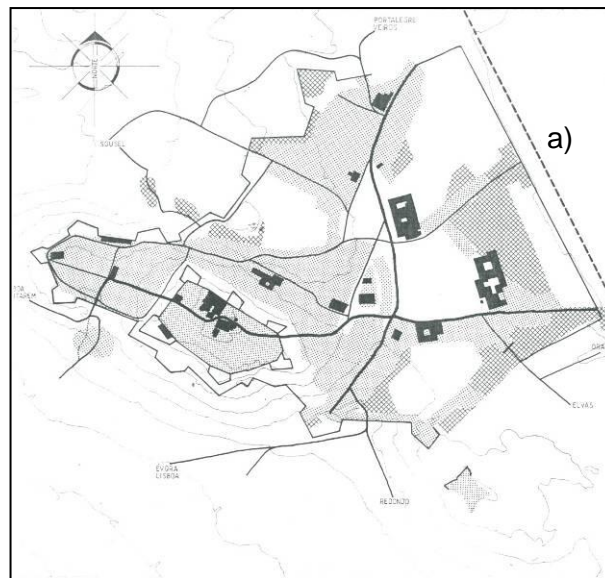
## 2.10. Estação de Caminho-de-ferro / Destruição Patrimonial / Novas Áreas de Expansão Urbana Extramuros e a Multifuncionalidade do Rossio Marquês de Pombal – Séc. XX e XXI

### 2.10.1. A “promoção” das Acessibilidades

Face ao cenário criado no final séc. XIX, o século seguinte inicia-se com a destruição efetiva de vários troços das muralhas abaluartadas, para possibilitar a abertura de novas artérias estruturantes, com o intuito de melhorar a acessibilidade aos novos bairros e permitir a ligação à futura estação de caminho-de-ferro.

Concomitantemente, em 1902, foi lançado o processo de planeamento para o prolongamento da linha de caminho-de-ferro (troço Estremoz – Vila Viçosa) e construção da respetiva estação ferroviária, no âmbito do então Plano da Rede Ferroviária ao Sul do Tejo, tendo-se iniciado a obra no início de 1904, o que também contribuiu para a destruição das muralhas no seu extremo nascente (*vide* figura 16).

**Figura 16 – Planta da evolução da ocupação, o caminho-de-ferro**



Fonte: Análises sectoriais, Volume II-1 do PSVCHE, 1994, desenho n.º 2.13.

a) Localização da estação / linha de caminho-de-ferro

A inauguração da referida obra deu-se a 1 de agosto de 1905<sup>51</sup>, consubstanciando um paradoxo em matéria de acessibilidades, ou seja, por um lado a obra possibilitou uma melhor conexão entre concelhos vizinhos, por outro criou uma barreira física na cidade, no sentido do seu "natural" crescimento - quadrante nascente.

### **2.10.2. A Destruição Patrimonial Sistemática e a Descontrolada Expansão Urbana Extramuros**

O ambiente civil criado, em torno da destruição sistemática das muralhas, foi corporizado num curioso artigo da imprensa local, em 1905, intitulado "Abaixo as Muralhas", que plasmou o sentimento popular "anti-muralhas". (*vide* anexo XIX, figura 16).

O processo de destruição das muralhas foi paulatinamente executado, tendo sido lançado um anúncio de concurso para empreitada de demolição de troços de muralha no ano de 1916<sup>52</sup>, obra comprovada por notícia do ano seguinte em que é referida a demolição efetiva da muralha no morro atrás do Hospital Civil, localizado no antigo Convento das Maltezas<sup>53</sup>.

Numa publicação de 1927, deu-se destaque à destruição do troço de muralha entre a Porta de Santo António e a Porta de Santa Catarina:

"(...) para o assentamento da via (de caminho-de-ferro), edifício da est. e anexos destruiu-se um grande pano de muralhas N., barbaridade desnecessária que mutilou um dos mais típicos monumentos da nossa arquitectura militar; e a larga brecha aproveitou-se depois para abertura duma avenida (a de Miguel Bombarda), que, traçada em arco de ferradura, parte do largo fronteiro à est., entrando na vila, no Rossio Marquês de Pombal, pelos dois extremos."<sup>54</sup>. (*vide* anexo XX, figura 17)

As opções de "planeamento" citadas originaram um estrangulamento da malha urbana da cidade no seu quadrante nascente, tendo despoletado a sua expansão habitacional para sul e norte.

---

<sup>51</sup> A informação relativa ao prolongamento da linha de caminho-de-ferro / estação ferroviária encontra-se disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o\\_Ferovi%C3%A1ria\\_de\\_Vila\\_Vi%C3%A7osa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ferovi%C3%A1ria_de_Vila_Vi%C3%A7osa)  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramal\\_de\\_Vila\\_Vi%C3%A7osa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramal_de_Vila_Vi%C3%A7osa)

<sup>52</sup> Jornal D' Estremoz, 14-10-1916, N.º 1526, p. 3 e 25-11-1916, N.º 1532, p.3.

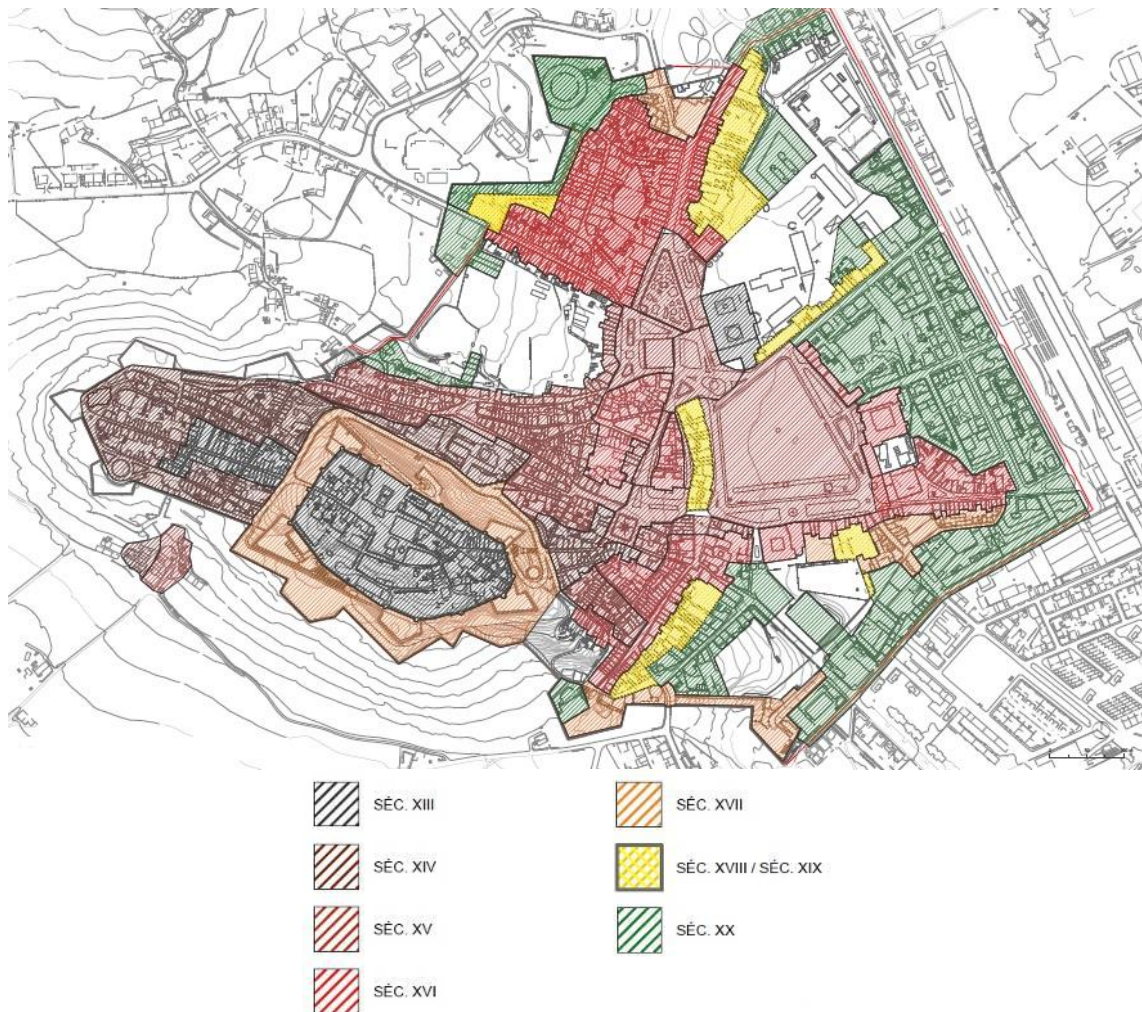
<sup>53</sup> Jornal D' Estremoz, 03-02-1917, N.º 1542, p. 3.

<sup>54</sup> Dionísio, J. (coord.) *et al.* (2011). *Guia de Portugal, II – Estremadura, Alentejo, Algarve* (2 vol.). Fundação Calouste Gulbenkian, p. 101.

Por outro lado, a consolidação da zona industrial de Estremoz, a partir dos anos 90 do século passado, do "outro lado" da linha de caminho-de-ferro criou um núcleo desagregado da cidade, somente articulado no início da segunda década do presente século, através do desmantelamento da linha, bem como com a criação de novas artérias de ligação entre as duas partes da cidade (*vide* anexo XXI, figura 18).

De seguida, apresenta-se uma planta cartográfica - síntese - da evolução urbana da cidade de Estremoz (figura 17), desde o Séc. XIII até ao Séc. XX

**Figura 17 – Planta cartográfica da evolução urbana da cidade de Estremoz**



Fonte: Inventário de conjuntos urbanos, DGEMN, 2006, cartografia C.6.1.



### **2.10.3. A Importância Multifuncional do Rossio Marquês de Pombal como Palco de Eventos e de Sinergias Sociais**

Conforme se destacou ao longo do presente capítulo, o Rossio Marquês de Pombal, desde a sua génese histórica, assumiu um papel fundamental na dinâmica social, cultural e económica da cidade de Estremoz.

Apesar de, pelos motivos já explanados, ter perdido a valência de praça de armas, manteve, até à presente data, a sua essência primeira de ser um local de encontro eminentemente social, facilitador de troca de sinergias entre a população local e visitantes, através de variados eventos socioculturais, socioeconómicos e cívicos, nomeadamente (*vide* anexos de XXII a XXXIII, figuras de 19 a 31):

- Desde a inauguração do Coreto Municipal (1888), até a atualidade, foram promovidos inúmeros concertos de bandas filarmónicas;
- “Cenário histórico” de mercados e feiras - diários e semanais - decorrendo diariamente o mercado de produtos endógenos (hortícola, doçaria, agropecuária, caça, artesanato, cestaria, entre outros), na zona sul do Rossio, sendo que nos sábados atinge o seu auge com a congregação da Feira de Antiguidades e Velharias;
- Palco de paradas militares, fomentadas principalmente pelo Regimento de Cavalaria RC3, conhecido por Dragões de Olivença (instalado em Estremoz desde 1875), eventos religiosos (v.g. Festas da Cidade à Exaltação da Santa Cruz) e feiras anuais tais como: a Feira de Santo André (desde 1754), a Feira de Maio (desde 1925), a Feira de Artesanato (desde 1983), a Feira de Arte Popular e Artesanato, com integração da Cozinha dos Ganhões (importante certame gastronómico, desde 1985, atualmente formalizado como evento próprio) e a FIAPE - Feira Internacional de Agropecuária de Estremoz (desde 1986 até ser trasladada para o Parque de Feiras e Exposições na Zona Industrial de Estremoz);
- De realçar a antiga Feira do Gado (atualmente integrada na FIAPE), a qual deixou resquícios imateriais dos seus certames no Rossio, devido ao facto de hoje em dia ainda se efetivarem negócios de venda de gado com um simples “aperto de mão”, o que significa os fortes laços afetivos ligados à vivência do largo e à memória coletiva que se enraizou na população;
- Palco, ainda, de eventos políticos e cívicos, bem como de comemorações (v.g.

Proclamação da República, Reforma Agrária, Comemorações do 1.º de Maio);

- Local para exibição de peças de teatro, tendo sido construído o denominado Teatro *Chalet*, em 1915, na zona sul do terreiro (perpendicular à Avenida do Rossio / Passeio Público), tendo sido destruído por um incêndio no mesmo ano;
- Subsidiariamente, o Rossio também serviu de suporte para instalação de circos, aterragem de helicópteros, lançamento de paraquedistas, local de aprendizagem de condução de veículos ligeiros, desafios de futebol, picadeiro, entre outras;
- Relativamente à placa central da praça, a mesma é “aproveitada” funcionalmente (desde há bastantes décadas) para parque de estacionamento diário e, pontualmente, para parque de caravanismo;
- Entre outras.

A figura seguinte (18) reflete o forte caráter - multifuncional - da praça em análise.

**Figura 18 – Feira de automóveis e maquinaria agrícola [s.d.]**



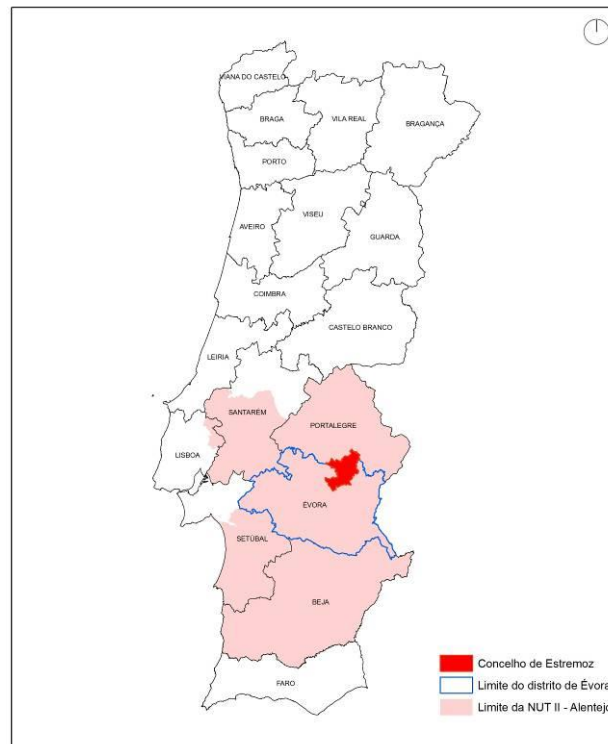
Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

## CAPÍTULO III – A CIDADE DE ESTREMOZ E A REGIÃO ENVOLVENTE

### 3.1. Enquadramento Territorial da Cidade de Estremoz

A cidade de Estremoz encontra-se localizada na região do Alentejo (NUT II), sub-região do Alentejo Central (divisão regional NUTS III), distrito de Évora, no Concelho de Estremoz e na União das Freguesias (UF) de Estremoz (Santa Maria e Santo André), conforme se encontra indicado na carta seguinte (figura 19).

**Figura 19 – Carta administrativa oficial de Portugal continental - concelho de Estremoz**



Fonte: SGUPPM da CMETz, 2016

A área geográfica do Concelho de Estremoz, em cujo “centro geométrico” se localiza a sua cidade, abrange um total de 514 km<sup>2</sup>, consubstanciando 7 % do território da NUTS III do Alentejo Central (*vide* figura 20).

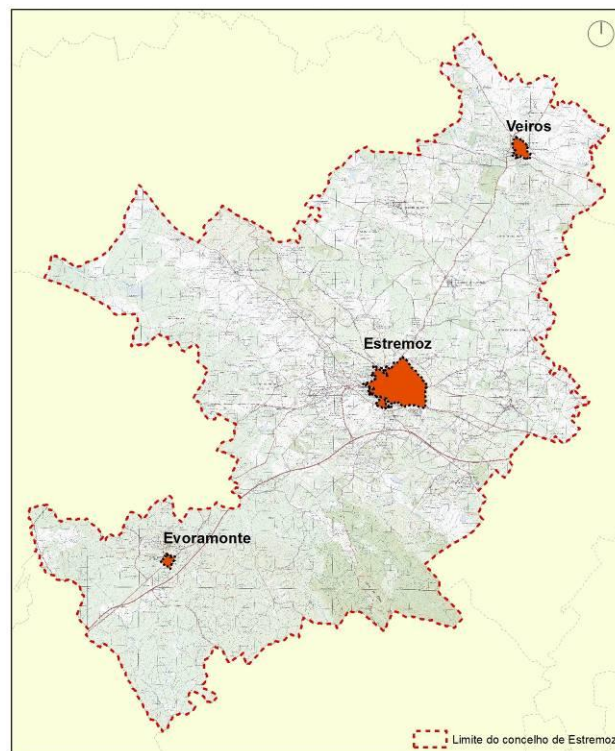
Operada a recente reorganização administrativa do território das freguesias<sup>55</sup>, o concelho ficou constituído por um total de 9 freguesias: União das Freguesias de

<sup>55</sup> RJRATA – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e RATFL – Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro

Estremoz (Santa Maria e Santo André), União das Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento), União das Freguesias de S. Lourenço de Mamporcão e S. Bento de Ana Loura, União das Freguesias de S. Bento do Cortiço e Santo Estêvão, Arcos, Evoramonte, Glória, S. Domingos de Ana Loura e Veiros.

A reorganização referida, teve como principais objetivos o aumento da coesão territorial e do desenvolvimento local, visando a promoção dos ganhos de escala, otimização dos recursos públicos e redução de custos, sendo que as eventuais desvantagens (carece de monitorização / avaliação técnica de resultados positivos e/ou negativos) consistem na dificuldade de gestão, maior área territorial e menos recursos, menor proximidade com os fregueses, possível perda de identidade das freguesias ou constrangimentos em conciliar as várias identidades em presença, entre outras.

**Figura 20 – Planta cadastral do concelho de Estremoz**



**Fonte: SGUPPM da CMETz, 2015**

Os concelhos que lhe são limítrofes são: a Norte, Sousel, Fronteira e Monforte; a Sul, Évora e Redondo; a Nascente Borba e Monforte; a Poente, Sousel, Arraiolos e Évora.

O clima é típico de regiões do interior, sendo as amplitudes térmicas anuais

consideráveis. No Inverno as temperaturas médias mensais são de 10°C, no Verão são de mais de 20°C, chegando a serem superiores a 35°C. Quanto à precipitação, tem um total anual de aproximadamente 661,8mm.

De salientar que nos meses de Verão, aquando de picos de calor excessivo, determinadas zonas da cidade de Estremoz, como é o caso do Rossio Marquês de Pombal (interior da placa central e vias perimetrais), funcionam como potenciais “ilhas de calor”<sup>56</sup>, podendo gerar altos níveis de desconforto. Este fenómeno deverá ser considerado na proposta de reabilitação urbana.

Conforme informação disponibilizada no *site* do Município de Estremoz:

“(…) No que diz respeito ao relevo e à paisagem a cidade de Estremoz situa-se numa elevação que atinge os 448m de altitude. Desta posição sobranceira é possível admirar a bela e vasta paisagem rural em seu redor, de onde se pode avistar, do alto do seu castelo, algumas povoações limítrofes, os campos e montes alentejanos. O relevo é caracterizado pela existência de algumas massas montanhosas de baixa altitude a par da peneplanície alentejana que ocupa mais de 3/4 da superfície do concelho. As massas montanhosas que mais sobressaem são os contra-fortes da Serra D’Ossa e as elevações ocupadas pelos calcários da cidade, até ao limite com o concelho de Sousel onde essas elevações são designadas por Serras da Lage, Sousel e S. Bartolomeu.

A nascente da cidade de Estremoz a paisagem está marcada pela exploração e extracção de mármore. Na ocupação dos solos, predomina a cultura extensiva e de sequeiro, com especial relevância para os cereais, muitas já reconvertidas em áreas de aproveitamento agro-silvo-pastoril, a par do olival, montado de azinho e sobro, e algumas manchas ocupadas com vinha, pomares, pinhal, eucaliptal e matos incultos, dispersos um pouco por todo o concelho. (…)”<sup>57</sup>

### **3.2. Evolução Demográfica e Estrutura Produtiva Concelhia e Regional**

No Concelho de Estremoz registaram-se 14.318 habitantes, mediante os dados

---

<sup>56</sup> As denominadas ilhas de calor (conceito utilizado para definir zonas urbanas que acumulam calor / aumento de temperatura) surgem no interior das cidades ou zonas fortemente urbanizadas, fundamentalmente pelos seguintes fatores: absorção de calor devido a grandes superfícies de asfalto, impermeabilização dos solos e desvio da água através de caleiras (redução do processo de evaporação), acumulação de poluição emanada pela circulação de veículos, ausência ou carência de zonas verdes (com capacidade de reflexão e absorção do calor), entre outras. As ilhas de calor urbanas podem ser evitadas ou minimizadas através das seguintes ações de intervenção: previsão de zonas verdes (plantação de árvores e vegetação, proporcionando um aumento de sombras), medidas para reduzir a poluição do ar (minimizar a emissão de gases poluentes pelos veículos), presença de água (instalação de microaspersores, espelhos de água e fontes / repuxos), entre outras.

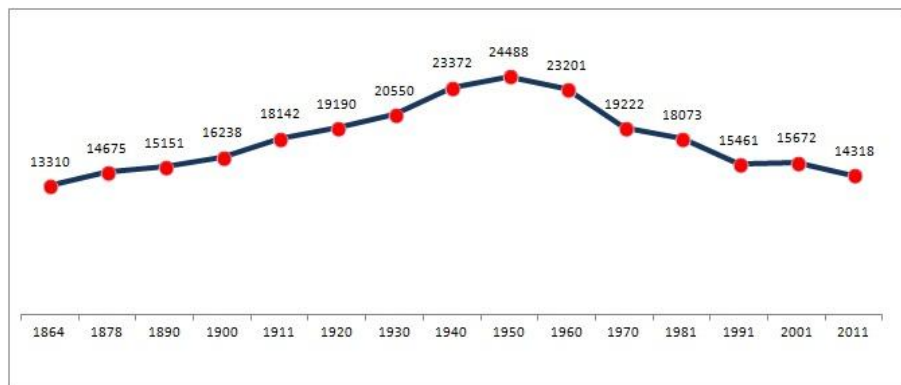
<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/?pa=35&lang=1>

obtidos pelos censos de 2011, verificando-se uma diminuição face aos censos de 2001 (15.672 habitantes), mediante se pode analisar no gráfico seguinte (2). A cidade de Estremoz absorve 52,26% da população total do concelho, ou seja 7.483 habitantes e 86% do total da população da UF de Estremoz.

Os números referidos traduzem-se numa densidade populacional de 28 hab./km<sup>2</sup>, que supera o valor do Alentejo Central, que se situa nos 24 hab./Km<sup>2</sup>, contudo, Estremoz continua a transmitir um "código genético" predominantemente rural.

Pelos dados referidos, constata-se uma perda de população, agravada de ano para ano, representando uma tendência gradual e efetiva de diminuição da população. Associada à perda de população, encontra-se também patente uma estrutura etária envelhecida, com os consequentes saldos negativos, sendo também de sublinhar a ocorrência de fenómenos migratórios, próprios de uma cidade do interior do país.

**Gráfico 2 – Evolução do número de habitantes no concelho de Estremoz**



**Fonte: Dados do INE, censos de 1864 a 2011 – elaboração própria**

Verifica-se que a estrutura demográfica de Estremoz encontra-se de acordo com o perfil-tipo de população envelhecida, a par do registado pelo interior do país e, de modo mais marcado, no Alentejo. O índice de envelhecimento de Estremoz situa-se em 245%, valor elevado mesmo para um concelho do Alentejo Central (183,7%) onde se encontra inserido e aproximadamente de o dobro do constatado em Portugal (127,8%).

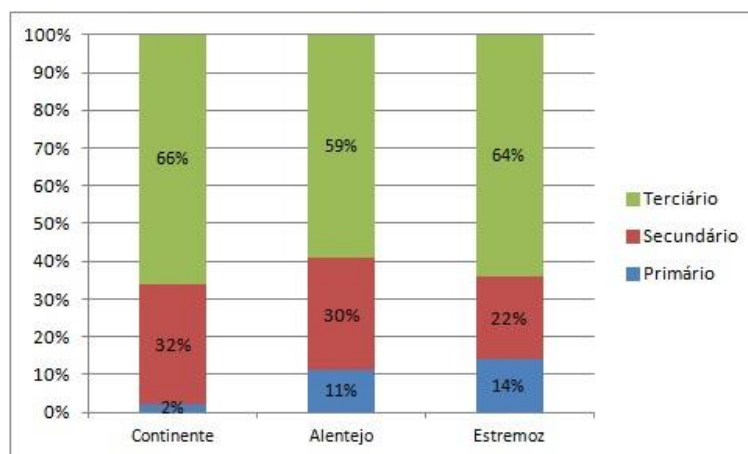
A estrutura etária referida apresenta, de modo latente, evidentes consequências nefastas para o nível de habilitações literárias do concelho, onde apenas 9,2% da população possui o nível de ensino superior completo, valor que se encontra ligeiramente abaixo do existente na região do Alentejo (10,2%) e que aumenta o seu diferencial quando comparado com a totalidade do país (13,8%).



Quanto à estrutura de trabalhadores por conta de outrem, de acordo com as suas habilitações, sofreu uma alteração considerável na última década. Com efeito, de modo geral, constata-se que atualmente o número de pessoas com o 1º ciclo é meramente residual (1,2% em Estremoz) e que a maioria dos trabalhadores (no concelho) possui o ensino secundário completo (27,6%). Verifica-se, nesse indicador, que Estremoz alcança um melhor resultado do que aquele que se regista a nível nacional (24,5%). O grande diferencial do concelho, quando comparado com a realidade nacional, encontra-se nas pessoas detentoras de licenciatura. Em Estremoz registam-se 7,3% de licenciados, face a 16,6% no país.

O Alentejo foi alvo de uma especialização histórica, ao nível do setor primário, que ainda tem resquícios na população de Estremoz, mesmo que esta tenha diminuído bastante nos últimos anos, sendo que aproximadamente 14% da população ainda permanece relacionada ao setor agrícola, o que traduz um valor ligeiramente superior à média do Alentejo, que se situa nos 11%. Os dados específicos citados, evidenciam um contraste com os da economia geral portuguesa, onde o setor da agricultura assume uma empregabilidade de apenas 2% do pessoal ao serviço (*vide* gráfico 3).

**Gráfico 3 – Trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade**



Fonte: Dados do INE, contas regionais 2011 – elaboração própria

A forte terciarização do emprego no Concelho de Estremoz (v.g. economia social), em setores de baixa exportação, originou que o concelho perdesse algum peso no conjunto da região do Alentejo Central. Estremoz situa-se atualmente no sexto lugar, no conjunto de concelhos, com 3,1% das exportações da região. Porém, se considerado em termos nominais, Estremoz quase duplica o valor das suas exportações (quando

comparado com 2001), atingindo cerca de 15 milhões de euros.

Analisando a evolução da população empregada por setor de atividade, num período de dez anos (2001-2011), constata-se que a sua distribuição se manteve inalterada. Os principais setores de atividade empregadora são: a agricultura, a produção animal, a caça, a floresta, as indústrias extrativas / transformadoras, o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos motorizados (v.g. maquinaria agrícola, automóveis e motociclos) e, finalmente, a administração pública e a defesa, a segurança social, a educação e as atividades de saúde e apoio social. Face ao seu vasto património histórico, cultural e ambiental, o Concelho de Estremoz possui uma dinâmica expressiva no setor do turismo, com destaque em termos regionais.

### **3.3. Os Principais Desafios / Problemas Enfrentados Após a Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Uma vez dada a efetiva queda do autodenominado “Estado Novo”, que se conservou ininterruptamente durante 41 anos, até à Revolução dos Cravos de 1974, Portugal iniciou paulatinamente o estabelecimento de sinergias com os seus vizinhos Europeus e para com o Mundo (com exceção de alguns acordos políticos anteriores) num sentido lato: em termos políticos, económicos, culturais e sociais. Efetivamente, antes do florescimento de um novo paradigma geoestratégico de colaboração entre países constituintes da plataforma Europeia, Portugal encontrava-se mergulhado numa estagnação transversal, ou seja, sem incorporação de novas tendências sociais progressistas e tecnológicas, com nefastas consequências para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Nesse período, a máxima que melhor caracterizava Portugal era: “orgulhosamente sós”<sup>58</sup>. Com a aplicação prática de tal conceito protecionista / conservador, Portugal ficou irreparavelmente atrasado - décadas - em comparação com outros países socialmente mais avançados, mais industrializados e tecnologicamente melhor preparados para enfrentar a crescente competitividade em processo de globalização.

Com o intuito primeiro de inverter o marasmo nacional criado, visando, por um lado, fomentar o progresso económico, de modo a compensar a delapidação de recursos absorvidos com a guerra ultramarina, com consequente perda do mercado colonial e, por outro, para lançar o país na senda da paz e modernidade (a todos os níveis), Portugal

---

<sup>58</sup> Conceito “proclamado” num discurso pelo presidente do conselho de ministros, António de Oliveira Salazar, em 1965.



assinou o tratado de adesão à CEE, em 12 de junho 1985.

Iniciou-se, assim, a modernização do país através da aplicação dos fundos estruturais provenientes da CEE, com vista a esbater o fosso de desenvolvimento de Portugal em relação aos outros Estados-Membros.

Contudo, em síntese, verificou-se que Portugal e, por conseguinte, a região do Alentejo, não conseguiu aplicar eficazmente os recursos disponibilizados, nomeadamente na modernização do setor produtivo (v.g. insuficiente mecanização da agricultura, ténue industrialização e fraca capacitação das indústrias existentes)<sup>59</sup>, bem como revelou-se ineficaz na execução de reformas públicas estruturais, de modo a desburocratizar as instituições vigentes (algumas sendo resquícios do anterior regime). De grosso modo, a “aposta” foi direcionada para o aumento da rede viária nacional, em detrimento do fecho de extensos troços do caminho-de-ferro, ações de formação que se revelaram em grande parte sem retorno efetivo, entre outras opções políticas que não nivelaram o país relativamente ao patamar de competitividade / modernização de outros países, perante os quais Portugal teve e tem de competir no chamado “mercado livre europeu”.

Salienta-se que em termos de produtividade da agricultura em Portugal, aquando da entrada na CEE, assistiu-se a uma “perversão” da lógica de investimento, com aplicação de medidas desajustadas da nossa realidade. Por um lado, foram assegurados os rendimentos dos agricultores (através de subsídios pela não produção) e foram concedidos incentivos para o arranque de determinadas culturas tradicionais, por outro lado, verificou-se um desinvestimento tecnológico nos sistemas produtivos, bem como um aumento da importação de bens agrícolas, de modo a compensar a falta de produção nacional. Assim, em Portugal enquanto se baixaram os níveis produtivos, noutros países europeus implementou-se uma agricultura fortemente subsidiada, capaz de exportar produtos abaixo dos custos de produção, o que acabou por asfixiar a produção local.

Face ao referido, no caso particular do concelho de Estremoz, importa salientar a antevisão, que se revelou acertada, plasmada no relatório que serviu de base para o seu PDM de 1995:

“(…) A Indústria foi-se instalando, com algum aprofundamento da fileira das rochas ornamentais, apesar da concorrência e maior dinamismo de Vila Viçosa. O comércio e os serviços cresceram também a um ritmo razoável e Estremoz continua a ser o principal

---

<sup>59</sup> No caso da mecanização da agricultura surgiu um paradoxo crucial, que consistiu no seguinte: por um lado, com a mecanização abriu-se a porta ao aumento do desemprego (principalmente feminino), pois tal setor primário era gerador de centenas de postos de trabalho (diretos e indiretos), por outro lado, sem a mecanização Portugal não conseguia alcançar patamares de produtividade capazes de fazer frente a um mercado globalizado e altamente competitivo, promovido pelos países nórdicos constituintes da CEE.

pólo terciário da zona. O artesanato subsiste sem evidentes problemas de escoamento da produção, colocando-se o seu futuro principalmente em termos da capacidade de renovação dos artesãos.

Neste contexto, é a evolução da agricultura que irá determinar o comportamento global do volume de emprego, conforme for mais ou menos rápido o ritmo de libertação de activos agrícolas. Na década passada, a agricultura terá evoluído no sentido da melhoria das estruturas fundiárias, do aumento dos efectivos pecuários, da racionalização das explorações e do aumento da mecanização, tendendo para um cada vez menor recurso ao trabalho assalariado. No entanto, as culturas tradicionais no concelho vão debater-se com problemas decorrentes da reduzida competitividade face às agriculturas mais evoluídas dos parceiros europeus e dos novos mecanismos e imposições decorrentes da reforma da PAC.<sup>60</sup> A produção de cereais e a pecuária serão particularmente afetados, resultando em processos de extensificação da produção e do abandono de parte da superfície agrícola e na aceleração da perda de empregos agrícolas (...)<sup>61</sup>

Desde antes da adesão à CEE, até aos dias de hoje, Portugal continua endemicamente a evidenciar um conjunto de fragilidades, contudo, com alguns progressos, tendo sido identificadas genericamente aquando da elaboração do relatório do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT):

“Pela história, pela cultura e por opção política, mas também pela dispersão das comunidades portuguesas no seio da UE, Portugal possui uma marcada dimensão europeia e um significativo potencial contributivo para o reforço da coesão económica e social do projecto europeu. Todavia, o País continua a evidenciar um conjunto de fragilidades que dificultam o aproveitamento integral das vantagens propiciadas pela participação na União Europeia. Entre outras, destacam-se os baixos níveis de instrução e de qualificação dos recursos humanos e, em correlação, os baixos níveis de produtividade por pessoa empregada (49,3% da média da União Europeia, em 2003).”<sup>62</sup>

Na região Alentejana, na qual se insere o Concelho de Estremoz, as consequências negativas foram evidentes, através do fecho de diversas indústrias, com destruição de centenas de postos de trabalho diretos / indiretos e consequente despovoamento da região, tais como: metalomecânicas, cerealíferas, agropecuárias, entre outras atividades.

---

<sup>60</sup> PAC – Política Agrícola Comum da União Europeia.

<sup>61</sup> Relatório do PDM de Estremoz de 1995, p. 5

<sup>62</sup> Relatório do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, anexo à Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro que aprovou o PNPOT, p. 15.

Por outro lado, a progressiva instalação de grandes superfícies comerciais, produto da globalização e do mercado livre instituído pela CEE, provocou a asfixia do comércio local, que se encontra em processo de “morte lenta”, pelo facto da impossibilidade de competição com as corporações internacionais, que fornecem produtos de primeira necessidade a custo mais reduzido.

No caso particular, da cidade de Estremoz, o cenário descrito verifica-se através da cintura de hipermercados instalados nas últimas duas décadas, bem como pelo facto da proximidade a Espanha (Badajoz), que origina uma “fuga” de consumidores à procura de um leque mais alargado de produtos (normalmente de menor custo), tirando partido das ligações viárias que se encontram em bom estado de utilização. De salientar que os hipermercados, devido à sua escala comercial e automação na venda, com produtos agrícolas provindos do centro da Europa a custos mais baixos (subsidiados pela PAC), originaram o agravamento do nível de desemprego. Com efeito, estima-se que cada posto de trabalho criado, numa grande superfície comercial, equivale à supressão de quatro postos de trabalho, no interior da zona urbana consolidada e nas áreas periurbanas.

A par dos fatores referidos, os “novos estilos de vida”, pautados por uma sociedade sob a égide da “velocidade virtual”, onde as relações interpessoais são cada vez mais ténues, a instabilidade profissional (em muitos casos, produto da precariedade laboral, promovida por políticas neoliberais e corporativistas) e a falta de oportunidades de emprego na região, conduzem a uma fraca natalidade e, por conseguinte, a um despovoamento endémico de difícil resolução.

### **3.4. A Quebra da Procura de Rochas Ornamentais – Anticlinal de Estremoz / Zona dos Mármore – Ossa Morena**

No concelho de Estremoz, sem prejuízo de outras atividades inerentes aos setores primário e secundário, como, por exemplo, a vitivinicultura<sup>63</sup> (indústria cada vez mais expressiva - nacional e internacionalmente - *vide* anexo XXXIV, figura 32), pecuária extensiva, produção de cereais, horticultura, entre outras, a exploração das rochas ornamentais – principalmente o mármore – assume-se de grande importância económica.

A área do denominado Anticlinal de Estremoz<sup>64</sup> (Estremoz – Borba - Vila Viçosa),

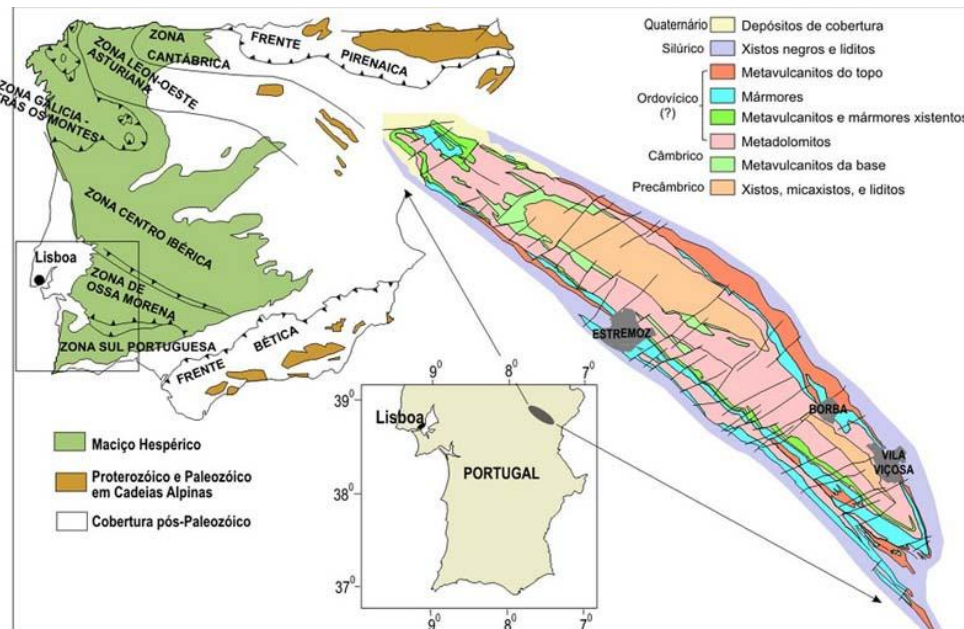
---

<sup>63</sup> Em Estremoz (2018) existem 23 adegas em funcionamento, disseminadas por todo o território concelhio.

<sup>64</sup> A área do Anticlinal de Estremoz tem orientação NW-SE, com cerca de 40km de comprimento e 7 a 10km de largura.

também conhecida por Zona dos Mármore - Ossa Morena, consiste num vasto território da atividade extrativa / transformadora de mármore do Alentejo (*vide* anexos de XXXV a XXXVIII, figuras de 33 a 36), conforme representa a figura seguinte (21).

**Figura 21 – Localização / composição do anticlinal de Estremoz**



Fonte: Carvalho, J.

(<http://www.igme.es/CYTED/fotosWeb/pages/Anticlinal%20de%20Estremoz%201.htm>)

No prisma do ordenamento do território, na zona dos mármore, importa salientar o seguinte:

“(…) esta região tem vindo a ser alvo de exploração de mármore para fins ornamentais desde os tempos da ocupação da Península Ibérica pelo Império Romano. No entanto, só em tempos bem mais recentes, por meados do século XX, essa actividade sofreu um forte incremento, em grande parte desregrado, do qual resultou um importante passivo ambiental que se tem vindo a acumular até aos dias de hoje. Tal passivo, (...) traduz-se, fundamentalmente, por um desordenamento paisagístico causado pelas explorações (pedreiras) em si mesmas, muitas delas em situação de abandono, e por uma enorme acumulação de resíduos, nomeadamente escombros e lamas.

Relativamente a escombros, GAMA (1998) refere a existência, em 1992, de 425 escombros a que correspondia um volume de 22 milhões de metros cúbicos de escombros.”<sup>65</sup>

<sup>65</sup> Moura, A. (coord.) et al. (2007). *Mármore e calcários ornamentais de Portugal*. Amadora: Ineti, pp. 131 e 132

A figura seguinte (22) transmite o forte impacto ambiental da extração / exploração do mármore no Anticlinal de Estremoz, onde as escombreyras (acima da cota do terreno) assumem um protagonismo impositivo, face à paisagem natural envolvente.

**Figura 22 – Panorâmica aérea de parte do Anticlinal de Estremoz (pedreiras / escombreyras, entre Borba e Vila Viçosa)**



Fonte: Blogue “A Terceira Dimensão – Fotografia Aérea”  
(<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Pedreiras%20de%20Vila%20Vi%C3%A7osa>)

Depois de mais de duas décadas de um mercado interno e externo estável, e com uma prática de preços elevados, a extração / transformação de mármore na área cativa do Alentejo<sup>66</sup> (Anticlinal de Estremoz) sofreu uma forte quebra aquando da crise de 2008/09, não tendo recuperado até à presente data.

A crise que se instalou à escala global (originada pela “crise dos mercados internacionais”, conflitos armados no médio oriente, entre outros fatores), acentuou-se maioritariamente na área das matérias-primas metálicas e não-metálicas, por força de uma abrupta quebra no crédito destinado à indústria da construção civil e das obras públicas, principais consumidoras dessas matérias-primas.

O forte declínio na procura de mármore teve como reflexo imediato a paralisação das empresas que trabalhavam exclusivamente para o mercado nacional, tendo

<sup>66</sup> A área cativa, para exploração de mármore na região de Estremoz/Borba/Vila Viçosa, foi declarada pela portaria n.º 441/90, de 15 de junho.

sobrevivido, embora com alguma dificuldade, as empresas que operavam no mercado externo com uma carteira de clientes próprios. Mesmo algumas empresas que exportavam exclusivamente através de intermediários estrangeiros, para manterem a atividade exportadora, ficaram sujeitas a uma forte pressão para redução de preços, muitas vezes abaixo do preço de produção, tendo com o tempo acabado por entrar em processo de falência.

Por outro lado, pese embora uma ténue recuperação do setor da construção civil nos últimos três anos, a consolidação de novos países produtores de rochas ornamentais com preços muito competitivos tem dificultado uma retoma sustentada da produção de mármore da área cativa, não havendo hoje, salvo raras exceções, empresas com *stock* que lhes permita concorrer e ganhar concursos internacionais com pedra da região.

Para se ter uma noção da dimensão da quebra deste setor, que ocorreu na região, refere-se que até ao surgimento da crise estariam em produção entre 120 e 130 pedreiras em laboração, enquanto atualmente serão entre 25 e 30. Esta quebra refletiu-se também ao nível da indústria transformadora local e nacional. Admite-se que tenha ocorrido uma quebra de 70% no emprego direto que esta indústria absorvia, criando fortes problemas socioeconómicos.

Para se conseguir inverter esta situação é necessário haver uma mudança de mentalidade das empresas (v.g. fomentar a cooperação e união entre empresários do setor ou dotar as empresas de mais técnicos superiores na área da investigação / marketing) associada ao lançamento de políticas inovadoras de promoção que criem condições para uma pujante e sustentada visibilidade do mármore do Alentejo. Outra medida impulsionadora seria a obrigatoriedade, em sede de caderno de encargos, de em todas as obras públicas nacionais aplicar-se pelo menos 50% de pedra nacional, de modo a contribuir para a retoma de muitas pedreiras / empresas da região.<sup>67</sup>

No plano da valorização da economia local, relacionada com o setor da extração / transformação do mármore, torna-se vital desenvolver um planeamento de ações que visem estruturar um “Sistema Produtivo Integrado” (SPI). Para alcançar tal desígnio, o SPI, deve ter por base sinergias articuladas entre o poder político e as forças vivas da sociedade em geral, requerendo uma análise prévia das etapas de produção e respetivos recursos alocados à mesma. No intuito de impulsionar a vocação económica do município - setor dos mármore - dever-se-ão conectar ou integrar micro e pequenas empresas ao SPI, ampliando o leque de produtos finais.

---

<sup>67</sup> Parte da informação vertida neste subcapítulo foi gentilmente transmitida, em conversa informal, com o Eng.º Carlos Augusto Amaro Caxaria (ex-Subdiretor Geral da DGEG, ex-Presidente da EDM e Presidente do Colégio Nacional de Engenharia Geológica e de Minas), em março de 2017



A indústria extrativa de mármore produz uma grande quantidade de “escombros” (material sobran­te da exploração, que forma as escombreiras, por vezes de grandes dimensões), que podem ser reaproveitados e valorizados (conceito de economia circular) através da produção de pequenas peças de mármore (v.g. saboneteiras, porta-lápis, pisa-papéis, floreiras, cinzeiros, entre outras), esculturas, mobiliário urbano, fabrico de estruturas de contenção no sistema tipo gabião (v.g. muros de suporte, obras de arte em infraestruturas hidráulicas, etc), entre outras finalidades / utilizações (*vide* figura 23). Para a confeção dos produtos citados, é necessário existirem empresas especializadas, dotadas de tecnologia concebida para o efeito, bem como, em alguns casos, de equipas de *design* e/ou *marketing*. Estas vertentes de negócio, para além da criação de emprego, dão um forte contributo para melhorar o meio ambiente, através do escoamento dos materiais acumulados nas escombreiras, que proliferam por toda a zona dos mármore.

**Figura 23 – Elementos em mármore, nos concelhos de Vila Viçosa e Borba**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Muro de gabião (S. Romão); b) Pormenor do muro de gabião (S. Romão); c) Escultura, pássaro (Vila Viçosa); d) Banco / base de bandeiras, Arq. Carlos Fontainhas (Vila Viçosa); e) Bebedouro (Vila Viçosa); f) Banco (Vila Viçosa); g) Escultura, cacho de uvas (Borba); h) Banco (Borba); i) Escultura, coração (Borba)

O SPI, através da sua “impregnação” na economia local, pode atingir, de forma transversal e positiva, o tecido empresarial, contribuindo para a sua sustentabilidade e dinamização, incluindo os diversos nichos de mercado turístico (v.g. industrial, religioso e patrimonial). Em paralelo ao referido, poder-se-ão criar associações, escolas profissionalizantes ou centros de serviços (relacionados com o setor em causa), facilitadores da troca de informação, divulgação, investigação e de acesso ao SPI, com os consequentes ganhos socioeconómicos.

### **3.5. Lógica Atual da Cooperação Intermunicipal**

Partindo do princípio que a cooperação intermunicipal consiste em reunir esforços entre municípios, no intuito, não só do desenvolvimento sustentável de cada interveniente *per si*, mas, também no aumento do bem-estar comum das populações envolvidas. Nesse sentido, no atual contexto globalizado / competitivo, torna-se crucial apertar os laços existentes e criar novos que visem tais desígnios. Com efeito, a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), assume-se como:

“(...) pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (...) é composta pelos Municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

A Comunidade corresponde à Unidade Territorial de Nível III (NUT III) do Alentejo Central, conforme Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril.”<sup>68</sup>

A CIMAC tem por fim a prossecução dos seguintes objetivos públicos:

- “Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional QREN;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.”<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.cimac.pt>

<sup>69</sup> Ibidem



A Comunidade Intermunicipal assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- “Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- Rede de equipamentos de saúde;
- Rede educativa e de formação profissional;
- Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- Segurança e proteção civil;
- Mobilidade e transportes;
- Redes de equipamentos públicos;
- Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.”<sup>70</sup>

Assim, constata-se que a CIMAC encontra-se em pleno funcionamento, promovendo as atribuições supracitadas.

Por outro lado, o Município de Estremoz faz parte integrante da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação denominada por Corredor Azul<sup>71</sup>, que consiste num instrumento que preconiza mitigar as fragilidades das cidades portuguesas, através de estratégias de cooperação interurbana e da criação de redes urbanas para desenvolver novas funções e atrair atividades inovadoras. O corredor azul configura territorialmente uma linha de polos urbanos com início nas cidades do Litoral Alentejano, através da “porta Atlântica” (Sines) e estruturam o território do Alentejo Central, passando pelo Alto Alentejo com ligação a Badajoz (*vide* anexo XXXIX, figura 37).

A visão da Rede Corredor Azul encontra-se estruturada por quatro camadas estratégicas fundamentais:

- “Viabilização da colaboração com racionalização de esforços e garantia de complementaridade;
- Promoção da criatividade na atratividade urbana;
- Acesso das empresas ao conhecimento e aos processos de inovação;
- Localização facilitada no acolhimento empresarial.”<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> Ibidem

<sup>71</sup> A Rede Urbana Corredor Azul integra os seguintes Municípios: Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa.

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.corredorazul.net/>

A Rede Corredor Azul atua de acordo com quatro eixos fundamentais:

- “Consolidar, dinamizar e diversificar a base económica e o tecido empresarial dos territórios integrantes;
- Construir e afirmar a atratividade urbana das cidades e territórios, assegurando o desenvolvimento do ordenamento e qualificação urbana;
- Construir e desenvolver territórios e cidades sustentáveis e criativas desenvolvendo uma rede de equipamentos culturais, desportivos, sociais e qualificação dos recursos humanos;
- Reforçar a capacidade institucional dos municípios e dos territórios, pondo em prática o desenvolvimento e aprofundamento da utilização das novas tecnologias de informação, aos mais variados níveis (territorial, económico, social e cultural), aprofundando as parcerias público-privadas, público-público e territoriais.”<sup>73</sup>

A par das entidades citadas, de referir a Assembleia Distrital de Évora. Trata-se de um órgão de cariz político, composto por representantes dos vários municípios, visando ser um fórum de debate, congregação e cooperação entre os concelhos Alentejanos abrangidos, na valorização dos interesses comuns e na tomada de posições políticas que permitam definir estratégias / objetivos para alavancagem do desenvolvimento do distrito e da região no seu conjunto.

No entanto, salienta-se uma ideia / aspiração que há décadas é invocada (pelas forças vivas da comunidade e população em geral), que consiste no aprofundamento da cooperação dos municípios que integram o atrás denominado Anticlinal de Estremoz – Zona dos Mármore, com a criação de uma “marca” diferenciada intermunicipal que gire em torno dos produtos endógenos comuns ou patentes nos três concelhos integrantes: o mármore (principal produto diferenciador), a gastronomia, a história, o património material e imaterial, a cultura e os costumes, entre outros. Neste âmbito, verifica-se que os esforços promovidos têm-se manifestado insuficientes, necessitando de uma atuação intermunicipal mais musculada, de modo a otimizar as potencialidades em presença e, por sua vez, possibilitar a efetiva alavancagem da região “apostando” nos seus valores mais intrínsecos e genuínos. Entende-se que os municípios envolvidos, nesse processo de intermunicipalização do conceito referido, deverão presidir o mesmo (através de compromisso plasmado em protocolo / parceria de colaboração), planificando e coordenando. Todavia, o envolvimento ativo dos empresários (comércio, serviços e indústria) dos diversos setores de atuação, instituições e particulares detentores de

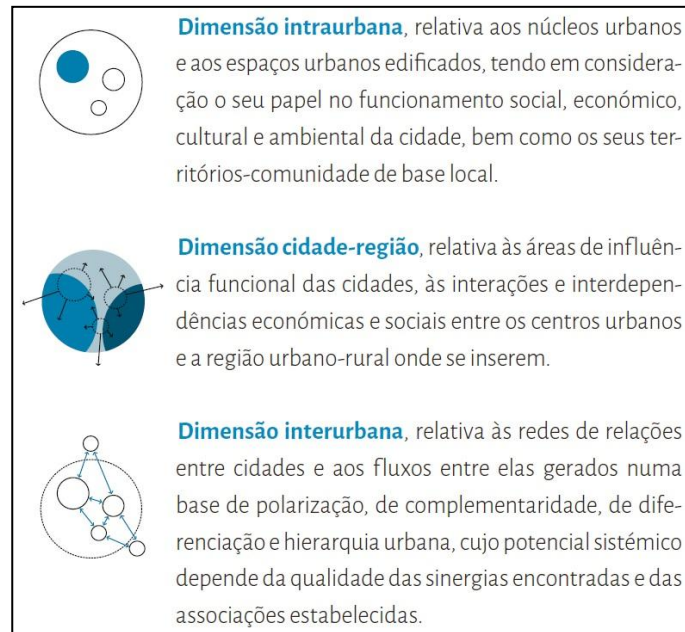
---

<sup>73</sup> Ibidem

património (material e imaterial), bem como a população em geral, torna-se crucial para o sucesso do projeto.

A figura seguinte (24) é elucidativa das três dimensões territoriais - estratégicas - de intervenção que, quando estimuladas, promovem a troca de sinergias, sem descurar a idiossincrasia identitária de cada centro urbano.

**Figura 24 – Dimensões de cooperação intermunicipal / regional**



**Fonte: Documento de apoio da DGT, cidades sustentáveis 2020, 2015, p. 18**

Contudo, alguns passos foram dados nesse sentido, caso disso é a denominada “A Rota dos Mármore”, que consiste no fomento do turismo industrial associado ao setor da exploração do mármore do Anticlinal de Estremoz – Zona dos Mármore, envolvendo parceiros públicos e privados (Gonçalves & Pinto, 2012).

Especificamente “A Rota dos Mármore” visa:

“(…) É desafio da Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz promover esta nobre rocha ornamental e os patrimónios a ela associados enquanto produto cultural, conjugando-o com outros património locais sempre apetecíveis a quem gosta de uma boa experiência turística, falamos por exemplo da típica gastronomia da zona ou da beleza natural da paisagem local. Dada a riqueza patrimonial existente na região as visitas à Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz focam a vertente industrial com visitas a pedreiras,

empresas de transformação de mármore e oficinas de canteiras, mas incluem também a vertente histórico patrimonial onde são focados uma vasta diversidade de monumentos e locais históricos onde o mármore se destaca.(...)”<sup>74</sup>

### **3.6. Papel que a Cidade de Estremoz pode Desempenhar na Dinâmica da Região**

Antes de mais, importa sublinhar o que foi referido no relatório que serviu de base para a elaboração do PDM de Estremoz de 1995, a respeito da posição geoestratégica da cidade de Estremoz:

“(...) A proximidade a Évora é, simultaneamente, um factor de potencialidades, pela acessibilidade a um mercado urbano de maior dimensão e a serviços mais evoluídos, e uma restrição, designadamente pelo *efeito-sombra* que Évora pode exercer na competição por novas actividades. Numa perspectiva de futuro, há ainda que contar com o desenvolvimento que se espera venha a ter o núcleo Elvas-Badajoz, com forte efeito de polarização sobre toda a região, o que poderá pressupor estratégias de valorização de sinergias que podem resultar de uma actuação complementar e integrada com os concelhos de Borba e Vila Viçosa.”<sup>75</sup>

Constata-se que a análise de inserção territorial de Estremoz na região, atrás referida, foi certa no diagnóstico / previsão das dinâmicas que se vieram a concretizar. É, hoje, uma realidade que Évora assume um papel preponderante na região, em termos socioeconómicos, com uma progressão positiva na cativação de novas áreas de negócio, com consequente criação de postos de trabalhos efetivos (v.g. *cluster* aeronáutico e primeiro centro comercial do Alentejo – Évora Plaza). Relativamente à criação de sinergias entre Elvas-Badajoz, com efeito socioeconómico “absorvente”, foi formalmente constituída uma Eurocidade, através de protocolo assinado no dia 16 de setembro de 2013, com o objetivo de atrair mais emprego, mais investimento e desenvolvimento às duas cidades.<sup>76</sup> Posteriormente, no dia 3 de maio de 2018, Campo Maior integrou a Eurocidade Ibérica, através da assinatura conjunta do protocolo de cooperação denominado “Eurocidade Elvas-Badajoz-Campo Maior”.

Atualmente, a cidade de Estremoz é um CUE, encontra-se abrangida pelo

---

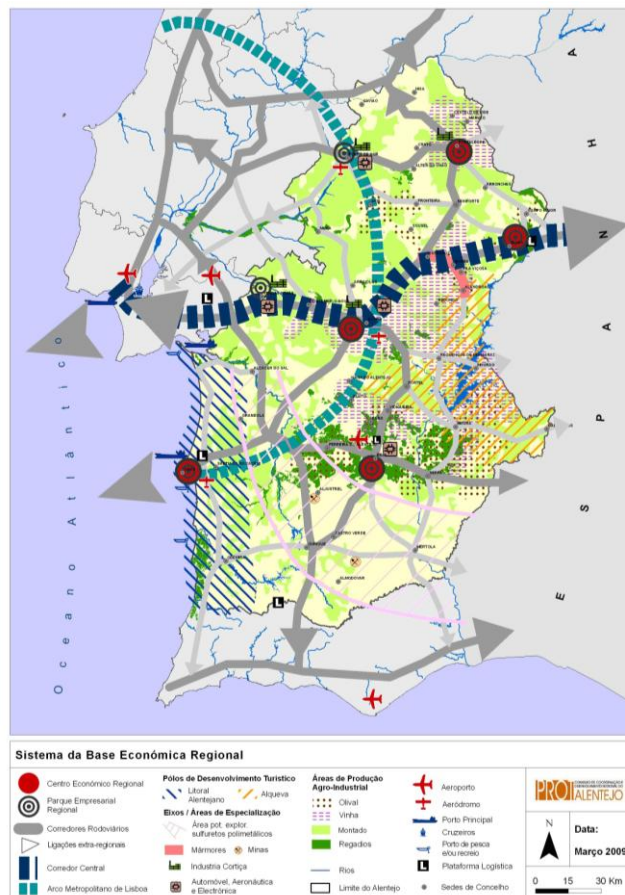
<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/rota-do-m%C3%A1rmore-do-anticlinal-de-estremoz>

<sup>75</sup> Relatório do PDM de Estremoz de 1995, p. 28

<sup>76</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurocidade\\_Elvas-Badajoz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurocidade_Elvas-Badajoz)

denominado "corredor central" (vide figura 25), traçado no PROTA<sup>77</sup>, sendo o mais importante eixo de ligação entre as duas capitais da Península Ibérica (eixo de ligação Lisboa-Madrid). Assume, assim, uma posição estratégica privilegiada para dinamizar a sua atratividade, visando o desenvolvimento das suas diversas componentes intrínsecas e extrínsecas.

**Figura 25 – Sistema da base económica regional**



Fonte: CCDDR do Alentejo – PROTA, 2009

(<https://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ord/prot-alentejo>)

Face ao referido, entende-se que o Concelho de Estremoz, e em particular a sua cidade, poderá contribuir fortemente para a dinâmica da região, através de quatro vetores essenciais de atuação:

- Primeiro, através da valorização do património natural / histórico, de atividades e produtos endógenos (v.g. reabilitação sistemática do património material e imaterial, artesanato / barrística<sup>78</sup>, gastronomia / doçaria, viticultura, turismo rural e

<sup>77</sup> Resolução do Concelho de Ministro n.º 53/2010

<sup>78</sup> A Produção de Figurado em Barro de Estremoz (vulgo "Bonecos de Estremoz") foi declarada Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, a 7 de dezembro de 2017.

industrial – pedreiras / adegas e lagares, entre outras);

- Segundo, estabelecendo parcerias estratégicas de cooperação intermunicipal, com especial atenção pelos concelhos que integram o Anticlinal de Estremoz, com o intuito de criar um *cluster* regional de atividades turísticas / lazer, marcado por características de elevada qualidade, autenticidade e identidade (v.g. rota dos mármore, rota do montado, rota dos vinhos, entre outras);
- Terceiro, fomentando a cooperação transfronteiriça, nomeadamente com as povoações da denominada raia ibérica (Alentejo/Extremadura), com maior incidência na cidade de Badajoz, por forma a engrossar o fluxo turístico, atrair investimento e aumentar o intercâmbio de informação (v.g. geminações entre cidades, protocolos e parcerias de colaboração, intercâmbios culturais e económicos, entre outras);
- Quarto, através da promoção sistemática / regular de ações de *marketing* territorial que acentuem a visibilidade da cidade / região, tendo como alvo o mercado turístico nacional e internacional. Neste domínio, torna-se indispensável a participação em eventos de promoção turística, dentro e fora de Portugal (v.g. BTL – Feira Internacional de Turismo de Lisboa, FITUR – Feira Internacional de Turismo de Madrid, entre outras).

As componentes citadas, visam a efetiva afirmação de Estremoz como CUE da região, tendo presente o carácter “absorvente” que a cidade de Évora (centro urbano regional) exerce na sua envolvente, com alavancagem da cidade para um nível superior de atratividade turística e socioeconómica.

Assim, considera-se que a reabilitação urbana sistemática, da cidade de Estremoz, poderá funcionar como “pano de fundo” para dar suporte ao desenvolvimento sustentável da mesma, seguindo a estratégia “Cidades Sustentáveis 2020”<sup>79</sup> (*vide* anexo XL, esquema 3), em simbiose com os quatro vetores / componentes descritos.

De referir, ainda, que a jusante do PROTA, na escala hierárquica de planeamento (*vide* anexo XLI, esquema 4), o PDM de Estremoz constitui o Instrumento de Gestão Territorial (IGT) base para o ordenamento e gestão estratégica do território, de modo planeado e sustentável, visando a valorização integrada do mesmo.

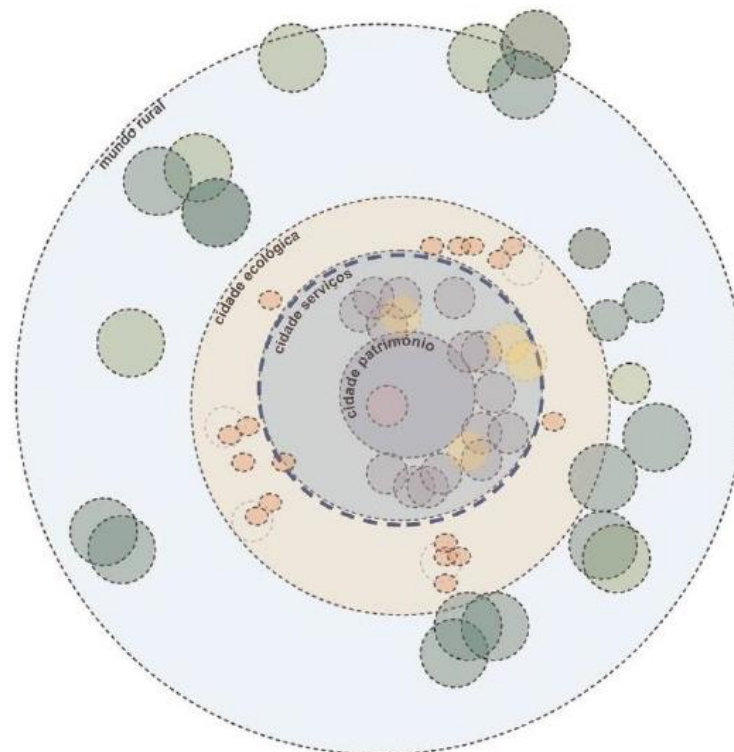
A visão estratégica, plasmada no relatório do PDME de 2015, assenta em cinco dimensões espaciais distintas (*vide* esquema 1):

---

<sup>79</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015 – “Cidades Sustentáveis 2020”.

- “Mundo rural: Valorização do Espaço Rural, da agricultura (produção e manutenção / salvaguarda da paisagem e ecossistemas) ao ‘Espaço cultural’ garantindo um compromisso indelével entre valores naturais e culturais de grande escala;
- Valorização dos ‘Aglomerados Rurais’ conferindo-lhe um estatuto de valor e reconhecimento na oferta habitacional e na fixação das populações no sentido de inverter o processo de despovoamento dos espaços interiores;
- Cidade ecológica / núcleos periurbanos: valorização da paisagem, conciliando unidades produtivas de carácter agrícola com a salvaguarda de recursos; sustentabilidade e compromissos com o Mundo Rural de transição à cidade ‘funcional’; alternativa enquanto tipologia regulada e ordenada das ‘quintinhas’; pertencente ao solo rural. Espaços preexistentes com padrão de edificação estabelecida pelo PROT Alentejo;
- Cidade Serviços: conciliar atividades industriais e ambiente, ecologia e indústria, ambiente e negócios; conferir visibilidade à economia de cidade;
- Cidade Património, determinação de um valor único de construção de cidade enquanto espaço de representação e interação humana por excelência. Revela uma coerência urbanística ímpar a salvaguardar, a condicionar e a inspirar o sentido de desenvolvimento da cidade.”<sup>80</sup>

**Esquema 1 – Estratégia – sistema centrípeto do concelho de Estremoz**



Fonte: Relatório do PDME (2015) – equipa do plano, CMEtz

<sup>80</sup> Relatório do PDME de 2015, pp. 16 e 17

### **3.7. A Importância Socioeconómica da Reabilitação Urbana - Cidade de Estremoz**

Considerando que Portugal traçou uma estratégia denominada “Cidades Sustentáveis 2020”, cuja visão pretende obter cidades mais - prósperas, resilientes, saudáveis, justas, inclusivas e conectadas - no presente caso, a reabilitação urbana da cidade de Estremoz, torna-se fundamental para alcançar tais desígnios.

Numa primeira linha, a reabilitação urbana da cidade de Estremoz, deve visar a melhoria da qualidade de vida dos seus residentes<sup>81</sup> (v.g. comodidade, conforto, segurança, qualidade urbana / ambiental, acessibilidade e mobilidade) e, numa segunda linha, a capacitação da cidade para aumentar o nível de atratividade urbana, de modo a contrariar o despovoamento endémico (fixar e atrair população, principalmente jovem), estimular o tecido empresarial local (v.g. impulsionar a construção civil em geral, fornecedores de materiais de construção, serviços de maquinaria e formação de mão-de-obra qualificada), dinamizar a atividade turística, captação de novos investimentos e manutenção / criação de emprego.

Nessa senda, conforme referido no âmbito da delimitação da ARU - Cidade de Estremoz (*vide* figura 26):

“(…) considerando a possibilidade de captação de fundos comunitários, perspetivando-se que advirão do programa de financiamento denominado “Estratégia Europa 2020 – Portugal 2020”, a Câmara Municipal de Estremoz dispõe de uma verdadeira oportunidade para o desenvolvimento de um processo integrado e sustentável, dando assim corpo a um procedimento progressivo de requalificação e de revitalização urbana do território, com importantes ganhos em termos de competitividade e também na melhoria substancial da qualidade de vida dos seus habitantes.”

“A operação de reabilitação urbana sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.”<sup>82</sup>

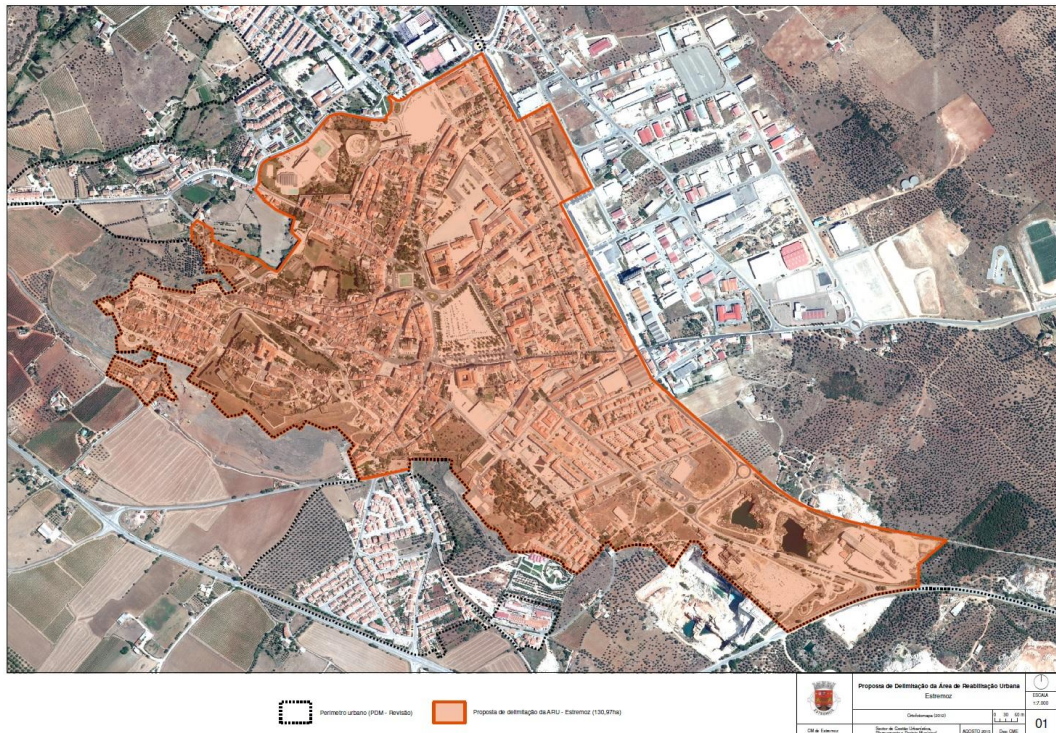
---

<sup>81</sup> A reabilitação urbana deve, também, focar-se no aumento das condições de vida das pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, que se encontram nos centros históricos degradados, através da implementação de soluções técnicas para melhorar as condições de conforto e segurança dos edifícios habitacionais (v.g. escadas mais cómodas, instalações sanitárias condignas, cozinhas com condições mínimas, entre outras) e espaços públicos respetivos.

<sup>82</sup> Memória descritiva e justificativa da proposta de delimitação da ARU – Cidade de Estremoz (2015), CMEtz, pp.1 e 2. Disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz>



**Figura 26 – Planta da delimitação da ARU – cidade de Estremoz**



**Fonte: CMETz**

(<http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz>)

Por outro lado, a jusante da delimitação da ARU – Cidade de Estremoz, o PEDU para o Município de Estremoz definiu um conjunto de objetivos, no prisma da reabilitação urbana, cuja estratégia principal consiste no seguinte:

“A recuperação do património e a preservação da identidade cultural da cidade, apresenta-se como capital de desenvolvimento, podendo ser a alavanca para o crescimento e modernização nos setores que lhe dão vida nas mais diversas vertentes económicas e sociais, com especial destaque para os setores do comércio e do turismo.

Neste contexto, afigura-se como determinante para o futuro, a inversão do ciclo de declínio / estagnação demográfica da cidade, sendo objetivo prioritário, a captação de novos habitantes e em especial de população mais jovem, a par de novas oportunidades de negócios. A reabilitação do edificado, numa ótica de consolidação da cidade património e serviços, a par da reabilitação do espaço público e das redes de infraestruturas e ainda o apoio ao desenvolvimento de novas atividades com forte tónica na inovação, deverão ser a espinha dorsal no processo de desenho do futuro da cidade e do concelho.”<sup>83</sup>

<sup>83</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – Município de Estremoz (2015), pp. 15 e 16.

De salientar que para alavancar a captação de novos investimentos, que proporcionem mais-valias para a cidade (v.g. fixação e atração de população, criação de postos de trabalho e novas valências), é primordial preparar - previamente - um ambiente urbano saudável, dotado das devidas condições de conforto e utilização. Com efeito, determinadas empresas decidem onde se instalar através do recurso ao designado “estudo do perfil socioeconómico do município”<sup>84</sup>, sendo que, a par da aferição dos custos de contexto, a avaliação dos parâmetros de atratividade recai, também, sobre o estado de conservação do espaço público urbano (no qual se insere o objeto de estudo) e respetivas valências associadas (v.g. zonas de lazer / estadia, parques e equipamentos urbanos, zonas para estacionamento automóvel), entre outros fatores.

Por outro lado, os municípios, numa primeira fase de análise da situação existente, incorporam nos instrumentos de planeamento estratégico a denominada análise SWOT ou análise FOFA<sup>85</sup> do concelho, na qual são identificadas as “forças”, “oportunidades”, “fraquezas” e “ameaças” do mesmo (*vide* anexo XLII, figura 38 e anexo XLIII, figura 39), abordando necessariamente questões relacionadas com o parque edificado / espaço público - reabilitação urbana.

Assim, assumido que está o novo paradigma de planeamento e gestão urbanística, que passa por dar prioridade à reabilitação urbana, constata-se que o elevado estado de degradação do espaço público (em geral) não se coaduna com uma cidade que se deseja atrativa, acolhedora e competitiva. Com uma “balança urbana” desequilibrada, onde o número de edifícios degradados se encontra a aumentar numa cadência superior à sua conservação / reabilitação (principalmente no centro histórico), torna-se insustentável criar um ambiente urbano atrativo / apelativo ao investimento e, por conseguinte, à fixação e atração de população. A par do referido, continua a verificar-se uma preferência dos promotores em investir em novas edificações, devido, entre outros motivos, ao estado de degradação do espaço público / infraestruturas existentes, em determinadas zonas da cidade.

Pelo exposto, torna-se imperativo embarcar numa gestão urbanística enérgica no que concerne à reabilitação urbana sistemática da cidade de Estremoz, a iniciar pelo Rossio Marquês de Pombal, tendo como intuito desencadear uma contaminação positiva

---

<sup>84</sup> O “estudo do perfil socioeconómico do município” é um instrumento utilizado pelas empresas para avaliação no que concerne a diversos fatores: bolsa de terrenos a baixo custo, pacote fiscal de incentivos municipais, mão-de-obra disponível, equipamentos, infraestruturas existentes, estado de conservação do espaço público urbano / respetivas valências associadas, segurança, serviços de saúde, acessibilidade, mobilidade, entre outros.

<sup>85</sup> A análise FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças), consiste numa ferramenta expedita de diagnóstico, no âmbito do planeamento estratégico, que revela o ambiente socioeconómico, neste caso de um determinado concelho (a análise FOFA teve origem no mundo empresarial). Com os resultados obtidos e respetiva análise, obtém-se um embasamento para definir diretrizes de gestão estratégica, para enquadramento da tomada de decisões, visando criar um impacto socioeconómico positivo.

na sua envolvente imediata e, por conseguinte, irradiar por toda a urbe. De salientar que o município, *per si*, não dispõe dos necessários e fundamentais recursos para que a cidade seja reabilitada no seu todo. É necessária uma nova abordagem, de efetiva articulação de sinergias e cooperação institucional entre a parte pública e agentes privados detentores do património (v.g. particular, militar e religioso), através de acordos, protocolos ou parcerias público-privadas, bem como tornar o investimento na reabilitação urbana mais atrativo (v.g. para arrendamento jovem, unidades de alojamento local ou turismo de habitação), o que requer a conjugação de esforços / medidas entre o governo central, a autarquia e os promotores (v.g. programas de financiamento, pacote fiscal de incentivos municipais, legislação adequada e desburocratização processual).

Nesta matéria, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), refere, no seu portal, o seguinte:

“As nossas cidades vão assistindo à degradação progressiva das suas estruturas urbanas, dos seus edifícios, dos seus espaços exteriores.

Uma degradação decorrente do envelhecimento próprio, da sobrecarga de usos, ou ainda do desajustamento dos desenhos da sua organização a novos modos de vida.

Por isso, torna-se imprescindível o desenvolvimento de processos de reabilitação urbana integrada, racionalizando recursos e evitando intervenções dispersas que possam revelar-se contraditórias.

Mas não deixarão de merecer o nosso apreço, também, todas as intervenções pontuais, na reabilitação de edifícios de habitação ou de fogos, em que as mais diversas entidades particulares se empenhem.

A verdadeira reabilitação não poderá realizar-se sem a participação activa e financeira dos particulares, numa perspectiva de sustentabilidade dos processos.”<sup>86</sup>

Para além do evidente impacto socioeconómico positivo, originado pela reabilitação urbana sistemática da cidade, outros impactos positivos são desencadeados, num vasto leque de vertentes e incidências a vários níveis de atuação. Assim, concomitantemente aos impactos urbanísticos intrínsecos, são exetáveis os seguintes impactos positivos: ambiental, através da aplicação de materiais / produtos sustentáveis, que promovam a eficiência energética, incrementação e valorização de zonas verdes urbanas, melhoria da acessibilidade e mobilidade; sociocultural, pela via do aumento da divulgação e dinamização da zona histórica da cidade, com promoção dos valores patrimoniais e culturais latentes na cidade, entre outros.

---

<sup>86</sup> Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/index.html>

Por outro lado, no que concerne a eventuais impactos negativos no “mundo rural” (v.g. demográficos e socioeconómicos), como consequência da absorção de população a favor da cidade e aglomerados urbanos / rurais, partilha-se a seguinte lógica de organização do território:

“O despovoamento do meio rústico é positivo, se tiver na sua origem o desenvolvimento das explorações agrícolas e da sua produtividade, sem dar lugar ao abandono dos campos de cultivo. A criação de condições para a modernização agrária depende, também de políticas urbanísticas à altura de oferecer condições de conforto nos aglomerados urbanos e evitar a dispersão do povoamento e a intrusão de procuras deslocadas no mercado fundiário em meio rústico, reservando-o ao uso agrícola e florestal. Nas manchas de construção dispersa as cidades, as vilas e as aldeias continuam a existir, mas o seu sistema é enfraquecido pelos seus subúrbios desordenados onde é difícil demarcar unidades territoriais, observando os princípios e a lógica de uma correta distribuição dos usos do solo. A urbanização torna-se cada vez mais extensiva, perturbando a normal arrumação dos usos do solo e intensificando o esforço exigido para a manutenção das extensas redes de prestação de serviços públicos.”<sup>87</sup>

Os efeitos positivos da reabilitação urbana sistemática, podem e devem servir para dar suporte à atração de diversos nichos de mercado turístico. A título de exemplo, refere-se a rede europeia de turismo acessível, cujas cidades aderentes atraem milhares de pessoas de todo o mundo, que tenham alguma incapacidade ou limitação (deficientes, idosos, doentes, entre outros). Para alcançar tal desígnio, a promoção da acessibilidade deverá ser olhada não só no prisma da justiça social mas, também, como estratégia para aumentar a atratividade económica, acrescentando desse modo uma nova dimensão competitiva à sua oferta turística.

Pelos motivos supra explanados, em suma, a reabilitação urbana (integrada e sistemática) tem subjacente uma diversificada fileira de oportunidades / atividades económicas associadas (*vide* anexo XLIV, esquema 5), com os seguintes agentes e áreas de atuação:

“Os principais agentes deste novo paradigma da construção - reabilitação - serão os arquitetos, os engenheiros, as empresas de construção e do imobiliário, a banca, os municípios, as sociedades e empresas municipais de reabilitação urbana, o segmento do turismo cultural e residencial, relacionados com as seguintes áreas de atuação:

---

<sup>87</sup> Pardal, S. & Esteves, J. (2013). *Ser Autarca – Missão e Desafios*. Lisboa: GAPTEC e SaeR, p. 82 (A organização dos espaços territoriais – A cidade, a vila, a aldeia e o campo)

- *Recuperação de imóveis* – O que vai exigir empresas de construção especializadas e com competências técnicas específicas no que se refere a requisitos associados à renovação tecnológica, aos materiais utilizados pelo sector, ao recurso e utilização de materiais e técnicas tradicionais e a estudos de engenharia e arquitectura, numa óptica integrada;
- *Modernização de infra-estruturas* – Abrangendo intervenções na rede de esgotos, abastecimento de água, rede de gás e de eletricidade e telecomunicações, exigindo, em muitos casos, soluções criativas e inovadoras de modo a dotar os edifícios mais antigos de melhores condições de habitabilidade;
- *Renovação dos espaços públicos e da oferta de equipamentos* – Incluindo acessos, passeios, pavimentos, espaços verdes, mobiliário urbano, sinalética e outras estruturas de apoio à população residente;
- *Promoção imobiliária especializada* – Na compra; na venda; no arrendamento e gestão de imóveis reabilitados;
- *Actividades complementares e de suporte às actividades de construção e reabilitação urbana* – Abrangendo um conjunto diversificado de ramos de actividade, que vão desde a fabricação de materiais de construção (pedra, madeira, cal, entre outros) até à recuperação de actividades tradicionais (carpintaria, serralharia, cantarias, canalizações, alvenaria);
- *Animação de actividades económicas nas áreas recuperadas* – As quais se tornam mais atractivas para instalação de comércio, escritórios e serviços de proximidade.”<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> Gonçalves, J. (coord.) et al. (2006). *Reabilitação Urbana, Oportunidades Económicas, Emprego e Competências*. [s.l.]: mtss, p. 74

## CAPÍTULO IV – CARATERIZAÇÃO DO ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL E PRINCIPAIS PROBLEMAS DETETADOS

### 4.1. Três Conceitos – Espaço Público Urbano, Vazio Urbano e Praça

Antes de mais, importa explanar três conceitos fundamentais: espaço público urbano, vazio urbano e praça.

O geógrafo e urbanista Borja (2006), entende o espaço público urbano do seguinte modo:

“(…) o espaço público é *ordenamento, desenvolvimento e gestão*.”

“A origem do espaço público é uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade. Depois, como ocorreu em outros aspectos da vida social, por sorte, há um processo, se querem, de *democratização urbana* que é de progressiva apropriação social.”

(…) o espaço público comum se entende como um espaço qualificante, que oferece distintas possibilidades às pessoas de estarem nele, e que ademais *melhora a auto-estima dos cidadãos* porque os faz sentir que são tratados como os outros, como os da cidade mais formal, mais rica.”

(…) neste processo de apropriação social democrática da cidade através do espaço público, há algumas dinâmicas que negam este processo, umas dinâmicas em que algumas cidades foram substituindo o espaço público pela via motorizada.”

“Finalmente agregaria: a atividade económica da cidade tem que ajudar a gerar espaço público cidadão, e um bom espaço público é a melhor garantia da competitividade económica da cidade.”<sup>89</sup>

Nesse sentido, o espaço público são lugares que podem ser usufruídos por todas as pessoas, de qualquer condição socioeconómica, idade, raça, etnia ou género, competindo às entidades públicas a sua conservação, visando o benefício da comunidade em geral.<sup>90</sup>

Usualmente, quando se analisa o traçado urbano de uma determinada cidade, o foco centra-se mais nos cheios e não nos vazios urbanos. Contudo, uma cidade pode-se desenvolver e dinamizar a partir dos seus vazios urbanos, principalmente os de origem

<sup>89</sup> Borja, J. (2006). *Espaço público, condição da cidade democrática - A criação de um lugar de intercâmbio*. Revista eletrónica Vitruvius - Arquitectos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.072/353>

<sup>90</sup> Chapman, T. (2006). *Public Space*. In *Encyclopedia of Human Geography*. SAGE Publish, pp. 388 e 389

histórica, que constituem um repositório da sua identidade sociocultural.

Existem diversas definições e interpretações, por vezes ambíguas, acerca do conceito de vazio urbano. O arquiteto Solà-Morales (2002) define-o como sendo um *terrain vague*, em que *terrain* é “(...) uma extensão de solo de limites precisos, edificável, na cidade.” e *vague* “(...) como promessa, como encontro, como espaço do possível, expetativa.” Assim, nessa perspetiva, o vazio urbano / *terrain vague* é interpretado do seguinte modo:

“São lugares aparentemente esquecidos, onde parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos nos que somente certos valores residuais parecem se manter apesar de sua completa desafeição da atividade da cidade.”

“(...) são ilhas interiores esvaziadas de atividade, são olvidos e restos que permanecem fora da dinâmica urbana. Convertendo-se em áreas simplesmente *des-habitadas*, *inseguras*, *im-produtivas*. Em definitiva, lugares estranhos ao sistema urbano, exteriores mentais no interior físico da cidade que aparecem como contraimagem da mesma, tanto no sentido de sua crítica como no sentido de sua possível alternativa.”<sup>91</sup>

Por outro lado, o Arquiteto e Urbanista Nuno Portas relaciona aos vazios urbanos outros conceitos, tais como: “(...) oportunidades estratégicas, planeamento adaptativo, gerenciamento negocial e projetos urbanos.” Numa visão mais otimista, os vazios urbanos são assim encarados como lugares expetantes, com valores patrimoniais, potencialidades e mais-valias latentes, que importam resgatar / revitalizar.

“Esta dinâmica de transformação dos vazios em oportunidades tem, ou melhor, pode ter, potencialidades positivas (de renovação funcional ou ambiental), mas também pode ter efeitos perversos se essas potencialidades não forem orientadas pelas autoridades como elementos estratégicos para a reestruturação do território urbano ou metropolitano. (...)”

“A oportunidade de reaproveitamento do vazio em conformidade com o planeamento (revisto quando necessário), porém resultado da negociação caso a caso em termos de obrigações e benefícios, cria as condições necessárias e suficientes para uma atuação por projetos que se caracteriza por ser não uma simples previsão, mas sim uma operação concretizável no terreno que, se espera, tenha sobre seu entorno efeitos de contaminação positiva”<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Solà-Morales, I. (2002). *Terrain Vague* (Fracalossi, I. trad.) Texto original em espanhol: Ignasi de Solà-Morales (Territórios, Gustavo Gili, 2002). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales>

<sup>92</sup> Portas, N. (2000). *Do Vazio ao Cheio*. In *Cadernos de Urbanismo* n.º 2. Disponível em: <https://vdocuments.site/portas-nuno-do-vazio-ao-cheio.html>

Na Grécia antiga, a praça, era então denominada de *ágora* – lugar de reunião. Consistia num espaço público amplo, geralmente com um mercado envolvente, onde se praticava a “democracia direta”, no qual se fomentava a discussão e debate entre os cidadãos (*vide* anexo XLV, figuras 40 e 41).

Para os Romanos, a praça, era o designado *forum* – lugar de demonstração do poder e monumentalidade do estado, delimitado através de grandes edifícios públicos (*vide* anexo XLVI, figura 42 e 43).

Em ambos os casos, o intuito primeiro foi a criação de lugares com grande carga simbólica coletiva, de utilização aberta à sociedade. Porém, no *forum*, o espaço de discussão pública passou a ser no interior dos edifícios do estado, com carácter mais restritivo.<sup>93</sup>

“É na Idade Média<sup>94</sup> que se começa a esboçar o conceito de praça europeia, que atingirá o apogeu a partir do Renascimento. A praça medieval é um largo de geometria irregular mas com funções importantes de comércio e reunião social. Assim as praças medievais dividem-se geralmente na praça do mercado e na praça de igreja (adro), ou o *parvis* medieval. As suas funções são diferentes e a sua localização na estrutura urbana, também.”<sup>95</sup>

A praça distingue-se dos restantes elementos urbanos (v.g. quarteirão, rua, parcela e edifício), assumindo-se como o principal elemento morfológico do espaço público, pelo facto de ser um importante repositório - central - de vivências urbanas, identitárias de uma determinada cultura, na íntima cumplicidade entre a sua configuração e os edifícios que lhe dão suporte.

“O processo de formação deste espaço pressupõe assim a transformação da sua forma, por processos lentos de sedimentação, resultantes da conjugação de diferentes momentos temporais, modelos ou significados, sempre numa relação primordial entre o contexto e o sujeito. A praça na cidade ocidental é pensada como um marco da centralidade cultural, entendida como o fórum de encontros e manifestações sociais, do indivíduo e da comunidade e, conseqüentemente, de funções e arquiteturas significativas.”<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a>

<sup>94</sup> Período da história da Europa entre os séculos V e XV, tendo-se iniciado com a queda do Império Romano do Ocidente e finda durante a transição para a Idade Moderna.

<sup>95</sup> Lamas, J. (1993) – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, p. 154

<sup>96</sup> Silva, J. (2015). *A Praça – A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais no século XX*. In *Cadernos MURB Morfologia Urbana - estudos da cidade portuguesa - 1 Os Elementos Urbanos* (2.ª ed.). Lisboa: ARGUMENTUM, p. 84



Em Portugal, nas suas cidades, a praça tem-se assumido como um elemento crucial na génese de traçados e morfologias urbanas. Com efeito, em muitos casos, a praça dita a organização do espaço da cidade, sendo um elemento estruturante e de encontro por excelência.

Assim, a praça pode ser definida do seguinte modo:

(...) é o elemento da composição urbana que melhor simboliza a dimensão colectiva da cidade. Quer se trate da praça do poder, do prolongamento do adro da igreja, do lugar do mercado ou de uma simples dilatação do espaço público, fruto do acerto de malhas ou da estrutura fundiária, a praça é por excelência um lugar de representação da vida em comunidade. A praça é também um elemento organizador e clarificador da estrutura urbana, ponto focal do tecido urbano, no qual convergem e do qual irradiam direcções, materializadas por ruas e avenidas. Por tudo isto, as praças ocupam um lugar central nos nossos mapas mentais das cidades, ajudam-nos a lê-las, a compreendê-las e a vivê-las.”<sup>97</sup>

(...) A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas (...). A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos atributos principais que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades”<sup>98</sup>

Em suma, o espaço público urbano e, por conseguinte, a praça (vazio urbano), intrinsecamente multifuncional, deve ser assumido como um lugar de excelência cívica, vocacionado para a atividade pública coletiva, a grande sala - inclusiva - de bem-estar social e ambiental. Espaço de encontro, de cultura e lazer, de trocas comerciais e de palco do livre exercício da cidadania democrática.

## **4.2. Caraterização Arquitectónica Geral e Análise Urbana**

Conforme se expôs ao longo do capítulo dedicado à evolução histórica do povoado, pode-se afirmar, sem margem para dúvida, que a cidade de Estremoz foi crescendo à semelhança de um organismo vivo, cujo coração é metaforicamente a praça

---

<sup>97</sup> Vítor, C. (2007). In *A Praça em Portugal, Inventário de Espaço Público* (1 vol.). Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, p. 13.

<sup>98</sup> Lamas, J. (2007). In *A Praça em Portugal, Inventário de Espaço Público* (1 vol.). Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, p 17.

denominada Rossio Marquês de Pombal.

No que concerne à Morfologia Urbana da Cidade de Estremoz, de entre as três principais tipologias planimétricas (irregular, radioconcêntrica e ortogonal) o Rossio Marquês de Pombal situa-se na parte da cidade irregular, considerando a malha urbana envolvente, caracterizada por um traçado “anárquico”, formas tortuosas e algumas ruas estreitas (*vide* figura 27). De salientar que a característica morfo-tipológica, do tecido urbano irregular, resultou de um crescimento lento e descontínuo, aliado à ausência de planeamento urbano, sendo que as características de qualquer morfologia urbana resulta de vários fatores: históricos, topográficos, económicos, socioculturais, tecnológicos, entre outros.

**Figura 27 – Panorâmica aérea do Rossio (para o quadrante sudoeste)**

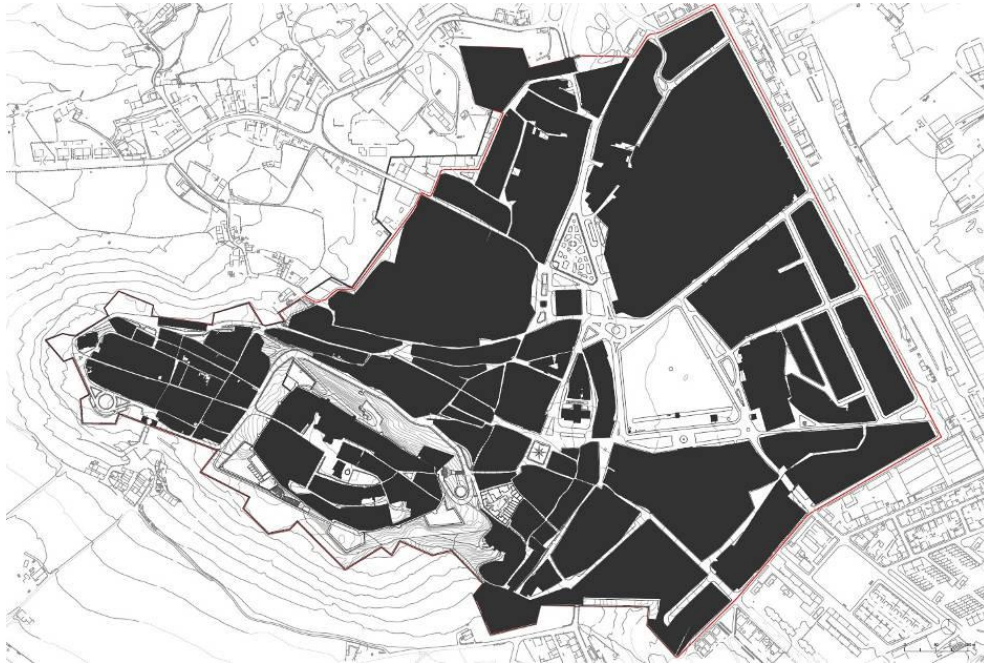


Fonte: Catalão Monteiro (agosto de 2013)

(<https://www.flickr.com/photos/biblarde/24479839700/in/photostream/>)

O majestoso vazio urbano - enorme espaço de “descompressão” - é fruto de um longo período de “gestação histórica”, compreendido entre o séc. XIII e o séc. XIX, no qual a malha urbana o conteve paulatinamente, à semelhança de um abraço. A planta seguinte (figura 28) traduz, com clareza, a presença imponente da praça (vazio urbano) na escala da cidade.

**Figura 28 – Planta do traçado urbano da cidade de Estremoz**



Fonte: Inventário de conjuntos urbanos, DGEMN, 2006, cartografia C.3.2.

O Dr. Marques Crespo, fundador do Jornal Brados do Alentejo e autor da monografia já citada, caracteriza a grande praça, em 1950, do seguinte modo:

“(…) o visitante, uma vez chegado a Estremoz, (…) encontrar-se-á subitamente na parte mais espaireçosa e atraente da cidade – o Rossio Marquês de Pombal. Largo majestosamente amplo e alegre, de forma paralelogrâmica, modernamente moldurado de boas avenidas, e passeios bem empedrados de mármore da região. Em volta, na Primavera, acompanhando-o ao longo com renques de rosas das suas quatro faces, todo o perímetro é enquadrado por largas estradas alcatroadas que se cruzam aqui (,,). Para lá do leito destas quatro, há bons edifícios, particulares ou públicos, que ampliam o espaço do Rossio e lhe dão um aspecto citadino, indiscutivelmente bem impressionante, que cativará o forasteiro para o extasiar de sentido encanto.”<sup>99</sup>

Através da análise da planta cadastral, especificamente da campanha de 1953, constata-se que o Rossio Marquês de Pombal preserva, genericamente, a sua configuração geométrica há bastantes decénios, em consonância com a descrição supracitada.

<sup>99</sup> Crespo, M. (1950). *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz: Fac-similada – Centro Social Paroquial Santo André – Estremoz, p. 57



Contudo, tal como será explanado posteriormente, foi executado - parcialmente - um projeto de valorização da praça, que unificou as duas rotundas, situadas no “vértice” noroeste, resultando num desenho de rotunda “oval”. A figura seguinte (29) compara a situação cadastrada na data referida, em relação à situação atual.

**Figura 29 – Extrato da planta de cadastro (1953) e ortofotomapa da situação atual (2015)**



Fonte: Direção-Geral do Território e CMEtz (cartografia oficial DGT)

(<http://www.dgterritorio.pt>)

a) Planta de cadastro (1953); b) Ortofotomapa da situação atual (2015)

Em termos quantitativos, o objeto de estudo possui 45.100m<sup>2</sup>, com aproximadamente 800 metros de perímetro e mais de 200m de lado, de cota relativamente estável. Assim, em termos absolutos, é a maior praça de Portugal<sup>100</sup> e uma das maiores da Europa, sendo efetivamente de maior dimensão do que a Praça do Comércio de Lisboa<sup>101</sup> (vide anexo XLVII, figura 44).

A grande praça, que constitui o núcleo central da cidade, é emoldurada por um conjunto de edifícios, de entidades públicas e de particulares, genericamente com 2/3 pisos acima do solo (conforme mapeado na figura 30), com alinhamentos, alturas e volumetrias variáveis, podendo afirmar-se que as quatro frentes urbanas consolidadas têm uma leitura arquitetónica orgânica, no seu conjunto.

<sup>100</sup> Em diversas fontes consultadas, a Praça do Império surge como a maior praça de Portugal, seguida da Praça do Comércio, ambas sitas em Lisboa. Porém, entende-se que a Praça do Império, para efeitos de comparação de dimensões de praças delimitadas por conjunto edificado, não deve ser considerada, porquanto não se encontra delimitada em dois quadrantes (nascente e sul).

<sup>101</sup> A presente nota serve para transmitir alguma estupefação perante a sistemática omissão, nas fontes consultadas, nomeadamente no livro intitulado “A Praça em Portugal, Inventário de Espaço Público (DGOTDU e FAL), do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz, como sendo a maior praça de Portugal. “Curiosamente” no livro citado, na parte das “tábuas comparativas das Praças” (pp. 44-47), surge em primeiro lugar a Praça do Comércio, em Lisboa, sendo que em relação a Estremoz é assinalada a Praça D. Dinis (pp. 348-355), com sonegação / desprezo pela Praça Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz. Considera-se que a situação descrita consubstancia uma total falta de rigor técnico-científico, talvez (julga-se) motivada pela tendência de dar protagonismo a Lisboa (leia-se litoral), em detrimento do real valor patrimonial que se encontra patente no interior do país (insistência em perpetuar a assimetria - desleal - entre litoral e interior, a nível socioeconómico, recorrendo a estratégias pouco credíveis).

**Figura 30 – Extrato da planta cartográfica com número de pisos**



Fonte: Inventário de conjuntos urbanos, DGEMN, 2006, cartografia C.4.3.

A fotomontagem seguinte (figura 31) exemplifica o contexto urbano que envolve a grande praça, designadamente no quadrante poente, onde se pode verificar o elevado nível de autenticidade das várias edificações do conjunto (sem adulterações significativas), bem como a diversidade no que concerne à linguagem arquitetónica *per si*.

**Figura 31 – Alçado de conjunto do Rossio Marquês de Pombal – quadrante poente**



Fonte: Inventário de conjuntos urbanos, DGEMN, 2006, cartografia L.01

Para além dos vários elementos urbanos, que importa valorizar e salvaguardar, que fazem parte constituinte do objeto de estudo e área de influência próxima (elencados em tópico próprio), salientam-se os três edifícios monumentais de grande porte que integram a praça, dando-lhe uma escala imponente, conforme se pode analisar na figura seguinte (32).

**Figura 32 – Vista panorâmica de Estremoz (quadrante nascente), desde a Torre de Menagem**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

a) Conjunto Igreja / Convento de São Francisco b) Conjunto Igreja / Convento das Maltezas; c) Conjunto Igreja / Convento dos Congregados

De seguida, apresenta-se a seguinte descrição, elaborada pelo Prof. Joaquim Vermelho:

“(…) A norte, Sul e Nascente, dominam o seu casario envolvente três conventos: Três épocas na vida desta grande praça. O alvorecer de Estremoz no início do séc. XIII, com a casa dos Franciscanos; o início do século XVI, com o convento, de S. João da Penitência, posteriormente da Ordem de Malta, e os Congregados do Oratório, que substituiu o paço acastelado de D. Constantino de Bragança.

(…) O restante casario que emoldura a praça é predominantemente setecentista-



oitocentista. Algumas fachadas ficaram marcadas pela moda do tempo, como as revestidas a azulejos. Outras, levantadas no século atual, integraram-se mal, comprometendo o seu carácter setecentista-oitocentista. Mantiveram-se no entanto duma maneira geral os dois pisos, e mesmo quando estes são ultrapassados o seu perfil mantém uma certa linha de equilíbrio.

Na linha de eixo sul sobressaem as torres dos Congregados, concluídas já no início da metade da centúria atual (...)”<sup>102</sup>

A igreja dos Congregados, com as suas altivas torres sineiras, que emergem do tecido urbano central, corporiza o grande “espaldar” do Rossio Marquês de Pombal (*vide* figura 33), assumindo-se, juntamente com o convento que lhe está adossado, como a peça arquitetónica mais imponente de todo o conjunto edificado.

**Figura 33 – Vista panorâmica (para o quadrante poente)**



Fonte: CMEtz

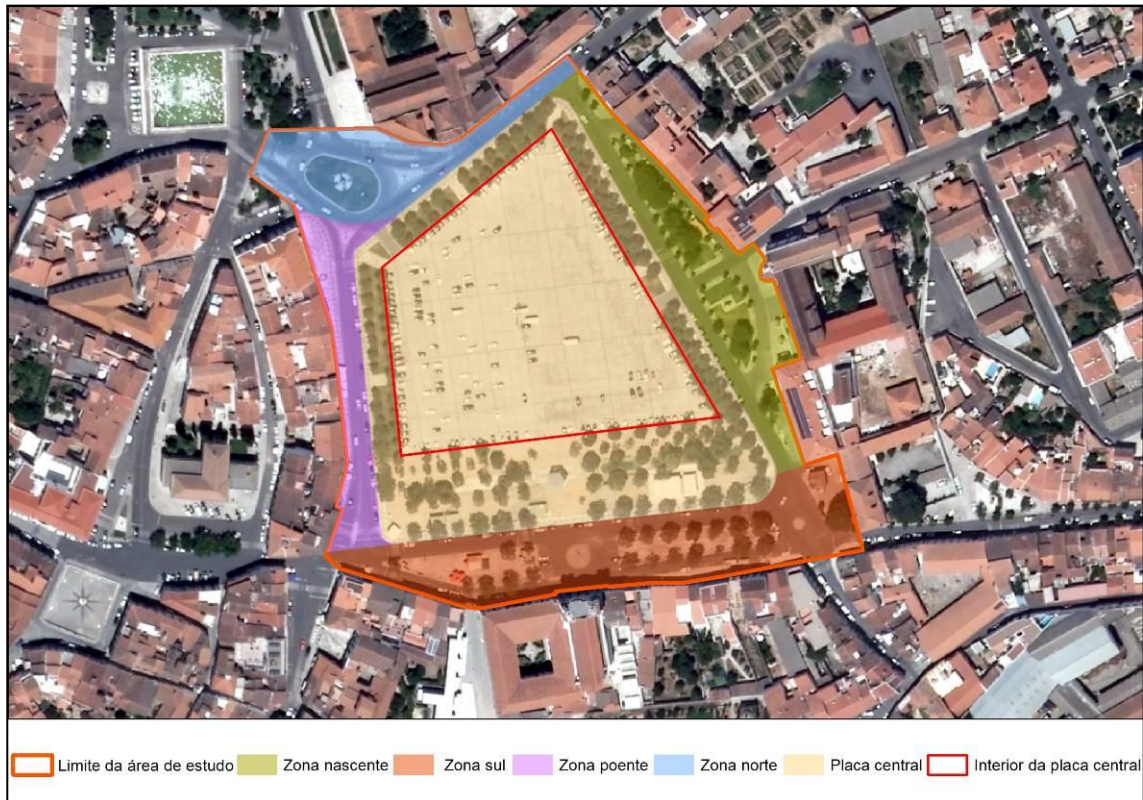
Tendo em vista uma adequada esquematização e apresentação do presente trabalho, elaborou-se um zonamento do objeto de estudo, conforme figura seguinte (34), no intuito da respetiva caracterização em termos conceptuais, funcionais e físicos, bem como para utilização de nomenclatura adequada / coerente.

---

<sup>102</sup> Brados do Alentejo, 28.07.95, p. 16



Figura 34 – Zonamento do objeto de estudo – 6 zonas

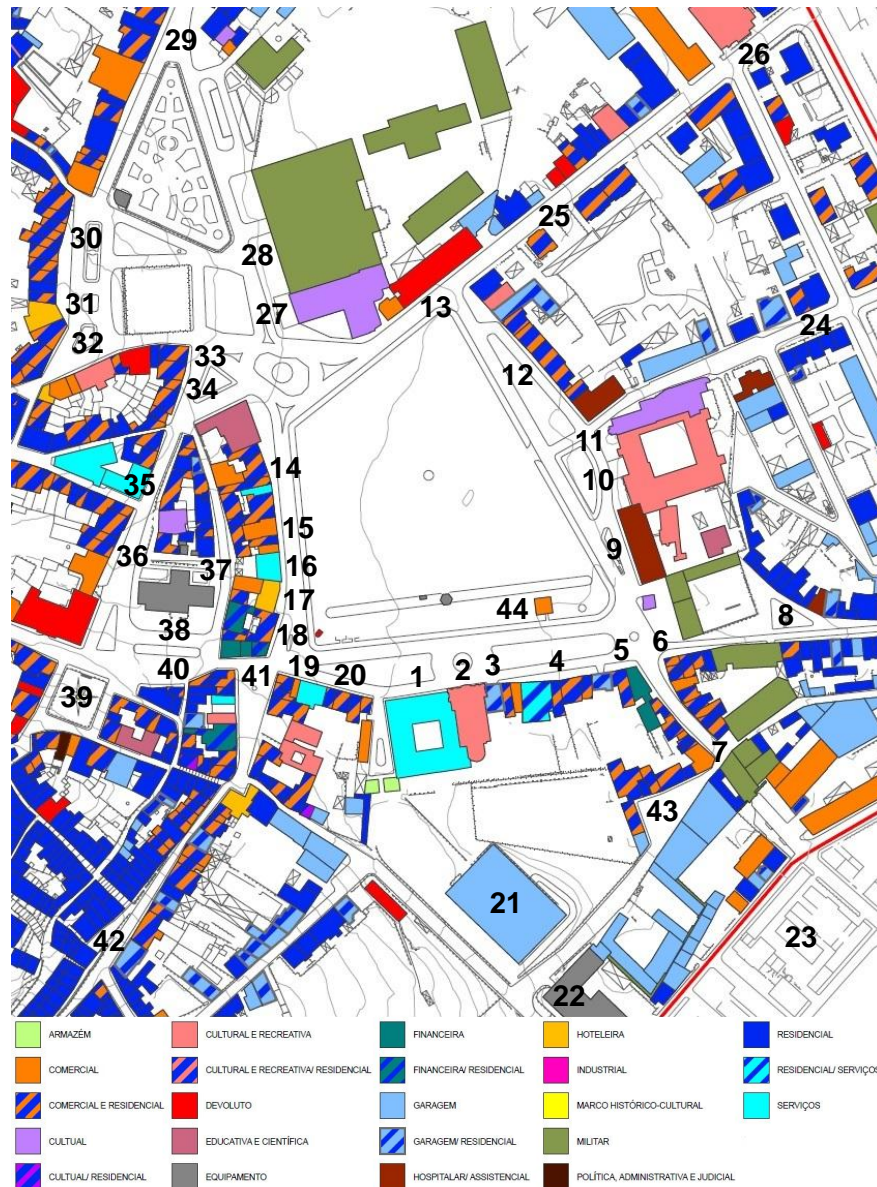


Fonte: Elaboração própria

### 4.3. Descrição, Funcionamento e Utilizações

O Rossio Marquês de Pombal é o principal lugar de encontro e confluência da cidade de Estremoz, grande salão urbano de estar e receção de visitantes, mantendo a sua “matriz genética” de palco / cenário de múltiplas utilizações (v.g. comerciais, culturais, recreativas e cívicas). Personifica, assim, uma forte componente socioeconómica da cidade, em diversas vertentes e dimensões, mantendo viva a identidade do seu contexto histórico. Por um lado, pelos estabelecimentos comerciais e de serviços (públicos e privados), instalados nas edificações que emolduram a praça e, por outro, pela permanência do mercado diário de produtos endógenos (v.g. hortícolas, queijos, enchidos, artesanato), bem como do mercado de sábado, que congrega a feira de antiguidades e velharias. De salientar que na envolvente próxima também existem diversos serviços públicos e privados, que atraem utentes, como é o caso do tribunal (praça Luís de Camões), entidades bancárias (largo da República), clínicas de saúde (avenida 25 de Abril e rua Cap. Mouzinho de Albuquerque), entre outros (*vide* figura 35).

Figura 35 – Extrato da planta cartográfica com tipo de utilização / atividade do edificado



Fonte: Inventário de conjuntos urbanos, DGEMN, 2006, cartografia C.5.1.

1) CMEtz / Biblioteca Municipal; 2) Igreja / religiosa; 3) Posto de Turismo; 4) Banco / multibanco, vestuário, padaria, material elétrico, churrasqueira e mercearia; 5) Banco / multibanco; 6) Restauração; 7) Eletrodomésticos, cabeleireira, lotaria, pastelarias e restauração; 8) Clínica de saúde, lavandaria, perfumaria e restauração; 9) Residência sénior, notariado e posto de abastecimento de combustíveis; 10) Centro Ciência Viva; 11) Igreja / religiosa; 12) Loja de sementes, contabilidade e restauração; 13) Posto de abastecimento de combustíveis / oficina mecânica; 14) Sapataria, óptica, seguros e restauração; 15) Café / restaurante Águias D'Ouro; 16) Repartição de Finanças; 17) Restaurante / Hotel Alentejano; 18) Farmácia e papelaria; 19) Tabacaria, ourivesaria, óptica, seguros, pastelaria, artesanato e talho; 20) Pastelaria formosa; 21) Mercado abastecedor; 22) Bombeiros; 23) Arquivo Municipal; 24) Restauração; 25) Sapataria, cabeleireira, esteticista, clínica de saúde e de fisioterapia; 26) Teatro / cinema; 27) Igreja / religiosa; 28) RC3 / militar; 29) Lavandaria, estúdio de fotografia, cabeleireiro, restauração, dentista e seguros; 30) Restauração, dentista, loja de bicicletas e telecomunicações; 31) Hotel; 32) Sapataria, móveis e restauração; 33) Banco / multibanco; 34) Farmácia; 35) Correios; 36) Agência de viagens, imobiliária, sapataria, vestuário, esteticista, cabeleireira e estabelecimento de bebidas; 37) Esteticista, papelaria, contabilidade, loja de flores, talho, pastelaria, restauração e banco; 38) Tribunal / conservatória do registo predial; 39) Centro oftalmológico, dentista, contabilidade e farmácia; 40) Mercearia, padaria, barbearia e estabelecimento de bebidas; 41) Restauração, óptica, banco / multibanco, retrosaria, ortopedia, talho, farmácia, artesanato, eletrodomésticos e residencial; 42) Seguros, cabeleireira e restauração; 43) Reboques, serralharia e restauração; 44) Restauração - Cafeteria Rossio.



Pode-se assim, também, definir a grande praça como sendo um interessante centro comercial - a céu aberto - com um enorme potencial socioeconómico e turístico, que importa alavancar e dinamizar, através da reabilitação urbana do espaço público e, por conseguinte, da melhoria das condições de utilização.

Todavia, o objeto de estudo, também funciona como enorme plataforma “giratória” e de atravessamento, no que concerne à circulação automóvel, e como principal parque de estacionamento da cidade (este tópico será aprofundado em subcapítulo próprio).

Tal como foi aludido supra, considera-se que o objeto de estudo encontra-se conceptualmente subdividido em várias áreas, com vivências e sensibilidades urbanas distintas, que articuladas entre si constituem um todo multifacetado, caracterizando-se do seguinte modo:

- O interior da placa central, funciona como grande parque de estacionamento permanente (com dotação para cerca de 500 automóveis), só parcialmente liberto aquando da realização de eventos (v.g. culturais, lúdicos, religiosos e militares), bem como para atravessamento pedonal em todas as direções (*vide* figura 36);

**Figura 36 – Perspetivas do interior da placa central**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Para o quadrante sul; b) Para o quadrante poente; c) Para o quadrante norte; d) Para o quadrante nascente

- O perímetro da placa central e zona sul da mesma, constituído pelo mais nobre passeio público da cidade (com cerca de 650m de percurso pedonal), alamedas de árvores (dois renques) e zonas relvadas, sendo a zona sul o principal espaço de encontro, estar e convívio da praça, devido à existência de sombras / bancos (*vide* figura 37). O citado passeio público é o elemento que “absorve” o maior fluxo de passagem pedonal, devido à ampla largura do mesmo e à zona de sombra perimetral contínua. Na zona sul, da placa central, existem vários equipamentos, que suportam diversas valências, tais como: coreto municipal (eventos musicais com filarmónicas), Cafetaria Rossio (estabelecimento de restauração e bebidas), quiosques (construções precárias) de venda de produtos endógenos / regionais (v.g. artesanato, cestaria, artigos em pele) e quiosque / bilheteira (ex-posto de viação e trânsito). Esta zona, todos os sábados de manhã, transforma-se na feira de antiguidades e velharias, em articulação com o mercado de produtos regionais, que se instala na zona sul;

**Figura 37 – Perspetivas do perímetro da placa central e zona sul da mesma**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Perímetro da placa central, poente; b) Perímetro da placa central, norte; c) Zona sul da placa central; d) Zona sul da placa central

- A zona norte corresponde à área mais “estéril” de todo o conjunto, pois funciona principalmente como eixo de atravessamento viário e zona de charneira para o antigo Rossio de São Brás, atualmente largo General Graça. Contudo, de valorizar a presença adjacente da Igreja de São Francisco, com respetivo cruzeiro, e a proximidade do Lago do Gadanha (*vide* figura 38);
- A zona poente é a famosa área de cafés / restaurantes (Café Águias D'Ouro e Restaurante Alentejano) e esplanadas instaladas nos passeios, sendo bastante aprazíveis nos meses de verão pelo fato da existência de generosas sombras, sendo também uma zona com comércio e serviços, tais como: Repartição de Finanças, farmácia, papelaria, agência de seguros, sapataria, oculista, entre outros (*vide* figura 38);

**Figura 38 – Perspetivas das zonas norte e poente**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Zona norte, para poente; b) Zona norte, para nascente; c) Zona poente, para norte; d) Zona poente, para sul

- A zona sul protagoniza a área com maior nobreza, imponência e importância da praça - historicamente denominada Avenida do Rossio - pela presença da Igreja / adro e ex-Convento dos Congregados, onde atualmente se encontra instalado o centro político-administrativo do concelho (CMetz), Biblioteca Municipal, Posto de



Turismo, bem como diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como: pastelarias, padaria, loja de roupa e tecidos, agência bancária / multibanco, mercearia, oculista, entre outros. O quadrante nascente, da zona sul, é pontuado pela presença da Capela do Santo Cristo. Nesta zona sul, funciona o mercado diário referido e, semanalmente, decorre o mercado tradicional de sábado / feira de antiguidades e velharias, em articulação com a zona sul da placa central (*vide* figura 39);

**Figura 39 – Perspetivas da zona sul**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Zona sul, para poente; b) Zona sul, para poente; c) Zona sul, para nascente; d) Zona sul, para poente

- A zona nascente, na qual se podem alcançar privilegiadas panorâmicas sobre a escarpa do castelo / torre de menagem, é também constituída por áreas destinadas a esplanadas, com presença de núcleos ajardinados. De destacar o Centro Ciência Viva, que se encontra instalado no ex-convento das Maltezas, bem como a existência de outros estabelecimentos de comércio e serviços, tais como: restaurantes, loja de sementes, residência sénior, entre outros (*vide* figura 40);
- De salientar a existência de dois postos de abastecimento de combustíveis, na zona norte e na zona nascente.

**Figura 40 – Perspetivas da zona nascente**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

a) Zona nascente, para norte; b) Zona nascente, para norte; c) Zona nascente, para sul; d) Zona nascente, exemplo de esplanada

Os estabelecimentos de comércio, serviços e valências de diversas naturezas (v.g. sociais e/ou públicas) encontram-se maioritariamente instalados ao nível dos pisos térreos, dos edifícios que configuram a praça (*vide* figura 41). Tais atividades económicas, com maior intensidade na zona sul e poente, para além dos empregos que sustentam, consubstanciam um pilar fundamental no que concerne à atratividade e dinâmica de fluxos viários / pedonais do espaço público em análise.

Pela diversidade de utilizações e valências referidas, tanto afetas a edifícios, como ao espaço público *per si*, revelam a permanência da multifuncionalidade histórica da grande praça, sendo uma das características positivas a ter em consideração na proposta de reabilitação.



**Figura 41 – Estabelecimentos de comércio / serviços**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Zona sul, para nascente; b) Zona sul, para nascente; c) Zona poente, para sul; d) Zona poente, para sul

A definição da identidade de um determinado lugar<sup>103</sup> urbano, no presente caso do objeto de estudo, não é linear, devido à subjetividade dos valores em presença (v.g. importância simbólica do lugar, memória coletiva de um grupo de pessoas, o caráter multifacetado do espaço público).

Assim, o conceito de identidade urbana deve ser definido através do olhar de diferentes origens disciplinares, tais como: psicologia, sociologia e antropologia. Com efeito, sob o ponto de vista multidisciplinar, a noção de identidade urbana consiste no seguinte:

“O conceito de identidade comporta sempre uma referência de interactividade, em que as relações com o que é exterior, são constitutivas da identidade. A percepção da identidade

<sup>103</sup> O conceito de espírito do lugar tem origem no período do Império Romano. Os Romanos advogavam que cada lugar tem um espírito próprio, que denominavam por: *Genius Loci* (*genius* = espírito + *loci* = lugar). Assim, defendiam que cada lugar tem o seu *genius*, com capacidade de influência na construção espacial e no modo de vida / comportamentos dos cidadãos. Por conseguinte, o espírito do lugar, faz parte integrante da simbiose ideal entre as condições naturais de um sítio (v.g. orografia, exposição solar, linhas de água, etc), a cidade construída (v.g. morfologia urbana, dimensões e altimetria das edificações, geometria dos espaços públicos, etc) e os seus habitantes (v.g. tradições socioculturais, rituais, crenças religiosas, etc). Dessa simbiose resulta o caráter e a identidade de um determinado lugar.

faz parte da própria noção de identidade urbana - transmitida pela educação, pela comunicação - faculta o reconhecimento do carácter de um lugar, não tanto como sendo constante mas como sendo coerente consigo próprio. Individualmente, a identidade é percebida pelo sentimento de pertença, através de uma coerência entre narrativas e experiência pessoal (individual ou social) do lugar.”<sup>104</sup>

Partindo da noção explanada, outros conceitos se encontram associados ao sentimento de identidade urbana, tais como: memória coletiva; uso e apropriação do espaço; espírito do lugar; redução da identidade, cidade-espectáculo e publicidade; organização simbólica do espaço - arte e democracia.<sup>105</sup>

Por sua vez, o espaço público encontra-se intimamente ligado à identidade urbana, pois faz parte integrante da sua construção, através das suas características tipológicas e morfológicas. A figura seguinte (42) sintetiza as diversas tipologias de espaço público.

**Figura 42 – Quadro de tipologias do espaço público**

a. Espaços - traçado	Encontro	1 Largos, praças
	Circulação	2 Ruas, avenidas
b. Espaços - 'paisagem'	Lazer - natureza	3 Jardins, parques
	Contemplação	4 Miradouros, panoramas
c. Espaços - deslocação	Transporte	5 Estações, paragens, interfaces
	Canal	6 Vias-férreas, auto-estradas
	Estacionamento	7 'Parking', silos
d. Espaços - memória	Saudade	8 Cemitérios
	Arqueologia	9 Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10 Espaços monumentais
e. Espaços comerciais	Semi-interiores	11 Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exterieiros	12 Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por edifícios	13 Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14 Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	15 Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – DGOTDU (2008), p.19

Em suma, perante as seis tipologias supracitadas, constata-se que a grande praça - o Rossio Marquês de Pombal - as congrega de forma unânime, constituindo um conjunto multifuncional, sendo:

a) Espaço traçado - encontro e circulação;

<sup>104</sup> Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: DGOTDU, p. 14

<sup>105</sup> Ibidem, pp. 14, 16 e 17

- b) Espaço paisagem - lazer, natureza e contemplação;
- c) Espaço deslocação - estacionamento;
- d) Espaço memória - arqueologia e memoriais;
- e) Espaço comercial - semi-interior e semi-exterior;
- f) Espaço gerado - por edifícios, equipamentos e sistemas.

#### **4.3.1. Mercado Tradicional Diário e de Sábado / Feira de Antiguidades e Velharias**

Os mercados e as feiras tradicionais encontram-se, num sentido lato, associados não só a trocas comerciais mas, também, a pontos de encontro e confluência das populações. Tais eventos socioeconómicos constituem transmissores - verdadeiramente genuínos - da cultura dos povos, espelhando o estado da “saúde” produtiva em termos agrícolas, pecuários e das diversas atividades artesanais. São, efetivamente, manifestações culturais - identitárias - catalisadoras para a conjugação das várias sinergias sociais, bem como contribuem para uma equilibragem económico-financeira dos seus intervenientes (produtores e consumidores).

Com efeito, a troca de bens (alimentos, animais e matérias) remonta aos primórdios da nossa civilização, aquando da passagem do nomadismo para o sedentarismo e, por conseguinte, do desenvolvimento de práticas agrícolas / pecuárias.<sup>106</sup>

O conceito de mercado, tal como atualmente conhecemos, tem profundas raízes históricas nos mercados que integravam tanto a *ágora* grega, como o *forum* romano, mas, também, no denominado *souk* ou bazar islâmico, onde se efetuavam as principais atividades comerciais. Este último praticava-se, e ainda se pratica, com absoluta “apropriação” do espaço público, despojado de estruturas edificadas.

Durante a Idade Média<sup>107</sup> verificou-se uma acalmia social com a diminuição das guerras, assistindo-se a um progressivo crescimento demográfico e económico. A população deslocou-se para as cidades, alavancando as estruturas urbanas, sendo que a produção agrícola aumentou graças a novos métodos de cultivo, resultando daí excedentes para comercialização. Neste quadro, na Europa, surgiram pontos de encontro e de reunião entre mercadores e camponeses, vivificando as velhas cidades e originando

---

<sup>106</sup> Foi no período Paleolítico Superior (de 40.000 a.C. a 10.000 a.C.) que os povos nómadas passaram a povos sedentários, fixando-se nas áreas geográficas mais favoráveis, principalmente junto a cursos de água, sendo no período Neolítico (de 10.000 a.C. a 3.000 a.C) que surge o cultivo da terra e consequente desenvolvimento da agricultura / pastoreio.

<sup>107</sup> Período entre os séculos V e XV.

novos centros de âmbito local e regional.

“As feiras eram reuniões onde se encontravam produtores, consumidores e distribuidores, em datas e espaços determinados, superando assim a carência de fáceis comunicações e alargando a distribuição de produtos. A sua importância económica revela-se na protecção que monarcas, nobres e autoridades concelhias lhe dispensavam, concedendo privilégios àqueles que para lá se deslocavam.

Se a determinação do espaço é uma constante de todos estes encontros comerciais, a sua periodicidade permite-nos distinguir uma feira de um simples mercado. A feira, ontem como hoje, ocorre em intervalos muito espaçados, geralmente anuais ou semestrais, enquanto o mercado pode realizar-se mensal ou semanalmente, ou ter mesmo ocorrência diária. Por outro lado, enquanto as feiras se destinam ao comércio grossista e de grande distância, exercendo a sua influência sobre uma vasta região, os mercados têm como alvo um centro urbano específico, suprimindo as necessidades mais imediatas”<sup>108</sup>

Neste período histórico, de salientar o enorme poder que o Clero detinha, capaz de moldar o crescimento do tecido urbano através da construção de grandes edificações, nomeadamente igrejas e conventos, com os respetivos adros, gerando o que viriam a ser as futuras praças públicas (espaço público central). Neste contexto, os mercados e as feiras decorriam principalmente nas ruas e em amplos terreiros (*vide* figura 43), deslocando-se paulatinamente para as praças que se iam formando, adquirindo também uma componente religiosa.

**Figura 43 – Ilustração de mercado medieval, Peter Aertsen**



Fonte: <http://art-now-and-then.blogspot.pt>

<sup>108</sup> Figueiredo, S. (coord.) et al. (1998). *Feiras, Mercados e Romarias – em Portugal através do Bilhete Postal Ilustrado*. [s.l.]: Ecosoluções, Consultores Associados, Lda, pp. 14 e 15

No caso português, à semelhança do que aconteceu pela Europa, as feiras surgem enquadradas em fenómenos de revitalização de determinadas áreas geográficas, designadamente de concelhos do norte e centro do país, mais distantes do Islão. As referências a feiras portuguesas constam nas cartas de foral (criação de concelhos), sendo a mais antiga a feira de Ponte de Lima, em 1125.<sup>109</sup>

No reinado de D. Afonso III<sup>110</sup> os centros do interior e Sul assumem maior importância económica, já libertos do Islão. Foi com D. Dinis<sup>111</sup> que se fomentaram as feiras nas zonas raianas, sendo o incentivo ao comércio um forte atrativo para a fixação de população. Com efeito, para consolidação dessa estratégia de ocupação territorial, as feiras ganharam uma proteção institucional e jurídica, através de direitos, privilégios e isenções fiscais, denominando-se de feiras francas.

Assiste-se, na segunda metade do século XV, a uma decadência do protagonismo das feiras, causado pelo emergente comércio marítimo (expansão Portuguesa), passando estas a sobreviver de encontros de comunidades rurais, com uma área de influência concelhia. Tal secundarização agravou-se durante os séculos XVI e XVII, aquando da concentração do grande comércio nas cidades portuárias (fenómeno de litoralização).

“As transações com o Oriente e o Brasil ganharam cada vez mais importância, ao mesmo tempo que se desenvolviam os mercados semanais e diários, de localização fixa e periodização mais consentânea com o ritmo de vida urbano cada vez mais acelerado”<sup>112</sup>

No século XVIII, com a denominada “Revolução Industrial”, durante a qual se assistiu a consideráveis alterações económicas e técnicas, as feiras tradicionais revitalizam-se e adaptam-se aos novos desígnios, passando a integrar as feiras-exposição. A primeira feira ou exposição industrial portuguesa decorreu em Oeiras, no ano de 1776, sendo a mais antiga do mundo.

É, nessa lógica de hibridação entre a feira tradicional e tecnológica, que nos séculos seguintes, XIX e XX, tais eventos ganham novamente uma dimensão regional, e até nacional, sem descurar a componente religiosa e lúdica que lhes estão associadas (muitas das feiras se mesclam com romarias e festas religiosas).

---

<sup>109</sup> Ibidem, p. 17

<sup>110</sup> Reinado de 1248 a 1279

<sup>111</sup> Reinado de 1279 a 1325

<sup>112</sup> Figueiredo, S. (coord.) et al. (1998). *Feiras, Mercados e Romarias – em Portugal através do Bilhete Postal Ilustrado*. [s.l.]: Ecosoluções, Consultores Associados, Lda, p. 19

“É aqui que mais genuinamente se mistura o profano e o sagrado na simplicidade da alma e cultura populares, onde o cheiro da maçã camoesa se confunde com o odor dos círios prometidos em hora de má sorte, onde as volutas de incenso se enovelam com o pó levantado pelo arrastar dos pés, onde os pregões se cruzam com as preces ao alto mugir lamentoso dos animais, onde o garrido das vestes rivaliza com o luxo dos santos dos andores, onde as paixões se soltam dando azo às mais espontâneas manifestações dos impulsos primários”

“Mas também aí se renovam conhecimentos, se sabem notícias da região, se exibem as feições de cada localidade, o seu temperamento, o seu folclore, as músicas e os instrumentos, as cantigas e as danças que surgem espontaneamente, enquanto se entabulam os negócios num virtuosismo de desgarrada”<sup>113</sup>

Em Estremoz, a sua primeira feira franca data de 1463, realizando-se, então, nos últimos dez dias do mês de junho, mediante documento (carta de mercê, registada na chancelaria régia) que consta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.<sup>114</sup> (*vide* anexo XLVIII, figura 45).

O lugar mais antigo, que se conhece, onde se realizavam as feiras e mercados de Estremoz, era no Rossio de S. Brás, sendo que a este largo se juntavam o das Bicas e o Lago do Gadanha (*vide* anexo XLIX, figuras 46 e 47).

“O crescimento urbano pelas encostas e sopé da colina, as actividades económicas que se tornaram notáveis nos séculos seguintes – XIV e XV, levando ao aparecimento da freguesia de Santo André e duma nova paroquial, os mercados e feira no rossio de S. Braz, movimentando mercadores e almocreves, parece ter-se desenvolvido desde logo no referido rossio, o que encontramos natural, dada a fixação dos franciscanos naquele local, onde levantaram a sua casa, a qual foram alargando à medida que o tempo decorria e aos apoios que ia ganhando a sua obra e presença”<sup>115</sup>

No livro intitulado “António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas da vila de Estremoz”<sup>116</sup>, é referido o seguinte:

“O terseiro e ultimo Bairro hé o de Santo Andre, o qual compreende toda a villa baixa, e se estende por muitas Ruas, e espasozas praças e terreiros, que o fazem alegre e formozo. Os Terreiro[s] são de Santo andre, o do Grande Rocio, o de S. Braz, e todos eles sercados

---

<sup>113</sup> Ibidem, pp. 20 e 21

<sup>114</sup> Caderno intitulado “A Primeira Feira de Estremoz” (sem paginação), Mário Costa, Biblioteca Municipal de Estremoz.

<sup>115</sup> Vermelho, J. (2003). *Nas Lavras do Tempo...Sementes e Raízes*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, p. 152

<sup>116</sup> António Henriques da Silveira, foi juiz desembargador e escritor, começou a redigir a obra “Memórias analíticas da vila de Estremoz”, na década de 40 do século XVIII.



de Idifícios Sumptuosos, e de Cazas Nobres. O Primeiro terreiro hé o de Santo André no qual está a Caza do Senado, e nelle há feira, ou Mercado todos os sabbados, muito frequentado dos povos sircumvizinhos.”<sup>117</sup> (*vide* figura 44).

**Figura 44 – Postal ilustrado da praça do peixe e da hortaliça [s.d.], no antigo terreiro de Santo André ou das Covas (atual praça Luís Campos)**



**Fonte: Feiras, Mercados e Romarias em Portugal através do Bilhete Postal Ilustrado, p. 58**

As alterações da localização das feiras e mercados está intimamente relacionada com a expansão urbana das povoações, da fixação ou realocação dos “centros de poder” (político-administrativo ou religioso), bem como na implantação de novas valências urbanas, onde a cidade de Estremoz não é exceção.

“O tempo não pára e, mais tarde, já quase a virar para o século XX, o desenvolvimento das actividades económicas impõe mais espaço e as feiras mudam de lugar para o grande rossio e no seu anterior local implanta-se uma zona verde com jogos de placas, para a tornar mais aprazível, que passou a ser conhecido pelo jardim público”<sup>118</sup>

Conforme consta nas fontes consultadas, nas primeiras décadas do séc. XX o Rossio Marquês de Pombal consolidou-se como o palco principal, por excelência, dos grandes eventos da cidade, concentrando a realização das feiras e mercados tradicionais.

<sup>117</sup> Fonseca, T. (2003). *António Henriques da Silveira e as “Memórias analíticas da vila de Estremoz”*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS / Universidade de Évora, p. 163

<sup>118</sup> Vermelho, J. (2003). *Nas Lavras do Tempo...Sementes e Raízes*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, p. 153



“Praça diária no Rossio Marquês de Pombal. É abundante o mercado semanal aos sábados, onde concorrem vendedores de Portalegre, Elvas, Redondo e outras povoações que o abastecem de frutas e vários produtores hortícolas, tendo uma extraordinária afluência de compradores, não só deste concelho, como dos concelhos circunvisinhos. Este mercado, é, sem dúvida alguma, um dos mais importantes e afamados do País. Nele aparece toda a espécie de géneros à venda, tornando-o mais concorrido que muitas feiras, não só pela abundância de géneros à venda, como pela animação extraordinária da sua comercialização, animando muito os estabelecimentos e actividades comerciais locais”<sup>119</sup>

O mercado diário e semanal (sábados), foi sendo instalado paulatinamente na zona sul do Rossio Marquês de Pombal (frente à Câmara Municipal, nas placas laterais calçetadas), estendendo-se para a zona sul da placa central. Inicialmente, segundo alguns relatos, os lugares de venda foram sendo ocupados através de bancas, com “coberturas” constituídas com recurso a panos ou lonas (atados com cordas a árvores ou elementos de madeira / metálicos), bem como toldos e guarda-sóis. Mais tarde, entre os anos 60 e 80 do século passado, foram incorporadas estruturas metálicas (perfis e chapas metálicas), materializando, desse modo, postos de venda do tipo “quiosques”, vulgo barracas ou construções precárias (vide figura 45 e anexo L, figuras 48 e 49).

**Figura 45 – Fotografias dos “Quiosques” do Mercado Diário e Semanal [s.d.] - zona sul**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz (Coleção Prof. Joaquim Vermelho)

a) Vista geral dos “quiosques”, zona sudoeste; b) Perspetiva, para o quadrante nascente

A feira de antiguidades e velharias, cujo início remonta aos anos 60 do século passado, decorre todos os sábados na zona sul da placa central.

A par do referido, decorria também no grande Rossio o mercado abastecedor

<sup>119</sup> Crespo, M. (1950). *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz: Fac-similada – Centro Social Paroquial Santo André – Estremoz, pp. 194 e 195

(*vide* figura 46), até ser transferido para os pavilhões metálicos implantados na esplanada dos congregados, a tardoz do edifício da Câmara Municipal (*vide* anexo LI, figuras 50 e 51).

**Figura 46 – Fotografia do “mercado abastecedor” [s.d.] – interior da placa central**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz (Coleção Prof. Joaquim Vermelho)

A título de breve historial, importa salientar que no decurso do século XX e início do XXI, o mercado diário foi alvo de várias tentativas de o “enclausurar”, ou seja, de o transferir para o interior de um edifício (adaptado ou construído de raiz), tal como aconteceu em diversas vilas e cidades de Portugal.

Desde logo, no final dos anos 20 e início dos anos 30 do século passado, houve a intenção de construir o que se denominou uma “praça fechada”, primeiramente a implantar no local onde se situa o Lago do Gadanha (destruindo o mesmo) e, depois, no grande Rossio. A tal “praça fechada” albergaria os diversos vendedores e expositores do mercado diário, alegadamente deixando incólume o mercado semanal. A ideia da construção da “praça fechada” foi fortemente contestada pelos estremocenses, incluindo figuras ilustres da época, acabando por ser abortada pelo executivo camarário (*vide* anexos de LII a LXV, figuras de 52 a 65).

Mais tarde, nos anos 90, o tema “mercado” (diário e semanal) é novamente reaceso pelas forças vivas estremocenses, a par do surto de mercados cobertos que foram projetados e alguns construídos noutros concelhos próximos (v.g. Borba, Vila Viçosa e Alandroal). Com efeito, o mercado - tradicional - diário, resistiu à proposta da

sua transferência para um edifício adjacente à Igreja dos Congregados (onde funcionava a central de camionagem – rodoviária nacional), sendo este posteriormente alterado para a denominada “Casa de Estremoz”, onde funciona atualmente o Posto de Turismo, entre outras valências (*vide* anexos de LXVI a LXX, figuras de 66 a 70).

Por último, entre 2005 e 2009, foi projetado e efetivamente construído o mercado coberto, na zona lateral do edifício da Câmara Municipal (local onde funcionava a praça do peixe, conhecido pela “Carrapata”), com o intuito de ali instalar as atividades comerciais exercidas nos “quiosques” do Rossio. Por conseguinte, possibilitar-se-ia a demolição das construções precárias e a melhoria das condições de conforto, higiene e salubridade dos postos de venda. Com a alteração do executivo camarário, em finais de 2009, optou-se pela não transferência referida, sendo o edifício utilizado atualmente para outras finalidades (*vide* anexo LXXI, figuras 71 e 72).

Com efeito, analisando os casos ocorridos noutros concelhos, em que os mercados foram transferidos para edificações cobertas, constata-se que houve um progressivo declínio da atividade comercial. Por um lado, ocasionado pela perda de tipicidade inerente à “anulação” do cenário histórico, proporcionado pelos ambientes urbanos onde decorriam os mercados (memória coletiva / identidade dos lugares) e tentativa de artificialização das bancas de venda. Por outro lado, pelo surgimento – hegemónico - de superfícies comerciais, com uma grande concentração / oferta de produtos de baixo custo, entre outros motivos.

Assim, o que aparentemente se poderia adjetivar de vicissitudes ou não progresso para a modernidade, na verdade, acabou por salvaguardar o mercado tradicional de Estremoz, permanecendo no Rossio, com toda a carga genética - histórica - que o caracteriza.

Atualmente, pode-se afirmar que o mundo rural continua, de modo ininterrupto e sustentável, a visitar a cidade de Estremoz, onde vendedores, camponeses, hortelões, criadores, artesãos e visitantes se mesclam para trocas comerciais e socioculturais. O evento de sábado, no seu conjunto, possui uma significativa dimensão consolidada (*vide* figura 47), indicada pela frequência constante do número de bancas / lugares de venda e pela assinalável afluência de visitantes nacionais e internacionais (v.g. provindos de Lisboa ou Badajoz).

“Um dos ex-libris da cidade de Estremoz é o mercado tradicional que se realiza, todos os sábados de manhã, no Rossio Marquês de Pombal. Semanalmente, o campo vem à cidade e traz cestos cheios de frutas, hortaliças, cereais, azeite, queijos, azeitonas,

enchidos e animais. Estes produtos são frescos e podem ser adquiridos diretamente ao produtor.

A par deste mercado, também na Feira de Antiquidades e Velharias o visitante tem a oportunidade de viajar no tempo, através dos objetos e artigos expostos nas bancas improvisadas ou no chão. Mobiliário, bordados, faianças, porcelanas, cobres, livros, discos, moedas, postais, selos, grafonolas antigas e utensílios agrícolas, são apenas alguns exemplos do que se pode encontrar nesta feira.”<sup>120</sup>

**Figura 47 – Vista aérea do evento de sábado**



Fonte: Luís Mendeiros (março de 2017)

Nas vésperas do evento de sábado, todas as sextas-feiras, tem início o ritual de instalação das bancas, com as respetivas coberturas amarradas a árvores, com recurso a cordas, tubos e espigões metálicos cravados no solo, tal como acontecia no início do séc. XX, conforme se pode verificar na figura seguinte (48)

**Figura 48 – Instalação das tendas / bancas**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Zona sul, com tendas / bancas; b) Exemplo de tenda; c) Exemplo de banca

<sup>120</sup> Disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/pagina/turismo/mercados/>



No mercado de sábado, assiste-se a uma “desorganização organizada” - como uma exegese de um mercado medieval. Com efeito, a organização, de evento para evento, é variável no que concerne à localização de alguns lugares de venda, facto ocasionado pela utilização de veículos (carrinhas, camionetas, motorizadas, entre outras) que vão sendo estacionados aleatoriamente e de “postos” de venda improvisados (com recurso a cestas, alguidares, caixotes, entre outros), principalmente na zona sul da placa central (com mais incidência em redor da denominada Cafetaria Rossio, Coreto e no limite do interior da placa central), conforme se pode analisar na figura seguinte (49).

Relativamente à feira de antiguidades e velharias, verificou-se nos últimos anos um aumento substancial do número de lugares afetos à mesma, expandindo-se presentemente até ao limite do interior da placa central.

**Figura 49 – Evento de sábado**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) “Via de transição” (zona sul) entre o mercado tradicional de sábado e a feira de antiguidades e velharias; b) Zona sul da placa central, feira de antiguidades e velharias; c) Zona sul, mercado tradicional de sábado; d) Zona sul, feira de antiguidades e velharias

As construções precárias, que no seu “auge” se encontravam disseminadas por toda a placa calcetada da zona sul e a sul da placa central (parte poente), foram sendo retiradas ao longo das últimas décadas, restando atualmente cinco exemplares (*vide* figura 50).

**Figura 50 – Construções precárias existentes**



**Fonte: Fotografias do autor (2017)**

**a) Zona sul; b) Zona sul; c) Zona sul da placa central; d) Zona sul da placa central**

Os “quiosques sobreviventes” continuam a funcionar diariamente, integrando o evento de sábado. Nos da zona sul, vendem-se as mais variadas frutas, hortaliças, plantas, ervas aromáticas, queijos, enchidos, entre outros produtos. Nos da zona sul da placa central, vendem-se produtos artesanais feitos de pele e cortiça, tais como luvas, chapéus, malas, bem como artigos de olaria, entre outros.

Pontualmente, na placa calcetada da zona sul (poente) são instaladas bancas e tendas para venda de flores e doçarias, dando aromas e cores ao Rossio (*vide* anexo LXXII, figuras 73 e 74).

A planta esquemática seguinte (*vide* figura 51) é elucidativa da atual organização do mercado diário / semanal e da feira de antiguidades e velharias, devendo ter-se



presente, em abstrato, o caráter variável anteriormente referido. Salienta-se que desde 1996, nos sábados de manhã, a via principal da zona sul é interditada à circulação automóvel, visando otimizar a comodidade e segurança pedonal (*vide* anexo LXXIII, figura 75).

**Figura 51 – Planta esquemática da organização do mercado diário / semanal e feira de antiguidades e velharias**



Fonte: Elaboração própria (Outubro de 2017)

Para além das zonas de venda, nas quais se encontra uma grande variedade de produtos endógenos supra referidos, importa destacar uma “seção” do evento de sábado que é denominado mercado de “criação” (*vide* figura 52), que se instala na zona sul da placa central (limite entre a zona sul do Rossio), no qual se comercializam diversos tipos de aves (v.g. perus, galinhas, pintos e pássaros).

**Figura 52 – Mercado de “criação”**



Fonte: Fotografia do Autor (2017)



#### 4.4. Valores Patrimoniais e Elementos Urbanos

A grande praça, com a sua moldura edificada e envolvente imediata, possui um conjunto de valores patrimoniais e elementos urbanos que importa salientar:

- Na frente urbana norte, a Igreja de São Francisco, do séc. XIII, classificada como Monumento Nacional<sup>121</sup>, compreendendo o túmulo de Esteves da Gata, do séc. XV, classificado como Monumento Nacional<sup>122</sup>, cujo cruzeiro é classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>123</sup>, bem como a Capela de D. Fradique de Portugal, classificada como Monumento Nacional<sup>124</sup>, e o conjunto edificado do Hotel Alentejano (antigo Palace Hotel), que atualmente se encontra desativado (*vide* anexos LXXIV e LXXV, figuras de 76 a 79);
- Na frente urbana nascente, o ex-Convento das Maltezas (onde funciona atualmente o Centro Ciência Viva de Estremoz), do séc. XVI, sendo o respetivo claustro classificado como Monumento Nacional<sup>125</sup>, a Igreja da Misericórdia, cujo cruzeiro é classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>126</sup> e o edifício do ex-Hospital Civil, atualmente Residência Sénior (*vide* anexos LXXVI e LXXVII, figuras de 80 a 83);
- Na frente urbana sul, a Igreja dos Congregados, do séc. XVII, e o ex-Convento de São Filipe de Nery ou dos Congregados, classificado como Imóvel de Interesse Público (onde funciona atualmente a Câmara Municipal de Estremoz e a Biblioteca Municipal)<sup>127</sup> (*vide* anexo LXXVIII, figuras 84 e 85);
- Na frente urbana poente, o edifício do Café Águias D'Ouro, do início do séc. XX, classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>128</sup>, bem como os edifícios do conhecido Hotel / Restaurante Alentejano e da Repartição de Finanças (*vide* anexos LXXIX e LXXX, figuras de 86 a 88);
- A Capela do Santo Cristo, do séc. XVIII, situada a nascente da zona sul (*vide* anexo LXXX, figura 89);
- O Coreto, construído em 1888 e reabilitado / ampliado em 2012, situado na zona

---

<sup>121</sup> Decreto n.º 9842, de 20/6/1924

<sup>122</sup> Decreto n.º 8228, de 4/7/1922

<sup>123</sup> Decreto n.º 42007, de 6/12/1958

<sup>124</sup> Decreto n.º 8228, de 4/7/1922

<sup>125</sup> Decreto n.º 9842, de 20/6/1924

<sup>126</sup> Decreto n.º 42007, de 6/12/1958

<sup>127</sup> Decreto n.º 516/71, de 22/11

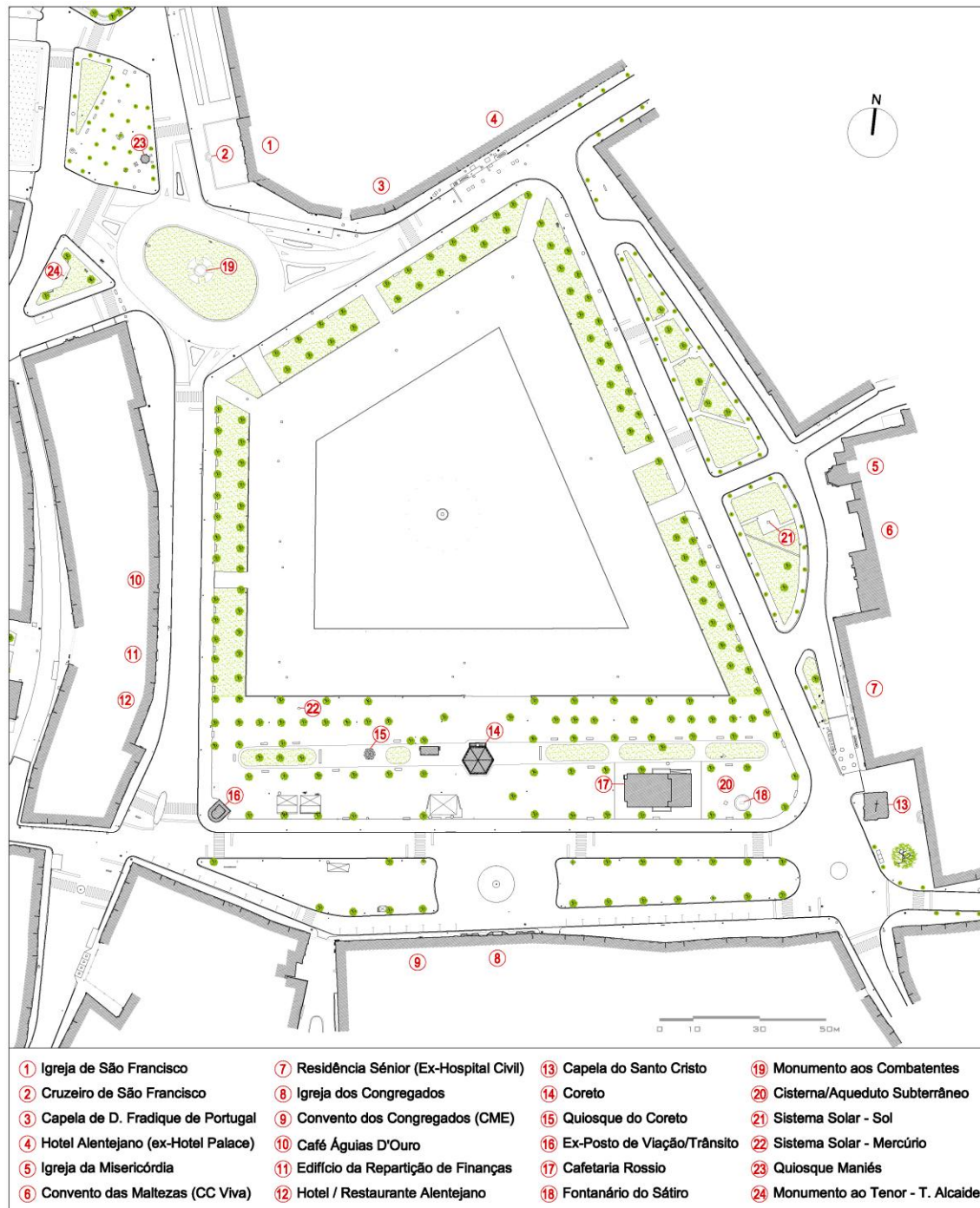
<sup>128</sup> Decreto n.º 5/2002, de 19/2

sul da placa central (*vide* anexos LXXXI e LXXXII, figuras de 90 a 92);

- Quiosque do Coreto (*vide* anexo LXXXIII, figura 93);
- Ex-posto de viação e trânsito (atualmente utilizado para bilheteira), situado no quadrante poente da zona sul da placa central (*vide* anexo LXXXIII, figura 94);
- Cafetaria Rossio (estabelecimento de restauração e bebidas), construído em 2013, situado na zona sul da placa central (*vide* anexo LXXXIII, figura 95);
- Fontanário do Sátiro, com bebedouro público acoplado, erigido em 1939, situado na zona sul da placa central (*vide* anexos LXXXIV e LXXXV, figuras 96 e 97);
- Monumento aos Combatentes, erigido em 1941 e relocado em 2000, situado na zona norte (*vide* anexo LXXXV, figura 98);
- Cisterna / Aqueduto subterrâneo - nascente do Rossio, sistema da “arquitetura da água”, construído em 1688 (detalhado em subcapítulo próprio);
- Sistema solar à escala de Estremoz – Sol e Mercúrio, instalado em 2007 (detalhado em subcapítulo próprio);
- Quiosque Maniés, construído em 1927 (*vide* anexo LXXXVI, figura 99);
- Monumento ao Tenor – Tomás Alcaide, erigido em 1987 (*vide* anexo LXXXVI, figura 100);
- Pavimento tradicional em calçada portuguesa artística, disseminada por toda a praça em estudo (passeios e placas pedonais), construída desde 1910 (detalhado em subcapítulo próprio);
- Necrópole (cemitério) medieval, datada entre os séculos XIII e XV, descoberta aquando de escavações efetuadas no início do presente século (abordado em subcapítulo próprio);
- Mercado Diário / Semanal e Feira de Antiguidades e Velharias (detalhado em subcapítulo próprio).

A planta seguinte (figura 53) é elucidativa da localização, na praça em estudo e envolvente imediata, dos valores patrimoniais e elementos urbanos, que merecem o devido relevo.

**Figura 53 – Planta com indicação dos valores patrimoniais e elementos urbanos**



Fonte: Elaboração própria (2017/18)

#### 4.4.1. Cisterna / Aqueduto Subterrâneo - Nascente do Rossio

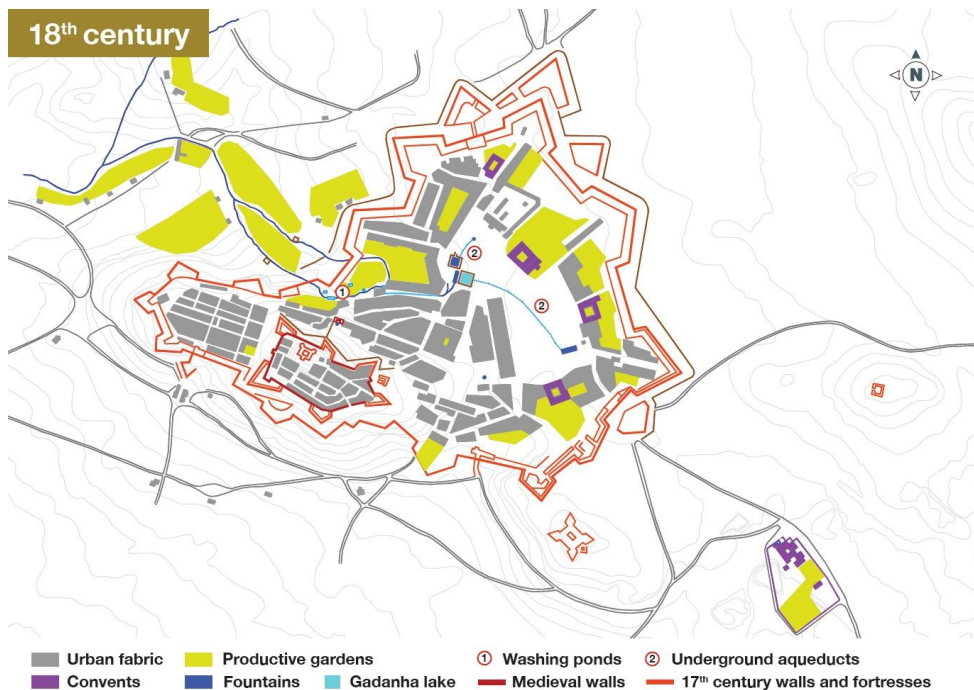
Na sequência do referido no subcapítulo n.º 2.8. do presente trabalho, acerca das fontes concelhias / “arquitetura da água” <sup>129</sup>, aprofundou-se a pesquisa no que se refere à

<sup>129</sup> “Arquitetura da Água – conjunto de elementos construídos integrados num conjunto de sistema de infraestruturas

existência da nascente do Rossio e respetivas obras hidráulicas.

Para efeitos de participação num congresso, que decorreu na Estónia (2011), cujo tema foi “Water As An Element Of Urban Space Construction In Mediterranean Landscapes” (onde foi apresentada uma alocução sobre o caso de estudo de Estremoz), foi elaborada, entre outras, a seguinte peça desenhada (figura 54), na qual se pode observar um hipotético traçado do sistema hidráulico em causa (nascente do Rossio - aqueduto - Lago do Gadanha).

**Figura 54 – Planta de Estremoz (extrato do poster de apresentação) – Séc. XVIII**



Fonte: Arq.º Paisagista António Serrano (2011)

“O Lago Grande está situado da parte do Sul; elle hé quadrado e cuberto de lages de Marmore branco, tem por lado ... palmos, e de fundura ... palmos; tem assentos em roda, para a gente tomar o fresco nas noites calmozas do Verão. A ágoa de que elle se enxe, nasse no principio do Rocio de huma fonte, chamada a Nova, e por hum aqueducto que atravessa todo o Rocio, vem cahir no lago por huma grande Vieira de Marmore. Este aqueducto subterraneo tem a altura de doze palmos, e toda esta obra foi feita no anno de 1688”<sup>130</sup>

hidráulicas que contribuem para valorização histórica e patrimonial (...), tais como noras, aquedutos, fontes, chafarizes, depósitos de água e cisternas”. Definição vertida no Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Vila Viçosa (alínea a) do n.º 2 art.º 7.º - definições).

<sup>130</sup> Fonseca, T. (2003). *António Henriques da Silveira e as “Memórias analíticas da vila de Estremoz”*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS / Universidade de Évora, p. 164



Assim, na ausência de fotografias ou peças desenhadas, promoveu-se um conjunto de visitas ao local referido na bibliografia consultada. Foi possível aceder ao interior do sistema hidráulico, especificamente à cisterna e respetivo aqueduto, bem como ao preciso local onde se situa a nascente do Rossio.

Procedeu-se a um registo fotográfico (figura 55) e à elaboração de um levantamento da situação existente (esquemático), conforme representado nas peças desenhadas seguintes (figuras 56, 57 e 58).

**Figura 55 – Cisterna / aqueduto subterrâneo – nascente do Rossio**



Fonte: Fotografias do Autor (2017)

a) Zona de entrada; b) Alçapão de entrada; c) Escada metálica de acesso; d) Porta de acesso à antecâmara da cisterna; e) Sistema hidráulico instalado na antecâmara; f) Janela de acesso à cisterna; g) Interior da cisterna, no sentido da nascente; h) Interior da cisterna, no sentido da entrada; i) Provável acesso primeiro à cisterna (bloqueado); j) Arranque do aqueduto (bloqueado), em direção ao Lago do Gadanha; k) Zona da nascente; l) Nascente do Rossio; m) Abóbada de berço; n) Pormenor da abóbada de berço; o) “Óculo” no centro da cisterna (por onde se retirava a água); p) Zona técnica subterrânea, junto ao fontanário do Sâtiro

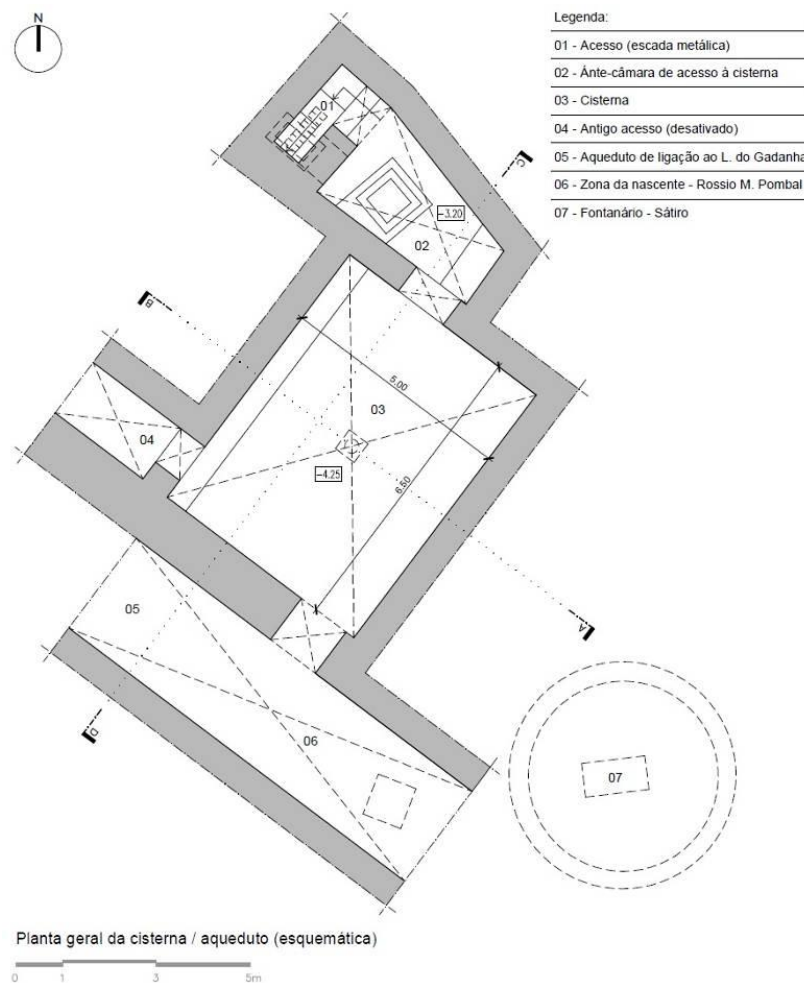
O acesso ao sistema hidráulico, do séc. XVII, é atualmente feito por um pequeno alçapão (situado numa “zona verde”), dotado de escada metálica, que conduz a uma antecâmara de acesso à cisterna. A cisterna, com aproximadamente 32,50m<sup>2</sup> (5mx6,50m)

de área útil e com 3,25ml no ponto mais alto, possui mais duas aberturas, uma que dá acesso ao local onde se encontra a nascente do Rossio e outra que possivelmente foi o acesso primeiro à mesma, que se encontra fechado. Desde o local onde se situa a nascente, arranca o aqueduto, que atualmente se encontra bloqueado com um pano de alvenaria, cujo percurso desemboca na “concha” do Lago do Gadanha (vide anexo LXXXVII, figura 101), conforme referido nos textos consultados.

Em termos construtivos, o sistema consiste num conjunto de abóbadas de berço, articuladas entre si, em cotas variáveis, sendo que houve a necessidade de remover partes do afloramento rochoso (rocha-mãe), para assentamento e acomodação da estrutura de suporte autoportante. O material principal utilizado foi o tijolo maciço de barro vermelho, argamassado, bem como pedra mármore irregular e lajes de xisto.

De realçar que todo o sistema descrito encontra-se em bom estado de conservação, atendendo à antiguidade do mesmo e à ausência de ações de manutenção.

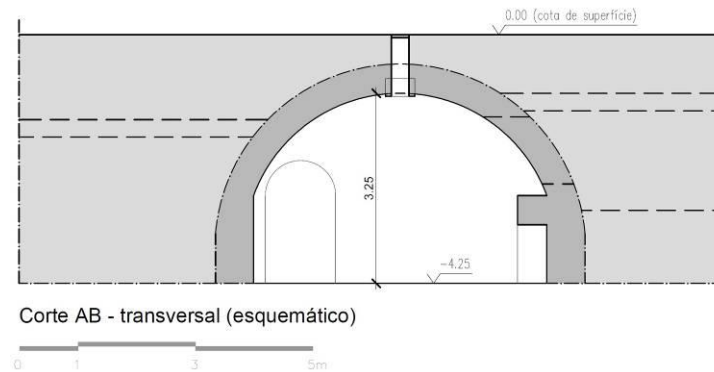
**Figura 56 – Planta geral da cisterna / aqueduto (esquemática)**



Fonte: Elaboração própria (agosto de 2017)

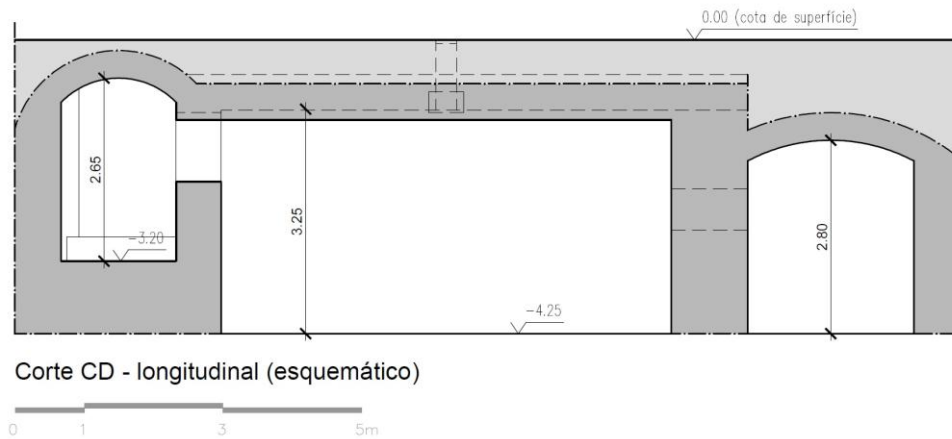


**Figura 57 – Corte AB – transversal da cisterna / aqueduto (esquemático)**



Fonte: Elaboração própria (agosto de 2017)

**Figura 58 – Corte CD - longitudinal da cisterna / aqueduto (esquemático)**



Fonte: Elaboração própria (agosto de 2017)

#### **4.4.2. Sistema Solar à Escala de Estremoz – Sol e Mercúrio**

O sistema solar à escala de Estremoz, promovido pelo Centro Ciência Viva, em colaboração com a Câmara Municipal de Estremoz, constitui um interessante e ímpar<sup>131</sup> elemento lúdico / didático, no qual é reproduzido o conjunto formado pelo Sol e corpos celestes que estão sob o seu domínio gravitacional, à escala de 1:414000000 (1Km, percorrido no concelho, equivale a 414 milhões de quilómetros no universo), conforme representado na figura seguinte (59).

<sup>131</sup> Mediante se encontra explanado no documento de apresentação do sistema solar à escala de Estremoz, p. 2: "(...) o Sistema Solar de Estremoz um dos poucos que existem em todo o Mundo construído perfeitamente à escala; tanto quanto foi possível apurar existem apenas mais dois, ambos nos Estados Unidos (o do Museu de Lakeview no estado de Illinois e o da Universidade de Maine no estado do mesmo nome)."

**Figura 59 – Mapa com localização do sistema solar à escala do concelho de Estremoz**

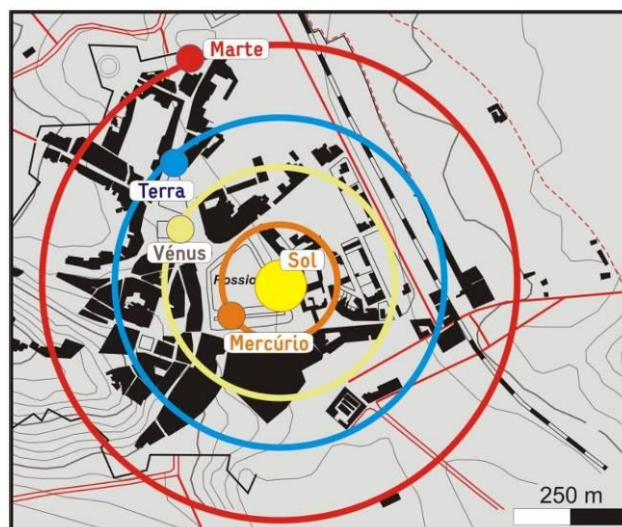


**Fonte: Documento de apresentação do sistema solar – Centro Ciência Viva (2006)**

O sistema solar é, também, um fator de promoção turística do concelho, porquanto convida os visitantes a deslocarem-se aos locais onde se encontram instalados os seus elementos constituintes.

O centro do sistema solar - Sol - localiza-se na cidade de Estremoz, no Rossio Marquês de Pombal, adjacente à entrada do Centro Ciência Viva, zona nascente da praça (zona verde), sendo que o elemento que simboliza Mercúrio encontra-se na zona sul (zona com pavimento em saibro), conforme indicado na figura seguinte (60).

**Figura 60 – Planta com localização do sistema solar à escala da cidade Estremoz**



**Fonte: Documento de apresentação do sistema solar – Centro Ciência Viva (2006)**

O sistema solar foi materializado através de *totens* cilíndricos, com cerca de 40 cm de espessura e 8 m de altura, com a incorporação de 3 painéis informativos. O Sol diferencia-se dos demais elementos, tendo-se optado por construir uma estrutura “esférica”, com integração de painel informativo no seu núcleo.

Na área do objeto de estudo encontram-se os elementos representativos do Sol e Mercúrio, conforme se pode visualizar na figura seguinte (61).

**Figura 61 – Sol e Mercúrio – Rossio Marquês de Pombal**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Sol (zona nascente); b) Mercúrio (sul da placa central)

#### **4.5. Elementos Arbóreos / Espaços Verdes**

Os elementos arbóreos / espaços verdes, presentes no Rossio Marquês de Pombal, fazem parte integrante da denominada “Estrutura Ecológica Urbana da Cidade de Estremoz” (EEUCE) e, por conseguinte, da “Estrutura Ecológica Municipal” (EEM), conforme devidamente indica o PDM de Estremoz.

Importa, primeiramente, explanar a definição destes conceitos e sua importância para o ambiente urbano. A EEM, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio (ficha n.º 29), encontra-se definida do seguinte modo:

“A estrutura ecológica municipal é o conjunto das áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos”

“No interior dos perímetros urbanos, a estrutura ecológica municipal compreende os espaços verdes de utilização coletiva e outros espaços, de natureza pública ou privada, que sejam necessários ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano, nomeadamente no que respeita a: a) Regulação do ciclo hidrológico (preservação da permeabilidade do solo e criação de áreas de retenção, no quadro da prevenção de cheias urbanas); b) Regulação bio-climática da cidade (redução das amplitudes térmicas e manutenção do teor de humidade do ar); c) Melhoria da qualidade do ar (diminuição da concentração da poluição atmosférica nos centros urbanos); d) Conservação da biodiversidade (manutenção de habitats).<sup>132</sup>

Partindo dessa base conceptual macro, a EEUCE, à luz do PDM de Estremoz:

“(…) estabelece ligações funcionais com as áreas rurais envolventes, correspondendo a diferentes tipos de habitats independentemente da sua riqueza ecológica, como por exemplo, espaços verdes urbanos, linhas de água, hortas urbanas, áreas arborizadas e sebes de compartimentação identificados na Planta de Estrutura Ecológica Urbana.”

“(…) pressupõe usos e intervenções nos espaços disponíveis na malha urbana, de forma a constituir uma estrutura de proteção, de regulação climática, do lazer e recreio integrada no tecido edificado. A EEU constitui assim um instrumento, tanto de sustentabilidade ecológica, como de reestruturação e coesão do tecido urbano.”<sup>133</sup>

As fotografias gerais seguintes (figura 62) transmitem a “manifestação” da EEU na área em estudo, enfatizando a geometria irregular da placa central, sendo que os elementos arbóreos encontram-se em harmonia com as alturas das fachadas.

**Figura 62 – Vistas gerais da estrutura ecológica urbana no Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Enquadramento poente; b) Enquadramento central; c) Enquadramento nascente

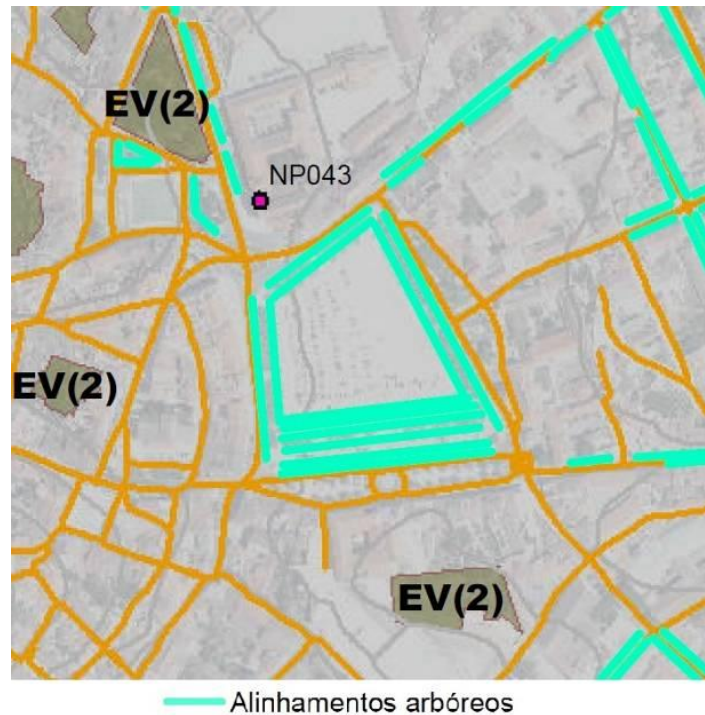
<sup>132</sup> O Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

<sup>133</sup> Relatório do PDM de Estremoz (2015), pp. 27 e 54.



Com efeito, a EEM, no Rossio Marquês de Pombal, assume-se principalmente através dos “Alinhamentos Arbóreos” existentes, conforme representado na figura seguinte (63).

**Figura 63 – Extrato da estrutura ecológica urbana da Cidade de Estremoz**

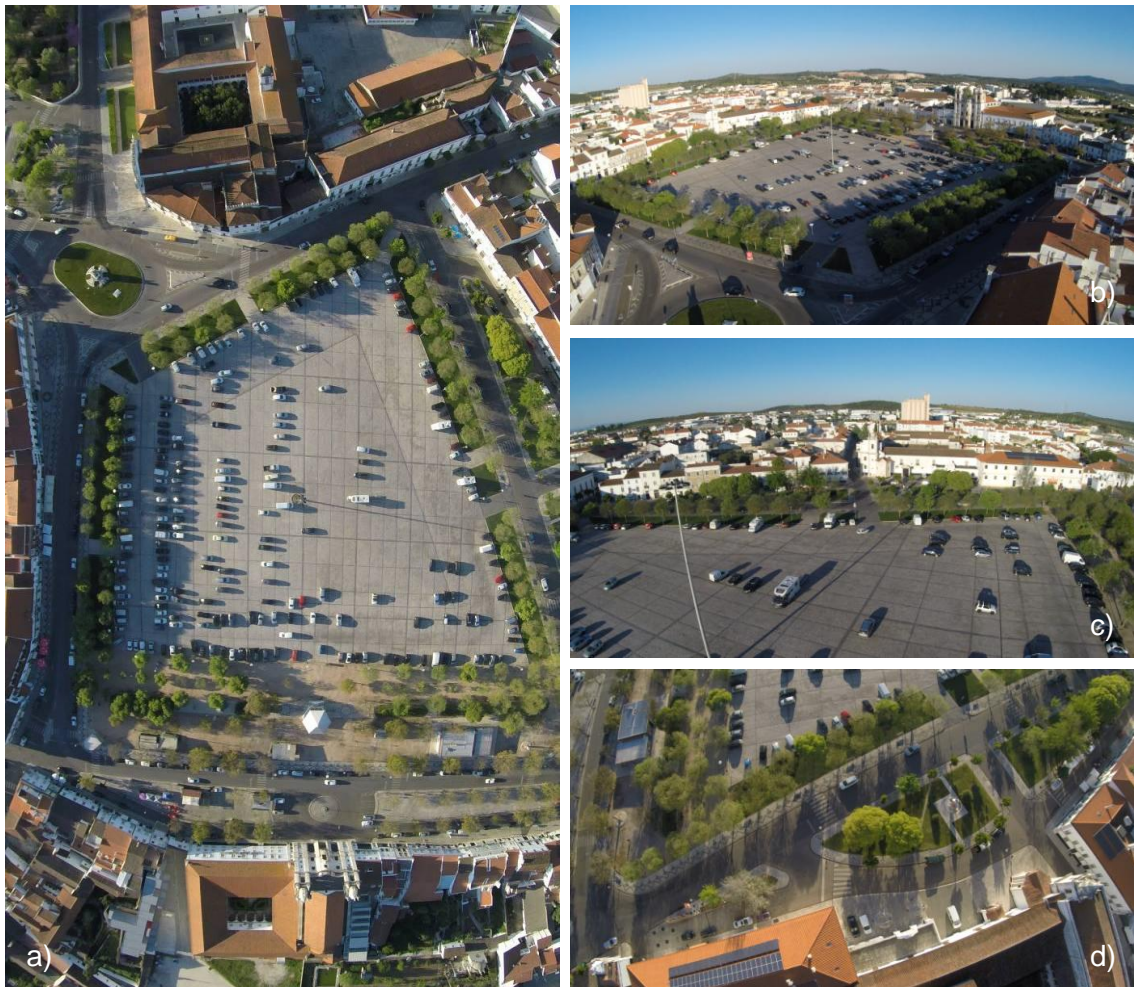


Fonte: PDM de Estremoz (2015)

A plantação atualmente existente, na área do objeto de estudo, é constituída / estruturada do seguinte modo (*vide* figura 64):

- Alamedas de árvores (alinhamentos arbóreos referidos), no perímetro da placa central;
- Elementos arbóreos (com alguns alinhamentos), situados na zona sul e nascente;
- Zonas relvadas, que envolvem a placa central (excepto na zona sul), presentes em pequenos núcleos na zona nascente e de enquadramento ao monumento aos combatentes;
- Núcleos ajardinados / canteiros, com arbustos, herbáceas (sebes talhadas), localizadas na zona sul da placa central (longitudinais em relação às laterais do coreto) e na zona nascente. Verifica-se a conjugação com elementos arbóreos e nalguns casos com relvados (zona nascente).

**Figura 64 – Vistas aéreas do Rossio - EEU**



Fonte: Luís Mendeiros (março de 2017)

a) Enquadramento geral; b) Vista geral para o quadrante sueste; c) Vista para o quadrante nascente; d) Vista da sul da zona nascente

Analisando a organização espacial deste fragmento da EECCE, verifica-se que a envolvente da placa central, materializada pelas alamedas de árvores e zonas relvadas, constitui o elemento mais forte de todo o conjunto, dando uma sensação de continuidade urbana, funcionando como “cintura verde”, só fragilizada na zona sul, com ausência de relvados e menos adensada de elementos arbóreos. Esta “cintura verde”, constitui um “teto natural”, proporcionando zonas protegidas (sombras), para circular, passear e estar, bastante apazíveis. As restantes áreas verdes são menos consistentes, como é o caso dos núcleos ajardinados situados na zona nascente e sul da placa central, evidenciando-se alguma disseminação de elementos arbóreos (*vide* figura 65).



**Figura 65 – Zonas / elementos que integram a EEU**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Enquadramento ponte da zona sul; b) Enquadramento sul da placa central; c) Canteiro (sebe talhada), zona sul da placa central; d) Núcleo ajardinado, zona sul da placa central; e) Enquadramento nascente; f) Enquadramento nascente; g) Núcleo ajardinado (relvado / arbustos), zona nascente; h) Alameda de árvores / relvado, perímetro da placa central; i) Zona relvada, de enquadramento ao monumento aos combatentes

Considera-se que a conjugação dos elementos citados desempenha uma função urbana e ambiental importante, nos domínios explanados anteriormente<sup>134</sup>, destacando-se os seguintes benefícios:

- Zonas de solo permeáveis que asseguram a infiltração hídrica, com evapotranspiração mais lenta, e diminuição do risco de cheias urbanas (nas zonas da cidade com cota altimétrica menor);
- Ensombramento de zonas de estar e dos percursos / circulações pedonais, contribuindo para melhorar a comodidade e conforto em geral;
- Efeito regulador da temperatura, com retenção da humidade do ar / solo;

<sup>134</sup> Ficha n.º 29 do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio.

- Menor sobrecarga do sistema de recolha de águas pluviais, contribuindo para o denominado “controlo na origem de águas pluviais”<sup>135</sup>, com os correspondentes ganhos ambientais a jusante;
- Purificação do ar, com diminuição do CO<sub>2</sub><sup>136</sup> (sequestro de carbono), através de processos fotossintéticos;
- Filtro sonoro e regulador da ação do vento, principalmente pela presença de elementos arbóreos e arbustos de médio / grande porte;
- Melhoramento estético, através do embelezamento / ornamentação do espaço público, entre outros.

As espécies de vegetação arbórea, que integram esta zona da EECCE, são<sup>137</sup>:

- Lodão - *Celtis australis* (caducifólia) - constitui a espécie dominante na praça, presente na envolvente da placa central (alinhamentos arbóreos) e alguns exemplares na zona nascente (associados a arbustos / relvados);
- Jacarandá - *Jacaranda mimosifolia* syn. *Jacaranda ovalifolium* (caducifólia) - zona sul e na parte sul da placa central (alinhamentos arbóreos);
- Laranjeira - *Citrus aurantium* (perenifólia) - zona nascente e sul, no topo nascente (alinhamentos arbóreos);
- Bordo - *Acer pseudoplatanus* (caducifólia) - zona nascente;
- Bordo - *Acer negundo* (caducifólia) - zona nascente;
- Amoreira - *Morus nigra* (caducifólia) - zona nascente;
- Amoreira - *Morus alba* (caducifólia) - zona nascente;
- Acácia - *Sophora japonica* (caducifólia) - zona nascente;
- Álamo - *Populus alba* (caducifólia) - zona nascente;
- Mélia - *Melia azedarach* (caducifólia) - zona sul (topo nascente).

---

<sup>135</sup> Os principais objetivos do designado controle na origem de águas pluviais são: garantir a redução dos caudais de ponta e da quantidade do volume de água pluvial que é “injetado” na rede de drenagem, bem como evitar a sobrecarga do coletor unitário em termos de agentes poluentes (metais pesados, hidrocarbonetos, sólidos em suspensão e matéria orgânica) que sobrecarregarão o sistema de tratamento a jusante (ETAR). Um dos principais problemas com um excessivo volume de água pluvial + águas residuais transportados pelo sistema unitário é o facto de poder ser acionado o chamado descarregador de tempestade, instalado na ETAR, o que origina que o conjunto das águas que deviam ser recebidas pelo órgão depurador não serão devidamente tratadas e, por conseguinte, contaminarão o meio recetor (linhas de água, solos, etc.). Tal situação, poluente para o ambiente, verifica-se habitualmente em períodos chuvosos intensos, sendo que concorre para acentuar a denominada “pegada ecológica” (pressão humana sobre a paisagem / ambiente, em relação à capacidade natural de regeneração da biosfera).

<sup>136</sup> Vários estudos apontam que uma árvore (porte médio) absorve, em média, 15kg de CO<sub>2</sub> / ano.

<sup>137</sup> Elencagem organizada em função decrescente do número de exemplares por cada espécie.

As espécies supracitadas, localizadas na zona nascente, encontram-se associadas a arbustos ou pequenas zonas relvadas, à exceção das laranjeiras que formam alinhamentos arbóreos (plantação em caldeiras nos passeios). O único exemplar de mélia encontra-se isolado, na zona sul (topo nascente).

Como se pode constatar existem, no Rossio Marquês de Pombal, 8 géneros de elementos arbóreos, constituindo um total de 10 espécies.

De seguida, apresentam-se fotografias de alguns exemplares (*vide* figura 66).

**Figura 66 – Elementos arbóreos no Rossio Marquês de Pombal**



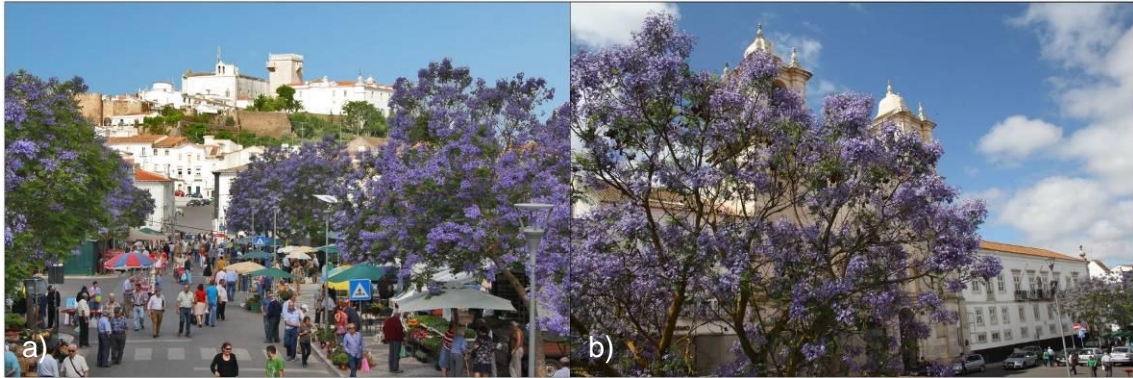
Fonte: Fotografias do autor (2017)

- a) Zona sul - jacarandás; b) Zona sul da placa central - lodões; c) Zona nascente – bordos e lodões;  
d) Zona nascente – laranjeiras e lodões; e) Zona nascente – laranjeira e lodões; f) Zona nascente - bordo;  
g) Zona nascente – álamo e bordo; h) Zona nascente - bordo; i) Zona sul – laranjeiras e mélia

Importa evidenciar a mais-valia estética, proporcionada pelos elementos arbóreos, contribuindo para um ambiente urbano embelezado, dando um carácter pictórico. Com efeito, a mutabilidade cromática e de formas, principalmente no período de floração, permite obter panorâmicas e apontamentos cénicos bastante interessantes, representativos da identidade do contexto urbano em presença, conforme mostra a figura seguinte (67).



**Figura 67 – Elementos arbóreos - jacarandás no período de floração (zona sul)**



Fonte: CMÉtz

a) Vista panorâmica, em dia de mercado de sábado; b) Pormenor da floração do Jacarandás

## 4.6. Pavimentos

### 4.6.1. Definições – Conceptual e Técnica / Funcional

Conceptualmente, o pavimento pode ser definido do seguinte modo:

“Porque o pavimento – base e elemento de ligação de todo o tecido urbano – é um dos fatores essenciais do equipamento dos seus espaços. Do traçado, dos materiais utilizados, da textura, da cor, do desenho, depende a sua eficácia, estética e psicológica.”<sup>138</sup>

Em termos técnicos / funcionais, os pavimentos (especialmente pétreos) caracterizam-se:

“(…) têm como função garantir a deslocação pedonal ou rodoviária, e o acesso a níveis de terreno de cotas diferentes, ocorrendo sobre diversas tipologias (cubos, lajes, paralelepípedos, pavimentos não agregados) e utilizando materiais como granito, calcário, basalto, xisto, mármore (...)

É importante que resistam aos fortes esforços de flexão, impacte ou abrasão produzidos por diferentes tráfegos; às fortes acções das geadas e depósitos de neve nos climas frios (congelamento, degelo), fenómenos de eflorescências ou manchas resultantes do

<sup>138</sup> Amaral, F. & Santa-Bárbara, J. (2002). *Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal*. Mirandela: João Azevedo Editor, p.7

substrato de apoio, etc. Por isso é necessário um dimensionamento adequado das peças e uma colocação cuidada. A aplicação do tipo de pedra depende também da reflexão solar, absorção de calor e de água, contracção e expansão com variações de temperatura. Os pavimentos em pedra são usados em estradas, passeios, pátios, praças, parques de estacionamento de automóveis, zonas de circulação mista (pedonal e viária), etc.

Na escolha de pavimentos estão subjacentes:

- Aspectos estéticos – textura, brilho, cor, tipo de desenho e a relação com outros elementos de projeto
- Aspectos funcionais – resistência à carga a que estão sujeitos, adaptação ao tipo de uso, drenagem, comodidade ao pisoteio, refletibilidade e irradiação de calor
- Aspectos económicos – custos do material, custos de construção, custos de manutenção e de transporte.”<sup>139</sup>

#### **4.6.2. Resenha Histórica – Pavimentos Urbanos e Rodoviários**

A título de resenha histórica, sobre pavimentos urbanos e rodoviários, de referir que perdem-se no tempo os primórdios da utilização de materiais, de diversa natureza, no intuito de melhorar o solo para utilização humana, principalmente nas vias de circulação / comunicação. Com efeito, existem diversos vestígios datados da pré-história<sup>140</sup>, que testemunham a aplicação de pedras, estrategicamente colocadas, em zonas de difícil travessia (inundáveis ou em solos com pouca capacidade de carga), tendo constituído o que se pode designar por “calçadas primeiras”.

Mais tarde, aquando do Império Romano<sup>141</sup>, foram desenvolvidas técnicas construtivas mais eficientes - obras de engenharia pioneiras - para a construção de extensas vias pavimentadas (v.g. calcetadas, com pavimento final em gravilha ou terra bem compactada), formando uma eficaz rede de comunicações de serviço militar, comercial e cultural, abrangendo os centros urbanos e respetivas conexões entre os mesmos<sup>142</sup>.

As calçadas romanas foram, preferencialmente, construídas sobre caminhos já existentes, através de um engenhoso sistema construtivo que consistia em diversos métodos de escavações, terraplanagens, drenagens, compactações, entre outras

---

<sup>139</sup> Cedintec (2006). *Manual da Pedra Natural para a Arquitetura*. Lisboa: Direção Geral de Energia e Geologia, p.14

<sup>140</sup> Desde a origem / aparecimento dos primeiros homínídeos até 10.000 a.C.

<sup>141</sup> Império Romano Ocidental, de 27 a.C. a 476 d.C.

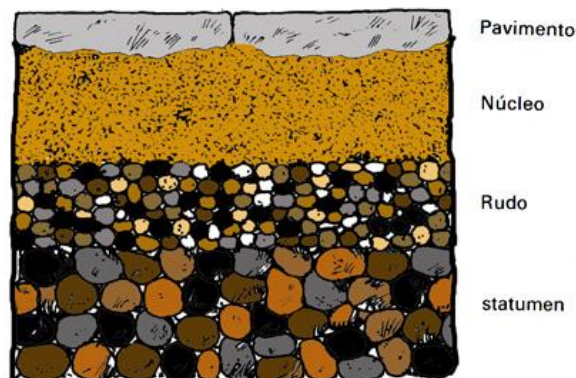
<sup>142</sup> No auge do Império Romano, a sua rede viária alcançou aproximadamente 150.000km, entre vias principais e secundárias, que por sua vez eram subdivididas jurídica e administrativamente em privadas, militares e públicas.

técnicas específicas (*vide* anexos LXXXVIII e LXXXIX, figuras de 102 a 105).

A calçada romana (mais conhecida) é constituída, essencialmente, por três camadas de material com granulometria extensa (fundação), assentes sobre terreno bem compactado, e pelo revestimento (pavimento) final com lajes de pedra (v.g. basalto, arenito, granito ou calcário marmóreo).

Para as camadas de fundação foi utilizado cascalho ou seixo rolado (dependendo dos materiais disponíveis na região onde se localizava a intervenção), sendo na base da fundação colocado material de maior granulometria, visando obter uma capacidade de carga e resistência mais elevadas. Nalguns casos, houve necessidade da utilização de materiais ligantes, nomeadamente areia, cal, argila e pedaços de tijolos (pozolanas), consoante a qualidade e contexto do terreno a intervencionar. As lajes de pavimento são assentes numa cama (núcleo) de areia ou de areia e cal. A seção final da pavimentação atinge, em média, um metro de altura, conforme exemplo ilustrativo da figura seguinte (68).

**Figura 68 – Seção de uma Calçada Romana, segundo descrição de Vitróvio**



Fonte: <http://aragonromano.ftp.catedu.es/calzadas.htm>

As vias Romanas foram construídas com bermas ou valetas espraçadas para drenagem de águas pluviais, com o perfil em formato de “dorso” possibilitando inclinações descendentes desde o eixo até às margens (lancis), bem como nalguns casos (v.g. zonas urbanas e/ou mais nobres) com adição de passeios laterais para circulação pedonal. O perfil médio, das vias Romanas, atinge entre 4 a 6 metros de largura (sem passeios) e até 12 metros de largura (com passeios).

Outro importante legado dos Romanos, foi a técnica de pavimentação do tipo *sampietrini*, atualmente denominada pavimento em paralelos ou simplesmente calçada, cuja origem consistiu na colocação, lado a lado, de paralelepípedos ou cubos pétreos



(v.g. basalto, granito ou mármore), com terra prensada a servir de ligante, conforme exemplifica a imagem seguinte (figura 69). Esta técnica construtiva proliferou desde a Itália pós-renascentista, do séc. XVI, para o Mediterrâneo incluindo Portugal.

**Figura 69 – Cubo em granito**



**Fonte: Fotografia do autor (2018)**

Paulatinamente a prática de pavimentação de vias e zonas urbanas tornou-se generalizada, com enfoque nas zonas mais nobres, com o objetivo de mitigar os inconvenientes do contato direto com a terra (v.g. anular poeiras e/ou lamas) e, por conseguinte, melhorar as condições de salubridade, utilização e fruição das urbes.

No séc. XVII verificou-se a introdução de fatores simbólicos, estéticos e visuais, para além de funcionais, na pavimentação das grandes praças burguesas, surgindo elementos decorativos e ornamentais padronizados. O pavimento passou a “interagir” com a morfologia urbana envolvente, na qual se insere, enobrecendo os lugares através da geração de uma componente cénica.

Contudo, no séc. XVIII, com o aumento do comércio e do tráfego (coches), as cidades sofreram transformações significativas ao nível da pavimentação. Com efeito, visando alcançar melhores condições de utilização e conforto dos espaços públicos, procedeu-se a reformas / pavimentações extensivas, com reperfilamento das vias citadinas, surgindo o denominado perfil tipo de rua – separativo, constituído essencialmente por estrada e passeio.

Assim, o espaço urbano diferenciou-se funcionalmente em duas zonas: zona pedonal para utilização de peões e zona viária para utilização de veículos. Posteriormente, com o surgimento dos veículos automóveis<sup>143</sup> agudizou-se a separação

---

<sup>143</sup> Em Portugal, o primeiro automóvel chegou em 1895, vindo de França através do conde Jorge de Avilez.

entre as duas zonas citadas, com a introdução de mais uma condicionante urbana - o estacionamento automóvel - elemento dissuasor do espaço público.

Face a tais alterações socioeconómicas, tecnológicas e culturais (v.g. moda de passear, ostensivamente, de automóvel pelas urbes burguesas), o pavimento urbano teve de dar resposta, adaptando-se às novas circunstâncias / valências, passando de um elemento de ligação para um fator de segregação.

Atualmente, nas principais cidades Europeias, verifica-se uma preocupação crescente na mitigação das denominadas “barreiras arquitetónicas”<sup>144</sup>, visando proporcionar melhores condições de acessibilidade e utilização dos espaços públicos, tendo sido já executadas diversas intervenções nesse sentido (v.g. Lisboa). Nesta matéria, a implementação de pavimentos adequados, ao contexto urbano em presença, torna-se fulcral para o êxito de uma eficaz reabilitação dos centros urbanos.

#### **4.6.2.1. A Calçada Portuguesa**

A denominada calçada portuguesa é um legado histórico resultante da tecnologia construtiva dos Romanos, com a influência da cultura e arte islâmica, existindo inúmeros vestígios arqueológicos que o comprovam, como é o caso da estrada romana sita em Alqueirão da Serra no concelho de Porto de Mós.

A técnica de pavimentação Romana não se limitou ao empedramento de vias de comunicação, mas também, nomeadamente à execução de mosaicos com tesselas<sup>145</sup>, conforme ilustra a imagem seguinte (figura 70), descobertos em edificações no centro de Lisboa. Por outro lado, o legado Árabe com os seus motivos arabescos / florais, conjugados com formas geometrizadas (v.g. desenhos em espinha / ziguezague, quadrados, círculos, triângulos), proporcionou os ingredientes necessários para o surgimento da arte portuguesa de calcetamento com vários tipos de aplicações / vertentes.

---

<sup>144</sup> As normas técnicas para a melhoria das condições de acessibilidade, encontram-se consagradas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

<sup>145</sup> Técnica de elaboração de desenhos decorativos, de alta qualidade técnica, constituídos por pedras de pequena dimensão (2cm x 2cm), normalmente de mármore ou calcário (podendo conter vidro corado e/ou cerâmica), sendo que em Conimbriga existem vários exemplos deste tipo de arte.

**Figura 70 – Pavimento em mosaico Romano com tesselas, nas ruínas de Coninbriga**



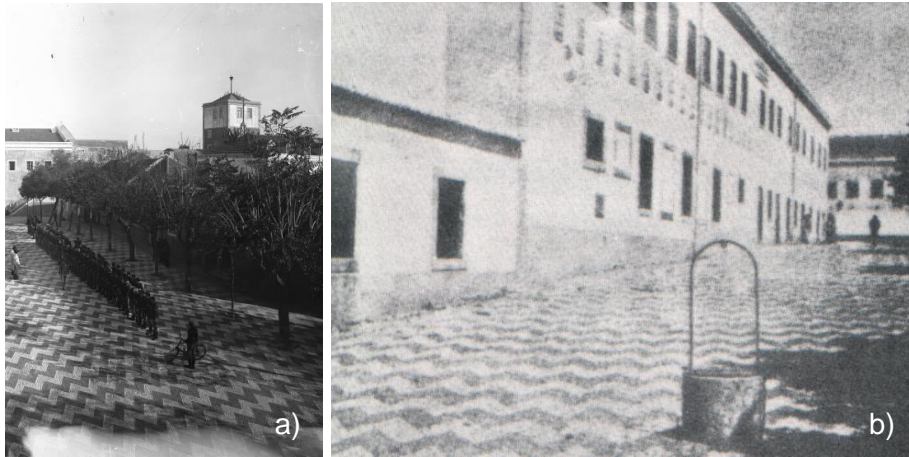
Fonte: <https://thumbs.dreamstime.com/z/roman-ruins-conimbriga-complex-elaborate-roman-tessera-mosaic-pavement-house-swastika-portugal-one-best-66430723.jpg>

É no séc. XV, com o rei D. João II, que se preconiza a utilização da pedra na pavimentação urbana, de modo ainda contido. Com efeito, é nesse período que se inicia a execução das “Ruas Novas” nas cidades de Lisboa e Porto, artérias onde se concentrava grande parte da riqueza e as principais atividades comerciais. Tendo como referência as obras de pavimentação bem-sucedidas no Porto, D. João II ordenou também empedrar a Rua Nova de Lisboa, sendo a obra terminada no reinado de D. Manuel I, decorridas três décadas do seu início.

Os dois sismos ocorridos no séc. XVI (1531 e 1551) ocasionaram a reconstrução ou abertura de novas ruas, porém, foi com o sismo de 1755 que Lisboa (principalmente a Baixa Pombalina e sua envolvente) sofreu alterações urbanísticas profundas, com a construção de novos edifícios e de ruas com um perfil mais adequado, vindo a impulsionar decisivamente a aplicação de calçada.

O grande mentor da Calçada Portuguesa foi o Tenente-General Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado (erudito das técnicas Romanas), governador do Castelo de S. Jorge (Lisboa) entre 1840 e 1846, que mandou executar obras na referida fortificação, com introdução de passeios / zonas lúdicas na sua envolvente, com aplicação de calçada-mosaico (calcário branco e negro), conforme se pode analisar na figura seguinte (71).

**Figura 71 – Calçada portuguesa em ziguezague, Castelo de S. Jorge**



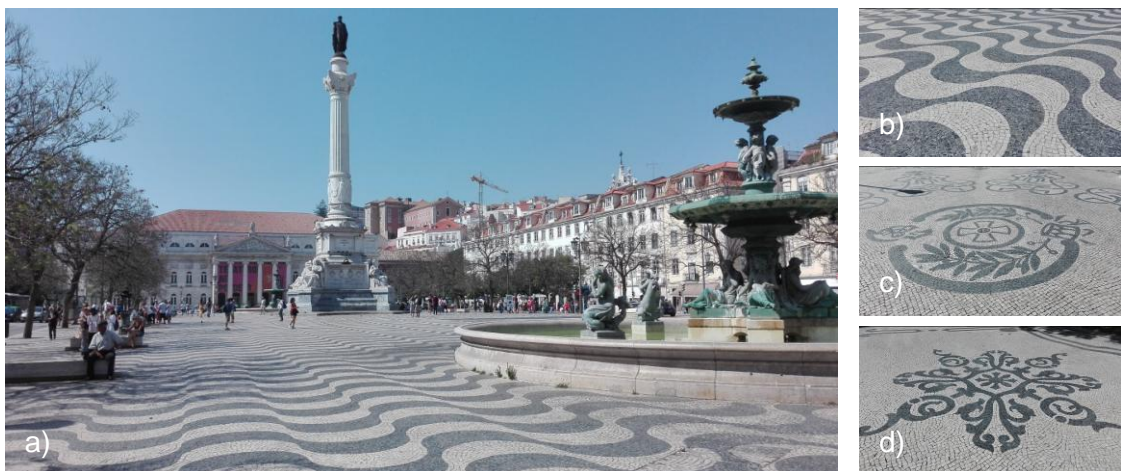
Fontes: <http://comjeitoearte.blogspot.com/2014/07/a-calcada-portuguesa-e-um-dos-simbolos.html> (figura 70 a)) e <http://calcadaportuguesa.blogspot.com/2007/11/castelo-de-s.html> (figura 70 b))

a) Vista geral do espaço exterior pavimentado em Calçada Portuguesa; b) Pormenor da Calçada Portuguesa

Posteriormente, a praça do Rossio (Lisboa), em 1848, conforme projeto da autoria de Eusébio Furtado, sofreu obras de reordenamento urbano (melhoria da circulação pedonal / viária e introdução de passeios), com calcetamento denominado por “Mar Largo”, em evocação ao período histórico dos descobrimentos. Assim, iniciou-se em Portugal a prática de uma arte de pavimentação - símbolo histórico de identidade nacional - tendo-se disseminado por algumas partes do mundo (v.g. Brasil).

O espaço público da cidade de Lisboa tornou-se, paulatinamente, num verdadeiro mostruário deste património cultural / artístico – a calçada portuguesa (*vide* figura 72).

**Figura 72 – Exemplos de calçada portuguesa / artística, Lisboa**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista geral da praça do Rossio – calçada “Mar Largo”; b) Pormenor da calçada “Mar Largo”;  
c) Av. da Liberdade – referência aos combatentes da grande guerra; d) Av. da Liberdade – motivo floral



Sucintamente, o pavimento em calçada materializa-se em vários tipos de técnica / aplicação da pedra (*vide* figura 73):

“(…) a antiga calçada à portuguesa, que se caracteriza pela forma irregular de aplicação das pedras; o malhete, semelhante mas com mais espaço entre as pedras; a calçada portuguesa clássica, que tem uma aplicação em diagonal, segundo um alinhamento de 45 graus com os muros ou lancis; a calçada à fiada, com as pedras alinhadas em filas paralelas; a calçada circular; a calçada sextavada; a calçada artística, que se caracteriza pela aplicação de pedras com formatos específicos e/ou pelo contraste de cores; o Mar Largo; o leque segmentado; o leque florentino; e o rabo de pavão.”<sup>146</sup>

**Figura 73 – Tipos de técnica de calcetamento**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada\\_portuguesa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada_portuguesa)

1 - Antiga calçada à Portuguesa; 2 - Malhete; 3 - Calçada portuguesa clássica; 4 - Calçada à fiada; 5 - Calçada circular; 6 - Calçada sextavada; 7 - Calçada artística; 8 - “Mar Largo”; 9 - Leque segmentado; 10 - Leque florentino; 11 - Rabo de pavão; 12 - Rabo de pavão

Na área do denominado Anticlinal de Estremoz (Estremoz / Borba / Vila Viçosa), existem abundantes exemplos de pavimentos em calçada de mármore.

A figura seguinte (74) trata-se de uma rua pavimentada com calçada artística, constituída por pedra miúda de mármore e cubos de granito, com articulação de lajetas perfuradas em mármore (para proteção da caleira central / escoamento de águas pluviais).

<sup>146</sup> Disponível em: <https://www.mundoportugues.pt/63846/>



**Figura 74 – Rua pavimentada com calçada portuguesa artística, Vila Viçosa**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista geral da rua Dr. António José de Almeida (vulgo Cambaia); b) Pormenor do desenho / caleira central

Em suma, a Calçada Portuguesa pode ser definida do seguinte modo:

“(…) um pavimento empedrado, cujos componentes são de pedra natural, com base em calcários, assentes e dispostos no solo de forma mais ou menos homogénea”. Alia as características de durabilidade e de grande beleza estética às da vantagem económica de, utilizando a pedra originalmente aplicada, poder ser restaurada sempre que houver necessidade de realizar trabalhos que obriguem à remoção do pavimento ou de ser reconstruída quando ocorra abatimento do substrato. Tem-se revelado ideal para ser utilizada em zonas de circulação de peões, como em passeios, jardins e habitações, centros comerciais, mas também em ruas e praças com circulação restrita de veículos. Cada calçada é única, não só porque são diversos os motivos utilizados (motivos geométricos, motivos figurativos, motivos alusivos a actividades ou especificidades regionais ou locais), mas também porque o seu efeito final depende da qualidade da produção e da mestria do artífice encarregado de efectuar o assentamento.”<sup>147</sup>

#### **4.6.3. Pavimentos na Área de Estudo - Rossio**

Os pavimentos existentes na área de estudo dividem-se, principalmente, em dois tipos:

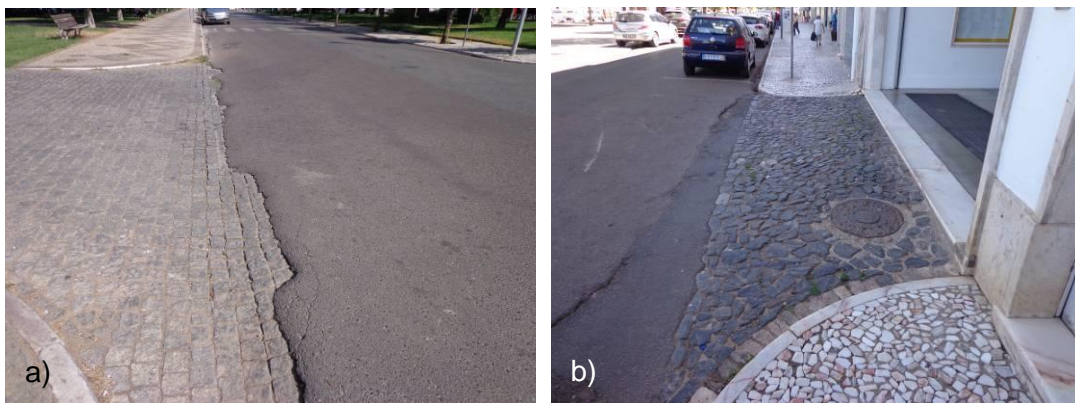
- Pavimentos contínuos (agregados ou não agregados), nos quais se inserem o material betuminoso, o saibro e a relva;

<sup>147</sup> EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA (2009) *Manual da Calçada Portuguesa*. Lisboa: DGEG, p. 9

- Pavimentos por elementos, considerados tradicionais, constituídos por pedra natural, denominados por calçadas.

O revestimento betuminoso (asfalto) encontra-se disseminado por todas as vias de tráfego automóvel, tendo sido aplicado sobre os pavimentos tradicionais (cubos de granito e empedrado de basalto), conforme ilustra a figura seguinte (75). Tal revestimento, estruturalmente semirrígido, agregado e impermeável, julga-se que foi executado (por camadas sucessivas) com o intuito de dotar as vias de circulação de maior capacidade de resistência à carga / desgaste e evitar recorrentes ações de manutenção. A camada betuminosa é, usualmente, aplicada a quente, recorrendo a emulsões betuminosas com betume modificado.

**Figura 75 – Revestimento betuminoso, sobre pavimentos tradicionais**

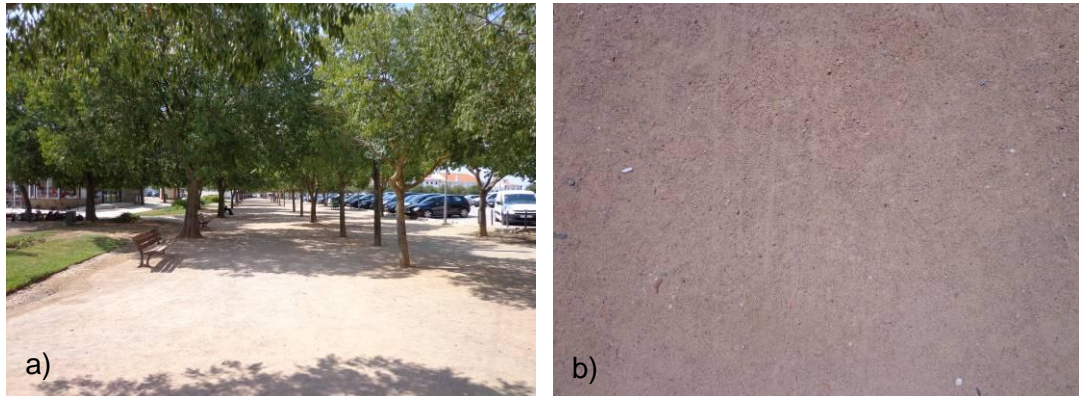


Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Betuminoso executado sobre cubos de granito (zona nascente); b) Betuminoso executado sobre empedrado de basalto (zona sul)

O pavimento em saibro encontra-se localizado na zona sul da placa central, remetendo-nos para a identidade primeira do espaço urbano em presença, concretamente evocando o amplo terreiro público (*vide* figura 76). O saibro é um material de pavimentação estruturalmente flexível, não agregado e permeável, constituído por uma mistura de inertes (areia grossa) aplicados sobre uma base granular compactada. Este tipo de material deve ser confinado, de modo a evitar a sua dispersão e aumentar a resistência do pavimento.

**Figura 76 – Pavimento em saibro**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista geral do pavimento em saibro (zona sul da placa central); b) Pormenor do pavimento em saibro

As zonas pavimentadas, com recurso a relva, encontram-se identificadas no subcapítulo 4.5. denominado “Elementos Arbóreos / Espaços Verdes” do presente trabalho. Trata-se de um pavimento estruturalmente flexível e permeável (*vide* figura 77).

**Figura 77 – Pavimento em relva**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Pavimento em relva (zona nascente) b) Pormenor do pavimento em relva

Os pavimentos existentes de maior nobreza são, sem dúvida, as calçadas com elementos pétreos. É um pavimento estruturalmente flexível e semipermeável ou impermeável (dependendo do afastamento entre os elementos e se as juntas são preenchidas com mistura de cimento e areia fina do rio).

A dimensão dos elementos analisados *in loco*, que constituem os pavimentos em calçada, é bastante variável mesmo dentro de cada técnica / tipo. Neste âmbito, como



referência (média) consideram-se as seguintes tipologias:

- Calçada miudinha, composta por pedras com uma dimensão de 4 a 5 cm;
- Calçada miúda, composta por pedras com uma dimensão de 5 a 7 cm;
- Calçada a meia pedra, composta por pedras com uma dimensão de 8 a 10 cm;
- Calçada grossa, composta por pedras com uma dimensão de 10 a 13 cm;

Na praça em estudo existem vários tipos de calçada:

- Calçada portuguesa artística, presente em toda a área (com exceção da zona norte e interior da placa central), constituída por pedra miudinha e miúda de mármore, de face irregular (afagada pela ação da utilização), com contraste de claro / escuro. O tipo de mármore utilizado é variado, tendo tonalidades diferentes, nomeadamente branco, creme e rosado (claro) na maior extensão e cinza do tipo ruivina (escuro) na composição das formas geométricas / desenhos (julga-se que nalgumas zonas também foi utilizada pedra miúda de basalto cinza escuro e/ou preto). Considera-se que o conjunto destas calçadas, originais do início do séc. XX, constitui um símbolo histórico e de identidade cultural, de valor patrimonial elevado (*vide* figura 78).

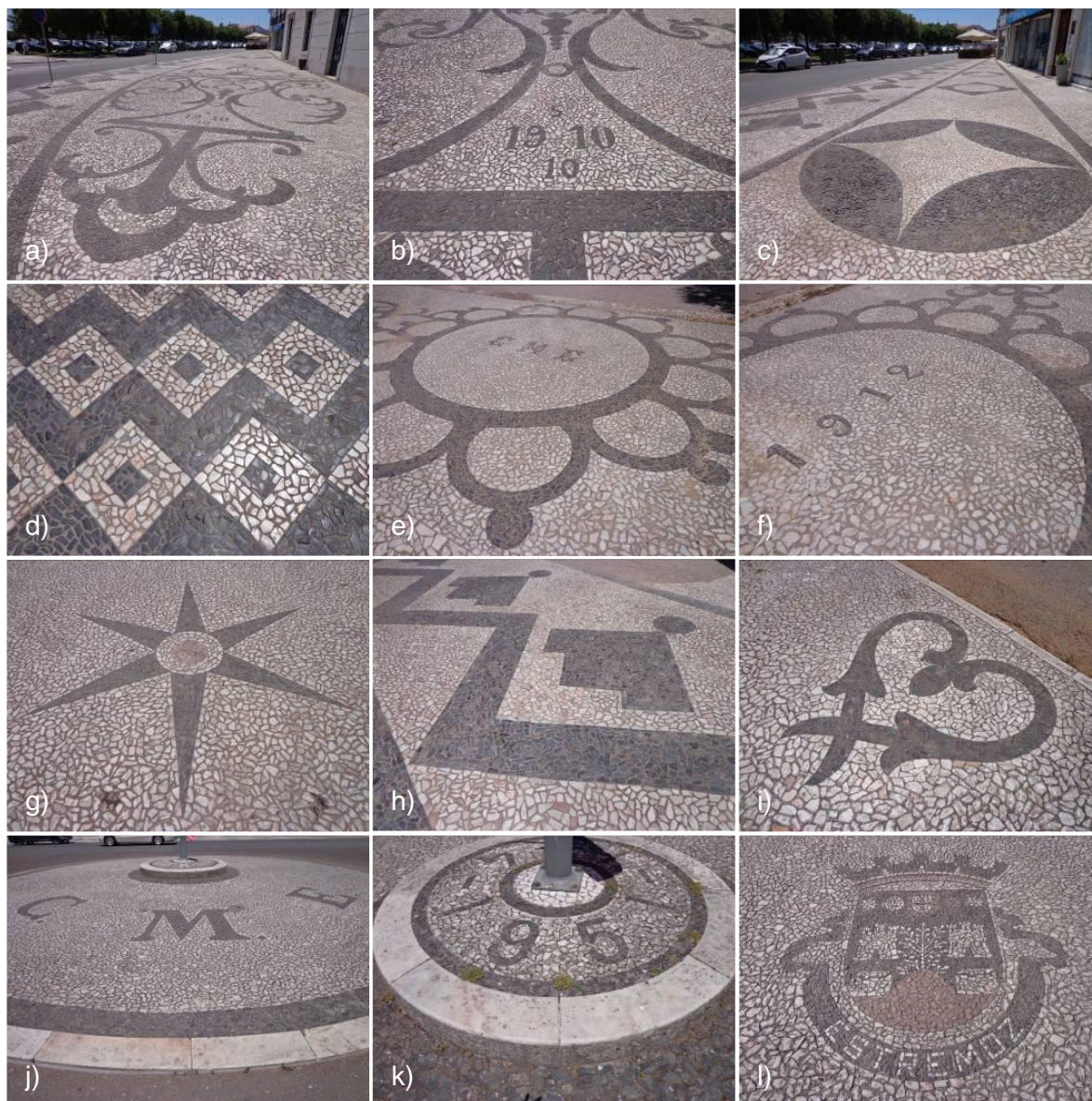
**Figura 78 – Calçada portuguesa artística, zona poente do Rossio**



Fonte: Ortofotomapa CME (cartografia oficial DGT), 2015

A figura seguinte (79) demonstra a riqueza criativa de formas, patente na praça em estudo, no que respeita à vertente de calçada portuguesa artística, evidenciando-se motivos arabescos / florais, articulados com figuras geometrizadas.

**Figura 79 – Formas de calçada portuguesa artística, no Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Zona poente; b) Zona poente; c) Zona poente; d) Zona poente; e) Sul da placa central; f) Sul da placa central; g) Sul da placa central; h) Placa central (passeio perimetral); i) Zona nascente; j) Zona sul; k) Zona sul; l) Zona sul

- Calçada à portuguesa, do tipo malhete (pedra mal aparelhada), presente no interior da placa central e na parte nascente da zona sul (laterais e tardo da Capela do Santo Cristo), constituída por pedra grossa de mármore, de face irregular. No interior da placa central apresenta contraste de claro / escuro, com uma estereotomia em forma de malha retangular extensa. O tipo de mármore utilizado é variado, tendo tonalidades diferentes, nomeadamente branco, creme e



rosado (claro) na maior extensão e cinza do tipo ruivina (escuro) na composição da malha referida (*vide* figura 80). Este tipo de pavimentação do espaço público é uma solução adotada tradicionalmente no Alentejo Central, principalmente na zona dos mármore e concelhos limítrofes (escoamento dos materiais acumulados nas escombreiras, com recurso a britagem).

**Figura 80 – Calçada à portuguesa do tipo malhete**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Interior da placa central; b) Pormenor da calçada; c) Nascente da zona sul; d) Pormenor da calçada

- “Antiga” calçada à portuguesa, presente na placa central (zonas de passagem pedonal entre o passeio perimetral e o interior da placa central) e na parte sul da mesma (envolvente à cafetaria do Rossio). Consiste em calçada a meia pedra de mármore, de face irregular e lisa. Na envolvente à cafetaria do Rossio é unicamente de face lisa, sendo as juntas (em ambos os casos) preenchidas com mistura de areia fina do rio e cimento (*vide* figura 81). O tipo de mármore utilizado é variado, tendo tonalidades diferentes, nomeadamente branco, creme e rosado (claro).

**Figura 81 – “Antiga” calçada à portuguesa**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Envolvente à cafetaria do Rossio (sul da placa central); b) Pormenor da calçada; c) Passagem pedonal (placa central); d) Pormenor da calçada

- Calçada portuguesa à fiada e clássica, a primeira presente na placa central (zonas de passagem viária entre as vias de tráfego perimetrais e o interior da placa central), na zona nascente (junto ao Convento das Maltezas / zona de estacionamento) e na zona sul (acesso à esplanada dos congregados), sendo a segunda na zona norte (área inserida no passeio, em forma de leque, para marcação de acesso). Consiste em calçada a meia pedra (10x10x10cm) de granito (cúbica), de face irregular, cor cinza (*vide* figura 82).



**Figura 82 – Calçada portuguesa à fiada e clássica**

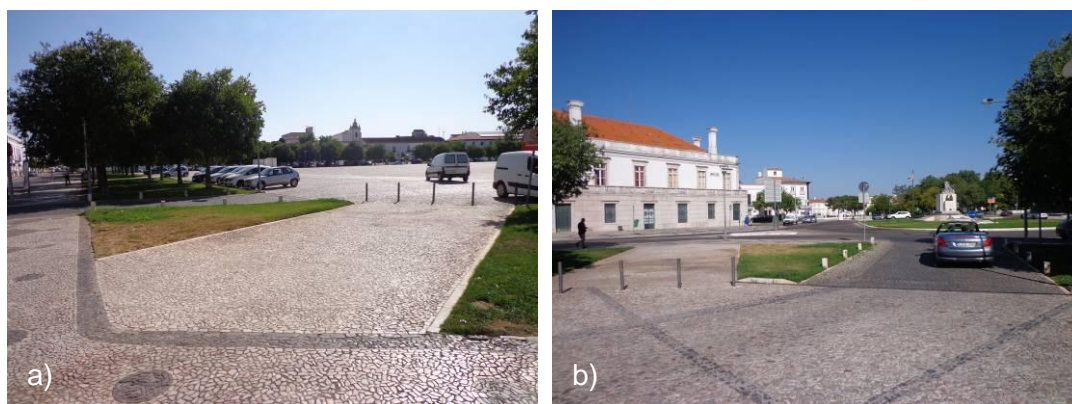


Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Calçada portuguesa à fiada (zona nascente); b) Pormenor da calçada; c) Calçada portuguesa clássica (zona norte); d) Pormenor da calçada

A figura seguinte (83) ilustra a articulação dos vários tipos de calçada de pedra, existentes na placa central / interior da placa central, materializando as zonas de acesso, circulação (automóvel e pedonal) e de estacionamento.

**Figura 83 – Articulação dos vários tipos de calçada de pedra – placa central / acessos**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Zona de acesso pedonal (placa central); b) Zona de acesso automóvel (placa central);

Considera-se que os materiais de pavimentação identificados (mármore, granito e pontualmente basalto) são apropriados para o contexto urbano em causa.

Todos os lancis e a maioria das caldeiras das árvores (elementos que se imiscuem / integram nos pavimentos) são constituídos por peças de mármore, com altura de espelho e largura de cobertor muito variáveis. Os espelhos variam entre 1 a 17cm, devido às recargas sucessivas de material betuminoso nas vias de circulação automóvel, e os cobertores possuem 10cm (média). Contudo, verifica-se que o lancil delimitador do interior da placa central, em relação às orlas perimetrais e zona sul da mesma, tem medidas estáveis, especificamente de 12cm de espelho e 10cm de cobertor respetivo.

A figura seguinte (84) é elucidativa da variedade de lancis, que se encontram na praça.

**Figura 84 – Tipos de lancis na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Lancil perimetral (placa central); b) Lancil perimetral (transição para o interior da placa central); c) Rotunda (zona norte); d) Rotunda (zona sul)

Os lancis são elementos importantes no espaço público, destacando-se as funções seguintes: delimitação de zonas, transição entre pavimentos e contenção dos mesmos; condução da drenagem de águas pluviais através de caleiras espreiadas;



vencimento de ressaltos no piso; elementos de segurança dos peões, face ao tráfego viário; instalação de infraestruturas (v.g. redes de telecomunicações) na fundação do lancil; são importantes para manter os automóveis afastados dos edifícios.

Relativamente às caldeiras das árvores, constata-se três tipologias: quadrangulares de mármore, circulares de mármore, circulares de cubos de granito e circulares de cimento, conforme se pode verificar na figura seguinte (85). A dimensão dos espelhos são variáveis, sendo os cobertores de 10cm (média). As caldeiras quadrangulares estão na zona sul e na placa central (sul), as circulares de mármore estão na zona nascente, as circulares de cubos de granito estão na placa central (sul) e as circulares de cimento existem na placa central (sul).

**Figura 85 – Tipos de caldeiras na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Caldeira quadrangular de mármore (zona sul); b) Caldeira circular de mármore (zona nascente); c) Caldeira circular em cubos de granito (placa central - sul); d) Caldeira circular em cimento (placa central - sul)

Na área do objeto de estudo, para além dos pavimentos e elementos supracitados, existem outros “indiferenciados” que foram aplicados para dar suporte e enquadramento a vários elementos / mobiliário urbano e atividades de comércio ou serviços. Depreende-se, pela análise efetuada, que foram colocados paulatinamente,



consoante as necessidades que foram surgindo, com recurso a materiais que se julgaram apropriados. Os pavimentos / materiais em causa são (*vide* figura 86): lajeta de mármore, de várias tonalidades, e mosaico hidráulico, aplicados nos passeios que servem os estabelecimentos de restauração e/ou bebidas (zona sul e poente); mosaico hidráulico, desperdício de mármore (lajetas irregulares de várias tonalidades), tijoleira cerâmica e cimento afagado, presentes nas plataformas de apoio aos quiosques de venda / construções precárias (zona sul da placa central e zona nascente, no interior dos núcleos ajardinados); cimento afagado, aplicado na base da cabine telefónica e áreas de serviço afetas aos postos de abastecimento de combustíveis (incluindo uma área que atualmente serve para paragem de autocarros, na qual também existiu um posto de abastecimento de combustíveis, situada na zona norte).

**Figura 86 – Pavimentos e elementos indiferenciados na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Lajetas de mármore (zona poente); b) Lajetas de mármore (zona nascente); c) Mosaico hidráulico / lajetas de mármore (zona sul); d) Mosaico hidráulico (zona nascente); e) Mosaico hidráulico (sul da placa central); f) Cimento afagado / desperdício de mármore (sul da placa central); g) Cimento irregular (sul da placa central) h) Cimento afagado (zona nascente); i) Cimento afagado (zona norte)

## **4.7. Mobiliário Urbano**

Existem diversas definições e interpretações inerentes à abrangência do conceito de mobiliário urbano. No Vocabulário do Ordenamento do Território (DGOTDU) encontra-se estatuída a seguinte definição:

“Equipamento capaz de contribuir para o conforto e eficácia dos aglomerados urbanos, nomeadamente: bancos, cabines telefónicas, recipientes para lixo, abrigos para peões, mapas e cartazes informativos, etc.”<sup>148</sup>

Tendo como referência base o conceito supracitado, para efeitos do presente trabalho, considera-se acertado englobar na categoria de mobiliário urbano todos os elementos que se encontram acima do nível do pavimento e que tenham um carácter de permanência constante. Partindo desse princípio, os elementos intrinsecamente relacionados com as redes de infraestruturas e das redes viárias (automóvel e pedonal) serão considerados, tais como: cabine telefónica, postes / luminárias, armários técnicos, sinalização de trânsito, pilaretes, entre outros.

De acordo com a informação das fontes bibliográficas consultadas, o início da instalação de mobiliário urbano (v.g. bancos e luminárias), na grande praça, deu-se com o nascimento do passeio público - a avenida do Rossio – no final do séc. XIX (acontecimento histórico descrito no subcapítulo 2.9 do presente trabalho), com elementos para usufruto do espaço público e convivência social, conforme se pode analisar nas figuras seguintes (87 e 88).

**Figura 87 – Vista geral da zona sul da placa central / avenida do Rossio [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**

<sup>148</sup> Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2000). *Vocabulário do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, p. 114

**Figura 88 – Mobiliário urbano na zona sul da placa central / avenida do Rossio [s.d.]**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

a) Pormenor dos bancos públicos; b) Pormenor dos postes / luminárias

Ao longo do séc. XX, o Rossio foi sendo progressivamente dotado de mais elementos de mobiliário urbano, principalmente com o surgimento da energia elétrica e do automóvel. A imagem seguinte (89) mostra uma proliferação de postes / luminárias (as originais foram substituídas por um formato em “bola” – vidro opalino) que abrange toda a área e de bancos instalados nos passeios e orlas da placa central.

**Figura 89 – Panorâmica do Rossio [s.d.]**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

Atualmente os elementos de mobiliário urbano, que se incorporam no espaço público em presença, são bastante diversificados e estão disseminados pela praça, fruto das várias ações casuísticas promovidas ao longo das últimas décadas.

Destacam-se os seguintes elementos de mobiliário urbano:

- Bancos com costas, marcos dos correios, papelerias, contentores de resíduos sólidos urbanos, contentor de roupa / calçado usado, contentor de óleos alimentares usados e cabine telefónica (*vide* figura 90);



**Figura 90 – Elementos de mobiliário urbano 1 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Banco com costas (passeio perimetral da placa central); b) Marco de correio / papelreira (zona poente); c) Papeleira (zona poente); d) Contentores de resíduos sólidos urbanos (zona poente); e) Contentor de roupa usada / calçado e contentor de óleos alimentares usados (zona sul); f) Cabine telefónica (sul da placa central)

- Painéis e placas informativas (incluindo um dispositivo eletrónico), com diversos materiais, cores e formatos (*vide* figura 91);

**Figura 91 – Elementos de mobiliário urbano 2 na praça em estudo**

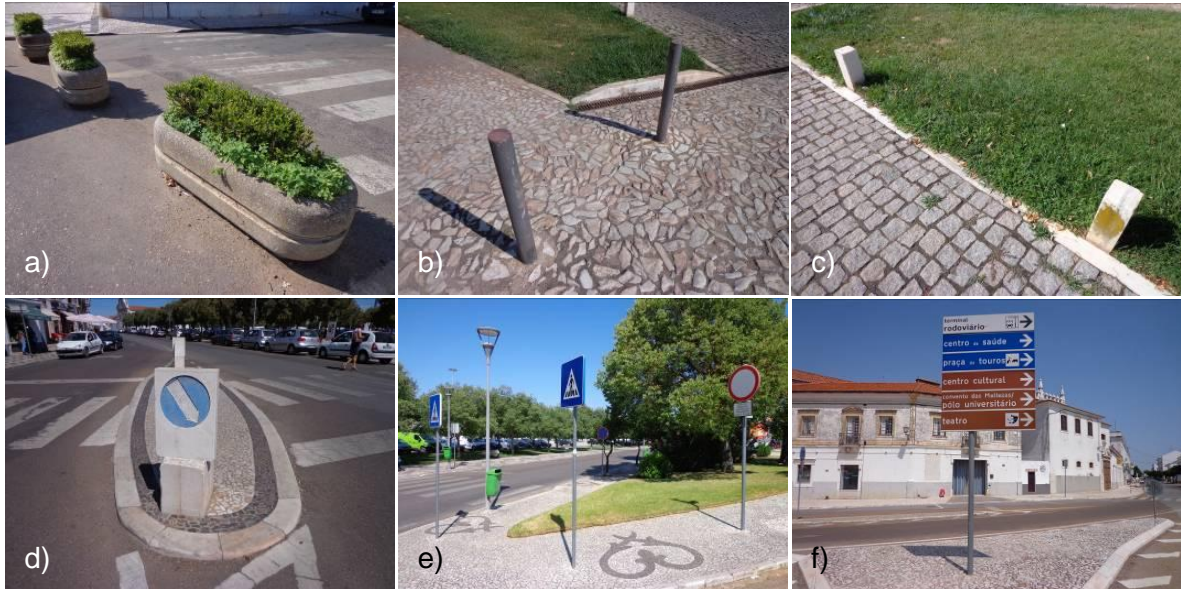


Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Painel publicitário (sul da placa central); b) Painel publicitário (sul da placa central); c) Painel publicitário (norte da placa central); d) Painel informativo / descritivo do património (zona sul); e) Painel informativo Wi-Fi (zona norte da placa central); f) Painel / dispositivo eletrónico (zona sul)

- Floreiras (que servem como balizadores de tráfego), pilaretes (metálicos e em mármore), sinalização vertical de trânsito automóvel e de estacionamento / informativa (vide figura 92);

**Figura 92 – Elementos de mobiliário urbano 3 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Floreira / balizador de tráfego (zona norte); b) Pilarete metálico (placa central); c) Pilarete em mármore (norte da placa central); d) Sinalização vertical de trânsito automóvel (zona nascente); e) Sinalização vertical de trânsito automóvel (zona nascente); f) Sinalização vertical informativa (zona norte)

- Construção / zona técnica (PT - posto de transformação de energia elétrica), armários técnicos e marcos de segurança contra incêndio / hidrantes exteriores (vide figuras 93 e 94);

**Figura 93 – Elementos de mobiliário urbano 4 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) PT (sul da placa central); b) Armário técnico (norte da placa central); c) Armário técnico / quadro elétrico (sul da placa central);



**Figura 94 – Elementos de mobiliário urbano 5 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

- a) Armário técnico (zona sul); b) Marco de segurança contra incêndio / hidratante exterior (zona norte);  
c) Marco de segurança contra incêndio (zona nascente)

- Luminárias, de diversos formatos, suportadas por postes com alturas variáveis ou fixadas nas fachadas dos edifícios que emolduram a praça, sendo que também existe rede de iluminação artística (cénica) que será abordada no subcapítulo seguinte dedicado a infraestruturas urbanas (*vide* figura 95);

**Figura 95 – Elementos de mobiliário urbano 6 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

- a) Poste / luminária tipo 1; b) Poste / luminária tipo 2; c) Poste / luminária tipo 3; Poste luminária tipo 4; e) Poste / luminária tipo 5; f) Poste / luminária tipo 6; g) Base do poste / luminária tipo 7 (centro da placa central); h) Poste luminária tipo 7 (centro da placa central); i) Braço / luminária tipo 8

- Face às suas características construtivas e modo de implantação (apoiado no solo), considerou-se correto incluir na categoria de mobiliário urbano o módulo “temporário” (contentor) que serve de instalação sanitária pública, situado na zona sul da placa central, conforme se pode analisar na figura seguinte (96);

**Figura 96 – Módulo instalação sanitária pública**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

#### **4.8. Infraestruturas Urbanas**

As infraestruturas urbanas, num sentido lato, consistem no seguinte:

“A designação de infra-estruturas, transcendendo o sentido etimológico do termo, designa, na área do urbanismo, tudo aquilo que diz respeito, como complemento, ao funcionamento correcto do habitat, compreendendo nomeadamente as vias de acesso, o abastecimento de água, as redes eléctrica e telefónica, eventualmente a rede de gás, e ainda o saneamento e o escoamento das águas pluviais.”<sup>149</sup>

Importa salientar que as diversas infraestruturas, que se encontram ao serviço de um determinado espaço público, fazem parte integrante de sistemas complexos de maior escala (cidade, concelho e até distrital / regional). Funcionando como “artérias e capilares”, com respetivo “sistema excretor” de drenagem residual, que possibilitam a existência de vida salubre em contexto urbano.

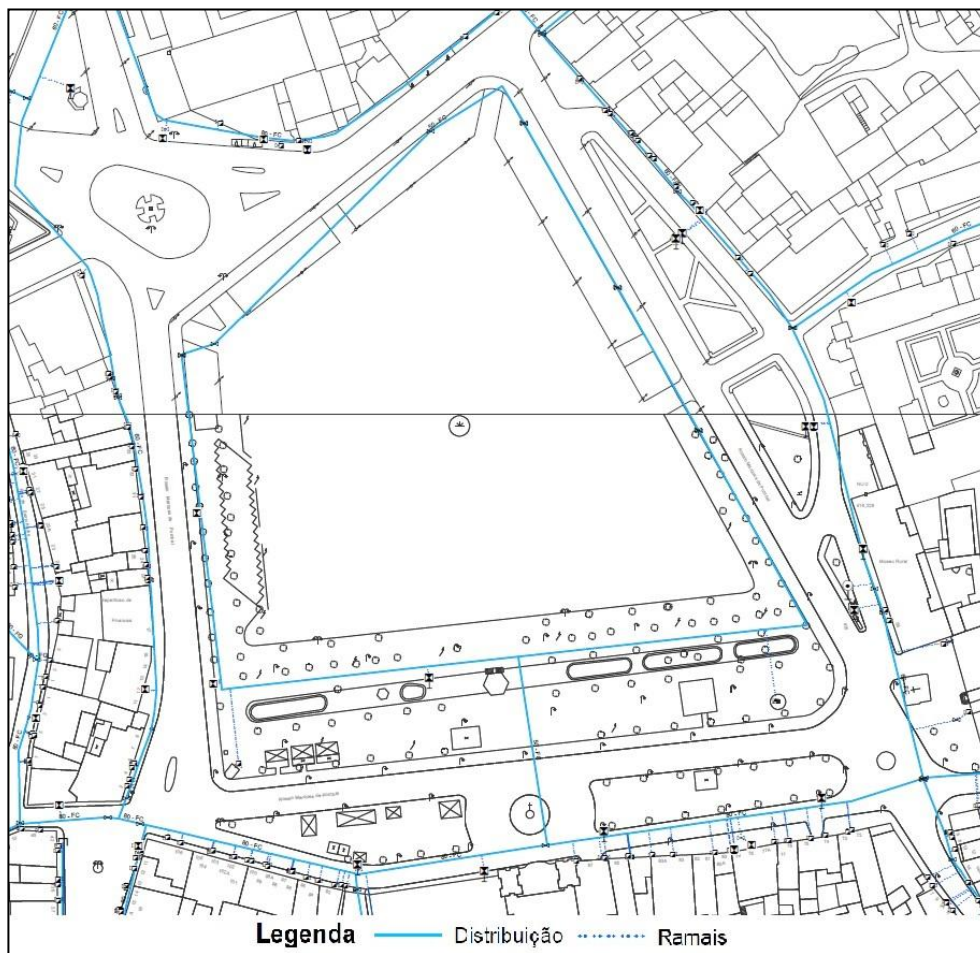
---

<sup>149</sup> Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2000). *Vocabulário do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, p. 100

A praça em estudo encontra-se dotada, para além das redes viárias (automóvel e pedonal / estacionamento, cujo tema será abordado em subcapítulo próprio), das seguintes infraestruturas urbanas:

- Rede de abastecimento e distribuição de água. A rede geral, na cidade de Estremoz, é do tipo mista (conjugação entre rede ramificada e malhada). Serve para consumo, rega e para combate a incêndio. Na área objeto de estudo, o sistema é materializado por condutas de distribuição em fibrocimento (FC)<sup>150</sup>, de diâmetro variável (80, 60 e 50mm), das quais derivam os respetivos ramaís, conforme ilustra a figura seguinte (97).

**Figura 97 – Rede de abastecimento e distribuição de água no Rossio**



Fonte: CMETz

(Levantamento e gestão do cadastro de infraestruturas de abastecimento e distribuição de água e de saneamento dos aglomerados urbanos dos municípios da CIMAC, 2013)

<sup>150</sup> A primeira conduta adutora, para abastecimento de água à cidade de Estremoz (centro histórico), foi construída nos anos 50 do séc. XX, sendo posteriormente expandida entre as décadas de 60 e 80, com recurso a tubagens de fibrocimento (principal material utilizado à época). O material referido é composto por uma mistura de cimento e fibras de amianto (prejudiciais para a saúde humana, por inalação). Conforme apontam vários estudos, as perdas reais de água no sistema situam-se entre os 50 a 60%, devido à obsolescência da rede, entre outros fatores.



A rede de abastecimento e distribuição de água possui órgãos de manobra e controlo de diversos tipos: equipamentos de monitorização (contadores), válvulas de corte, bocas de rega, marcos e bocas (incêndio), entre outros (*vide* figura 98);

**Figura 98 – Órgãos de manobra e controlo da rede de abastecimento de água no Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Câmara de manobra da válvula de seccionamento da boca-de-incêndio (lado esquerdo) e Boca de pavimento para combate a incêndio / rega (lado direito); b) Caixa de comando do sistema de rega; c) Válvula de seccionamento da rede de abastecimento de água; d) Válvulas de seccionamento da rede de abastecimento de água; e) Válvula de seccionamento da rede de abastecimento de água; f) Boca de pavimento para combate a incêndio / rega

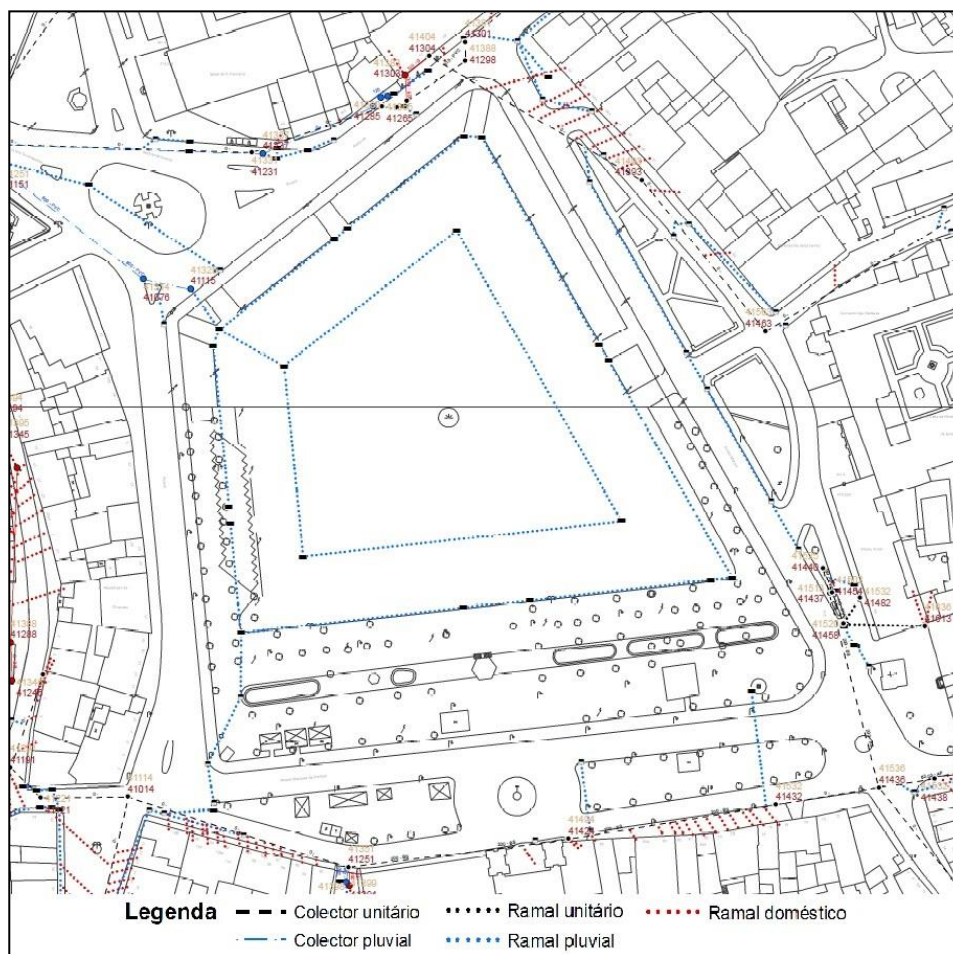
- Rede de saneamento e escoamento de águas pluviais. Na área objeto de estudo, o sistema é do tipo misto (parte da rede é unitária e outra parte separativa).

A rede unitária, que assegura a drenagem de águas residuais e pluviais, é constituída por coletores de betão simples (BS), com 200mm de diâmetro.

A parte da rede separativa, que drena as águas pluviais, é constituída por coletores de policloreto de vinilo (PVC), com 800mm de diâmetro, conforme ilustra a figura seguinte (99). Integram a rede (unitária e separativa) diversos elementos: câmaras de visita, sarjetas, sumidouros, caleiras de pavimento, entre outros.

Relativamente à drenagem superficial de águas pluviais, a mesma efetua-se essencialmente por gravidade, através de um sistema de valetas espreiadas e sarjetas / sumidouros, que por sua vez estão conectados ao coletor de drenagem público;

**Figura 99 – Rede de saneamento e escoamento de águas pluviais no Rossio**



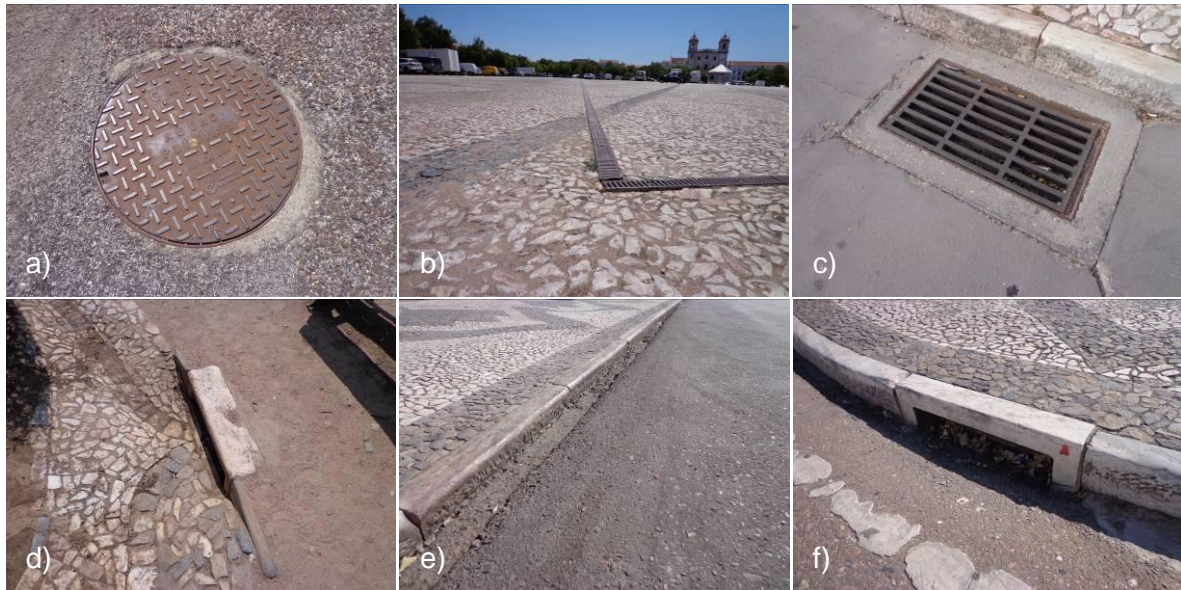
Fonte: CMÉtz

(Levantamento e gestão do cadastro de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento dos aglomerados urbanos dos municípios da CIAC, 2013)

A figura seguinte (100) mostra elementos que integram a rede de saneamento e escoamento de águas pluviais, que se encontram disseminados pela praça em análise.



**Figura 100 – Elementos da rede de saneamento e escoamento de águas pluviais no Rossio**



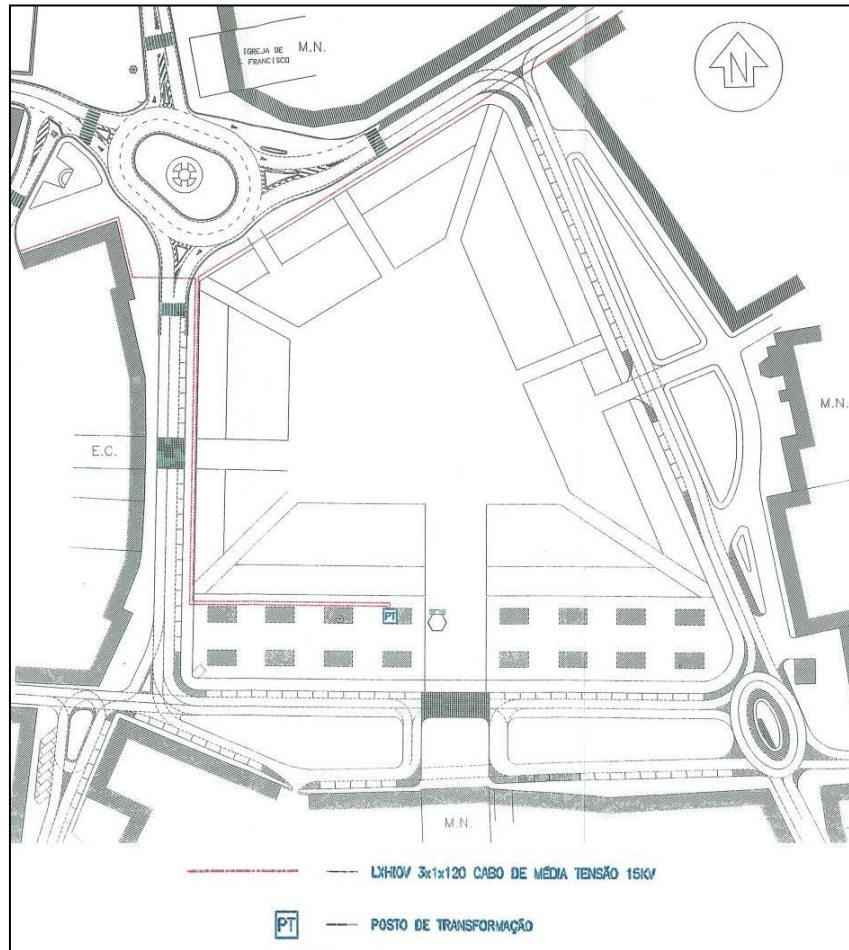
**Fonte: Fotografias do autor (2018)**

**a) Caixa de visita (zona nascente); b) Caleira de pavimento (interior da placa central); c) Sumidouro (zona norte); d) Sarjeta (sul da placa central); e) Valeta espraçada (perímetro da placa central); f) Sarjeta (perímetro da placa central)**

- Redes de distribuição de energia elétrica, iluminação pública e artística<sup>151</sup>. Face à necessidade de aumento da potência, nesta parte da rede de energia elétrica, foi instalado um posto de transformação (PT) para 15KV/400KVA, junto ao coreto municipal (sul da placa central). O PT é alimentado em média tensão, através de uma linha subterrânea (cabo LXHIOV de 1x3x120), e serve para distribuição em baixa tensão, conforme indicado na figura seguinte (101).

<sup>151</sup> As redes de distribuição de energia elétrica, iluminação pública e artística, apresentadas esquematicamente no presente trabalho, foram parcialmente executadas aquando da obra que decorreu no início deste século (tema abordado no capítulo seguinte).

**Figura 101 – Rede de distribuição de energia elétrica / PT, em média tensão no Rossio**



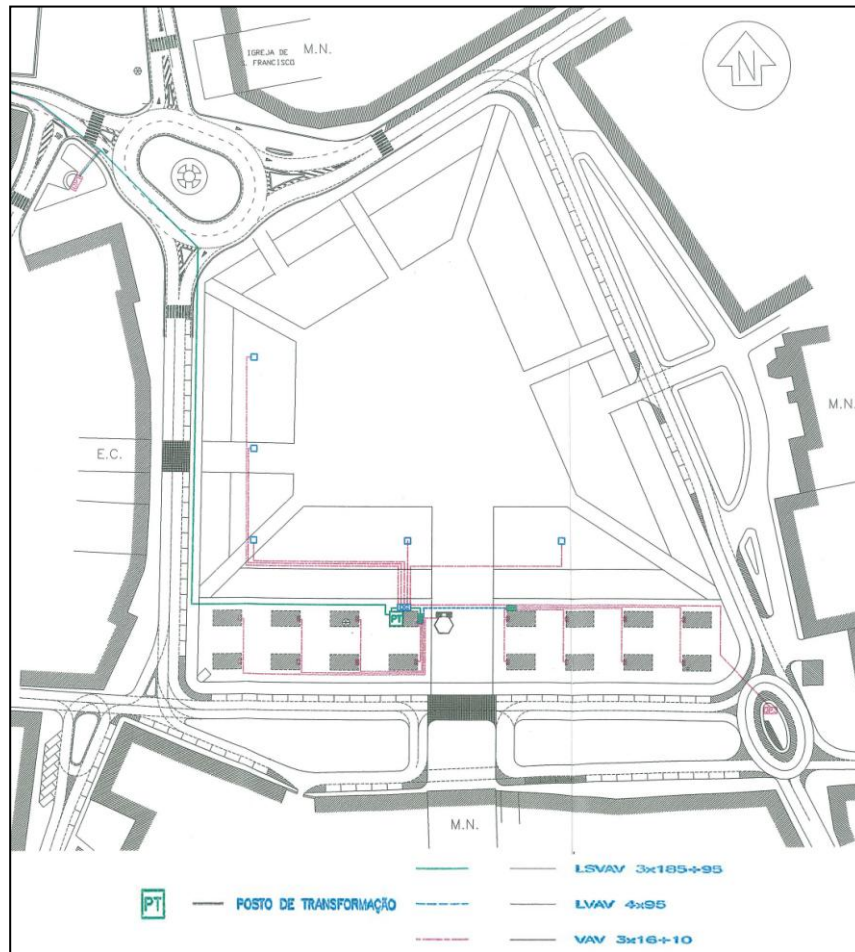
Fonte: CMETz

(Projeto de eletricidade do Rossio Marquês de Pombal – distribuição em média tensão, DAU, 2000)

- A rede de distribuição em baixa tensão, que se ramifica desde o PT citado, possui duas vertentes: uma para alimentar os futuros *stands*, que seriam implantados na zona sul da placa central (previstos em projeto e não executados), por intermédio de dois armários técnicos de passeio (cabos LSVAV 3x185x95, LVAV 3x95 e VAV 3x16+10), e outra derivada de um quadro geral camarário (com contador de energia), subministrado pelo mesmo PT, com ligações aos quadros parciais e quadros de pavimento, conforme ilustrado na figura seguinte (102).

Os quadros de pavimento situam-se no interior da placa central, servindo para eventual alimentação de tendas ou outros equipamentos, aquando da realização de eventos (v.g. feiras, exposições ou espetáculos culturais).

**Figura 102 – Rede de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, no Rossio**



Fonte: CMETz

(Projeto de eletricidade do Rossio Marquês de Pombal – distribuição em baixa tensão, DAU, 2000)

- Realça-se, de modo positivo, a presença de caixas de visita / quadros elétricos integrados nos pavimentos envolventes, com recurso a tampas com revestimento apropriado (calçadas), visando dissimular as mesmas na praça patrimonial em estudo (*vide* figura 103).

**Figura 103 – Caixas de visita / quadro elétrico integradas nos pavimentos do Rossio**



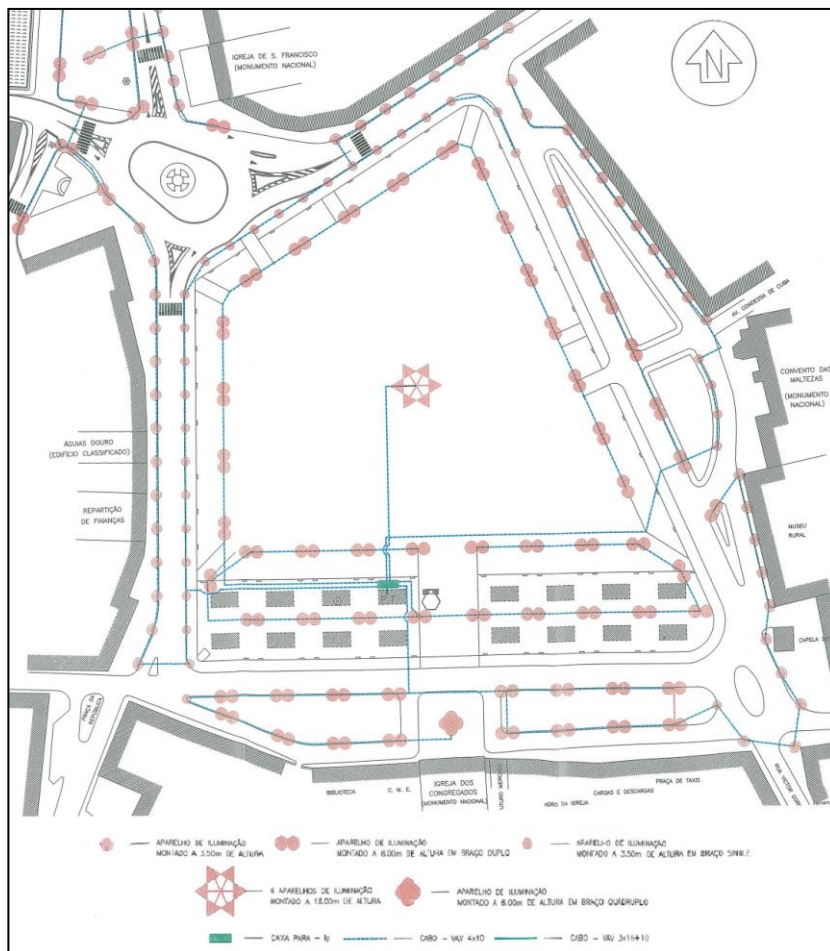
Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Quadro elétrico (interior da placa central); b) Caixa de visita telecomunicações (passeio perimetral da placa central); c) Caixa de visita telecomunicações (zona sul)



- A rede de iluminação pública encontra-se conectada à rede do distribuidor do PT. É constituída por postes metálicos de diferentes formatos, os quais suportam as luminárias / lâmpadas de diversos modelos, sendo os cabos que as alimentam do tipo VAV 4x10, conforme ilustrado na figura seguinte (104). Fazem parte desta rede as luminárias instaladas nas fachadas, que envolvem a praça, alimentadas por cabo de torçada que circula pelas paredes.

**Figura 104 – Rede de iluminação pública no Rossio**



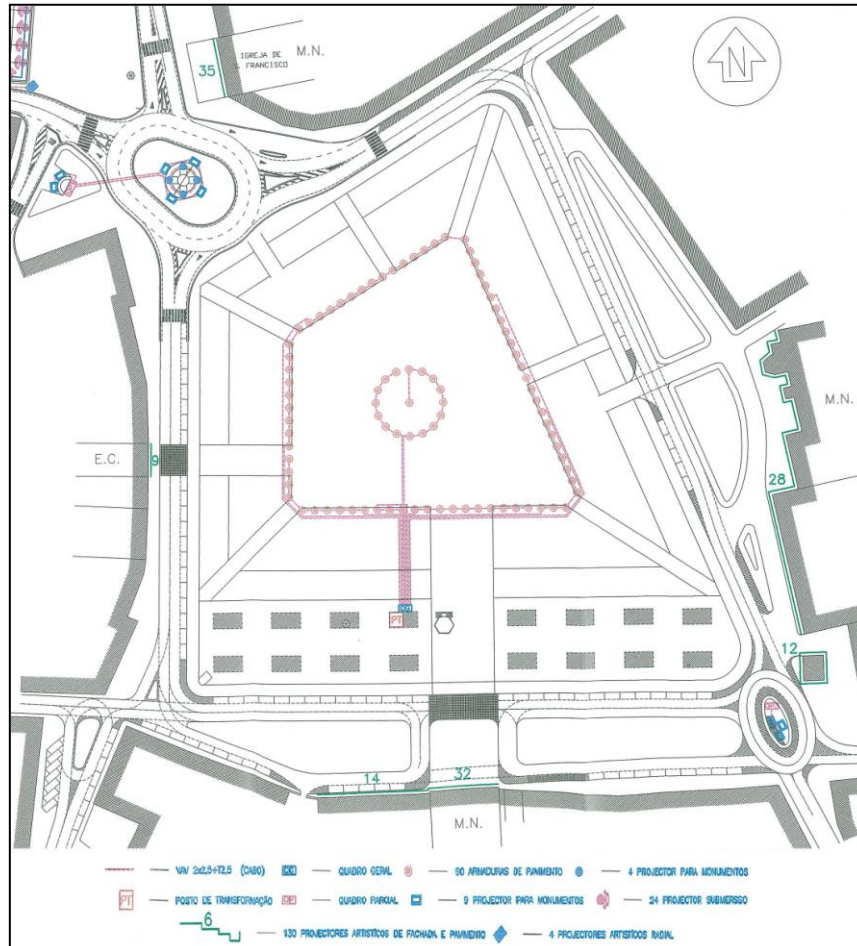
Fonte: CMÉtz

(Projeto de eletricidade do Rossio Marquês de Pombal – rede de iluminação pública, DAU, 2000)

- A rede de iluminação artística (cénica) é alimentada através do quadro geral camarário, tem como intuito enfatizar alguns valores patrimoniais e elementos urbanos (v.g. fachadas das igrejas / conventos ou monumento aos combatentes), bem como iluminar o interior da placa central através de uma marcação geométrica que realça o formato irregular da mesma, conforme ilustrado na figura seguinte (105). Este tipo de

iluminação funciona com recurso a armaduras embutidas no pavimento e projetores estrategicamente colocados.

**Figura 105 – Rede de iluminação artística no Rossio**



Fonte: CMÉtz

(Projeto de eletricidade do Rossio Marquês de Pombal – rede de iluminação artística, DAU, 2000)

A figura seguinte (106) mostra os principais elementos que compõem a rede de iluminação artística. Salienta-se que - unicamente - foram instalados projetores de pavimento na zona sul (embutidos no passeio adjacente à CMÉtz) e armaduras de pavimento no interior da placa central (com alinhamentos em torno do centro). Assim, para potenciar a atratividade da praça, no seu conjunto construído, a iluminação artística / cénica deverá ser devidamente reequacionada e reforçada em sede de projeto de reabilitação urbana.



**Figura 106 – Elementos da rede de iluminação artística no Rossio**

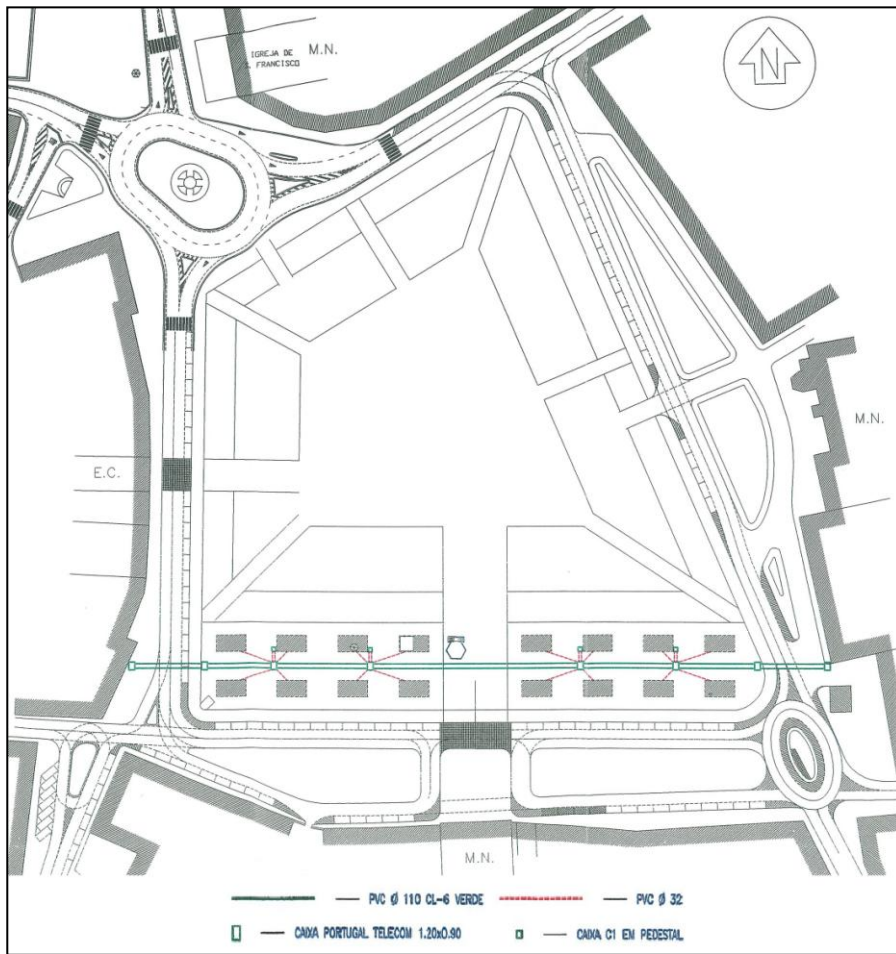


Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Projetores de pavimento embutidos no passeio (zona sul); b) Pormenor do projetor de pavimento (zona sul);  
c) Alinhamento de armaduras de pavimento (interior da placa central); d) Pormenor da armadura de pavimento  
(interior da placa central)

- Rede telefónica (“rita”) e sistema público de internet *Wi-Fi* gratuito. Foi projetada uma rede telefónica, na zona sul da placa central, com o objetivo de dotar os futuros quiosques dessa componente, conforme ilustrado na figura seguinte (107). A internet sem fios, através de ponto *Wi-Fi*, tem cobertura em toda a praça.

**Figura 107 – Projeto “rita” (telecomunicações) no Rossio**



Fonte: CMÉtz

(Projeto de telefones do Rossio Marquês de Pombal – traçado do projeto “rita”, DAU, 2000)

#### 4.9. Acessibilidade, Mobilidade e Estacionamento

Importa, antes de mais, explanar o que se entende por acessibilidade e mobilidade num determinado território.

Assim, o conceito de acessibilidade consiste no seguinte:

“Facilidade facultada às pessoas para atingirem um destino, utilizando um determinado sistema de transportes, dependente da existência da escolha modal, do custo ocasionado pela deslocação, do tempo de percurso, da segurança em todas as etapas da viagem e da compatibilidade das limitações individuais relativas a horários e capacidades físicas.”<sup>152</sup>

<sup>152</sup> Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (2011). *Guião Orientador - Acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território*. Gabinete de Planeamento, Inovação e Avaliação, p. 106

Por outro lado, o conceito de mobilidade baseia-se no seguinte:

“Capacidade individual de deslocação em função das necessidades e do interesse em viajar dos indivíduos. Os meios de transporte disponíveis e a acessibilidade proporcionada pelo sistema de transportes influenciam a mobilidade, bem como as características individuais e o contexto familiar dos indivíduos.”<sup>153</sup>

O sistema de acessibilidades e transportes (motorizados), à cidade de Estremoz, possui duas componentes fundamentais: a rede ferroviária e a rede rodoviária.

Atualmente, no que concerne à rede ferroviária, a linha de Évora e o ramal de Vila Viçosa encontram-se sem qualquer tipo de exploração.<sup>154</sup>

Quanto à rede rodoviária, a cidade de Estremoz é servida por dois eixos principais / estruturantes: o transversal (IP7 – A6) que assegura a ligação entre Lisboa-Caia (limite com Espanha) e o longitudinal (IP2) que possibilita a conectividade entre Norte-Sul da região interior (Portelo-Faro).

É de suma importância referir que um troço do IP2 encontra-se por executar, especificamente no quadrante noroeste, sendo que tal lacuna produz uma carga excessiva de tráfego de atravessamento no interior da cidade de Estremoz. O troço, por construir, para além de garantir a devida continuidade desse IP estruturante e respetiva fluidez de tráfego, serviria de variante citadina. Em relação a esta matéria, a título de ponto da situação, salienta-se o seguinte:

“O estudo da Variante, em particular o projecto “IP2 Variante a Estremoz e Reformulação do Nó com a EN4”, foi, já, objecto de Avaliação de Impacte Ambiental - AIA, tendo recebido uma Declaração de Impacte Ambiental – DIA desfavorável. De acordo com empresa Estradas de Portugal, S.A., aquele traçado “ (...) pretendia servir a dupla função de constituir uma Variante a Estremoz, pelo que se teria de situar suficientemente próximo de Estremoz, mas afastado o suficiente para não inviabilizar a futura expansão urbana do município, bem como assegurar os níveis de serviço esperados para um Itinerário Principal – IP.” Todavia, face ao DIA desfavorável, as Estradas de Portugal, S.A. defendem que se “(...) deixou de poder assegurar que um mesmo traçado futuro garanta as funções de IP e de Variante a Estremoz”, justificando assim o esboço (ainda indicativo)

---

<sup>153</sup> Ibidem, p. 114

<sup>154</sup> No quadrante nascente da cidade de Estremoz foi executada uma intervenção urbanística, entre os anos 2011/12, com suporte através de “Protocolo de Requalificação e Refuncionalização dos Terrenos da Estação dos Caminhos-de-Ferro de Estremoz, Construção de Arruamento Estruturante, da Central de Camionagem e do Núcleo Museológico dos Caminhos-de-Ferro”, celebrado entre o Município de Estremoz e a ex-REFER (atualmente Infraestruturas de Portugal, SA). No troço da linha ferroviária desmantelada, atualmente Avenida Rainha Santa Isabel, ficou salvaguardada uma servidão administrativa, denominada por espaço canal ferroviário, para eventual reativação da exploração.

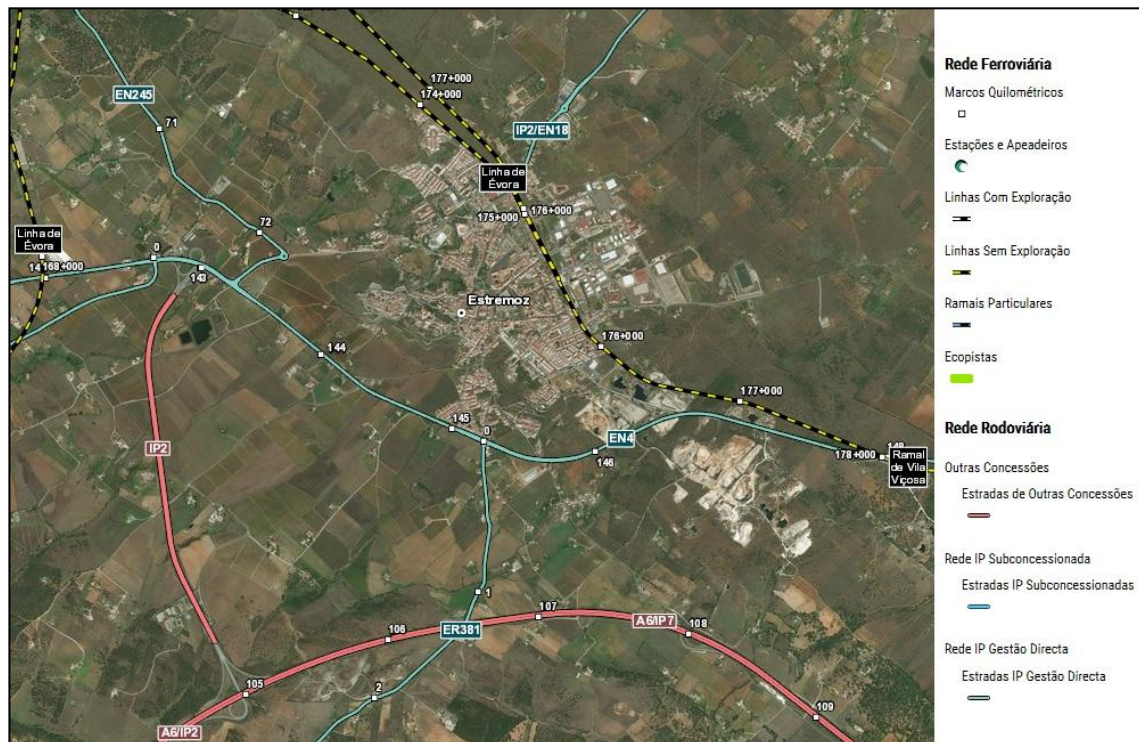


apresentado para o Estudo Prévio do “IP2 – IP6 (A23/IP7 (A6))”.<sup>155</sup> (vide anexos XC e XCI, figuras 106 e 107)

Para além das duas vias principais supracitadas, a cidade de Estremoz encontra-se conectada a três estradas nacionais e uma regional (vide figura 108), classificadas na rede complementar: EN4 (Montijo - Vila Boim), EN18 (Estremoz - Évora), EN245 (Alter do Chão – Estremoz) e ER381 (Estremoz – Reguengos de Monsaraz).

As ligações, entre a sede de concelho e as restantes freguesias e aglomerados rurais, são asseguradas através de estradas e caminhos municipais / vicinais, assim como pelo IP2 que passa pelas freguesias de São Lourenço de Mamporcão, São Bento de Ana Loura e Veiros.

**Figura 108 – Extrato do mapa da rede ferroviária e rodoviária nacional**



Fonte: <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede>

As deslocações intraurbanas, na cidade de Estremoz, processam-se principalmente com recurso a automóvel privado, bem como através de modos suaves<sup>156</sup>,

<sup>155</sup> Sistema de Acessibilidades, Equipamentos e Infraestruturas, p. 39 e 40 (estudos de caracterização / elementos complementares para a elaboração do PDM de Estremoz, entrado em vigor no ano de 2015). Disponível em: <http://pdm.estremoz.pt/files/sistema-de-acessibilidades-equipamentos-e-infraestruturas.pdf>

<sup>156</sup> Meios de transporte não motorizados, tais como: andar a pé, de bicicleta, skate, patins, trotinete e outros congéneres.

mesmo que incipientes, nomeadamente pedonal ou de bicicleta (aquando de percurso / distância de menor dimensão). O serviço privado de táxi é solicitado em casos muito específicos, tendo uma expressão meramente residual.

De salientar que não existe oferta de transporte público, coletivo, intraurbano. Contudo, encontra-se garantido o transporte escolar (inter-freguesias do concelho), proporcionado pela Câmara Municipal de Estremoz, conforme legislação em vigor.

Sem prejuízo de uma análise mais profunda em relação à circulação do tráfego automóvel e respetiva hierarquia viária, na cidade de Estremoz no seu todo, pode-se afirmar que a praça em estudo é um elemento fundamental da atual dinâmica de fluxos internos. Com efeito, tal como foi referido anteriormente, a placa central funciona como uma enorme plataforma “giratória”, de atravessamento e estacionamento, irrigada por artérias / largos situados em quatro quadrantes (sudoeste, sueste, noroeste e nordeste), conforme se pode visualizar na figura seguinte (109).

**Figura 109 – Acessos rodoviários ao Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

- a) Largo da República (quadrante sudoeste); b) Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque (quadrante sueste);  
c) Largo General Graça / largo Dragões de Olivença (quadrante noroeste);  
d) Avenida 25 de Abril (quadrante nordeste)



O escoamento do tráfego automóvel é efetuado também pelos quatro quadrantes anteriormente referidos, com adição de uma via na zona nascente (Avenida Condessa de Cuba).

A figura seguinte (110) mostra o funcionamento do sistema interno de fluxos, na praça em estudo e espaços envolventes, constatando-se a predominância de rodovias de dois sentidos, em todo o perímetro da placa central, encontrando-se duas vias de sentido único (zona nascente e sul), bem como três rotundas (duas na zona sul e uma na zona norte).

**Figura 110 – Funcionamento do sistema de fluxos de tráfego rodoviário**



**Fonte: Elaboração própria**

Quanto ao estacionamento automóvel, existe oferta legal por toda a área em estudo, principalmente lateral ao longo das vias (sem marcações no pavimento, excepto em frente da CMETz – lugares reservados), com exceção da zona norte cujo funcionamento consiste numa circulação relativamente mais fluída. Todo o interior da placa central é um mega parque de estacionamento, com uma área de 13.915m<sup>2</sup> e dotação aproximada de 500 lugares (veículos ligeiros), sendo um “chamariz” que concorre para o incentivo da utilização do automóvel privado, em detrimento da utilização de modos suaves de deslocação.

Considerando que no Rossio, bem como na envolvente urbana próxima, funcionam diversas entidades públicas e estabelecimentos de comércio ou serviços, verifica-se uma correspondente concentração de procura diária de estacionamento, dando-se um pico crítico nos sábados de manhã, ocasionado pelo evento do mercado tradicional e feira de antiguidades e velharias. Conforme referido no subcapítulo 4.3.1., aquando do evento citado, a via principal da zona sul é interditada à circulação automóvel (vide anexo LXXIII, figura 75), com recurso a pilaretes metálicos / correntes, que são inseridos nos negativos que se encontram no pavimento betuminoso (vide figura 111).

**Figura 111 – Sistema de interdição do tráfego rodoviário na via sul do Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2017)

a) Zona sudoeste; b) Zona central; c) Zona sudeste; d) Pormenor do negativo metálico



Verifica-se que esta solução de recurso pontual, que perdura há mais de 20 anos, tem dado resposta satisfatória à atual lógica de fluxos de tráfego rodoviário, sem colidir com o evento em causa.

Em suma, atualmente constata-se que a oferta legal de lugares de estacionamento dá resposta à procura respetiva, mesmo aquando do evento citado. Assim, o interior da placa central tornou-se a principal infraestrutura urbana que suporta o atual modelo de circulação e estacionamento automóvel na cidade.

No que respeita aos modos suaves, a circulação pedonal processa-se essencialmente através dos passeios (com larguras variáveis), zonas de atravessamento (v.g. interior da placa central) e respetivas passadeiras (pintadas a branco sobre o pavimento betuminoso), não existindo espaço específico de circulação ciclável (*vide* figura 112). Assim, constata-se que os fluxos de pessoas na praça são totalmente dinâmicos, ou seja, funcionam em todas as direções, com maior procura nas zonas de sombra (período de verão), como é o caso do passeio perimetral da placa central.

**Figura 112 – Plataformas de circulação pedonal no Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Passeio pedonal (perímetro da placa central); b) Passadeira (zona norte)

As normas técnicas para melhoria da acessibilidade, das pessoas com mobilidade condicionada, encontram-se estatuídas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, o qual indica medidas concretas a aplicar aos edifícios e espaços públicos. Na área em estudo, a única medida aplicada, para tentar ir ao encontro do cumprimento do diploma legal citado, foi o rebaixamento de lances nas zonas afetadas a algumas passadeiras, conforme se pode analisar na figura seguinte (113).

**Figura 113 – Rebaixamento de lancis nas passadeiras no Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Passadeira (zona nascente); b) Pormenor do rebaixamento do lancil (zona nascente)

A título de breve historial / súmula, de referir que a “herança urbana”, no que toca à tipologia do sistema viário, é um legado histórico que remonta à época em que as deslocações eram predominantemente pedonais. A função primeira dos passeiros foi de remate e transição entre as frentes urbanas, em relação às áreas de circulação indiferenciadas, as quais eram utilizadas por poucos veículos, de diversos tipos, e por muitos peões.

Mais tarde, com a exponencial evolução da taxa de utilização de veículos motorizados, o sistema viário tornou-se completamente separativo, através do denominado perfil tipo de rua, composto por passeio e faixa de rodagem.

Constata-se assim, atualmente, um sobredimensionamento das áreas afetas às rodovias que conseqüentemente torna atrativa a utilização do veículo automóvel privativo, para deslocações até ao centro da cidade.

#### **4.10. Condicionantes Históricas / Patrimoniais – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública**

Importa explanar, em sentido lato, no que consistem os conceitos de servidão administrativa e restrição de utilidade pública:

“Assim, por servidão administrativa deve entender-se o encargo imposto sobre um imóvel em benefício de uma coisa, por virtude da utilidade pública desta.

Por restrição de utilidade pública deve entender-se toda e qualquer limitação sobre o uso,

ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer acto administrativo uma vez que decorre directamente da Lei.

A servidão administrativa não deixa de ser uma restrição de utilidade pública pois tem subjacente a proteção de um bem ou de um interesse público, mas com características próprias.<sup>157</sup>

A praça em estudo possui um conjunto de condicionantes históricas / patrimoniais, inerentes a diversos domínios, sendo as principais:

- A própria configuração geométrica irregular, fruto da evolução urbana da cidade (património urbanístico), assim como as características do conjunto de edifícios que emolduram a praça (património arquitetónico), da estrutura ecológica urbana (património paisagístico) e os restantes valores patrimoniais / elementos urbanos discriminados no presente trabalho;
- Infraestruturas urbanas existentes no subsolo, incluindo a cisterna e aqueduto subterrâneo;
- Património arqueológico, designadamente a existência de uma necrópole (cemitério) medieval, descoberta aquando de escavações efetuadas no início do presente século (este tema será abordado no capítulo seguinte);
- Zonas especiais de proteção (ZEP, fixada com amplitude variável / apropriada à proteção do imóvel) e zonas gerais de proteção (ZP, automaticamente fixada com 50m contados a partir dos limites externos do imóvel), aos bens imóveis classificados de interesse cultural<sup>158</sup>, que constituem servidões e restrições de utilidade pública:
  - ZEP ao Castelo e Muralhas de Estremoz, classificado como MN<sup>159</sup> (*vide* figura 114);
  - ZEP à Igreja de São Francisco, classificado como MN<sup>160</sup> (*vide* anexo XCII, figura 108);

---

<sup>157</sup> Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *Servidões e restrições de utilidade pública*. Lisboa: DGOTDU. (Coito, A. & Castelo Branco, M. In *Notas sobre os conceitos de servidão administrativa e de restrição de utilidade pública*), sem paginação.

<sup>158</sup> A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e o DL n.º 309/2009, de 23 de outubro, estabelecem o regime jurídico de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, assim como as respetivas zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda. Existem as seguintes classificações de bens imóveis de interesse cultural: MN – Monumento Nacional; IIP – Imóvel de Interesse Público; IIM – Imóvel de Interesse Municipal. Salienta-se que as ZEP eram denominadas por ZP, existindo atualmente as duas designações (ZEP e ZP), conforme referidas e diferenciadas no texto.

<sup>159</sup> Portaria, DG, 2.ª série, n.º 52, de 2/3/1972

<sup>160</sup> Portaria, DG, 2.ª série, n.º 83, de 7/4/1962



- ZEP aos Claustros da Misericórdia (Claustro do Convento das Maltezas de S. João da Penitência), classificado como MN<sup>161</sup> (vide anexo XCIII, figura 109);
- ZP (geral) ao Túmulo de Esteves da Gata, classificado como MN<sup>162</sup>;
- ZP (geral) à Capela de D. Fradique de Portugal, classificada como MN<sup>163</sup>;
- ZP (geral) ao Cruzeiro de S. Francisco, classificado como IIP<sup>164</sup>;
- ZP (geral) ao Cruzeiro da Misericórdia, classificado como IIP<sup>165</sup>;
- ZP (geral) ao Convento dos Congregados, classificado como IIP<sup>166</sup>;
- ZP (geral) ao Café Águias de Ouro, classificado como IIP<sup>167</sup>
- Servidão Militar ao Quartel de S. Francisco e de S. João de Deus (Regimento de Cavalaria RC3)<sup>168</sup> (vide anexo XCIV, figura 110).

Na cidade de Estremoz, a servidão administrativa de maior importância e abrangência territorial é a ZEP intrínseca ao Castelo e Muralhas, que se sobrepõe a todas as ZEP e ZP supracitadas.

O seu perímetro abrange toda a zona histórica / espaço central da cidade e uma área considerável extra muralhas (quadrantes sul, poente e norte), conforme se pode analisar na figura seguinte (114).

O limite sul / poente teve em consideração, fundamentalmente, a proteção de vistas sobre os objetos arquitetónicos a proteger fisicamente (Castelo e Muralhas), que mais tarde se veio reforçar com a entrada em vigor do PDM de Estremoz (1995), dando um carácter *non aedificandi* (zona verde de proteção) à maior parte da zona extra muralhas até ao limite da ZEP. O limite da ZEP, na zona nascente, foi de “recurso”, ou seja coincidente com uma barreira física existente à data da sua constituição, materializada pela linha de caminho-de-ferro (atualmente retirada), aliado ao facto da ausência de muralha abaluartada naquela zona da cidade (“processo” de demolição explanado no subcapítulo 2.10.2.).

---

<sup>161</sup> Portaria, DG, 2.ª série, n.º 119, de 20/5/1960

<sup>162</sup> Decreto n. 8228, de 4/7/1922

<sup>163</sup> Decreto n. 8228, de 4/7/1922

<sup>164</sup> Decreto n.º 42007, de 6/12/1958

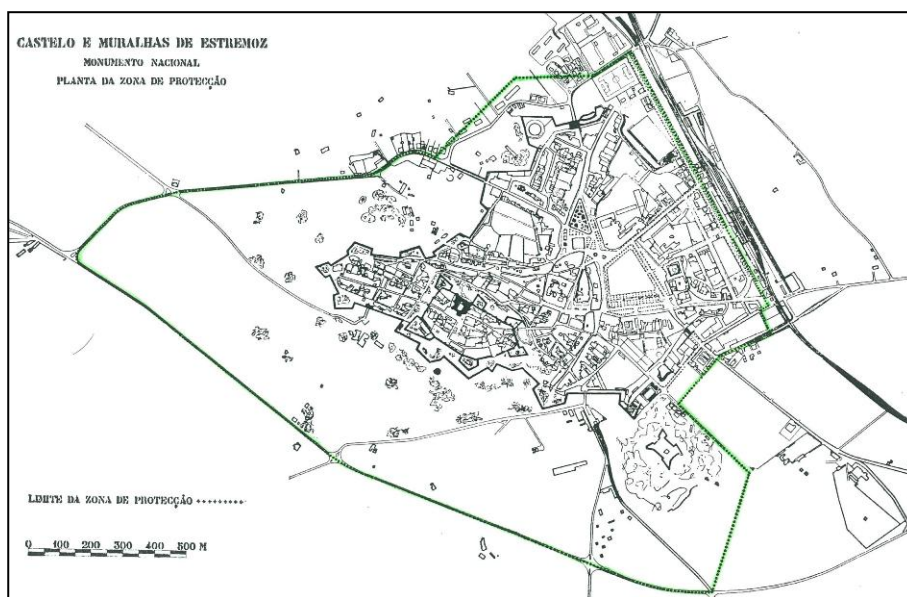
<sup>165</sup> Decreto n.º 42007, de 6/12/1958

<sup>166</sup> Decreto n.º 516/71, de 22/11

<sup>167</sup> Decreto n.º 5/2002, de 19/2

<sup>168</sup> Decreto n. 642/75, de 15/11

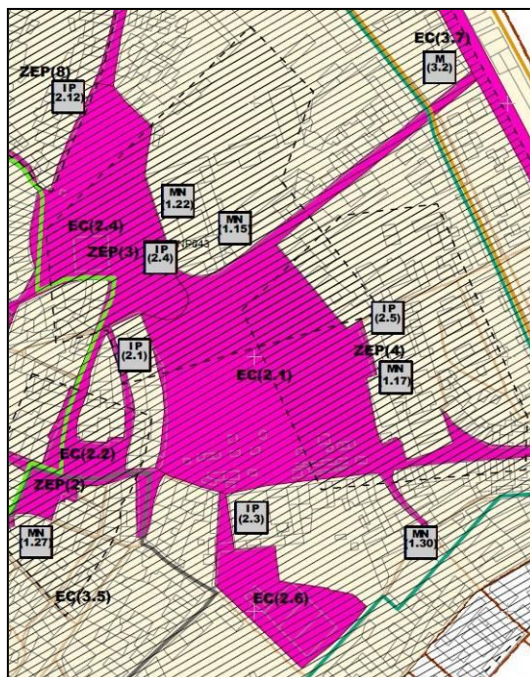
**Figura 114 – ZEP ao Castelo e Muralhas de Estremoz**



Fonte: Portaria, DG, 2.ª série, n.º 52, de 2/3/1972

Na figura seguinte (115) pode constatar-se a relação entre os bens imóveis classificados e o objeto de estudo, constatando-se uma sobreposição (talvez desnecessária) das respetivas servidões administrativas (ZEP e ZP).

**Figura 115 – Servidões administrativas incidentes no objeto de estudo**



Fonte: PDM de Estremoz, 2015, extrato da carta de património, desenho n.º 2.1.

Para efeitos da proposta de reabilitação urbana, do Rossio Marquês de Pombal, considera-se importante reter o seguinte:

“Os bens imóveis, nas suas categorias de monumento, conjunto ou sítio, classificados como monumento nacional ou como imóvel de interesse público constituem testemunhos de especial importância da civilização, da identidade e da cultura nacional, justificando-se plenamente que sejam objecto de especial proteção e valorização.

A estreita articulação entre um imóvel classificado e o seu enquadramento paisagístico torna extremamente delicada qualquer intervenção que se faça na sua envolvente.”<sup>169</sup>

#### **4.11. Principais Problemas para a Falta de Atratividade da Praça – Funcionais e Físicos**

A praça em estudo padece de diversos problemas intrincados, tanto funcionais como físicos, que a ofuscam em termos da sua atratividade socioeconómica e turística, prejudicando a alavancagem de amenidades urbanas positivas<sup>170</sup>. Constatando-se, justamente, um quadro geral de degradação e decadência progressiva.

As principais disfuncionalidades patentes são, sem dúvida, o sobredimensionamento das vias rodoviárias, a excessiva circulação e oferta de estacionamento automóvel privado, que causam poluição química (v.g. gases de escape e derramamento de óleos, entre outros), sonora e visual, bem como situações de insegurança e degradações patrimoniais.

Do quadro existente, resulta um claro prejuízo de vias e plataformas apropriadas (que ofereçam conforto e segurança) para fomento de modos suaves de mobilidade, de zonas de encontro / convívio (v.g. esplanadas), de estar / contemplação da paisagem urbana patrimonial e para desenvolvimento de atividades económicas / culturais, conforme ilustra a figura seguinte (116).

---

<sup>169</sup> Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *Servidões e restrições de utilidade pública*. Lisboa: DGOTDU, p. 1

<sup>170</sup> Num sentido lato, entende-se por amenidades urbanas o conjunto de características de um determinado contexto urbano, tais como: clima / temperatura, vegetação / espaços verdes, níveis de poluição, equipamentos / mobiliário urbano, transportes públicos, tomada de vistas sobre a paisagem, entre outras. Tais fatores, objetivos e subjetivos, que constituem o todo do lugar, são indutores de externalidades (influência no bem-estar não quantificável) positivas ou negativas nas pessoas.

**Figura 116 – Vias rodoviárias / automóvel privado, na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) “Conflito” entre o automóvel privado e zona de esplanada (zona sul); b) “Interferência” do automóvel privado na tomada de vistas sobre a paisagem urbana patrimonial (placa central para o quadrante poente)

Importa referir que nalgumas urbes, onde se inclui a cidade de Estremoz, ainda sobressai uma cultura de “adoração” ao automóvel privado, persistindo a lógica de estacionamento “à porta”, preferencialmente “à sombra”. Constata-se uma resistência arraigada na mudança de mentalidade, no tocante à utilização, por vezes desnecessária, de meios de transporte motorizados. Tal postura é, efetivamente, contrária aos novos paradigmas inerentes à reabilitação urbana integrada, que visam a otimização de padrões de bem-estar humano, segurança e de sustentabilidade ambiental / eficiência energética - cidades com menos carbono<sup>171</sup>. Neste âmbito, não se podem descuidar duas realidades interligadas, que concorrem para a sobrecarga de tráfego automóvel privado no coração urbano de Estremoz: por um lado, a própria estrutura da cidade quanto à localização de zonas habitacionais (bairros periféricos), que originam movimentações pendulares, por outro lado, a inexistência de transporte público intraurbano coletivo e a ausência de vias específicas para circulação com recurso a modos suaves (v.g. ciclovias). Assim, face ao enquadramento descrito, aliado a uma quase impunidade aquando da prática de estacionamento automóvel ilegal, constata-se uma evidente anarquia na utilização do espaço público e, por conseguinte, a sua desqualificação e desvalorização, conforme ilustra a figura seguinte (117). Deve-se ter em atenção que a cada lugar de estacionamento (legal ou ilegal), ocupado por um automóvel privado, corresponde a uma apropriação de parte do espaço público, resultando no correspondente défice de áreas para o peão, circulação em modos suaves ou para espaços verdes / lúdicos.

<sup>171</sup> Contribuindo para a redução de emissão de gases com efeito de estufa e, por conseguinte, visando minimizar as alterações climáticas.



**Figura 117 – Estacionamento / automóvel privado (legal e ilegal), na praça em estudo e envolvente urbana próxima**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Rua de Santo André (rua envolvente à praça em estudo); b) Junto ao quiosque Maniés (zona norte); c) Tardoz da ermida do Santo Cristo (zona sul) d) Na zona verde / passeio (zona nascente)

O sistema rodoviário presente, de circulação e estacionamento, originou uma fragmentação do espaço público, no qual se verifica uma marcada compartimentação entre áreas funcionais, onde as plataformas para o peão são meras áreas remanescentes que o viário não ocupa. Por consequência, existe uma disseminação de “ilhéus-sobra” (“espaços mortos”) nas interseções das vias, múltiplos separadores / balizadores entre zonas, demasiada sinalização indicativa no intuito de clarificar um espaço pouco legível, desalinhamentos das frentes edificadas em relação ao sistema de circulações, passeios atrofiados que não dão suporte apropriado para o desenvolvimento de atividades económicas (estabelecimentos de comércio / serviços) nas devidas condições de conforto e segurança, entre outros (*vide* figura 118). Tais fatores negativos, a par de situações de deficiente acessibilidade (v.g. ressaltos nos pavimentos), prejudicam claramente a fluidez da movimentação de pessoas na praça, ocasionando também situações de insegurança pedonal.



**Figura 118 – Sobredimensionamento das vias rodoviárias em relação às plataformas pedonais, na praça em estudo (via adjacente às esplanadas – zona poente)**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

No que concerne aos espaços de estacionamento e a sua correlação entre o tráfego de veículos ou peões, importa salientar o seguinte:

“A procura de lugares de estacionamento faz-se a partir dos locais de destino; em princípio, as pessoas aceitam percorrer uma distância máxima de 300/400m (variável com as características do percurso), desde o local de estacionamento ao local de destino.

Os espaços de estacionamento não constituem, por si mesmos, geradores de tráfego de veículos ou peões, uma vez que, na realidade, a geração / atracção ocorre associada às habitações, equipamentos, serviços ou áreas comerciais e industriais a que os parques estão associados. No entanto, a possibilidade de atracção / geração de veículos está dependente da existência de parqueamento e, portanto, o estacionamento influi indiretamente na geração / atracção de veículos. Paralelamente, embora a geração / atracção de peões não dependa diretamente da existência de estacionamento de veículos, ela não ocorrerá quando a sua deslocação depender do transporte em veículos individuais, dependendo assim do estacionamento. Por outro lado, os espaços de estacionamento são interfaces onde ocorre a transferência veículo – peão – veículo.”<sup>172</sup>

<sup>172</sup> Pardal, S. & Esteves, J. (2013). *Ser Autarca – Missão e Desafios*. Lisboa: GAPTEC e SaeR, pp. 187 e 188.

Tal como se referiu, atualmente a oferta de estacionamento legal absorve a demanda respetiva, dando-se o pico máximo de procura nos sábados de manhã, aquando do mercado tradicional e feira de antiguidades e velharias, conforme se pode analisar na figura seguinte (119).

**Figura 119 – Pico máximo de procura de estacionamento (evento nos sábados de manhã), na praça em estudo**



Fontes: Fotografia aérea – Luís Mendeiros (março de 2017) e fotografias do autor (2017)  
a) Panorâmica geral do Rossio (para o quadrante sueste); b) Zona nascente (para o quadrante norte); c) Interior da placa central (para o quadrante sul)

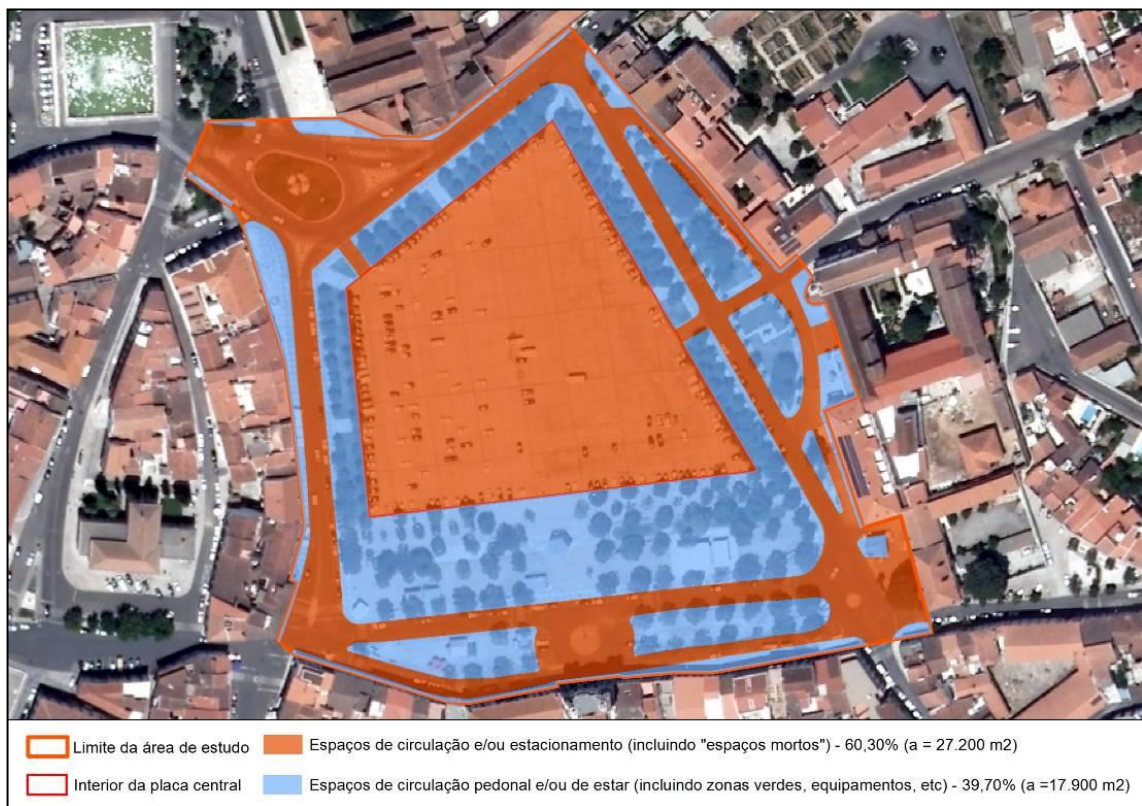
Na sequência do explanado supra, pode-se inferir que estamos perante um modelo urbano que transmite o que se pode denominar como “arrogância do espaço”<sup>173</sup>, que se caracteriza pela distribuição desigual do espaço público em relação à utilização pelos pedestres, ciclistas e automóveis. A realidade, presente na praça em estudo, é fruto

<sup>173</sup> Adjetivação utilizada pelo urbanista / especialista em mobilidade urbana Mikael Colville-Andersen

de uma engenharia de tráfego obsoleta, onde claramente se dotou o espaço para a utilização abusiva do automóvel - mais de 60% da área objeto de estudo - realidade esta que não se coaduna com os novos padrões / desígnios de sustentabilidade ambiental, nem tampouco das exigências urbanas que uma cidade patrimonial / histórica deve possuir no séc. XXI.

A figura seguinte (120) evidencia e quantifica, tipologicamente, duas categorias de espaço: o que se encontra sob domínio do automóvel e o de utilização do peão.

**Figura 120 – Área / percentagem de utilização do espaço público, pelo automóvel e peão, na praça em estudo**



**Fonte: Ortofotomapa CMEtz (cartografia oficial DGT), 2015, elaboração própria**

Salienta-se igualmente, como fator negativo, a ausência de suportes adequados para estacionamento de bicicletas (modo suave de transporte), sendo que os seus utilizados são forçados a estacionar as mesmas junto a árvores, postes, entre outros elementos de mobiliário urbano, conforme exemplifica a figura seguinte (121).



**Figura 121 – Parqueamento de bicicleta com suporte em árvore, na praça em estudo**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

O nível de ruído ambiente, que se encontra diretamente relacionado com a informação anterior (área / percentagem de utilização do espaço público, pelo automóvel e peão – figura 120), é um parâmetro importante na caracterização do espaço público. Os indicadores de ruído  $L_{den}$  e  $L_n$ <sup>174</sup>, respetivamente, dão-nos uma noção aproximada da poluição sonora provocada pela circulação dos veículos automóveis<sup>175</sup>, sendo que na área em estudo constata-se níveis elevados de ruído, principalmente no período diurno e do entardecer, conforme ilustra a figura seguinte (122).

Com efeito, níveis de pressão sonora superiores a um intervalo entre os 55 e os 65 dB(A), durante o dia, são suscetíveis de provocar séria incomodidade nas pessoas expostas, com efeitos prejudiciais na saúde humana, nomeadamente: efeitos físicos, fisiológicos e psicológicos<sup>176</sup>. Por outro lado, através da análise do nível de ruído ambiente, pode-se afirmar que o nível de poluição química / ambiental (v.g. emissão de dióxido de carbono – CO<sub>2</sub>, monóxido de carbono – CO, dióxido de enxofre – SO<sub>2</sub>, material particulado – MP, entre outros gases de escape) é proporcional ao mesmo, ou seja elevado para a área urbana em causa, face aos valores patrimoniais em presença.

<sup>174</sup> Indicadores de ruído:  $L_{den}$ , indicador de ruído diurno-entardecer-noturno – indicador de ruído, expresso em dB(A), determinado durante uma série de períodos diurnos, do entardecer e noturnos, representativos de um ano, associado ao incómodo global;  $L_n$ , indicador de ruído noturno – nível sonoro contínuo equivalente, em dB(A), determinado durante uma série de períodos noturnos representativos de um ano.

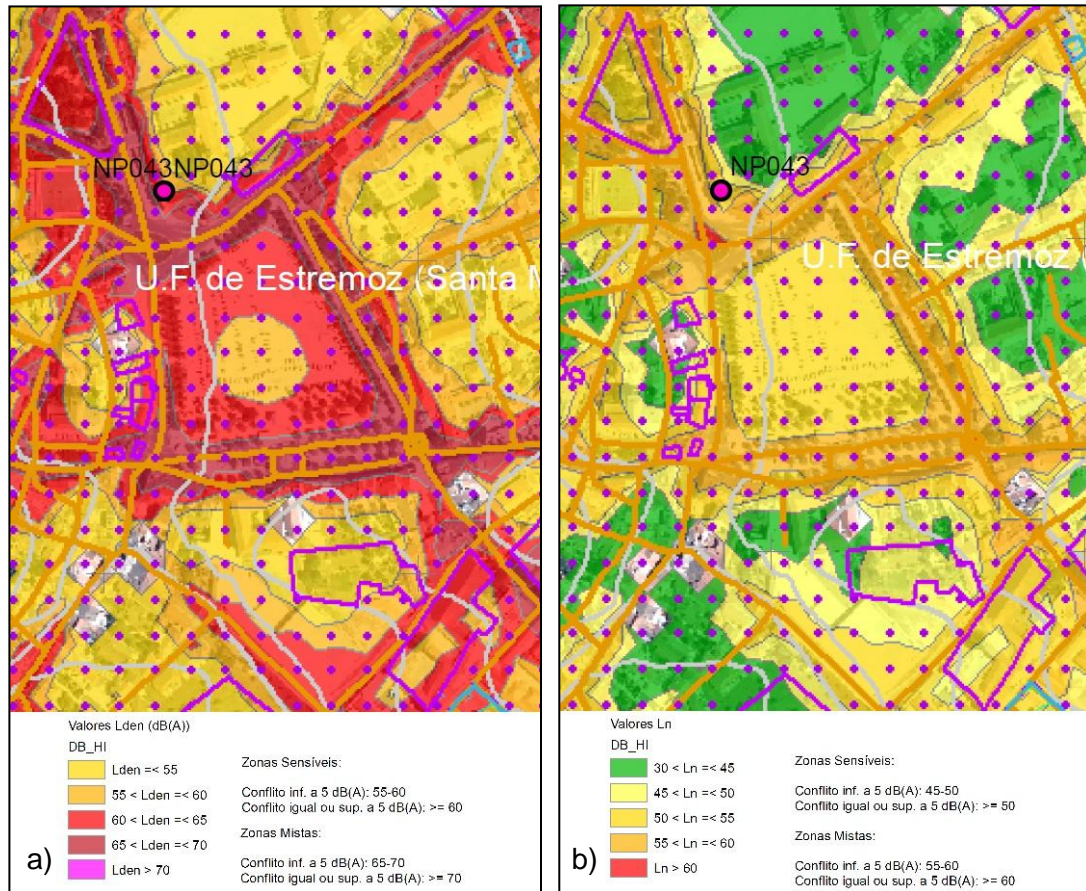
<sup>175</sup> O ruído provocado pela circulação do veículo automóvel emana, essencialmente, de três fontes: o conjunto motor / escape, pela ação do rolamento e pelo efeito aerodinâmico.

<sup>176</sup> Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2004). *O Ruído e a Cidade*. Lisboa: Instituto do Ambiente, p.15

Efeitos prejudiciais do ruído na saúde humana: efeitos fisiológicos – quando se observam alterações nas propriedades físicas do sistema auditivo (perdas auditivas). As perdas auditivas podem ser temporárias ou permanentes. Estas últimas resultam da exposição a níveis sonoros elevados ao longo de vários anos e verificam-se principalmente em trabalhadores do ramo industrial; efeitos fisiológicos – quando se observam alterações na atividade do corpo humano, por exemplo: alterações da pressão sanguínea, do ritmo cardíaco e respiratório, e tensões musculares; efeitos psicológicos – quando se observam alterações no comportamento, por exemplo: irritabilidade, stress, fadiga e diminuição da capacidade de concentração.



**Figura 122 – Indicadores de ruído na praça em estudo e envolvente próxima**



Fonte: PDM de Estremoz, 2015, zonamento acústico e áreas de conflito, desenhos n.º 7.1.1 e 7.2.1

a) Valores Lden; b) Valores Ln

Ao nível das atividades económicas existentes (comércio ou serviços) ressaltam situações que não contribuem para uma adequada imagem visual da praça, nomeadamente (*vide* figura 123):

- As construções precárias existentes (descritas no subcapítulo 4.3.1.) constituem elementos espúrios no espaço público em presença, sem condições mínimas de utilização (v.g. pé-direito irregular, desconforto térmico ou ausência de instalações sanitárias), não possuindo os requisitos legais no âmbito das exigências higio-sanitárias;
- Verifica-se uma excessiva proliferação de elementos dissonantes<sup>177</sup> nas fachadas e espaço público, com cromatismos, formas e dimensões muito variadas, que

<sup>177</sup> “Elemento dissonante – corresponde a elementos que, pela sua escala e vocabulário arquitetónico, não constituem exemplo de qualidade individual, nem contribuem para a valorização do conjunto em que se insere, ou ainda que contrasta de forma negativa com o conjunto em que se insere, ao nível da forma e, ou dos materiais utilizados, da volumetria e dos alinhamentos, nomeadamente: caixilharias, caixas de estores, portadas exteriores, portões, quadros elétricos ou de água salientes, ar condicionado, fachadas revestidas, socos alterados, toldos, reclames, antenas, fios elétricos e telefónicos, estendais.” Definição vertida no Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Vila Viçosa (alínea c) do n.º 2 art.º 7.º - definições).

não valorizam os próprios estabelecimentos e são descaracterizadores patrimoniais, tais como: unidades exteriores de ar condicionado (condensadores), toldos / guarda-sóis, suportes publicitários (alguns luminosos), grades com garrafas de gás, arcas frigoríficas, esplanada coberta com elementos / materiais inadequados (demasiado impositiva), entre outros.

**Figura 123 – Elementos dissonantes na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Zona sul (quadrante nascente); b) Zona sul (quadrante sul); c) Zona sul (quadrante sul); d) Zona poente

Relativamente aos elementos arbóreos / espaços verdes, verifica-se uma falta de manutenção geral, destacando-se os seguintes aspetos negativos (*vide* figura 124):

- Ausência de campanhas de podas regulares, que resulta na invasão dos passeios pelos ramos / copas das árvores, originando incomodidade ou impossibilidade de circulação de peões e, por conseguinte, situações de insegurança face às rodovias;
- Denota-se, em geral, uma mistura de espécies de vegetação arbórea, com estádios de desenvolvimento muito variados, criando oscilações de escala e debilidades na estrutura verde que não contribuem para uma imagem urbana coerente;
- Alguns conjuntos de elementos arbóreos, principalmente na zona sul da placa central, encontram-se rarefeitos ou desalinhados, sem adensamento adequado para



permitir um efeito de continuidade de percurso sombreado e com escala adequada, em relação à restante parte da “cintura verde” que envolve a placa central;

- Verifica-se a falta de elementos arbóreos nos alinhamentos situados na zona sul, quebrando assim a continuidade da estrutura e compasso de plantação;

- Alguns elementos arbóreos / vegetação indiciam a presença de problemas fitossanitários (v.g. fungos), bem como traumatismos infringidos por podas sucessivas / inadequadas (diversas árvores, principalmente na zona nascente, encontram-se raquíticas);

- As zonas relvadas / núcleos ajardinados apresentam partes com evidente falta de manutenção, com marcas de desgaste infligidas pelo pisoteio, bem como algumas sebes talhadas encontram-se decrépitas ou danificadas.

**Figura 124 – Aspetos negativos relativos aos elementos arbóreos / espaços verdes na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Elementos arbóreos com ausência de poda (zona nascente); b) Sebe talhada degradada e com lacunas (sul da placa central); c) “Zona verde” pisoteada / degradada (zona nascente); d) Zona verde degradada / ausência de manutenção (“cintura verde” da placa central)

No que concerne aos pavimentos, que revestem a área em estudo, evidencia-se um estado de deterioração geral, com alguns danos, destacando-se o seguinte (*vide* figura 125):

- As principais patologias detetadas, com variantes respetivas, são: deformações, fendilhamentos, degradações na camada de desgaste e movimentação de materiais;
- Existência de uma vasta área (rodovias) revestida com material betuminoso (asfalto), manifestamente descaracterizador da praça em análise, não se coadunando com a carga histórica e valores patrimoniais em presença, pelo que reputa-se como uma solução de pavimentação incompatível com os demais materiais pétreos que detêm maior nobreza. As sucessivas recargas de betuminoso, nas vias de maior tráfego, reduziram ou até anularam os espelhos / ressaltos dos lancis, causando situações de insegurança em relação aos transeuntes que circulam nos passeios, bem como obstruções / estrangulamentos nas valetas espriadas de encaminhamento das águas pluviais até aos órgãos de recolha (originando inundações nas vias rodoviárias, em períodos de maior pluviosidade). Por outro lado, tal material é propenso em absorver / libertar mais calor, em comparação com outros materiais existentes na área em estudo, sendo suscetível de gerar “ilhas de calor”, sendo assim um pavimento urbano desadequado em termos ambientais.

**Figura 125 – Problemas e patologias 1 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

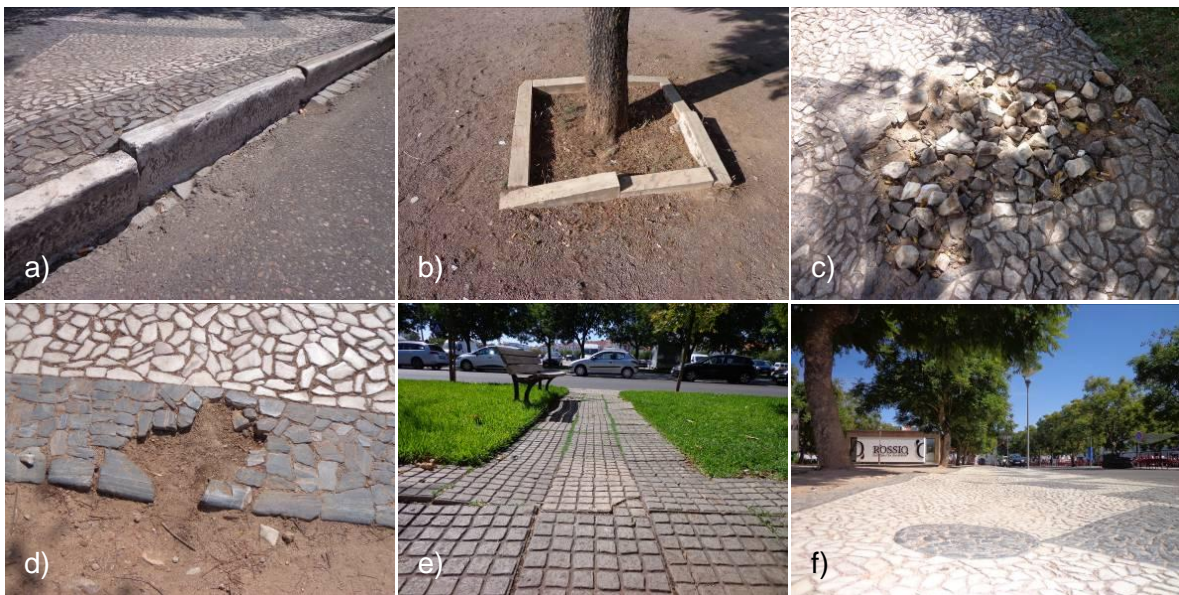
a) Estrangulamento de valeta e anulação total do ressalto entre a rodovia e o passeio (zona sul); b) Anulação da seção útil da valeta e anulação total do ressalto entre a rodovia e o passeio (zona sul); c) Obstrução de valeta e redução do ressalto entre a rodovia e o passeio (zona sul); d) Deficiente encaminhamento de águas pluviais até ao órgão de recolha (sarjeta) e degradação geral do pavimento betuminoso (zona sul); e) Fendilhação / desagregação do pavimento betuminoso (zona norte) f) Fendilhação / desagregação do pavimento betuminoso (zona norte)



- Consta-se, mesmo que em áreas reduzidas / pontuais, uma “mixórdia” de pavimentos que foram denominados por “indiferenciados” (descritos no subcapítulo 4.6.3.), que criam ruído visual e não dignificam a praça aqui em pauta. A aplicação desse tipo de pavimentos é consequência de diversas intervenções discricionárias - os vulgarmente chamados “arranjos urbanísticos” - que foram sendo executados paulatinamente (sem o imprescindível estudo / projeto prévio de conjunto), com evidente desconexão com os pavimentos envolventes;

- Os elementos construtivos / pavimentos, que dão suporte às áreas pedonais, encontram-se em péssimo estado de conservação que, para além de não dignificarem a importância patrimonial da praça, são um fator para rejeição dos potenciais utilizadores (habitantes e turistas) do espaço público. Com efeito, as degradações são passíveis de oferecerem perigo para os transeuntes (prejudicando os fluxos pedonais) e, em termos visuais, o cenário não é atrativo, conforme se pode analisar na figura seguinte (126).

**Figura 126 – Problemas e patologias 2 na praça em estudo**

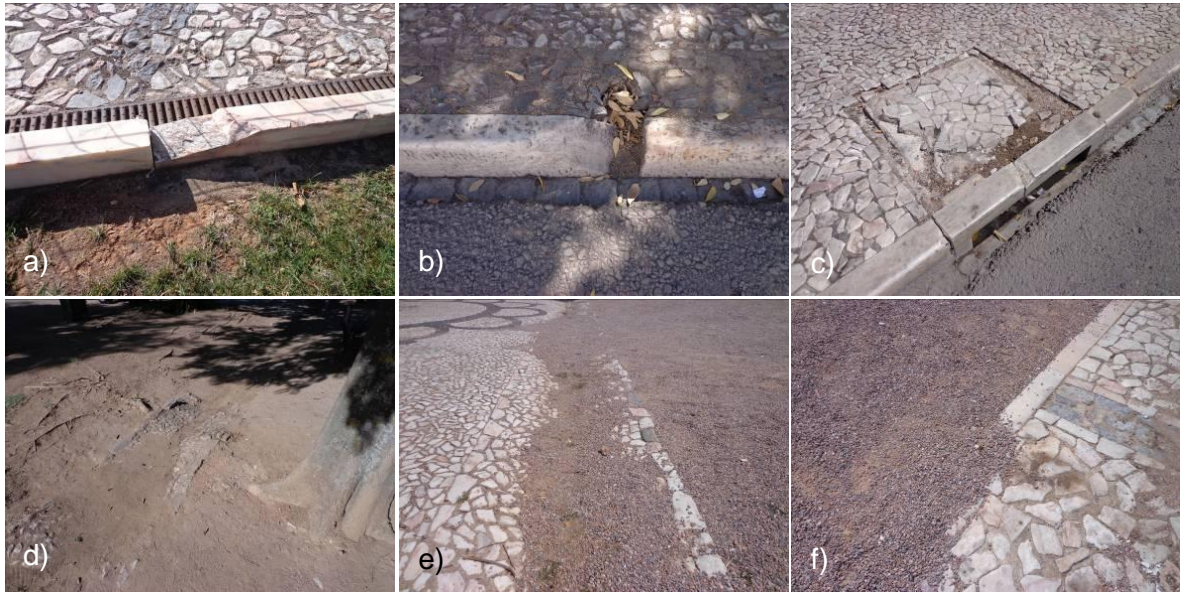


Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Movimento vertical e horizontal das peças do lancil do passeio (zona sul); b) Movimento vertical e horizontal das peças da caldeira da árvore (sul da placa central); c) Desagregação do pavimento em calçada do passeio (zona nascente); d) Desagregação / ausência de elementos do pavimento da calçada (passeio perimetral da placa central); e) Deformação / assentamento do pavimento em mosaico hidráulico (zona nascente) f) Deformação / assentamento geral do pavimento em calçada portuguesa artística (passeio perimetral da placa central)

- Alguns elementos construtivos (v.g. lancis / sarjetas) apresentam danos, nomeadamente encontram-se fissurados e/ou partidos, bem como nalgumas zonas constata-se falta de confinamento na transição entre pavimentos de diferente natureza e funcionalidade. A falta de confinidade prejudica o correto escoamento de águas pluviais, através de valetas espaiadas até aos órgãos de recolha, pela obstrução das mesmas por materiais não agregados (saibro ou terra), conforme ilustra a figura seguinte (127).

**Figura 127 – Problemas e patologias 3 na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Elemento do lancil partido (interior da placa central); b) Elemento de lancil partido (passeio perimetral da placa central); c) Boca de sarjeta partida / tampa com elementos desagregados (zona nascente); d) Valeta espalhada deformada / obstruída e ausência de confinamento de terras (sul da placa central) e) Valeta obstruída / falta de confinamento de saibro (sul da placa central); f) Falta de confinamento de saibro (sul da placa central)

- De salientar que os problemas e constrangimentos, que advêm das degradações / danos dos pavimentos, amplificam-se em períodos de pluviosidade mais intensa, tornando os percursos pedonais dificilmente transitáveis, em segurança e conforto adequados, conforme demonstra a figura seguinte (128).

Com efeito, a conjugação da presença de água pluvial com o desgaste da superfície, ocasionado pela própria utilização e vetustez dos materiais, resultam num pavimento potencialmente resvaladiço, aumentando assim o risco de queda dos peões.

**Figura 128 – Passeio com deformações / assentamentos que originam acumulações de água pluvial na praça em estudo**



Fonte: Fotografia do autor (2018)



- Para além do apontado, outras situações descaracterizadoras se encontram expostas, que ofendem o património histórico da praça, tais como: caldeiras de árvores em cimento “abandonadas”, que constituem obstáculos na via pública, sem qualquer tipo de enquadramento atual e utilidade prática; zonas com resquícios de materiais dissonantes ou espúrios que colidem com o património envolvente; ações de pavimentação deficientes ou descuidadas face aos pavimentos anteriormente existentes, entre outras (*vide* figura 129).

**Figura 129 – Situações e elementos descaracterizadores do espaço público na praça em estudo**



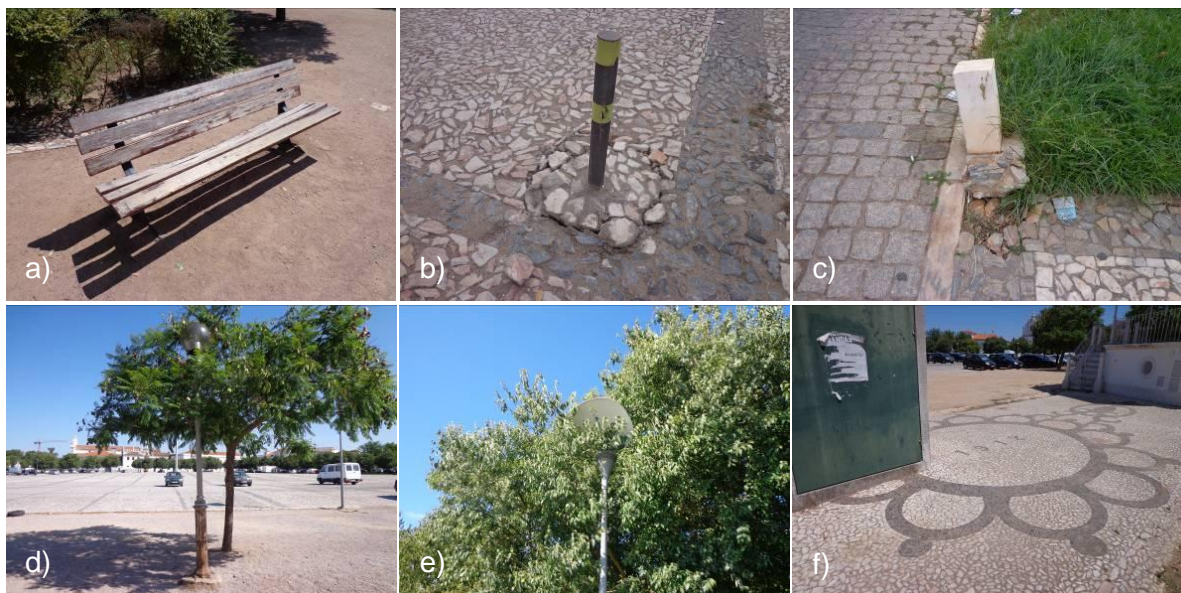
Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Pavimento em cimento que colide com a calçada portuguesa artística / caldeira em cimento abandonada (sul da placa central); b) Caldeira abandonada e base de remate do quiosque, ambos em cimento (sul da placa central); c) Caldeira em cimento abandonada, parcialmente tapada com saibro (sul da placa central); d) Base de poste em cimento irregular (sul da placa central) e) Utilização de pavimentos inadequados, face ao contexto urbano (tardoz da ermida do Santo Cristo, zona sul); f) Deficiente pavimentação do pavimento betuminoso (zona sul)

- Quanto ao mobiliário urbano encontramos uma praça “minada” com uma amálgama de elementos, distribuídos sem uma lógica coerente / articulada e minimamente racional. Em regra, verifica-se uma obsolescência dos elementos, degradações e danos diversos, bem como falta de manutenção geral. Relativamente aos postes de iluminação e respetivas luminárias, constata-se uma excessiva diversidade de formatos, criadora de um ruído visual que interfere negativamente na leitura do património construído envolvente. Com efeito, os pontos de luz encontram-se incorretamente distribuídos, por vezes com invasão da área vital dos elementos arbóreos, ressaltando-se as diferentes cores e temperaturas das lâmpadas que não proporcionam

uma iluminação pública eficiente. A localização de alguns elementos de mobiliário urbano prejudica valores patrimoniais presentes na praça, designadamente a zona técnica / PT que foi construída em justaposição parcial em relação ao desenho da calçada portuguesa artística (adjacente ao coreto municipal) original do início do séc. XX (*vide* figura 130). Os problemas referidos repelem manifestamente a vivência urbana, nas devidas condições de conforto e segurança, pois um espaço público incorretamente mobilado não é atrativo e, por conseguinte, não é apropriado e usufruído pelas pessoas. Sublinha-se também que o contentor “temporário”, que serve de instalação sanitária pública, não é uma solução apropriada para dar resposta a esse tipo de necessidade básica, em nada dignificando a imagem da praça, nem tampouco é ajustado para a população e turistas em geral.

**Figura 130 – Problemas e degradações no mobiliário urbano na praça em estudo**



**Fonte: Fotografias do autor (2017/18)**

**a) Banco com tábuas deformadas e com falta de pintura (sul da placa central); b) Pilar de proteção rodoviária com base de fixação deteriorada / instável (placa central); c) Pilar de proteção rodoviária em mármore com base deteriorada / instável (placa central); d) Poste / luminária a “invadir” a copa da árvore (sul da placa central) e) Poste / luminária a “invadir” a copa da árvore (sul da placa central); f) Zona técnica / PT sobreposta com parte do desenho da calçada portuguesa artística (sul da placa central)**

Considera-se que o elemento, de mobiliário urbano, que mais ruído visual origina, com o consequente “prejuízo patrimonial”, pela sua localização (centro da placa central) e desmesurada imponência altimétrica, é o poste metálico / luminária circular com aproximadamente 25 m de altura (instalado em novembro de 2008). A impositiva e dissonante “torre” ofusca a tomada de vistas sobre a paisagem urbana (imediata e



distante), tomando o protagonismo do centro da praça (*vide* figura 131), pelo que não se justifica a sua presença em pleno coração da cidade de Estremoz.

**Figura 131 – Poste metálico / luminária circular instalado no centro da placa central**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

- Os dois postos de abastecimento de combustíveis, instalados na zona norte e na zona nascente respetivamente (o da zona norte dispõe de oficina de serviço), são valências “intrusivas” que contribuem para a afluência de tráfego viário à praça, criando sobrecargas e congestionamentos nos fluxos circulatorios, bem como descaracterizam fortemente o património edificado que lhes dá suporte / espaço público envolvente. Intrinsecamente relacionados com estes estabelecimentos, constata-se os seguintes pontos negativos: suportes publicitários incompatíveis com o contexto urbano histórico, depósitos enterrados / caixas de visita disseminadas pela via pública, chaminés de respiração que colidem com o valor patrimonial das fachadas dos edifícios, entre outros elementos dissonantes, conforme elucida a figura seguinte (132). Por outro lado, os postos de abastecimento de combustíveis, são emissores de diversas substâncias poluentes / nocivas para o ser humano e ambiente, entre as quais o benzeno ( $C_6H_6$ )<sup>178</sup> que é um constituinte do vapor de gasolina. Tal substância tóxica constitui um perigo ambiental e um risco para a saúde pública. O benzeno é passível de poluir o ar urbano (quando se abastecem os automóveis e os depósitos do posto ou quando se efetuam

---

<sup>178</sup> Substância química orgânica - hidrocarboneto aromático – solvente, volátil, incolor e com cheiro adocicado.

lavagens), que posteriormente é inalado pelo público (v.g. pode provocar doenças cancerígenas, respiratórias e danos no sistema imunológico), existindo a possibilidade de contaminação do solo e águas subterrâneas, através de vazamento dos depósitos ou derrames acidentais. Para além do referido, existe o risco de incêndio e/ou explosão numa zona urbana sensível, como é o caso da praça histórica em estudo. Assim, pelos riscos e perigos (possíveis) descritos, os postos de abastecimento de combustíveis deveriam situar-se fora do espaço urbano consolidado, em localizações mais expostas e ventiladas, sendo que a legislação específica aplicável<sup>179</sup> aponta nesse sentido.

**Figura 132 – Postos de abastecimento de combustíveis na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2017)  
a) Zona norte; b) Zona nascente

- Relativamente às condições de organização e funcionamento do mercado de sábado / feira de antiguidades e velharias, abordado detalhadamente no subcapítulo 4.3.1. do presente trabalho, observam-se as seguintes lacunas / inconvenientes: em alguns casos, constata-se falta de condições higio sanitárias (v.g. contato de alimentos com o pavimento); a circulação de automóveis na rodovia sul é suscetível de criar perigosidade face aos comerciantes e visitantes do evento, bem como contaminar os produtos alimentares com gases de escape; na zona sul da placa central, verifica-se o estacionamento de veículos junto ao fontanário do Sático, originando sobrecarga estrutural da cisterna respetiva, pelo que podem ser provocados danos na mesma; entre outras (*vide* figura 133).

<sup>179</sup> Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro (estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis); portaria n.º 131/2002, de 9 de fevereiro, alterada pela portaria n.º 362/2005, de 4 de abril (regulamento de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis).

**Figura 133 – Lacunas na organização e funcionamento do mercado de sábado / feira de antiguidades e velharias**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Deficiente acondicionamento / exposição de alimentos; b) Rodovia sul / tráfego de automóveis junto ao evento de sábado; c) Estacionamento de veículos junto ao fontanário do Sátiro

De salientar que a instalação das coberturas, afetas às bancas, é efetuada de modo aleatório, com recurso a sistemas de fixação que prejudicam os elementos arbóreos, bem como danificam os pavimentos / caleiras (v.g. cordas amarradas, tubos e espigões metálicos cravados no solo), mediante ilustra a figura seguinte (134).



**Figura 134 – Sistema de fixação das coberturas no evento de sábado**

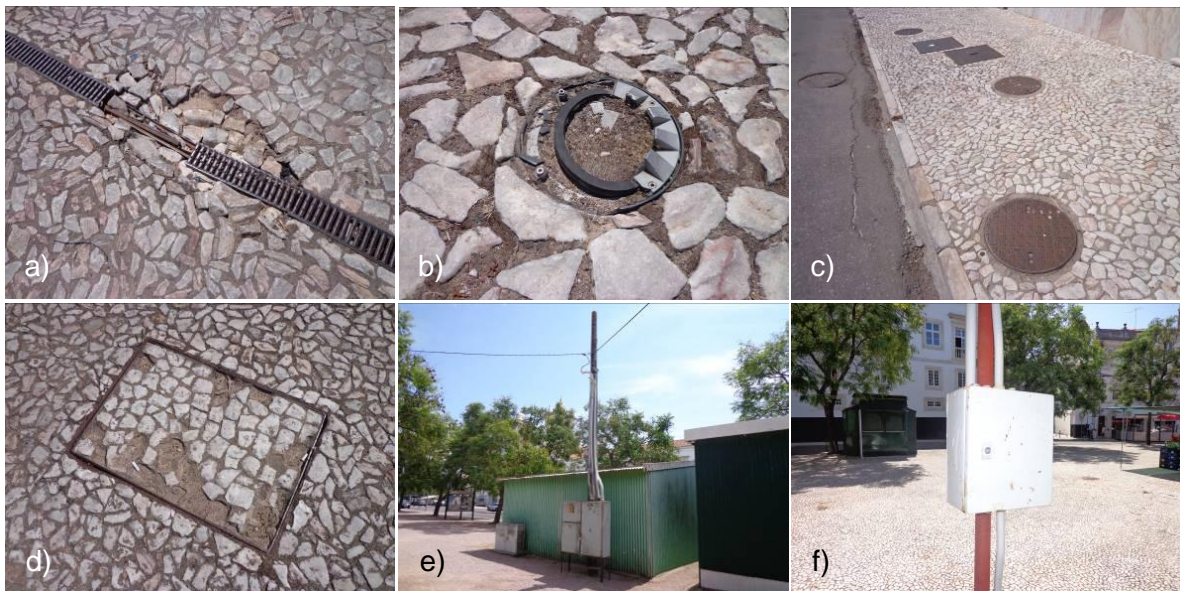


Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Espigão cravado no solo / calreira, com corda de amarração (via sul); b) Pormenor do espigão / anilha, cravado junto ao lancil (via sul); c) Pormenor do espigão / anilha, cravado no pavimento em calçada (zona sul)

- Concernente às redes de infraestruturas, verificam-se os seguintes problemas: danificações nas caleiras (águas pluviais) e armaduras de pavimento (iluminação artística); excessiva proliferação de caixas de visita nos pavimentos, com falta de manutenção do revestimento das tampas; rede elétrica aérea (que abastece as construções precárias), com respetivas zonas técnicas (v.g. quadros), obsoleta e descaracterizadora do espaço público em presença, conforme se pode analisar na figura seguinte (135).

**Figura 135 – Problemas / danificações nas redes de infraestruturas**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Caleira danificada (interior da placa central); b) Armadura de iluminação partida (interior da placa central); c) Disseminação de caixas de visita no pavimento em calçada (zona norte) d) Tampa de caixa de visita com falta de revestimento, conforme pavimento envolvente (zona nascente); e) Rede elétrica aérea / quadro elétrico obsoleto (sul da placa central); f) Quadro elétrico obsoleto (zona sul)



- Nas fachadas, do conjunto de edifícios que emolduram a praça, existe uma sobrecarga de cabelagem relacionada com as redes de infraestruturas elétricas e de telecomunicações, que contribui para a desvalorização do cenário histórico presente. Nalguns casos, constata-se a sobreposição ou interferência com elementos notáveis constituintes das edificações (v.g. varandas ou património azulejar), assim como verifica-se a ausência de obras de conservação (v.g. falta de pintura, caixilharias / gradeamentos degradados e coberturas danificadas ou com sujidade), tal como evidencia a figura seguinte (136).

**Figura 136 – Excessiva cabelagem de redes de infraestruturas nas fachadas**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Zona nascente; b) Zona nascente; c) Zona sul; d) Zona norte; e) Zona sul; f) Zona nascente

Concomitantemente, também se detetam ampliações volumétricas (pontuais) ao nível das coberturas das edificações, que consubstanciam elementos construtivos dissonantes (“apêndices”), criando um ruído visual indesejado no património edificado (*vide* figura 137).

**Figura 137 – Elementos dissonantes nas coberturas das edificações do Rossio**



Fonte: Fotografias do autor (2018)  
a) Zona nascente; b) Zona poente; c) Zona sul

- O espaço público em análise não cumpre as normas técnicas de acessibilidade / mobilidade, para pessoas com mobilidade condicionada. Para além das degradações patentes nos pavimentos, que dificultam a circulação pedonal, constata-se as seguintes inconformidades e constrangimentos: passeios estreitos; ressaltos irregulares nos pavimentos / não rebaixamento dos lancis nas passadeiras (que se encontram esbatidas); obstáculos diversos nas travessias pedonais, incluindo nos enfiamentos das passadeiras (v.g. mobiliário urbano, grades com garrafas de gás, estrados e outros elementos afetos às esplanadas, entre outros). Verificam-se, também, deficiências de acessibilidade a alguns edifícios públicos, conforme se pode analisar na figura seguinte (138)

**Figura 138 – Inconformidades e constrangimentos no espaço público em análise**



Fonte: Fotografias do autor (2017/18)

a) Falta de rebaixamento no lancil (zona sul); b) Falta de rebaixamento de lancil / objeto a obstruir a passagem pedonal (zona sul); c) Mobiliário urbano / objetos e veículos a obstruir a passagem pedonal (zona nascente); d) Esplanada coberta / estrado a estrangular o passeio (zona sul); e) Elementos de esplanada que dificultam a passagem de peões (zona poente); f) Rampa irregular de acesso a edifício público / descontinuidade de passeio pedonal (zona sul)

- Importa realçar que o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos não é adequado para o cenário histórico em causa, porquanto os contentores pululam pela praça sem qualquer tipo de critério racional, sendo que representam obstáculos na via pública. Assim, constituem elementos dissonantes que não se compatibilizam com os valores patrimoniais em presença (*vide* figura 139).

**Figura 139 – Contentores de recolha de resíduos sólidos urbanos na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Interior da placa central; b) Zona poente; c) Zona nascente (junto à ermida do Santo Cristo)

- Por último, aponta-se como potencial risco para a saúde pública e patrimonial, latente na praça, a existência de pombos urbanos (nome binomial *Columba Livia*). Os pombos urbanos, popularmente denominados “ratos do ar”, podem constituir uma ameaça para a saúde pública, na medida em que são portadores de agentes patogénicos e parasitas (v.g. bactérias fungos, ácaros e piolhos / pulgas). Contaminam o ambiente, podendo por essa via transmitir diversas doenças ao ser humano<sup>180</sup>, especialmente aos grupos mais vulneráveis da população (crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas). No que concerne ao património construído, os dejetos dos pombos são suscetíveis de provocarem os seguintes problemas: acumulação de sujidade e eventual conspurcação de roupas, produtos e alimentos (v.g. atingir utilizadores de esplanadas ou os produtos que se expõem no mercado tradicional), obstrução de caleiras e sarjetas (causando risco de inundação e infiltrações nos edifícios); degradar e/ou danificar, pela ação corrosiva, coberturas e fachadas de edifícios / monumentos, pinturas, elementos metálicos, pavimentos e cantarias (*vide* figura 140).

<sup>180</sup> Os pombos urbanos são passíveis de transmitir cerca de 57 doenças aos humanos, entre as quais: criptococose (fungo), ao aspirar poeira gerada pelas fezes secas; histoplasmose (fungo), ao aspirar esporos do fungo encontrado em acúmulo de fezes secas; ornitose (fungo), ao aspirar poeira gerada pelas fezes ou secreções de aves doentes; salmonelose (bactéria), ingestão de carne e ovos contaminados com fezes de animais ou alimentos mal lavados; dermatites (ácaros), parasitose acidental pelo ácaro (piolho do pombo); alergias (ambiente contaminado com acúmulo de fezes de pombos), ao aspirar o ar de ambientes com fezes e ninhos de pombos. Disponível em: <http://dihu.jmobp.com/DIHU/pdf/pombos.pdf>



**Figura 140 – Presença de pombos urbanos na praça em estudo**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Sul da placa central; b) Passeio perimetral da placa central; c) Passeio perimetral da placa central



## **CAPÍTULO V – DIAGNÓSTICOS / IDEIAS, ESTUDOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO ANTERIORES PARA O ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL**

### **5.1. Enquadramento / Historial Sumário**

O início do mote, do ansiado “arranjo do Rossio”, perde-se no tempo da história da cidade de Estremoz. Porém, foi possível apurar (documentalmente) que a rocambolesca sucessão de acontecimentos, em torno de uma possível intervenção urbanística na maior praça de Portugal da atualidade, ganhou ênfase desde os anos 30 do século passado.

Salienta-se que o presente capítulo foi colher informação a diversas fontes de informação, designadamente: jornais (local / regional), através de artigos noticiosos, de opinião e técnicos; elementos fundamentais de base para a elaboração de instrumentos de planeamento territorial (v.g. Plano Geral de Urbanização ou Plano Diretor Municipal de Estremoz); pareceres técnicos; estudos e projetos para o Rossio, entre outras. Pela análise e triagem da informação obtida, constata-se que existiram surtos intensos de debate acerca da praça em estudo, em marcados hiatos de tempo, sendo possível descortinar uma série de factos históricos concatenados, os quais foram entrelaçando um fio condutor a ter em consideração para a proposta de reabilitação urbana.

Com base na documentação e elementos disponíveis, procedeu-se a uma análise cuidada e triagem da informação, plasmando-se no presente trabalho a que se julga relevante para a tomada de decisões inerentes à proposta de reabilitação urbana. Assim, fazendo um obséquio ao poder de síntese, apresenta-se o seguinte historial (*vide* anexos de XCV a CXLV, figuras de 111 a 162):

- Na sequência da execução de uma terraplanagem mal sucedida, as forças vivas da cidade de Estremoz, em 1936, reivindicaram por uma nova intervenção no Rossio, solicitando que se procedesse a um eficiente escoamento de águas pluviais, através da correta regularização da superfície e consequente pavimentação. A intervenção visaria mitigar os problemas gerados pelas lamas / poças no inverno e pelas poeiras no verão, que tornavam a praça intransitável na sua grande placa central e, por conseguinte, inutilizável para eventos como feiras, exposições ou festas. Atendendo a esse cenário, foi elaborado um projeto denominado “alteração e ampliação do Rossio Marquês de Pombal”, de 1936,

com os seguintes objetivos: regularização do Rossio; pavimentação a macadame da grande placa central; execução de passeios em calçada (lado oriental, norte e sul) e respetivo lancil de cantaria; construção de valetas; plantação e/ou substituição de algumas árvores (alamedas). Tal projeto foi parcialmente cumprido, em 1938, com a execução da regularização e macadamização do Rossio (parte central), conotando-se o “arranjo” efetuado como não definitivo;

- No início da década de 50 foi lançada uma ideia interessante, que consistia em transformar o Rossio num grande e belo jardim. O conceito de “Rossio-Jardim”, que à data foi amplamente apoiado pela população de Estremoz, tinha como principais objetivos: construir um parque urbano central, atrativo para a vida social e comercial; amenizar o ambiente tórrido de verão, com a criação de zonas de sombra / estar, através da plantação de árvores e vegetação / flores; instalação de jogos de água na parte central, com uma pérgula florida de enquadramento; arrelvamento de largas faixas, que possibilitariam espaços lúdicos para crianças. Em meados de 1951, a ideia “Rossio-Jardim” caiu por terra, na sequência da entrevista realizada ao Presidente da CMETz, o qual alegou, perentoriamente, a falta de condições financeiras para a concretização de tal anseio e de que existiam outras situações mais urgentes onde alocar recursos;
- No início da década de 60 foi elaborada / apresentada a primeira versão do Antepiano de Urbanização de Estremoz, do Eng.º A.S. Barata da Rocha. Esse estudo (com alterações sucessivas, decorrentes de pareceres superiores da tutela), apesar de não ter sido aprovado definitivamente (à data pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, com parecer prévio dos Conselhos Superiores de Obras Públicas e de Higiene), logo sem ter ganhado eficácia legal plena<sup>181</sup>, serviu de “guia orientador” para as propostas subsequentes de intervenção no Rossio (esse estudo será abordado no subponto 5.2.);

---

<sup>181</sup> O Decreto-Lei n.º 24:802, de 21 de dezembro de 1934, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 33:921, de 5 de setembro de 1944, consagrou a primeira legislação nacional “sólida” (unicamente precedida pelo Decreto-Lei n.º 10, de 13 de janeiro de 1864, que dava suporte aos denominados “Planos Gerais de Melhoramentos”) em matéria de ordenamento do território, no prisma da urbanização dos grandes aglomerados populacionais (vigora até à década de 70, tendo sido revogado pelo Decreto-Lei n.º 560, de 17 de setembro de 1971, na sequência da primeira Lei de Solos, estatuída pelo Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de novembro). No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 24:802, de 21 de dezembro de 1934, é referido o seguinte: “Sucede porém que muitas câmaras municipais, seguindo o impulso renovador que hoje atinge todos os recantos do País, solicitam o concurso do Governo para importantes trabalhos de urbanização, nem sempre delineados com o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras da higiene e da conveniência das aglomerações urbanas.” Por outro lado, no art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 33:921, de 5 de setembro de 1944, é explanado o seguinte: “As câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes são obrigadas a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização e expansão das sedes dos seus municípios, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo de proveito e comodidades para os seus habitantes.”

- Em 1964 o Rossio foi alvo de ensaios de pavimentação, tendo em vista a execução de trabalhos definitivos, para resolução do problema da lama e da poeira, bem como ajardinar / embelezar a praça. No entanto, inexplicavelmente, a intervenção não avançou;
- No ano de 1966, visando definir as diretrizes de intervenção para o “arranjo do Rossio”, foi emitido um parecer técnico por uma comissão do Ministério das Obras Públicas, cujas conclusões síntese se transcrevem:

“1º. - Que os largos do Rossio, D. José, Jardim Rodrigues Tocha, General Graça e Combatentes da G. Guerra, sejam considerados num estudo de conjunto;

2º. - Que se mantenha o caracter específico que estes largos possuem, a forma irregular dos seus perímetros e as alturas das edificações existentes, devendo evitar-se quaisquer demolições que os deformem;

3º. - Que se considere a placa central com o maior dimensionamento possível; arruamentos apenas envolventes ajustados às necessidades do trânsito e largos passeios periféricos onde conveniente;

4º. - Que se considere uma arborização não maciça mas irregularmente dispersa onde conveniente;

5º. - Que se considere o estacionamento exclusivamente para veículos ligeiros e em locais donde não resulte obstrução panorâmica;

6º. - Que no estudo plástico de pavimentação do largo se admita, como ensaio, um tipo de pavimento de vidro branco e basalto;

7º. - Que se proceda ao inventário artístico e qualificativo dos edifícios abrangidos pela área definida no mapa junto;

8º. - Que este projeto seja executado por urbanista de reconhecido mérito e sensibilidade”<sup>182</sup>

O parecer técnico referido, homologado a 21/07/1966 por despacho do subsecretário de estado, foi encaminhado para a Direção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), para consequente elaboração do projeto do “arranjo do Rossio”. Salienta-se que o parecer da comissão também se debruçou sobre o Antepiano de Urbanização de Estremoz, discordando com algumas opções de planeamento urbanístico (v.g. propostas para demolição de vários edifícios e elementos urbanos notáveis / abertura de novas ruas). Assim, foi ordenado que se

---

<sup>182</sup> Parecer técnico da comissão do Ministério das Obras Públicas, de 27 de junho de 1966, pp. 10 e 11, Arquivo Municipal de Estremoz

procedesse às devidas alterações do mesmo, visando uma proposta de plano menos intrusiva em relação aos valores patrimoniais em presença;

- Na sequência do parecer técnico supracitado e tendo em consideração as principais diretrizes do Antepiano de Urbanização de Estremoz, foi elaborado um estudo denominado “Anteprojecto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”, concluído em finais de 1970, pelo Chefe do Serviço de Ordenamento da Paisagem da DGSU, Arq.<sup>o</sup> Paisagista A. Viana Barreto (esse estudo será abordado no subponto 5.3.). O Anteprojecto foi submetido à CMETz, para apreciação e decisão, tendo sido deliberado, na reunião camarária de 15/01/1973, o seguinte:

“A posição a tomar quanto a um estudo definitivo do arranjo do Rossio, deverá assentar no seguinte:

- a) Manterem-se os níveis dos pavimentos existentes;
- b) Prever-se uma adequada arborização;
- c) Prever um elemento decorativo ou representativo;
- d) Dispor um estacionamento ou estacionamentos que possam comportar mil viaturas;
- e) Eliminar o arruamento poente e aproveitamento social desta zona”<sup>183</sup>

Na sequência da deliberação camarária, pelo que se conseguiu apurar, o projeto não teve continuidade, desconhecendo-se os motivos de tal decisão;

- No início de 1973 foi noticiado, pela CMETz, que “Vai ser arranjado o Rossio”, alegando-se um estado deplorável do mesmo, persistindo o problema da lama no inverno e da poeira no verão. Porém, alertou-se que a intervenção não seria de carácter definitivo, face às possibilidades económicas do município. A intervenção anunciada não foi executada;
- No final do ano de 1979 foi apresentada uma nova proposta de Plano Geral de Urbanização de Estremoz (PGUE), na fase de estudo prévio (tendo por base os estudos de análise do antepiano anterior), da responsabilidade do Arquiteto e Urbanista J.A. Coelho da Rocha (gabinete Aruplano). Importa retirar, dessa proposta preliminar de plano, os seguintes considerandos acerca do Rossio (*vide* anexo CXLVI, figura 163):

---

<sup>183</sup> Conforme indicado no ofício da CMETz, n.º 224, de 2 de fevereiro de 1973, p. 2, remetido ao Engenheiro-Diretor de Urbanização de Évora, Arquivo Municipal de Estremoz.



“Rossio – A análise deste ESPAÇO URBANO, afecto a CENTRO CÍVICO, recomenda muita prudência na aceitação de qualquer proposta para o local.

T tecnicamente poderá ser qualificado de «POUCO VULGAR», e como PATRIMÓNIO CULTURAL e SOCIAL deverá ser observado com elevado nível de respeito e profundo sentimento social-estético.

Como proposta de defesa e valorização do espaço em análise, permitimo-nos apenas sugerir estudos sectoriais, visto a parte de pormenor não se compatibilizar com o âmbito deste ESTUDO.

Todo o seu aspecto formal e de conjunto, com a sua fisionomia e filosofia estética própria, deverá ser mantido com todo o rigor de pormenor e equilíbrio.

Consideramos que nenhuma intervenção deverá alterar o seu conteúdo de aridez e característica do suporte superficial. Este, deverá manter e sugerir a sensação de espaço seco atingindo a expressão, quanto a nós de desabrido.

Qualquer arranjo deverá conter o seu potencial superficial, visto outra proposta alterar o seu teor de grandiosidade e abertura para o exterior e carácter regional do ROSSIO, que deve guardar-se com toda a expressão plástica e estética.

O seu ordenamento como ESPAÇO plurifuncional urbano de REUNIÃO, ESTAR, CONVÍVIO e sua inserção no esquema de CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL urbano, exige estudos combinatórios e de síntese que permitam estabelecer o equilíbrio e salvaguardar a sua função predominante.”<sup>184</sup>

A proposta de PGUE não teve continuidade, tendo sido rejeitada pela CMETz e pela AMETz, por se ter considerado desajustado dos interesses da cidade e das necessidades do seu crescimento;

- Em 1981 foi tornado público que a CMETz iria adjudicar ao Arquitecto e Urbanista Nuno Portas o projeto do arranjo do Rossio, tendo sido apresentado o estudo prévio em meados de 1983 e no ano seguinte foi aprovado o respetivo projeto base (esse projeto será abordado subponto 5.4.). Paralelamente, face ao referido “chumbo” da proposta de PGUE anterior, a CMETz abriu concurso público nacional visando a elaboração de um plano mais ajustado à realidade socioeconómica e urbana Estremocense, tendo sido selecionada a equipa do gabinete Coplano. O programa preliminar e o novo Antepiano Geral de Urbanização de Estremoz, de 1984, terão sido aprovados pela CMETz e pela AMETz. Nesse Antepiano, no que concerne ao presente objeto de estudo, foi referido o seguinte (*vide* anexos CXLVII e CXLVIII, figuras 164 e 165):

---

<sup>184</sup> Memória descritiva da proposta de PGUE (estudo prévio), de 1979, pp. 54 e 55, Arquivo Municipal de Estremoz.

“Estrutura do Aglomerado

A estrutura fica bem patente na oposição entre os espaços construídos e os espaços verdes ou livre.

Assim, tal como o castelo medieval se encontra envolvido por uma coroa de espaços livres, vamos também tentar manter a envolvente verde da praça forte do séc XVII. Desde o forte de S. José, com a Mata, passando pela Porta dos Currais, com toda a encosta sul contornando Santiago, passando pelas Hortas e pelo Parque Recreativo até à zona da Porta de Stª Catarina, temos um espaço verde ou livre contínuo (...)

A este espaço verde contínuo vêm ligar-se as Hortas de Dentro, que poderão ligar aos Rossios de S. Brás e do Marquês de Pombal. Este, através do mercado, liga ao espaço da antiga cerca dos Congregados e da Esplanada Parque (...)

Os espaços verdes a remodelar, além do Rossio cujo projeto está em curso, são todas as zonas de protecção às muralhas”<sup>185</sup>

Contudo, com as eleições autárquicas de dezembro de 1985, houve uma mudança de executivo camarário, tendo o mesmo optado por abandonar o legado anterior no que toca à estratégia de gestão urbanística, ou seja, foi repudiado o “projeto do arranjo do Rossio” e o Antepiano Geral de Urbanização de Estremoz;

- Em total contravenção com os estudos anteriores para o Rossio, em 1986, foram instalados vários postes de iluminação, bem como, no ano seguinte, foi deliberada a intenção de erigir um edifício para bar / esplanada, com sanitários públicos adossados (demolido em 2013, dando lugar à atual Cafetaria Rossio, no mesmo local de implantação). Entretanto, o executivo da CMetz (resultante das eleições autárquicas de 1985), decide contratar o Arquiteto e Urbanista J.L. Carrilho da Graça com o objetivo de rever e finalizar o Antepiano Geral de Urbanização, da anterior equipa projetista (Coplano). A nova proposta de PGU foi apresentada quase no fim do mandato (com bastantes meses de atraso), tendo sido aprovado pela AMetz e posteriormente remetido (bastante tempo depois) para a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA, atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCDRA), para parecer / aprovação. Relativamente ao Rossio, a proposta de PGU, de 1988, preconizava o seguinte (*vide* anexo CXLIX, figura 166):

---

<sup>185</sup> Memória descritiva da proposta de Antepiano Geral de Urbanização de Estremoz, de 1984, pontos 9.1 (estrutura do aglomerado) e 9.2.8 (zonas a remodelar), Arquivo Municipal de Estremoz.

#### “CENTRO HISTÓRICO

Independentemente de iniciativas tendentes à criação de condições para a manutenção do essencial da forma do edificado e que se prendem com a possibilidade da elaboração de um plano de salvaguarda e conservação desta área e a constituição de um Gabinete Técnico Local (G.T.L.) do ponto de vista do plano propõe-se um primeiro objectivo: Reforço e manutenção do papel central, desta área histórica, fundamentalmente em torno do Rossio.

#### ÁREAS DE EXPANSÃO E ÁREAS VERDES

Independentemente das áreas verdes de enquadramento, proteção ou rurais são propostas três áreas de uso urbano mais intenso.

(...)

- Uma delas que abrange a zona das piscinas e do pavilhão gimnodesportivo e que tem início nas portas de Sta Catarina enquadrando a muralha;
- Uma outra que inclui o Rossio e as áreas urbanas conexas embora não seja exclusivamente uma “Zona Verde”;
- Finalmente a zona do Parque da Mata com um carácter de parque urbano equipado.”<sup>186</sup>

Porém, em 1990, a CCRA devolveu o PGU, à CMETz, alegando falta de elementos processuais. De salientar que, entretanto, houve uma nova mudança do executivo autárquico, resultado das eleições autárquicas de 1989. Nesse cenário, a CMETz terá encetado contatos com o projetista referido no sentido de instruir-se devidamente o PGU, para nova remissão à CCRA, sendo que tais esforços demonstraram-se infrutíferos por recusa do mesmo em dar continuidade ao trabalho (o projetista alegou condições contratuais, estabelecidas no mandato autárquico anterior, que não obrigavam à elaboração dos elementos adicionais solicitados pela CCRA, bem como demonstrou desinteresse em nova contratualização com a CMETz para finalizar o PGU);

- Face ao cenário de impasse criado, relativamente ao avanço do PGUE, a edilidade Estremocense decide, no final de 1990, avançar com um concurso público para elaboração do Plano Diretor Municipal para o concelho de Estremoz (PDME), sendo que a equipa vencedora do concurso teria também de concluir o respetivo PGUE. Por outro lado, a CMETz, no final de 1989, assinou um protocolo

---

<sup>186</sup> Memória descritiva da proposta de Plano Geral de Urbanização de Estremoz, de 1988, pp. 2 e 6, Arquivo Municipal de Estremoz.

de colaboração com o Gabinete Técnico Local (GTL)<sup>187</sup>, constituído recentemente, visando a elaboração de um Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz (PSVCHE). O GTL terminou o PSVCHE no final do ano de 1994, cujas diretrizes em relação aos espaços públicos da zona histórica, nos quais se insere o Rossio, propunham o seguinte (*vide* anexo CL, figura 167):

#### “ESPAÇOS PÚBLICOS

Dentro dos objectivos da melhoria da qualidade do ambiente urbano e da utilização do espaço urbano, propõe-se uma reestruturação e valorização dos espaços públicos do centro histórico, de modo a conferir-lhes melhores e novas possibilidades de utilização. Os trabalhos a executar, dependentes de estudos específicos para cada caso, vão desde a simples repavimentação e introdução de mobiliário urbano à desocupação, desobstrução, limpeza e alteração de usos.

(...) Espaços públicos a remodelar

Nos espaços públicos a remodelar inserem-se todos os espaços livres que já são do domínio público, mas que não se encontram tratados ou são objecto de uma má utilização.

- Rossio Marquês de Pombal

Pretende-se que este notável espaço com grandes tradições na malha urbana, em conjugação com o Gadanha/Jardim, as Hortas (espaço público a propor) e juntamente com as envolventes do Castelo medieval, venha a constituir o grande espaço lúdico recreativo e cultural da cidade de Estremoz. Nesse sentido, propõe-se para o Rossio um espaço aberto de convívio e encontro, tipo praça e/ou esplanada, equipado com mobiliário que promova o convívio da população de Estremoz e com a manutenção da fórmula de mercado de levante para o mercado semanal, embora dotado de infraestruturas mais adequadas.”<sup>188</sup>

No plano referido, também foi abordada a problemática do estacionamento automóvel na cidade e em particular no Rossio, tendo sido propostas várias soluções que importam extrair / reter:

---

<sup>187</sup> O Gabinete Técnico Local (GTL) foi constituído na sequência de uma candidatura, promovida pela CMETz, ao apoio financeiro / logístico denominado “Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas”, tendo sido a mesma aprovada e assinado o respetivo contrato em 15 de setembro de 1989, celebrado entre a Direção Geral do Ordenamento do Território, O Instituto Português do Património Cultural, a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo e a Câmara Municipal de Estremoz. O principal objetivo, do GTL, visava a promoção e planeamento da reabilitação urbana do Centro Histórico de Estremoz. O GTL iniciou os seus trabalhos em abril de 1991, dotado de uma equipa técnica pluridisciplinar.

<sup>188</sup> Memória descritiva da proposta de Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz, de 1994, pp. 8-10, Arquivo Municipal de Estremoz.



“(…) Espaços públicos a propor

- Traseiras dos Congregados

O espaço livre nas traseiras da Câmara Municipal, a quem pertence uma sua parcela, poderá ser afectado em parte a parque de estacionamento automóvel, alternativo ao do Rossio (…)”

#### ESTACIONAMENTO

A presença de veículos estacionados nas vias públicas do centro histórico torna-se prejudicial, pois para além de dificultar a circulação de peões e veículos, impede e dificulta o usufruto e a leitura desses espaços por parte dos habitantes.

Embora continuando a ser permitido ao longo de algumas ruas suficientemente largas para o efeito e em alguns largos, a definir no desenvolvimento dos respectivos estudos específicos, dever-se-á tentar minorar o impacto ambiental ao nível da imagem urbana provocado pelo estacionamento dos veículos automóveis.

Nesse sentido, são desde já previstas três bolsas de estacionamento a confirmar pelo plano de circulação e transportes, localizadas nas proximidades dos locais mais procurados/visitados do centro histórico e com o intuito de os descongestionar. Duas delas servindo toda a área central, alternativas ao Rossio e situadas sensivelmente nos extremos do eixo principal que o atravessa: uma nas traseiras dos Congregados e outra junto à Porta de St<sup>a</sup>. Catarina e Centro de Saúde. A terceira bolsa destina-se a servir toda a zona do Castelo como alternativa ao Largo D. Dinis, localizada junto à Porta do Arco de Santarém.”<sup>189</sup>

O PSVCHE, que se afigurava um instrumento de gestão territorial estruturante, eficaz e equilibrado, com propostas concretas direccionadas para a sustentabilidade socioeconómica, patrimonial e ambiental, não teve a consequente tramitação legal (desconhecendo-se os motivos), pelo que não entrou em eficácia. Por outro lado, em março de 1994, foi noticiado que a CMETz iria proceder a melhoramentos no piso do Rossio, para o devido escoamento de águas pluviais, assim resolvendo o problema das poças de água, que tornavam intransitável a placa central no período invernal. Nessa data, também foi tornado público que a CMETz iria mandar elaborar um projeto global para o Rossio, a candidatar a fundos comunitários, com prévia abertura de um concurso de ideias;

- Entre meados de 1994 até ao ano de 2000, desencadeou-se novamente um importante ciclo de discussão em torno do Rossio (nitidamente plasmado em

---

<sup>189</sup> Ibidem, pp. 10 e 13.

meios locais de comunicação social), fundamental para o debate público / exposição de ideias, tornando-se um forte catalisador social que incentivou, em parte, a intervenção urbanística que foi executada posteriormente. De realçar que a CMETz, em fevereiro de 1995, promoveu a realização de um inquérito / questionário sobre o “arranjo do Rossio”, visando auscultar a opinião da população de Estremoz, quanto às diretrizes que deveriam presidir uma futura intervenção urbanística. Os resultados do inquérito foram divulgados em junho de 1995, tendo-se obtido as seguintes opiniões / conclusões: a maioria da população inquirida concordou que se procedesse a uma intervenção urbanística no Rossio, nomeadamente na placa central, alamedas paralelas e zonas envolventes; que a volumetria global da praça não fosse alterada, que os materiais a aplicar na placa central fossem calçada / paralelepípedos; que a funcionalidade principal para a placa central fosse a de parque automóvel e zonas verdes para as alamedas paralelas e zonas envolventes; que as utilizações complementares (agregações) fossem para posto de turismo e venda de artesanato para as alamedas paralelas e estacionamento a 60º/90º (antigo Hospital) para as zonas envolventes. A figura seguinte (141) sintetiza os resultados referidos.

**Figura 141 – Quadro síntese de resultados do inquérito público sobre o “arranjo do Rossio”**

<u>Alterações</u>	<u>ROSSIO</u>		
	<u>Placa Central</u>	<u>Alamedas paralelas</u>	<u>Zonas Envolventes</u>
OBRAS	Sim	Sim	Sim
VOLUMETRIA	Não	Não	Não
MATERIAIS	Calçada/ paralelepípedos	-	-
FUNCIONALIDADE	Parque automóvel	Zona Verde	Zona Verde
AGREGAÇÕES	-	Posto de Turismo e venda de artesanato	Estacionamento a 60º/90º (antigo Hospital)

**Fonte:** Relatório do inquérito por questionário sobre o arranjo do Rossio Marquês de Pombal, CMETz (1995), p. 27, Biblioteca Municipal de Estremoz

Pese embora a CMETz tenha contactado o Arquiteto Nuno Portas, em meados de 1995, no intuito do mesmo retomar o projeto do “arranjo do Rossio” (aprovado em

1984), a edilidade da Câmara Municipal de Estremoz decidiu, nesse mesmo ano, que seriam os serviços camarários a elaborar o projeto para a intervenção urbanística do Rossio;

- Após as devidas formalidades, nomeadamente pareceres e aprovações, o primeiro PDME, elaborado pelo consórcio CCM arquitetos Lda / A. Abreu e L. C. Real associados, entrou em vigor no dia 3 de novembro de 1995. Este importante e fundamental instrumento de gestão urbanística, integrou a área em estudo na categoria de “área urbana de interesse cultural” e na subcategoria de “espaço verde de recreio e lazer”, com as seguintes diretrizes gerais de atuação (*vide* anexo CLI, figura 168):

“(…) O regime de proteção de áreas urbanas de interesse cultural visa a preservação e conservação dos aspectos homogêneos da imagem de áreas urbanas consolidadas, quer de raiz erudita quer popular.”

(…) As zonas verdes de recreio e lazer são constituídas por áreas verdes consolidadas, englobando todas as zonas verdes de uso colectivo existentes e propostas, destinadas fundamentalmente ao recreio e lazer das populações e que poderão comportar equipamentos de apoio à sua fruição.”<sup>190</sup>

No relatório que serviu de base à elaboração do PDME de 1995, constam desígnios específicos que recaem sobre a praça em estudo:

“(…) Valorização do Rossio, reordenando o espaço e dotando-o de infraestruturas de animação turística e cultural, transformando-o em local aprazível de permanência e convívio. A água e o mármore poderiam ser elementos relevantes dessa valorização”<sup>191</sup>

- Tendo por base de referência o inquérito público sobre “o arranjo do Rossio, no dia 19 de março de 1997, a CMETz aprovou o designado “projeto de intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal”, elaborado pelos serviços camarários, de autoria da Arq.<sup>a</sup> Dina Cunha Carvalho e Oliveira (esse projeto será abordado no subponto 5.5.). Tal projeto foi então remetido para parecer do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), considerando

---

<sup>190</sup> Regulamento do PDM de Estremoz, de 1995, n.º 1 do art.º 24.º (proteção de áreas urbanas de interesse cultural) e n.º 1 do art.º 59.º (zonas verdes de recreio e lazer).

<sup>191</sup> Relatório (datado de novembro de 1994) do PDM de Estremoz, de 1995, p. 18.

que a área de intervenção encontrava-se (e encontra-se) em ZEP. A referida entidade externa condicionou a aprovação do projeto a algumas alterações, nomeadamente na escolha da pavimentação a aplicar na placa central, tendo imposto a obrigatoriedade de aplicação de calçada portuguesa do tipo malhete / pedra mal aparelhada, em vez de calcetamento a mármore branco liso (inicialmente proposto). O projeto inicial foi reformulado em conformidade com as recomendações do IPPAR, bem como alterado na zona da atual interseção giratória do Monumento aos Combatentes (por decisão da CMETz, em 1999). A obra foi candidatada a fundos comunitários através do Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006, tendo merecido aprovação de financiamento no ano 2000;

- No dia 17 de janeiro do ano 2000 deu-se início à almejada intervenção urbanística do Rossio, através da deslocação do Monumento aos Combatentes, para o local onde atualmente se encontra. Após finalização da transferência do monumento citado, a CMETz adjudicou a obra de pavimentação da placa central, assim como decidiu executar, por administração direta, as infraestruturas referentes ao sistema de drenagem de águas pluviais, rede elétrica e de iluminação pública. Porém, no primeiro semestre de 2001, aquando dos trabalhos de escavação na zona oeste da placa central, designadamente abertura de valas para execução da rede de drenagem de águas pluviais, surgiu uma descoberta arqueológica - esqueletos humanos / necrópole medieval, datada entre os séculos XIII e XV - tendo-se suspenso a obra durante longos meses, para efeitos de análise da situação pela CMETz, respetivo acompanhamento arqueológico pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e para consequente decisão do destino a dar aos achados arqueológicos. Após um processo bastante conturbado e confuso, o fecho da obra, da denominada “Empreitada de pavimentação do Rossio Marquês de Pombal”, foi oficialmente declarado em 24 de maio de 2006, em sede de reunião ordinária da CMETz;<sup>192</sup>
- Paralelamente, em 28 de setembro de 2001, o Plano de Urbanização de Estremoz foi aprovado em sessão ordinária pela AMETz, sob proposta da CMETz. No referido IGT, elaborado pela mesma equipa técnica responsável pelo PDME de 1995 (consórcio CCM arquitetos Lda / A. Abreu e L. C. Real associados), foi assinalado

---

<sup>192</sup> Ponto 8 da reunião ordinária da CMETz, de 24 de maio de 2006. Ata da citada reunião disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/ata-da-reuniao-ordinaria-de-10-maio-2006>



o Rossio como “área de regulamentação específica / área urbana homogénea”, especificamente na “Zona B – St.º André / Rossio”, na categoria de “zona verde de recreio e lazer em espaço urbano”, com as seguintes linhas estratégicas de intervenção (*vide* anexo CLII, figura 169):

“(…) As zonas A e B constantes do número anterior são definidas como áreas de intervenção prioritária, a ser objecto de planos de pormenor que deverão desenvolver e pormenorizar regras e directivas estabelecidas no presente plano”

“1. As Zonas Verdes de Recreio e Lazer em Espaço Urbano, englobam todas as zonas verdes de uso colectivo existentes e propostas, destinadas fundamentalmente ao recreio e lazer das populações e que poderão comportar equipamentos de interesse público e de apoio à sua fruição.

2. Nas Zonas Verdes de Recreio e Lazer existentes, a manter ou a remodelar, a Câmara Municipal providenciará no sentido da retirada de construções não conformes, nomeadamente da existente a sul do edifício dos Congregados, assinalada na Planta de Zonamento do Centro Histórico.

3. Nas Zonas Verdes de Recreio e Lazer propostas, só serão admitidas construções ou equipamentos de apoio à sua utilização ou de equipamentos de utilização pública.

4. A colocação de novas espécies vegetais e árvores fica dependente de estudos de pormenor de enquadramento paisagístico e por outros estudos complementares.

5. Fica interdita a alteração, eliminação ou substituição dos elementos vegetais existentes, quer nos espaços públicos, quer privados, sem prévia autorização.

6. Qualquer tipo de intervenção que preveja alteração da estrutura verde ou viária na área das Hortas, Lago do Gadanha, Rossio e Congregados, fica sujeita à elaboração de estudo de conjunto adequado ou Plano de Pormenor.”<sup>193</sup>

Conforme se conseguiu apurar, o PUE aprovado não foi remetido (inexplicavelmente) para ratificação do Conselho de Ministros / publicação em Diário da República, por conseguinte não entrou em vigor;

- A CMEtz promoveu a elaboração de um novo projeto denominado “Reconversão do Rossio Marquês de Pombal”, de autoria do Arq.º José Figueiredo (atelier.dxf Arquitectura e Desing), datado de setembro de 2005 (esse projeto será abordado no subponto 5.6.). Porém, não foi dado seguimento a tal projeto, pelo novo executivo camarário, que resultou das eleições autárquicas de outubro de 2005.

---

<sup>193</sup> Proposta de regulamento do Plano de Urbanização de Estremoz (versão para aprovação da AMEtz, datada de maio de 2001), n.º 3 do art.º 27.º (centro histórico de Estremoz) e art.º 70.º (espaços verdes).

No ano seguinte, especificamente em 10/05/2006, a CMetz deliberou iniciar os trâmites procedimentais conducentes à 1.ª revisão do PDME de 1995;

- Em setembro de 2007, a CMetz lançou um concurso público para “Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e largos adjacentes, em Estremoz”. A área de estudo / intervenção recaiu sobre os seguintes espaços públicos: Rossio Marquês de Pombal; Lago do Gadanha; Largo General Graça; Largo Dragões de Olivença; Praça da República; Praça Luís de Camões; Rua de Santo André; Rua 5 de Outubro. Os termos de referência base, do concurso citado, foram os seguintes (*vide* anexo CLIII, figura 170):

“Elementos específicos a ter em conta

Relativamente às áreas fronteiras ao alçado sul de contenção do espaço do Rossio Marquês de Pombal, onde se implanta o Convento de São Filipe de Nery que alberga o Edifício dos Paços do Concelho:

- A hipótese de pedonalização das mesmas até à atual via delimitadora da placa central do Rossio;
- O atravessamento transversal de tais áreas por veículos, de forma balizada, por forma a garantir o acesso ao tardo do Edifício da Câmara, ao longo da fachada poente desta, dado ali vir a ser sediado o futuro Edifício da Biblioteca Municipal;
- O tradicional mercado semanal dos sábados, ex-libris da ruralidade do concelho, que invade igualmente a via delimitadora, já referida, do Rossio e a placa central desta na área actualmente ainda por reabilitar.

Relativamente à placa central do Rossio:

- A zona central calcetada e placas envolventes, investimento municipal recente, deverão ser mantidas, devendo contudo ser encontrada uma solução de balizamento do estacionamento ali existente que não implique alterações ao pavimento e respectivo desenho;
- Junto ao vértice S.W. deverá ser garantida uma área de 12.00 metros por 12.00 metros no sentido de ali vir a ser instalado conjunto escultórico, em solução ainda a desenvolver, evocativo da barrística do concelho.

Ideias integradoras dos diferentes espaços

- Criação de ideia global para o espaço público, que valorize e identifique a imagem da cidade e que seja funcional para a vivência e tradição da cidade;
- Constituir projeto singular e espaço de referência para a cidade;
- Requalificação do Espaço Público, seja através da valorização do espaço degradado, seja através da incorporação de novos usos / utilizações, temporárias ou permanentes, incluindo a adição de infra-estruturas de apoio;
- Pedonalização de zonas e circuitos: promoção da acessibilidade pedonal prioritária e/ou

exclusiva em áreas e percursos;

- Ordenamento / Redução do trânsito: organização do trânsito automóvel e condicionamento do mesmo nas zonas em que se justifique atribuir prioridade à circulação pedonal;
- Considerar a iluminação cénica como contributo para a valorização do espaço público e edifícios relevantes;
- Deverá ainda ser tido em conta o projecto “Sistema Solar à Escala”, a promover pelo Centro Ciência Viva de Estremoz e Câmara Municipal (...).

*Linhas Orientadoras*

- Para a globalidade da área de intervenção a Concurso pretende-se que se encontre uma ideia comum, coerente e transversal, que deverá ser divisível em zonas (...), mas ancoradas num projeto transversal.
- Pretende-se que as referidas zonas sejam não só complementares entre si, relacionando-se como partes de um todo (a ideia condutora), mas possuam também a autonomia necessária para que a sua execução possa realizar-se em horizontes temporais distintos, sem comprometer o todo.

(...)”<sup>194</sup>

Das nove propostas apresentadas a concurso, o respetivo júri decidiu, no dia 21 de dezembro de 2007, outorgar a primeira classificação à equipa projetista da responsabilidade do Arq.º Adalberto Dias (concorrente n.º 3 do concurso). Em junho de 2008, a CMETz apresentou publicamente a proposta vencedora (esse projeto será abordado no subponto 5.7.), na denominada “Casa de Estremoz”. Sensivelmente, a partir desse evento público, surgiu uma crescente contestação social perante as soluções urbanísticas preconizadas na proposta apresentada. Com efeito, pode-se afirmar que as forças vivas, de vários quadrantes da sociedade Estremocense, funcionaram como um “dique de contenção” e até de salvaguarda patrimonial, face à intervenção que se pretendia executar na área em estudo. Tal cenário crispado perdurou até às eleições autárquicas de 11 de outubro de 2009, resultando desse ato eleitoral uma mudança de executivo camarário. Por conseguinte, o novo executivo da CMETz não levou a efeito a proposta de intervenção em causa, por (julga-se) ter-se considerado desadequada (v.g. em termos urbanísticos / patrimoniais) para a cidade de Estremoz e que a mesma seria bastante onerosa para os cofres da autarquia;

---

<sup>194</sup> Caderno dos termos de referência, do concurso público denominado “Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e largos adjacentes, em Estremoz”, pp. 12 e 13.

- No início de 2013, principalmente para dar suporte à construção da denominada “Cafetaria Rossio” (erigida na zona sueste da placa central), a CMETz promoveu um estudo prévio denominado “Reabilitação Paisagística do Rossio Marquês de Pombal em Estremoz”, elaborado pelo Arquiteto paisagista António Serrano (esse projeto será abordado no subponto 5.8.). O estudo prévio foi remetido para a Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), tendo merecido parecer favorável condicionado (*vide* anexos CLIV a CLVI, figuras 171 a 173). Considera-se que, formalmente, tal estudo prévio é o que se encontra pendente de tramitação consequente (v.g. elaboração / aprovação de projeto final, com eventuais alterações), para respetiva execução;
- Após decorrida toda a tramitação legal necessária, a 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz entrou em vigor no dia 17 de setembro de 2015. Assim, o PDME em vigor (elaborado sob a coordenação do Arq.º Manuel Lapão, gabinete projetista Arquipelago), que se pauta por princípios de contenção e sustentabilidade urbana, com um novo paradigma estratégico direcionado para a valorização e reabilitação do património (construído e espaços públicos), insere o Rossio na categoria de “Espaço Central – Cidade Património” / “Espaço Público”. No regulamento do PDME, de 2015, encontra-se a identificação genérica da área em estudo e objetivos de intervenção seguintes (*vide* anexo CLVII, figura 174):

“Espaço Público

1 - Deve considerar-se, como princípio, que o extraordinário sentido urbanístico da cidade se deve muito consequentemente ao espaço público.

2 - O espaço público representa, funcional, simbólica e exponencialmente, o lugar central por excelência da cidade.

3 - Apresenta-se como espaço de excelência, como palco de representação: do comércio tradicional e de rua (mercados de sábado – exposição do mundo rural) assim como das festas populares e dos grandes acontecimentos públicos e políticos.

4 - Compreende Espaços abertos, infraestruturas e coberto vegetal significativo.

5 - Determina o “desenho da cidade”.

(...)

O regime de edificabilidade deverá em geral:

- a) Salvar os espaços vazios e a sua envolvente direta;
- b) Influenciar e articular-se com a “Cidade Património” na sua totalidade;
- c) Garantir um regime coerente e eficaz de estacionamento, acessibilidades, cargas e descargas;
- d) Salvar a presença dos espaços verdes que integram a “Estrutura Ecológica



Urbana”;

e) Valorizar e recuperar as infraestruturas de apoio ao comércio local e das lojas de referência, associadas complementarmente ao comércio sazonal de rua.”<sup>195</sup>

- Em sessão ordinária da AMEtz, de 8 de setembro de 2015, foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Estremoz (ARUE)<sup>196</sup>, cujo processo foi elaborado pelos serviços técnicos da CMEtz (Arq.º Carlos Fontainhas). No âmbito da reabilitação urbana sistemática, de entre os objetivos estratégicos gerais da ARUE, destacam-se os seguintes:

“- Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;

- Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;

- Modernizar as infraestruturas urbanas;

- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;

- Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva;

- Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;

- Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;

- Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação;

- Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada,”<sup>197</sup>

A incidir diretamente na praça em estudo e envolvente urbana próxima, a ARUE definiu os objetivos específicos seguintes:

“- Melhorar o ambiente urbano, promovendo a mobilidade sustentável e a coesão urbana, garantindo uma melhor mobilidade, que contribua para a qualidade ambiental do espaço público, facilitando as deslocações pedonais, limitando o tráfego automóvel de

---

<sup>195</sup> Caderno dos termos de referência, do concurso público denominado “Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e largos adjacentes, em Estremoz”, pp. 12 e 13.

<sup>196</sup> Revalidada em sessão ordinária da AMEtz, de 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/122050042>

<sup>197</sup> Memória descritiva e justificativa da Área de Reabilitação Urbana de Estremoz, p. 10. Disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/files/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz.pdf>

atravessamento e ordenando restritivamente o estacionamento, bem como divulgando pontos de interesse turístico;

- Reabilitar o espaço público estruturante do centro histórico;
- Aumentar as áreas de estadia e usufruto do espaço público;
- Reabilitar o espaço público, equipamentos e infraestruturas de suporte, situados a Sul e Este do Rossio Marquês de Pombal e melhorar as condições de utilização do mercado de sábado;
- Reabilitar o Largo General Graça e o edifício Luís Campos e “ancorar” este espaço ao Rossio Marquês de Pombal e às muralhas medievais;
- Reabilitar a esplanada dos Congregados;”<sup>198</sup>

- Em simultâneo com os procedimentos de delimitação das ARU’s, a CMETz promoveu a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para o Concelho de Estremoz (PEDU 2015-2020). O PEDU foi aprovado pela AMETz, também na sessão ordinária de 8 de setembro de 2015, constando no citado plano uma rubrica de atuação denominada “Rossio Marquês de Pombal – Mercado de produtos endógenos”, com os seguintes objetivos de intervenção (*vide* anexo CLVIII, figura 175):

“O objetivo da intervenção é a reabilitação do espaço público a sul, junto aos Paços do Concelho, restringindo o uso do automóvel, junto ao convento e incentivando a mobilidade pedonal. Serão criadas infraestruturas condignas para o mercado de produtos endógenos, atualmente a funcionar com poucas condições.”<sup>199</sup>

A operação urbanística prevista, consiste objetivamente:

- “1. No encerramento ao trânsito da via junto aos Paços do Concelho;
2. Recuperação do espaço público junto aos Paços do Concelho e envolvente ao coreto;
3. Dotação de mobiliário urbano de todo o espaço.”<sup>200</sup>

- A CMETz, na reunião ordinária de 29 de agosto de 2018, deliberou o início do procedimento para a elaboração de um Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU) da cidade de Estremoz, tendo em vista promover uma operação de reabilitação urbana sistemática, bem como dar tradução regulamentar à base

---

<sup>198</sup> Ibidem, pp. 10 e 11.

<sup>199</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para o Concelho de Estremoz (2015-2020), p. 60, CMETz.

<sup>200</sup> Ibidem

programática definida na ARUE e no PEDU. Na mesma reunião camarária, também foi deliberado o início do procedimento para a elaboração do Plano de Urbanização de Estremoz (PUE), visando principalmente:

“(...) a gestão do território ao nível da implantação de novas infraestruturas, a definição de regras mais concretas que regulem a construção de edificações novas ou intervenção em edificações pré-existentes, bem como o desenvolvimento do espaço público e privado;”<sup>201</sup>

Quanto aos objetivos programáticos específicos, do PUE, diretamente relacionados com a área em estudo, destacam-se os seguintes:

“Preservar a identidade histórica, arquitetónica e urbanística da cidade apoiada no conceito de “Cidade Património”;

Garantir a sua regeneração ao nível social, económico e funcional;

Diversificação de usos e atividades, assegurando a consequente melhoria das vivências urbanas;

Reabilitação das áreas degradadas, parque habitacional, comércio, serviços, redes de infraestruturas e equipamentos, reposicionando-as como ativos determinantes para o desenvolvimento económico e social da cidade;”<sup>202</sup>

Atualmente, os instrumentos de gestão territorial citados encontram-se em elaboração, pela mesma equipa técnica responsável pelo PDME de 2015 (coordenação do Arq.º Manuel Lapão, gabinete projetista Arquipélago), em articulação com os serviços da CMEtz.

## **5.2. Antepiano de Urbanização de Estremoz - Eng.º A.S. Barata da Rocha - 1963**

O Antepiano de Urbanização de Estremoz, de 1963, propunha, entre outras, um conjunto de soluções urbanísticas focadas na alteração do sistema de tráfego viário, conforme se pode constatar na figura seguinte (142). Nesse prisma, importa salientar a proposta de prolongamento da atual Avenida Dr. Marques Crespo, ligando diretamente o Rossio Marquês de Pombal à EN4, passando pela Esplanada dos Congregados. De

---

<sup>201</sup> Relatório de fundamentação / termos de referência para elaboração do Plano de Urbanização de Estremoz, p.5, CMEtz.

<sup>202</sup> Ibidem, pp. 5 e 6.

realçar, também, a proposta de variante noroeste de ligação entre a EN4 e o IP2, que sabiamente, de modo preventivo, iria evitar a carga excessiva de tráfego de atravessamento no interior da cidade, que ocorre atualmente no quadrante referido.

**Figura 142 – Extrato da Planta do Anteplano de Urbanização de Estremoz - 1963**



Fonte: Anteplano de Urbanização de Estremoz de 1963, Eng.º A.S. Barata da Rocha, pp. 64-63, Arquivo Municipal de Estremoz

a) Rossio Marquês de Pombal; b) Esplanada dos Congregados;  
c) Prolongamento da Avenida Dr. Marques Crespo até à EN4; d) Variante de ligação da EN4 ao IP2

No que concerne ao Rossio Marquês de Pombal, apesar do âmbito territorial superior de planeamento urbanístico, o Anteplano de Urbanização de Estremoz, de 1963, propunha essencialmente o seguinte (*vide* figura 143):

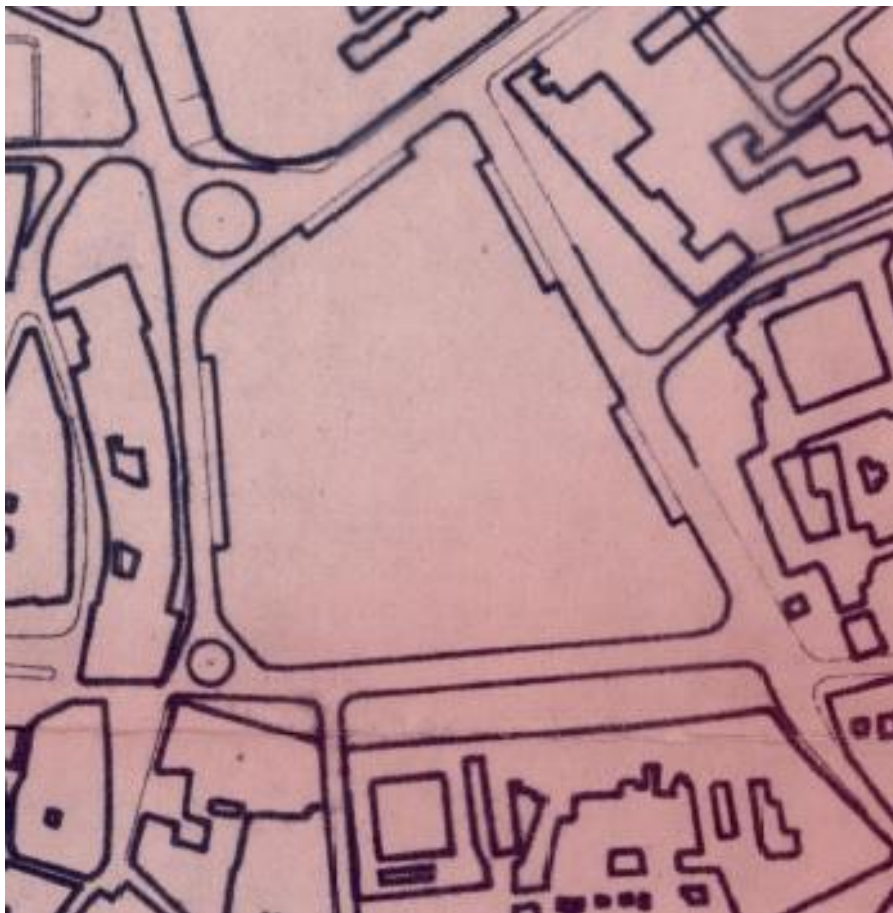
- Manutenção da forma e dimensão da placa central, preservando desse modo a majestosidade e imponência da praça, bem como dos alinhamentos marginais (históricos) das edificações que confinam a mesma;
- Agregação das placas existentes / passeios, nas zonas sul e poente (também na zona noroeste, fora da área objeto de estudo), fomentando mais área de espaço público pedonal, com aumento consequente da atratividade da praça para o desenvolvimento de atividades económicas. Por consequência dessa agregação, seriam anuladas as respetivas vias secundárias (nas zonas sul e poente) de



circulação de tráfego automóvel, proporcionando maior segurança e conforto para os utilizadores da praça;

- Anulação de uma das duas rotundas situada a noroeste, criando uma única de maiores dimensões, tendo em vista resolver esse ponto de conflito / interseção de tráfego automóvel, bem como a previsão de uma nova rotunda na zona sudoeste;
- Criação de quatro baías de estacionamento longitudinal em torno da placa central, excepto na zona sul. Em matéria de estacionamento, julga-se que o intuito seria libertar o interior da placa central da presença de automóveis, tendo em conta que não se encontrava marcada alguma entrada para a mesma;
- Tal como referido anteriormente, encontrava-se prevista uma ligação direta da praça em estudo à Avenida Dr. Marques Crespo, pela zona sul / lateral da CMETz;

**Figura 143 – Extrato da planta do Antepiano de Urbanização de Estremoz - zona do rossio e envolvente imediata - 1963**



Fonte: Antepiano de Urbanização de Estremoz de 1963, Eng.º A.S. Barata da Rocha, pp. 64-63, Arquivo Municipal de Estremoz

### **5.3. Anteprojeto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal – Arq.º Paisagista A. Viana Barreto - 1970**

O Anteprojeto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal, de 1970, teve por base fundamental o previsto no Antepiano de Urbanização de Estremoz, de 1963, no que concerne ao traçado das vias perimetrais e à junção das placas existentes / passeios (zonas sul e poente), tendo sido elaboradas duas propostas de intervenção, designadas por solução “A” e “B”.

Em ambas as propostas preconizava-se o seguinte:

- Construção de uma faixa verde envolvente (vegetação e arvoredos), para definição do conjunto central e enquadramento das vias periféricas, disciplinando as zonas pedonais de passagem e atravessamento. Tal “cintura verde” funcionaria como elemento de ligação à estrutura verde envolvente (imediata e exterior ao Rossio), designadamente em relação à zona nascente (núcleos ajardinados) ou à zona noroeste (Largo General Graça / Largo Dragões de Olivença – Jardim Público);
- Integração de zonas específicas para estacionamento, ao longo do perímetro da praça, através de baías longitudinais ou bolsas transversais às vias de circulação;
- Elevação de uma faixa perimetral na placa central, com o objetivo de preservar o seu ambiente interior e para não se ter alcance visual da vegetação periférica;
- Construção de um passeio largo (10m), integrado na faixa perimetral elevada, com revestimento empedrado e sombreado pelo arvoredo, tirando partido da tomada de vistas, desde o quadrante nascente para o poente (visibilidade sobre o morro do castelo / muralha);
- Remate exterior do passeio com um murete envolvente, com função de banco (solução “A”), e delimitação do interior da placa central (de cota menor) com um pequeno muro de espera em cantaria, visando dar-lhe maior intimidade / conforto, bem como para conter o revestimento betuminoso vermelho (soluções “A” e “B”);
- No interior da placa central, criação de algumas zonas revestidas com lajedo regular, combinadas com arvoredo e bancos, com o objetivo de proporcionar locais de estar, convívio e contemplação da praça / envolvente.

A proposta “A” contemplava especificamente (*vide* figura 144):

- Manutenção da geometria da placa central, excepto no extremo sudoeste;

- Introdução de duas “rotundas”, uma na zona sudoeste e outra na zona noroeste;
- Passeio perimetral contínuo, acompanhando a “cintura verde”.

**Figura 144 – Planta e perfil AB - solução A - do Anteprojeto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal – 1970**



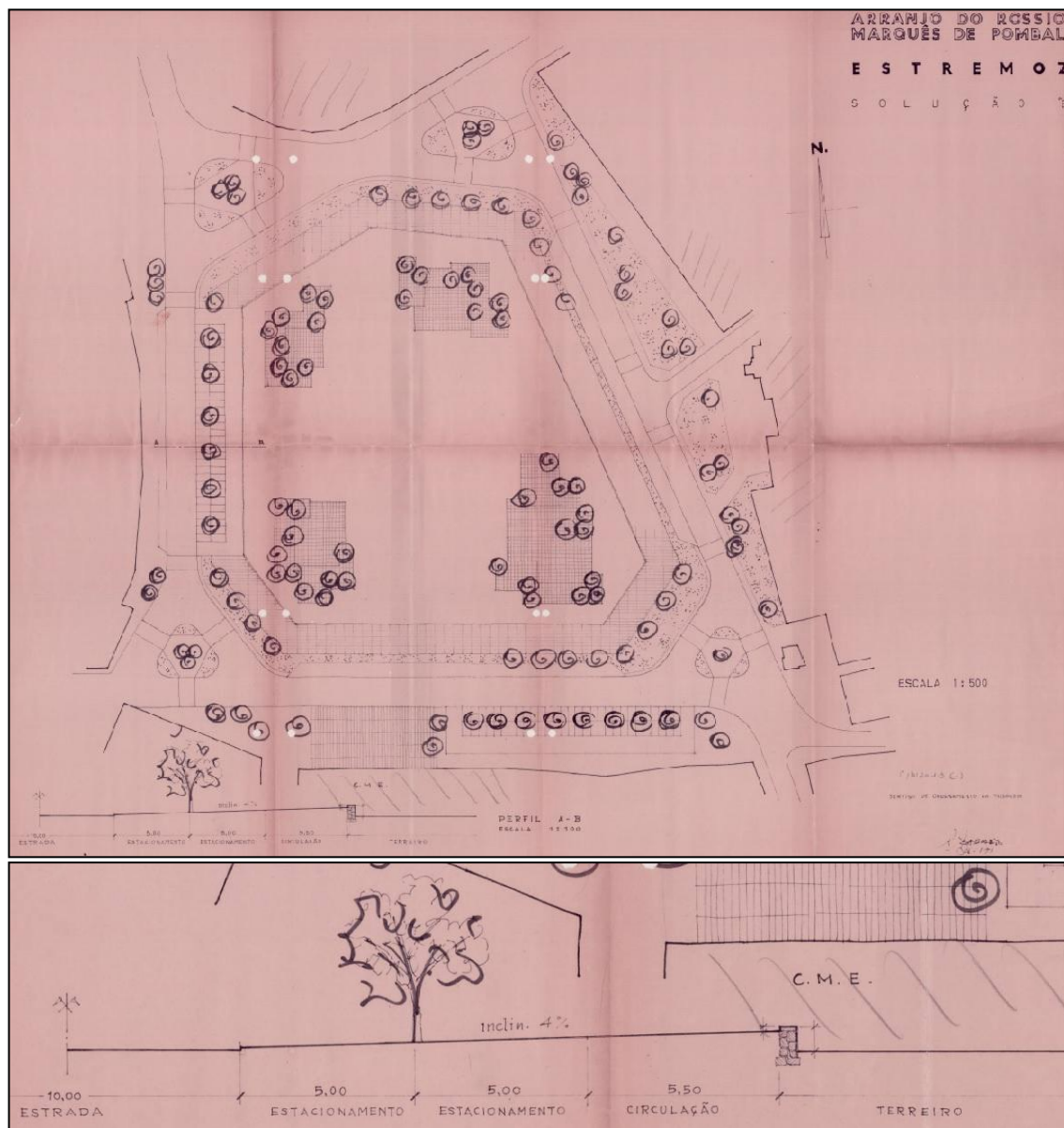
Fonte: Antepiano do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal de 1970, Arq.º Paisagista A. Viana Barreto, solução A, Arquivo Municipal de Estremoz

A proposta “B” contempla especificamente (*vide* figura 145):

- Alteração substancial da geometria da placa central, designadamente nos extremos sudeste, sudoeste, noroeste e sudoeste;

- Introdução de quatro “rotundas”, duas na zona sul e outras duas na zona norte;
- Conjunto do passeio perimetral e “cintura verde” interrompido (quadrante poente), devido à introdução de uma bolsa transversal para estacionamento, no intuito de aumentar a oferta de lugares.

**Figura 145 – Planta e perfil AB - solução B - do Anteprojeto do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal - 1970**



Fonte: Antepiano do Arranjo do Rossio Marquês de Pombal de 1970, Arq.º Paisagista A. Viana Barreto, solução B, Arquivo Municipal de Estremoz



#### 5.4. Projeto Base do Arranjo do Rossio da Cidade – Arq.º e Urbanista Nuno Portas – 1984

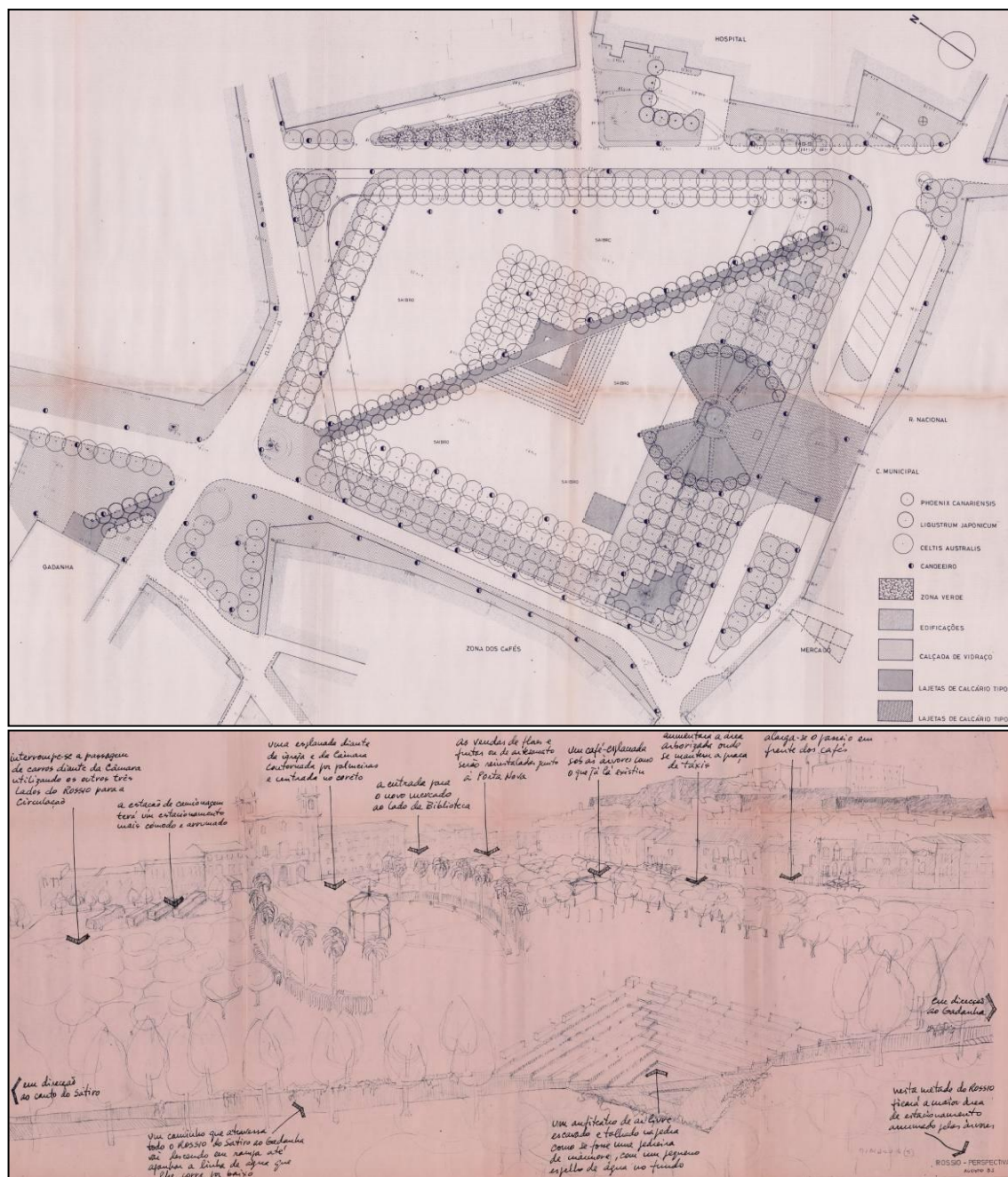
O denominado Projeto Base do Arranjo do Rossio da Cidade, de 1984, teve como suporte um diagnóstico dos valores patrimoniais em presença, ou seja uma leitura do lugar e sua envolvente, tendo-se definido um conjunto fundamental de diretrizes e medidas de intervenção que a seguir se descrevem (*vide* figura 146):

- A intervenção urbanística deveria ser bastante cautelosa, dadas as características ímpares da praça no que concerne à sua majestosa dimensão, principalmente para que não fique ofuscada a ampla panorâmica que se obtém face à envolvente próxima e em especial sobre o conjunto patrimonial que culmina no castelo;
- Apesar do importante património edificado que delimita a praça, assumia-se como principal valor o seu enorme vazio, sendo assim de evitar obstáculos construtivos ou excessiva arborização elevada. Tal como seria de evitar o aumento de pisos no edificado da envolvente imediata ao Rossio;
- Necessidade de criar zonas de sombra, com reorganização das atividades que se desenvolvem na praça, com introdução de novos elementos / valências de atração, tendo em vista estimular a fruição do espaço público em presença;
- Intervenção na placa central de modo a alterar-se o seu atual estado de “ilha”, rodeada de vias betuminosas e automóveis por todos os lados, contudo sem prejudicar o tráfego de passagem que traz vida ao coração da cidade;
- Visando a continuidade e articulação do espaço público, preconizava-se a ligação funcional entre a placa central e a zona mais representativa da Câmara Municipal (zona central da zona sul), através de uma plataforma empedrada que incluía e enquadrava o coreto municipal, enfatizada por uma “colunada” de palmeiras (*Phoenix Canariensis*). Nesse sentido, também se procurava articular o Rossio ao Largo General Graça / Largo Dragões de Olivença (zona noroeste) simplificando as vias e placas que os separam. Na zona norte, a geometria da placa central sofre uma “oscilação” no sentido de criar um paralelismo com o alinhamento do topo sul, resultando um “ilhéu” na zona nordeste para disciplinar o tráfego viário;
- Manutenção e otimização das principais atividades que se desenvolvem na praça, que contribuem para a sua atratividade turística e socioeconómica, nomeadamente: o mercado diário, os quiosques, os estabelecimentos de restauração e bebidas / esplanadas, as lojas, entre outras. Quanto ao mercado

diário, que funciona nas construções precárias, recomendava-se a construção de um novo mercado a erigir na lateral do edifício da Câmara Municipal, tendo em vista proporcionar melhores condições de higiene e serviço ao público;

- Visando a revitalização do Rossio, preconizava-se a ampliação do leque de atividades, como por exemplo: criação de um lugar para espetáculos ao ar livre / zona de estar, através de uma zona escavada (placa central) simulando o conceito de uma pedreira de mármore, em homenagem a essa indústria estruturante da região; fomentar uma esplanada cívica em torno do coreto municipal; bancos confortáveis, situados em zonas sombreadas, e equipamento lúdico para as crianças; um quiosque para café / esplanada; passeios acompanhados de árvores, para atravessamento da praça, sendo o principal a “diagonal” de ligação entre o fontanário do “Sátiro” e o lago do “Gadanha”, seguindo o trajeto da linha de água subterrânea;
- As atividades já existentes deveriam ser melhoradas, nomeadamente: os postos de venda de produtos regionais, venda de flores e fruta seriam transferidos para construções condignas; alargamento do passeio na zona poente, visando proporcionar mais conforto e segurança às esplanadas, usufruindo da sombra no verão, bem como para facilitar a mobilidade pedonal;
- Quanto ao tráfego viário de passagem, propunham-se algumas alterações: interrupção do trânsito na zona sul; simplificação do nó em frente ao “Gadanha” (zona noroeste), dando assim mais escoamento de tráfego; criação de um “sifão” na zona sudoeste, de acesso interno ao castelo;
- Assumia-se como principal problema, a resolver no Rossio, o vasto e indisciplinado parque de estacionamento, sendo que com a ajuda de uma nova arborização procurava-se que a considerável área de estacionamento (zona nascente e norte da placa central) ficasse disciplinada / dissimulada quanto possível, sem prejuízo de estacionamento longitudinal condicionado nas vias periféricas (v.g. na zona nascente ou norte);
- As redes de infraestruturas deveriam ser alvo de diagnóstico, quanto ao seu estado de conservação, procurando-se a manutenção da generalidade dos seus traçados, salientando-se a necessidade de melhoramento da iluminação pública.

**Figura 146 – Plano geral e perspetiva do Projeto Base do Arranjo do Rossio da Cidade - 1984**



Fonte: Projeto Base do Projeto do Arranjo do Rossio de 1984, Arq.<sup>o</sup> e Urbanismo Nuno Portas, p. 1 (plano geral) e p.4 (perspetiva), Arquivo Municipal de Estremoz

## **5.5. Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal – Arq.<sup>a</sup> Dina Cunha Carvalho de Oliveira – 1997/9**

O Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal, de 1997, surgiu perante a necessidade de adaptação da grande praça central e envolvente próxima a um espaço urbano com funções polivalentes. Propôs-se a pavimentação geral do Rossio (resolvendo o famigerado problema da poeira no verão e lama no inverno), tirando partido da estrutura verde existente (elementos arbóreos) e do passeio perimetral da placa central (calçada portuguesa artística). Preconizaram-se, também, algumas alterações na rede viária (automóvel e pedonal) e reabilitação / alteração de equipamentos existentes. A proposta de intervenção consistiu nos seguintes pontos (*vide* figura 147):

- Intervenção nos eixos viários:
  - Eliminação de rotundas, situadas no quadrante noroeste, com criação de duas placas centrais;
  - Alteração de alguns sentidos de trânsito rodoviário, com implementação de faixas separadoras / ilhéus, sinalética e passadeiras, bem como acertos dos limites de passeios;
  - Criação de baías de estacionamento longitudinais, integradas nas faixas de rodagem, com marcação dos respetivos lugares;
  - Valorização do adro da Igreja dos Congregados, dando maior protagonismo ao monumento e definindo um eixo estruturante da intervenção face à grande praça do Rossio;
  - Construção de uma rotunda, na zona sudeste da praça, visando disciplinar o tráfego rodoviário nesse ponto de confluência de vias;
  - Criação de estacionamentos reservados (v.g. Câmara Municipal ou para cargas / descargas), bem como zonas para parqueamento de bicicletas, fomentando assim esse modo suave de transporte;
  - Pavimentação em calçada de granito dos eixos valorizadores da Igreja dos Congregados e do edifício do Café Águias D'Ouro;
- 1.<sup>a</sup> fase de intervenção / execução:
  - Demolição do edifício denominado “Marquês” (nota: onde atualmente se encontra a Cafetaria Rossio, construída em 2013) e eliminação dos núcleos ajardinados / canteiros, situados na zona sul;

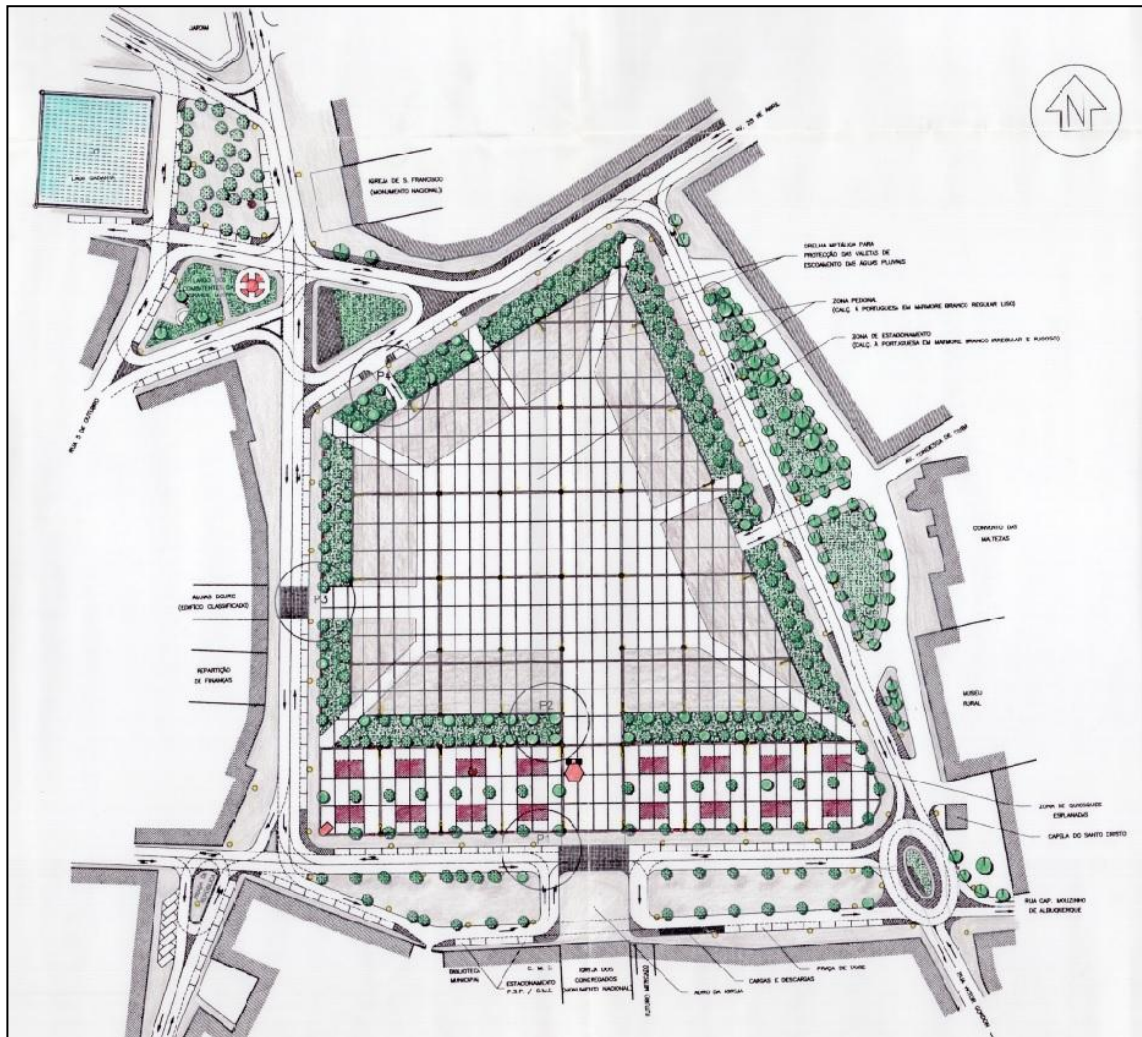


- Reabilitação do coreto municipal (nota: reabilitado / ampliado em 2012), quiosque do coreto e posto de informação / bilheteira (ex-posto de viação e trânsito), com criação de instalações sanitárias no embasamento do coreto;
- Manutenção dos passeios de calçada portuguesa artística, tendo em vista preservar esse valor patrimonial;
- Definição de um “corredor verde” (árvores existentes / a plantar e relva) perimetral, proporcionando zonas de estar e lazer sombreadas;
- Pavimentação do interior da placa central em calçada à portuguesa (mármore branco), com desenho definido por guias de mármore cinza cortado. A métrica ortogonal consistiu num retângulo submúltiplo, da dimensão de um estacionamento automóvel, sem ressalto no piso. Assim, a zona de estacionamento propôs-se com a aplicação de pavimento em mármore irregular / rugoso (perímetro) e as zonas pedonais com mármore de textura lisa (percursos pedonais e centro), sendo que com essa solução pretendeu-se fomentar o estacionamento condicionado às zonas respetivas, sem prejuízo de se poder utilizar pilaretes metálicos. O principal objetivo da diferenciação de texturas foi destacar uma zona central nobre, com percursos confluentes, vocacionada para a utilização pedonal e para o desenvolvimento de atividades lúdicas de recreio e lazer, evitando o estacionamento automóvel nessa zona;
- Previsão de caleiras e grelhas para escoamento de águas pluviais, assim como implantação de um sistema de rega integrado nas zonas verdes;
- Manutenção de duas entradas / saídas para automóveis (zona nascente e noroeste), articuladas com as vias rodoviárias;
- Substituição de todo o mobiliário urbano, nomeadamente bancos, papeleras e sinalética;
- Renovação e instalação de infraestruturas, designadamente redes de águas e esgotos, redes elétrica e telecomunicações;
- Recuperação dos candeeiros de iluminação pública, existentes na periferia, bem como implantação de novas luminárias para valorização geral da praça e monumentos envolventes (candeeiros de iluminação aérea e focos de pavimento);
- 2.ª fase de intervenção / execução:
  - Implantação de quiosques, com linguagem arquitetónica integrada, para estabelecimentos de comércio / serviços (v.g. cafetaria, jornais, venda e exposição de artesanato);
  - Remoção dos postos de venda (construções precárias) de frutas e legumes, com

relocalização das atividades comerciais para instalações condignas;

- Reimplantação de árvores em canteiros e resguardadas por grelhagens metálicas de pavimento, respeitando os eixos estruturantes.

**Figura 147 – Planta de apresentação do Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização)  
do Rossio Marquês de Pombal - 1997**



Fonte: Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal de 1997, Arq.<sup>a</sup> Dina Cunha Carvalho de Oliveira, p. 9, Arquivo Municipal de Estremoz

O projeto original, supra exposto, foi alterado no que concerne à solução rodoviária proposta no quadrante noroeste.

A solução inicial, de duas placas centrais contíguas, foi considerada ineficiente para a resolução do ponto de conflito existente, não ficando garantida a devida fluidez automóvel. A CMETz, perante esse cenário, promoveu a elaboração de um estudo de

engenharia de tráfego, tendo sido projetada uma única interseção giratória (rotunda oval), com integração do Monumento aos Combatentes da Grande Guerra.

Na nova proposta, destaca-se que foi previsto o encerramento ao tráfego de duas vias adjacentes, através da agregação de placas pedonais e passeios, conforme se pode analisar na figura seguinte (148):

**Figura 148 – Planta de implantação do Estudo para a Interseção Giratória no Rossio Marquês de Pombal - 1999**

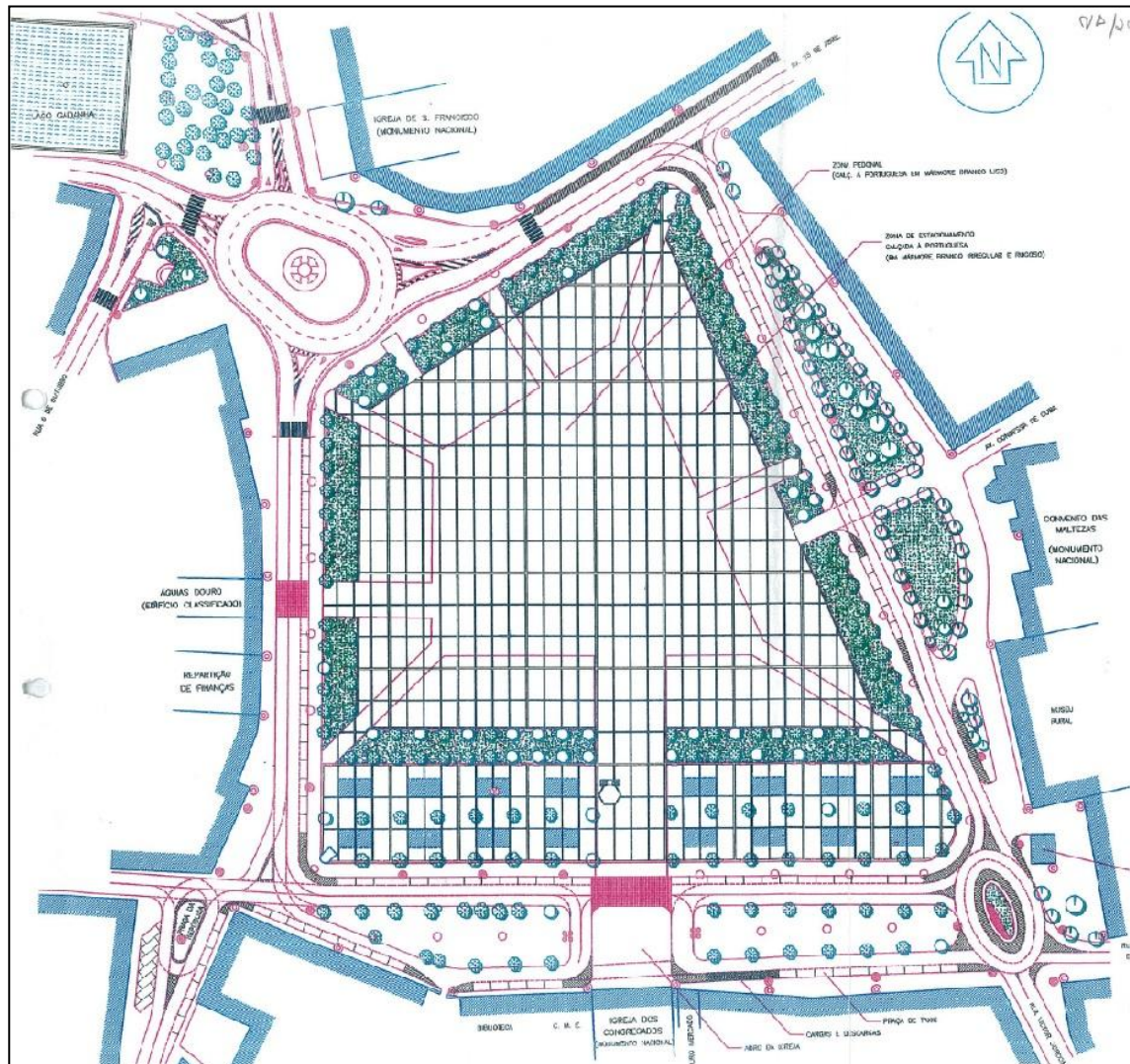


Fonte: Estudo para a Interseção Giratória no Rossio Marquês de Pombal de 1999, CMETz, p. 1, Arquivo Municipal de Estremoz

A proposta de interseção giratória foi integrada no projeto de intervenção do Rossio, tendo resultado uma solução urbanística geral mais funcional e integrada na envolvente patrimonial em presença, sendo a figura seguinte (149) o projeto final.



**Figura 149 – Planta de implantação final do Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal – 1999**



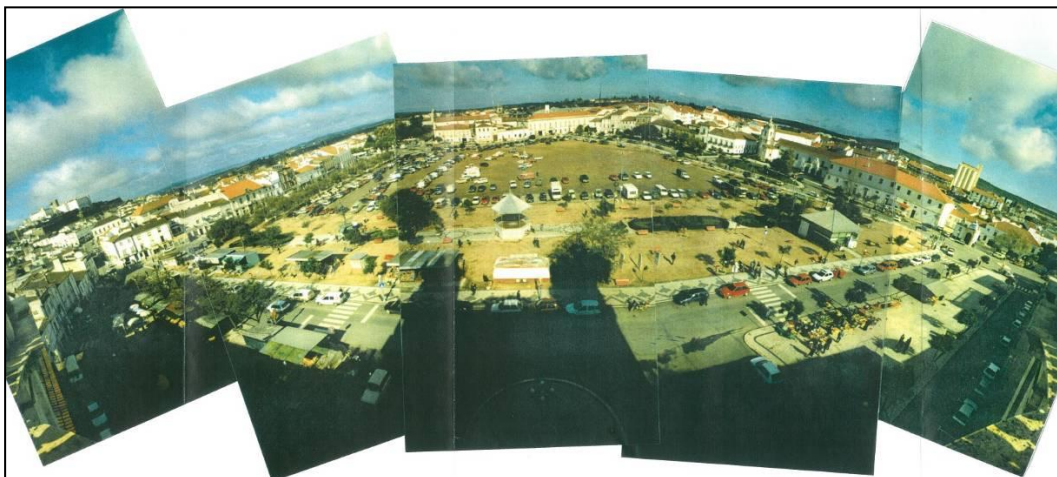
**Fonte: Projeto Final de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal de 1999, Arq.<sup>a</sup> Dina Cunha Carvalho de Oliveira / CMETz, Arquivo Municipal de Estremoz**

### 5.5.1. Execução da 1.ª fase da obra do Rossio – 2000-2006

A 1.<sup>a</sup> fase da execução da obra do Rossio, também denominada “empreitada de pavimentação do Rossio Marquês de Pombal”, cingiu-se essencialmente à construção da interseção giratória noroeste e à pavimentação do interior da placa central, com implantação de infraestruturas respetivas (rede de drenagem de águas pluviais, rede elétrica e de iluminação pública). A figura seguinte (150) é elucidativa do estado em que se encontrava a praça em estudo, antes da execução da 1.<sup>a</sup> fase da obra.



**Figura 150 – Vista panorâmica do Rossio Marquês de Pombal, 1999**



Fonte: Projeto de Intervenção (pavimentação / valorização) do Rossio Marquês de Pombal de 1999, Arq.<sup>a</sup> Dina Cunha Carvalho de Oliveira / CMEtz, Arquivo Municipal de Estremoz

Os trabalhos executados no Rossio, entre os anos 2000 e 2006, tiveram vários hiatos de suspensão, devido à citada descoberta arqueológica (esqueletos humanos / necrópole medieval), aquando da abertura de vala na zona oeste da placa central para passagem de infraestruturas (*vide* figura 151). Quanto à 2.<sup>a</sup> fase de obra, prevista no projeto de intervenção global do Rossio, até à presente data, a mesma não foi executada.

**Figura 151 – Execução da 1.<sup>a</sup> fase de execução da obra, 2000-2006**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

a) Movimentação / regularização de terras; b) Colocação de caleiras e infraestruturas; c) Pavimentação; d) Zona dos achados arqueológicos / necrópole medieval

## **5.6. Projeto de Reconversão do Rossio Marquês de Pombal – Arq.º José Figueiredo – 2005**

O Projeto de Reconversão do Rossio Marquês de Pombal, de 2005, visava a revitalização do espaço central da cidade, enfatizando a sua vocação multifuncional, nomeadamente criando melhores condições para o desenvolvimento de atividades de lazer, turismo, comércio / serviços, eventos culturais, entre outras. Assim, pretendia-se renovar o espaço público ao nível técnico e estético, reformulando os seus equipamentos, zonas verdes, vias e infraestruturas. O projeto direcionava-se para capacitar o Rossio de uma maior atratividade urbana, de modo a incentivar a paragem e permanência de pessoas, designadamente residentes e provenientes do exponencial fluxo turístico, alavancando Estremoz para um plano de maior visibilidade no contexto regional, como também nacional e internacional (*vide* figura 152).

Face ao referido, o programa geral de projeto incidia nos seguintes pontos:

- Reorganização funcional, utilizações e ocupações;
- Equipamentos e mobiliário urbano;
- Sinalética de informação pontual (cultural / patrimonial) e de tráfego / direções;
- Iluminação;
- Pavimentos;
- Arranjo paisagístico;
- Infraestruturas;
- Ordenamento da circulação viária (pedonal / automóvel) e estacionamento;
- Edificado envolvente (medidas de intervenção através de regulamento municipal a elaborar).

A proposta, subdividida por zonas / fases de intervenção, preconizava especificamente o seguinte:

- Placa central:
  - Intervenção ao nível do equipamento, iluminação, espaços verdes, arte urbana e infraestruturas. O interior da placa central deveria ficar “livre” de qualquer tipo de construções, assumindo-se como um amplo espaço público multifunções. Nos seus vértices preconizavam-se quatro “portas de entrada” direcionadas ao interior da mesma, que visavam a aproximação das pessoas ao centro da praça, servindo também como áreas de lazer e pontos privilegiados de contemplação;
  - Na zona sul da placa central propunha-se a introdução de uma nova faixa ajardinada, junto ao passeio perimetral, interrompida pelo alinhamento do adro da

Igreja, visando aumentar o conforto térmico dessa zona pedonal. Porém, a introdução de elementos verdes seria contida, de modo a evitar-se barreiras visuais que ofuscassem o edificado envolvente, nomeadamente a Igreja dos Congregados. Nesta zona, com o alargamento do passeio e introdução de quiosques multifunções, previa-se a criação de uma plataforma comercial de rua. Os novos quiosques, implantados de forma não linear, permitiriam gerar um conjunto de percursos, com zonas de estar / lazer, espaços verdes, espelhos de água e mobiliário urbano, que convidariam os utilizadores à permanência no espaço público;

- Zona sul:
    - A principal medida para a zona sul consistia na agregação das placas pedonais / passeio, suprimindo a via sul de tráfego automóvel e rotunda central, criando-se assim uma plataforma de suporte para o desenvolvimento de atividades comerciais, marcada pelo adro da Igreja dos Congregados. Nesta zona previa-se a criação de bancas de venda para o mercado semanal, que simultaneamente têm a função de bancos para a permanência de eventuais utilizadores. No quadrante sudeste propunha-se a reformulação da pequena rotunda existente, visando otimizar a fluidez de circulação automóvel;
  - Zona nascente:
    - Tal como proposto para a zona sul, propunha-se a anulação das vias interiores de circulação automóvel, originando duas placas pedonais unicamente interrompidas pelo acesso à Avenida Condessa da Cuba;
    - Tendo em vista destacar o Convento das Maltezas, a proposta contemplava a valorização da sua plataforma envolvente, com a instalação de um monumento à água. Assegurava-se, assim, uma área de entrada mais atrativa, estabelecendo-se uma relação mais forte de continuidade urbana entre a praça e o interior do monumento;
    - Quanto aos núcleos ajardinados, propunha-se a sua geometrização e alargamento, com zonas intersticiais livres, possibilitando passagens pedonais, zonas de estar e a instalação de esplanadas;
  - Zonas norte e poente:
    - Nessas duas zonas, dentro da área objeto de estudo, não se preconizou qualquer alteração substancial;
- Concomitantemente, a proposta previa a instalação das seguintes valências: centro de turismo; centro arqueológico; definição de percursos lúdicos e pedonais;

esplanadas culturais; café(s) / esplanadas; *ateliers* de artesanato.

Relativamente à rede viária, não se projetaram alterações estruturantes, exceto a supressão das vias secundárias referidas (a sul e a nascente). O estacionamento automóvel estava previsto nas orlas da praça, em bolsas transversais e baías longitudinais, bem como no interior da placa central.

**Figura 152 - Planta geral do Projeto de Reconversão do Rossio Marquês de Pombal – 2005**



Fonte: Projeto de Reconversão do Rossio Marquês de Pombal de 2005, Arq.º José Figueiredo, p. 2, Arquivo Municipal de Estremoz



## **5.7. Conceção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal e Largos Adjacentes, em Estremoz – Arq.º Adalberto Dias – 2007**

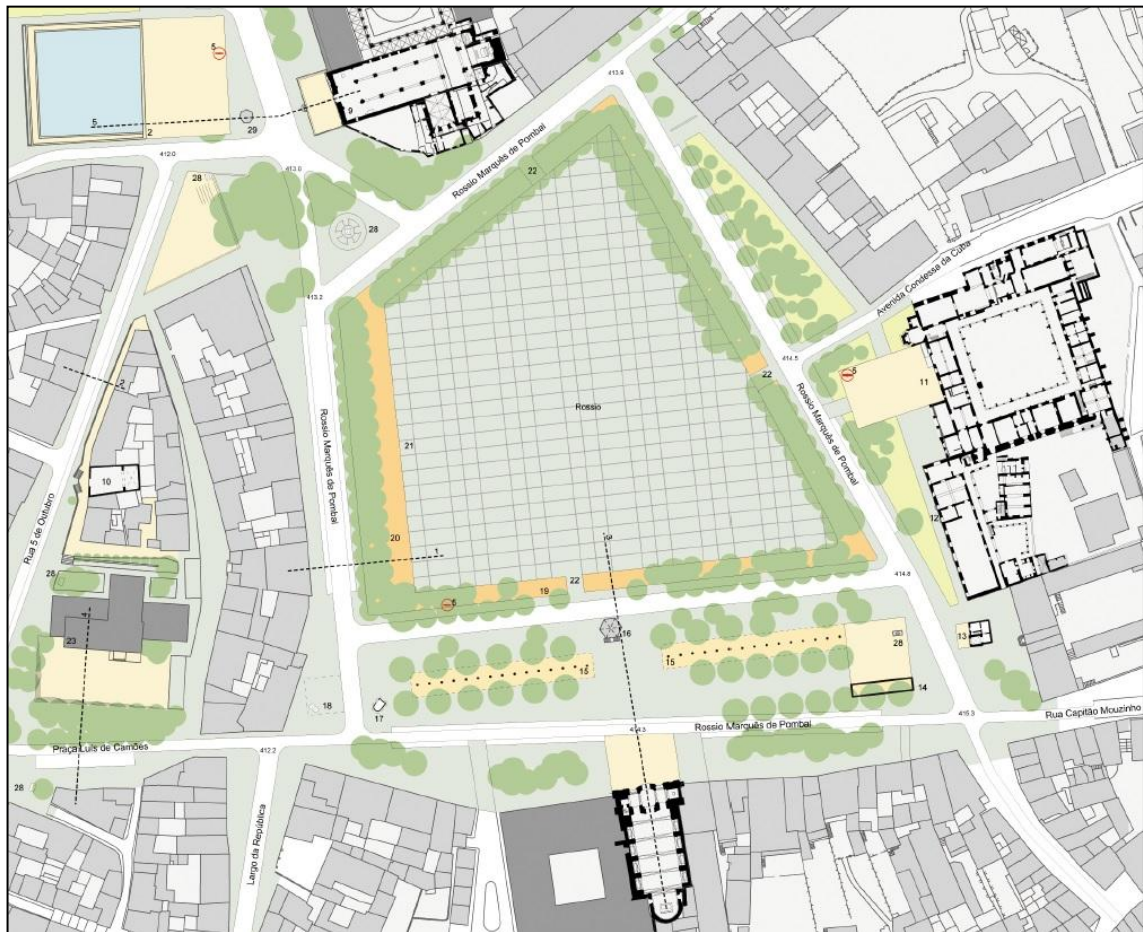
O estudo para a Conceção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal e Largos Adjacentes, em Estremoz, de 2007, pautou-se por princípios de sustentabilidade urbana, considerando as potencialidades presentes no centro da cidade: património construído / monumentos, turismo, comércio tradicional, entre outras (*vide* figura 153).

- Nesse prisma, a proposta de intervenção teve por base as seguintes premissas gerais:
  - Preservação e valorização dos sistemas ecológicos, através da infiltração e escoamento hídrico, com manutenção da componente silvestre em meio urbano;
  - Homogeneização do espaço público, considerando a escala e valor patrimonial dos volumes construídos;
  - Ampliação / junção das plataformas de espaço público pedonal, em articulação com os edifícios monumentais;
  - Hierarquização do sistema viário, com novas soluções de circulação, visando a qualificação do centro;
  - Clarificação e simplificação do sistema de circulação automóvel;
  - Articulação do que se encontra separado, com criação de relações visuais entre elementos relevantes (v.g. arte urbana / esculturas, edifícios e sistema solar);
  - Promoção de uma mobilidade urbana menos poluente, tirando partido dos recursos hídricos e energéticos.
- Especificamente, para a praça objeto de estudo, propôs-se:
  - Alteração substancial da geometria da placa central, com introdução de um arruamento na sua zona sul (em frente da zona dos cafés / esplanadas), resultando uma nova plataforma pedonal entre a zona sul da praça e a placa central remanescente. A nova plataforma, que se propunha parcialmente coberta (estrutura de madeira, com painéis fotovoltaicos), visava a clarificação e autonomização da alameda existente e possibilita um espaço vocacionado para eventos festivos e atividades socioeconómicas, tais como o mercado semanal. Na zona nascente dessa placa, previa-se um novo equipamento para restauração, com instalações sanitárias públicas integradas;
  - Criação de uma grande plataforma pedonal na zona sul, ao longo da frente urbana da Igreja dos Congregados, reposicionando o arruamento sul com alinhando obtido entre a Praça Luís de Camões e a Rua Capitão Mouzinho de

Albuquerque;

- Alteração do sistema de circulação automóvel no quadrante noroeste, com deslocação do Monumento aos Combatentes;
- Na zona nascente preconizava-se a junção das placas pedonais, com anulação das vias rodoviárias secundárias, bem como requalificação das zonas verdes e criação de um adro para enquadramento da entrada do Convento das Maltezas e do sistema solar (Sol);
- Na zona poente propunha-se o alargamento de passeio, para melhorar o conforto das atividades comerciais e de serviços, prevendo-se na parte sul a instalação de um monumento alusivo à arte barrística do concelho;
- Relativamente ao estacionamento automóvel, o mesmo seria resolvido através de baías de estacionamento longitudinais, nas orlas da praça (excepto na zona norte) e com manutenção do parque de estacionamento no interior da placa central, com reposicionamento da sua entrada norte;
- Quanto aos pavimentos a proposta ia no sentido de manter o betuminoso nas principais vias de tráfego rodoviário de passagem; reabilitação de calçadas (pedra natural) nas zonas pedonais; substituição das zonas relvadas, existentes em torno da placa central, por saibro;
- A proposta também apontava para a reformulação / implementação de redes de infraestruturas, nomeadamente: infraestruturas hidráulicas (rede de abastecimento de água / combate a incêndio, rede de drenagem de águas residuais e rede de drenagem de águas pluviais); rede de iluminação pública e cénica; rede de telecomunicações; rede de abastecimento de gás.

**Figura 153 – Extrato da planta proposta para Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e Largos Adjacentes, em Estremoz - 2007**



Fonte: Proposta para Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e Largos Adjacentes, em Estremoz, de 2007, Arq.º Adalberto Dias, p. 4 (caderno A3 do concurso), Arquivo Municipal de Estremoz

## **5.8. Estudo Prévio para a Reabilitação Paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz – Arquiteto Paisagista António Serrano – 2013**

O estudo prévio para a reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz, de 2013, suporta-se na função aglutinadora da praça, enquanto núcleo da cidade que concentra um conjunto importante de património construído, comércio, serviços, entre outras valências que atraem um número considerável de pessoas. A proposta, que pode ser considerada minimalista, aponta para a valorização dos elementos fundamentais presentes na praça, unicamente intervindo onde se julga necessário (*vide* figura 154).

- Face ao referido, propõe-se para o Rossio o seguinte:
  - Para a zona norte e placa central (excepto a zona sul da placa central) preconiza-se apenas a valorização dos espaços e equipamentos existentes, como por exemplo preencher lacunas nos alinhamentos arbóreos, com a plantação de árvores em falta;
  - Na zona sul propõe-se destacar / valorizar o adro da Igreja dos Congregados, anulando a rotunda e zona de estacionamento frontal e criando uma área sobrelevada de receção em toda a largura do alçado do monumento, pavimentada com calçada de mármore branco. Pretende-se que essa área se alastre até à placa central, articulando-se com o coreto e área envolvente, onde se realizam os mercados diários e semanais. No local onde se encontra atualmente a rotunda central, prevê-se a instalação de um conjunto de repuxos (dois alinhamentos paralelos à fachada da igreja) e bancos em mármore, visando uma nova ambiência urbana, com a introdução do elemento água. Contudo, são mantidas as duas vias de circulação automóvel na zona sul. Quanto às construções precárias (mercado diário) propõe-se a sua demolição e consequente substituição por quiosques de venda melhor integrados na envolvente patrimonial em presença, a implantar no quadrante oeste da zona sul (placa pedonal), sendo um dos módulos destinado a instalações sanitárias de acesso público. Para a área onde se instala o mercado semanal não se propõem alterações relevantes. Visando otimizar a circulação automóvel, no quadrante sudeste, projeta-se a substituição da pequena rotunda circular por uma solução geométrica de forma elíptica;
  - Na zona sul da placa central preconiza-se a diferenciação de duas subzonas: uma que se articula com a área sobrelevada anteriormente referida (adjacente à zona sul do rossio), pavimentada com calçada de mármore branco e pontuada por três zonas relvadas; outra subzona que se propõe pavimentada com saibro (adjacente ao interior da placa central), para manutenção da feira semanal de antiguidades e velharias, bem como para preservar / fomentar a prática de jogos tradicionais. No que concerne aos elementos arbóreos prevê-se uma lógica de alinhamentos e o preenchimento de lacunas, com manutenção das espécies existentes, designadamente jacarandá e lodão. Também nesta zona se propõe a demolição das construções precárias, promovendo a sua substituição por quiosques de venda que se coadunem com o lugar. Na área envolvente ao fontanário do Sátiro pretende-se criar uma zona de estar e de enquadramento ao monumento, com a introdução de um elemento de água;



- Para a zona nascente propõe-se a remodelação dos núcleos ajardinados, bem como a valorização da área de receção ao Convento das Maltezas, através da eliminação da via secundária de circulação automóvel.
- Relativamente ao mobiliário urbano, a proposta aponta para a sua eventual substituição ou reposição, dependendo das opções de desenho dos espaços de estar, porém prevê-se a manutenção dos postes / candeeiros existentes de iluminação pública.

**Figura 154 – Plano geral do estudo prévio para a Reabilitação Paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz - 2013**



Fonte: Estudo prévio para a Reabilitação Paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz, de 2013, Arquiteto Paisagista António Serrano, p. 2, CMETz

## 5.9. Modelos Interessantes Encontrados noutras Localidades – Portuguesas e Espanholas

A título subsidiário, importa destacar (sumariamente) alguns exemplos de modelos de praças, portuguesas e espanholas, que se consideram interessantes na ótica funcional, patrimonial, socioeconómica e de sustentabilidade urbana. Tais espaços públicos de encontro têm em comum a prioridade outorgada ao peão, em detrimento do automóvel. Possuem amplas zonas pedonais, plataformas de contemplação e na maioria dos casos dispõem de zonas de estar / esplanadas, com respetivos equipamentos de apoio.

A carga histórica, simbolismo e multifuncionalidade também são fatores transversais, respetivamente, que recaem sobre as praças em foco.

- **Praça do Giraldo, em Évora** - Centro Histórico de Évora, Património Mundial pela Unesco – 1986 (*vide* figura 155):
  - Centro urbano (forma retangular alongada, orientada a norte-sul), de confluência de fluxos pedonais, emoldurado por edifícios históricos e arcadas corridas, nos quais se encontram instaladas diversas atividades comerciais e de serviços;
  - Integralmente pedonal, excepto no quadrante poente / topo sul, no qual existe uma via de tráfego automóvel de passagem;
  - Na placa central encontra-se uma vasta área de esplanadas, que concorre para a dinamização e atratividade turística da praça;

**Figura 155 – Praça do Giraldo, em Évora**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista para o quadrante norte / zona central de esplanadas; b) Vista para o quadrante sul / fonte em mármore

- A pontuar a zona norte destaca-se uma fonte, denominada por chafariz da Praça do Giraldo, elemento urbano em mármore branco e que contém o elemento água;
- O mobiliário urbano coaduna-se com a envolvente histórica, sendo todos os pavimentos pétreos (v.g. cubos de granito e calçada portuguesa artística);
- A praça não possui qualquer zona verde ou elemento arbóreo.
- **Praça da República, em Elvas** - Cidade-Quartel, Fronteira de Elvas e as suas Fortificações, Património Mundial da Unesco – 2012 (*vide* figura 156):
  - Espaço público central (forma tendencialmente retangular, orientada a norte-sul), onde se encontra localizada a Câmara Municipal de Elvas, assim como outras valências (v.g. posto de turismo, repartição de finanças, ginásio sénior municipal, clínicas, estabelecimentos de restauração / bebidas);
  - A placa central é exclusivamente pedonal, na qual são instaladas esplanadas (zona poente e sul), sendo que no vértice noroeste foi implantado um quiosque de apoio;
  - A circulação automóvel processa-se em duas vias, nascente e norte, sendo que em 2007 entrou em funcionamento um parque de estacionamento subterrâneo, com três pisos e com oferta para 300 veículos. Considera-se que foi uma intervenção urbana acertada, no prisma da sustentabilidade ambiental e socioeconómica do centro histórico, aumentando a atratividade turística da cidade;

**Figura 156 – Praça da República, em Elvas**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista para o quadrante norte / zona central de esplanadas; b) Vista para o quadrante sul

- A praça é palco propício para a realização de eventos culturais e recreativos, tais como: Feira Ibérica do Livro ou o Festival Medieval;
- O mobiliário urbano é o adequado para a praça patrimonial em presença, tendo-

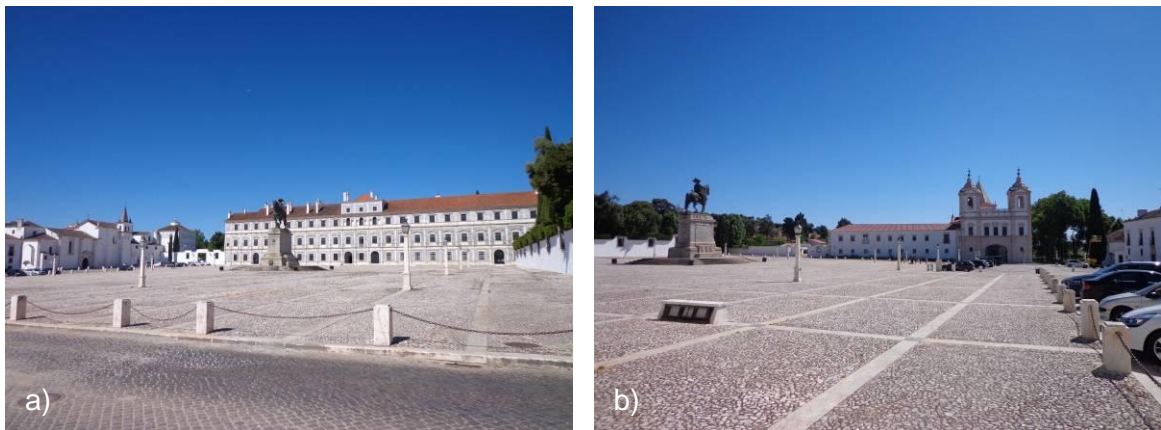


se mantido / recuperado toda a pavimentação em pedra natural (v.g. cubos de granito, calçada portuguesa artística e lajeado em mármore).

- A praça possui dois alinhamentos arbóreos, nos limites nascente e poente da placa central, o que possibilita a criação de sombras e maior conforto nas zonas de estar.

- **Terreiro do Paço, em Vila Viçosa** - Vila Ducal Renascentista, inscrita na lista indicativa de Portugal ao Património Mundial da Unesco – 2016 (*vide* figura 157):
  - Grande vazio urbano (forma quadrangular), abraçado pela implantação de três edificações históricas, de grande porte: o Palácio Ducal (edifício com 110m de comprimento de fachada, em mármore da região), Igreja / ex-Convento das Chagas e Igreja / Convento dos Agostinhos.
  - Salienta-se que é o espaço público, situado mais próximo da cidade de Estremoz, que se assemelha em termos de grandeza de escala ao objeto de estudo – Rossio Marquês de Pombal;
  - A praça monumental é um espaço público de contemplação, despojada de atividades económicas na sua envolvente edificada, à exceção da Pousada que funciona no Convento das Chagas (adjacente ao Palácio Ducal);

**Figura 157 – Terreiro do Paço, em Vila Viçosa**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista para o quadrante poente; b) Vista para o quadrante nascente

- A placa central encontra-se delimitada por pilaretes ligados por correntes, sendo a mesma totalmente pedonal. A circulação automóvel funciona por duas vias, a principal a nascente e a secundária a sul. A praça dispõe de parque de estacionamento à superfície, através de bolsas transversais na orla sul e baía longitudinal no topo nascente;



- O elemento escultórico central assume total protagonismo (estátua equestre do Rei de Portugal D. João IV, Calipolense, restaurador da independência em 1640), alinhado com o ponto médio da fachada do palácio, aumentando a escala monumental e simbólica da praça;
- Destaca-se a pavimentação da placa central (calçada portuguesa do tipo malhete), que é semelhante à do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz. Os elementos de mobiliário urbano são em mármore (postes de iluminação, bancos / projetores cénicos e pilaretes). A restante pavimentação, presente na praça, também é pétrea (v.g. cubos de granito e lajeado em mármore);
- A praça possui duas pequenas zonas verdes, nos quadrantes nascente e sul.
- **Plaza Alta** (vide figura 158) e **Plaza de San Francisco** (vide figura 159), em Badajoz:
  - **A Plaza Alta** (forma tendencialmente retangular, orientada a nascente-poente) situada perto da antiga cidadela muçulmana, conjuga a componente de contemplação do edificado monumental que a delimita, com atividades económicas situadas na parte poente, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas com esplanadas de apoio;
  - O espaço público é pedonal, sem qualquer circulação automóvel, com uma zona de arcadas corridas, formando um U que remata o topo nascente;
  - O mobiliário urbano considera-se adequado (postes de iluminação e bancos em pedra, alinhados na zona central), sendo os pavimentos pétreos (v.g. paralelepípedos e lajeado em granito);
  - A praça encontra-se despojada de zonas verdes e elementos arbóreos.

**Figura 158 – Plaza Alta, em Badajoz**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista para o quadrante nascente; b) Vista para o quadrante poente

- A **Plaza de San Francisco** (forma quadrangular) é o principal parque central da cidade, lugar apto para estar e para a realização de eventos lúdicos / culturais;
- A placa central é pedonal, funcionando a circulação automóvel nas orlas perimetrais, excepto na zona sudeste. A praça possui uma envolvente construída sem valor arquitetónico (com alguns estabelecimentos de comércio / serviços), pelo que são as valências existentes na placa central que atraem a maioria das pessoas, nomeadamente: dois quiosques (jornais / revistas), dois estabelecimentos de restauração e bebidas, esplanadas, espaços verdes, bancos em zonas sombreadas e coreto municipal (situado no centro, com repuxos de água no seu perímetro);
- O mobiliário urbano encontra-se corretamente integrado (postes de iluminação, bancos, bebedouros e papeleiras), sendo os pavimentos pétreos e de tijolo maciço de barro vermelho, excepto na via de circulação automóvel sudoeste que se encontra pavimentada com material betuminoso;
- Considerando os seus canteiros devidamente ajardinados e abundantes elementos arbóreos, pode ser denominada como praça-jardim.

**Figura 159 – Plaza de San Francisco, em Badajoz**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista para o quadrante nascente; b) Vista para o quadrante norte

- **Plaza de España, em Mérida** - Conjunto Arqueológico de Mérida, Património Mundial da Unesco - 1993 (*vide* figura 160):
  - Praça central (forma tendencialmente quadrangular, orientada a sudoeste-nordeste), confinada por edifícios históricos, a maioria com arcadas corridas, onde se encontra instalada a Câmara Municipal de Mérida e diversas atividades de comércio / serviços;

- A placa central é pedonal e encontra-se sobrelevada, o que lhe confere uma característica urbana singular, sendo que a circulação automóvel funciona nas orlas sudoeste e noroeste;
- A praça alberga 5 quiosques, um na zona de passagem pedonal sudeste (jornais / revistas) e um a cada vértice da placa central (estabelecimentos de restauração e bebidas, com esplanadas), o que cria uma forte afluência de pessoas que procuram momentos de lazer;
- O mobiliário urbano é o adequado para a praça histórica em causa, encontrando-se o seu centro pontuado por uma fonte ornamental (construída em Lisboa). Os pavimentos são integralmente pétreos;
- A estrutura verde é composta por alinhamentos arbóreos, plantados no perímetro da placa central, bem como por canteiros metálicos (amovíveis) que servem como balizadores de tráfego.

**Figura 160 – Plaza de España, em Mérida**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista para o quadrante sudoeste / fonte ornamental; b) Vista para o quadrante poente

- **Plaza Mayor, em Cáceres** – Cidade Antiga de Cáceres, Património Mundial da Unesco - 1986 (vide figura 161):
  - Espaço público central (forma tendencialmente retangular, orientada a sul-norte), corresponde ao principal lugar de encontro e reunião da urbe, circunscrito por edifícios históricos, com arcadas corridas.
  - Para além da Câmara Municipal de Cáceres, encontram-se instaladas diversas atividades de comércio / serviços, principalmente de restauração e bebidas. As esplanadas funcionam ao longo do quadrante poente e em partes do nascente;

- A praça é totalmente pedonal, tendo sido considerada como espaço público melhor adaptado para pessoas com problemas de mobilidade, sendo Cáceres um “destino turístico acessível”. A placa central encontra-se totalmente despojada de elementos construídos ou mobiliário urbano.
- No quadrante sudoeste foi criado um “recanto”, que serve como zona de estar, pavimentado com saibro, evocativo ao antigo terreiro, bem como foram instalados bancos e plantados elementos arbóreos. A pavimentação da praça é pétrea, exceto na zona supracitada.

**Figura 161 – Plaza Mayor, em Cáceres**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista para o quadrante norte; b) Vista para o quadrante sul

- **Praça do Comércio, em Lisboa** – Lisboa Pombalina, inscrita na lista indicativa de Portugal ao Património Mundial da Unesco – 2016 (*vide* figura 162):
  - O antigo Terreiro do Paço (forma tendencialmente quadrangular, orientada a sul-norte), é um grande vazio urbano de descompressão e remate, da malha geométrica que se estende até ao Rossio. Considera-se que é o espaço público que mais se equipara – em escala – ao Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz, possuindo cerca de 35.500m<sup>2</sup>;
  - A praça monumental encontra-se delimitada por edifícios históricos, com arcadas corridas, excepto no topo sul que se abre para o rio Tejo. Atualmente, é um lugar atrativo de encontro, contemplação, de estar e palco para eventos culturais / recreativos. Para além de departamentos governamentais, encontram-se instaladas diversas atividades de comércio / serviços, principalmente de restauração e bebidas, bem como estabelecimentos hoteleiros. As esplanadas são instaladas nos quadrantes nascente e poente, contribuindo para a



dinamização e valorização dessas zonas;

- A placa central, que até à década de 1990 funcionou como grande parque de estacionamento, com orlas envolventes em pavimento betuminoso (*vide* anexo CLIX, figuras 176 e 177), foi “devolvida” às pessoas, sendo totalmente pedonal. O tráfego automóvel, de atravessamento, funciona unicamente nos topos sul e norte. Mantiveram-se as vias de acesso automóvel nas orlas nascente e poente, contudo, condicionadas (cargas e descargas, acesso para veículos de emergência, etc.), com recurso a pilaretes metálicos retráteis. No centro da praça destaca-se a estátua equestre de Dom José I;
- A praça encontra-se despojada de zonas verdes ou elementos arbóreos. O mobiliário urbano é contido (v.g. bancos em pedra ou candeeiros metálicos), porém, devidamente integrado. A pavimentação da praça é principalmente pétrea (v.g. paralelepípedos de granito e lajeado em lioz), tendo sido aplicado saibro consolidado (com adição de ligante sintético) na placa central, no intuito de evocação ao antigo terreiro.

**Figura 162 – Praça do Comércio, em Lisboa**



Fonte: Fotografias do autor (2018)

a) Vista para o quadrante poente; b) Vista para o quadrante nascente / zona de esplanadas

## **CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE REABILITAÇÃO URBANA DO ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL**

### **6.1. Diretrizes Gerais de Intervenção para a Cidade de Estremoz, com Incidência / Aplicação no Rossio Marquês de Pombal**

A futura reabilitação urbana, do Rossio Marquês de Pombal, é indissociável de uma proposta global de atuação para a cidade de Estremoz, que congregue e articule várias componentes de intervenção, visando o desígnio de uma “cidade sustentável”. Com efeito, tal como se referiu anteriormente (subponto 5.1.), encontram-se na fase de elaboração dois importantes Instrumentos de Gestão Territorial<sup>203</sup>, que darão suporte à execução de uma operação de reabilitação urbana sistemática, na cidade de Estremoz.

Assim, tendo por base o que foi explanado ao longo do presente trabalho, importa destacar as seguintes diretrizes gerais de intervenção para a cidade de Estremoz, com incidência / aplicação direta na praça que se propõe intervencionar:

- Assumir, de modo efetivo, uma mudança de paradigma no que concerne à prossecução da sustentabilidade urbana e ambiental, através de uma gestão urbanística não expansionista, ou seja, de contenção do perímetro urbano, fomentando a reabilitação urbana sistemática do parque edificado, espaços públicos e infraestruturas<sup>204</sup>, com foco primeiro no centro histórico da cidade / Rossio Marquês de Pombal;
- Considerar como prioritária a elaboração de um plano geral de acessibilidade, mobilidade e transportes urbanos<sup>205</sup>, articulado com um estudo de circulação / estacionamento<sup>206</sup>, que para além da essencial componente de engenharia de tráfego, contemple o cumprimento da legislação em matéria de acessibilidade

---

<sup>203</sup> Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Plano de Urbanização para a cidade de Estremoz.

<sup>204</sup> A reabilitação urbana promovida pela administração pública (central e local) origina um ambiente propício para o surgimento de investimentos do setor privado, no âmbito da conservação e reabilitação do parque edificado. Com efeito, um espaço urbano com qualidade e atrativo (vertentes ambiental e funcional), zonas verdes cuidadas, equipamentos públicos bem conservados e infraestruturas eficientes, são estimuladores económicos da iniciativa privada. Por outro lado, a administração local, pela via de “dar o exemplo”, é-lhe outorgada a legitimidade (ética e moral) necessária para obrigar os privados a promover ações de conservação ou reabilitação dos seus imóveis, conforme se encontra estatuído no art.º 89.º (dever de conservação) e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

<sup>205</sup> Tendo como referências base: o Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (COM 2007); o Livro Branco – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos (COM 2011); Acessibilidade, Mobilidade e Logística Urbana (DGOTDU 2011); Guião orientador – acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território (IMTT 2011); Guia para a elaboração de planos de mobilidade e transportes (IMTT 2011); entre outros.

<sup>206</sup> Quanto ao sistema de circulação / estacionamento intraurbano, importa realçar que será de extrema importância resolver a ligação rodoviária da EN4 ao IP2, possivelmente com uma circular periurbana a executar no quadrante nascente, com artérias de ligação ao centro urbano, tendo em vista a minimização do tráfego de atravessamento no interior da cidade de Estremoz. Tal obra de infraestruturação viária é da competência da administração central, em articulação com a local.

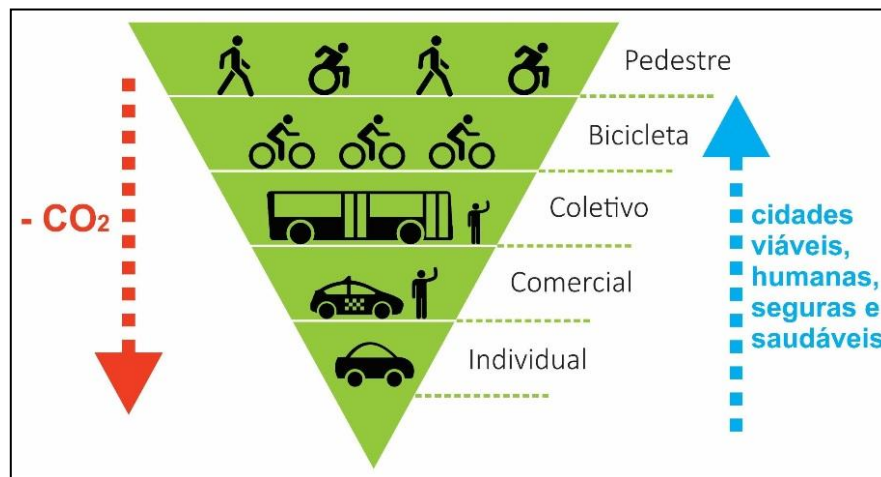
para pessoas com mobilidade condicionada<sup>207</sup>.

Pretende-se, por essa via de planeamento - de desenvolvimento urbano sustentável - inverter o cenário seguinte:

“(…) durante as últimas décadas, as políticas de planeamento e de transportes promoveram a utilização do automóvel, negligenciando as necessidades dos peões e dos ciclistas. Como resultado, as condições para a utilização dos modos suaves deterioraram-se e um maior número de deslocações passou a ser realizado em automóvel. O aumento das distâncias de viagem, associado à dispersão urbana e à segregação dos usos do solo, bem como a ausência de um desenho urbano atraente, adequado e seguro dentro dos aglomerados urbanos, contribuíram para a redução das deslocações a pé e para o não desenvolvimento do uso da bicicleta.”<sup>208</sup>

O plano e estudo citados visam alcançar a denominada “mobilidade sustentável” (vide esquema 2), que tem subjacente: a redução substancial da utilização do automóvel particular; a introdução da oferta de transporte coletivo intraurbano (inexistente na cidade de Estremoz); fomento dos modos suaves no sistema de transportes (v.g. andar a pé, de bicicleta ou outros meios não poluentes).

**Esquema 2 – Pirâmide inversa de mobilidade urbana sustentável**



Fonte: <https://docplayer.com.br/69121434-Fase-2-pesquisa-domiciliar-de-origem-e-destino-entrevistas.html>

<sup>207</sup> As normas técnicas para a melhoria das condições de acessibilidade, encontram-se consagradas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. No preâmbulo do DL citado é salientado o seguinte: “A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, consequentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.”

<sup>208</sup> Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (2011). *Guia para a elaboração de planos de mobilidade e transportes*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Inovação e Avaliação, p. 53

Conforme se pode constatar no esquema anterior, com a implementação de um sistema de “mobilidade sustentável”, poder-se-ão alcançar: equilíbrios ambientais / combate às alterações climáticas (cidade com menos CO<sub>2</sub>); redução substancial dos níveis de ruído ambiente (L<sub>den</sub> e L<sub>n</sub>); melhores condições de segurança, conforto e qualidade de vida urbana; melhorias na saúde pública (v.g. menos obesidade, doenças cardíacas ou respiratórias); maior eficiência energética / poupança de recursos; entre outros.

A par dos benefícios citados, o modelo urbano de pirâmide inversa de mobilidade sustentável, possibilita a aplicação prática do conceito de “Cidadão Multimodal”:

“O conceito que pode servir de referência ao incremento da mobilidade sustentável é o Cidadão Multimodal, isto é, o cidadão que nas suas deslocações otimiza a utilização do sistema de transportes à sua disposição no sentido da minimização do uso do automóvel individual. Ou seja, a capacidade desenvolvida nos cidadãos para escolherem a melhor solução de transporte para cada necessidade específica, e não a capacidade de «forçarem» a mesma solução (a automóvel) a todas as circunstâncias e necessidades. (...) O problema reside quando as políticas públicas só atendem ou moldam o sistema urbano a uma dessas soluções, não dando opções de escolha”<sup>209</sup>

- Manter e revitalizar a Estrutura Ecológica Urbana (descrita no subponto 4.5.), que se conecta com o espaço rural, fundamental para a sustentabilidade ambiental, qualidade de vida dos residentes / visitantes e atratividade da urbe. Assim, a proposta de reabilitação urbana deve ir ao encontro da aplicação dos conceitos / princípios de “Paisagem Global”, *Continuum Naturale* e *Continuum Culturale*:

“«Paisagem Global», o «espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que se percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana», segundo Ribeiro Telles (1994). Segundo o mesmo autor «há que restabelecer o *continuum naturale* no espaço urbano e no rural...»

«Continuum Naturale», um sistema contínuo de ocorrências naturais que permitem o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas e a permanência do potencial genético (biodiversidade), definido no artigo 5.º da Lei de Bases do Ambiente n.º 11/87 de

---

<sup>209</sup> Direcção-Geral do Ordenamento do Território, e Desenvolvimento Urbano (2011). *Acessibilidade, Mobilidade e Logística Urbana*. Lisboa: DGOTDU, p. 20

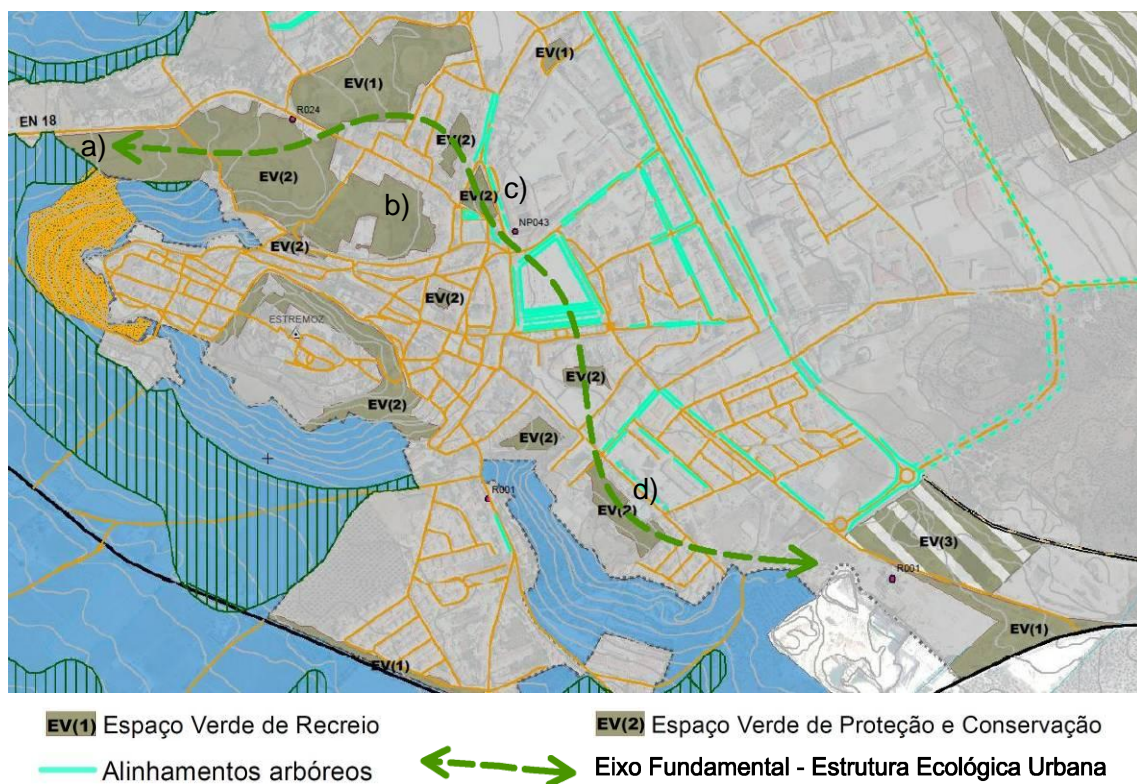


07 de Abril. Subjacentes a este princípio encontram-se princípios básicos ecológicos como a continuidade, intensificação, meandrização, elasticidade e biodiversidade.

«Continuum Culturale», um sistema contínuo de espaços edificados e vias que os interligam, em que o cultural é entendido como manifestação das comunidades humanas, e não como património (Magalhães, 2007)<sup>210</sup>

No caso da cidade de Estremoz, a “estrutura verde” penetra no perímetro urbano através de um eixo transversal noroeste-sudeste, conforme indicado na figura seguinte (163).

**Figura 163 – Extrato (adaptado) da estrutura ecológica urbana da cidade de Estremoz**



Fonte: PDM de Estremoz (2015) / elaboração própria

a) Vinhas / transição para o espaço rural; b) Hortas; c) Jardim público; d) Mata / parque urbano

Tal “sistema húmido natural”, que funciona como “corredor ecológico”, é materializado e interligado pelas seguintes componentes (*vide* figura 164): extensas plantações de vinhas (transição entre o espaço rural e urbano),

<sup>210</sup> Relatório do PDME de 2015, p. 25

povoamentos de montado de sobre / azinho, prados naturais, matas e matos mediterrânicos; hortas, arvoredos e jardins associados a logradouros; jardins públicos, alinhamentos arbóreos e espaços verdes de enquadramento (Rossio Marquês de Pombal); mata municipal / parque urbano; outros elementos característicos do espaço rural.

A Estrutura Ecológica Urbana deve ser gerida como um todo indissociável, respeitando a identidade de cada componente, pelo que cabe à administração pública local o desenvolvimento de um “plano verde” de planeamento e gestão.

**Figura 164 – Componentes da estrutura ecológica urbana da cidade de Estremoz**



Fonte: Fotografias do autor (2018/9)

a) Vinhas / transição para o espaço rural; b) Hortas; c) Jardim público; d) Mata municipal / parque urbano

- A qualidade do espaço público urbano, em termos funcionais, ambientais, de conforto e segurança pedonal, encontra-se diretamente relacionada com as opções de pavimentação. A esse nível - em geral - o centro histórico da cidade de Estremoz encontra-se bastante degradado, pelo que deverá ser promovida a reabilitação ou substituição de pavimentos, privilegiando-se a reutilização / aplicação de materiais pétreos (v.g. mármore ou granito). O material betuminoso,

aplicado principalmente nas faixas rodoviárias, que na praça em estudo é claramente dissonante, deve ser substituído por cubos de granito, diminuindo assim a temperatura do ambiente urbano (evitando as “ilhas de calor”).

- O mobiliário urbano deverá ser renovado, com elaboração prévia de um estudo de conjunto, articulado com as redes de infraestruturas (v.g. armários técnicos e postes / luminárias), preconizando-se elementos cujo desenho e materialidade se coadunem com os diversos valores patrimoniais em presença. Quando for possível, dever-se-á apostar na instalação de elementos com materiais nobres (pedra natural, ferro / aço pintado e madeira tratada) e dando prioridade ao mármore (v.g. bancos, bebedouros e pilaretes), sendo assim um modo de contribuir para a promoção desse material endógeno. Os contentores para recolha de resíduos sólidos urbanos devem ser separativos e subterrâneos (na praça em estudo encontram-se à superfície), visando: melhoria estética, com minimização do impacto visual; dignificação do ambiente urbano, diminuição da propagação de odores; impedir o acesso a animais que espalham os resíduos; melhorar a acessibilidade dos utilizadores (v.g. idosos e pessoas com mobilidade condicionada).
- Uma cidade sustentável, do séc. XXI, atrativa em termos socioeconómicos e turísticos, deve encontrar-se dotada de infraestruturas urbanas modernas, funcionais e eficientes<sup>211</sup>. Devem ser projetadas em estreita articulação com as alterações que se preconizam no espaço público da cidade e dimensionadas para dar resposta às solicitações do presente e desenvolvimento futuro, com soluções técnicas que visem a preservação do meio ambiente, evitando perda de recursos naturais. Neste domínio, para o centro histórico da cidade de Estremoz, destacam-se as seguintes medidas gerais de atuação / intervenção:
  - Previamente deverá ser atualizado o cadastro das redes de infraestruturas, através de um levantamento rigoroso, tendo em vista a correta compatibilização dos seus traçados e eventual retirada de troços que não se encontram em funcionamento (v.g. cabelagens da rede elétrica ou de telecomunicações);

---

<sup>211</sup> A qualidade de vida das populações, o aumento da reabilitação urbana do parque edificado, a cativação de novos investimentos e o nível de atratividade turística, são fatores socioeconómicos que se encontram diretamente relacionados com a existência de redes de infraestruturas eficientes, a par de um espaço público bem cuidado. Por um lado, incentiva ao investimento privado, porquanto se o contexto urbano é “saudável” origina um efeito de contaminação positiva nos investidores, por outro lado, o devido funcionamento de determinadas atividades económicas (v.g. estabelecimentos de restauração ou bebidas, empreendimentos turísticos, alojamentos locais, lavandarias, entre outras) encontra-se dependente de elevados níveis de serviço das infraestruturas. A título de exemplo: se o abastecimento de água for deficiente, por falta de pressão ou interrupções no fornecimento (devido a perdas e/ou sucessivas ruturas na rede), irá criar problemas funcionais e logísticos.

- Rede de abastecimento e distribuição de água – face ao nível de obsolescência, com perdas entre os 50 a 60% e existência de materiais construtivos desadequados (v.g. condutas de fibrocimento), torna-se prioritária a substituição integral da rede de abastecimento e distribuição de água<sup>212</sup>. A nova rede será constituída por condutas de polietileno de alta densidade (PEAD) ou policloreto de vinilo (PVC), devendo dar resposta eficiente a todas as solicitações, nomeadamente: consumo privado, abastecimento público, meios de combate a incêndio, limpeza urbana e sistema de rega;
- Rede de saneamento e escoamento de águas pluviais – deverá preconizar-se que as redes funcionem de modo totalmente separativo, indo no sentido do controle na origem de águas pluviais, evitando assim a sobrecarga da ETAR (a jusante) no tratamento de efluentes residuais, com os respetivos ganhos ambientais. Salienta-se que as águas pluviais poderão ser encaminhadas para um sistema integrado de armazenamento, visando a limpeza e rega urbana. Na zona do Rossio Marquês de Pombal o sistema de aproveitamento de águas pluviais poderá funcionar conjuntamente com a capacidade disponível no Lago do Gadanha, com reativação do sistema de alimentação subterrâneo, através do aqueduto que o liga à nascente do Rossio. As águas pluviais serão conduzidas para aquíferos subterrâneos, linhas de água ou para o sistema de armazenamento, devendo, principalmente nas zonas de circulação e estacionamento automóvel, preconizar-se a instalação de separadores de hidrocarbonetos, visando a diminuição da contaminação dos meios recetores citados / meio ambiente. Considerando que a parte da rede separativa existente, que drena as águas pluviais, é constituída por coletores de policloreto de vinilo (PVC), a restante parte (a reformular) deverá ser construída com a utilização do mesmo material (tubagem corrugada);
- Redes de distribuição de energia elétrica, iluminação pública e artística – as cabelagens destas três redes de infraestruturas devem ser totalmente ocultas, através de passagens técnicas subterrâneas (devidamente sinalizadas), visando aumentar a segurança urbana e diminuir o ruído visual nas fachadas dos edifícios e noutros elementos de valor patrimonial. Os armários técnicos, caixas de visita e

---

<sup>212</sup> A água é um recurso natural essencial à vida, considerada como um bem social público e de utilização coletiva, pelo que entende-se que deve permanecer na esfera da administração pública direta, ou seja, será de evitar a sua mercantilização. Com efeito, o acesso à água potável e ao saneamento básico são reconhecidos como direitos humanos universais, pelas Nações Unidas.



tampas de acesso deverão ter um desenho integrado e se possível homogéneo.

As luminárias, integradas no sistema de iluminação pública e artística (cénica), devem ser dotadas com lâmpadas de intensidade, cor e temperatura homogéneas, que promovam um ambiente urbano seguro, confortável e com elevados níveis de eficiência energética (lâmpadas de baixo consumo / tecnologia LED). Os elementos urbanos notáveis deverão ser destacados, através de iluminação cénica apropriada, contribuindo assim para a sua valorização patrimonial e turística, devendo efetuar-se um estudo luminotécnico de conjunto;

- Rede de abastecimento de gás natural<sup>213</sup> – a intervenção de reabilitação urbana deverá contemplar a integração de tal infraestrutura, que numa primeira fase será garantida através de unidades autónomas de gás (reservatórios), considerando que a rede nacional de distribuição de gás natural ainda não abrange grande parte do território. O abastecimento por gás natural, nomeadamente para utilização residencial ou comercial (v.g. aquecimento de águas sanitárias, climatização e confeção de alimentos) resulta numa maior eficiência energética em comparação com outras fontes de energia (v.g. eletricidade ou gás propano), porquanto é um combustível fóssil mais limpo, com menores emissões de CO<sub>2</sub> (efeito de estufa), óxidos de enxofre e azoto (chuvas ácidas);

- A intervenção, ao nível das redes de infraestruturas supracitadas, deverá ser executada em simultâneo com o plano de pavimentações para o centro histórico da cidade (resultante das soluções de desenho urbano), visando a compatibilização dos diversos traçados, a otimização de recursos e para obviar gastos públicos desnecessários. Neste âmbito, a intervenção deverá ser alvo do devido acompanhamento arqueológico, em conformidade com a legislação aplicável em vigor<sup>214</sup>, com especial atenção para a área de sensibilidade arqueológica situada na zona oeste da placa central, do Rossio Marquês de Pombal (necrópole medieval, datada entre os séculos XIII e XV).<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> O gás natural é um combustível fóssil, com características não tóxicas e não corrosivas, resultante da decomposição de matéria orgânica de origem animal e vegetal, “armazenado” em jazidas subterrâneas ao longo de milhões de anos (estima-se que as reservas atuais possibilitem um consumo global para 250 anos). A sua composição química é formada maioritariamente por gás metano, em cerca de 70%, permitindo uma utilização mais limpa, económica, segura e eficiente, em comparação com outras fontes de energia alternativas. Salienta-se que, desde a sua extração até ao consumo final (incluindo transporte), o gás natural não sofre processos de transformação industrial significativos, o que se traduz em menos emissões de poluentes ambientais e redução de gastos de energia / recursos na sua distribuição.

<sup>214</sup> Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural), designadamente os artigos 74.º a 79.º (Do património arqueológico).

<sup>215</sup> Os trabalhos de arqueologia deverão ser aprofundados na praça em estudo, porquanto poderemos estar na eventual presença de um parque arqueológico, com grande valor cultural e patrimonial. Importa realçar a definição de parque arqueológico: “(...) Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam

- Relativamente aos elementos dissonantes (v.g. toldos, suportes publicitários, grades com garrafas de gás, estrados / esplanadas cobertas, etc...), que proliferam pelas fachadas dos edifícios e espaço público, que manifestamente descaracterizam a zona histórica e que são passíveis de provocar situações de desconforto e insegurança na circulação pedonal, deverão ser alterados ou retirados, com suporte na aplicação do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Estremoz<sup>216</sup>. A este propósito, importa destacar o seguinte:

“O Município de Estremoz tem procurado dotar o seu Concelho com mecanismos que regulem, por um lado, a ocupação do espaço público na sua área de circunscrição, disciplinando a intervenção de cada um dos intervenientes no mesmo e, por outro lado, assegurem o cumprimento das regras técnicas para a instalação de equipamentos, mobiliário urbano e suportes publicitários.

A estes objetivos há que acrescentar uma perspetiva de melhoramento da qualidade de vida no concelho, mediante um eficaz aproveitamento do espaço público, assim como da sua reorganização, sendo para tal imperativa a existência de um normativo que compatibilize as diversas formas de ocupação do espaço público, o seu enquadramento urbano e paisagístico e a segurança dos cidadãos e, bem assim, da segurança rodoviária.”<sup>217</sup>

Quanto às ampliações volumétricas de edificações (intervenção executadas ilegalmente, sem controlo prévio municipal), unidades de ar condicionado instaladas nas fachadas e demais alterações exteriores de edifícios (v.g. cores, revestimentos e materiais espúrios), que também consubstanciam situações urbanas dissonantes, dever-se-ão acionar as medidas de tutela da legalidade urbanística, previstas no Regime Jurídico da Edificação e Urbanização.<sup>218</sup>

- A problemática da existência de pombos urbanos, que constituem um potencial risco para a saúde pública e patrimonial, deverá ser tratada através de métodos conducentes ao controlo e diminuição sistemática da sua população. Devem ser promovidas as seguintes medidas de atuação: campanhas educativas de

---

ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes. (...) entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido (...)” – n.ºs 4 e 5 do art.º 74.º (Conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico) da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro.

<sup>216</sup> Aviso n.º 5156/2018 (*Diário da República*, 2.ª série - n.º 75 - 17 de abril de 2018). Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/115124155>

<sup>217</sup> Ibidem, preâmbulo.

<sup>218</sup> Art.º 102.º (Reposição da legalidade urbanística) do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

sensibilização, no sentido de evitar a sua alimentação e manter o lixo fora do alcance dos pombos; instalação de obstáculos físicos, nomeadamente em edifícios com valor patrimonial, com recurso a espigões ou redes apropriadas; gestão da natalidade, com introdução de anticonceivos nos alimentos; captura, tendo em vista a redução direta do número de exemplares; monitorização / redução de zonas críticas de proliferação, tais como edificações devolutas na zona histórica;

- A intervenção, de reabilitação urbana sistemática, deve também integrar, num sentido lato, os conceitos de “indústria 4.0”<sup>219</sup> e “cidade inteligente”<sup>220</sup>. A cidade de Estremoz deverá adaptar-se, paulatinamente, ao novo paradigma tecnológico, que se pauta por elevados níveis de informação, conectividade e partilha digital (nova era da digitalização). Uma cidade inteligente visa: produtividade; competitividade económica; atratividade turística; eficiência energética; preservação do ambiente; mobilidade sustentável; infraestruturas sustentáveis e eficientes; segurança e conforto urbano; melhoria da qualidade de vida.

“A velocidade e abrangência com que as cidades absorvem e implementam a tecnologia, apoiadas por enquadramentos políticos ágeis, determinarão a sua capacidade de disputar a atração de talentos. Possuir uma banda larga rápida, implementar tecnologias digitais na área dos transportes, do consumo de energia, da reciclagem de resíduos, entre outras, contribuirá para tornar uma cidade mais eficiente e acessível e, consequentemente, mais atrativa do que outras.

“Muitas cidades conectarão serviços, redes públicas e estradas à Internet. Estas cidades inteligentes gerirão a sua energia, os fluxos de materiais, a logística e o tráfego. Cidades progressistas (...) estão já a implementar muitos novos serviços baseados em dados, incluindo soluções de estacionamento inteligente, recolha de lixo inteligente e iluminação inteligente. As cidades inteligentes estão a ampliar continuamente as suas redes tecnológicas de sensores e a trabalhar nas suas plataformas de dados, que serão o centro de conexão de diferentes projectos tecnológicos e da adição de futuros serviços baseados na análise de dados e em modelos preditivos.”<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> Ao longo da história recente, a humanidade experienciou três grandes revoluções científicas: a primeira foi o vapor, que criou locomotivas, deu lugar à revolução industrial, criação de fábricas; a segunda foi a eletricidade, surgindo o motor de combustão interna / automóvel, a televisão; a terceira foi a alta tecnologia, com criação de lasers, computadores, internet, programa espacial. Atualmente, encontramos-nos no início da quarta grande revolução industrial, que vai ser protagonizada pela inteligência artificial, digitalização, impressão 3D / aditiva, tecnologia 5G, biotecnologia e nanotecnologia.

<sup>220</sup> A título de exemplos, numa cidade inteligente, será instalada a seguinte tecnologia: na iluminação pública, sensores que funcionam conforme a luz ambiente e movimento de pedestres; na gestão integrada de tráfego automóvel, câmaras, articuladas com sensores de movimento; no controlo de riscos ambientais, sensores que monitorizam a qualidade do ar (poluição ambiente e nível de CO<sub>2</sub>); na gestão dos recursos hídricos, sensores que monitorizam o fluxo e pressão da água nas tubagens, visando detetar eventuais ruturas na rede de abastecimento e distribuição; entre outras.

<sup>221</sup> Schwab, K. (2017) *A Quarta Revolução Industrial*. [s.l.]: Levoir, pp. 72 e 133.

## **6.2. Premissas Conceptuais / Linhas Orientadoras de Intervenção para o Rossio Marquês de Pombal**

Antes de mais, importa salientar que a principal característica urbana que diferencia o Rossio Marquês de Pombal, de outras praças, para além do conjunto patrimonial edificado que comporta, é a sua “não matéria construída”, ou seja, o seu enorme vazio de geometria irregular, que se deve preservar e valorizar. Assim, tal vazio de descompressão, deve também ser entendido como sendo a envolvente enquadadora de vários monumentos históricos. Da interação e simbiose entre o vazio e o cheio patrimonial, resulta um conjunto - unidade arquitetónica - que corporiza parte do contexto urbano (sensível), perante o qual devem recair cuidados redobrados no ato de projetar.

Considerando esses princípios base, qualquer intervenção de reabilitação urbana deve ser prudente / meticulosa, mantendo a integridade da matriz geométrica da praça, principalmente do interior da placa central, tendo sempre presente a carga histórica e identidade do lugar. A intervenção deve ir no sentido de criar um ambiente urbano “asséptico”, ou seja de carácter despojado, dando protagonismo ao vazio e ao património construído envolvente, sem prejuízo de dotar a grande praça central de condições de utilização e conforto atualizadas (espaço público mais atrativo, mobilado, funcional, dinâmico, competitivo e inclusivo). Trata-se de projetar e, por conseguinte, materializar um novo relato urbano, com raízes profundas no passado.

“Contudo, o desenho não é para Siza uma linguagem autónoma; trata-se de tirar as medidas, de fixar hierarquias internas do lugar que se observa, dos desejos que ele suscita, das tensões que induz; trata-se de aprender a ver interrogações, a torná-las transparentes e penetráveis. Trata-se por fim de procurar por meio da escrita do desenho uma série de ressonâncias que progressivamente funcionam como partes de um todo, que mantenham a identidade das razões da sua origem contextual mas que ao mesmo tempo se organizem em sequências, percursos, paragens calculadas, que se alinhem através de diferenças discretas na direcção de um processo de diversidade necessária não ostentada, de escrita dos espaços e das formas do projeto.”<sup>222</sup>

Imaginar significa recordar aquilo que a memória escreveu dentro de nós e pô-la em confronto com as exigências e as condições; mas também elevar as exigências e as condições ao nível da sua real complexidade, e por fim restituí-las na simplicidade oblíqua do projecto.”<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> Gregotti, V. (2013) O Outro. In *Álvaro Siza – Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, p. 9

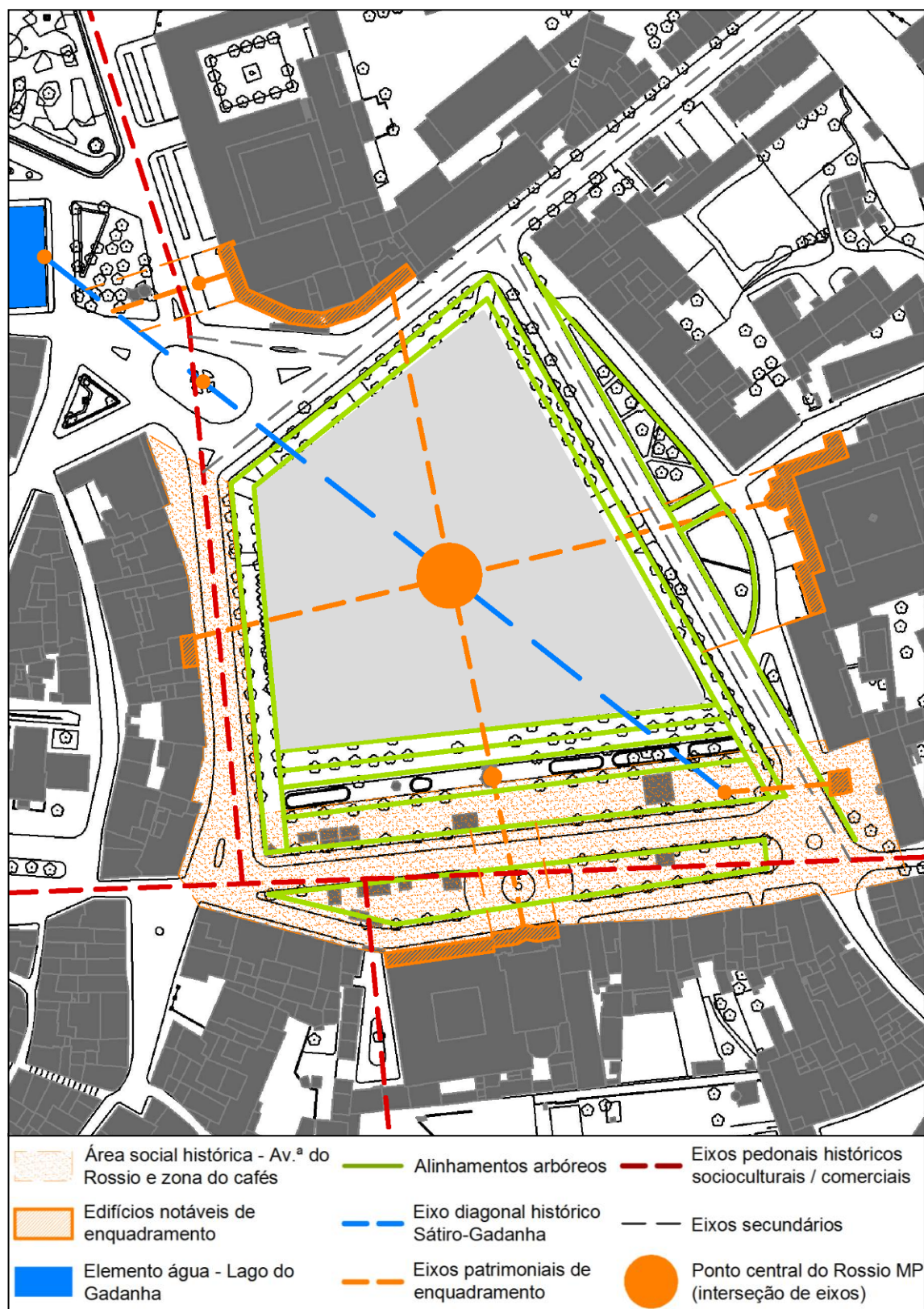
<sup>223</sup> Ibidem, p. 10



Na proposta de intervenção devem ser convocados e considerados os conceitos e princípios explanados ao longo do presente trabalho, bem como os que de seguida se apresentam:

- Encontra-se, nas referências existentes e eixos históricos, o epílogo da proposta de reabilitação urbana. Nesse prisma, evidenciam-se as seguintes componentes (*vide* figura 165):
  - Os alinhamentos arbóreos deverão ser revitalizados e enfatizados, contudo, devem consubstanciar uma solução de equilíbrio face à envolvente urbana, visando não ofuscar a tomada de vistas sobre a paisagem patrimonial edificada;
  - A área social histórica, que compreende a antiga Av.<sup>a</sup> do Rossio (zona sul) e zona dos cafés (zona poente), deve ser alvo de articulação, assumindo-se como a área principal de convívio, estar e lazer, recuperando desse modo o conceito de “passeio público” da praça;
  - O eixo diagonal histórico “Sátiro-Gadanha”, passando exatamente pelo centro do Monumento aos Combatentes, deve ser valorizado, fazendo referência à ligação subterrânea existente (aqueduto) entre a nascente do Rossio / cisterna e o Lago do Gadanha (elemento água em comum);
  - Da implantação das três edificações de grande porte (conjunto igreja / convento), resulta uma triangulação de enquadramento, geradora de eixos patrimoniais notáveis, que juntamente com o eixo diagonal “Sátiro-Gadanha”, geram uma interceção (abstrata) no centro do interior da placa central. Tendo como referência tais eixos, devem ser criadas plataformas de enquadramento (adros), de modo a valorizar os monumentos, bem como deve ser marcado o ponto central de interceção através de um elemento vertical de pontuação do espaço (centralidade simbólica monumental – centro geométrico da praça / cidade);
  - Os principais eixos pedonais históricos (socioculturais / comerciais), marcados na zona sul e poente, devem ser valorizados, com criação de articulações com os espaços envolventes, nomeadamente em relação à Esplanada dos Congregados (tardoz da CMEtz);
  - Relativamente à materialização do ponto central do Rossio, que adiciona-se à composição do lugar e respetivas relações visuais, o mesmo concorre para a clarificação da legibilidade global do espaço. Pretende-se que o ponto central funcione como “ponto focal”, ou seja, como símbolo vertical de confluência e confirmação do centro geométrico.

**Figura 165 – Planta conceptual da proposta de reabilitação urbano do Rossio Marquês de Pombal**



Fonte: Elaboração própria

O conceito de centro do lugar pode ser explanado do seguinte modo:

“A noção de centro é desenvolvida como um meio de organização geral do ambiente, na qual o espaço está subjetivamente centrado na própria pessoa. Contudo, alguns centros são externalizados como pontos de referência no ambiente. Esta necessidade é tão forte que o Homem, desde os tempos mais remotos, pensou o mundo como sendo centralizado. Em muitas imagens, o centro do mundo é concretizado como uma árvore ou um pilar, simbolizando um *axis mundi* vertical.

Todos os centros são lugares de acção, lugares onde acontecimentos significativos da nossa existência têm lugar. São pontos de chegada, mas também de partida, a partir dos quais nos orientamos e apropriamos do ambiente.<sup>224</sup>

- A praça deve manter o seu carácter multifuncional e versátil (realização de eventos pontuais e usos diários), com criação de zonas que proporcionem ambientes urbanos diferenciados, potenciadores de novas utilizações qualificadas, em articulação e consonância com os usos existentes a manter ou requalificar. Neste domínio, o espaço público deve ser dotado de condições meio-ambientais aprazíveis (v.g. zonas de sombra, mobiliário urbano adequado e iluminação pública eficiente), que estimulem a sua apropriação / ocupação pelas pessoas;
- Deve promover-se a mitigação dos desequilíbrios do atual sistema urbano, nomeadamente através de uma reforçada centralidade urbana, pela afirmação do centro cívico. Nesse sentido, o espaço público que se encontra disjuntivo, deve ser devolvido à cidadania, invertendo as percentagens de ocupação urbana que se encontram adstritas ao domínio do automóvel e o de utilização do peão. Nesse sentido, a reestruturação da rede viária deverá visar a máxima pedonalização da praça;
- Visando conferir ao espaço público características de unidade urbana, com legibilidade coerente de conjunto, deve-se preconizar a suturação do mesmo. Com efeito, para almejar um *Continuum* urbano, têm-se de anular vias de tráfego automóvel que se revelem prescindíveis, com consequente ligação / conexão de placas pedonais. Tais medidas de intervenção contribuem para a melhoria do ambiente urbano em geral, designadamente: ampliação de zonas de estar / circulação pedonal; fomento de modos suaves de transporte; melhoria da qualidade do ar e diminuição do ruído automóvel, entre outras vantagens.

---

<sup>224</sup> Muga, H. (2005) *Psicologia da Arquitectura*. Canelas VNG: Gailivro, p. 87

“Hoje em dia o ambiente construído encontra-se totalmente fragmentado em zonas desconexas: casas para um lado, árvores para o outro, i.e., zonas totalmente desligadas umas das outras, como uma série desarticulada de notas musicais tocadas no piano com um único dedo. O objectivo (...) é tentar integrar estes elementos que compõem o ambiente numa relação expressiva, por forma a que, utilizando, embora, as mesmas notas surjam acordes e sequências coerentes. As construções ricas em texturas e cores, assentam, necessariamente, num pavimento. Se este não passar de uma extensão asfaltada lisa e uniforme, elas por sua vez parecer-nos-ão desarticuladas, separadas uma das outras, uma vez que o pavimento não prende o nosso interesse. Entre os diversos factores que contribuem para a unificação e coesão numa cidade, o pavimento é dos mais importantes (...)”<sup>225</sup>

- Na sequência do antedito, é imperativo a clarificação do conceito de circulação e estacionamento automóvel que se pretende implementar, considerando a atual dinâmica de fluxos na cidade, escala da praça e os valores patrimoniais em presença. Torna-se fundamental a diminuição do tráfego de atravessamento, retirando à praça o estatuto de “placa giratória”, porquanto o mesmo é um fator de degradação da qualidade de vida urbana, do meio ambiental e do património edificado. Contudo, para evitar-se um declínio da afluência de pessoas ao centro da cidade, com os consequentes prejuízos para a vivência urbana, residentes / turistas e para o funcionamento dos estabelecimentos de comércio / serviços, deve manter-se a possibilidade de circulação e estacionamento automóvel na praça, de modo contido. O interior da placa central deve permanecer como principal parque de estacionamento, enquanto não se efetivar uma solução alternativa para a transferência da oferta que comporta. Pela leitura e análise da envolvente urbana próxima, considera-se que a solução mais lógica e tecnicamente viável, é a adaptação da Esplanada dos Congregados (espaço livre a tardo da CMEtz), no sentido da criação de um parque de estacionamento subterrâneo (dois pisos, com ventilação natural para uma maior eficiência energética), com requalificação paisagística da plataforma superior. Atualmente, a Esplanada dos Congregados funciona, de modo informal, como parque de estacionamento automóvel, tanto dentro do pavilhão existente (mercado abastecedor, que só funciona sextas-feiras durante a tarde), como na zona descoberta de terreiro, pelo que a intervenção proposta visa a capacitação do espaço das devidas condições de segurança e funcionamento.

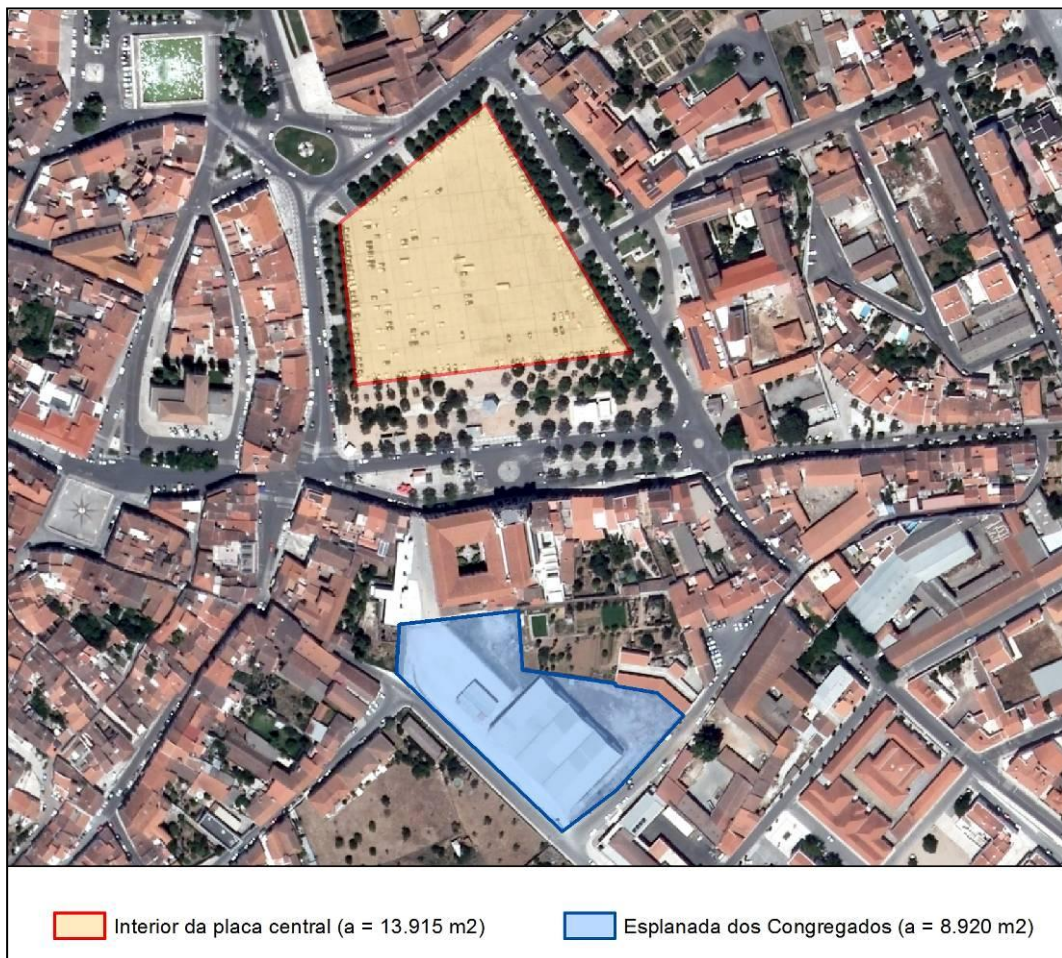
---

<sup>225</sup> Cullen, G. (2018) *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, p. 55



Através da quantificação e comparação de áreas (*vide* figura 166), entre o interior da placa central do Rossio Marquês de Pombal com 13.915m<sup>2</sup> e a Esplanada dos Congregados com 8.920m<sup>2</sup>, constata-se que é viável a transferência de 500 lugares de estacionamento automóvel, através de uma solução construtiva de dois pisos com uma potencial área de construção de 17.840m<sup>2</sup>, tirando partido do declive longitudinal da Av. Dr. Marques Crespo.

**Figura 166 – Quantificação e comparação de áreas entre o interior da placa central do Rossio Marquês de Pombal e a Esplanada dos Congregados**



Fonte: Elaboração própria

A requalificação paisagística da plataforma superior deve tirar partido da tomada de vistas sobre a paisagem urbana (próxima) e rural (plano de fundo), com introdução da seguinte base programática de intervenção (*vide* figura 167):

- Articulação urbana entre a Esplanada dos Congregados e o Rossio Marquês de Pombal, criando um acesso pedonal direto ao futuro parque de estacionamento subterrâneo, mantendo a intervenção urbanística executada na lateral da CMETz;

- Demolição do pavilhão metálico (mercado abastecedor), que constitui um elemento claramente dissonante, pela sua volumetria excessiva e materiais construtivos precários (chapas metálicas à vista), face à envolvente patrimonial classificada. A valência de mercado abastecedor deve ser transferida para a zona industrial da cidade de Estremoz, em instalações condignas (a adaptar ou a construir de raiz) para esse efeito;
- Criação de zonas de estar / lúdicas e espaços verdes, tendo como referência histórica a horta / jardim do antigo Convento dos Congregados;
- Construção de equipamento de apoio, nomeadamente estabelecimento de restauração e pequena biblioteca urbana (quiosque), não se descartando a possibilidade de ampliação da própria Câmara Municipal (expansão das instalações para alojamento dos serviços técnicos);
- Implantação de pequeno anfiteatro descoberto e parque infantil / espaço para crianças.

**Figura 167 – Esplanada dos Congregados e Av.<sup>a</sup> Doutor Marquês Crespo**



Fonte: Fotografias do autor (2018/9)

a) Vista geral da Esplanada dos Congregados; b) Perspetiva para o quadrante poente, desde a Esplanada dos Congregados; c) Av. Dr. Marques Crespo – cota superior; d) Av. Dr. Marques Crespo – cota inferior

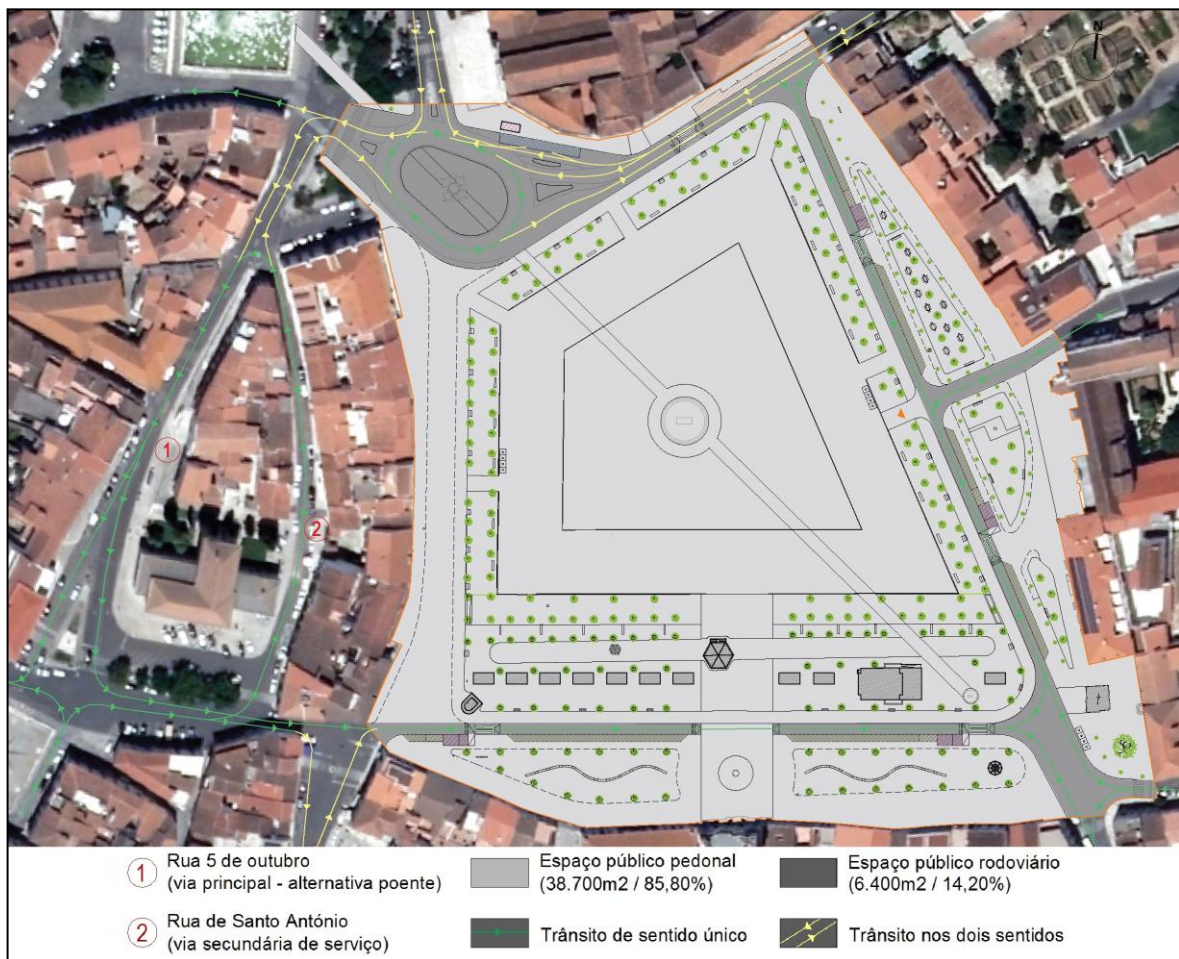


### 6.3. Descrição da Proposta de Intervenção para o Rossio Marquês de Pombal

Considerando os conceitos e princípios de intervenção explanados, em termos de projeto (estudo prévio), tais premissas traduzem-se concretamente na seguinte proposta de reabilitação urbana:

- Anulação das vias de tráfego automóvel situadas a poente (principal) sul e nascente (secundárias). Em alternativa à via poente, propõe-se a circulação automóvel pela rua 5 de outubro (via principal) e subsidiariamente pela rua de Santo André (via secundária de serviço - cargas e descargas a tardoz dos estabelecimentos do quadrante poente da praça), com sentido único (exceto na parte de confluência norte), conforme representado na figura seguinte (168);

**Figura 168 – Sistema de circulação automóvel na área de intervenção e envolvente**



Fonte: Elaboração própria

Tal proposta, de reestruturação viária, torna possível uma inversão total da atual afetação do espaço público no que se refere ao uso pedonal, passando de 39,70% (17.900m<sup>2</sup>) para 85,80% (38.700m<sup>2</sup>), em detrimento da utilização automóvel. Possibilita-se, desse modo, a articulação de placas pedonais e consequente criação de plataformas-esplanada de maior escala, bem como a dignificação dos adros dos edifícios monumentais de grande porte. Neste prisma, propõe-se destacar o adro da Igreja dos Congregados, articulando a zona sul com a placa central, através da materialização de uma ampla plataforma pedonal (unicamente interrompida pela via automóvel), estendida até ao limite de transição com o interior da placa central, enquadrando também o coreto municipal;

- Na área de intervenção, propõe-se um sistema de circulação automóvel simplificado, preconizando-se faixas de rodagem com trânsito de sentido único, nas orlas sul e poente, com fluxos no sentido oposto ao movimento dos ponteiros do relógio, resolvendo-se assim pontos de conflito na interseção de vias. Quanto ao estacionamento automóvel, propõe-se através de baías longitudinais, que acompanham as vias rodoviárias, encontrando-se previstos lugares para cargas / descargas (5,5mx2,25m) de apoio a atividades de comércio ou serviços e para pessoas com mobilidade reduzida (5mx2,5m+1m)<sup>226</sup>, prevendo-se 4 lugares para cada utilização respetiva (localizados nos quadrantes sul e nascente). As baías longitudinais são interrompidas por passadeiras sobrelevadas<sup>227</sup> (solução para acalmia de tráfego), evitando a formação de uma barreira visual contínua de automóveis. A largura para a faixa de rodagem, de sentido único, é de 3,5m e para o estacionamento longitudinal é de 2,25m, não marcados no pavimento (em comprimento)<sup>228</sup>. As larguras propostas, ao serem relativamente reduzidas, seguem uma lógica de inibição de estacionamento em 2.<sup>a</sup> fila, porém com espaço suficiente para possibilitar o acesso para veículos de emergência (v.g. combate a

---

<sup>226</sup> Na presente proposta, o número de lugares de estacionamento de viaturas, para pessoas com mobilidade reduzida, cumpre o rácio e dimensões indicadas na seção 2.8 do capítulo 2 do anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto. Neste caso, são previstos 4 lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida.

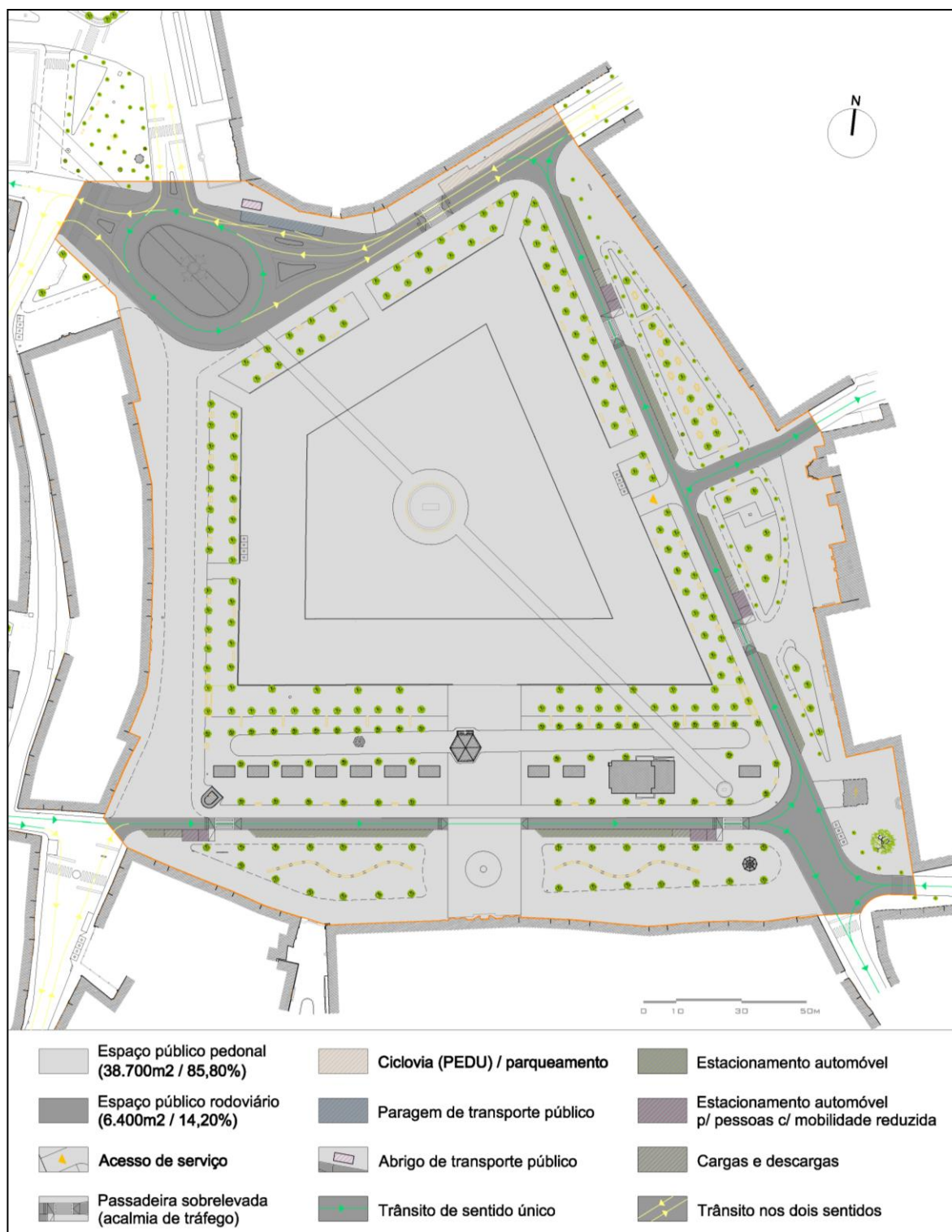
<sup>227</sup> Foi considerada a proibição de estacionamento a menos de 5m antes das passagens para travessia (passadeiras) de peões ou velocípedes, conforme indicado na alínea d) do art.º 49.º do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua atual redação (Código da Estrada).

<sup>228</sup> Nos termos do indicado no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril (regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento) - “Os lugares de estacionamento devem ser convenientemente delimitados através das marcas rodoviárias previstas no n.º 3 do artigo 62.º do Regulamento de Sinalização do Trânsito”. Por conseguinte, o n.º 3 do art.º 62.º do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro (regulamento de sinalização do trânsito), indica o seguinte: “Para delimitar os lugares destinados ao estacionamento de veículos podem ser utilizadas linhas contínuas ou descontínuas de cor branca, paralelas, perpendiculares ou oblíquas ao eixo da via e definindo espaços com forma de retângulo ou de paralelogramo.” Contudo, na presente proposta de intervenção, propõe-se não marcar no pavimento os lugares de estacionamento (em comprimento), com exceção dos lugares para cargas / descargas e para pessoas com mobilidade reduzida, porquanto desse modo induz-se nos utilizadores de que os automóveis encontram-se “mal estacionados”, desincentivando assim a paragem por longos períodos.



incêndios ou ambulâncias). A figura seguinte (169) é elucidativa do tipo de sistema viário que se pretende implementar na praça, bem como as suas valências associadas, plasmando uma visão futura de mobilidade sustentável;

**Figura 169 – Sistema viário, com identificação de valências associadas**

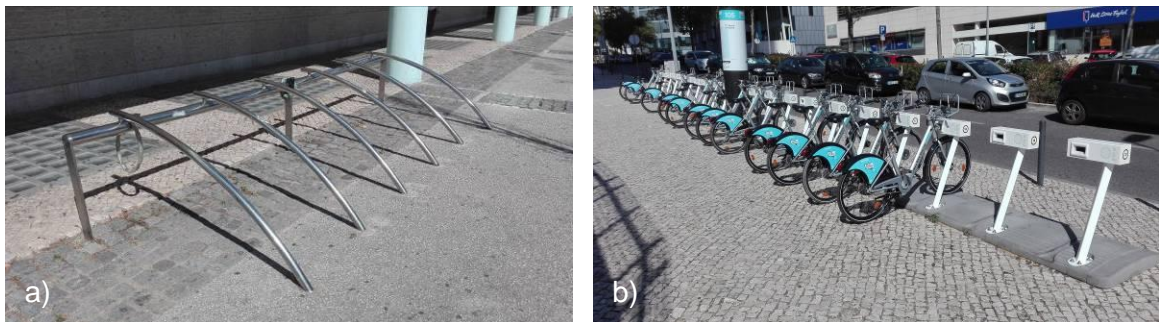


Fonte: Elaboração própria

Quanto ao acesso automóvel ao interior da placa central, propõe-se a anulação da entrada situada na rotunda noroeste, por se considerar um ponto de conflito não regulamentar<sup>229</sup>, mantendo-se a existente a nascente, tendo em conta que o sistema de circulação é de sentido único. Tal acesso de serviço deverá ser controlado, para veículos públicos, ocorrências de emergência ou para logística inerente a eventos públicos, através da instalação de elementos de proteção adequados (pilaretes metálicos retráteis)<sup>230</sup>;

- No sistema viário proposto, são integradas outras valências que importa destacar:
  - Zona para paragem e instalação de abrigo para transporte público, na zona noroeste, tirando partido do separador de tráfego e delimitação existente (do exposto de abastecimento de combustíveis), em articulação com o futuro traçado da rede de transporte público coletivo, intraurbano;
  - Ciclovia na zona nordeste / Av. 25 de Abril, com respetiva bolsa de estacionamento, conforme previsto no PEDU, para conexão com o troço existente situado na Av. Rainha Santa Isabel. Admite-se, para além de estacionamento típico, a instalação de sistema de bicicletas partilhadas, conforme exemplos da figura seguinte (170);
  - Considerando o novo paradigma de eficiência energética, torna-se fundamental fomentar a mobilidade elétrica no transporte, pelo que deverá ser previsto um local para instalação de um posto para carregamento de veículos elétricos. A localização, mais apropriada, deve ser aferida em sede de elaboração do correspondente projeto da rede de infraestruturas elétricas;

**Figura 170 – Estacionamento para bicicletas, típico e para sistema partilhado**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

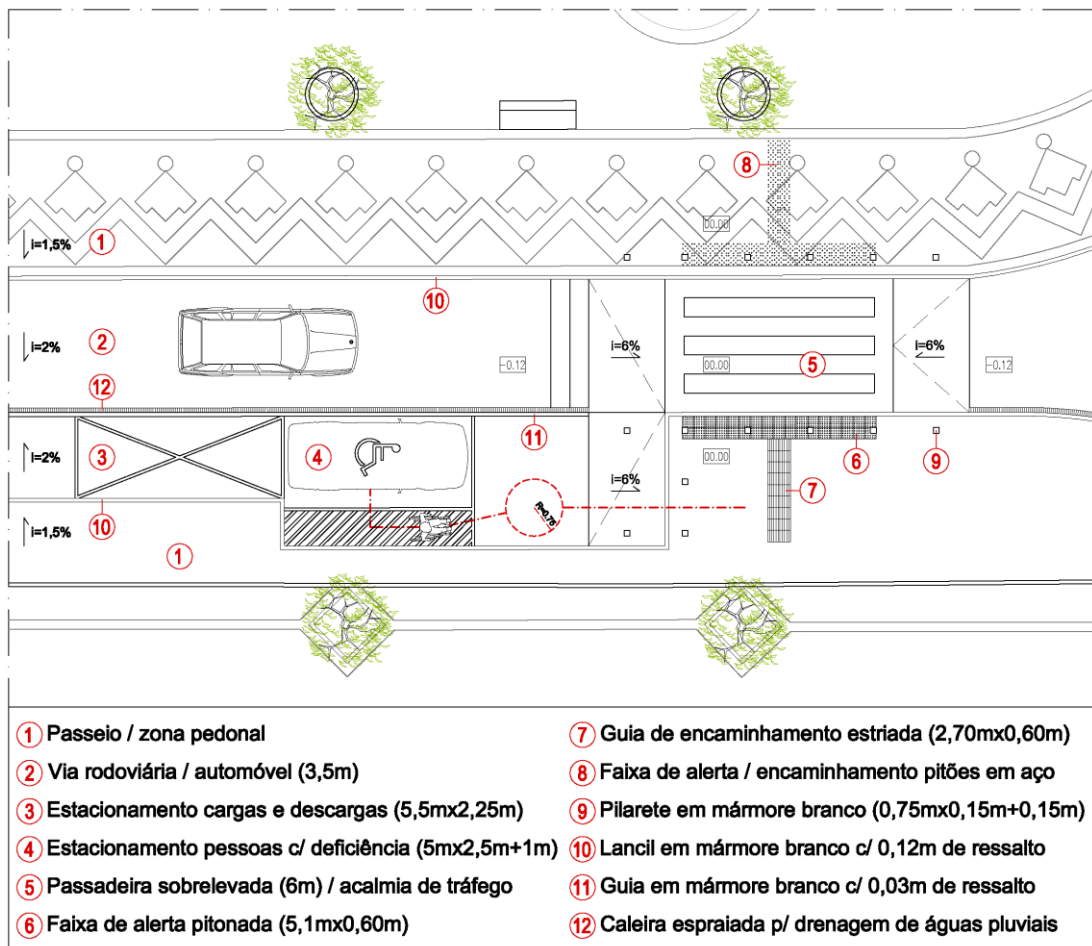
a) Estacionamento típico; b) Estacionamento para bicicletas partilhadas

<sup>229</sup> Nos termos do indicado no n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril (regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento) – “Os acessos aos parques de estacionamento não podem situa-se a uma distância inferior a 10m de um cruzamento, entroncamento ou rotunda”.

<sup>230</sup> A proposta descrita parte do princípio da execução - prévia - do parque de estacionamento indicado para a Esplanada dos Congregados, ou seja, da alteração de utilização do interior da placa central para uso pedonal exclusivo.

- No âmbito das zonas e percursos pedonais, propõe-se um espaço público inclusivo, apto também para circulação de pessoas com mobilidade reduzida ou invisuais, devidamente compatibilizado com o sistema viário automóvel (vide figura 171). Nesse sentido, as opções propostas têm por base o cumprimento da legislação em vigor, porém com adaptação aos valores patrimoniais em presença. Pretende-se que os percursos pedonais tenham subjacente o conceito de “ressalto zero”, ou seja, sem diferenciais altimétricos a vencer pelos peões, à exceção de inclinações suaves para escoamento de águas pluviais. Os lugares de estacionamento, reservados para pessoas com mobilidade reduzida, foram estrategicamente colocados junto às passadeiras de modo a tirar partido da rampa de sobrelevação das mesmas, com um máximo de inclinação de 6%<sup>231</sup>;

**Figura 171 – Soluções para mobilidade pedonal inclusiva / sistema viário automóvel**



Fonte: Elaboração própria

<sup>231</sup> Conforme disposto na alínea 1) do subponto 2.5.1 da seção 2.5 (rampas) do capítulo 2 do anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto – “As rampas devem ter a menor inclinação possível (...) Ter uma inclinação não superior a 6%, vencer um desnível não superior a 0,6m e ter uma projeção horizontal não superior a 10m;”



Propõe-se um modelo de passeadeira apta, também, para utilização de pessoas com deficiência visual (baixa visão ou cegas), dotada com guia de encaminhamento estriada (cauda, alinhada com a orientação da travessia) e faixa de alerta pitonada (junto ao limite do passeio), que em articulação formam um “T”<sup>232</sup>. Tais elementos podem ser elaborados em mármore, bem como os pilaretes delimitadores de proteção, mediante adoção do modelo existente no espaço público da cidade de Estremoz. Visando a preservação dos desenhos que constituem a calçada portuguesa artística, existente no perímetro da placa central, optou-se por uma solução com pitões de aço, cravados entre os elementos pétreos. A figura seguinte (172) mostra exemplos de soluções para passeadeiras e respetivos elementos, que se pretendem preconizar na praça;

**Figura 172 – Exemplos de passeadeiras e respetivos elementos**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

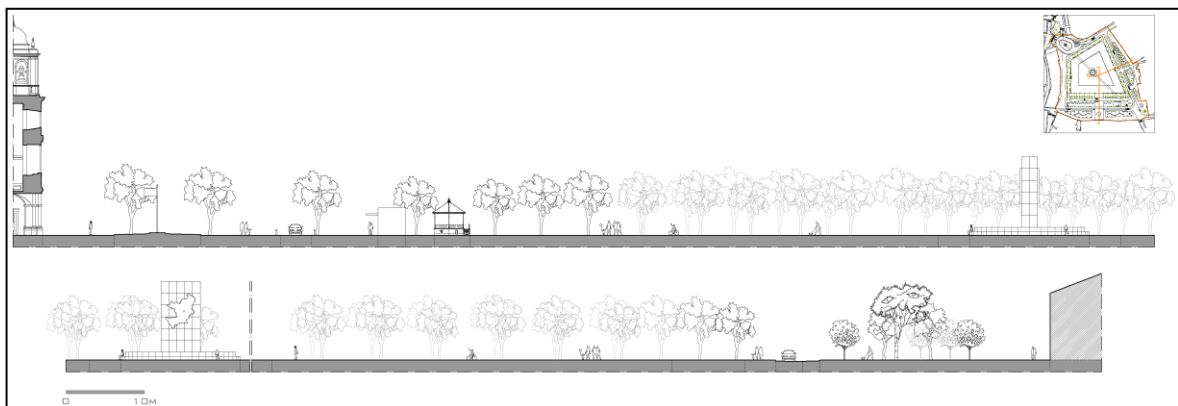
a) Passadeira sobrelevada (acalmia de tráfego) com “ressalto zero”, Lisboa; b) Passadeira com guia de encaminhamento estriada e faixa de alerta pitonada, Lisboa; c) Faixa de alerta / encaminhamento em mármore, Vila Viçosa; d) Pilarete em mármore, Estremoz

<sup>232</sup> Mediante recomendações técnicas da ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (Volume 7 das Recomendações do Núcleo de Estudos e Investigação em Acessibilidade da ACAPO – Como criar pisos táteis mais acessíveis), a zona de sinalização em forma de “T”, com guia de encaminhamento estriada e faixa de alerta pitonada, é considerada como melhor prática a aplicar no perfil de passeadeira para pessoas com deficiência visual. Disponível em: <http://www.acapo.pt/deficiencia-visual/documentos-e-publicacoes/recomendacoes-tecnicas>



- Visando evidenciar o eixo diagonal histórico “Sátiro-Gadanha”, pretende-se criar um percurso pedonal de atravessamento da placa central, harmonizado com a largura do passeio perimetral da mesma (4m), contornando o elemento central e pontuando assim uma zona de estar e contemplação;
- Propõe-se libertar o quadrante sul das construções precárias (quiosques de venda e módulo de instalações sanitárias), gerando uma nova narrativa urbana de valorização e contemplação do património, sem elementos intrusivos que ofusquem a tomada de vistas panorâmicas. Assim, com a remoção desses elementos, anulam-se barreiras visuais que constituem um impacto volumétrico negativo e que não permitem uma leitura contínua do conjunto patrimonial edificado. Pretende-se, também, corrigir intervenções menos criteriosas, nomeadamente subterrâneas a zona técnica / PT localizado junto ao coreto municipal. Contudo, visando não se perder a valência tradicional de mercado diário e comércio de rua (produtos tradicionais / endógenos), pensou-se na instalação de uma bateria de quiosques multifunções na zona sul da placa central, alinhados frontalmente com o centro da edificação existente (Cafetaria do Rossio) e dissimulados volumetricamente pela envolvente arbórea. Os novos quiosques deverão possuir uma altura máxima de 3,5m, de modo a minimizar-se a sua presença em relação à envolvente e escala de outros elementos existentes ou a integrar na praça, em particular a Igreja dos Congregados, o coreto municipal e o elemento (proposta) que se pretende implantar no centro da placa central. A figura seguinte (173) mostra uma leitura global da praça, com os diferentes valores de escala, face à integração e interação dos elementos urbanos supracitados;

**Figura 173 – Perfis gerais da praça, com integração de novos elementos urbanos**



Fonte: Elaboração própria

- O modelo de quiosque-tipo, multifunções, a implantar na zona sul da placa central, foi desenvolvido pelos serviços técnicos da CMETz, tendo resultado numa solução com as seguintes características construtivas (*vide* figura 174): estrutura metálica leve, pintada na cor cinza, na qual serão encaixadas chapas de mármore branco vergado e painéis publicitários a tardo; locais para venda de produtos, através de bancas retráteis acopladas no alçado principal; pala de sombreamento, em consola, para proteção dos produtos e do interior do espaço, proporcionando melhores condições de trabalho e de conforto térmico; integração, no interior, de pequena bancada com pia de lavagem e instalação sanitária de serviço. A tipologia descrita proporciona as devidas condições higio sanitárias, para diversas atividades comerciais ou de serviços, sendo um modelo-tipo de carácter flexível, podendo ser implantado individualmente ou a par. Poderão ser instaladas as seguintes atividades económicas: venda de produtos regionais; mercado diário de frutas e hortícolas; artesanato; estabelecimentos de bebidas / esplanadas; entre outras. Um dos módulos será adaptado para instalações sanitárias de uso público, com cabine específica para pessoas com mobilidade reduzida, e outro módulo, junto ao fontanário do Sátiro, equipado para a valência de posto interpretativo da cisterna / aqueduto subterrâneo (com possibilidade de visitas turísticas);

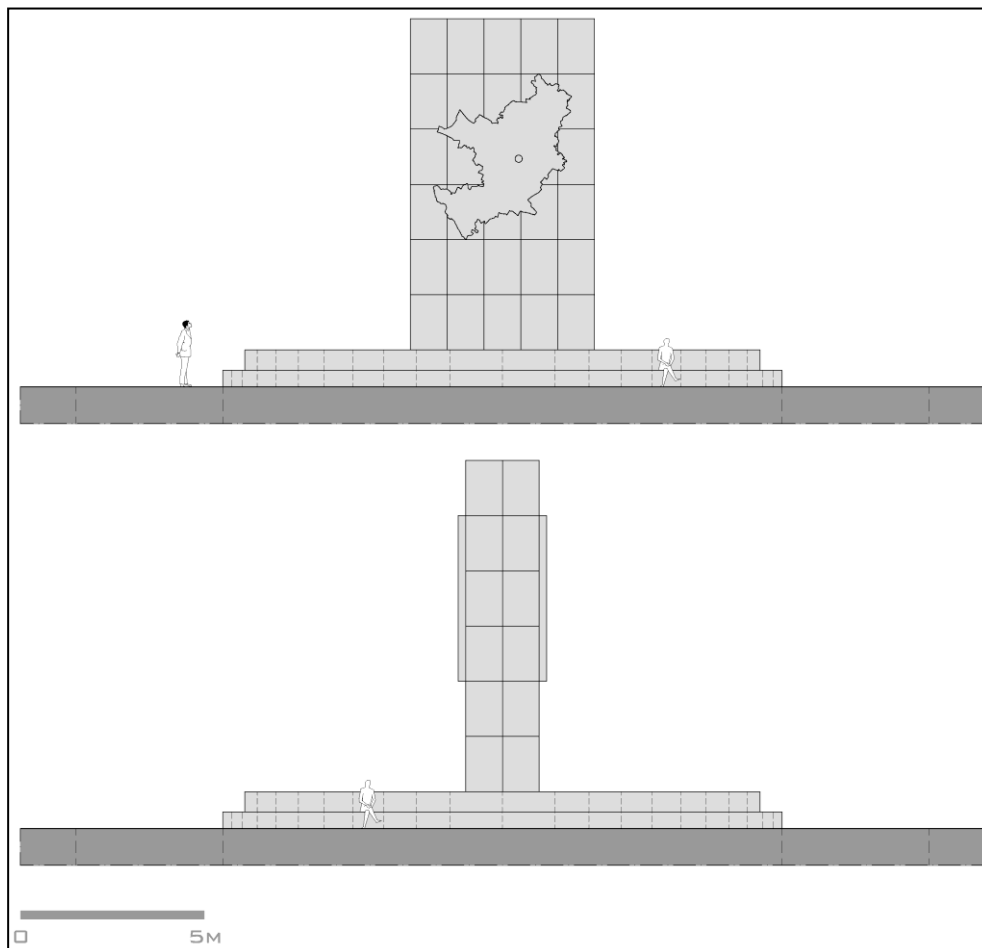
**Figura 174 – Modelo de quiosque-tipo, multifunções**



Fonte: CMETz

- Relativamente ao elemento central, propõe-se que a sua base seja circular, desde a qual emana um totem em betão armado, com 10m de altura, revestido a mármore branco.<sup>233</sup> A base contém água, de modo a celebrar esse elemento, pressentindo a presença do aqueduto subterrâneo. Serve, também, de zona de estar e contemplação das várias tomadas de vistas sobre a paisagem urbana, através de um banco corrido com espaldar. No centro do totem, em alto-relevo, pensou-se em destacar a configuração territorial do Município de Estremoz, com pontuação da localização do Rossio Marquês de Pombal. Este elemento escultórico pretende, de modo objetivo e fazendo um exercício de síntese, evidenciar um dos principais valores endógenos do concelho - o mármore - em conjugação com a água, conforme ilustra a figura seguinte (175);

**Figura 175 – Estudo / proposta para o elemento central**



Fonte: Elaboração própria

<sup>233</sup> Previamente à execução do elemento central, recomenda-se que se realizem sondagens por percussão (por pancada) do solo, do tipo SPT – *Standard Penetration Test*, para averiguação da respetiva capacidade de carga. Através dos resultados da capacidade de carga é possível, com mais exatidão, aferir o tipo / dimensionamento de fundação, visando compatibilizar a mesma com o traçado do aqueduto subterrâneo.

- No que concerne à parte da EEM, entende-se que a intervenção deve ser contida, com mitigação de debilidades ou anulando dissonâncias no sistema verde existente, pelo que propõe-se as seguintes medidas de atuação:
  - Remoção de alguns exemplares arbóreos, que se encontram rarefeitos, fora de escala ou desalinhados, bem como preenchimento de lacunas existentes nos alinhamentos, podendo optar-se por replantação de elementos saudáveis. As árvores a substituir ou a plantar serão das espécies existentes na praça, tendo em vista assegurar a coerência e equilíbrio do conjunto, sendo predominantes o Lodão (*Celtis australis*) e o Jacarandá (*Jacaranda mimosifolia* syn. *Jacaranda ovalifolium*). Recomenda-se a plantação das árvores dentro de manilhas de betão prefabricadas, com diâmetro e profundidade a definir, tendo em vista evitar que o crescimento das raízes danifique ou deforme os pavimentos envolventes (v.g. calçadas);
  - Propõe-se anular os núcleos ajardinados / canteiros, situados na zona sul da placa central, de modo a obter-se uma leitura do espaço mais homogênea, sem barreiras visuais, bem como para aumentar a capacidade de ocupação da feira de antiguidades e velharias. Nos topos da faixa de transição, entre a zona sul da placa central e o interior da mesma, projetaram-se dois canteiros que servem de bancos e como elementos de contenção e remate. Os canteiros poderão conter, para além de elementos arbóreos, alguns arbustos aromáticos que se coadunem com as condições edafoclimáticas existentes (requisitos de rega e manutenção em geral baixos), marcando um contraste de folhagens, cores e odores, tais como: rosmaninho (*lavandula stoechas*), hipericão (*hypericum calycinum*) e alecrim (*rosmarinus officinalis*);
  - Na zona nascente preconiza-se a coesão das placas verdes, redesenhando / alongando a zona situada a sul, com adensamento moderado do sistema arbóreo (preenchendo lacunas), criando assim um jardim longitudinal de permanência, com uma área apta para piqueniques (zona verde norte). Pretende-se, também, a valorização da área verde contígua ao Convento das Maltezas, que atualmente se encontra marginalizado, aproximando esse conjunto monumental ao próprio Rossio, através da manutenção do elemento Sol (sistema solar), plantação de elementos arbóreos e de arbustos aromáticos das espécies supracitadas;
  - Quanto ao compasso de plantação dos elementos arbóreos, propõe-se plantar as árvores não muito próximas umas das outras (com tutores para proteção da ação do vento), considerando o desenvolvimento futuro das copas e raízes;



- Relativamente à eventual poda das árvores, recomenda-se a máxima contenção de cortes, limitando-se à denominada poda de plantação que visa sanar alguma anomalia que se tenha originado aquando do transporte ou abacelamento, nomeadamente com supressão de ramos ou raízes danificadas. A poda de manutenção deve executar-se de modo a não se detetarem os cortes, com o objetivo de preservar o máximo possível a forma original da árvore<sup>234</sup>;
- O sistema de rega deverá ser ajustado ao tipo de vegetação proposta, tendo em conta as condições climatéricas e a eventual escassez de água. Em geral, a rega será efetuada por aspersão / pulverização (aspersores escamoteáveis e pulverizadores) nas zonas relvadas e arbustivas, bem como por alagamento (brotejadores ou manual através de mangueira) dos elementos arbóreos em caldeiras. A rede será alimentada através de um sistema radicular (automática) e por bocas de rega (manual);
- Quanto aos pavimentos a reabilitar, manter ou a aplicar na área de intervenção, propõe-se o seguinte (*vide* figura 176):
  - Reabilitação integral das zonas em calçada portuguesa artística, com manutenção dos lancis existentes, ficando estes embutidos no pavimento, deixando assim a presença de testemunhos matéricos da atual geometria interna da praça (memória coletiva);
  - Manutenção do pavimento existente no interior da placa central, apesar das excessivas inclinações para escoamento de águas pluviais, porquanto o mesmo encontra-se em bom estado de conservação e possui uma boa capacidade de carga, não apresentando deformações consideráveis;
  - Para a união das placas pedonais propõe-se aplicar “antiga” calçada à portuguesa de mármore (branco), meia pedra, de face lisa, por se considerar o tipo de calçada mais “inócua” possível, permitindo assim que as zonas de calçada portuguesa artística assumam o protagonismo desejado;

---

<sup>234</sup> No livro intitulado “*A Árvore em Portugal*” (2.<sup>a</sup> edição – maio de 2005), da autoria de Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, é referido, relativamente ao assunto controverso da poda das árvores, o seguinte: “(...) a prática generalizou-se de tal forma que quase ninguém conhece a imagem de uma árvore intacta, com a forma que Deus lhe deu, e não a caricatura que os homens fizeram dela. Todos os anos no fim do Inverno saem ao campo, das mais diversas procedências, brigadas de homens armados de serrotes e tesouras a podar os arvoredos das ruas das Cidades e das Vilas e ultimamente até das estradas nacionais. Tem-se a impressão de que «não podar as árvores» é sinal de desleixo e preguiça. Há muito que os protestos contra estas práticas surgem isolados nos jornais. Chega mesmo por vezes a estabelecer-se quase discussão mas ainda não foi possível até hoje chegar a uma solução equilibrada e geralmente aceite.” (o seu valor na paisagem urbana e rural, a sua cultura, a poda - pág.15) e “Qualquer supressão de que resulta um aspecto definitivamente mutilado da árvore, deve considerar-se inadmissível visto comprometer definitivamente a finalidade estética da planta ornamental. É preferível nesse caso a supressão pura e simples do indivíduo. Apenas se exceptuam os casos raros de indivíduos vegetais ligados a factos históricos ou quando se pense que seja possível uma reconstituição aceitável da planta. Normalmente os cortes devem fazer-se de modo a não se notarem. O maior elogio que se pode fazer a um podador de árvores ornamentais é que não se perceba que a árvore foi podada. A forma natural da árvore é perfeita e portanto não é necessário corrigi-la no sentido estético nem fisiológico.” (como se deve podar - pág. 163)

- O percurso diagonal “Sátiro-Gadanha” será salientado através de pavimentação com tijolo maciço de barro vermelho, colocado a cutelo, fazendo referência ao material base que constitui o sistema construtivo do aqueduto subterrâneo;

Figura 176 – Planta com mapa de pavimentos



Fonte: Elaboração própria

- Para ênfase e valorização das plataformas de enquadramento (adros dos Congregados, Maltezas, Santo Cristo e Túmulo Esteves da Gata), propõe-se a pavimentação em lajeado de mármore (0,60m x 1,20m, e=50mm, do tipo “pele de tigre” bujardado), antiderrapante, em consonância e articulação com o adro existente na Igreja de São Francisco, conforme figura seguinte (177);

**Figura 177 – Pavimento em lajeado de mármore do adro da Igreja de São Francisco**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista geral; b) Pormenor do lajeado

- Propõe-se manter uma faixa longitudinal de transição, entre a zona sul da placa central e o interior da mesma, com pavimento em saibro (permitindo a infiltração de água no solo), evocando o antigo terreiro - memória coletiva e identidade do lugar - e possibilitando a continuidade da prática de jogos populares como o Jogo da Malha. Recomenda-se que o saibro seja devidamente confinado, na transição com outros pavimentos, através de chapa limitadora, visando evitar o bloqueio do sistema de escoamento de águas pluviais, por arrastamento do material;
- As vias de tráfego automóvel e estacionamento serão revestidas com calçada portuguesa clássica, em cubos de granito, meia pedra (10x10x10cm), de face irregular, bem como a ciclovia será pavimentada com mistura betuminosa, a frio, colorida (laranja);
- As zonas pedonais de relva (orlas perimetrais da placa central) e zonas mistas de relva e espécies arbustivas (zona nascente) deverão ser devidamente mantidas e revitalizadas. Considera-se que a relva é um pavimento constituinte da EEM, que no seu conjunto de placas tornam o ambiente urbano mais atrativo, ameno e aprazível para áreas de estar, convívio e fomento de atividades lúdicas, conforme se pode constatar pelo exemplo da figura seguinte (178);



**Figura 178 – Zona de relva na orla perimetral nascente da placa central**



Fonte: Fotografia do autor (2019)

- Relativamente ao assentamento do lajeado e calcetamento, a estrutura dos pavimentos deverá ser constituída pelos seguintes elementos / camadas:

**a)** Para a aplicação do lajeado de mármore (utilização pedonal e de automóveis ligeiros na zona da passadeira central sul) propõe-se o seu assentamento numa camada base de argamassa ou betonilha, com espessura mínima de 2,5cm, sobre uma sub-base constituída por laje de suporte rígida (espessura a definir), pós compactação mecânica do solo. Com tal solução, pretende-se evitar a fissuração ou fratura das lajes. Contudo, devem ser previstas zonas ou calhas técnicas para passagem de infraestruturas, com pontos específicos de acesso (lajetas / tampas amovíveis) para, em caso de ruturas ou ações de manutenção, ser evitada a destruição do pavimento;

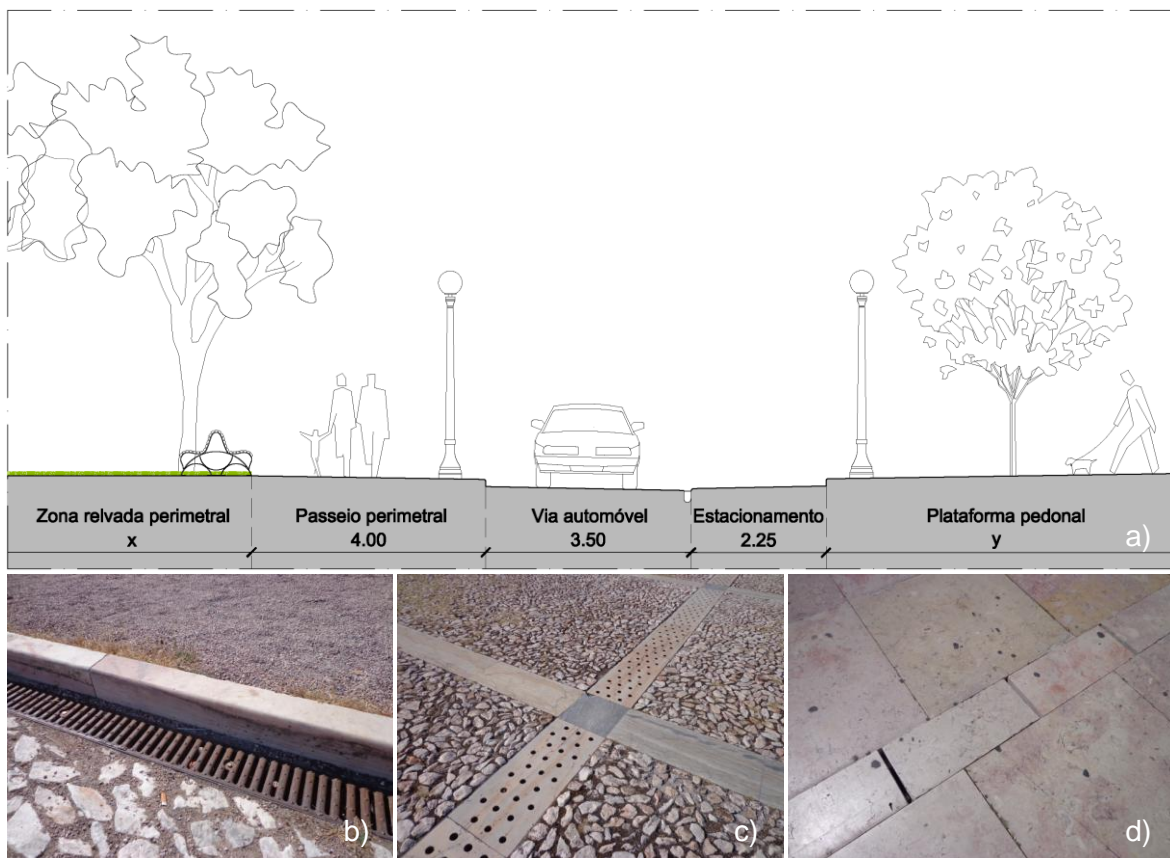
**b)** Para a execução geral da calçada (utilização pedonal) <sup>235</sup> deverá ser assente sobre almofada de pó de pedra / saibro, com espessura de 6cm (camada de assentamento), sendo a sub-base constituída por uma camada mínima de 15cm de *tout-venant* (agregado britado de granulometria extensa), regada e compactada mecanicamente, de modo a obter um índice de compactação igual ou superior a 95% do ensaio de proctor modificado. Pós aplicação da calçada deverá proceder-se à respetiva compactação final. Admite-se também, com o objetivo de evitar deformações futuras, que a calçada seja assente em base de betonilha, com sub-base de betão “pobre”;

<sup>235</sup> Conforme método construtivo preconizado, no espaço público, pelo Município de Estremoz.



- c) Para as vias de circulação e estacionamento automóvel propõe-se a fresagem do pavimento betuminoso existente, colocação de camada de sub-base em agregado britado de granulometria extensa, com espessura mínima de 15 cm devidamente compactada, aplicação de base de assentamento constituída por areia e cimento (traço 1:6), com espessura de 4cm, na qual assentam os cubos de granito (os lancis e guias serão assentes em fundação de betão ciclópico);
- Propõe-se que o escoamento de águas pluviais seja efetuado através de inclinações nos pavimentos, de 1,5% para zonas pedonais e de 2% para vias automóveis / estacionamentos, com encaminhamento para caleira contínua de pavimento, com grelha superior metálica (conforme sistema / modelo existente no interior da placa central), com instalação junto à guia de marcação das baías de estacionamento (tirando partido da mesma fundação). Para zonas pedonais calcetadas e de lajeado em mármore, de maiores dimensões, preconiza-se uma solução de caleira oculta, sob elementos pétreos (*vide* figura 179);

**Figura 179 – Perfil tipo de sistema viário e caleiras para drenagem de águas pluviais**

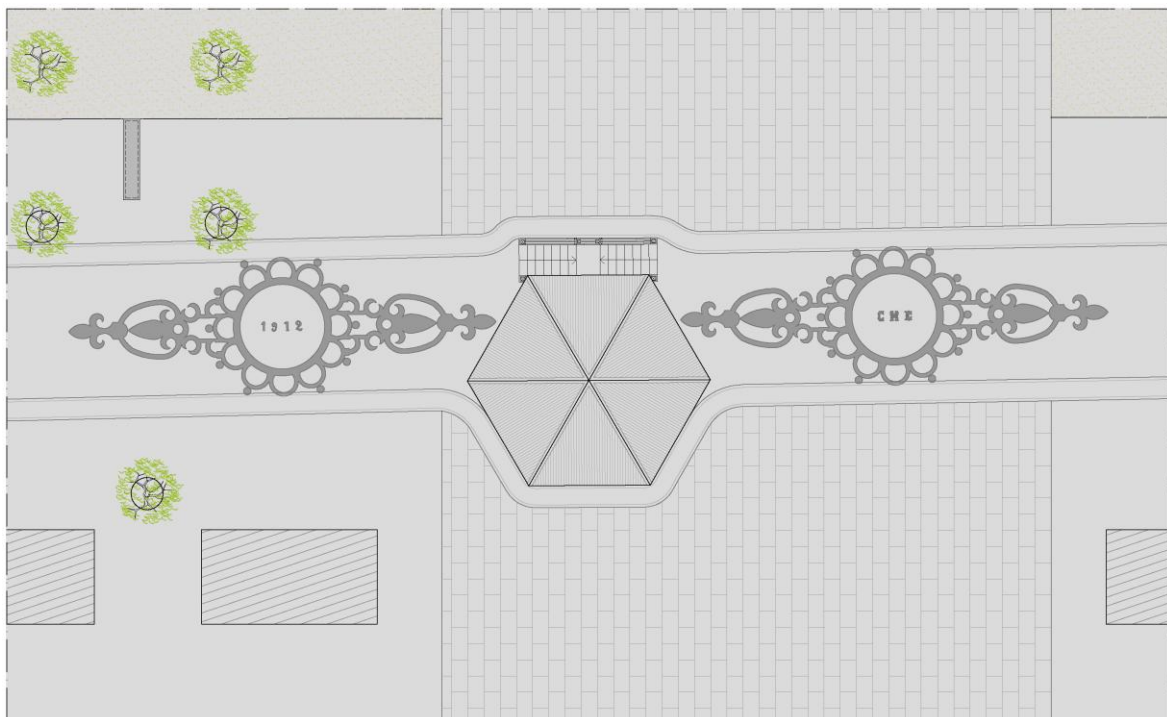


Fonte: Elaboração própria / fotografias do autor (2019)

a) Perfil tipo de sistema viário; b) Caleira para via automóvel; c) e d) Caleira oculta para zona pedonal

- Deverá ser efetuado um estudo específico para criação de uma rede de negativos multifunções (v.g. encaixe de estrutura para palco / espigões, delimitadores de trânsito, equipamentos de esplanadas, entre outras funções), tendo em vista evitar a danificação dos pavimentos. Sugere-se a uniformização das caixas de visita, das diversas redes de infraestruturas, através de tampas pétreas integradas nos pavimentos, com sinalização respetiva e chave de acesso;
- Salienta-se que a reabilitação da calçada portuguesa artística implica a reposição de algumas zonas, que se encontram danificadas ou “amputadas”, conforme desenhos e configurações primeiras. A figura seguinte (180) ilustra o resultado que se pretende alcançar com a retirada do PT, junto ao coreto municipal, e consequente reposição da forma inicial de 1912, tendo como resultado final uma leitura correta, de conjunto, desse valor patrimonial.

**Figura 180 – Proposta de reposição da calçada portuguesa artística de 1912, junto ao coreto**



Fonte: Elaboração própria

- Em matéria de mobiliário urbano, apesar de não interferir de modo direto com as diretrizes principais de projeto (estudo prévio), porquanto são elementos de escala menor, importa sugerir alguns modelos que poderão ser incorporados na lógica conceptual, funcional e patrimonial da praça, conforme planificação que consta na figura seguinte (181);

Figura 181 – Planta com indicação do mobiliário urbano



Fonte: Elaboração própria

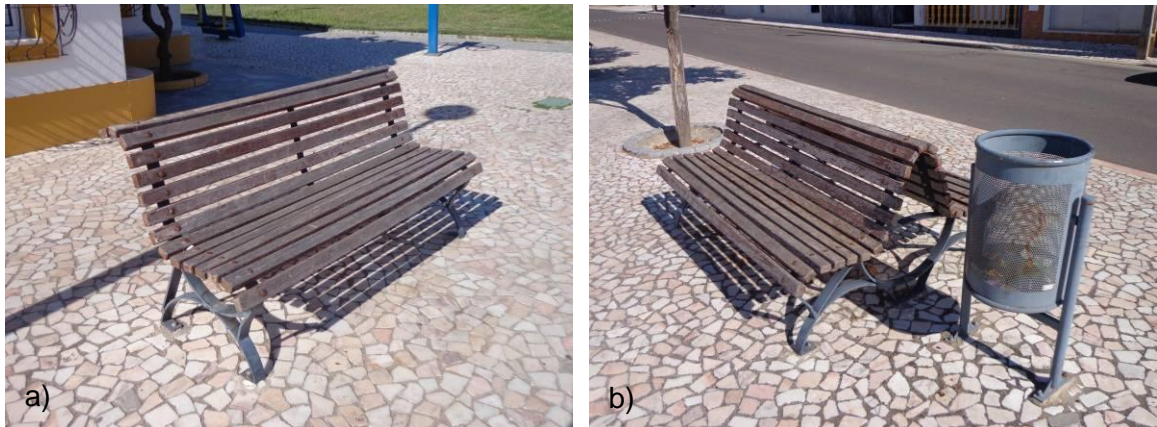
- Além da bateria de quiosques multifunções, para a zona sul da placa central, propõe-se a instalação de um quiosque na zona sul (ala nascente), para



estabelecimento de bebidas, tendo em vista dinamizar essa área pedonal;

- Propõe-se recuperar o modelo de banco histórico que foi implementado aquando da construção da “Avenida do Rossio / Passeio Público” (memória coletiva), constituído por ripas de madeira de câmbala e estrutura em aço, de uma ou duas faces, a instalar na placa central (zona sul e no limite do passeio das orlas perimetrais relvadas), conforme modelos da figura seguinte (182);

**Figura 182 – Modelos de banco em madeira e aço**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Banco de uma face; b) Banco de duas faces

- Em referência à disposição e forma dos blocos de mármore serrados, que se agrupam nos parques adjacentes a indústrias de extração e/ou transformação, cujo cenário pétreo consubstancia uma das “imagem de marca” da região (vide figura 183), pensou-se na colocação de bancos maciços, distribuídos por zonas de estar e lazer da praça.

**Figura 183 – Blocos de mármore do Anticlinal de Estremoz, zona de Vila Viçosa**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista geral do parque de blocos; b) Pormenor da disposição dos blocos



A figura seguinte (184) mostra um exemplo interessante da colocação de bancos maciços, em pedra de cor clara, colocados num espaço verde com relva e alinhamentos arbóreos (2 renques), à semelhança do que se propõe para as orlas perimetrais da placa central (faixa interna de transição para o interior da placa central). Propõe-se que o mármore seja do tipo “pele de tigre” amaciado;

**Figura 184 – Exemplo da colocação de bancos maciços em pedra e modelo de banco em mármore do tipo “pele de tigre” amaciado**



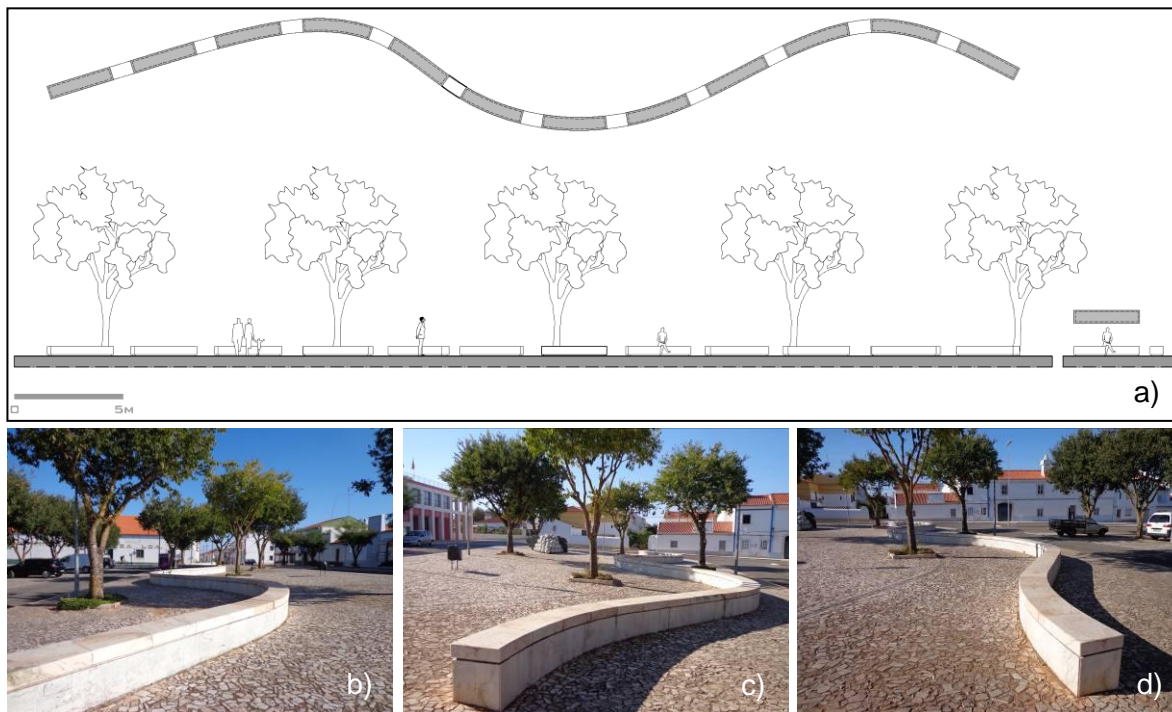
Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Bancos em pedra colocados em zona verde, Lisboa; b) Banco em mármore do tipo “pele de tigre” amaciado

- Para a zona sul, na grande plataforma pedonal, projetaram-se dois bancos sinuosos em mármore, com interrupções pontuais para passagem de peões. O objetivo é materializar dois elementos dinâmicos, como contrapontos à identidade estática do lugar, gerando espaços intersticiais adequados para estar e contemplação das várias perspetivas da praça. Os bancos, de carácter flexível, poderão ser integrados na lógica funcional do mercado de sábado, servindo de bancas de apoio, como complemento às bancas tradicionais. Propõem-se também em mármore, do tipo “pele de tigre” amaciado. A figura seguinte (185)

ilustra uma proposta de desenho para os elementos citados, bem como um exemplo construído.

**Figura 185 – Proposta de desenho para os bancos sinuosos e exemplo construído**



Fonte: Elaboração própria / fotografias do autor (2019)

a) Proposta de banco sinuosos; b), c) e d) Exemplo construído

- Na área para piqueniques, situada na zona verde do quadrante nascente, propõe-se a instalação de mesas, com respetivos bancos (madeira), bem como bebedouro de apoio (mármore), conforme exemplos da figura seguinte (186);

**Figura 186 – Exemplo de mesa para piquenique, com respetivos bancos, e bebedouro**



Fotografia do autor (2019)

a) Mesa para piquenique b) Bebedouro em mármore



- Propõe-se, na área de intervenção, a instalação de 3 conjuntos de contentores subterrâneos (separativos) para recolha de resíduos sólidos urbanos. A base deve ser apta para receber o tipo de pavimento envolvente, visando minimizar a intrusão de tais elementos no espaço público, à semelhança de modelo instalado na cidade de Estremoz (*vide* figura 187), nomeadamente no largo da República;

**Figura 187 – Modelo de contentores subterrâneos para recolha de resíduos sólidos urbanos**



Fotografia do autor (2019)

- Relativamente a elementos de menor escala, mas relevantes no conjunto, sugere-se: papeleiras em madeira ou metálicas (com proteção superior) e canteiros delimitadores / decorativos, conforme exemplos da figura seguinte (188);

**Figura 188 – Elementos de menor escala – papeleiras e canteiros**



Fotografia do autor (2018/9)

a) Papeleira em madeira; b) Papeleira metálica; c) e d) Canteiro delimitador / decorativo

- Para os postes / luminárias, propõe-se reproduzir o conjunto de modelos históricos<sup>236</sup>, que ainda se preservam nos espaços públicos envolventes à grande praça, com o objetivo dos integrar na reestruturação da rede de iluminação pública (*vide* figura 189). Constata-se a existência de 3 modelos de postes metálicos, com base larga, e 1 modelo de braço metálico, para instalação nas fachadas dos edifícios, especificamente: poste com luminária única; poste com 2 braços / luminárias; poste com 3 braços / luminárias; braço com luminária única;

**Figura 189 – Modelos de postes / luminárias**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Poste com luminária única, avenida 25 de Abril; b) Poste com 2 braços / luminárias, largo General Graça;  
c) Poste com 3 braços / luminárias, largo General Graça; d) Braço com luminária única, rua de Santo André

- As áreas a definir para instalação de esplanadas, com mobiliário de apoio respetivo, devem ser alvo de um projeto de planeamento específico, visando não degradar a imagem urbana-patrimonial em presença, com proliferação de

<sup>236</sup> Modelo idêntico (2 braços / luminárias) ao existente na praça do Município de Lisboa, nomeadamente na sua placa central.



elementos e cores dissonantes, pelo que devem ser aplicadas regras básicas transversais. Para além do estatuído na regulamentação específica aplicável<sup>237</sup>, recomenda-se o seguinte: que os guarda-sóis e estrutura de suporte sejam todos de cor branca, no sentido de serem elementos o mais possível “neutros” face à envolvente patrimonial construída; os elementos que impliquem fixação ou apoio no pavimento (v.g. guarda-sóis ou estrados) sejam previstos no plano da rede de negativos multifunções (anteriormente proposto); que se equacione a possibilidade de integrar pulverizadores de água, na estrutura dos guarda-sóis, de modo a amenizar / refrescar o ambiente nos dias mais quentes de verão. A figura seguinte (190) mostra um bom exemplo, da aplicação prática, das regras básicas supra propostas;

**Figura 190 – Exemplo de esplanadas e mobiliário de apoio, na praça do Comércio de Lisboa**



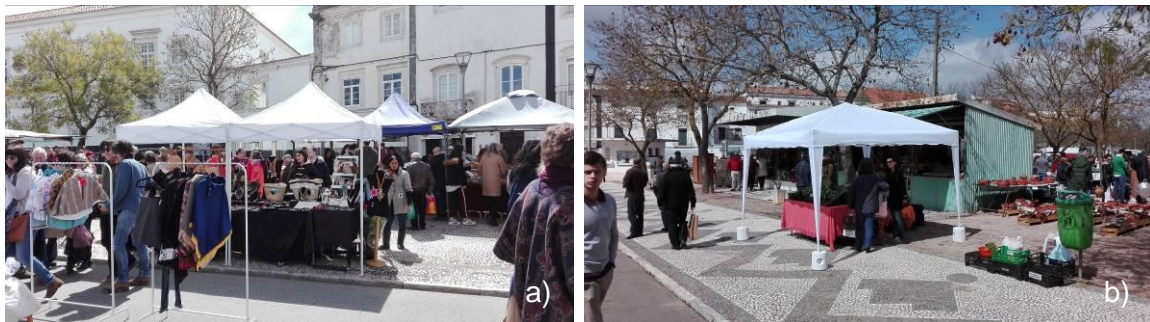
Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista geral; b) Modelo de guarda-sol; c) Pormenor do encaixe no pavimento (negativo); d) Pulverizador de água

<sup>237</sup> Conforme indicado nas subalíneas i) e ii) da alínea d) - esplanadas e mobiliário urbano - do n.º 2 do art.º 75.º (critérios adicionais definidos pela Direção-Geral do Património Cultural) do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público do Município de Estremoz: “As esplanadas a instalar em zonas protegidas deverão ser dimensionadas de acordo com as características do espaço público e objeto de tratamento cuidado no que se refere não só na escolha de mobiliário e publicidade mas também na instalação de eventuais estrados” e “Os guarda-sóis ou toldos devem ser brancos ou de tom claro e não devem conter referências a marcas. O mobiliário não deve conter referências a marcas comerciais.”

- Relativamente ao evento histórico-patrimonial designado mercado de sábado / feira de antiguidades e velharias, considera-se que deve manter-se em funcionamento na mesma zona, porquanto é de grande relevância socioeconómica para a cidade de Estremoz e região envolvente, conforme se referiu e justificou ao longo do presente trabalho. Contudo, entende-se que tal valência deve sofrer alguns ajustes de funcionamento e de índole estética, considerando a legislação / regulamentos em vigor<sup>238</sup>, indo no sentido da sua otimização e sustentabilidade, de modo a encontrar um ponto de equilíbrio entre as atuais exigências higio-sanitárias e a carga histórica e identitária que lhe é inerente. Assim, deverá ser elaborado um estudo de planeamento específico, atendendo ao novo desenho urbano proposto e às solicitações futuras, não devendo ser preconizadas soluções que o desvirtuem na sua essência. De salientar que atualmente, mesmo que de modo incipiente, há comerciantes que adotam uma lógica de homogeneização dos lugares de venda, através de toldos de cor clara (vide figura 191), pelo que julga-se ser esse o caminho a seguir para “atualização” e melhoramento do evento;

**Figura 191 – Postos de venda com toldos homogêneos de cor clara**



Fonte: Fotografias do autor (2019)

a) Vista geral, com dois toldos, zona sul; b) Toldo isolado, perímetro sul da placa central;

<sup>238</sup> Neste âmbito regulamentar, importa salientar o disposto no art.º 78.º (recintos e feiras retalhistas) do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua atual redação (regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração): "1 – As feiras podem realizar-se em recintos públicos ou privados, ao ar livre ou no interior, desde que: a) O recinto esteja devidamente delimitado, acautelando o livre acesso às residências e estabelecimentos envolventes; b) Os lugares de venda se encontrem devidamente demarcados; c) As regras de funcionamento estejam afixadas; d) Existam infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica e pavimentação adequadas ao evento; e) Possuam, na proximidade, parques ou zonas de estacionamento adequados à sua dimensão. 2 – Os recintos com espaços de venda destinados à comercialização de géneros alimentícios ou de animais devem igualmente cumprir os requisitos impostos pela legislação específica aplicável a cada uma destas categorias de produtos, no que concerne às infraestruturas. (...)". Por outro lado, nos termos do n.º 1 do art.º 75.º (proibições) do mesmo DL, é proibido aos vendedores ambulantes o seguinte: "a) Impedir ou dificultar o trânsito nos locais destinados à circulação de peões ou de veículos; b) Impedir ou dificultar o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos; c) Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso ou a exposição dos estabelecimentos comerciais."

Nota: para efeitos do DL supracitado, nos termos do seu n.º 2 do art.º 67.º (instalação de mercados municipais), entende-se por mercado municipal: "(...) o recinto fechado e coberto, explorado pela câmara municipal ou junta de freguesia, especificamente destinado à venda a retalho de produtos alimentares, organizado por lugares de venda independentes, dotado de zonas e serviços comuns e possuindo uma unidade de gestão comum."

- No âmbito das valências existentes na praça e potenciação de novas utilizações, em consonância com as propostas anteriormente explanadas, propõe-se:
  - Retirar os dois postos de abastecimento de combustíveis e respetiva oficina de serviço automóvel, pelos motivos negativos referidos no presente trabalho;
  - Deslocalizar a valência de parque de autocaravanas, que funciona informalmente no interior da placa central (de modo desregrado), para uma zona da cidade de Estremoz mais apropriada para esse fim, nomeadamente com instalação de área de serviço (v.g. descarga de águas residuais / lavagens) e área envolvente com equipamentos de apoio (v.g. zona verde com parque de merendas, instalações sanitárias e infraestruturas adequadas);
  - Considerando que a reabilitação urbana, do espaço público, tem um efeito indutor positivo nos comerciantes e empresários para requalificar os seus estabelecimentos, deverá fomentar-se ativamente a possibilidade de novas atividades de comércio ou serviços, nos edifícios que se encontram total ou parcialmente devolutos, preferencialmente ao nível dos pisos térreos;
  - Deverá ser promovida a reabilitação do denominado “Hotel Alentejano” (antigo Palace Hotel), situado na frente edificada norte, com possível instalação de um museu dedicado ao mármore, no piso térreo, onde atualmente funciona a oficina de serviço automóvel, porquanto o espaço tem bons acessos e pé-direito adequado;
  - Promover e incentivar, junto das entidades que tutelam o património edificado religioso, a reabilitação urbana dos imóveis degradados, visando a sua reabertura ao público, com enfoque para fins turísticos;
  - Salieta-se que a dinamização e implementação de novas utilizações e valências, a par da manutenção das lojas tradicionais, não deverá conduzir a um processo urbano de gentrificação. Assim, a reabilitação urbana, deve também ser assumida como um mecanismo para evitar a segregação social de uma determinada área do território, visando a inclusão de todas as faixas etárias e sociais.

## **CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

A título de síntese, através da elaboração do presente trabalho de projeto, que contém também uma forte componente de investigação e análise, é possível plasmar os seguintes dez pontos conclusivos / recomendações:

**1** - O Rossio Marquês de Pombal - maior praça de Portugal - foi gerado através de um longo período de “gestação histórica”, compreendido entre o séc. XIII e o séc. XIX, sendo atualmente o coração da cidade de Estremoz. Tal vazio urbano multifuncional, comporta uma vasta panóplia de valores patrimoniais e potencialidades intrínsecas, estando alguns nas suas “entranhas”, como é o caso da cisterna / aqueduto subterrâneo do século XVII (“arquitetura da água”) e a necrópole medieval (património arqueológico);

**2** - A grande praça pode revelar-se fundamental para a efetiva afirmação da cidade de Estremoz como Centro Urbano Estruturante, marcando assim maior presença na região Alentejana, em termos de atratividade turística, cultural e socioeconómica. Tal desígnio, poderá ser catalisado tirando partido do seu posicionamento geográfico (eixo de ligação Lisboa-Madrid) e através da criação de sinergias efetivas com os restantes concelhos da denominada zona dos mármorees - Anticlinal de Estremoz - com os correspondentes ganhos de escala;

**3** - Atualmente, o Rossio Marquês de Pombal, é um elemento fundamental na dinâmica de fluxos viários da cidade de Estremoz, funcionando como uma enorme plataforma “giratória”, de atravessamento e estacionamento, sendo eminentemente um grande salão urbano de encontro e confluência. É, também, uma importante componente da Estrutura Ecológica Urbana, materializada pelos seus alinhamentos e elementos arbóreos / zonas verdes, que importa preservar e valorizar;

**4** - Conforme se explanou, o coração da cidade padece de diversos problemas funcionais e físicos, destacando-se o sobredimensionamento das vias de tráfego automóvel e excessiva oferta de estacionamento desregrado, em detrimento de maiores e melhores plataformas pedonais. A realidade patente não se coaduna com os novos padrões / desígnios de sustentabilidade ambiental, nem tampouco das exigências urbanas que uma cidade patrimonial / histórica deve possuir no séc. XXI. Contudo, é um espaço público resiliente, repositório de grande carga histórica / memória coletiva, ou seja, preserva a sua “matriz genética” de palco / cenário de múltiplas utilizações, em simbiose com a envolvente patrimonial histórica que o contém;

**5** - A mitigação dos problemas detetados, que ofuscam diretamente a atratividade da praça, inicia-se por assumir como prioritária a reabilitação urbana sistemática do



espaço público, infraestruturas e parque edificado, em linha com o novo paradigma de contenção urbana (gestão urbanística não expansionista). Por conseguinte, ações de reabilitação urbana poderão funcionar como “pano de fundo” para o desenvolvimento sustentável da cidade de Estremoz. Julga-se que é indissociável uma intervenção urbanística no Rossio de uma estratégia de planeamento global para a cidade, visando alcançar a denominada “mobilidade sustentável” (v.g. implementação de sistema de transporte público coletivo intraurbano, fomento dos modos suaves de mobilidade e espaço público acessível e inclusivo);

**6 –** A maturada triagem, análise e compilação da documentação, que incide sobre o Rossio, a par da observação e análise *in loco*, revelou-se crucial para entender e interiorizar a identidade do lugar, tendo por essa via emergido as premissas essenciais para a tomada de decisões inerentes à proposta de reabilitação urbana. Assim, foi entrelaçado um “fio condutor” de informação, tendo-se constatado que existem “denominadores comuns” nos diversos estudos e propostas para o Rossio, sendo que a solução apresentada no presente trabalho “bebeu” desse passivo intelectual, incorporando algumas medidas de intervenção que se consideram ainda válidas e adequadas. Por outro lado, a visita e análise de outras praças (portuguesas e espanholas) revelou-se uma componente frutífera, para entender o estado em que esses espaços públicos se encontram, as suas dinâmicas e se as intervenções executadas tiveram os resultados esperados. Tendo-se verificado, entre outras situações, que o Rossio Marquês de Pombal é uma praça com uma escala muito elevada, em relação à dimensão da cidade e, ainda que se localize no seu centro, tem fáceis acessos por diversas vias praticamente sem condicionantes, ao contrário da maioria das praças analisadas;

**7 -** Apesar das inúmeras abordagens, estudos e projetos anteriores para a grande praça, é possível constatar que, até à presente data, não surgiu uma proposta de intervenção que reúna o consenso necessário dos decisores / população em geral, capaz de visar uma efetiva e eficiente intervenção urbanística. Face a esse cenário, torna-se fundamental reativar, junto das forças vivas da sociedade, a discussão em torno do Rossio, a começar por ações de sensibilização e divulgação de temáticas relacionadas com a reabilitação urbana e mobilidade sustentável;

**8 -** Julga-se que a proposta de reabilitação urbana, que resultou do presente trabalho, cumpre os objetivos gerais e específicos inicialmente delineados, tendo-se alcançado uma solução prudente e equilibrada em termos urbanísticos, mantendo a integridade da matriz geométrica da praça, considerando a carga histórica e identidade

do lugar. Assim, a proposta apresentada preconiza a otimização de padrões de bem-estar humano, segurança e de sustentabilidade ambiental / eficiência energética - cidade com menos carbono;

**9** - Num mundo submetido à globalização, em que os fluxos de pessoas e bens são cada vez mais intensos e atendendo ao início da denominada indústria 4.0, em que a competitividade e atratividade das cidades são fatores cruciais para a sua sustentabilidade socioeconómica, a cidade de Estremoz pode afirmar-se como motor do desenvolvimento da região do Alentejo. Assim, torna-se premente promover a reabilitação urbana sistemática, a começar pelo Rossio Marquês de Pombal, no intuito de desencadear uma “contaminação positiva” na restante zona histórica da cidade de Estremoz. Face ao exposto, com este trabalho procura-se dar um contributo, bem fundamentado, para reacender o debate de ideias em torno da grande praça, visando a sua efetiva reabilitação, com o objetivo a jusante de tornar a cidade mais competitiva, dinâmica, atrativa em termos funcionais e turísticos, contrariar o despovoamento endémico, bem como para captação de novos investimentos e criação de emprego;

**10** - Por último, recomenda-se, face ao excecional valor histórico-patrimonial em presença, a possibilidade de delimitação e fixação de uma zona especial de proteção conjunta, abrangendo o Rossio Marquês de Pombal e contexto urbano envolvente (conjunto arquitetónico). Tal proposta, tem subjacente a elaboração consequente de um plano de pormenor de salvaguarda, que visa naturalmente proteger e valorizar o bem classificado (procedimento prévio), bem como dar continuidade e consistência regulamentar à base programática previamente definida, conforme estatuído na legislação de suporte, nomeadamente: Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural) e Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação (procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, F. & Santa-Bárbara, J. (2002). *Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal*. Mirandela: João Azevedo Editor. ISBN 972-9001-56-1

Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal [s.d.]. *Recomendações Técnicas* (7 vol.) – *Como criar pisos táteis mais acessíveis*. Lisboa: Núcleo de Estudos e Investigação em Acessibilidade da ACAPO. Disponível em: <http://www.acapo.pt/deficiencia-visual/documentos-e-publicacoes>

Borja, J. (2006). *Espaço público, condição da cidade democrática - A criação de um lugar de intercâmbio*. In Revista eletrónica *Vitruvius - Arquitectos*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.072/353>

Cabral, F. & Telles, G. (2005). *A Árvore em Portugal* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Assírio & Alvim. ISBN 972-37-0538-9

Cedintec – Centro para Desenvolvimento Tecnológicos (2006). *Manual da Pedra Natural para a Arquitectura*. Lisboa: Direção Geral de Energia e Geologia. ISBN 989-95163-0-9

Chapman, T. (2006). *Public Space*. In *Encyclopedia of Human Geography*. SAGE Publish, pp.388-389

Comissão das Comunidades Europeias (2007). *Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana*. Bruxelas: COM

Comissão Europeia (2011). *Livro Branco – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos*. Bruxelas: COM

Crespo, M. (1950). *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz: Fac-similada – Centro Social Paroquial Santo André – Estremoz

Cullen, G. (2018) *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70. ISBN: 978-972-44-1401-0

Cunha, S. (2004). *As fortificações de Estremoz. História, Arquitectura e Restauro. A adaptação do Castelo a Pousada*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Évora: Universidade de Évora. Disponível na Biblioteca Municipal de Estremoz.

Custódio, J. (2001). *Centros Históricos: motores do desenvolvimento integrado*. Revista Centros Históricos, N.º 6 – 2.<sup>a</sup> Série, Janeiro/Março 2001. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0049569001db97c55ff0e>

Dionísio, J. (coord.) et al. (2011). *Guia de Portugal, II – Estremadura, Alentejo, Algarve* (2 vol.). Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 9789723115192

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2007). *A Praça em Portugal, Inventário de Espaço Público* (1 vol.). Lisboa: DGOTDU. ISBN 978-972-8569-39-6

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a*

*concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: DGOTDU. ISBN 978-972-8569-43-3

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *Servidões e restrições de utilidade pública*. Lisboa: DGOTDU. ISBN 978-9728569

Direcção-Geral do Ordenamento do Território, e Desenvolvimento Urbano (2011). *Acessibilidade, Mobilidade e Logística Urbana*. Lisboa: DGOTDU. ISBN 978-972-8569-50-1

EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA (2009). *Manual da Calçada Portuguesa*. Lisboa: DGEG. ISBN 978-972-8268-39-8

Figueiredo, S. (coord.) et al. (1998). *Feiras, Mercados e Romarias – em Portugal através do Bilhete Postal Ilustrado*. [s.l.]: Ecosoluções, Consultores Associados, Lda.

Fonseca, T. (2003). *António Henriques da Silveira e as “Memórias analíticas da vila de Estremoz”*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS / Universidade de Évora. ISBN 972-772-418-3

Gonçalves, C. & Pinto, A. (2012). *A Rota dos Mármore: começando no paper científico, acabando na accountability*. In *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n.º 1, 2012, pp. 139-140. Disponível em: [https://www.ua.pt/degeit/rtd/indice\\_e1](https://www.ua.pt/degeit/rtd/indice_e1)

Gonçalves, J. (coord.) et al. (2006). *Reabilitação Urbana, Oportunidades Económicas, Emprego e Competências*. [s.l.]: mtss.

Gregotti, V. (2013) O Outro. In *Álvaro Siza – Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70. ISBN: 978-972-44-1390-7

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (2011). *Guia para a elaboração de planos de mobilidade e transportes*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Inovação e Avaliação.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (2011). *Guião Orientador - Acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Inovação e Avaliação.

Lamas, J. (1993) – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Liberato, M. (2012). *Núcleos urbanos e afirmação de soberania no Alentejo duocentista: o caso de Estremoz*. In *Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 2. *La história peninsular en los espacios de frontera: las “Extremaduras históricas” e y la “Transierra” (siglos XI-XV)*. Madrid: [s.n.].

Magalhães, A. (2008). *Reabilitação Urbana - Experiências Precursoras em Lisboa '05*. Lisboa: Parque Expo. ISBN 978-972-8106-46-1

Mattoso, J. (1993). *História de Portugal – A Monarquia Feudal 1096-1480* (2 vol.). [s.l.]: Círculo de Leitores.



Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2011). *Guia prático para medições de ruído ambiente – no contexto do Regulamento Geral do Ruído tendo em conta a NP ISO 1996*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2004). *O Ruído e a Cidade*. Lisboa: Instituto do Ambiente. ISBN 972-8419-91-0

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2000). *Vocabulário do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. ISBN 972-8569-05-X

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos – Aparentamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. ISBN 978-989-8051-04-2. Disponível em: <http://www.inr.pt/regime-juridico-da-acessibilidade>

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2015). *Cidades Sustentáveis 2020*. Lisboa: Direção-Geral do Território. ISBN 978-989-8785-03-9

Moura, A. (coord.) et al. (2007). *Mármore e calcários ornamentais de Portugal*. Amadora: Ineti. ISBN 978-972-676-204-1

Muga, H. (2005) *Psicologia da Arquitectura*. Canelas VNG: Gailivro. ISBN 989-557-241-7

Pardal, S. & Esteves, J. (2013). *Ser Autarca – Missão e Desafios*. Lisboa: GAPTEC e SaeR. ISBN 978-989-95002-1-1

Portas, N. (2000). *Do Vazio ao Cheio*. In *Cadernos de Urbanismo* n.º2. Disponível em: <https://vdocuments.site/portas-nuno-do-vazio-ao-cheio.html>

Rubio, C., Rubio, R., & Núñez, I. (2014). *El Atlas Medici de Lorenzo Possi 1687 – “Plante d’Estremadura, e di Catalogna”*. Badajoz: 4Gatos. ISBN 978-84-697-1290-0

Schwab, K. (2017) *A Quarta Revolução Industrial*. [s.l.]: Levoir. ISBN: 978-989-682-709-0

Silva, J. (2015). *A Praça – A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais no século XX*. In *Cadernos MURB Morfologia Urbana - estudos da cidade portuguesa - 1 Os Elementos Urbanos* (2.ª ed.). Lisboa: ARGUMENTUM. ISBN 978-972-8479-78-7

Sòla-Morales, I. (2002). *Terrain Vague* (Fracalossi, I. trad.) Texto original em espanhol: Ignasi de Solà-Morales (Territórios, Gustavo Gili, 2002). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales>

Távora, F. (1999). *Da Organização do Espaço* (4.ª ed.). Porto: FAUP. ISBN 972-9483-22-1

Valla, M. & Teixeira, M. (1999). *O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII Portugal-Brasil*. [s.l.]: Livros Horizonte. ISBN 9789722410618

Vermelho, J. (2003). *Nas Lavras do Tempo...Sementes e Raízes*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

## **Sites consultados:**

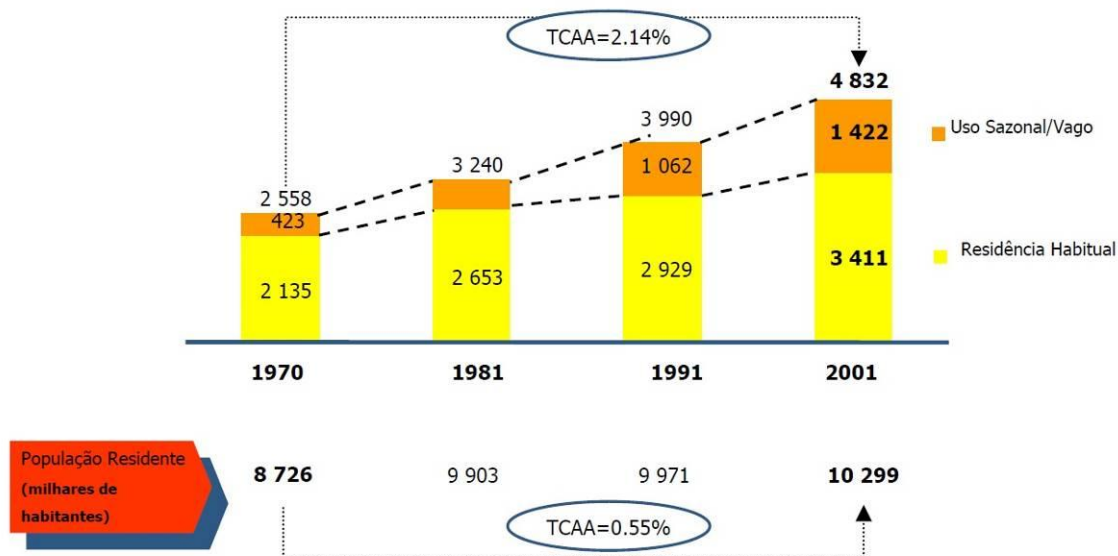
<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2014/10/>  
<http://aragonromano.ftp.catedu.es/calzadas.htm>  
<http://calcadaportuguesa.blogspot.com/2007/11/castelo-de-s.html>  
<http://comjeitoearte.blogspot.com/2014/07/a-calcada-portuguesa-e-um-dos-simbolos.html>  
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Pedreiras%20de%20Vila%20Vi%C3%A7osa>  
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/search/label/Estremoz>  
<http://www.acapo.pt/deficiencia-visual/documentos-e-publicacoes/recomendacoes-tecnicas>  
<http://www.cimac.pt>  
<http://www.cm-estremoz.pt/?pa=35&lang=1>  
<http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz>  
<http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/ata-da-reuniao-ordinaria-de-10-maio-2006>  
<http://www.cm-estremoz.pt/files/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz.pdf>  
<http://www.cm-estremoz.pt/pagina/turismo/mercados/>  
<http://www.corredorazul.net/>  
<http://www.dgterritorio.pt>  
<http://www.igme.es/CYTED/fotosWeb/pages/Anticlinal%20de%20Estremoz%201.htm>  
<http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede>  
<http://www.operacional.pt>  
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69807>  
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69808>  
<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/index.html>  
<http://www.un.org/>  
<http://www.vitruvius.be/severischebasiliek.htm>  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>  
<https://docplayer.com.br/69121434-Fase-2-pesquisa-domiciliar-de-origem-e-destino-entrevistas.html>  
<https://dre.pt/application/conteudo/115124155>  
<https://dre.pt/application/conteudo/122050042>  
<https://menos1carro.blogs.sapo.pt/57742.html>

<https://pt.calameo.com/read/0049569001db97c55ff0e>  
<https://pt.slideshare.net/isismagalhaes/arquitetura-grega-23435809>  
<https://pt.slideshare.net/seculoXXI/planeamento-planos-e-pdms?nomobile=true>  
<https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/praca-o-campidoglio/>  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada\\_portuguesa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada_portuguesa)  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o\\_Ferrovi%C3%A1ria\\_de\\_Vila\\_Vi%C3%A7osa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ferrovi%C3%A1ria_de_Vila_Vi%C3%A7osa)  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada\\_romana#/media/File:PompeiiStreet.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_romana#/media/File:PompeiiStreet.jpg)  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurocidade\\_Elvas-Badajoz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurocidade_Elvas-Badajoz)  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a>  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramal\\_de\\_Vila\\_Vi%C3%A7osa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramal_de_Vila_Vi%C3%A7osa)  
<https://vdocuments.site/portas-nuno-do-vazio-ao-cheio.html>  
<https://www.archdaily.com.br/br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales>  
<https://www.ccd-r-a.gov.pt/index.php/ord/prot-alentejo>  
<https://www.flickr.com/photos/biblarte/24479839700/in/photostream/>  
<https://www.google.pt/maps/>  
<https://www.mundoportugues.pt/63846/>  
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/12/O-tra%C3%A7ado-das-estradas-do-Imp%C3%A9rio-Romano-transformado-em-linhas-de-metr%C3%B4>  
<https://www.redatia.com/2016/03/28/ingenieros-romanos>  
<https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/rota-do-m%C3%A1rmore-do-anticlinal-de-estremoz>

## ANEXOS

### ANEXO I

**Gráfico 1 – Evolução de alojamentos no continente, 1970-2001 (valores em milhares de fogos)**



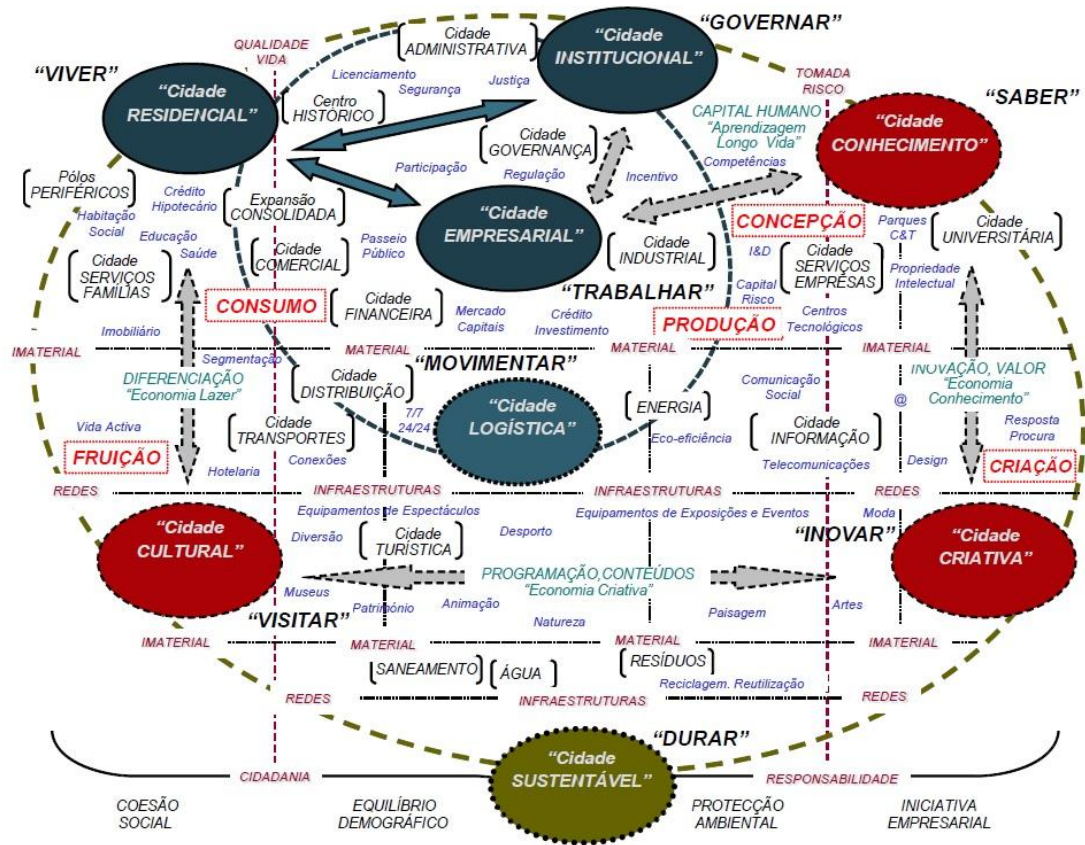
Nota: TCAA: Taxa de Crescimento Anual Acumulada.

Fonte: Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais, Relatório 1, CET-ISCTE / IRIC / A. Mateus e Associados



## ANEXO II

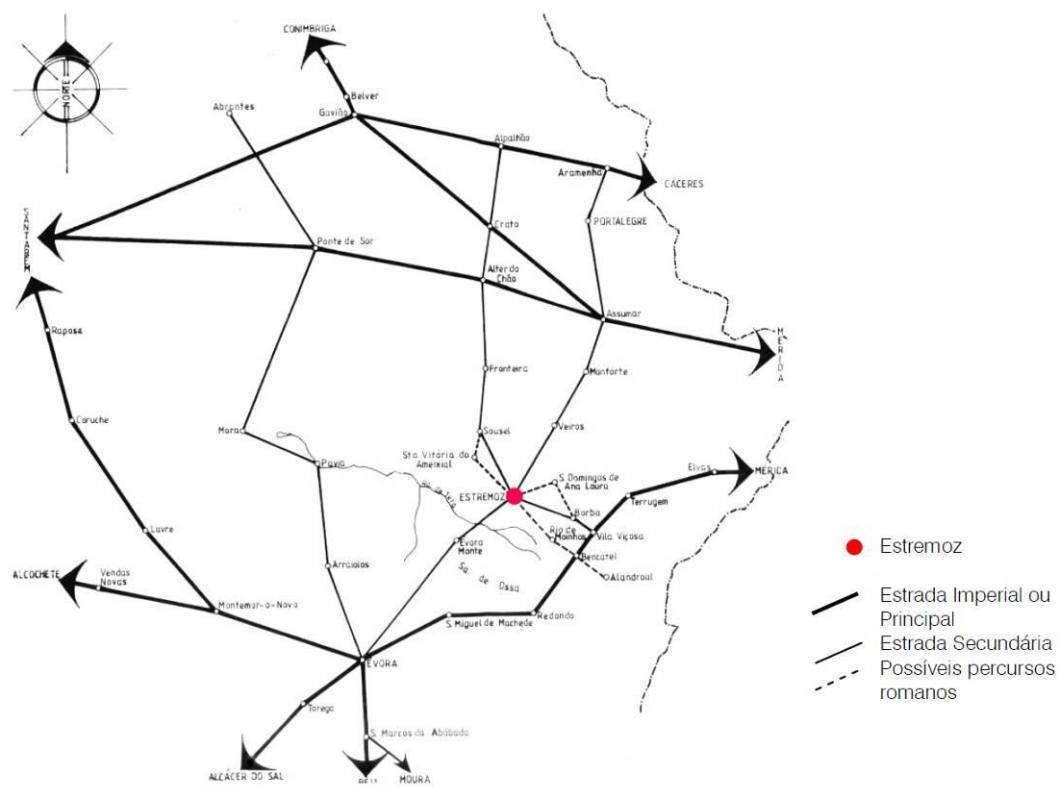
Esquema 1 – Abordagem estratégica do Município de Estremoz



Fonte: Programa de Ação para Regeneração Urbana da Cidade de Estremoz, p.30

## ANEXO III

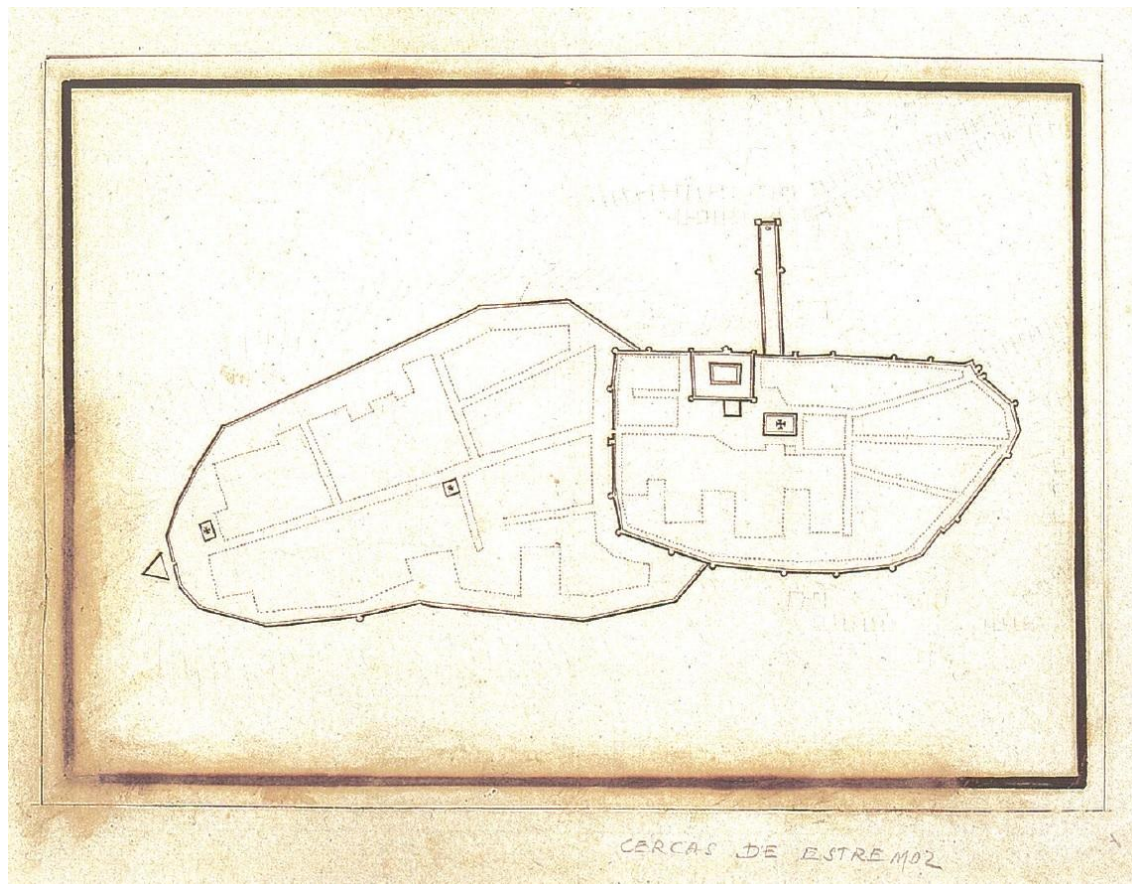
Esquema 2 – Traçado das vias militares romanas, com indicação de Estremoz



Fonte: Análises Sectoriais, Volume II-1 do PSVCHE, 1994, Desenho n.º 2.2.

## ANEXO IV

**Figura 1 – Gravura das cercas de Estremoz, elaborada por Nicolau de Langres no Séc. XVII**



**Fonte: O Urbanismo Português Séculos XIII-XVIII, 1999, p.195**



## **ANEXO V**

**Figura 2 – "Entrada" do bairro de Santiago, rua Direita, de C.J. Walowski, 1891**

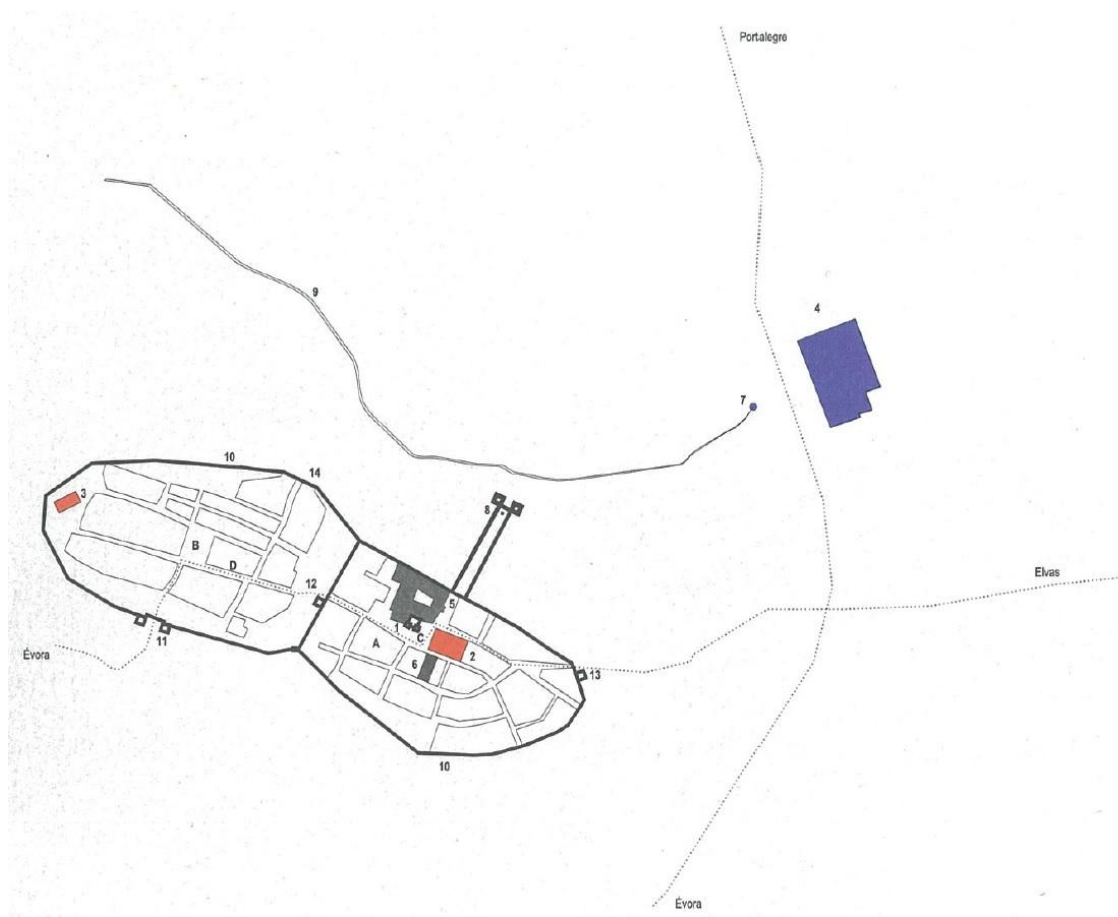


**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz / Arquivo Fotográfico Municipal de Estremoz**



## ANEXO VI

Figura 3 – Planta de Estremoz, Séc. XIV



Fonte: O Urbanismo Português Séculos XIII-XVIII, 1999, p.190

## **ANEXO VII**

**Figura 4 – Postal ilustrado do tanque, [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**

## **ANEXO VIII**

**Figura 5 – Bairro do Outeiro, C.J. Walowski, 1891**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz / Arquivo Fotográfico Municipal de Estremoz**



## **ANEXO IX**

**Figura 6 – Postal ilustrado do antigo terreiro das covas, [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**



## **ANEXO X**

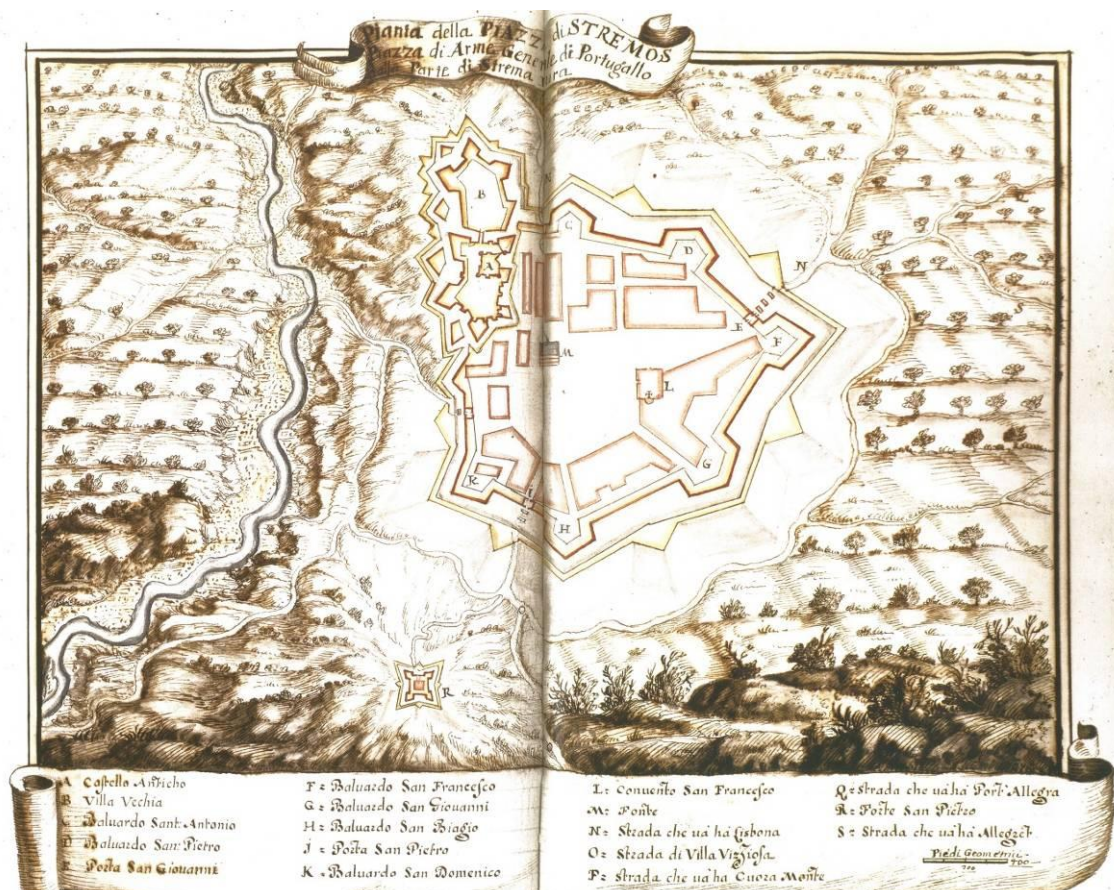
**Figura 7 – Igreja de Santo André [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**

## ANEXO XI

Figura 8 – Planta da praça de "Stremos", 1687

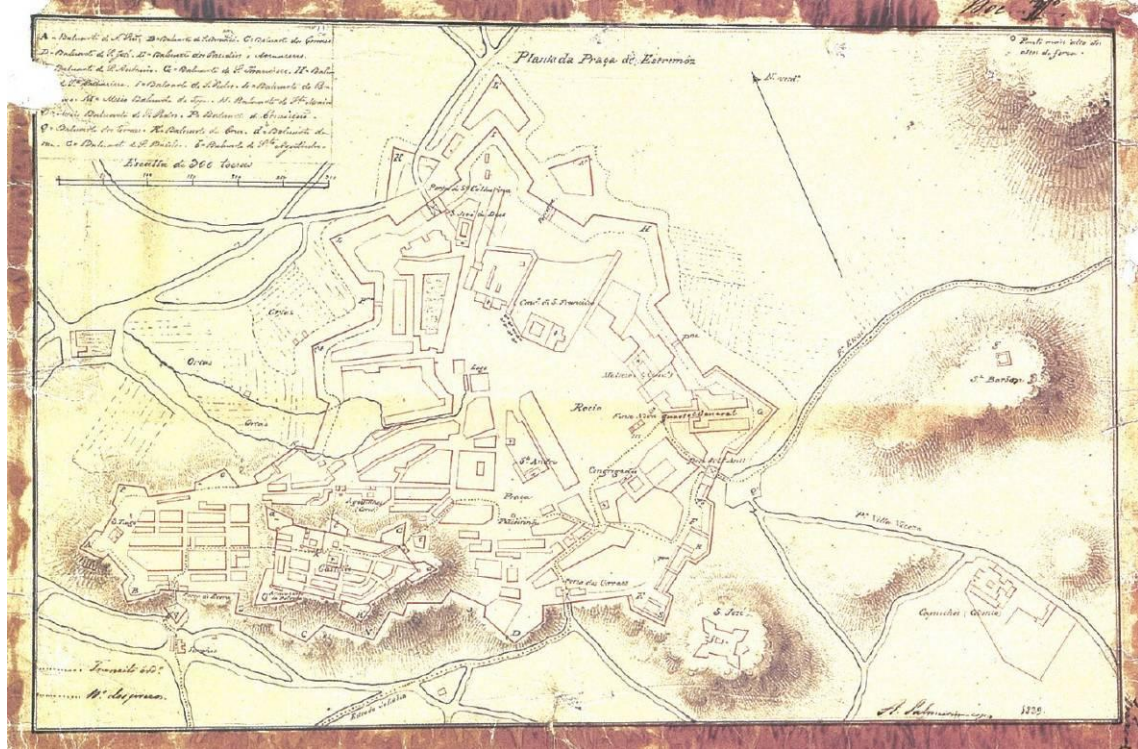


Fonte: El Atlas Medici de Lorenzo Possi 1687, "Piante d'Estremadura, e di Catalogna", 2004, p.242 e p.243



## ANEXO XII

Figura 9 – Planta da praça de Estremoz, A. Palmeirim, 1829, A.H.M.



Fonte: O Urbanismo Português Séculos XIII-XVIII, 1999, p.199

## **ANEXO XIII**

**Figura 10 – Planta de Estremoz, com identificação do sistema de fortificação**



Fonte: O Urbanismo Português Séculos XIII-XVIII, 1999, p.194



## **ANEXO XIV**

**Figura 11 – Terreiro das covas [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz, Coleção Prof. Joaquim Vermelho**

## ANEXO XV

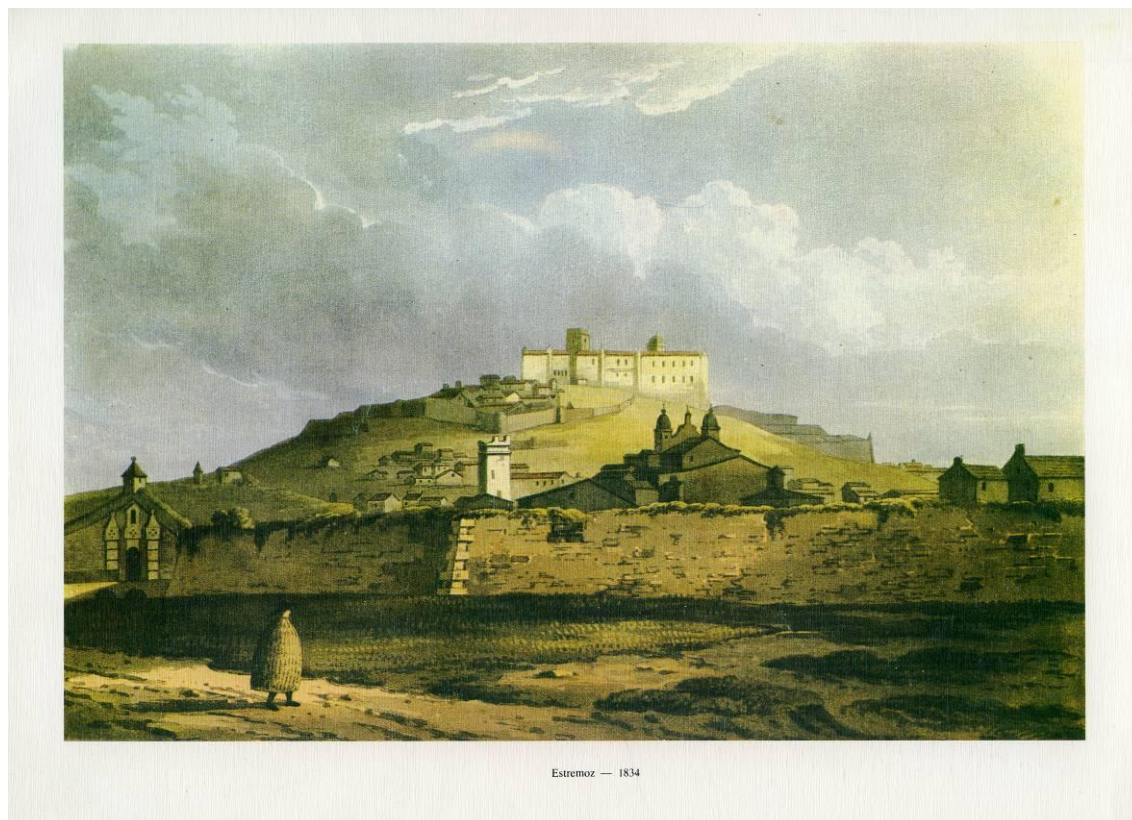
Figura 12 – Planta de Estremoz, Engenheiro Caetano da Camara Manuel, 1875



Fonte: Arquivo Municipal de Estremoz

## **ANEXO XVI**

**Figura 13 – Gravura de Estremoz (quadrante nascente), 1834**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**



## **ANEXO XVII**

**Figura 14 – Postal ilustrado da avenida do rossio / passeio público [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**



## **ANEXO XVIII**

**Figura 15 – Avenida do rossio, no enfiamento do redente (demolido) - Porta do Sol [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**



## ANEXO XIX

Figura 16 – Artigo intitulado "Abaixo as Muralhas" - 1905



Fonte: Jornal D' Estremoz n.º 949, de 26 de Agosto de 1905, p.2, Biblioteca Municipal de Estremoz





## **ANEXO XXI**

**Figura 18 – Vistas aéreas, do antes e depois, da execução da intervenção urbanística no quadrante nascente da cidade de Estremoz (2011/12)**



Fonte: CM de Estremoz



## ANEXO XXII

**Figura 19 – Entrada da Feira de Maio de 1927**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

## **ANEXO XXIII**

**Figura 20 – Vista geral da Feira de Maio de 1927**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

## **ANEXO XXIV**

**Figura 21 – Feira de Maio de 1927, zona poente**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO XXV

**Figura 22 – Feira de Maio de 1927, zona nascente**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO XXVI**

**Figura 23 – Feira do Gado [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**

## **ANEXO XXVII**

**Figura 24 – Feira de Artesanato [s.d.]**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO XXVIII**

**Figura 25 – Postal ilustrado da cidade de Estremoz, com o Teatro *Chalet* no Rossio, 1915**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**

## **ANEXO XXIX**

**Figura 26 – Evento cívico / político, em torno do coreto [s.d.]**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO XXX**

**Figura 27 – Evento religioso / procissão, zona sul do Rossio [s.d.]**



**Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz**

## ANEXO XXXI

**Figura 28 – Parada militar [s.d.]**



Fonte: <http://www.operacional.pt>

## **ANEXO XXXII**

**Figura 29 – Salto de paraquedista militar [s.d.]**



Fonte: <http://www.operacional.pt>



## **ANEXO XXXIII**

**Figura 30 – Arraial das Festas da Cidade à Exaltação da Santa Cruz, 2018**



Fonte: Fotografia do autor

**Figura 31 – Parqueamento de Caravanas, 2018**



Fonte: Fotografia do autor



## **ANEXO XXXIV**

**Figura 32 – Vinhas Envolventes à cidade de Estremoz (quadrantes sudoeste e poente),  
2012/2014**



**Fonte: CM de Estremoz**

## **ANEXO XXXV**

**Figura 33 – Vista aérea de uma pedreira junto à cidade de Estremoz, quadrante sudeste**



Fonte: Blogue “A Terceira Dimensão – Fotografia Aérea”

(<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Pedreiras%20de%20Vila%20Vi%C3%A7osa>)



## **ANEXO XXXVI**

**Figura 34 – Pedreira no concelho de Vila Viçosa, 2018**



**Fonte: Fotografia do autor**

## **ANEXO XXXVII**

**Figura 35 – Poço de pedreira e blocos de mármore no concelho de Vila Viçosa, 2018**

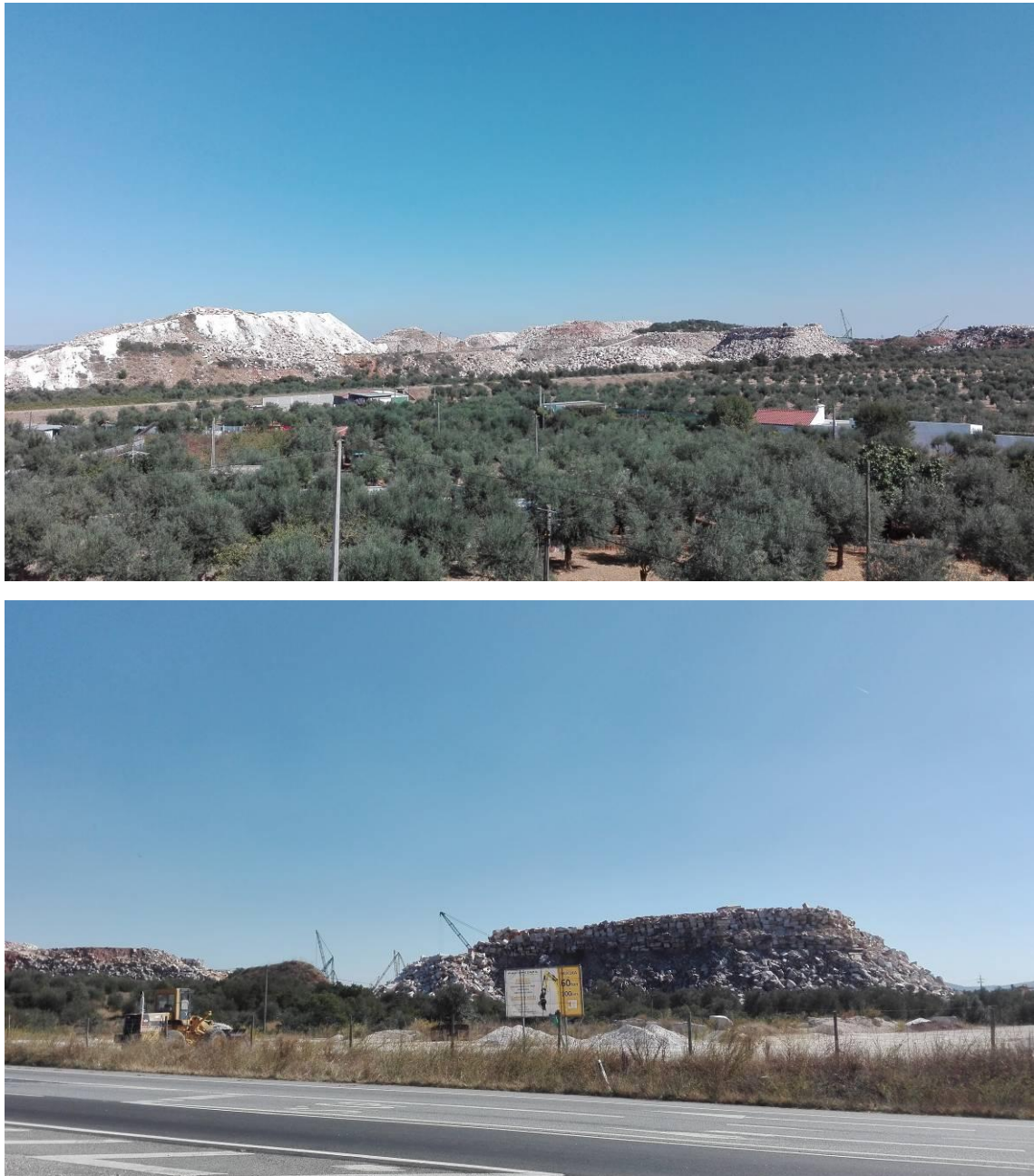


Fonte: Fotografia do autor



## **ANEXO XXXVIII**

**Figura 36 – Passivo ambiental decorrente da exploração de mármore (escombreiras) no Anticlinal de Estremoz, 2018**



**Fonte: Fotografias do autor**

## ANEXO XXXIX

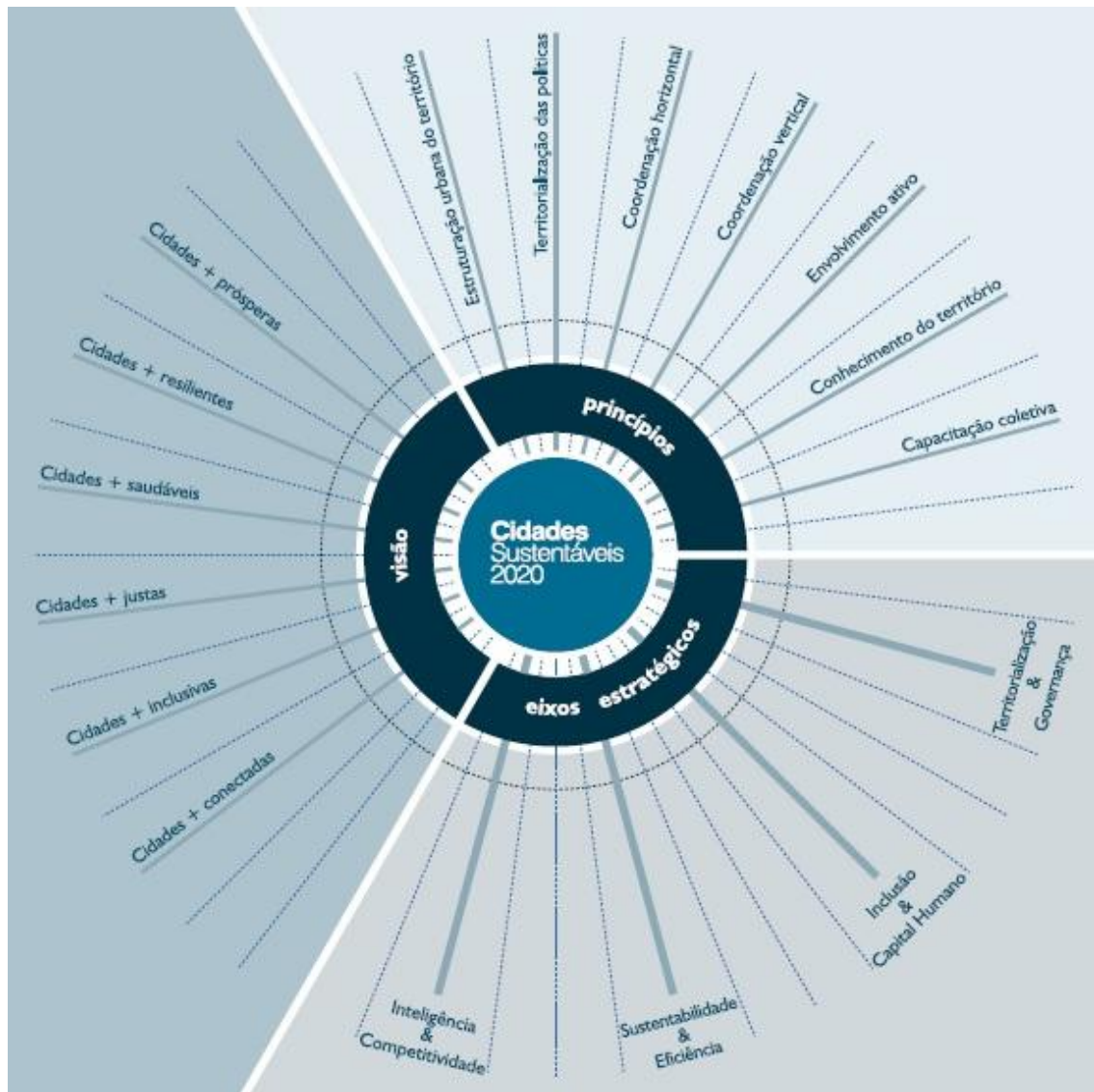
Figura 37 – Mapas com localização da Rede Urbana Corredor Azul



Fonte: <http://www.corredorazul.net/>

## ANEXO XL

Esquema 3 – Visão, Princípios e Eixos Estratégicos de “Cidades Sustentáveis 2020”



Fonte: Documento de apoio da DGT, 2015, p. 16

## ANEXO XLI

Esquema 4 – Hierarquia dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)



Fonte: <https://pt.slideshare.net/seculoXXI/planeamento-planos-e-pdms?nomobile=true>



## ANEXO XLII

Figura 38 – Análise FOFA – Forças e Fraquezas

Forças	Fraquezas
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Localização geográfica privilegiada, com posicionamento estratégico no corredor ibérico Lisboa-Madrid e nos corredores nacionais Lisboa-Algarve e Centro-Algarve, dispondo atualmente de uma razoável cobertura pela rede rodoviária.</li> <li>2. Grande diversidade e riqueza singular do património natural, ambiental, paisagístico e histórico-cultural, encontrando-se globalmente bem ordenado, sendo a utilização dominante do espaço ajustada às características do território.</li> <li>3. Vasto património cultural e arqueológico, visível nos vários monumentos espalhados pela cidade - Torre de Menagem; (3) castelos de Estremoz, Evoramonte e Veiros; (4) portas da cidade: Santo António, Santa Catarina, Currais ou Nossa Senhora dos Mártires e Évora; Edificações medievais construídas sobretudo em mármore da região, durante o Século XVII; a Torre das Couraças, a Antiga Casa da Câmara, a Capela de Nossa Senhora dos Mártires, o Claustro da Misericórdia e todas as muralhas e baluartes que rodeiam o Castelo.</li> <li>4. Diversos recursos turísticos, de marcada singularidade e autenticidade, que permitem um desenvolvimento turístico sustentável e com produtos/motivações diversificadas.</li> <li>5. Várias unidades hoteleiras de qualidade, com particular destaque para o turismo rural, segmento em franca expansão tanto a nível nacional como internacional.</li> <li>6. Melhoria sustentada ao nível dos indicadores de bem-estar e coesão social, refletida no aumento do poder de compra e na cobertura de equipamentos sociais /coletivos no território regional.</li> <li>7. Realizam-se Eventos temáticos: Feira de Stocks de Inverno, Desfile de Carnaval, Marchas Populares, Festival Rainha Santa – Feira Medieval, Mercado do Lago, Festas da Exaltação da Santa Cruz, FIAPE Feira Internacional de Agropecuária.</li> <li>8. Dinâmica empresarial que aposta na divulgação da imagem do concelho associada à produção de vinho, devido à presença de 21 adegas privadas, integradas na região Alentejo</li> <li>9. Presença de fileira agroalimentar (vinhos, queijos, azeite, carnes) que possui um amplo leque de produtos de reconhecida qualidade, muitos dos quais com denominações protegidas.</li> <li>10. Cidade Europeia da Ciência, tendo sido uma das quatro cidades escolhidas para implementação de um Centro de Ciência Viva em Portugal (conjuntamente com Guimarães, Tavira e Évora), reforçando e dinamizando o papel da ciência e cultura na região.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Heranças ambientais com impactos na paisagem e na segurança e saúde pública, relacionados com a indústria extrativa e transformadora (mármore).</li> <li>2. Estado de conservação de elementos patrimoniais fundamentais, como os sistemas de fortificações de Estremoz, Evoramonte e Veiros, portas das entradas e espaço público envolvente.</li> <li>3. Rossio do Marquês de Pombal - ponto central da cidade possui parte do espaço recuperado, mas a parte sul encontra-se por recuperar.</li> <li>4. Problemas na informação e apoio aos turistas, designadamente a existência de sugestões de percursos pedestres, percurso temáticos com indicação de distância, grau de dificuldade e sinalética de orientação.</li> <li>5. Existência de alguns espaços públicos com qualidade urbana baixa, designadamente no centro histórico da cidade, de onde se destaca as envolventes às portas da cidade e envolventes à muralha.</li> <li>6. Ambiente urbano pouco humanizado, não incentiva a mobilidade pedonal. Verifica-se o uso excessivo do automóvel, passeios estreitos em locais estratégicos da cidade.</li> <li>7. Apesar da existência de oferta de estacionamento estrutural, verifica-se um desordenamento do mesmo, com a ocupação do carro nas principais artérias da cidade.</li> <li>8. Parte significativa do património da cidade de Estremoz está concentrada em proprietários que não têm meios suficientes para os conservar e manter o edificado em boas condições de conservação.</li> <li>9. Falta de articulação turística entre os aglomerados de Estremoz, Veiros e Evoramonte.</li> <li>10. Inexistência de património municipal significativo que permita uma maior atuação estruturante por parte da Câmara Municipal.</li> <li>11. Elevada dependência de unidades empresariais de pequena dimensão que apresentam um fraco posicionamento nos circuitos de comercialização (97.3%)</li> <li>12. A indústria extrativa de rochas ornamentais, um dos principais setores exportadores do concelho, apesar dos projetos de recuperação, continua sem o devido relevo.</li> <li>13. Falta de condições do mercado de produtos endógenos existente no Rossio Marquês de Pombal.</li> <li>14. Envelhecimento da população devido a quebra da natalidade e a saldos migratórios praticamente nulos; o reforço dos escalões etários mais elevados traduz-se num peso mais significativo de população inativa.</li> <li>15. A população apresenta algumas limitações na oferta de habilitações literárias superiores, levantando obstáculos a fixação de empresas com mão-de-obra especializada.</li> </ol>

Fonte: PEDU – Município de Estremoz, p. 13



## ANEXO XLIII

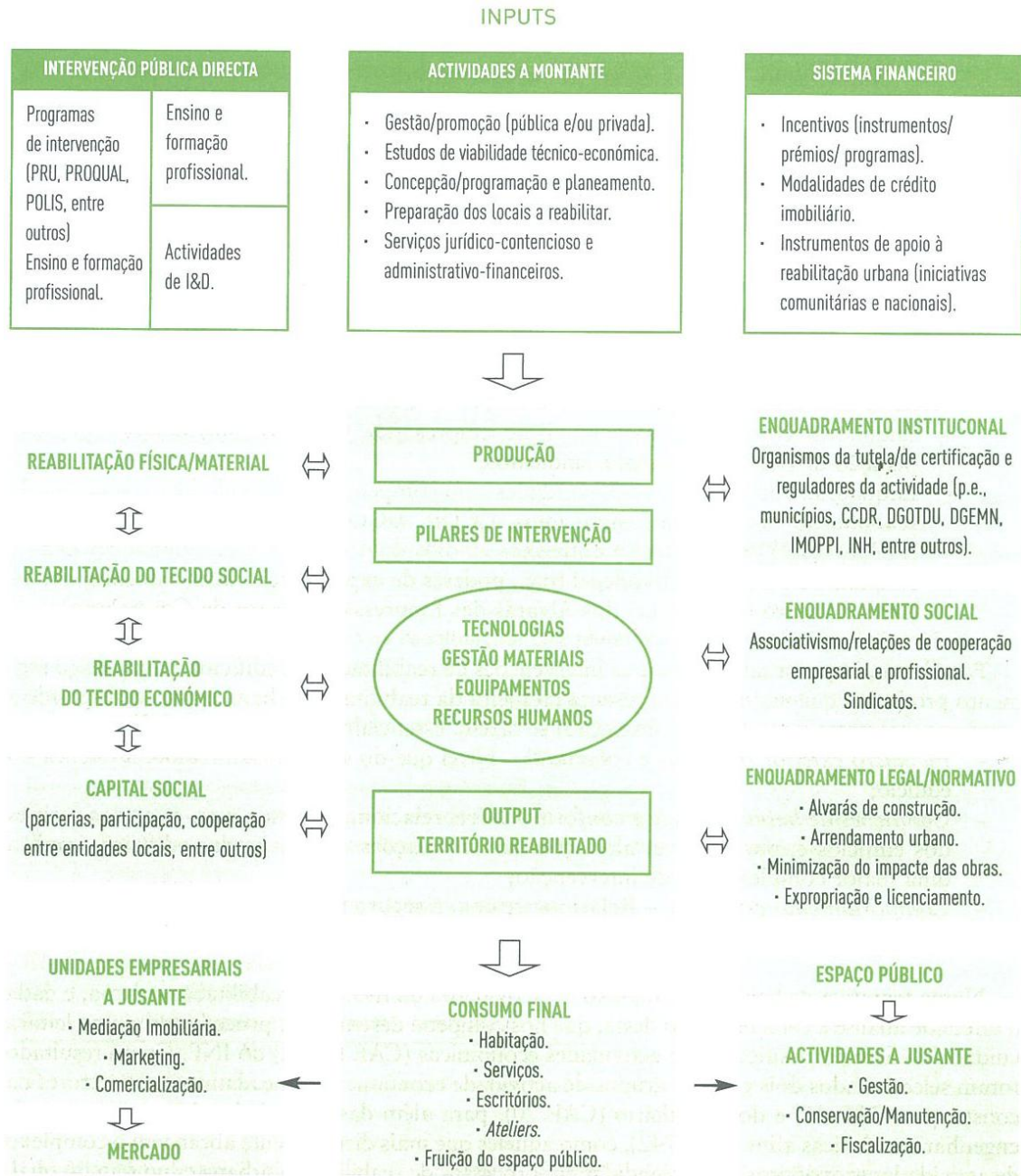
**Figura 39 – Análise FOFA – Oportunidades e Ameaças**

Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Forte proximidade com outras cidades da região (Évora, Elvas e Portalegre) e a mobilidade intermunicipal tem sido reforçada.</li> <li>2. Possibilidade de reforço da capacidade atração industrial e logística (face à proximidade com nova plataforma transfronteiriça Elvas-Badajoz).</li> <li>3. Integração na rede de cidades históricas com elevado valor patrimonial e cultural (rotas temáticas dos castelos, dos vinhos, artesanato), registando-se aumentos na procura turística temática.</li> <li>4. Apostas na dinamização dos pólos da Universidade de Évora e do Instituto Politécnico de Portalegre e outros equipamentos educativos de referência regional.</li> <li>5. Proximidade da barragem do Alqueva e possíveis sinergias.</li> <li>6. Melhoria significativa dos serviços coletivos de transporte com ligação à Área Metropolitana de Lisboa (AML).</li> <li>7. Eliminação da barreira física da linha de caminho-de-ferro e criação de novas centralidades com elevada qualidade urbanística.</li> <li>8. Recuperação urbanística de elementos estruturais para o desenvolvimento da cidade, como a Praça de Touros, o Coreto, o Palácio Marqueses da Praia e Monforte e espaços públicos do parque municipal</li> <li>9. Verifica-se o desenvolvimento de parcerias intermunicipais para a revitalização e recuperação urbana.</li> <li>10. O aproveitamento da proximidade da região à AML poderá favorecer a instalação de empresas, por motivos de disponibilidade de espaços e de apoios financeiros.</li> <li>11. Condições naturais favoráveis à produção de energias renováveis e alternativas: centrais fotovoltaicas, biocombustíveis, energia eólica.</li> <li>12. Nova geografia dos fundos europeus torna a região de inserção particularmente atrativa para empresas e instituições que procurem beneficiar simultaneamente de incentivos e da proximidade a Lisboa.</li> <li>13. Reforço da cooperação transfronteiriça com a Estremadura espanhola possibilita fortes vantagens para os agentes económicos concelhios.</li> <li>14. Excelentes condições para as atividades de recreio e turismo, atendendo à sua qualidade ambiental e mais-valia patrimonial, podendo desenvolver um modelo de desenvolvimento turístico sustentável e exemplar.</li> <li>15. Existe a possibilidade de expansão do mercado das rochas ornamentais, bem como o alargamento às atividades transformadoras.</li> <li>16. A relativa proximidade a Lisboa e a qualidade de vida conferem-lhe uma forte atratividade residencial.</li> <li>17. A proximidade com a vida rural apresenta potenciais benefícios para a saúde física e psicológica das populações.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O aumento da pressão urbanística e da fixação de atividades económicas que colidam com a qualidade ambiental, com a ruralidade e tranquilidade da região, constituem séria ameaça ao território e à qualidade de vida das populações.</li> <li>2. Possíveis dificuldades na transferência de património da administração central, atualmente em mau estado, para responsabilidade da Câmara, colocando em causa eixos fundamentais de desenvolvimento do concelho.</li> <li>3. O despovoamento das áreas rurais, contribuindo para o agravamento do contraste urbano/rural que causa igualmente o abandono rural e a consequente perda de identidade da paisagem.</li> <li>4. Sensível aos efeitos das alterações climáticas (seca, cheias), podendo estas representar mudanças dramáticas no território (desertificação física e humana...).</li> <li>5. As ameaças identificadas são sobretudo decorrentes da interioridade da região e relacionam-se com fatores exógenos, ou acontecimentos cujos intervenientes são exteriores à região.</li> <li>6. Falta de preparação dos empresários para aproveitar as vantagens do conhecimento, das novas tecnologias e da cooperação empresarial.</li> <li>7. Ao nível do emprego, a Administração Pública apresenta um peso relativo superior (na região) face à média nacional, constituindo-se mesmo como "principal empregador" em diversos concelhos.</li> <li>8. Algumas das principais produções regionais enfrentam uma forte concorrência internacional, quer de produtos concorrentes, quer de produtos substitutos, podendo colocar em causa a competitividade de importantes setores regionais, como são os casos das rochas ornamentais, vinhos, cortiça, entre outros.</li> <li>9. A sub-região continua a manter baixos níveis de desenvolvimento económico no quadro europeu.</li> <li>10. O envelhecimento da população e o baixo nível de qualificações pode constituir um entrave ao desenvolvimento de atividades económicas mais avançadas e mais exigentes em termos de mão-de-obra, verificando-se a manutenção do risco de redução populacional, bem como a continuação da desertificação do meio rural.</li> </ol>

Fonte: PEDU – Município de Estremoz, p. 14

## ANEXO XLIV

Esquema 5 – Fileira de atividades da reabilitação urbana

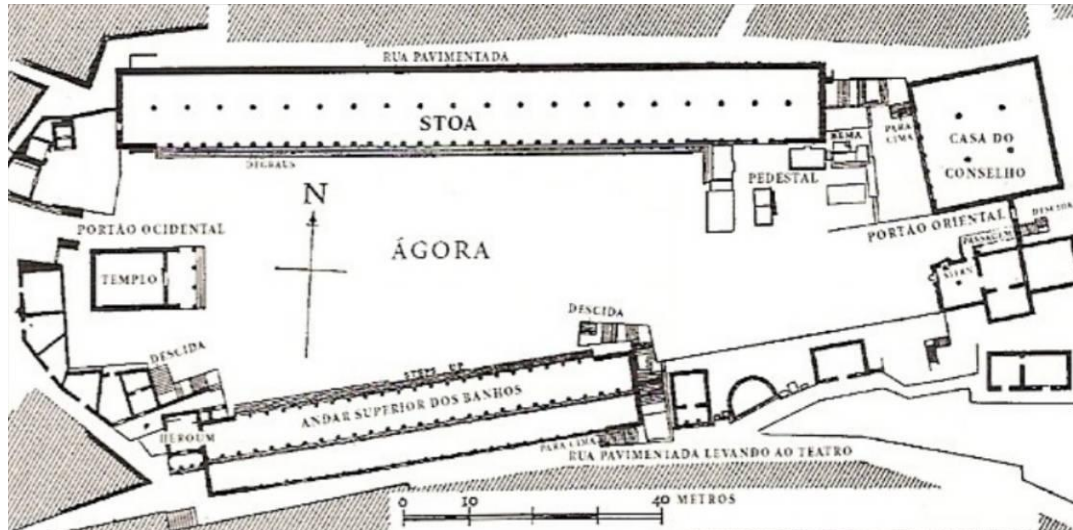


Fonte: Reabilitação Urbana Oportunidades Económicas, Emprego e Competências, p. 45



## ANEXO XLV

Figura 40 – Planta - Ágora



Fonte: <https://pt.slideshare.net/isismagalhaes/arquitetura-grega-23435809>

Figura 41 – Perspetiva - Ágora

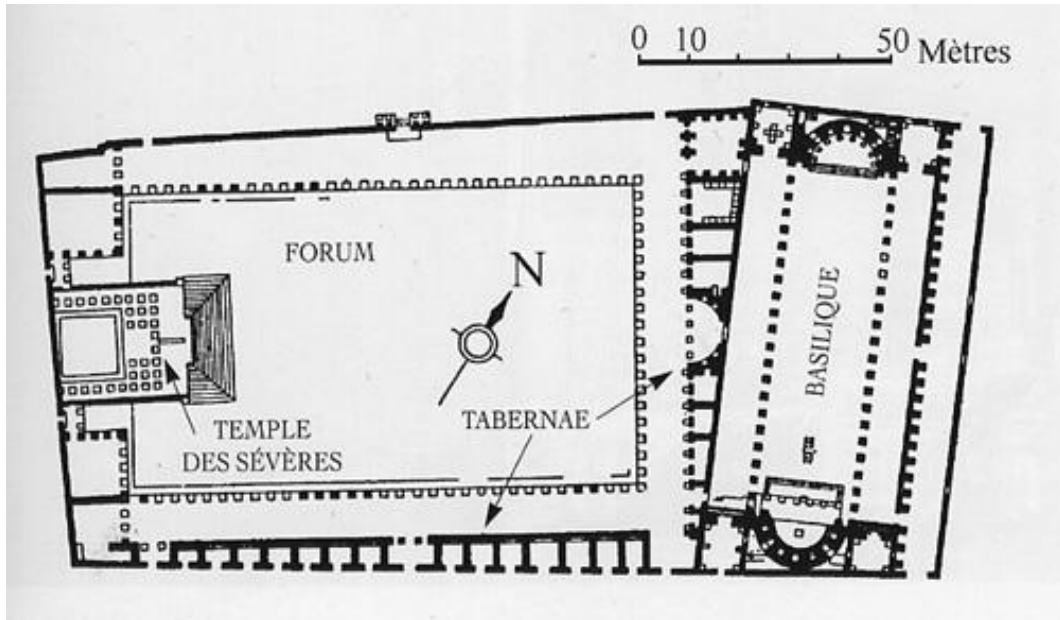


Fonte: <https://pt.slideshare.net/isismagalhaes/arquitetura-grega-23435809>



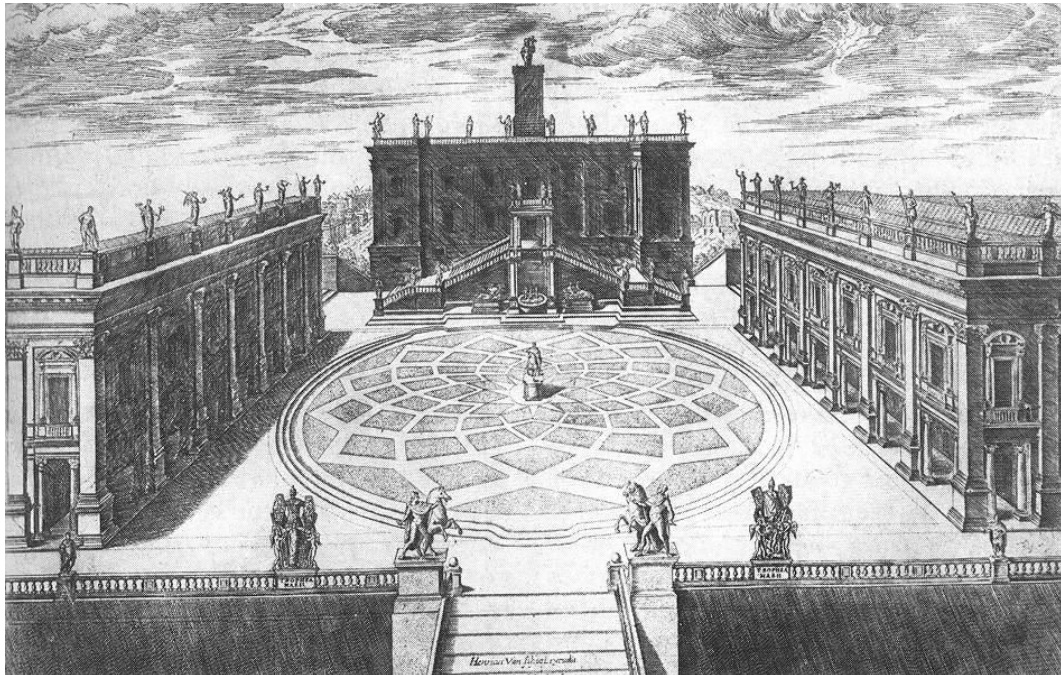
## ANEXO XLVI

Figura 42 – Planta – Forum



Fonte: <http://www.vitruvius.be/severischebasiliek.htm>

Figura 43 – Perspetiva - Forum



Fonte: <https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/praca-o-campidoglio/>

## ANEXO XLVII

Figura 44 – Imagens comparativas do Rossio Marquês de Pombal de Estremoz e a Praça do Comércio de Lisboa

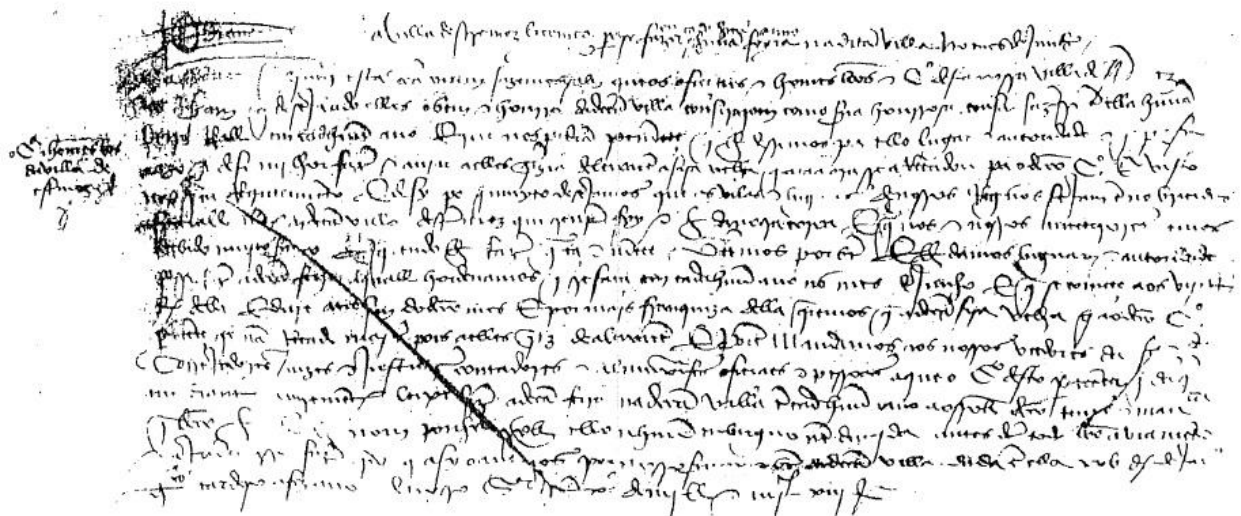


Fonte: Google Maps

## ANEXO XLVIII

Figura 45 – Carta de Mercê da Primeira Feira Franca de Estremoz, de 25 de Janeiro de 1463

D. Afonso V, rei de Portugal, a pedido dos oficiais,  
dos homens-bons e do Concelho de Estremoz, autoriza  
que se faça nesta vila uma feira franca anual,  
em Junho, desde o dia 20 até ao fim do mês.  
1463-Janeiro-25. Estremoz.



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.  
Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 7 v.º

Fonte: Caderno intitulado “A Primeira Feira de Estremoz”, elaborado por Mário Alberto Nunes Costa  
(Lisboa, 1992)



## **ANEXO XLIX**

**Figura 46 – Antigo Rossio de S. Brás [s.d.]**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz

**Figura 47 – Antigo Rossio de S. Brás, de C.J. Walowski, 1881**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO L**

**Figura 48 – “Quiosques” do mercado diário e semanal [s.d.] - zona sul**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz (Coleção do Prof. Joaquim Vermelho)

**Figura 49 – Bancas do mercado semanal [s.d.] - zona sul**



Fonte: Biblioteca Municipal de Estremoz (Coleção do Prof. Joaquim Vermelho)

## **ANEXO LI**

**Figura 50 – Mercado abastecedor**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

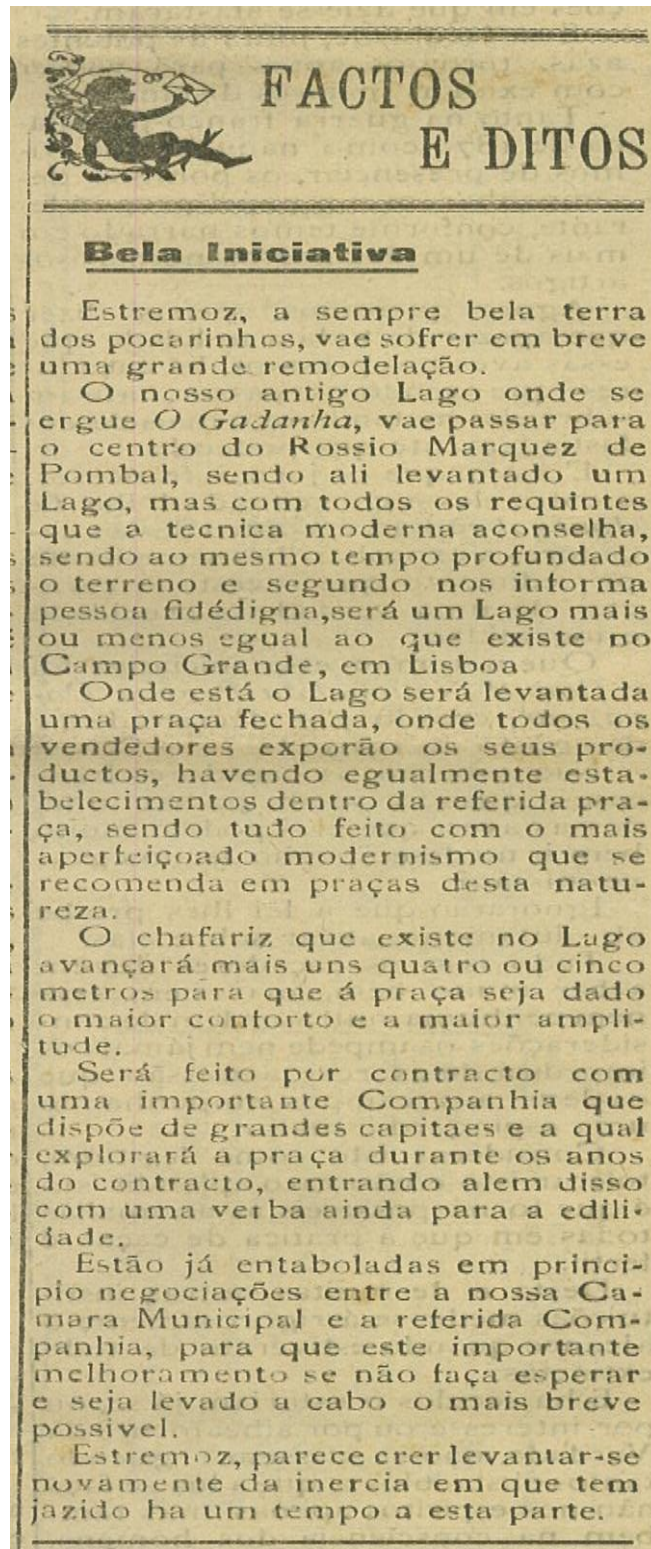
**Figura 51 – Interior do mercado abastecedor**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## ANEXO LII

Figura 52 – Artigo intitulado “Bela Iniciativa”

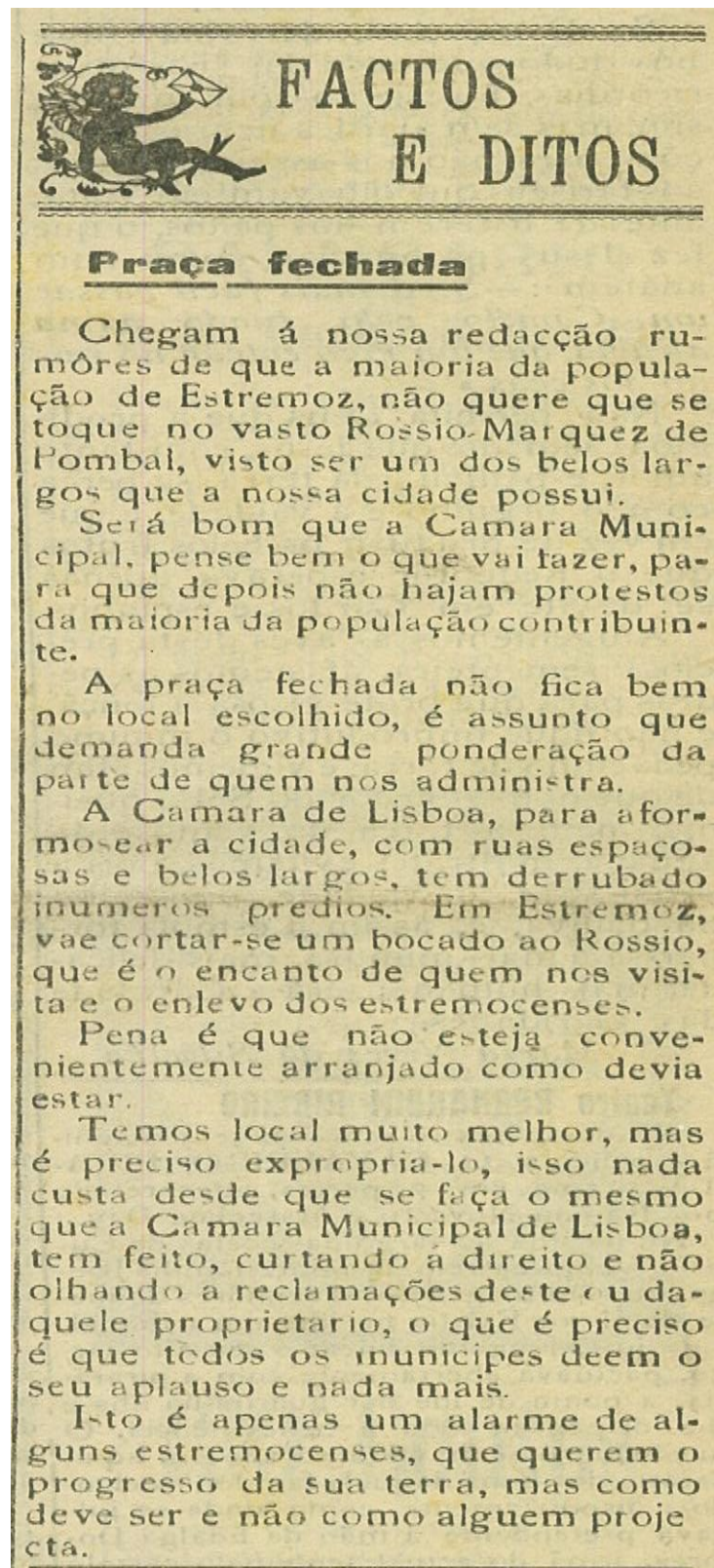


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1435, de 26 de Outubro de 1929, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LIII

Figura 53 – Artigo intitulado “Praça Fechada”

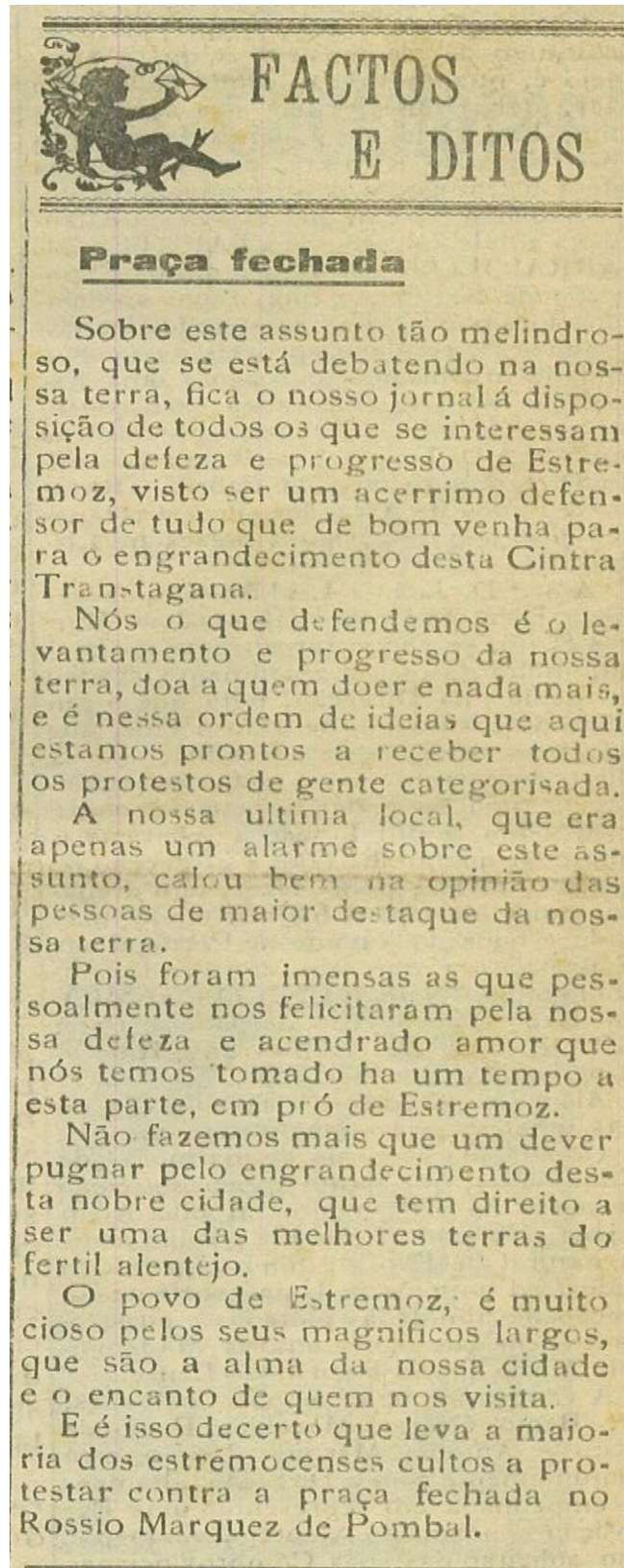


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1476, de 3 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LIV

Figura 54 – Artigo intitulado “Praça Fechada”

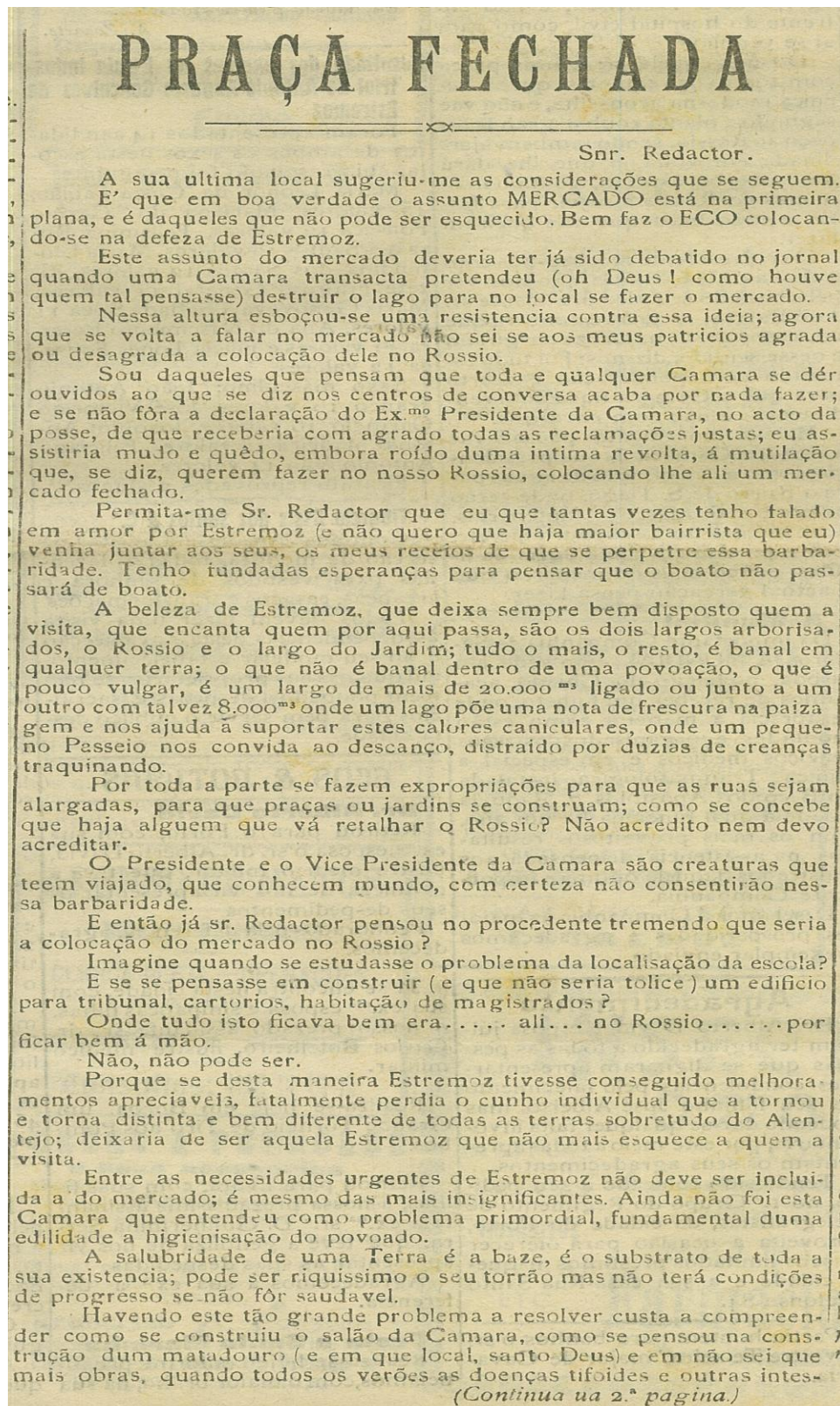


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1477, de 10 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LV

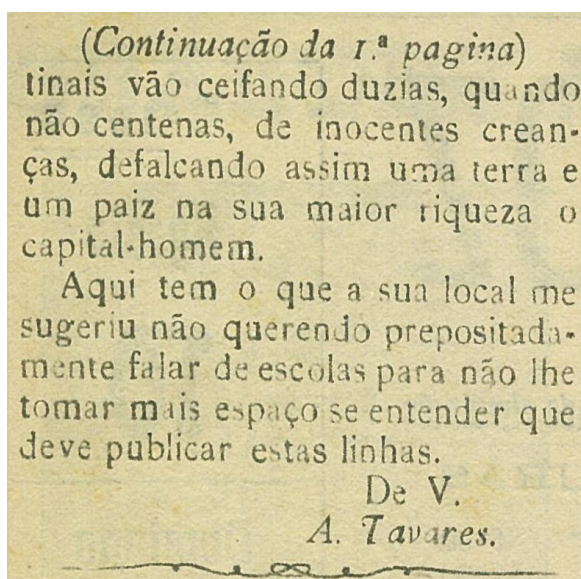
Figura 55 – Artigo intitulado “Praça Fechada”



Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1477, de 10 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO LVI

Figura 56 – Artigo intitulado “Praça Fechada”

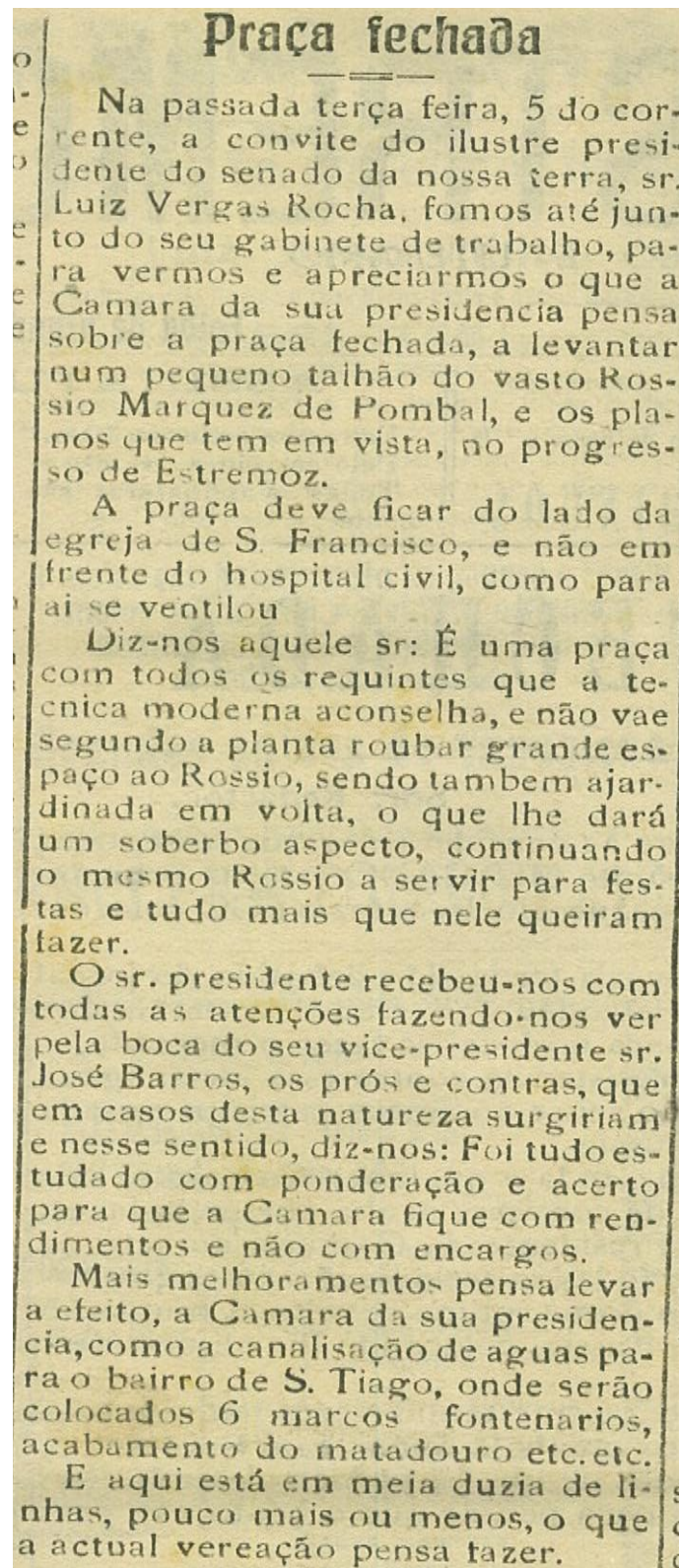


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1477, de 10 de Agosto de 1930, p. 2, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LVII

Figura 57 – Artigo intitulado “Praça Fechada”

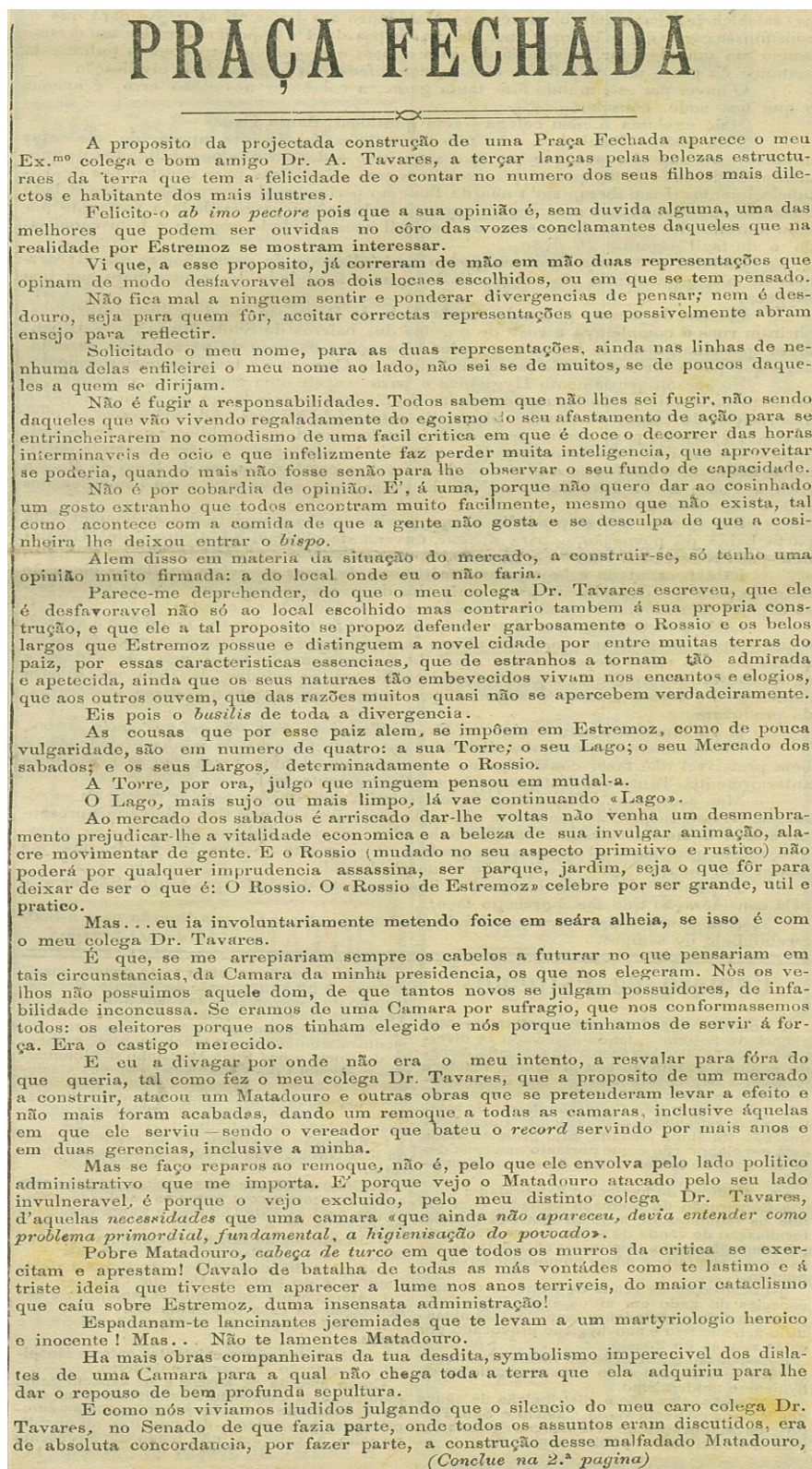


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1477, de 10 de Agosto de 1930, p. 2, Biblioteca Municipal de Estremoz



ANEXO LVIII

Figura 58 – Artigo intitulado “Praça Fechada”



Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1478, de 17 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LIX

Figura 59 – Artigo intitulado “Praça Fechada”

(Continuação da 1.<sup>a</sup> página)

a quem já quizeram ensinar a ler,—da «salubridade de uma terra—base e substrato de toda a sua existência!»

E, que me perdoem—os munícipes e os companheiros do infortunio camarario—sempre amigos e dignos do meu reconhecimento—se eu os comprometi com a falta de competencia administrativa. Já dei as mãos á palmatoria neste particular. Apesar de não encravar-mos a camara, deixando saldos sempre, pagando material adiantadamente adquirido, sem empréstimos, com encargos que subiram nesse momento da nossa entrada, com receitas sómente aumentadas nos ultimos dois anos, tendo vida desafogada, confesso nunca se administrou bem porque eu nunca pesquei cousa alguma de administração. Isto é dito com sinceridade.

Mas ha uma cousa em que não quero deixar, de todo, os meus creditos por mãos alheias: é o meu programa sob o aspecto sanitario da população, porque sou um profissional de saúde, é assunto em que percebia algum pouquinho e o aspecto sanitario foi a minha preocupação.

Não posso crer que o meu distinto colega, senão por um lapso de ocasião, como profissional também, viesse afirmar que o Matadouro não faça parte do problema de «hygienisação d'um povoado.»

Se nos deixassem estar mais 6 mezes na camara teriamos provado com a inauguração do Matadouro que tinhamos andado com acerto, afastando a matança do velho matadouro, onde ha muita mosca pouca agua e dificuldade de limpeza; obrigando os salchicheiros a matar os porcos no Matadouro e a lavar ali as tripas para que se consumisse carne que não fosse enchida em tripas de 4 e 5 porcos lavadas ao mesmo tempo em um alguidar, talvez só de duas aguas; e proibir o espectáculo publico da matança do porco nas ruas duma cidade, com offensa da hygiene e da civilisação.

O haver por este mundo fora tanta gente, a colaborar no nosso erro, é apenas o que nos pode consolar.

Mas, exclama o meu colega—«em que local, Santo Deus»—

Tem razão—Tambem a mim não me satisfaz cabalmente, apesar de ele estar muitas vezes superior aos que me iam sugerindo e dentro das possibilidades do momento. Obdecendo tanto quanto possivel ás regras scientificas para construcções de Estabelecimentos Insalubres, ele tinha de ficar no perimetro da povoação e para o lado onde não se recomendam nem devem permitir habitações; resguardada a povoação por uma muralha dos ventos dominantes e com facil accessibilidade, arejado e b-m canalizado e de facil esgoto.

Poderia e deveria ficar um pouco mais distante da povoação, se não tivéssemos de nos garantirmos da existencia da agua e facilidade de esgotos para sua boa limpeza.

Dentro do mesmo plano de Salubridade da Povoação, se demoliram muralhas, abriram ruas e completava a rede de esgotos dos bairros de Santa Maria, bem dispendiosa por sinal, alem de varias e grandes reparações da rede da parte baixa da cidade, o que podia ser constatado por quem esteve na Camara ao tempo e posteriormente.

No mesmo pensamento Hygienico e para suprir uma certa furia arboricida, a pretexto economico, arborisou-se o outeiro de S. José e mais longe queriamos levar a arborisação de largos e avenidas plantando e tratando arvores. Adquiriram-se os chamados «Quarteis» para acabar com esses imundos vasadouros publicos, que eram a alguns deles inteiramente desmoronados. Adquiriu-se e sempre a pensar na saúde publica, a tubagem e iniciou-se a abertura do cano que conduz a agua do Poço do Rossio para a Fonte do Espirito Santo e Poço da Praça, que estava roto e em comunicações com o cano de esgoto,

Em quanto não se procedia a uma pavimentação completa dos arruamentos da parte baixa da povoação, e para apagar nuvens de poeiras, adquiriu-se uma Camionete para regar, num sentido hygienico imprescindivel.

Estava estudada e hoje estaria fartissima de estar a servir o publico, a elevação de agua para um deposito na parte mais alta da povoação para que dali se abastecesse a parte alta da cidade para beber e lavar e vir lavando os esgotos.

Dizia-se, é verdade, que Estremoz não tinha falta d'agua (S. Tiago não é gente?) e que a agua não prestava; mas este ultimo inconveniente pensavamos em remedial-o fazendo ao lado outro deposito para agua da Serra, agua do Luso, agua de Vidago e aguas Sulfurosas com mais ou menos acido sulfuroso, ao paladar de cada um e para contento de certos censores argutos que sempre encontram que dizer, embora na da produzam.

E diz tambem o meu Amigo Sr. Dr. A. Tavares—«em não sei que mais obras».

Efectivamente para tantos dislates como os da Camara da minha presidencia, é bem preferivel não fazer cousa alguma e acabar com alguma cousa que se tenha feito anteriormente. Tanta asneira que então se disse e tanta se fez!

Mas soceguem. Já por trez vezes resisti a solicitações para ir repetir as asneiras; se tivesse suspeitado que ficava eleito da primeira vez não tinha deixado apresentar o meu nome ao sufragio; mas reconhecidos os meus dislates, só pego que se esqueçam de mim para tal cousa e me ajudem no proposito que me impuz de não me deixar cair noutra. Que se esqueçam e me perdoem!

E perdoe-me o meu amigo Dr. Tavares este desabafo que tenho. Só por si e pela consideração que me merece, o faço.

A mesma estima, a mesma afeição de tempos atrazados nos ligarão com a inalterabilidade de sempre.

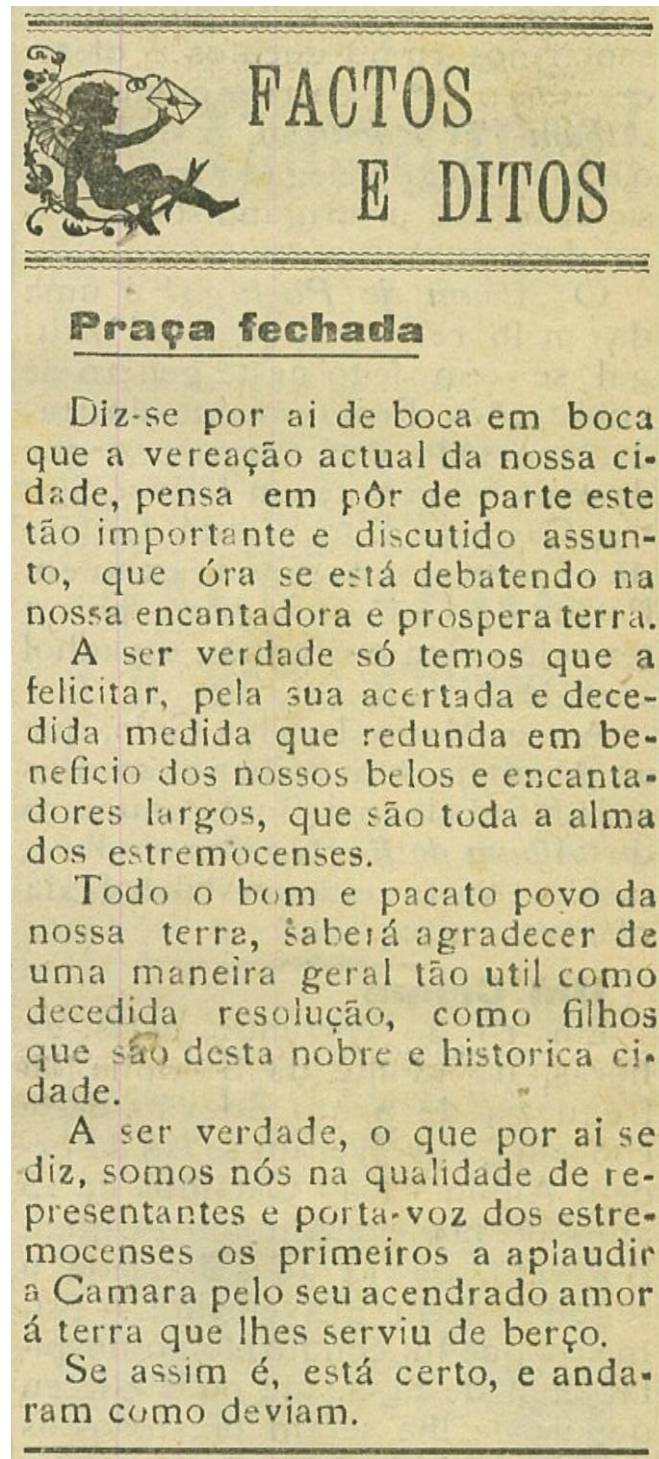
Marques Crespo.

Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1478, de 17 de Agosto de 1930, p. 2, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LX

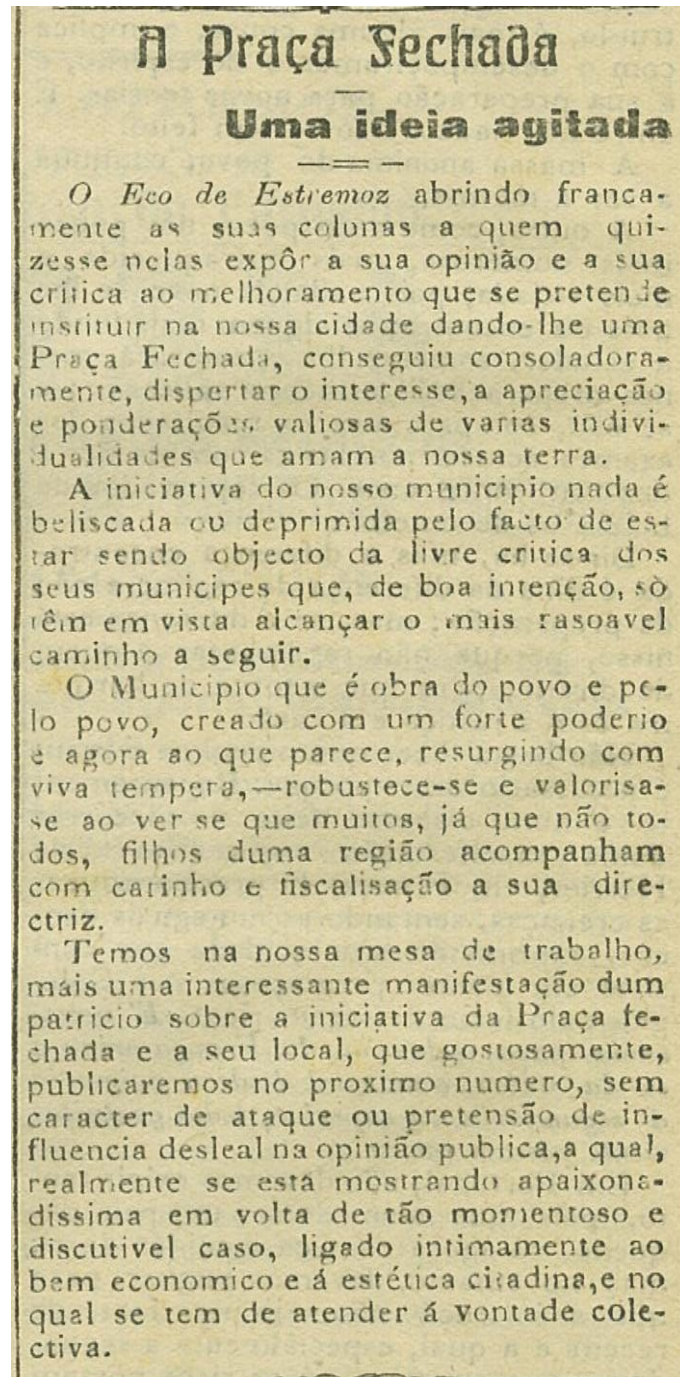
Figura 60 – Artigo intitulado “Praça Fechada”



Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1478, de 17 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO LXI

Figura 61 – Artigo intitulado “Praça Fechada – Uma ideia agitada”

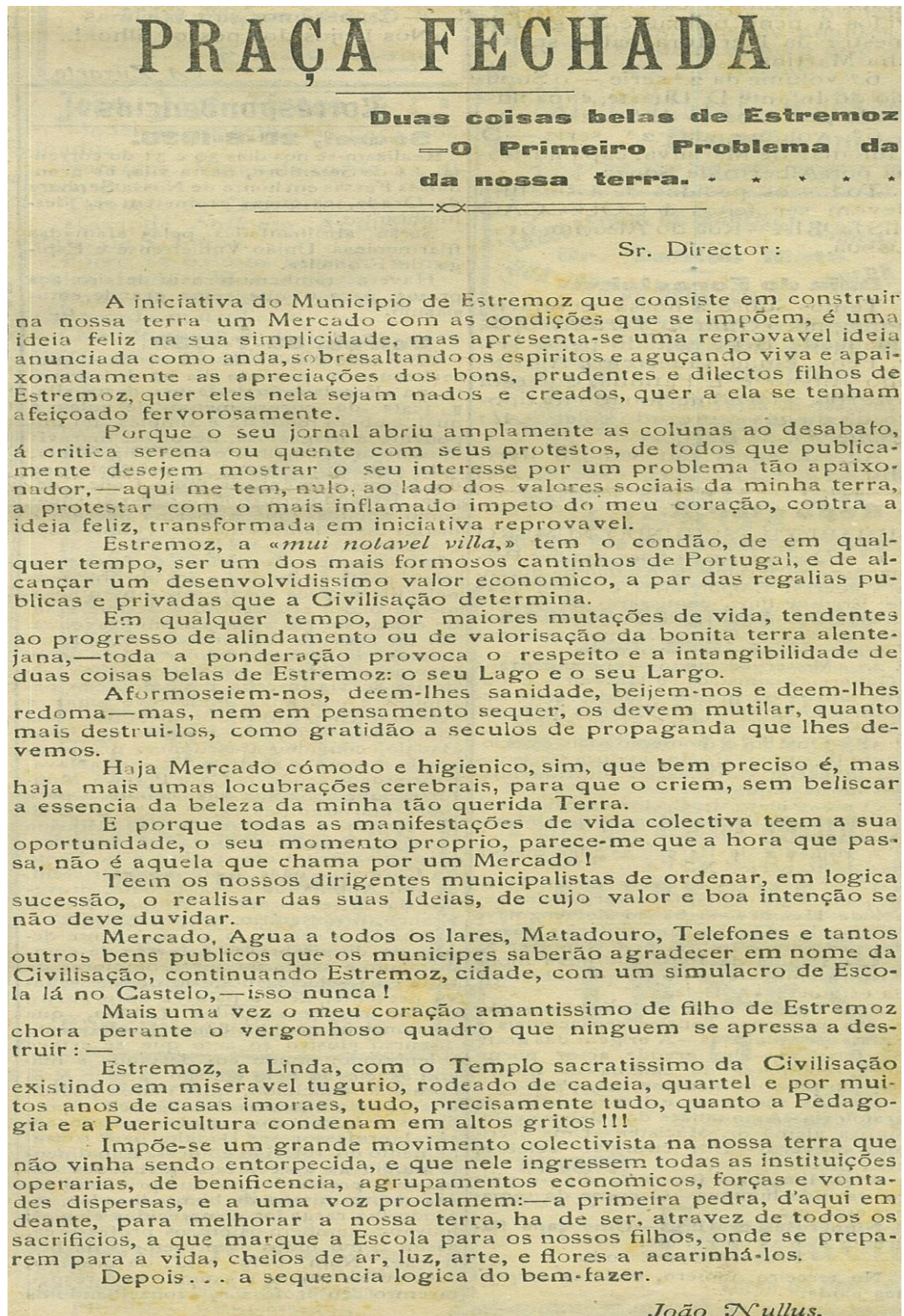


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1478, de 17 de Agosto de 1930, p. 2, Biblioteca Municipal de Estremoz



ANEXO LXII

Figura 62 – Artigo intitulado “Praça Fechada”

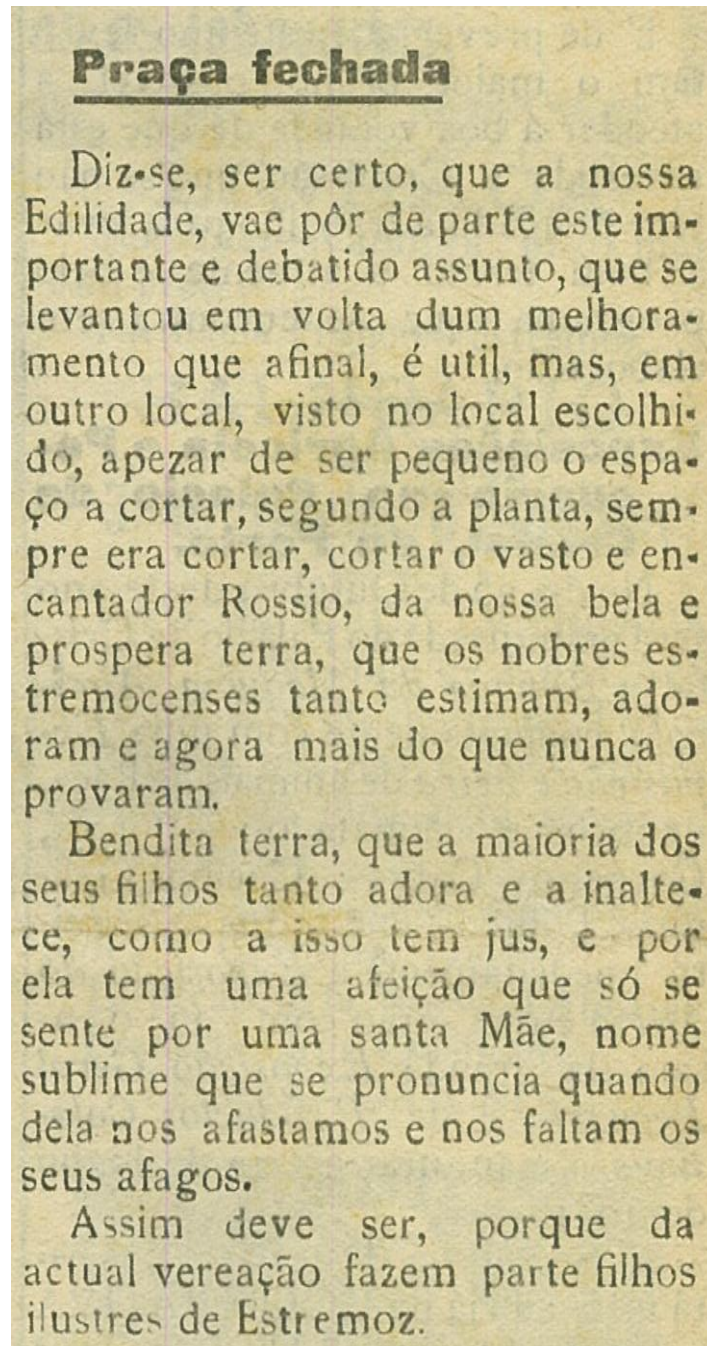


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1479, de 24 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXIII

**Figura 63 – Artigo intitulado “Praça Fechada”**

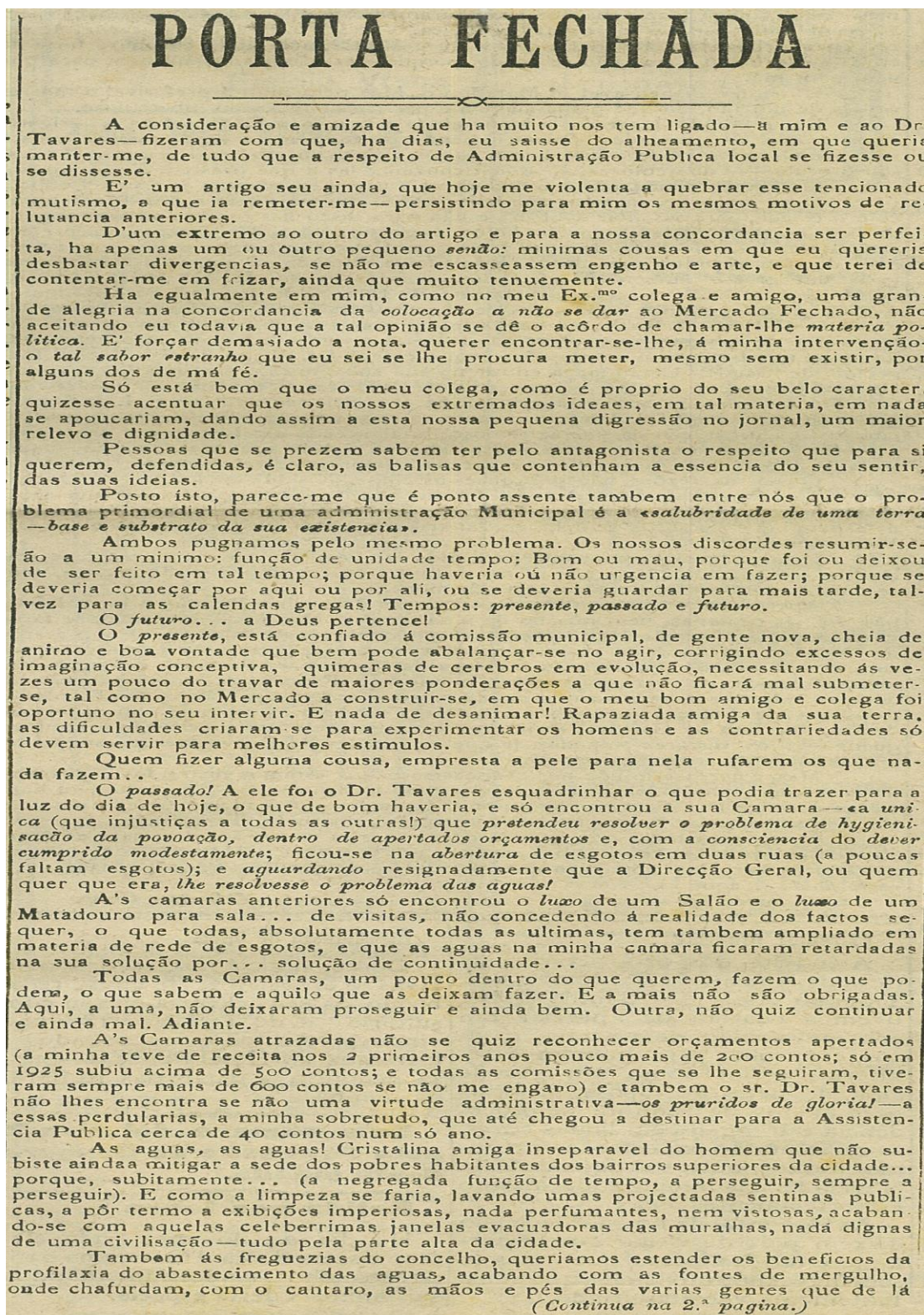


Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1479, de 24 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



ANEXO LXIV

Figura 64 – Artigo intitulado “Porta Fechada”



Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1481, de 24 de Agosto de 1930, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXV

Figura 65 – Artigo intitulado “Porta Fechada”

(Continuação da 1.<sup>a</sup> página)

vão acarreta-las, e onde beberica toda a casta de bicheza e entram carradas de poeira e de lixo! Começamos, mas... função de tempo! O *luxo* do Salão, só nos pertenceu em gloria o seu acabamento, como o d'outras obras que vinham de atraz.

Mas, se o tivessemos iniciado, a diferença teria sido para maior sumptuosidade, como esse *outro luxo*, de que soubemos condenações, do novo salão da Biblioteca. Ao *luxo* do Matadouro sómente se lhe nega urgencia... portanto, função de unidade tempo. E' só a nossa divergencia!

Por isso ele tem *marcado passo*, por não haver *urgencia* dos seus benefícios higienicos! Ah! está! Diz o meu colega Dr. Tavares—não tem *conhecimento de que ninguém morresse pelo facto do matadouro*—o velho—*estar mal colocado* e não ser um *estabelecimento que mereça visita*! Ora, ora! colega! Com uma agua inquinada pode-se morrer mais depressa, mas tem-se melhor defeza porque toda a gente hoje sabe usa-la fervida. Vê se melhor os que figuram na estatística.

Com uma alimentação impropria, de má qualidade, sobretudo carnes morredicas, desenterradas, clandestinamente mortas e vendidas, sem rigores de fiscalização e profilaxia, não se vem logo a morrer, porque a saúde se vai arruinando lentamente, a pouco e pouco, por miseria fisiologica que conduz a doenças de enfraquecimento, tendo á cabeça do rol o rachitismo e a tuberculose. O meu caro colega bem sabe que o descaramento profilatico da alimentação tem a maior influencia na morbilidade publica. Verdade seja que essa carne, ás vezes, nem chega a fazer mal a certos desgraçados, sobretudo em maré forte de crises de trabalho a que não se acode, porque eles não grangeiam nem para boa nem para má.

E' então dispensavel o Matadouro. Mas para mim é preferivel o morrer *rapido* de um tifo, do que paulatinamente por consumpção ou tuberculose.

Eu pretendo levar mais longe ainda que o meu Ex.<sup>mo</sup> colega a obrigatoriedade, que ás entidades officiaes impende de tomarem a saúde publica mais a serio, como tenho vindo a dizer lo em varios artigos do «Rebate» e outros jornais, sob o titulo—«Tuberculose». E' difficil convence-las a que prestem o seu auxilio.

O colega implicitamente o reconhece e acusa os serviços de Saude Publica. Devo dizer-lhe, mesmo, que hoje venho aqui mais com o fim de colaborar com o colega, para assentar doutrina e não para discordar consigo ou sequer para declinar responsabilidades mas sim limita-las para aqueles, dos sinceros, que pretendam defini-las. No Estio de 1928 houve em Estremoz, infelizmente, uma epidemia de febras intestinaes de natureza tifoide, notando eu que só á minha parte tinha um grosso numero de affectados—enfermaria do H. C. cheia, Asilo, R. do Maufouro, onde o colega habitava, R. Direita, da Levada, do Lavadouro, Arcias, etc.—que toda essa gente se abastecia da Fonte do Espirito Santo, alimentada do Poço do Rocio, ao tempo posta a correr, depois de uma grande substituição de tubagem que talvez não soffresse a rigorosa beneficiação hygienica. Troquei a tal respeito impressões com o colega Dr. Vieira da Silva—Sub Inspector de Saude. Como eu já entrar na sua substituição, por uma licença, que ele então começou a gosar, encarregou-me desde logo de comunicar minhas impressões á Comissão que estava, o que fiz por officio registado na S. I. de Saude. Nessa altura o colega Dr. Tavares encontrava-se ausente, possivelmente na ocasião em que o seu coração de pae extremoso foi alanceado em Lisboa por deploravel e profundo desgosto. Pois nunca vim a saber se aquella agua estava ou não inquinada, por mais ansiosa que fosse esperada a imprescindivel analyse.

Quaes as razões, não sei: quaes os culpados ainda menos procurei saber. Também por essa ocasião foram ás dezenas as pessoas que acorreram á vacina preventiva, antitifoide. Pois a sua maior parte ainda h-je estará á espera que ela de lá venha, apesar das instancias telegraficas do colega Dr. Vieira e minhas!

O facto foi impressionante para mim também, porque, como o colega, sou medico e tenho coração; e não se me negará a susceptibilidade de medico, nem se me recusará a sensibilidade pela dôr humana.

Apavorava o numero de doentes, mas devo dizer-lhe que a mortalidade não foi de centenas, nem mesmo de uma dezena. Mas fosse uma unidade fosse de duas ou trez, era sempre lamentavel por qualquer das victimas. E... acerca de Escolas, (vá lá desta vez)—tambem a camara de que eu fiz parte, esbarrou com a dificuldade que referiu o colega da sua camara—e todas as outras—da impossibilidade de ver promessas cumpridas. Função de tempo e função de dinheiro? A este respeito ainda hei-de mostrar a certos paladinos das Escolas—paladinos de lingua, já se sabe—e o colega também os conhece—quem foi que dentro, ou fora da Camara, se interessou muito pela sua construção e também quem são os maiores culpados de que as Escolas de Estremoz não estejam ha muitos anos em magnifica instalação.

Mas, é necessario não nos esquecermos que estamos distraidos e distraindo a atenção de todos do assunto que tudo isto motivou:—de que o meu bom colega e amigo Dr. Tavares não quer o Gadanha e o seu Lago tapados por uma Praça Fechada ou o Rossio por tal construção, obstruido. Tem razão.

Seria, para todos nós, grande pezar se esta discussão, desviasse as atenções do objectivo principal e nos surgisse por surpresa, o Mercado onde não se gostaria de ver. Por mim, não querendo tal cumplicidade—Porta Fechada e... ponto final... aqui.

1 de Setembro

Marques Crespo.

Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 1481, de 24 de Agosto de 1930, p. 2, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXVI

Figura 66 – Crónica intitulada “Estremoz no Séc. XXI: a propósito das feiras e mercados”

## CRÓNICA DO CIDADÃO:

## Estremoz no Séc. XXI: a propósito das feiras e mercados

Recentemente, de uma assentada, a Câmara de Estremoz tomou 3 deliberações extremamente importantes. Não em si mesmas mas reveladoras de uma certa maneira de ver e pensar o concelho e o seu desenvolvimento.

Foi assim: novo horário do mercado abastecedor (das 20 às 24 horas, nas sextas-feiras, e das 7 às 9 horas, nos sábados); - realização dos mercados semanais QUINZENALMENTE; - instituição do cartão de vendedor e de feirante, obrigatório para todos quantos quiserem participar nos mercados ou feiras.

Por coincidência - ou talvez não - estas deliberações foram tomadas na reunião imediatamente a seguir à antigamente famosa Feira de Santiago.

Ora, comecemos por aqui. Desde que há campanhas eleitorais que todos os partidos - mas todos - falam do melhoramento e dignificação das nossas feiras.

De concreto, fez-se a FLAPE - e muito bem. Para engrandecer a FLAPE - Feira AGRÍCOLA E PECUÁRIA - transferiu-se o embrião de Feira de Artesanato, que tinha dado os primeiros passos na feira de Julho ou de Santiago, para Maio.

Depois, por razões que a razão desconhece, comprou-se um terreno - longe de tudo e de todos - para “engrandecer as feiras”.

Resultado: (à excepção da FLAPE) A feira de Julho - a de maior tradição em Estremoz - este ano, durou desde a manhã até meio da tarde de sábado. No SEGUNDO dia de Feira já não havia nada no recinto criado e comprado para o “engrandecimento” das nossas feiras.

A Feira das Passas - a de Novembro - essa, estamos em

crer, nem sequer vai haver.

A actual Câmara já decretou, no recentemente aprovado Plano Geral de Urbanização, que Estremoz é um concelho essencialmente agrícola. Não é nem nunca foi - basta consultar as estatísticas.

Por muito que isso custe a muitos, Estremoz é uma

cidade de Comércio e Serviços. E isso advém-lhe da chamada localização estratégica que, por enquanto, ainda mantém e de uma tradição de muitos e muitos anos.

Logicamente, a dimensão terciária (Comércio e Serviços) para que Estremoz tem mostrado vocação e apresenta condições excepcionais deveria ser a preocupação fundamental para todos os que querem “promover o desenvolvimento económico” ou tão só “fazer o que falta” neste concelho.

Porém, por razões que não vale a pena discutir agora, malbarata-se o potencial. Assim: 1- Cria-se uma área para Feiras e Mercados num local mal servido de acessos e o mais longe que era possível imaginar dos principais eixos rodoviários; 2- Esvazia-se e não se aproveita o Rossio que, por excelência, poderia ser o grande centro comercial da região; 3- Limitam-se os horários do mercado abastecedor e criam-se dois horários distintos; 4- Passam-se os mercados, que atraem turistas e centenas de pessoas dos concelhos vizinhos, a quinzenais; 5-

Finalmente, obrigam-se os vendedores a terem cartão passado pela Câmara.

Vamos a uma de cada vez, embora o conjunto já seja bastante elucidativo:

Da primeira já falámos: o local escolhido para a realização das feiras e mercados é péssimo e, a prazo, determinará a extinção completa das feiras tradicionais.

Quanto à segunda, há que dizer o seguinte. O Rossio já foi palco de grandes feiras - mesmo a FLAPE foi aí que cresceu (a sua transferência por inteiro para o novo recinto talvez seja mais uma experiência desastrosa mas a ver vamos).

Por meios um tanto ou quanto obscuros, as feiras foram expulsas do Rossio. Disse-se que era o barulho que prejudicava os doentes do hospital mas toda a gente sabe que a verdadeira razão não foi essa.

Hoje, a “desculpa” do hospital está prestes a desaparecer. Hoje, as feiras

tendem a modernizar-se. Os aglomerados de barracas e os vendedores de cobertores tendem a ser substituídos por modernos expositores e stands comerciais ou promocionais, a par de uma maior e mais diversificada apetência por divertimentos. Deixamos só estas perguntas à reflexão: Alguma empresa estará disponível para montar um stand no novo recinto da feira por apenas um par de horas? Algum proprietário de divertimentos estará disposto a montar os seus aparatos no novo recinto por um par de horas? E, chega.

É claro que se pode argumentar que o Rossio tem dignidade em demasia para nele se instalar uma Feira de barracas, tipo terceiro-mundista. Então, reserve-se o Rossio para os “feirantes”, expositores e divertimentos que se apresentem com a dignidade exigida para o local. E, os outros? E os mercados? Aproveitem-se os espaços desocupados, mas de fácil acesso e igualmente bem visíveis para quem passa - por exemplo, junto às portas de Sta. Catarina ou Junto ao Ciclo Preparatório.

E, o barulho? Aplique-se a lei no que diz respeito à proibição de propaganda sonora ou, se for necessário, faça-se uma Postura adequada com já se fez noutros locais.

E, passemos à terceira: - os horários do mercado abastecedor. A limitação de horário

corresponde a uma ideia com que não concordamos mas, apesar de tudo discutível. Mas, realizar um mercado em duas sessões com um intervalo de 7 horas entre cada uma, para além de inédito, não deixa de ser bizarro. Passemos adiante, porque tudo isto merecia muito mais e o espaço de que dispomos é curto.

A quarta: Mercados Quinzenais. É uma ideia “brilhante” tirada “de chapa” daquilo que se faz noutros centros como por exemplo Évora ou Portalegre. Os nossos autarcas esquecem-se que estes mercados são mercados onde existe uma procura local. Isto é, os compradores são os habitantes da própria terra que, conhecedores das datas de realização facilmente lá vão comprar os seus produtos. Estremoz é diferente: Uma boa parte dos compradores são de fora - dos concelhos vizinhos, dos que esporadicamente nos visitam, turistas que vêm com a indicação de algumas agências turísticas para visitarem o “pitoresco” mercado de Estremoz, etc. Querem que estas pessoas memorizem um calendário diferente do “há todos os sábados” é desastroso. Aliás, veja-se se existe alguma lógica (quinzenal

## Pergunta o leitor...

...Para que serve e o que é esta nova secção de Brados do Alentejo?

## Responde...

...a redacção do “BA”:

O “Brados” desempenha um papel de serviço público. Para acentuar esta vertente e, também, a participação dos leitores decidimos criar esta secção.

Está aberta a todas as perguntas que os leitores entendam fazer através de nós. Usando a força de sermos um jornal e a possibilidade que isso nos traz de chegar a canais de informação de acesso mais difícil ao cidadão comum, faremos chegar a pergunta à entidade ou pessoa que nos pareça mais adequada para dar a resposta mais esclarecedora.

Este serviço é gratuito e o leitor apenas terá de nos escrever - indicando de forma clara e breve qual é a sua pergunta. Depois, resta aguardar pela resposta... que pode demorar algum tempo.

ou outra) na realização dos “grandes mercados”. Pura e simplesmente, acontecem. Até porque é difícil fazer coincidir um calendário quinzenal com a véspera de uma festa ou com um fim de semana alargado - cá ou em Espanha.

Finalmente: - Cartão obrigatório de vendedor e de feirante. Não cabe à Câmara a fiscalização da situação dos comerciantes - para isso existem o cartão de contribuinte, o de empresário individual ou colectivo e os respectivos serviços governamentais de fiscalização económica. A Câmara cabe organizar e vender um espaço para comércio. Mas porque este artigo já vai longo deixamos apenas duas perguntas à reflexão dos leitores:

-Uma: Se das todas as Câmaras do país decidirem com o mesmo afã burocrático da de Estremoz, quantos cartões terá que carregar um vendedor ou feirante para realizar o seu negócio?

-Outra: Num sábado, um vendedor de produtos hortícolas, sabedor de que em Estremoz se realizam “grandes mercados” resolve cá vir - à experiência - para vender o seu produto. O mercado abre às 7 da manhã e fecha às nove, e o vendedor não tem cartão! Só para a semana, que os serviços da Câmara estão fechados! E ele voltará cá mais alguma vez? (ou, de outra maneira, “com vinagre também se apanham moscas?”).

É assim que se vai fazendo “o que faz falta” em Estremoz - dificultando e reduzindo cada vez mais as dimensões dos mercados e feiras. Depois admirem-se que, como já se murmura, a estrada Portalegre-Evora vá passar mais perto de Sousel do que de Estremoz. Então, lá se vai a tão apregoada “situação estratégica”... de que nunca se tirou partido.

J. Dias Cidade

HENRIQUE PASCOAL ROSADO, LDA.

**SUPERMERCADO  
EM ESTREMOZ**  
**VISITE-NOS**

no Largo da República, 36-A (junto ao edifício da C.G.D.)

VARIEDADE — QUALIDADE — BAIXO PREÇO

Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 17 de Setembro de 1990, p. 5, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXVII

Figura 67 – Crónica intitulada “Sábado a quanto obrigas”

CRÓNICA DE ARTE

# Sábado a quanto obrigas



Todos os sábados a grande maioria dos estremocenses e não só, se deslocam até ao centro da cidade para fazer as suas compras, dirigindo-se a uma zona de bancas onde tudo tem sido adulterado nos últimos tempos.

Pois o que nos preocupa, não será porventura, o comércio livre feito naquele espaço, ainda que na realidade de hoje desajustado, mas sim, o aspecto social e comercial degradante que começa a apresentar. E, poderíamos salientar dois ou três aspectos que são dignos de nota. O primeiro tem a ver com as bancas que no passado serviam para os hortelões venderem os seus géneros, hoje quase uma raridade, mesmo assim, pelo menos meia dúzia desses homens ainda assumem semana após semana essa missão. Todavia, nota-se uma certa degradação das bancas, o seu desajustamento em relação à caixa-ria moderna que infelizmente elas suportam todos os sábados. Outro facto, é a falta de toldos organizados em vez dos panos e cordéis espalhados a granel, de inverno e verão, ora por uma causa ora por outra, isto para além das balanças ultra modernas que se vão vendo por este local.

Outro problema é as barracas características montadas fixamente como posto de venda mesmo em frente do átrio camarário. Sabemos que em nada abona aquele monte de barracas em lata, então porque é que não damos condições aos vendedores, construindo outras, do tipo mais primitivo, e falamos, daquelas que ainda perduram, e onde se vende os célebres enchidos, organizando desta forma o espaço, fazendo dele, um ponto de encontro diário.

Por fim o sentido que ainda tem a característica venda de géneros de cidadãos não comerciantes na zona fronteiriça aos postos de venda de olaria. Esse espaço também tem vindo a perder as suas características sociais, passado a ser um espaço comercial, quase de interposto de vendas, para vendedores de galináceos.

Afinal estamos a assistir (e a permitir) a uma perca que se pode tornar irreparável, num futuro próximo, ao nível social, pedagógico, cultural e mesmo comercial. Será mais ou menos uma perca da genuinidade populista de uma arte, de regateio e exposição comercial.

Poder-se-á afirmar que a higiene algumas vezes é descurada, mas se for posto em prática um processo de reconversão do espaço físico e mobiliário, pensamos que até isso poderá estar acautelado, já que criar e pôr ao dispor dos vários feirantes um modelo aferido de balanças, de toldos e bancas, em muito estimava este tipo de comércio. Depois transferir este espaço para a placa do Rossio, retirando o “enxame” desorientado de cidadãos que circula no actual espaço de vendas, metendo em risco tanto automobilistas como peões. Finalmente, recriar no espaço novo, a actividade sócio-cultural, visando a arte enquanto ressurgimento dos padrões culturais pré-existent.

Contudo não poderemos esquecer, a outra vertente deste mercado, o lugar mais fotografado e videogravado, tanto por técnicos especializados como artistas do nosso país, já para não falar dos estrangeiros, e que nos serve como imagem daquilo que somos no exterior.

Pensamos senhores autarcas, que perder socialmente este espaço, será como deixarmos cair um quadro, bem antigo, descurando o seu valor social, histórico e económico que poderá ter, mesmo que seja circunscrito a uma restrita parte da população.

Sabemos que os custos dum levantamento de tudo isto é elevado, mas, as facturas sociais, serão no futuro muito mais elevadas. Por tal, será então altura de meter mãos ao trabalho e recuperar um modelo que ainda não se perdeu.

Carlos Godinho

Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 23 de Setembro de 1994, p. 4, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXVIII

Figura 68 – Artigo intitulado “A opção mercado”

# A opção mercado

A Câmara Municipal de Estremoz apresentou à Assembleia Municipal uma proposta de aquisição do edifício da antiga Rodoviária Nacional, actual Belos S.A., para aí instalar os pavilhões - o termo "barra-ca" é já de si bastante depreciativo para qualificar estes estabelecimentos - que estão instalados nas placas laterais ao Rossio e num dos locais onde se realizam os mercados de sábado. A polémica não foi pequena e a aquisição do imóvel foi realizada apenas por 1 voto de diferença.

Não é sobre essa reunião da Assembleia que este artigo trata. Nem tampouco das motivações da votação, embora não se possa tratar do assunto sem referir, a título meramente ilustrativo, alguns dos argumentos aduzidos na discussão.

O artigo baseia-se nalgumas considerações que se colocam do lado da opção e desde já se esclarece que somos a favor da aquisição para que não restem dúvidas e os argumentos seguintes tentam comprovar essa nossa opinião. Na próxima edição, argumentaremos em torno da outra dimensão: o lado do consumo.

Quanto a nós, a questão pode, e deve sobretudo, ser vista sob três níveis diferentes. E gostaríamos que a Assembleia Municipal a tivesse colocado no contexto destes níveis, muito embora seja compreensível que as conclusões pudessem não ser as mesmas.

Sob o ponto de vista da política de administração urbanística do concelho, e em especial da cidade, a mudança dos pavilhões não só é desejável como necessária. Desejável porque além de inestéticos, os pavilhões não oferecem nenhuma qualidade arquitectónica que seja condigna com a imponência do Rossio Marquês de Pombal. Se de facto é imperioso o arranjo do Rossio, não será de menosprezar o seu arranjo de conjunto, isto é, alterando aquilo que desvirtua o seu carácter nobre de praça.

É necessário porque também não se compreende que se queira conservar e preservar o património histórico-cultural do mu-

nicipio - com tudo aquilo que isso implica - e se deixe perpetuar o nível dos referidos pavilhões junto a três monumentos: o edifício dos Paços do concelho, a Igreja dos Congregados e o próprio Rossio. Com efeito, a dignidade do conjunto não é inferior às muralhas, por exemplo, e sempre gostaríamos de saber se, por qualquer razão amanhã fossem colocadas estruturas semelhantes junto às muralhas, se não se pressionaria a Câmara Municipal a actuar com vista à sua remoção? E junto a Pousada Rainha Santa Isabel, como seria?

O segundo aspecto tem a ver com a protecção da nossa cultura popular ou, se quisermos, do tradicionalismo que está ligado aos mercados de sábado.

Alertou-se, nessa sessão da Assembleia, para o facto desta decisão poder vir a provocar o desaparecimento do mercado de sábado. Mais, invocou-se até a mudança ocorrida da Praça do Peixe para a actual pouca afluência de consumidores.

Nada mais falso. Aliás, quer justificar um certo declínio da Praça do Peixe com a mudança de instalações em espaço não superior em 50 metros, estabelecendo uma relação de causa e efeito, só pode ser visto de dois modos: pura demagogia ou ignorância quanta basta.

O enfraquecimento da afluência de compradores à Praça do Peixe só pode ser explicado, em nossa opinião, com a venda de peixe noutros estabelecimentos comerciais, nomeadamente nos mini-mercados e supermercados, e ao aparecimento de estabelecimentos que só comercializam peixe. É essa profunda alteração de hábitos de consumo que tem levado a esse "declínio". Alteração de hábitos de consumo que, já se disse, não corresponde a um processo local, mas a novas estratégias de consumo, por um lado, e corresponde a novas estratégias do comércio, por outro. O sucesso das grandes superfícies radica exactamente nisso: alterações sociais e económicas que se reflectem nos hábitos dos consumidores, nomeadamente numa maior exigência,

e das estratégias de "marketing" dessas superfícies, especialmente através do efeito de recriação do espaço público naquilo que é um espaço fechado.

Não se pretende com

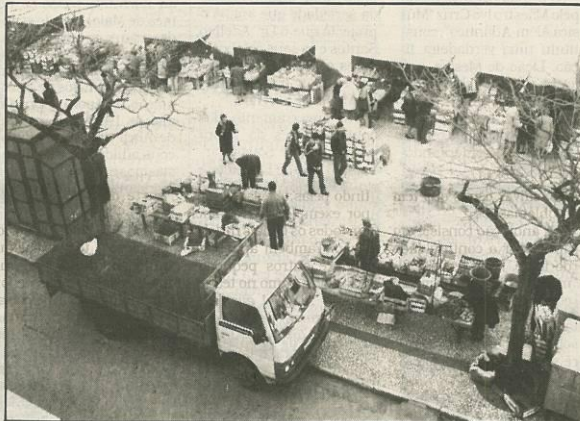
nhecemos é muito mais afectado por aquilo que se passa em termos de mercado económico propriamente dito, do que por qualquer iniciativa comzinha de protecção tradi-

loas à União Europeia e depois contradizê-la nos seus aspectos mais pequenos. E isto prende-se com a segunda parte do raciocínio e que tem a ver com a sobrevivência destes co-

te serão ultrapassados por aquilo que já indicámos antes e que não obedece à lógica comzinha do "tradicionalismo". Veja-se a título ilustrativo, com o devido distanciamento, um exemplar anúncio televisivo recente que mostra "comerciantes" de um pequeno barraco de beira de estrada a irem abastecer-se a uma grande superfície. É verdade que se trata de um anúncio com uma grande carga simbólica e realizado por uma grande superfície, mas... é algo premonitório e que merece ser alvo de reflexão.

Se a pretexto da mudança das instalações para outras que o permitam - e não para um tipo de estrutura que apenas conheça alguma alteração de aspecto, como também foi defendido na Assembleia -, e se esse acto for integrado numa estratégia mais ampla de revalorização do mercado de sábado, serão os próprios comerciantes que fazem o seu negócio nos pavilhões do Rossio a beneficiarem directamente desta decisão. Por outras palavras, a mudança de instalações pode revelar-se como um redimensionamento destas estruturas comerciais e pode ainda corresponder ao incremento deste comércio. Leia-se melhorá-lo e aumentar o número de postos de venda e de emprego e, consequentemente, potenciar este vector do desenvolvimento local.

Álvaro Borralho



isto fazer a apologia das grandes superfícies. Mas que elas correspondem a novos hábitos e encontram paralelismo com os consumidores, disso ninguém duvida.

Por outro lado, e ainda para rebatermos o argumento sobre o "declínio" da Praça do Peixe, verifique-se aquilo que aconteceu às padarias. Ainda nos lembramos de diversas padarias que só vendiam, obviamente, pão. Contudo, hoje, quantos são os locais da cidade que vendem exclusivamente pão, perguntamos?

Assim, não cremos que a mudança de local, para um espaço melhor, em que as condições podem ser amplamente melhoradas, possa resultar num enfraquecimento do mercado de sábado, pelo contrário. O mercado que hoje nós co-

onalista. A tradição - e o que havia a dizer sobre a tradição, especialmente que ela é criada, reinventada constantemente e, por conseguinte, também muda - não ficará beliscada se o conjunto de pavilhões passar para um local fechado.

Terceiro e último aspecto: o ponto de vista de desenvolvimento económico efectivo do concelho e, sobretudo, aquele que nos levou a escrever estas linhas.

Não nos podemos esquecer que Portugal integrou um espaço europeu sem fronteiras e com um mercado aberto. Parece que os políticos deste país - mesmo aqueles que só actuam a nível local - ainda não conseguiram tirar as devidas lições da nossa integração. De facto, não é possível continuar a apregoar

mercantes e até mesmo com a potenciação da sua actividade comercial e que, para nós, é vital. Ou seja, se estes comerciantes continuarem o seu negócio sem qualquer perspectiva de futuro, isto é, sem qualquer possibilidade de melhorarem a sua condição social e económica e de incremento do seu comércio, que futuro podem esperar a médio e longo prazo? Nenhum. Simplesmen-

## NOTARIADO PORTUGUÊS CARTÓRIO NOTARIAL DE ESTREMOZ CERTIDÃO

Certidão para fim de publicação que por escritura de quatro de Março de mil novecentos e noventa e seis, lavrada a folhas sessenta e uma e seguintes do respectivo livro de

## CONSERVATORIA DO REGISTO COMERCIAL DE ESTREMOZ TIMOZ - TRANSFORMADORA INDUSTRIAL DE MÁRMORES DE ESTREMOZ, LDA

Nº de Identificação de Pessoa Colectiva: 501135871;  
Nº de inscrição: 17 e 02-Av. 1; Nº e Data da Apresentação:  
13 e 14/140296; Nº de Matricula: 00162/260291.

CERTIFICADO que por escritura lavrada em 31 de Janeiro de 1996 e de fls. 130 a fls. 131vº do livro nº84-C do Cartório Notarial de Estremoz foram alterados os artigos 3º, 4º, 5º e 7º do pacto e eliminado o artigo 1ºº do contrato e que passaram a ter a seguinte redacção:

3º

1 - O capital social integralmente subscrito e realizado é de cento e vinte milhões de escudos e fica representado pelas seguintes quotas: Cinco dos valores nominais de dois milhões noventa e dois mil e quinhentos escudos, dois milhões noventa e dois mil e quinhentos escudos, cento e cinquenta sete mil e quinhentos escudos e cinco milhões e setecentos mil escudos, pertencentes à sócia Conceição Maria Galhadas Cavaco Bismark de Melo. Uma do valor nominal de oitenta e quatro milhões de escudos do sócio José Carlos Benito e Bismark de Melo e outra do valor

Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 8 de Março de 1996, p. 6, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXIX

Figura 69 – Artigo intitulado “Mudança do mercado – Divórcio de opiniões”

Mudança do mercado.

## Divórcio de opiniões

A Assembleia Municipal de Estremoz concedeu autorização ao executivo para adquirir a garagem da empresa de transportes “Belos”, situada no centro da cidade, com vista à sua adaptação a mercado de frutas e hortaliças.

Tal como já se tinha verificado na reunião da Câmara, quando o executivo decidiu a aquisição do imóvel, em que foi necessário ao presidente usar o voto de qualidade para desempatá-lo, uma vez que os vereadores Miguel Raimundo, Normando Xarpe (PPD/PSD) e José Alberto Fátima (PS) votaram contra e José Costa (PS) se absteve, também na Assembleia Municipal a questão não foi pacífica e a autorização foi concedida pela escassa maioria de um voto.

A maioria tangencial obtida ilustra bem a delicadeza política e o carácter polémico que envolve não só a aquisição do espaço mas, e principalmente, os fins a que se destina.

Votaram a favor da compra os elementos da bancada da CDU. Pela negativa optou toda a bancada do PSD e do CDS/FP. A maior parte da bancada do PS votou contra e três dos seus elementos optaram pela abstenção. Pela abstenção optou também o Presidente da Assembleia (CDU). No final treze votos a favor, doze contra e quatro abstenções. As frutas e hortaliças cortaram ao meio a Assembleia.

Para o PSD não é tanto a compra do edifício que está em causa, mas o destino que a Câmara expressamente lhe quer dar. Para instalação do mercado coberto nunca, pois, afirmam os sociais-democratas, a



“experiência diz que os mercados deste tipo funcionam mal” e apontam como exemplo os casos de Borba e de Vila Viçosa. Não concordando com a actual situação do mercado de frutas e hortaliças, o PSD acha, no entanto, que ele representa uma tradição que deve ser preservada, mantendo-se no lugar onde se encontra, embora com outra cara, pavilhões mais decentes, funcionais e com menos custos para o erário municipal. Dizem, ainda, que a mudança pode provocar a baixa das vendas, com prejuízos para os comerciantes.

O PS também não con-

corda com as condições precárias do actual mercado nem com o aspecto “terceiro-mundista” das barracas de chapa, mas não “vê muito bem o mercado escondido numa garagem”. Defende a remodelação, aceita mesmo a transferência, mas para outro local. Solução que lhe parece mais barata, pois consideram incorrecto “adiantar 60 mil contos por um espaço” quando a Câmara tem outro alguns metros mais a baixo, a Carrapata, onde funciona a praça do peixe. No entender dos socialistas este espaço, devidamente aproveitado, oferece tão boas condições como

a garagem em causa.

Ambos os partidos temem, ainda, que a transferência para um recinto coberto, mesmo que situado frente ao actual, venha afectar o tradicional mercado da cidade, contribuindo assim para o seu desaparecimento.

Acetando que a compra do imóvel representa um “assinalável esforço financeiro do município”, o executivo, justifica a aquisição com a necessidade de valorização da principal praça da cidade e melhoria das condições de funcionamento do mercado diário. Para a garagem, depois das indispensáveis adap-

tações, serão transferidos os lugares de venda de frutas e hortaliças e dos enchidos, bem como a venda de peixe. As três valências ficarão reunidas num único espaço, com melhores condições higieno-sanitárias e mais conforto tanto para vendedores como para compradores.

A medida permite também, segundo o executivo, libertar a zona do Rossio das inestéticas e degradadas barracas que desfiguram uma das maiores praças do país e criar condições para que o tradicional mercado dos sábados se desenvolva sem perda das suas características pro-

prias. Segundo o vereador do Pelouro do Desenvolvimento Económico, José Guerreiro, o mercado dos sábados, de grandes tradições na região, irá ser beneficiado, terá um regulamento próprio, prevendo-se que os produtores agrícolas do concelho e os artesãos beneficiem de incentivos especiais no acesso aos locais de venda e deverá ser lançada uma campanha publicitária sob o “slogan” Venha a Estremoz comprar os sabores genuínos do Alentejo”, visando promover os mercados semanais e a economia do concelho.

Pretende-se, por outro lado, proporcionar melhores condições aos compradores, proibindo a circulação automóvel nos sábados de manhã, enquanto funcionar o mercado no arruamento que serve o lado sul do Rossio.

Mas o que pensam os mais directamente interessados deste projecto de mudança?

Brados do Alentejo ouviu directamente os depoimentos dos vendedores bem como de alguns compradores sobre a futura instalação do mercado na garagem dos “Belos”.

Do lado dos compradores a opinião é francamente favorável à criação de um mercado fechado e concordam com o local escolhido.

Entre os vendedores, de que damos a seguir os respectivos depoimentos, reina a unanimidade na crítica às deficientes condições de funcionamento do actual mercado e a sua opinião quanto à transferência oscila entre a total adesão ao projecto e um vago temor quanto ao futuro do negócio no outro local.

## Depoimentos

**Isaurindo Figueiredo**  
Vendedor de frutas e hortaliças há 48 anos:

Nós aqui estamos bem por causa dos estrangeiros e de toda a gente que passa que pode comprar a qualquer hora.

As condições é que são muito ruins. Não temos luz, não temos nada. Isto é uma barraca sem condições. Se fosse feita outra aqui neste sítio, mas com outras condições estava bem.

Do mercado fechado gosto porque temos sempre tudo arrumado. Mas também gosto muito disto aqui porque está à vista de toda a gente e vende-se mais.

Se nos vamos encerrar lá dentro já é tudo diferente.

Além disso, com a mudança da estação para outro lado, as pessoas também deixarão de vir aqui com tanta frequência o que vai prejudicar as vendas.

Mas como já tenho uma certa idade, se aquilo me agrada e der, muito bem, senão arrumo a tenda e vou-me embora...

**Carlos Grave**  
Vendedor de frutas e hortaliças há 12 anos:

A ideia da transferência é boa porque nós estamos dentro daquele mercado mais resguardados do calor, do vento, do pó, da chuva. De tudo.

As vendas é que podem ser afectadas porque aqui ali é mais fechado e os supermercados por fora são muitos. Há muitos locais de venda por fora e ali só tráz quem não tiver outra hipótese.

Mas eu já não devo mudar-me porque tenho 78 anos e estou com vontade de parar. As despesas são muito grandes, o que tenho é pouco, e é preciso investir muito. Por isso estou mesmo a pensar em parar com isto.

**Marcelino Coelho**  
Vendedor de frutas e hortaliças há 14 anos:

Se aquilo for arranjado em condições, acho que é melhor porque aqui estamos muito mal. Não temos condições nenhuma. No Verão as frutas estragam-se muito devido ao calor e no Inverno é muito frio. Se aquilo for bem organizado, com horários de abertura e encerramento, tudo nas devidas condições como nas outras terras, acho que será melhor. Porque é que nas outras terras têm as coisas todas feitas e nós aqui não temos nada?

**Francisco Borda d'Água**  
Vendedor de frutas há 14 anos:

A mudança já devia ter sido há muito tempo. Quanto mais depressa

melhor.

**Nazaré Claro**  
Vendedora de frutas e hortaliças há 8 anos:

Desde que vamos para melhor, que aquilo tenha condições, concerteza, estou de acordo. Mas se for para continuarmos mal deixem-nos estar onde estamos.

**Henrique Figueiredo**  
Vendedor de frutas e hortaliças há 4 anos:

Se aquilo realmente ficar em condições, com pastelarias, cafés, talhos, etc., estou de acordo. Se não ficar com essas condições, acho que não vai servir nada a cidade e, além disso, se tirarem daqui o mercado conforme está previsto, acabam de matar a cidade.

**Maria Paixão**  
Vendedora de frutas e hortaliças há 46 anos:

Acho que se a gente vai para além e fica lá metida quem é que sabe que nós lá estamos? Ninguém! Ao menos ao ar livre sempre se vê melhor.

Mas eu não devo ir para lá porque tenho 67 anos e daqui por mais um ano já devo estar reformada.

**Maria do Céu Pardal**  
Vendedora de frutas e hortaliças há 15 anos:



Concordo com a transferência. Quanto mais depressa a gente para lá for melhor. É outro asseio e é outra coisa. Para mim, quanto mais depressa levarem para lá a gente melhor.

**Manuel Ferro**  
Vendedor de carnes há 20 anos:

Já devíamos lá estar. Aqui não temos condições nenhuma. Não temos luz para instalar uma vitrine para metermos a carne, não temos nada.

Acho que quanto mais depressa resolverem o assunto melhor. Portanto,

estou de acordo com a transferência.

**Joaquim B. Maranga**  
Vendedor de carnes há 14 anos:

A minha opinião é que já devia ter sido há mais tempo. Isto aqui não tem o mínimo de condições, tanto para nós como para os clientes. Andar ali à chuva e ao calor não é nada.

**João Martins**  
Vendedor de peixe há 17 anos:

A minha opinião é que tudo junto seria melhor. Estou de acordo.

**Luís F Borrego**  
Vendedor de peixe há 53 anos:

Acho que uma praça fechada, com tudo em conjunto é melhor. Acho que o local até é bom. Está mesmo no meio da cidade.

**Manuel Ribeiro**  
Vendedor de peixe desde que a praça abriu, há cerca de 50 anos:

Totalmente de acordo com a mudança. Tudo junto. Só não concordo com a venda ambulante, de peixe, mesmo à porta da praça. Isso é que está mal.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 8 de Março de 1996, p. 7, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO LXX

Figura 70 – Artigo intitulado “A opção mercado (II)”

## A opção mercado (II)

Na edição anterior fizemos referência a um conjunto de factores que, em nossa opinião, sustentam legitimamente a opção recente do Município em ad-

destes agentes económicos - o conteúdo - possa efectivamente ser levada a efeito.

O outro aspecto que ficou por esclarecer tem a

tende por tradição assenta em pressupostos completamente errados. Quando se fala de tradicionalismo do mercado é preciso saber inventariar aquilo que

posta de mudança, como é óbvio. Só que o carácter lento da mudança confere-lhe um aspecto de intemporalidade que, no concreto, não existe. Repare-se

ados do século. Elas mudaram, nem que seja só no envolvimento social que lhe dá sentido. E nem por isso elas debaram de ser entendidas como tradição.

Então, torna-se necessário questionar, o que é afinal a tradição? A resposta é curta e limitada, como é evidente, e tem por referência aquilo que entendemos ser tradição do mercado de sábado. Preferimos o termo *tradição* a *tradicionalismo* pois os termos designam realidades diferentes que não é possível aqui distinguir.

A tradição do mercado não reside na sua realização ao ar livre. Isso resultou das condições sociais e históricas da sua implantação e talvez porque nunca tivesse existido, noutros tempos, as possibilidades e os meios de construção de um espaço fechado. Resumindo, o mercado realiza-se em espaço aberto, não porque isso resulte de uma consciência colectiva que ele se deve realizar em espaço aberto, mas porque nunca houve possibilidade, vontade ou meios para a construção de uma estrutura fechada. Obviamente que identificar isso com a sua tradição é algo que não explica nada, trata-se tão só de rotular uma manifestação (cultural) que se desconhece.

A tradição reside na sua configuração social e económica, como espaço de comércio, por um lado, e como espaço de encontro, por outro. Com efeito, o mercado é uma realidade material e simbólica. Ao mesmo tempo, ele cumpre

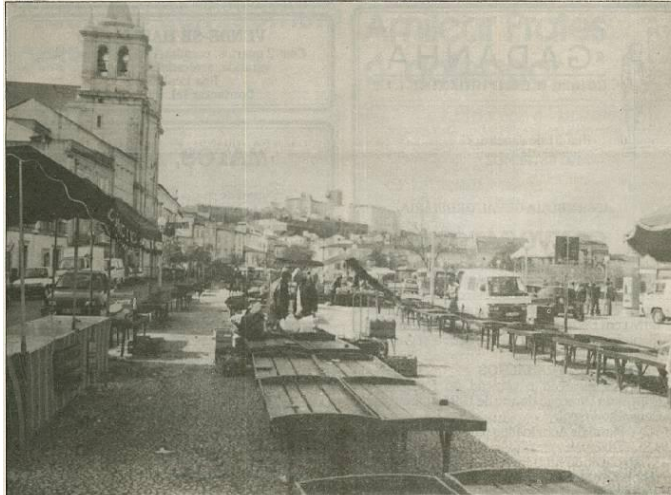
as funções básicas de entreposto de comércio e abastecimento local, como preenche necessidades de afirmação social e cultural das populações. Dito de outro modo, funciona como espaço de convívio, intercâmbio, de encontro, etc. Ora, se isto não se perder, a tradição do mercado não ficará afectada. E, muito incertamente, não vimos como essa dimensão simbólica do mercado se possa perder. O que se pode, de facto, afirmar é que essa dimensão poderá sofrer alterações noutro sentido que, aliás, não é uma novidade, pois esse simbolismo é constantemente recriado, reinventado e, portanto, alterado.

Dito isto, e ainda necessário relembrar que o mercado de sábado de Estremoz está mais vulnerável à conjuntura social e económica do nosso país e do espaço europeu em que Portugal está inserido, do que a meras alterações de pormenor (como a que pode resultar da reinstalação dos actuais pavilhões num espaço fechado).

Resulta daqui, que a decisão do executivo é acertada. Isto é, em resumo, a única solução que equaciona alguns problemas que se colocam ao desenvolvimento do concelho (a apolo- gias das vantagens sem equacionar os problemas e as dificuldades que o nosso concelho - particularmente, não resolve problema nenhum) e a única que, perspectiva alguma solução de futuro a um dos vectores básicos do desenvolvimento de Estremoz.

Álvaro Bortolho

Crónica



quirit a antiga garagem da Rodoviária para aí instalar os pavilhões que actualmente se encontram em frente à Câmara Municipal.

Recorde-se que alertamos para a conjugação de três factores que validam a opção feita: o ponto de vista da política de administração urbanística, o tradicionalismo que está ligado aos mercados de sábado e o ponto de vista de desenvolvimento económico efectivo do concelho. Fizemos ainda referência que neste número tomaríamos à questão sob o ponto de vista de quem também usufrui da decisão tomada: os consumidores ou se quisermos, os municípios.

Assim, a primeira vantagem que se vislumbra na proposta apresentada pela Câmara Municipal - é necessário chamar atenção que só foi decidido adquirir o imóvel - é evidente. A concentração dos actuais vendedores num espaço que também disponha de local para a realização da Praça do Peixe traduz-se numa economia de recursos a todos os níveis. Não só por facilidade, como por conforto. Isto é, a aquisição de bens - hortaliças, frutas, legumes, peixe, carne, etc. - pode-se não só realizar num espaço em que tudo está "junto", como as condições de aquisição e de conservação dos alimentos oferecem outras garantias em termos de conforto, higiene, etc.

Além de que, como tínhamos alertado no artigo anterior e nunca é demais referir, com a deslocação inicia-se um processo que pode substancialmente melhorar as condições socio-económicas dos vendedores pelas potencialidades que introduz no sentido de aumentarem e melhorarem o seu ramo de negócio. Mas, também como tínhamos alertado, não basta melhorar as instalações. Isso deverá ser um pretexto - a forma - para que a modernização destas estruturas (leia-se,

ver com o tradicionalismo do mercado de sábado. De facto, a aquisição do imóvel para aí instalar os actuais pavilhões poderá afectar o mercado de sábado no sentido deste ser, de alguma forma, afectado com a decisão de mudar as actuais instalações precárias. O raciocínio é o seguinte: com a mudança de instalações, não acontecerá que, a prazo, o mercado seja "desviado" para o imóvel agora adquirido, deixando-se de realizar no espaço (aberto) do Rossio?

Quanto a nós a pergunta é legítima e ela foi, de forma subliminar, levantada na Assembleia Municipal. Todavia, também aqui os senhores autarcas esqueceram-se de a precisar. Falou-lhes colocar o sujeito, ou seja, quem é que poderá desistir, no futuro, que o mercado de sábado seja agregado ao "novo espaço" já que, da parte do executivo da Câmara Municipal foram dadas garantias que o mercado não seria afectado?

Se essa mudança resultar da vontade explícita dos municípios, porque não? Não serão os municípios de Estremoz - que engloba toda a população e não apenas vendedores e consumidores - os verdadeiros detentores da legitimidade política? Não podem ser eles, os municípios, a decidir o que querem para a sua cidade?

Com efeito, alguma-se nos inverosimil que se pretenda aumentar a participação política e o esforço de cidadania das pessoas, ao mesmo tempo que em aspectos fulcrais se lhe nega os meios de concretizar essa acção. E, cetero modo, se isso resultar da vontade da população, a Autarquia não poderá negar-lhe esse direito. Pode sim, é alertar para o perigo da perda desse tipicismo, paralelamente com a realização de acções que valorizem o mercado no espaço que estamos habituados.

Por outro lado, pensamos que aquilo que se en-

se denomina por tradição, nomeadamente, que a tradição é uma prática social dinâmica que se reinventa e recria. Por outras palavras, a tradição só existe enquanto prática social. Isto é, enquanto comportamento das pessoas, grosso modo. Essa prática é com-

no seguinte exemplo.

As festividades locais que ainda hoje se comemoram (penso nas Festas da Cidade, mas o exemplo cobre as mais diversas manifestações culturais) por muito que se queira, não são iguais às que se realizavam no início ou em me-

## O sonho, a utopia, a realidade

## O funil

Pelos factos e realidades do contexto nacional e regional, é perfeitamente admissível aceitar ou concordar, serem múltiplas as formas, conceitos, extractos, organizações ou áreas na aplicação dos diversos diâmetros geometricamente concêntricos que o utensílio contém.

Diga-se em abono da verdade que, a maior ou menor utilidade do mesmo, depende não só dos sistemas estruturais implantados, como também, da gula de uns ou ainda da necessidade de oferta de benefícios a outros, os quais, caninamente servirão, servem e glorificam os esquemas ou interesses daqueles gerando estes como consequência, a obrigação do bom funcionamento e defesa do objecto, repita-se, funil!

Permite a cordialidade do dito, amplitudes edificações variadas na utilização, o qual, apesar de redondo e cónico na forma, contém ainda potencialidades dimensionais correspondentes ao infinito da linha recta, sinal que, no traçado correcto, ultrapassa o tempo, perdendo-se na imensidão do espaço cósmico, pelo alastramento contínuo e definitivo do ponto de partida. Esta a grandeza das

utilizações possíveis do titulado objecto!

A geometria e filosofias aplicadas ao funil, consentem ainda técnicas altamente sofisticadas de instigação, persuasão e de construção, a sã e os mitos, falsas verdades, concessões e "um-

deria imaginar" - Quão bonitos são os camaleões para além da beleza das aranhas!

Harmoniosamente diversos extractos da sociedade civil e castrense consentem-se na submissão à lei, quem sabe, na perspectiva de cisaufunilamento!

Em realidade todos os regimens possuem seus símbolos!

Será que, funil, para além da utilidade em si próprio e dado p e s - suir

Ou será que funil simboliza ainda postura e linguagem de cordel ao melhor estilo apalhaçadeiro novelesco, cuja resultante significa massacre e atropelo cultural diário?

Serão ainda actuais as "Charles Linguísticas" do Padre Raúl Machado, ou "Se bem me lembro..." do Professor Vitorino Nemésio, ou, ainda, a alta e portuguesa cultura dos programas de João Villare?

Em verdade, perderam-se no pó do tempo.

Ao marginalizarem-nos, em propósito ou não, estes e tantos outros símbolos da cultura de Portugal, passou a funcionar o funil, sob a pressão da passagem estreita das censuras estratégicas, que obrigam ao débito controlado das amálgamas ou saladas de mensagens descoloadas e inodoras de cor e perfume nacional.

Fenómenos inconcebíveis em qualquer país da Europa, e, em especial, os da glorificada União!

Dadas as originalidades políticas portuguesas quaisquer outras regras anti-largo e estreito dificilmente sobrevivem contra a força dos "neutros" paralela à "relatividade" da lei nuclear do "FUNIL"!

"Sic transit gloria Portugal"!

José Parralhas

Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 22 de Março de 1996, p. 9, Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO LXXI**

**Figura 71 – Mercado coberto (desde a esplanada dos congregados)**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 72 – Via de acesso ao mercado coberto (lateral do edifício da CMetz)**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## **ANEXO LXXII**

**Figura 73 – Bancas e tendas – zona sul (poente)**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 74 – Bancas de venda de flores – zona sul (poente)**



Fonte: Fotografia do autor (2017)



## ANEXO LXXIII

Figura 75 – Artigo intitulado "Quem compra é peão – Câmara altera trânsito no Rossio"



Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 28 de Junho de 1996, p. 1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO LXXIV**

**Figura 76 – Igreja de S. Francisco**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 77 – Cruzeiro de S. Francisco**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## **ANEXO LXXV**

**Figura 78 – Capela de D. Fradique de Portugal**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 79 – Conjunto edificado do Hotel Alentejano (antigo Palace Hotel)**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## **ANEXO LXXVI**

**Figura 80 – Vista aérea do Ex-Convento das Maltezas / Igreja da Misericórdia**



Fonte: Luís Mendeiros (março de 2017)

**Figura 81 – Ex-Convento das Maltezas / Igreja da Misericórdia**



Fonte: Fotografia do autor (2017)



## **ANEXO LXXVII**

**Figura 82 – Entrada do Centro Ciência Viva de Estremoz**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 83 – Ex-Hospital Civil**



Fonte: Fotografia do autor (2017)



## **ANEXO LXXVIII**

**Figura 84 – Vista aérea do Ex-Convento dos Congregados / Igreja dos Congregados**



Fonte: Luís Mendeiros (março de 2017)

**Figura 85 – Ex-Convento dos Congregados / Igreja dos Congregados**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## **ANEXO LXXIX**

**Figura 86 – Café Águias D'Ouro**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 87 – Hotel / Restaurante Alentejano**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## **ANEXO LXXX**

**Figura 88 – Café Águias D'Ouro**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 89 – Capela do Santo Cristo**



Fonte: Fotografia do autor (2017)



## ANEXO LXXXI

Figura 90 – Painel informativo de reinauguração do Coreto Municipal (2012)

# DO CORETO DA AVENIDA DO ROSSIO

## O CORETO AO LONGO DO SÉCULO XX

O Coreto, estando num dos locais mais centrais da vida dos estremocenses, foi lugar de inúmeros eventos musicais, venda de bilhetes para espectáculos, espaço donde se fazia publicidade durante o mercado local, primeiro a viva voz, pelo saudoso Pequito, depois com um moderno equipamento sonoro. Foi também utilizado para ações de propaganda política e ultimamente, no interior da sua base, era simples armazém.

Infelizmente foi-se degradando e a sua utilização como equipamento municipal para a cultura era quase nula.

Apresentava ultimamente um estado de conservação pouco consentâneo com a sua anterior beleza e dignidade.

A reabilitação do Coreto foi assim um passo decisivo para que volte a ser um orgulho para os estremocenses e renove o uso para que desde início estava destinado.



O Coreto em finais da década de 90 do séc. XX  
Fotografia de Joaquim Vermelho  
Fotografia cedida pela Biblioteca Municipal de Estremoz/Arquivo Fotográfico



O Coreto reabilitado. Fotografia de Jorge Mourinha.

## O CORETO HOJE

A reabilitação do Coreto teve como equipa técnica o Arq. Carlos Fontainhas e o Eng. Paulo Silva, técnicos da Câmara Municipal de Estremoz.

Para além da recuperação que o Coreto necessitava dado o seu mau estado de conservação, o grande objetivo da obra foi igualmente o renovar em termos tecnológicos o equipamento e através da ampliação da sua base corresponder às necessidades das Filarmónicas de hoje.

O equipamento estará norteado para servir de apoio ao trabalho das Bandas Filarmónicas locais, podendo no entanto acolher atuações de outras de fora deste concelho.

Animar esta área da cidade, voltará a ser a "vocaçào" do Coreto.



Museu Municipal  
Prof. Joaquim Vermelho

Fonte: CMETz



## **ANEXO LXXXII**

**Figura 91 – Vista aérea do Coreto Municipal**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

**Figura 92 – Coreto Municipal**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

## **ANEXO LXXXIII**

**Figura 93 – Quiosque do Coreto**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 94 – Ex-posto de viação e trânsito**



Fonte: Fotografia do autor (2017)



## **ANEXO LXXXIV**

**Figura 95 – Cafetaria Rossio**



Fonte: Fotografia do autor (2017)

**Figura 96 – Fontanário do Sátiro**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

## **ANEXO LXXXV**

**Figura 97 – Bebedouro público do Sátiro**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

**Figura 98 – Monumento aos Combatentes**



Fonte: Fotografia do autor (2017)



## **ANEXO LXXXVI**

**Figura 99 – Quiosque Maniés**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

**Figura 100 – Monumento ao Tenor – Tomás Alcaide**



Fonte: Fotografia do autor (2018)

## **ANEXO LXXXVII**

**Figura 101 – Lago do Gadanha / concha**

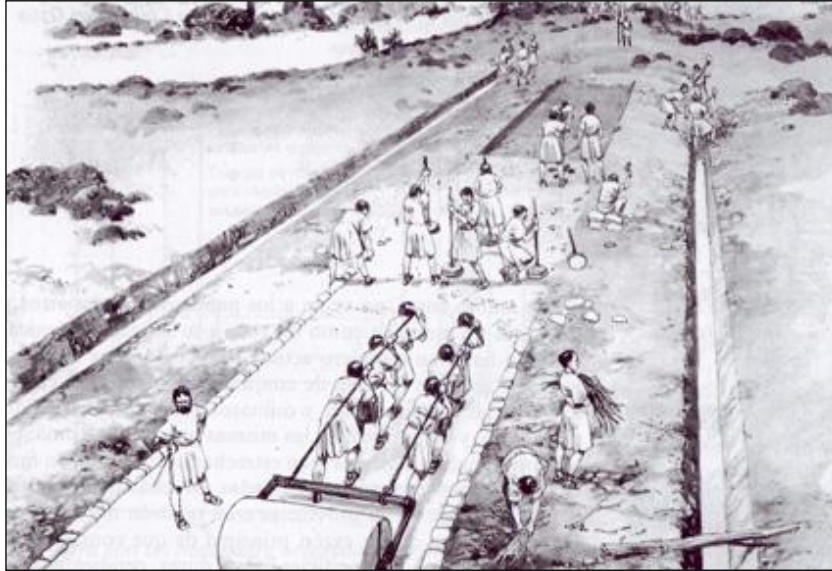


**Fonte: Fotografias do autor (2017)**



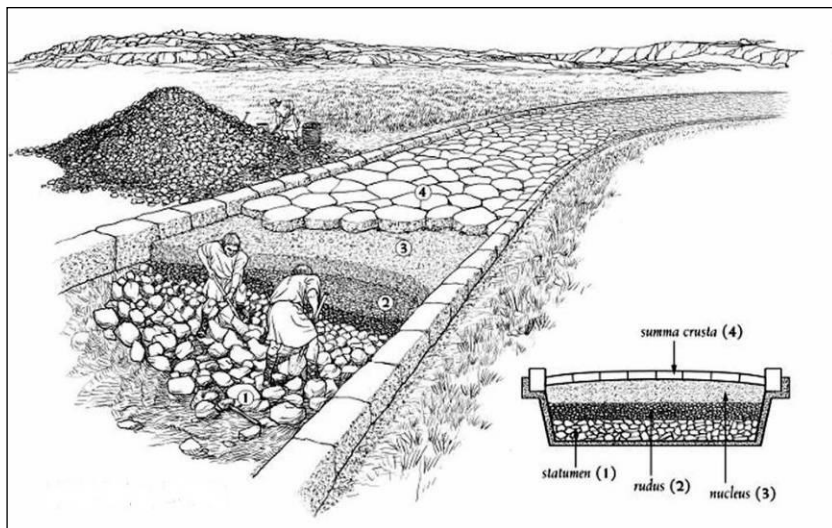
## ANEXO LXXXVIII

Figura 102 – Construção de calçada romana



Fonte: <http://aragonromano.ftp.catedu.es/calzadas.htm>

Figura 103 – Construção de calçada romana / perfil tipo



Fonte: <https://www.redatia.com/2016/03/28/ingenieros-romanos>

## **ANEXO LXXXIX**

**Figura 104 – Rua de Pompeia – antiga cidade romana**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada\\_romana#/media/File:PompeiiStreet.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_romana#/media/File:PompeiiStreet.jpg)

**Figura 105 – Antiga estrada romana em território português**

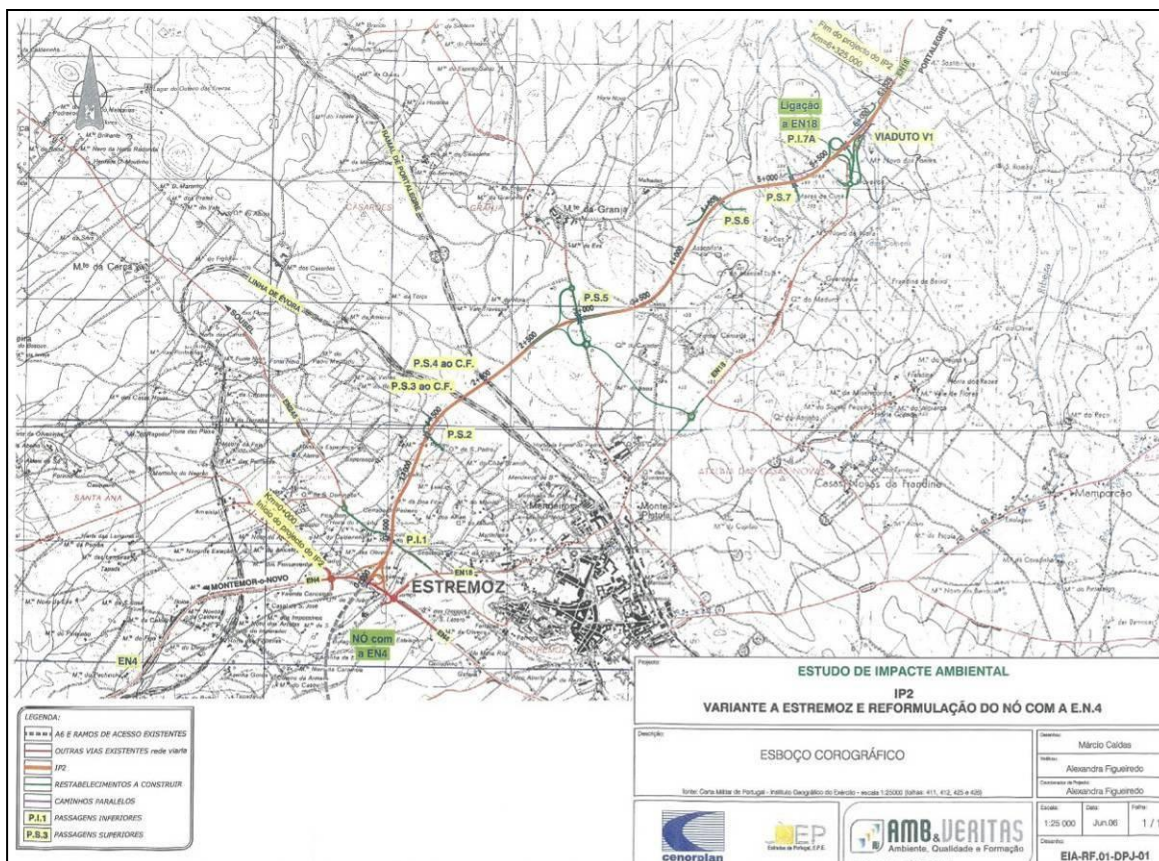


Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/12/O-tra%C3%A7ado-das-estradas-do-Imp%C3%A9rio-Romano-transformado-em-linhas-de-metr%C3%B4>



## ANEXO XC


**Figura 106 – Esboço coreográfico da variante a Estremoz e reformulação do nó com a E.N.4 – IP2 (estudo de impacte ambiental)**



Fonte: CMÉtz

## ANEXO XCI

**Figura 107 – Declaração de impacte ambiental desfavorável – projeto IP2 variante a Estremoz e reformulação do nó com a EN4 (projeto base)**

  
MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

**DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL**

**PROJECTO “IP2 VARIANTE A ESTREMOZ E REFORMULAÇÃO DO NÓ COM A EN4”**  
**(Projecto Base)**

1. Tendo por base a proposta da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) relativa ao procedimento de AIA relativo ao projecto do “IP2 Variante a Estremoz e Reformulação do Nó com a EN4”, em fase de Projecto Base, bem como a análise técnica, da Autoridade de AIA, aos elementos apresentados pelo proponente no âmbito da audiência prévia dos interessados, realizada nos termos do artigo 100.º, e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, emito Declaração de Impacte Ambiental (DIA) **desfavorável** à execução do projecto.

2. A emissão de DIA desfavorável é fundamentada no teor do Parecer Final da Comissão de Avaliação (CA), de onde se destacam os seguintes aspectos:

- a) o projecto induzirá impactes negativos significativos, em termos de uso do solo, condicionantes e componente social, decorrentes do desenvolvimento do traçado proposto sobre áreas de vinha (em franca exploração), olival (recentemente plantado) e montado (povoamento com árvores de médio e grande porte);
- b) a Consulta Pública que foi muito participada, apresentando uma fundamentação objectiva para os impactes negativos no uso do solo e na socioeconomia;
- c) não foram analisados corredores alternativos, impedindo a identificação de um eventual corredor com menores impactes ambientais;
- d) o parecer desfavorável do Instituto de Meteorologia, dada a existência de uma estação sísmica pertencente à Rede Sísmica Nacional, considerada vital para esta rede e essencial para a vigilância sísmica à escala local, regional e global.

22 de Agosto de 2007,

O Secretário de Estado do Ambiente

  
Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa  
Secretário de Estado do Ambiente  
(No uso das delegações de competências, despacho n.º 18162/2005 (2.ª série),  
publicado no Diário da República de 25/07/2005)

1

Fonte: CMETz

## ANEXO XCII

Figura 108 – Zona de proteção da Igreja de S. Francisco, de Estremoz



Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69808>



## ANEXO XCIII

Figura 109 – Zona de proteção do claustro da Misericórdia, de Estremoz

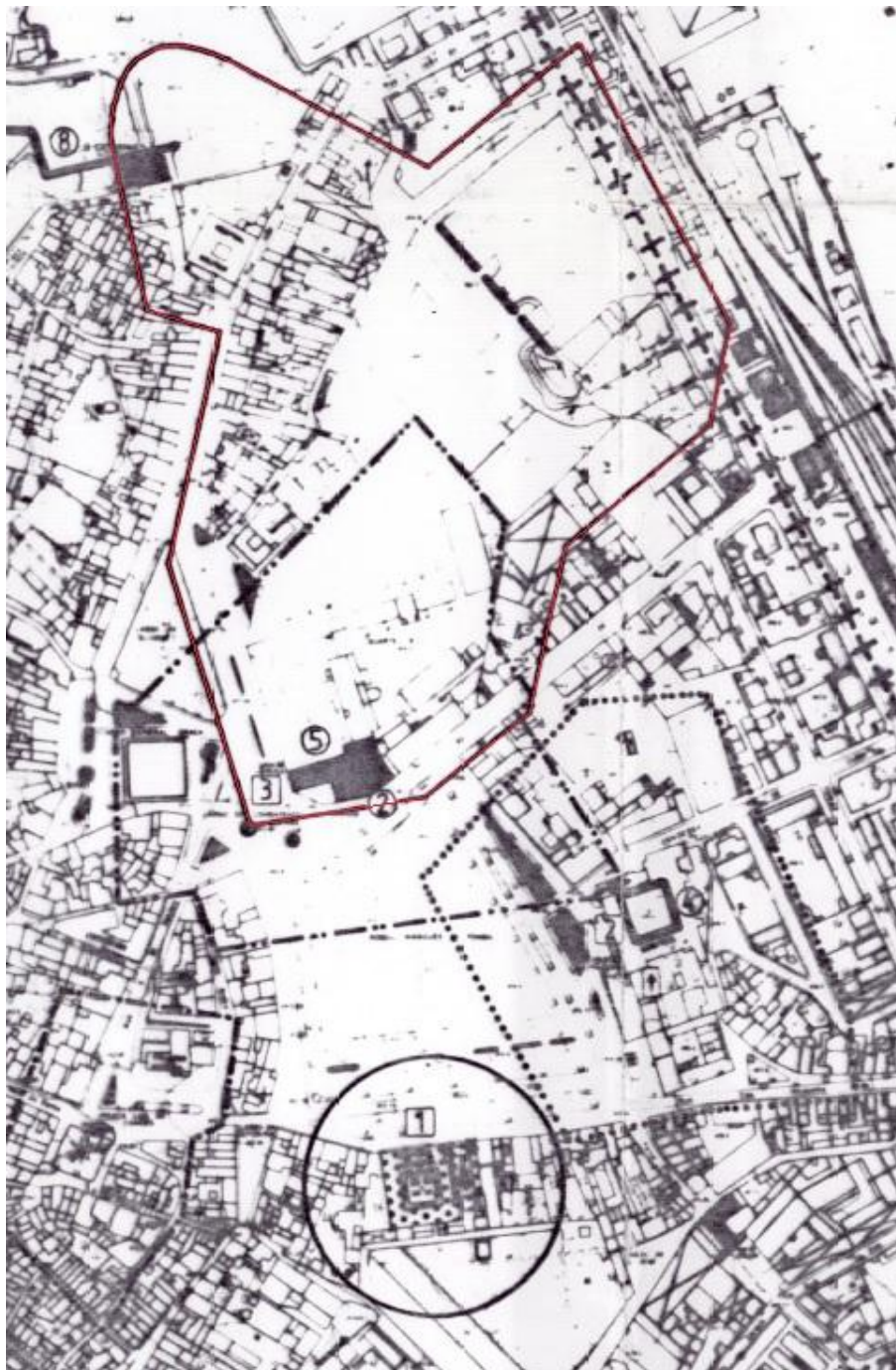


Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69807>



## **ANEXO XCIV**

**Figura 110 – Servidão Militar ao Quartel de S. Francisco e de S. João de Deus (regimento de cavalaria RC3)**



Fonte: Extrato da planta de condicionantes da proposta de PUCHE, des. n.º 4.2

## ANEXO XCV

Figura 111 – Artigo intitulado “O arranjo do Rossio, o bom senso das cousas”

### PROBLEMAS DE CÁ

#### O arranjo do Rossio O bom senso das cousas

A C. A. Municipal, deu-nos a boa nova, —que nos mandou para o n.º 257 d'êste jornal—de que ia entrar agora num grande período de actividade, desmentindo assim as acusações que se lhe faziam de pouco ter produzido até aqui. Estava tudo incubado e em estudos. Fez-nos então a C. A. M. o enunciado vasto de um programa de melhoramentos, que já entregou a técnicos, constando-nos que devem ser em número de 4 ou 5, os engenheiros que estão actualmente ao seu serviço, cada qual com a sua incumbência de um projecto.

Não se dirá, que todos êsses projectos não sejam necessários; e muito menos se poderá afirmar que falte competência aos respectivos técnicos para produzirem trabalho bom e útil.

Afigura-se-nos apenas, como simples mortal que somos, que, de tanto projecto junto, não se salvará um só que possa ter realização imediata—dadas as complicações que para qualquer deles advirão—que o impeça de ir por diante quando se tente pô-lo em prática de um jacto com todos os outros conjuntamente. Perdeu-se em Estremoz—ninguém o porá em dúvida—a melhor oportunidade que um governo tem proporcionado de realizações administrativas locais de muito vulto.

A ninguém podemos atribuir culpas definidas. Queixemo-nos sòmente do triste destino da caveira de burro que hoje mais do que nunca está profundamente enterrada na lama do Rossio.

Pelo menos dos poderes superiores ninguém se queixará; nem pessoa alguma teria o direito de o fazer.

Faltas grandes, teremos a observar. Sim. Mas acima de todas está a falta de um bom critério construtivo. Temos bem à vista o Rossio onde se gastou uma grossa dinheirama que o Estado deu à Câmara e que esta não soube aproveitar orientando com outra inteligência e melhor critério a terraplenagem, pensando previamente que a uma superfície tão extensa e plana, tinha, antes de tudo, de ser feita a drenagem para esgotamento das águas que ali estagnariam forçosamente.

Mas o que se pretendeu fazer do magestoso Rossio? Isso é o que resta saber. E todavia ninguém poderá, com verdade, alegar que o caso não tinha já metido estudo suficiente pois que o arranjo do Rossio fazia parte integrante de um «Plano geral de Urbanização» que não devia servir sòmente para *épater le bourgeois* e custou muito dinheiro, mas não deu qualquer resultado prático correspondente.

Cá está mais uma falta de um critério seguro e bem orientado, ainda neste caso, a comprovar as nossas asserções anteriores.

Urge agora uma solução para remediar o mal feito? Para isso tem de se fazer novo plano, gastar muito mais dinheiro, atirando à rua com o que se gastou já! E além da perda do dinheiro, e outros prejuízos resultantes, há a perda de tempo que terá de ser distraído doutras realizações, e o tempo já perdido que não é recuperável.

Outro critério se querará adoptar agora—queremos crê-lo—pois não seria muito airoso, que se fôsem também sacrificar os renditos da Câmara e todo o seu futuro económico com a obtenção agravante de qualquer empréstimo.

Queremos fazer a justiça de que terá havido, ou virá a haver, um melhor orientado critério para medir as responsabilidades daí supervenientes...

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 262, de 2 de Fevereiro de 1936, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO XCVI

Figura 112 – Artigo intitulado “Ainda o Rossio, A’ s pessoas bem intencionadas”

### PROBLEMAS DE CÁ

#### Ainda o Rossio

##### A’ s pessoas

##### bem intencionadas

Informam-nos, que houve algumas pessoas, indissolúvelmente ligadas a outras por certas solidariedades ou dedicação pessoal, que se deixaram vencer por apreciações tendenciosas, ou menos ajustadas, do pensamento que dictou uma sugestão do nosso último artigo sobre o Rossio, em «Problemas de cá», vindo mesmo na frase «desenterrar a caveira de burro do Rossio de Estremoz»—não sabemos porque fantasia—uma alusão desprimorosa fôsse a quem fôsse, o que desvirtuava o verdadeiro significado em que costuma ser essa frase—pouco gentil talvez—empregada para exprimir a *pouca sorte* que tem atravessado o nosso burgo, persistindo diante dos nossos olhos e dos estranhos, essa *pouca sorte* de se patentear o magestoso Rossio de Estremoz—seu orgulho de todos os tempos—transformado em estenso vale de barro amassado pelas chuvas e não permitindo que por ele transitem péões, nem veículos sequer. E, o que é bem mais de lamentável gravidade, que o tornou inaproveitável para os seus grandiosos mercados, ou para suas tradicionais feiras. Mesmo em Julho, logo que tenhamos dois dias de chuva, o lamaçal torna impossível que alguém ali se atreva a entrar.

O caso urge de ser tratado; e, quanto antes, deve-se promover a sua passagem sem preocupações por uma beneficiação urbana—que levaria tempo e estudos demasiados—mas sim somente atendendo ao seu imediato aproveitamento, por uma drenagem grande, que dê escoante às águas—como previamente se devia ter feito—e se proceda a uma melhor terraplenagem, que torne a crosta da sua superfície resistente às chuvas e útil para os seus concursos mercantis—mercados e feiras de maneira a ficar pelo menos não «mau» como era!

Para tal e para aproveitar cerca de 40 contos, pelo menos, quantitativo da participação cedida pelo Estado, basta um pouco de boa vontade em se atender às reclamações gerais—de que fomos pálido eco—encarregando a Câmara o seu técnico, o sr. engenheiro José Barros, pessoa bastante idónea, de o fazer e não se prenderem os edis com as fantasmagorias de «Planos de Urbanização», como o do **quadro** que está em exposição na Biblioteca, que custou umas dezenas de contos ao Município e agora se tem de pôr de parte para uma realização parcial, que parece devia ter ficado estudada, ainda mesmo que tal plano fôsse produzido para um aproveitamento só para daqui a um século, como o seu autor o disse na sua apresentação pública.

Para a Câmara proceder à beneficiação do Rossio—obrigatória, antes doutras—não faltou o auxílio que o Estado facilita às câmaras, tendo além disso a C. M. receitas muito superiores às produzidas em tempos pelo *ad valorem*, pois só a sua receita própria deste ano é superior a mil contos.

Os mais ardentes desejos de todos os munícipes que são os nossos também:—é ver melhorar o seu burgo.

A C. A. M. teve até hoje sua tarefa sempre facilitada pois que nem sequer tem sido contrariada pela crítica em público.

E’ isto que se podia subintender do artigo em foco e só isto, o que tornamos a acentuar como expressa atenção pelos críticos sérios e bem intencionados, porque doutros, 3 ou 4, dos mal intencionados está o inferno cheio e com estes não quereríamos encontrarmo-nos nem sequer no céu, quanto mais no inferno...

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 263, de 9 de Fevereiro de 1936, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO XCVII

Figura 113 – Artigo intitulado “O Rossio de Estremoz”

### PROBLEMAS DE CÀ

## O Rossio de Estremoz

A proposito do estado lastimoso em que o Rossio de Estremoz se encontra, e da contingencia de não se poder utilizar para feiras, exposições ou festas, uma vez que chova muito, ouvimos alvitrar varias opiniões que, evidentemente, estão fora das possibilidades de execução. A actual comissão administrativa já tem, estamos certos disso, pensado na solução mais immediata que convem e que deverá ser a de obstar—em nossa fraca opinião—áqueles inconvenientes, remediando-os o mais de pronto possível, para que a importante verba ali gasta não resulte em total perda do benefício que dela pretendia tirar-se.

Temos a êste respeito todavia ouvido vários alvitres e até visto alguns projectos que—sem menos respeito para as opiniões de cada um dos seus autores—se nos afiguram inteiramente inadaptaveis.

A urbanisação do Rossio de Estremoz só tem uma solução prática e sensata:—é deixá-lo Rossio. Nem transformação em parque—que se faça lá para outra banda—nem fantasmagorias de outro qualquer feitio, mais ou menos exquisitas, de melhor ou pior compreensão:

O Rossio, tem de ficar sempre Rossio. O Rossio tem de ser o salão magno das festas, das feiras, das exposições, como o tem sido até aqui, com o consenso unânime de toda a gente.

E' irregular, tem configuração geométrica que não obdece às linhas regulares de um rectângulo?—Que se lhe respeite a forma e se regularisem essas linhas até onde seja possível. Tal como é. é tal como tem de continuar a ser. Qualquer projecto, por mais bonito que se nos apresente, quando não deixe persistir as linhas geométricas actuais, arrisca-se a ficar um aleijão quando pôsto em prática.

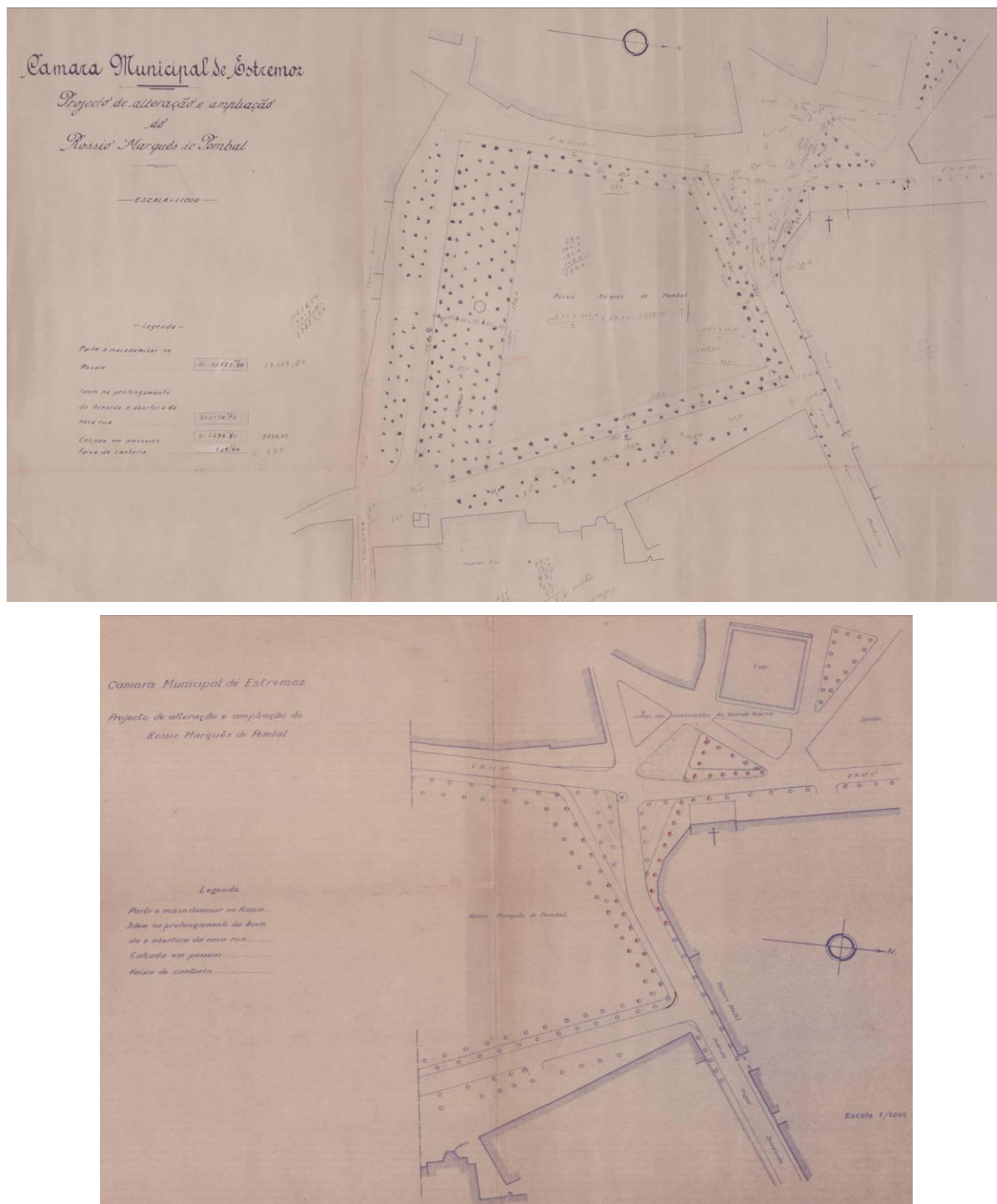
O que se torna imprescindivel desde já, é que a sua pavimentação o torne utilisavel, construindo um sistema de drenagem das aguas fluviais para que ali não estagnem nem façam lamaçal.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 277, de 17 de Maio de 1936, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO XCVIII

Figura 114 – Projeto de alteração e ampliação do Rossio Marquês de Pombal, 1936



Fonte: Arquivo Municipal de Estremoz

## ANEXO XCIX

Figura 115 – Artigo intitulado “E se fizéssemos do nosso Rossio um grande, um belo jardim?”

# E se fizéssemos do nosso Rossio um grande, um belo jardim?

Não é preciso ir à História para aprender que as cidades tal como as pessoas, morrem. Pelo menos algumas cidades têm morrido. De morte violenta quase todas, por cataclismos de várias ordens, e isso as distingue das pessoas; algumas de morte natural, como é vulgar nas pessoas. De morte natural, melhor diria inevitável, com doença ou velhice a precedê-la. Enfim, com perda de vida e da concomitante alegria de viver. E ainda outro ponto que as distingue das pessoas: esta perda é lenta, arrastada, de aspecto enganoso por misturado com reflexos de vida. Pelo menos, de rame-rame de vida.

Vivem necessariamente essas cidades, trabalham, quase lutam. Não contudo por mais vida, e só por conversar a pouca que têm. Não dão um passo em frente, não acarinham uma criança, não constroem uma casa, não plantam uma árvore.

E' isto: não plantam uma árvore.

E, pronto, daqui podemos partir para a destruição das cidades que caminham alegre, corajosamente pela estrada da vida que elas rasgaram plana e virilmente, e das cidades que estrebucham apenas por conservar-se.

As primeiras apresentam-se quase sempre com a modesta designação de vilas, veem nas suas realizações uma tentativa e não o exemplo que são realmente, têm o melhor das vidas jovens, até um quê de acanhamento. E, se para os descrentes

houver a necessidade da confirmação do fenómeno, aqui temos à mão o Barreiro, e ainda mais à mão da afinidade Campo Maior.

As outras, as que nos oferecem ainda mais abundância de exemplos, já claros, definidos nuns casos, noutros apenas e felizmente de toque embrionário, vivem por viver mas encostam-se aos seus pergaminhos, substituindo-os a toda a mostra de vida real, progressiva.

Talvez seja o momento de perguntar ao que vem isto? O que se pretende com isto?

Dizer que por motivos absolutamente excepcionais o Barreiro e Campo Maior construíram nos últimos 10 anos inúmeros bairros, que tem o Barreiro 5 bibliotecas cujo funcionamento sério, quase apaixonado, exige por necessidade de ambiente que se ande em bicos de pés mal o operário entra na posse das horas que são suas? Para dizer que, por exemplo, o Barreiro teve por incomensado o seu trabalho febril, por incompleta a sua forma sempre a acrescentar-se enquanto não teve, ali bem no coração, um parque? Um parque, ou pelo menos um lugar que compensasse os seus homens da feitura necessária dos seus lugares de trabalho, que desse aos seus filhos a visão inicial e por isso cem vezes mais útil, duma vida arejada?

Se fosse isso já seria muito, porque era ensinar-nos como se vive nalguns bocados de Portugal, mas seria ainda pouco para o nosso ponto de vista.

Sim, porque nós temos um ponto de vista. Um ponto de vista talvez ambicioso, talvez arrojado, mas de inegável utilidade para a população de Estremoz, para a beleza de conjunto da cidade.

Falando em beleza da cidade não se quer pôr em dúvida a beleza inegável que ela ostenta, mas apenas lamentar que dessa beleza não se tire todo o partido que seria possível. Assim, por exemplo, paremos na parte central da cidade. Eis o nosso famoso e formoso Rossio, maior do que o Terreiro do Paço de Lisboa, segundo o nosso orgulho bairrista. Não o atravessamos sem nos sentirmos desvanecidos pela comparação, não recebemos visita a quem o não façamos notar. Com um secreto temor, é verdade. Com o temor de que nos perguntem em que consiste a beleza da cercadura do nosso Rossio, onde está a estátua que dignifica o seu termo

Segue na página 3

---

### Brados de Alerta

## As bod ESTREM

Não sei se por esquecimento, se por indiferentismo, a ninguém ainda ouvi falar desta data festiva que decorre em 31 de Agosto deste ano.

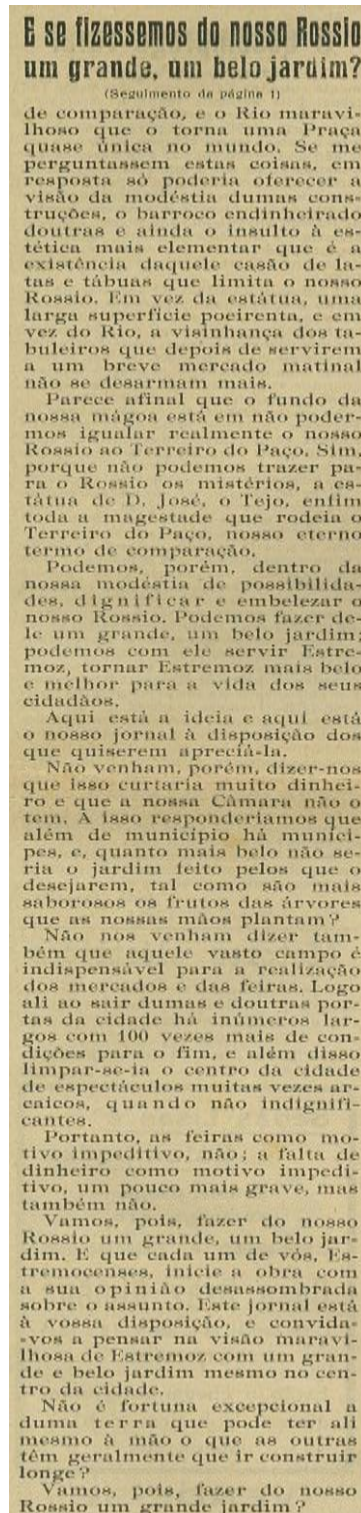
*Esta linha conta vezes que falei cento*

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.035, de 29 de Abril de 1951, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO C

Figura 116 – Artigo intitulado “E se fizéssemos do nosso Rossio um grande, um belo jardim?”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.035, de 29 de Abril de 1951, p.3, Biblioteca Municipal de Estremoz

ANEXO CI

Figura 117 – Artigo intitulado “Como há-de ser o jardim que vamos fazer no Rossio”

# Como há-de ser o jardim que vamos fazer no Rossio?

Enquanto a obra que sonhamos não se inicia, é sempre agradável falar dela. É a primeira achega para a sua realização. No caso que agora nos apaixona serão as nossas palavras a primeira mão-cheia de terra, a primeira gota de água, a primeira semente para o jardim em que desejamos ver transformado o nosso Rossio. Para benefício de todos e maior beleza da nossa terra.

Quanto ao primeiro objectivo directo e indirectamente chegaremos a ele. Directamente: pensemos nos nossos filhos e está tudo dito. Indirectamente porque a vida do centro da cidade sofreria profunda modificação. A vida social da população, ganharia incremento aprender-se-ia nesta terra a viver menos mouriscamente, — as senhoras teriam então possibilidade de se despegar dos vidros da janela —, a órbita comercial daquele enorme largo passaria a ter ali à mão os fregueses deliberados que iriam lá de qualquer maneira, evidentemente, mas também os de apetite ocasional, os que não iriam comprar isto ou aquilo se a loja e o café não estivessem ali mesmo à beirinha do seu desejo fortuito e do jardim em que passeiam.

Para maior beleza da cidade, dissemos nós. Deixem-nos corrigir. Devíamos ter dito «para mais perfeito equilíbrio da beleza da cidade».

Não? Imaginem então a cidade percorrida em diagonal de qualquer entrada à outra. Seja em que época for que isso se faça, as linhas de percurso serão traçadas através da mais monótona paisagem citadina. Apenas uma, a escolhida pelos que pretendem sair às portas de Santa Catarina, tem um breve encontro com uma hipótese de beleza e uma suspeita de jardim. Das outras, as que passam pelo Rossio, e são as mais de considerar, dado que partem da estação do caminho de ferro e do troço da estrada internacional que corta Estremoz, encontrarão a mais perfeita realidade de extensão inútil, de aridez propostada.

Coloquemos agora no meio desses caminhos um jardim, um belo jardim, soalheiro e florido de crianças nas tímidas manhãs ou nas breves tardes de inverno, acolhedor de sombras e de fragância nas calmosas tardes do verão da nossa terra. Que delicioso visão dum Estremoz jardim de ponta a ponta não ofereceríamos às nossas visitas! Que deliciosa sensação de percorrer na nossa labuta diária uma cidade em festa não ganharíamos nós!

Mas, como há-de ser o jardim que sirva estas múltiplas exigências? Claro que os técnicos o dirão, mas assentemos desde já na ideia dum jardim que não diminua a vastidão do recinto com excessos de árvores frondosas e que não converta também o largo em arrebitado ornamento à século XVII. Parece-nos, pois, que o Rossio se deve converter num misto de parque e de jardim à inglesa. Na realidade imaginamo-lo com uns jogos de água centrais, uma pérgola florida a enquadrá-los, e uma ou outra sombra dispersa. Depois relvados, muitos relvados, cortados por largas ruas que não sejam, estas e aqueles, só para ver, e feitos sim com possibilidade de serem usados pelas crianças nas suas brincadeiras, tão necessárias para elas como a quietidão que os adultos procuram num ou noutro recanto remansoso, que lá deve haver também para o fim do seu dia fatigante. O jardim deverá ser, pois, feito de maneira a servir adultos e crianças, mas sobretudo as crianças, e ao técnico que o vier traçar pediremos que tenha isto em atenção e mais que não esqueça que o jardim se faz para aumentar a beleza da cidade, para servir a cidade.

Mas, isto são divagações, porque o jardim há-de ser como todos o desejarem; sim, porque muitos desejam-no.

Disto, do grande número dos que o desejam, daremos conta aos leitores no próximo domingo. Até lá contemos com a conquista da colaboração dos que nesta terra são responsáveis e de quem depende afinal o bom êxito de todas as nossas aspirações bairristas.

*Uma vez, pelo menos, já o céu existiu na terra, nesta dura terra para onde o pecado de Adão nos empurrou. É Manuel Bernardes que o diz; se minte, a responsabilidade é dele. Mas eu sei que não minte, porque já encontrei pedaços do céu esquecidos neste mundo. Um deles, bem perto de nós, toca o nosso coração pelo remanso das suas sombras, enleia-nos com o canto dos seus rouxinóis, seduz-nos com o murmurar das suas fontes, despega-nos da vida com a visão dos seus horizontes perdidos.*

*Há, sim, pedaços do céu esquecidos nesta terra...*

*Então, não é verdade que um dia...*

## I — Coisas da minha terra!

### O BOSQUE

#### mansão do frade de trezen

seu nome, de si, dos seus tempos de menino e moço e do lugar onde resolvera abrigar-se para sempre. Frei Diogo da Silva, que fora o primeiro Inquisidor Geral destes reinos, guiando-me pelas ruas banhadas em verde translúcido do velho Bosque de Borba, voltou para meu regalo aos seus tempos de jovem acadêmico, graduado em ambos os direitos pela Universidade de Coimbra, nos tempos de El-Rei D. João III. Receoso do pecado da saudade ciciou-me a notícia da sua festa nupcial...

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.036, de 6 de Maio de 1951, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CII

Figura 118 – Artigo intitulado “O Jardim do nosso Rossio, a ideia está lançada”

# O Jardim do nosso Rossio

## A IDEIA ESTÁ LANÇADA

**E entre os homens desta terra a palavra é, por direito de assunto, em primeiro lugar dos médicos**

A ideia de um jardim no Rossio foi lançada por «Brados do Alentejo», de há três números para cá.

Pelo menos assim o julgamos até há poucos dias, mas quando iniciámos o inquérito de que hoje damos conta, fomos progressivamente tomados pela surpresa de verificar que ela tem raízes fundas no coração dos estremozenses. Se poucos a tinham exprimido, muitos a tinham já sonhado, e entre os seus precursores encontramos pessoas com qualidades suficientemente provadas no serviço público.

Quando, quixotescamente, lançamos uma ideia de esta natureza não ignoramos as dificuldades materiais, deixamos-nos embalar pela beleza que ela trazia por se destinar a tornar-nos a vida melhor na nossa terra.

Estivemos até longe de pensar que para ela houvesse uma tão grande e imediata receptividade, e não queremos mesmo nunca pô-la em tom de exigência ao Município. Sabemos das dificuldades, por demais evidentes, mas nunca intransponíveis, que ela teria economicamente para a realizar, e também sabemos que os municípios desta terra não se afirmaram ainda, no geral, em circunstâncias nemhuma, capazes de, a pensar suas, e só com o seu esforço, realizarem qualquer coisa de grande para a sua cidade, qualquer coisa de belo para a herança dos seus filhos. Sabem pedir, quando sabem, e não sabem dar, nem para si próprios.

Mas, desportivamente interrogámos um e outro e outro. Obtivemos respostas sem conto do teor das que publicamos aqui, e nestas incluímos todas as negativas que ouvimos. Das afirmativas, das concordantes, tivemos que limitar o número a inserir no jornal, à medida do espaço, e fizemos a escolha pela craveira da maior autoridade de quem respondia, ou pelo que a pessoa representava como classe.

Só nos faltou interrogar o Presidente da nossa Câmara.

Não terá ele que ver com o assunto? Evidentemente que tem e mais do que ninguém, mas reconhecemos o melindre da sua posição, pois a sua opinião terá que ser condicionada pela dos seus municípios.

Aqui nos tem, pois, sr. Presidente da Câmara, não o pedicê-lo que participe no inquérito, mas a trazer-lhe este anseio da população de Estremoz.

Como se vê, o nosso sonho de um Jardim no Rossio não é campanha de jornal falho de assunto. É anseio de todos, é necessidade que todos reconhecem e viria a ser a nossa mais bela contribuição para o património dos filhos desta terra.

Estremoz é uma cidade divorciada da beleza que as árvores e as flores emprestam a nossa vida. Se quisermos reparar este mal, assim que começemos a obra a nossa terra ganhará. O primeiro benefício a tirar será a ocupação de muitos braços. E depois deste quantos viriam? Para o avaliar basta ler a resposta dos médicos.

A nossa missão acabou. A ideia aqui fica. Se não pudermos vê-la realizada que os nossos filhos ao fazerem o julgamento da nossa geração, levem em conta o entusiasmo sagrado que nela piscamos.

— Uma menina dos Telefones gosta mais do Rossio assim. E' certo que ela ainda não o viu de outro modo, nem sequer com a imaginação, mas... pronto, gosta mais assim.

— A sr.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Isabel Cortes Silva Capela diz-nos que é uma ideia felicíssima: «Além de ser ótimo para as crianças e para todos, beneficiava muito a estética da cidade».

— «Concordo e acho que o Rossio ficaria bem mais bonito», responde-nos a esposa do sr. dr. António de Matos, D. Maria Victória Palmeiro Afonso de Matos.

— E a sr.<sup>a</sup> D. Próspera Namorado Afonso de Matos, esposa do sr. dr. Francisco de Matos, acha a ideia engraçada e feliz, pois Estremoz não tem um bom jardim.

— Sem deixar de achar beleza na ideia dum jardim no Rossio, a sr.<sup>a</sup> D. Elisa Graça Vieira de Silva acha-o muito bonito assim.

— A sr.<sup>a</sup> D. Maria Helena Braz Simões, Subdelegada regional da M. P. F., entusiasma-se: «Seria uma coisa linda e tenho a certeza de que é sonho de toda a gente de Estremoz».

— E uma aluna do Colégio da Infanta D. Maria, Luísete Graças, diz-nos: «Sou forçada a atravessar o Rossio todos os dias. Como quierem então que não concorde com a ideia de o ver transformado em jardim? Atravessem-no em dia de verão e digam-me».

— O sr. Dr. Alvaro Martins é Subdelegado de Saúde, filho de Estremoz, e por uma e outra qualidade estará ligado ao que vier melhorar as condições de vida da cidade: «Outra vantagem que não tivesse um jardim no Rossio tinha a de nos oferecer a garantia de que deixaríamos de existir ali Carrousseis e outras quitandas de feira fazendo concursos de barulho à porta dum hospital. Mas há muitas mais vantagens. Sob o ponto de vista de saúde não pode haver duas opiniões: quanto mais jardins, mais pulmões, portanto mais possibilidades de verificar que esforços se têm desenvolvido para guardar e alargar todos os espaços de cidades e vilas».

Depois podia servir-se assim a cidade e aumentar-lhe a beleza, trazendo um jardim de modo a não quebrar nem limitar o horizonte do Rossio e até poderia servir para lá se realizarem as festas de Setembro».

— O sr. Dr. Carlos Gargaté declara-nos que colabora nessa ideia e que a sua realização viria ao encontro do que melhor pode aspirar um médico e um pai. Apoiar total à encantadora ideia, portanto.

— O sr. Dr. Vieira de Luz — dá galhardamente 100% de concordância à ideia, mas pede para o jardim arruamentos tão largos que permitam a realização das festas. Quanto às feiras «elas realizam-se três vezes por ano, dura cada uma três dias, logo nove totais. E, por estes nove dias que perdemos a possibilidade de viver os restantes em melhores condições e sem as vantagens inegáveis dum jardim naquele local».

— D. sr. Dr. Francisco de Matos ouviu uma bela confissão, bela e temperada humanamente, pelos motivos que lhe deram a oportunidade de visionar um Rossio útil e de acordo com as nossas aspirações de vida mais perfeita:

«Passei a manhã a ver nascer o sol na Orada e com os olhos assim cheios de sol e de beleza — porque neste tempo a Orada é um jardim só podia concordar com a ideia dum jardim, dum jardim que nos dê uma visão de beleza como a que tinha a Orada esta manhã. E olhe que eu fui lá para ver sofrimento, e mesmo assim não pude impedir-me de ser tocado pela beleza daquele pedaço».

— O sr. Dr. Assis e Santos é médico, portanto diz-nos: «O espaço e agradável Rossio tornar-se-ia encantador se fosse arborizado. Os jardins espalham saúde às crianças e adultos, através da sua vegetação, sendo este o princípio dominante que leva os municípios a sacrificarem os seus orçamentos em favor da transformação dos seus largos em jardins».

— Quem percorrer o país será forçado a verificar que esforços se têm desenvolvido para guardar e alargar todos os espaços de cidades e vilas».

— Como médico e como habitante daquela área queixava-se o sr. Dr. Faria Pais do estado actual do Rossio: «Transformem-no em jardim e depressa; a cidade ganha e a minha casa e o meu consultório também. Agora é um trabalho com a poeira. Contudo concordo que seja uma obra dispendiosa e de difícil realização».

— Mais um médico, o sr. Dr. Malaquias Pimentão, que diz: «A ideia não precisa de palavras: impõe-se por si mesma. Mas eu vivi dois anos em Paris que é uma cidade trepidante, absorvente e contudo tem um jardim a cada canto. Habitue-me lá, naquela terra de milhares de ocupações, a desejar que todas as terras recebam o benefício inegável das plantas. Cheguei a esta terra e fiquei terrivelmente impressionado com a extensa aridez daquele Rossio. Transformem-no em jardim e depressa, para que os nossos filhos possam aproveitar dele».

**E agora todos**

O sr. dr. Morgado Florindo, meretíssimo juiz da nossa comarca, diz-nos que sim, que seria interessante um jardim ali «com árvores à volta e arruamentos bastante largos para se poder deambular, aproveitando sombras acolhedoras».

Um aluno do ensino técnico e empregado de livraria, não falando da sua qualidade...

Segue na página 3

---

## JOSÉ LINS DO REGO

— NOSSO IRMÃO BRASILEIRO

José Lins do Rego passou em Lisboa com um grupo de desportistas a caminho da Escandinávia! Apenas passou, mas regressa dentro de um mês a terceira Lusitana, raiz da sua cepa, este homem que no Brasil me falou mais e melhor do que ninguém no velho Portugal.

José Lins do Rego é o mais real valor entre os valores reais da Literatura contemporânea do Brasil. Quando se escrevem os nomes de Graciliano Ramos, Jorge Amado e Eurico Veríssimo, estes vêm naturalmente depois do nome do autor de «Pedra Bonita», de «Menino de Engenho», «Doidinho», «Moleque Ricardo»...

Ora, um dia em Pernambuco, na encantadora cidade de Recife, terra natal de Lins do Rego e minha residência obrigatória por longos meses, amigos brasileiros da tertúlia do Club Lusitano, aproximaram-me do romancista. Não foi esse encontro um encontro banal; a minha impressionabilidade de estrangeiro nas letras tirou do caso uma emoção que se transmutou em persistente admiração, sempre em progresso à medida que o nosso convívio se estreitava.

Conversamos muito e conversamos muito. Eu representava naquelas terras fecundas do nordeste brasileiro um português...

Segue na página 3

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.037, de 13 de Maio de 1951, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CIII

Figura 119 – Artigo intitulado “O Jardim do nosso Rossio, a ideia está lançada”

# O ROSSIO DE ESTREMOZ

(Seguimento da página 1)

dade de artista, *Aníbal Falcato Alves*, dá a sua concordância total e divaga sobre o tipo de jardim que imagina ótimo para ali: «grandes ruas, grandes relvados, meio meio jardim, meio parque.»

— «Mas haverá alguém em Estremoz que não concorde com a realização dum parque a situar no Rossio desta cidade?» São palavras do advogado *dr. Rodrigues Pereira*.

— Entretanto, o tenente *Carvalho Simões* diz-nos: «Jardim não, mas parque. Parque com muitas árvores. É verdade que, como militar, vejo a necessidade da existência dentro da cidade de espaços grandes, mas também como militar sei da necessidade nesta terra de árvores, muitas árvores, que nos ajudem a suportar o clima e que nos deem sombras, muitas sombras, que possamos aproveitar durante os nossos exercícios. Estremoz precisa dum pulmão e parece-me que assim, sem prejuízo das utilidades da terra, se chegaria a outra utilidade.»

— Partidário da ideia do Rossio transformado em jardim é também o sr. *Alfredo Cortes Simões*, e ele falou-nos melhor do que ninguém no que representa de incomodidade e até inconveniência sob vários importantes aspectos para os moradores da aquela área o actual aproveitamento do Rossio. Falaram, pois, pela sua boca, os utilitários dos prédios limítrofes do Rossio.

— O sr. *Almeida e Silva*, chefe da Secretaria Judicial: «Interessante ideia, sim senhor.»

— E ali logo ao lado, o sr. *dr. Carlos Silva*, delegado do Ministério Público, confessou-nos: «Todos os dias ao dirigir-me para o Tribunal devo atravessar o Rossio, contudo uns dias faço-o e noutros fujo de o fazer, uma vez por causa da lama, outras da poeira, desviando o caminho. Se lá houvesse um jardim, com certeza que o atravessava sempre.»

— Eis a opinião do sr. *dr. Mário Ferro*, professor do Colégio Estremocense: «Por motivos que, evidentemente, têm tudo que ver com a estética, e, por motivos que mais têm que ver com a psicologia própria do inquirido (ninguém tem nada com isso, mas estou no direito de querer

que as árvores me sirvam!), ele afirma-se aqui, em pleno acordo com a sugestão de *Brados do Alentejo*.

Existe ainda um outro motivo ligado muito seriamente à «integridade física, (não esquecer o instinto de conservação e afins) que me parece apoiar a ideia: a perspectiva de ter de atravessar o Rossio sob o sol de verão.»

— Um operário da casa Pirra, o sr. *Figueiredo*, diz-nos «obriamente: «Concordo.»

— Agora o vereador e vizinho do Rossio, sr. *José Augusto Tabaginho*: «Concordo com a ideia e lamento que haja impossibilidade de poder realizar-se, dado o elevado custo de tal obra. Esse jardim seria belo com arruamentos largos e árvores de pequeno porte.»

— No Café Alentejano, o nosso amigo *Carreço Simões* confidencia-nos: «Gosto muito do nosso Rossio mas concordo que seria muito mais lindo transformado em jardim. E — sabe? — imagino-o com uma estátua ao meio, uma estátua de qualquer grande da nossa história.»

— E para aproveitar a ida ao Café Alentejano, ouvimos um dos empregados, *António Lenine*: «Oh! o Rossio podia transformar-se com um jardim num pulmão para a cidade respirar. Além disso, as crianças, homens de amanhã, passariam a ter a sua casa-comum, a saber o que é realmente infância vivida com direitos de infância; os que são os homens de hoje lembrar-se-iam, cada vez que lá repousassem, que a sua terra tinha um cantinho aprazível para eles.»

— Portanto, Lenine? «Portanto, benefício para todos.»

— Do advogado, sr. *Neves Cordeiro*, ouvimos que o Rossio deve ser ajardinado, mas não de qualquer modo, antes com gosto e não esquecendo o conjunto estético do local. Um jardim ali, é, na sua opinião, uma ideia admirável, mas um jardim sem árvores frondosas, para não tirar a visibilidade à praça.

— E o sr. *Agostinho Santos*, gerente do Banco Ultramarino, declara: «Concordo absolutamente, mas lembrem-se de que esse

jardim tem que ser sem árvores frondosas; assim no tipo do que se fez em Castelo Branco.»

— Acha bem a ideia do jardim, o sr. *José Palmeiro*, «... e os técnicos que se pronunciem sobre a melhor forma de o fazer.»

— Ainda da Casa Pirra, ouvimos o chefe de escritório, sr. *Serafim Santos*: «Dou inteiro apoio à ideia dum jardim no Rossio e quem me dera que os meus filhos lá pudessem ir brincar!» — e o sr. *Pirra*, a quem a ideia agrada, apesar de achar que é impossível realizá-la, pois um jardim no Rossio custaria muito dinheiro e, enfim, sempre há coisas mais necessárias a fazer.

— O sr. *dr. Sequeira Queiroz* concorda, e lembra as olais e as acácias que já lá existiram e que foram sacrificadas às promessas vãs duma edilidade que nunca mais tratou de as substituir. Das palavras do sr. *dr. Queiroz Martins* parece-nos lícito concluir que houve precursores da ideia, e de resto.

— O sr. *dr. Panoças*, diz-nos no *Águias d'Ouro*: «Não só concordo como aproveito a oportunidade para lhe dizer que já em tempos o sultão das autoridades administrativas, Em minha opinião não há ninguém que deixe de concordar com a ideia. Um jardim no Rossio colocava Estremoz em primeiro lugar entre as cidades ajardinadas.»

«Pois claro que concordo, e lamento ter hoje tanto que fazer que não posso dizer do que aliás é evidente: das vantagens do facto», disse-nos o sr. *dr. Irondino de Aguiar*, director da Escola Industrial.

— O sr. *dr. António de Matos*, vice-presidente da Câmara, é pelo jardim: «Sim, senhor, um jardim, mas um jardim decorativo à altura das exigências que o facto de Estremoz ser uma linda cidade impõe.»

— Desasombradamente olavadores sr. *João Maldonado Cortes* dá-nos a sua opinião: «Concordo e lamento que não se faça porque eu sei que não se faz. Na terra não há iniciativa para isso.»

— O sr. *Fernando Lagarto*, presidente do Grémio da Lavoura, não só louva a ideia como acha que seria necessário e urgente levá-la a efeito. Há muito onde realizar paradas militares e agrícolas sem prejudicar a estética da cidade, como acontece agora, diz-nos ele.

— A opinião do sr. *dr. Ciriaco Costa*, provedor do Hospital, queremos dar um particular relevo: «Acho que está muito bem a ideia. É essa a minha opinião e também a de muitas pessoas de fora. Há tempo um urbanista do Porto disse a meu pai que faria do Rossio uma coisa linda, sem lhe fazer perder as características que tem. E, como provedor do Hospital, deixe-me fazer-lhe notar quanto os doentes beneficiavam.»

— Depõe outro vereador: o sr. *António Santos*, «O Rossio seria muito mais bonito transformado em jardim mas, como ve-

reador, reconheço a impossibilidade económica de o fazer e de o manter. Contudo mais cedo ou mais tarde — já não será no meu tempo — tem que ser essa a solução, mesmo com prejuízo inicial para o comércio».

— O sr. *Luís de Sousa* aplaude a ideia, desejaria vê-la realizada e lembra que no traçado desse jardim teria que haver o cuidado suficiente para que ele viesse embelezar o recinto e não estragá-lo.

## Agora os professores que, por obrigação de ofício, estão virados para o futuro e para o interesse das gerações novas

O professor *Agostinho de Macedo*, o professor *Badalo* e o Delegado Escolar em Estremoz, professor *Matos*, aplaudem incondicionalmente a ideia e apolam-na com a autoridade que lhes dá a sua posição de responsáveis pela formação dos homens de amanhã, as crianças de hoje a quem fariam a dádiva magnífica do jardim.

— O professor *Robalo* embeleza esta opinião invocando com saude as olais e as acácias que uma edilidade arborizada dali arrancou.

## Depois dos professores os que eles formam

Um aluno do 5.º ano do Colégio Estremocense, *Francisco de Matos Cortes*, responde como manda o fundo poético da sua idade: «Quero um jardim no Rossio, porque ele tornava a cidade num símbolo vivo de inspiração dos jovens, que por sua vez se embelezariam com amorosas flores primaveris.»

— Outro aluno do 3.º ano do mesmo Colégio, *Fernando Rebelo*, do Cano, acha que Estremoz é já uma cidade linda. «Com um jardim no Rossio ficaria cem vezes mais bonita.»

— Um aluno do 2.º ano do Colégio Estremocense, *António Rovisco Pais*, da Casa Branca, é de opinião de que um jardim no Rossio embelezava a cidade.

— Outro aluno do mesmo Colégio, que frequenta o 6.º ano, o *Manuel Martins Filas*, de Elvas, diz, cheio de entusiasmo: «Um jardim no Rossio seria uma joia a preencher aquele imenso vazio que destoa de tudo quanto o rodeia.»

— Um miúdo da 2.ª classe do Ensino Primário, o *Prudêncio Paquete*, exclama: «Um jardim no Rossio? Que bela coisa para eu lá brincar e andar de tricycle. E se lá não passam automóveis a minha mãe deixa-me ir para lá toda a tarde, com certeza.»

E nos olhos de todos os rapazes a quem não fiz directamente a pergunta, li o ansioso desejo de dar a mesma resposta. Eles são a geração de amanhã e, como os últimos serão os primeiros, fecham eles este inquérito, frito ao sabor da possibilidade de ligação telefónica cu de encontro ocasional.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.037, de 13 de Maio de 1951, p.3, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CIV

Figura 120 – Artigo intitulado “Pelo Jardim, decididamente, pelo Jardim!...”

# “Pelo Jardim, decididamente, pelo Jardim!...”

### Palavras do Presidente da Câmara

na entrevista concedida a «Brados do Alentejo»

No último número de *Brados do Alentejo*, fez-se um inquérito para que não foi voluntariamente solicitada a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, e dissemos das razões dessa atitude. Agora, sr. Presidente da Câmara Municipal, consideramos suficientemente documentada a nossa pretensão de um jardim no Rossio, e simultaneamente julgamos ter fornecido à melindrosa posição de V. Ex.<sup>a</sup> — que é sempre a de todos os Presidentes de todas as Câmaras — elementos suficientes de ponderação no apreciar do anseio que se apoderou dos munícipes.

Chegou, portanto, o momento de ouvirmos o juízo que V. Ex.<sup>a</sup> faz deste fermento de entusiasmo que tem visto levedar durante semanas através das páginas de *Brados do Alentejo*.

Quer, pois, esclarecer os leitores deste jornal sobre a sua visão do problema?

E o sr. engenheiro Bicker Pimentel pôs-se às nossas ordens, declarando:

— Evidentemente. Tenho lido, tenho ouvido, tenho madurado a questão sobre todos os ângulos, e parece-me que posso esclarecer totalmente os seus leitores, se dividir a minha posição em dois aspectos:

Sou estremocense pelo coração, só não o sou de facto por um acaso, visto toda a minha família aqui ter nascido; estou ligado a esta terra desde a minha infância; interesso-me pois ardentemente pelo seu progresso.

Sou Presidente da Câmara, dirijo há muitos anos os destinos deste Concelho, portanto, interessa-me mais do que a ninguém ligar o meu nome à realização dos melhores anseios dos seus habitantes, enfim, deixar-lhes realizações.

— Julgo ter percebido na totalidade o seu pensamento, sr. eng.<sup>o</sup> Bicker Pimentel. V. Ex.<sup>a</sup> quer falar-nos primeiro do que pensa da questão, — *Jardim no Rossio* —, sob o ponto de vista sentimental, e depois como conhecedor «de jure» das possibilidades do Município, não é verdade?

Com a concordância a estas palavras, o sr. eng.<sup>o</sup> Bicker Pimentel convidava-nos a pôr a questão sob a forma de perguntas a orgadizarmos como entendermos. E, disparámos a primeira pergunta:

— Diga-nos então o que pensa, como estremocense, embora só pelo coração, sobre a transformação do Rossio em Jardim. Permita-me até, com a devida vênica, que empregue o *slogan* que grassa na cidade: «*pelo jardim ou contra o jardim?*»

E clara de entusiasmo a resposta veio logo:

— Pelo jardim, decididamente, pelo jardim!... acrescentando:



Eis o aspecto que as Feiras dão ao Rossio

### III — HISTÓRIAS DE COIMBRA

## Teixeira de Pascoaes

e o sentido nacional das homenagens da Academia Coimbrã

Pediram-me os organizadores da homenagem a Teixeira de Pascoaes uma contribuição para essa homenagem e limitaram essa contribuição à ideia contida no título. Faltei em tempo mas não em facto, porque aqui está a minha contribuição de que faço também um eco doutras homenagens maio-

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.038, de 20 de Maio de 1951, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CV

Figura 121 – Artigo intitulado “Pelo Jardim, decididamente, pelo Jardim!...”

# A entrevista com o Presidente da Câmara

(Seguimento da página 1)

Tenho acompanhado as modificações daquele recinto, conheci-o sem nenhuma beleza, lembro-me depois das primeiras tentativas para o aformosear à custa de umas olaias e de umas acácias. Sei quanto foi necessário lutar para o limpar do mercado dos porcos e relativamente recente, pois já da minha Câmara, é a feição em que se encontra agora.

Estou pois com o espírito preparado para ver o Rossio sempre a modificar-se para melhor, e estou longe de acreditar que a sua feição actual sirva idealmente a estética da cidade. Depois pesa-me que tenhamos sido obrigados até aqui a consentir, exactamente, no meio da cidade, o panorama caótico e medieval das feiras. Lamento ainda que seja ali, à porta dum hospital, que essas feiras se façam, e mais ainda, que com elas se consinta em quebrar, embora por breves dias no ano, a dignidade daquela praça nobre, o nosso mais importante centro cívico, aquele que temos por força que atravessar para nos dirigirmos à Câmara e aos principais edifícios.

— Muito obrigado, sr. Presidente da Câmara. Até aqui V. Ex.<sup>a</sup> falou como um bom e esclarecido estremocense. Fale-me agora do empreendimento como pessoa que preside aos destinos deste Concelho.

— Desejaria bem, respondem-nos o sr. eng.<sup>o</sup> Bicker Pimentel, dar-lhe nesta qualidade uma resposta pelo tom da primeira. Não se trata, porém, agora, duma opinião pessoal, e sim dum

o fosse, talvez Estremoz precisasse dele para outras Obras mais urgentes.

E com as palavras seguintes, o sr. Presidente da Câmara deu por findos os esclarecimentos que quis dar-nos:



Beduínos acampados? Não, uma barraca no Rossio

parecer de pessoa que, por imposições do cargo, conhece a calma em que teria que girar esse empreendimento.

Para não alongar a questão, posso até esquematizar-lhe o quadro de circunstâncias que implicaria uma realização dessa natureza:

- 1.º— A Câmara não tem rendimento para fazer face a grandes despesas;
- 2.º— Se de todo em todo quisesse fazê-las, teria que pedir um subsídio;
- 3.º— Esse subsídio poderia ser concedido ou não, mas dado que

— «Parece-me, pois, que, por agora, não podemos pensar num Jardim no Rossio. Essa obra custaria muito dinheiro, e só os seus trabalhos preliminares seriam dispendiosíssimos.»

Deixei o entrevistado pesaroso por ter sido obrigado a pronunciar estas palavras impeditivas da realização do que é agora o sonho momentoso dos seus munícipes, mas não pude impedir-me de, embora grato pela compreensão que as suas palavras revelavam, adivinhar para elas objecções apreciáveis.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.038, de 20 de Maio de 1951, p.3, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CVI

Figura 122 – Artigo intitulado “O Nosso Rossio”

**Divagações**

de um Estremocense

**O NOSSO ROSSIO:**

Conheço o nosso Rossio há bastantes anos e muito bem me recordo de sempre ter visto bastantes árvores nos passeios laterais.

Em princípio, conheci amoreiras, maçanqueiras, altarrobeiras bravas e frondosos platanus e mosqueiros de velhos e grossos troncos.

Quando chegou a «*escolas semeadas*», após 1910, foram aquelas árvores substituídas por árvores de fruto, o que parece ter reduzido os viveiros de moscas e mosquitos que se desenvolvem nos mosqueiros e que pôz á prova os sentimentos de respeito pelo alheio de todos os Estremocenses.

—Deu-se, nessa altura, um caso que é digno de registo.

Uma alta individualidade que veio a Estremoz, colheu duas ou três cerejas que, com muita satisfação foi mostrar a um seu grande amigo.

Esse seu grande Amigo fez-lhe ver que se expôz a ser incomodado e essa alta individualidade, compreendendo o amor e respeito do povo pelo fruto dessas árvores, mandou pagar ao Asilo de Estremoz as duas ou três cerejas pelo preço de *cincoenta escudos!!!*

Passados anos, apareceram outras opiniões que entenderam dever substituir as árvores de fruto pelas actuais, e substituíram.

Como se vê, nunca deixaram de existir árvores nos passeios do nosso Rossio, e se comparamos as actuais com as primitivas, parece termos melhorado por terem desaparecido os mosqueiros dentro da cidade.

Fôra da cidade é verdade que deitaram a baixo os muitos eucaliptos que existiam junto das estradas, dizendo-se então, que prejudicavam a produção agrícola no terreno próximo e que as raízes e gotear de agua no inverno danificavam as estradas.

Apenas os mosqueiros da estrada de Santo António ficaram em pé e a produzir moscas.

Para compensar a falta dos eucaliptos, temos hoje a nossa aprasiavel Mata, constituída por muitas espécies de árvores que purificam o ar. Veem-se ali pinheiros, eucaliptos, amoreiras, esteva e até laranjeiras que florescem admiravelmente quase de todo cobertas por outras árvores que as não deixam ver o sol!

Só não respira o ar purificado por aquelas árvores, quem não quer, o mesmo sucedendo com o jardim do largo General Graça.

Assim, termino as minhas divagações desejando poder ver algum dia o solo do nosso Rossio calcetado ou com beton, para que o possamos atravessar durante o inverno e para que com mais orgulho as Senhoras desta terra possam dizer que é *lindo como o Rossio*, onde não deixaremos de ver, sempre

SECÇÃO POETICA

**O SEU Q**

Seu quarto com varas  
Marchetado de rósea  
Exala o fino aroma e  
Da candida cecém e

Gemem trenos de ar  
Da mais bela e gratia  
E, com beijos de luz  
Dourando e abençoando

Descanta o rouxinol  
Em arrulhos de amor  
Enchem-se mutuamente

O meu amor, então,  
Colhe e põe um formoso  
Entre os dois hemisférios

que seja possível, as nossas festas setembrinas—as pretensas *Festas da cidade*.

—  
**Ambiente de Espiritualidade**

«Não sei que tenhamos em Portugal ambiente de maior espiritualidade, onde a nossa alma mais penetrada se sinta de elevados sentimentos: Deus, a Pátria, a Família, o dever, o sacrifício, o desinteresse, a paz dos mortos têm representações ou projecções sensíveis, tocantes, sem que ao mesmo tempo deixe de respirar-se aqui o ar alvorçado das vitórias».

SALAZAR

**Farmácia de serviço**  
— HOJE —  
Fernando Gრიó

**ANIVERSARIOS**

Hoje, a sr.<sup>a</sup>  
D. Maria do Rosário Fiel Martins  
O sr.  
José João da Mata

Amanhã, a sr.<sup>a</sup>  
D. Julia da Conceição Rosmaninho  
Mota

D. Joaquina de Jesus Pombeiro  
Na terça-feira, a sr.<sup>a</sup>  
D. Ana Maria Mota d'Oliveira Casqueiro

D. Natalia Reynolds  
No sabado, a sr.<sup>a</sup>  
D. Clarice Laura Guerra  
O sr.  
António Luís de Sousa Pereira  
Loução  
O menino:  
Joaquim Manuel Parreira de Matos

**Pedido de casamento**

Foi pedida em casamento, no dia 3 do corrente, a menina Maria Leonor A. Rosete, filha da sr.<sup>a</sup> D. Luiza Alegria Rosete e do sr. Alberto Rosete, (já falecido), para o sr. Luís Felipe Raimundo, filho da sr.<sup>a</sup> D. Teresa de Jesus M. Raimundo e do sr. Joaquim Miguel Raimundo, (já falecido.)

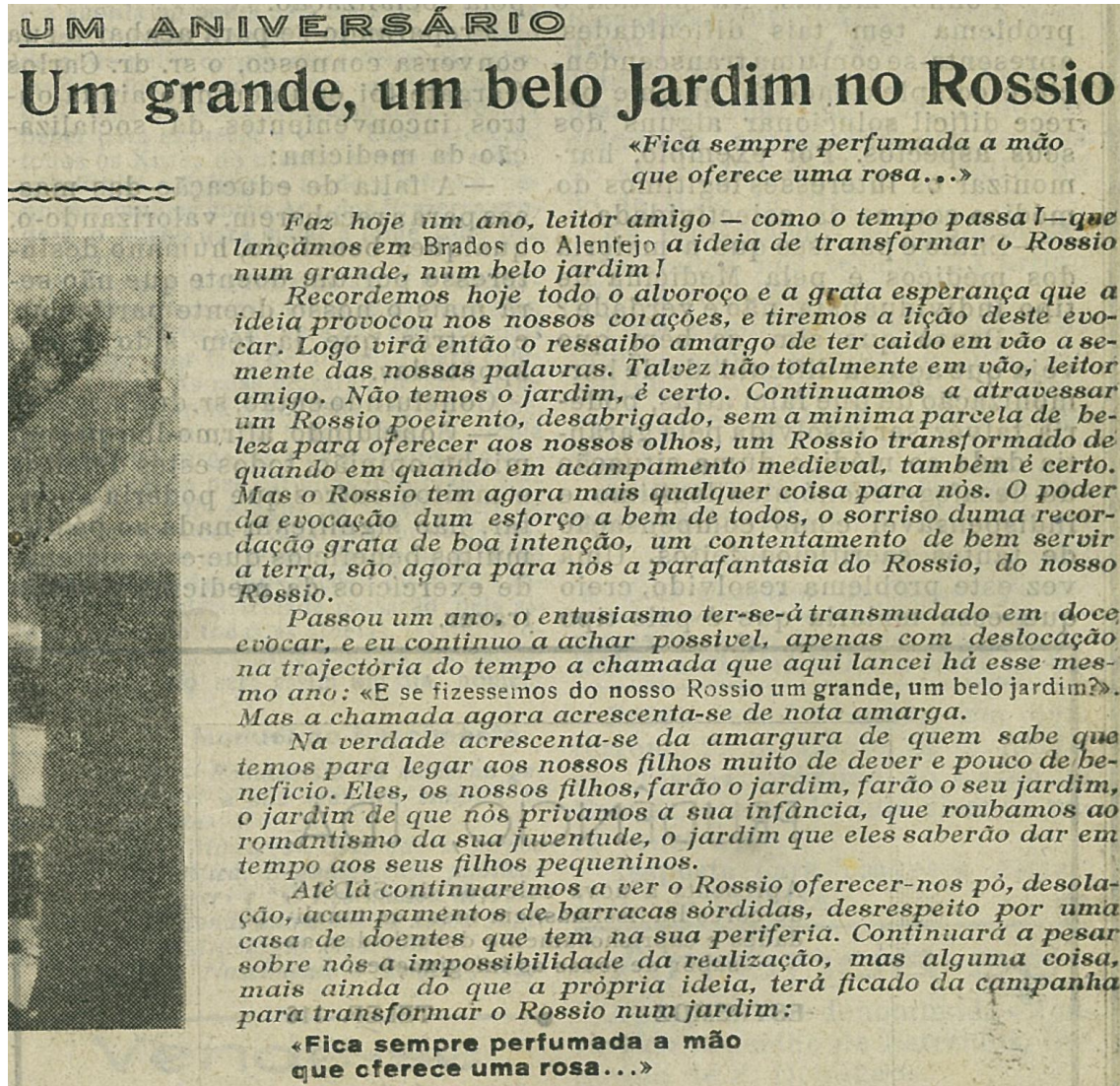
—  
**Este numero foi visado pela Censura de Evora.**

Fonte: Jornal O Eco de Estremoz n.º 2.535, de 10 de Junho de 1951, p.2, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CVII

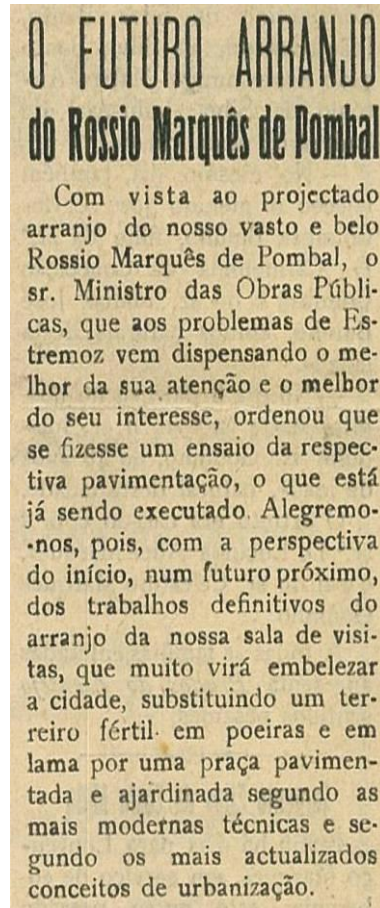
Figura 123 – Artigo intitulado “Um grande, um belo Jardim no Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.088, de 4 de Maio de 1952, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CVIII

**Figura 124 – Artigo intitulado “O Futuro Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”**

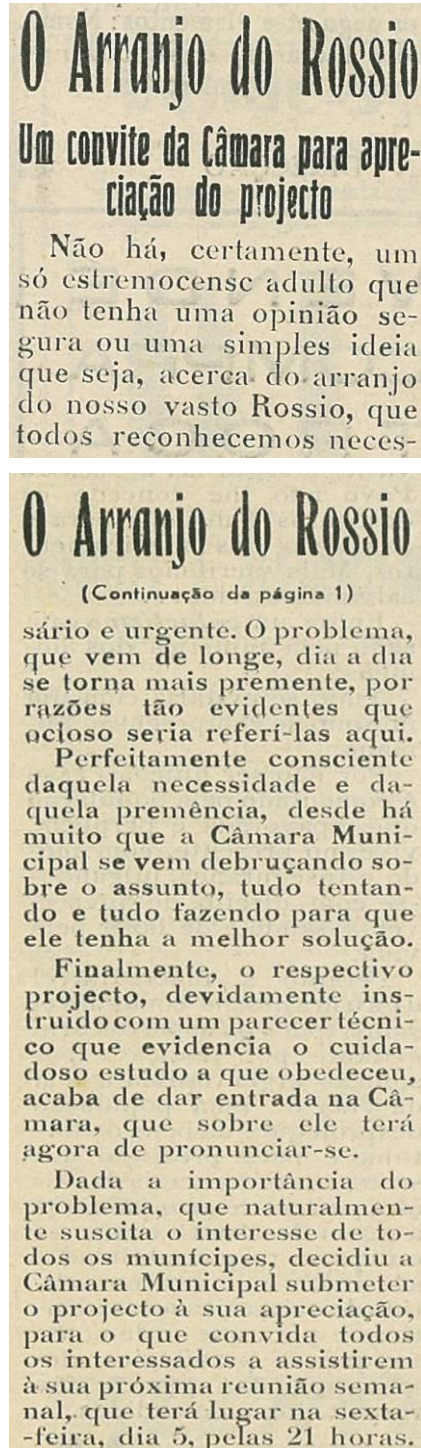


Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 1.698, de 12 de Janeiro de 1964, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CIX

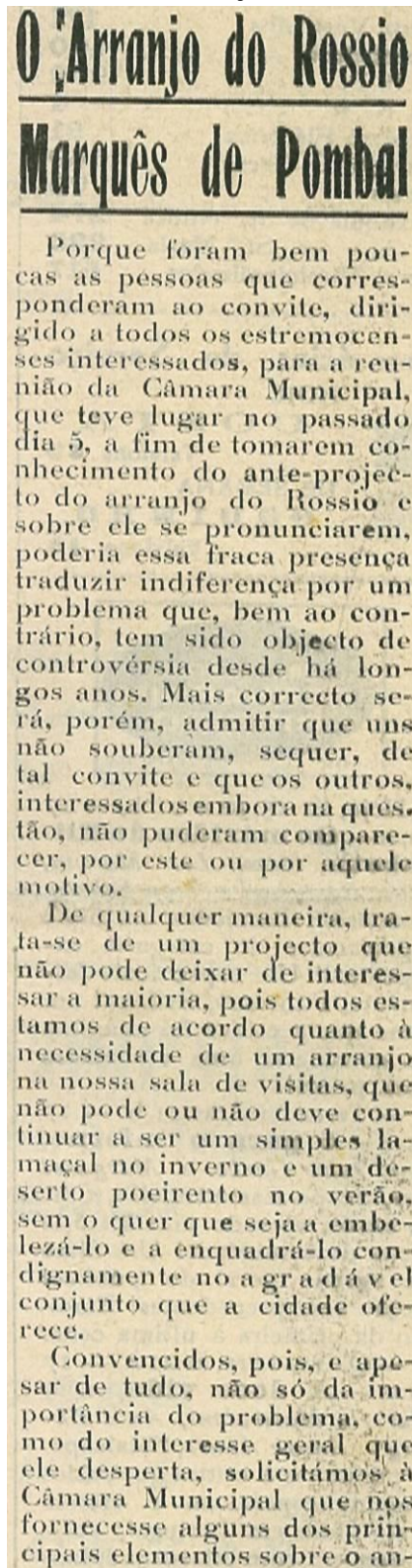
Figura 125 – Artigo intitulado “O Arranjo do Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 2.066, de 31 de Janeiro de 1971, p.1 e 3, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CX

Figura 126 – Artigo intitulado “O Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”

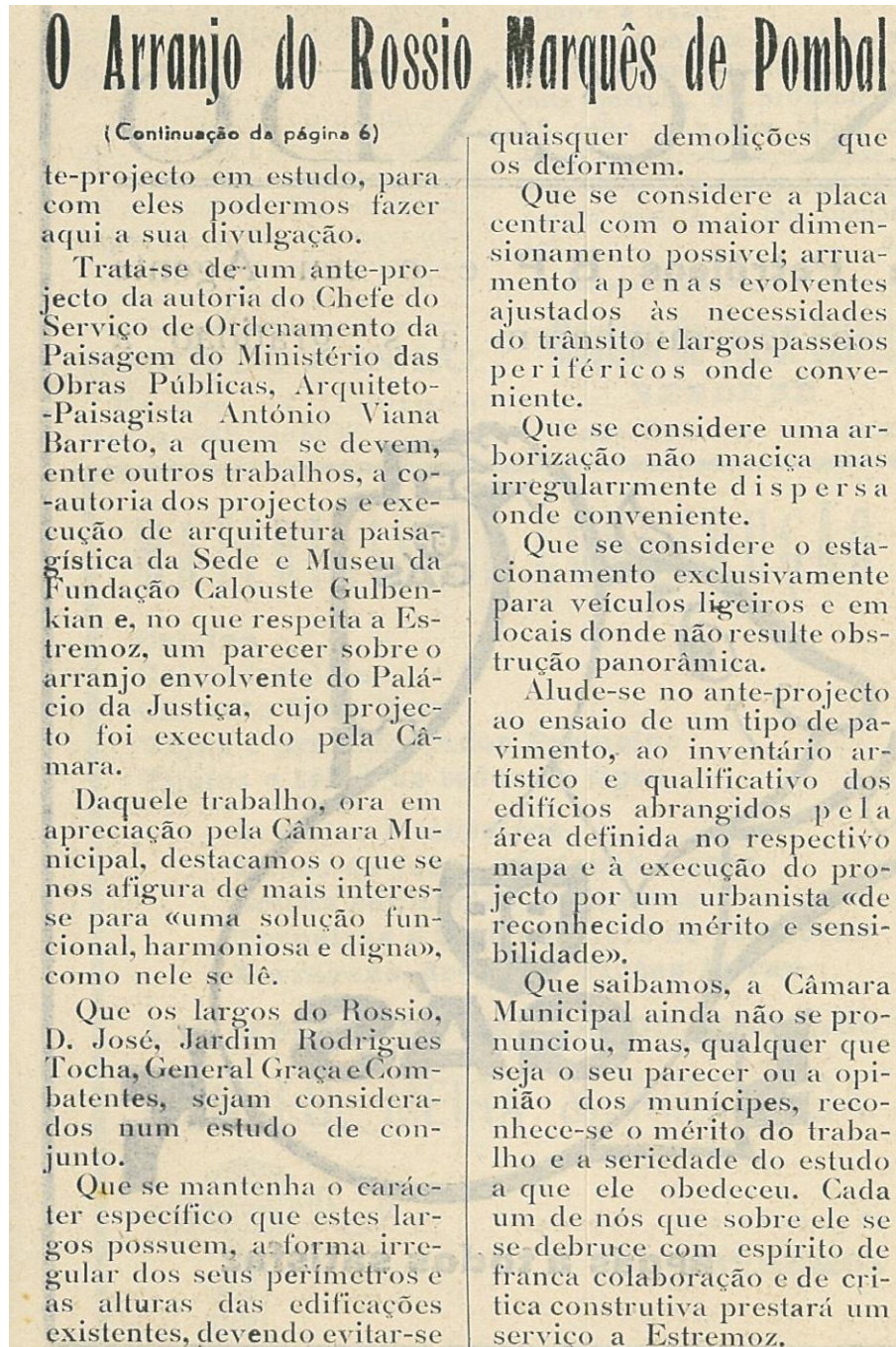


Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 2.068, de 14 de Fevereiro de 1971, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXI

Figura 127 – Artigo intitulado “O Arranjo do Rossio Marquês de Pombal”

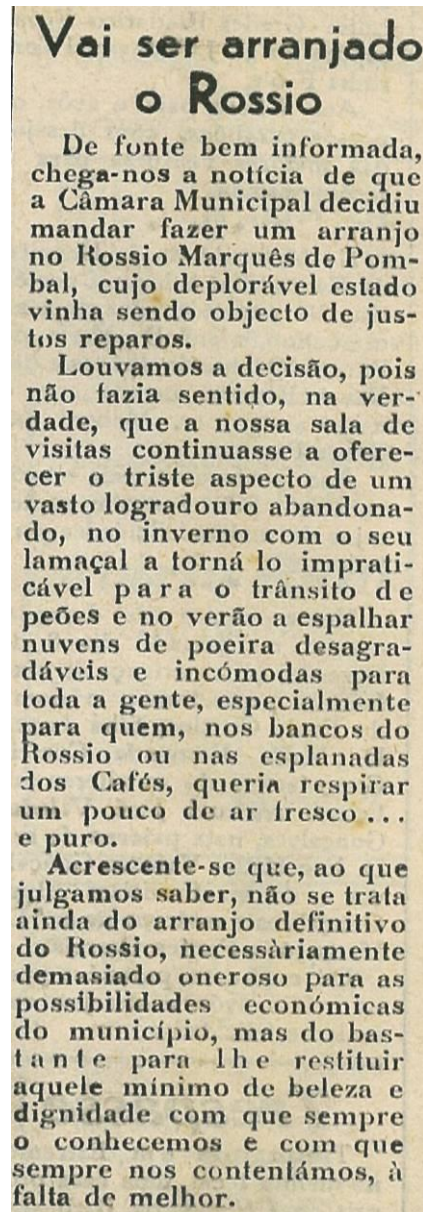


Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 2.068, de 14 de Fevereiro de 1971, p.5, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXII

Figura 128 – Artigo intitulado “Vai ser arranjado o Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 2.167, de 7 de Janeiro de 1973, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXIII

Figura 129 – Artigo intitulado “Estremoz, o Rossio e o futuro”

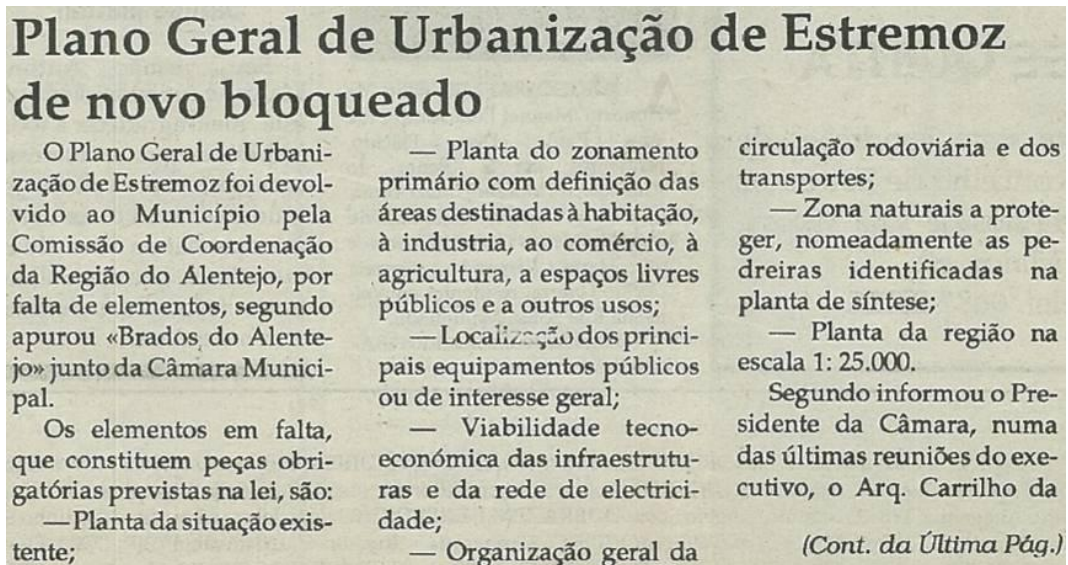


Fonte: Jornal Brados do Alentejo, de 31 de Janeiro de 1981, p.12, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXIV

Figura 130 – Artigo intitulado “Plano Geral de Urbanização de Estremoz de novo bloqueado”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 269, de 7 de Dezembro de 1990, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXV

Figura 131 – Artigo intitulado “Plano Geral de Urbanização de Estremoz de novo bloqueado”

# PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO

*continuado da pág. 1*

Gracia recusa-se a completar o Plano, alegando que o contrato firmado com o Município, no mandato anterior, não obriga a elaborar essas plantas. Aquele técnico urbanista não parece sequer estar interessado em celebrar novo contrato com a Câmara, para dar resposta às exigências da CCRA.

O assunto foi analisado na última reunião da Câmara, tendo ficado decidido avançar rapidamente para o concurso de pré-qualificação para o Plano Director Municipal. Esse concurso obrigará o concorrente que for escolhido a elaborar não só o PDM, mas também a concluir o PGU. Foi uma solução de recurso, com o objectivo de evitar que o Plano entrasse numa situação de impasse.

Recorde-se que Estremoz não tem Plano de Urbanização aprovado, desde meados dos anos 70. No fim dessa década, uma das primeiras Câmaras democraticamente eleitas, após o 25 de Abril, ordenou a elaboração do PGU a um gabinete de arquitectura do Porto, coordenado pelo Arq. Coelho da Rocha. Esse Plano viria a ser rejeitado pela Assembleia Municipal, por se mostrar desajustado dos interesses da cidade e das necessidades do seu crescimento.

Mais tarde, em 1984, a Câmara abriu concurso público, a nível nacional, para o mesmo efeito, tendo sido seleccionada a Coplano (uma empresa com atelier em Lisboa), entre cerca de 50 candidatos. O programa preliminar e o ante-plano foram aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

Mas, com as eleições autárquicas de 85 e a mudança de autarcas e de forças partidárias à frente do Município, quando se chegou à fase de apreciação do Plano propriamente dito, este viria a ser recusado, por razões perfeitamente acessórias e de cariz político, que nada tinham a ver com a essência daquele instrumento urbanístico.

O Presidente da Câmara da altura - João Carrapiço - resolveu, então, contratar um urbanista da sua confiança - o Arq. Carrilho da Graça - para rever e completar o trabalho elaborado pela Coplano. Esse trabalho acabou por ser apresentado já quase no fim do seu mandato, com bastantes meses de atraso em relação às datas inicialmente previstas. Apesar destas dificuldades, a Assembleia Municipal fez aprovar o Plano de urbanização que foi remetido à CCRA, algum tempo depois.

O que a seguir se passou já é do conhecimento dos leitores. Estremoz continua sem

PGU e, pelos vistos, não o terá tão cedo. E há quem se preocupe com isto?

# TRÂNSITO E LIMPEZA VÊM AÍ ALTERAÇÕES

*continuado da pág. 1*

nosso jornal teve com o vereador José Costa uma breve troca de impressões.

«BA»: A Comissão Municipal de trânsito já reuniu duas vezes no presente mandato. Quais as decisões mais importantes que foram tomadas relativamente ao trânsito e estacionamento na cidade?

«JC»: O que posso dizer é que a questão da sinalização horizontal vai ser muito em breve uma realidade. Estamos apenas à espera que venha a tinta para fazermos no pavimento todas as marcações, quer passadeiras para peões quer outras para melhorar a disciplina da circulação e do estacionamento.

Por outro lado, visto que as posturas datam de há muito tempo e têm sofrido alterações várias que andam dispersas, ficou decidido coligir todas as alterações que se foram fazendo e, depois, fazer-se uma sistematização de tudo o que houver com vista à elaboração de novo Código de Posturas, já com as alterações que forem necessárias, não só para o trânsito na cidade, mas noutras áreas do concelho.

Entretanto estamos receptivos a todas as sugestões que os munícipes nos quiserem fazer sobre a matéria. Todas são bem-vindas.

«BA»: Para quando prevê as alterações?

«JC»: As alterações de fundo só a médio prazo. Entretanto, tudo quanto não

implicar alterações às posturas ou que já tenha sido aprovado anteriormente, como as passadeiras para peões e outra sinalização, vai ser feito logo que tenhamos os meios. Depois de dizer que a JAE já nos prometeu uma parte da tinta.

«BA»: Quanto à Estrada Nacional 18 - Estrada do Caldeiro - junto às piscinas e às Portas de Santa Catarina?

«JC»: Essa estrada ainda pertence à JAE e, portanto, não é da responsabilidade da Câmara. Estamos a arranjar a zona junto das piscinas que é da nossa responsabilidade e quando a estrada nos for entregue trataremos do resto.

«BA»: Uma outra questão: Como comenta a conferência de imprensa dada há dias pelo PSD local, sobre a actualização do actual executivo?

«JC»: Sobre essa matéria não está posta de parte uma resposta colectiva.

Pessoalmente digo já que há uma mentira quando se afirma que as obras têm sido feitas em cima do joelho, quando eu digo precisamente o contrário. Quero dizer, que esta Câmara quando tomou posse não encontrou projectos nenhuns, não recebeu projectos nenhuns e apesar disso todas as coisas que têm sido feitas é com base em projectos elaborados já na vigência deste executivo. É o caso do campo de futebol e de outras coisas, que têm tido projectos e é sobre projectos que se tem estado a trabalhar e não em cima dos joelhos, como foi o caso das piscinas no anterior mandato.

«BA»: Tem algum comentário a fazer à entrada de um assessor para o Presidente da Câmara?

«JC»: Não! Não faço comentários, até porque isso é uma coisa que é do foro do presidente e, portanto, não tenho que me pronunciar sobre isso.

«BA»: Para além das obras, o Snr. tem também o Pelouro da Higiene e Limpeza. Como vai a limpeza nesta cidade?

«JC»: Tem havido dificuldades. Tem havido dificuldades no sector da limpeza

porque o pessoal não é tanto como seria para desejar. Há a questão dos contentores que são bastante caros e as verbas disponíveis são insuficientes para comprar todos os contentores que fazem falta.

Por outro lado estou a estudar a hipótese de fazer turnos na recolha dos contentores uma vez que uma camioneta não consegue fazer a recolha diária total dos contentores existentes. Já mandei fazer um estudo sobre o pessoal que será necessário para manter os dois turnos para que a recolha do lixo se possa fazer com mais eficiência.

Gostaria, ainda, de solicitar à população que fosse mais colaborante, não deixando para os contentores coisas que para lá não devem ir como lixo da limpeza dos quintais, ramos e outras coisas, restos a arder, que entulham ou estragam os contentores. Que não deixem as tampas abertas como muitas vezes fazem e, por outro lado, devam fazer como se faz em muitas terras, que é deitar os lixo em sacos e depois depositá-los nos contentores.

«BA»: Existe algum regulamento municipal de higiene e limpeza?

«JC»: Estamos a reunir elementos para a elaboração de um regulamento para esse efeito. Por outro lado estamos a pensar em fazer num dos bairros um ensaio piloto para outro género de recolha.

«BA»: Quanto às obras em geral, para além do campo de futebol?

«JC»: Para além do campo de futebol que às vezes não tem corrido com a celeridade que nós desejávamos. Primeiro, porque logo ao princípio, como se sabe, surge a dificuldade de não haver projecto, o projecto é feito pelo GAT e nós tivemos que ir fazendo as obras à medida que as partes nos eram entregues. Depois houve alguns atrasos derivados da natureza do terreno, pois que houve que fazer escavação em rocha em cerca de metade. Por outro lado, na outra metade,

# Gasolina Baixou

Estão de parabéns os suíços e os espanhóis que, no curto espaço de duas semanas, viram baixar o preço dos combustíveis para os níveis de preços existentes 15 dias após a crise do golfo. É a segunda vez em pouco tempo que os preços baixam naqueles países. Anteriormente, a Alemanha e a Itália tinham adoptado uma decisão semelhante.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 269, de 7 de Dezembro de 1990, p.8, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXVI

Figura 132 – Artigo intitulado “Estremoz, o Rossio e o futuro”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 348, de 11 de Março de 1994, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXVII

Figura 133 – Artigo intitulado “A propósito do Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 357, de 15 de Julho de 1994, p.5, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXVIII

Figura 134 – Artigo intitulado “Estremoz discute há meio século o arranjo do rossio”

# Estremoz discute há meio século o arranjo do rossio

Há cerca de meio século que, em Estremoz, se discute o arranjo paisagístico do Rossio Marquês de Pombal, uma das praças mais amplas de Portugal e a principal da cidade.



Já foram efectuados alguns projectos para a praça, com cerca de oitocentos metros de perímetro, e que é o espaço convergente de uma unidade urbanística criada no século XVIII.

As promessas para a execução da obra têm sido constantes por parte dos diversos executivos municipais, mas o Rossio de Estremoz continua à espera do tal arranjo paisagístico e as grandes polémicas na imprensa e nos órgãos autárquicos locais não foram suficientes para iniciar a obra.

De Inverno, a praça con-

tinua a ter o habitual lamaçal quando chove, cheia de poças. No Verão é um autêntico “deserto”. Em dias de ventania, a poeira

da incomoda não só os transeuntes como os comerciantes e os frequentadores das esplanadas.

Os estremocenses con-

tinuam a interrogar-se por quanto tempo mais serão forçados a enlamear-se no Inverno e a atravessar o

**Pág.8**

## PORTA DA RAVESSA



Alentejo Wine  
PORTUGAL

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 369, de 27 de Janeiro de 1995, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXIX

Figura 135 – Artigo intitulado “Estremoz discute há meio século o arranjo do rossio”

# Estremoz discute há meio século o arranjo do rossio

“deserto”, no Verão.

Tal acontece desde que existe o Rossio e há octogénios que sempre o viram praticamente como está hoje, embora, ao longo dos anos, a praça tenha servido para diversos fins, nomeadamente festas, feiras, desfiles de futebol e estacionamento para automóveis.

A grande maioria das pessoas contactadas pela Agência Lusa reconhece que é “complicado” para qualquer executivo municipal “mexer” no Rossio de Estremoz, situado no coração da cidade e que mexe, praticamente, com toda a população, mas todos concluem ser necessário deixar mãos à obra.

**Em tempo de eleições há sempre soluções...**

Recentemente, o executivo do município local voltou a fazer o que vai sendo habitual desde há anos: mandar deitar, de vez em quando, uma camada de saibro sobre o piso e com um cilindro procurar aplanar o pavimento.

Também habitualmente, a obra consta dos planos de actividade da Câmara e, quando surgem eleições autárquicas, as forças políticas concorrentes aparecem a apontar soluções para o Rossio e quase sempre a prometer a obra ao eleitorado.

No plano de actividades do município para 1995 consta, novamente, o início do arranjo paisagístico do Rossio Marquês de Pombal, ao que foi atribuído uma verba de 10 mil contos.

O presidente da Câmara, Luís Mourinha, disse à Lusa que “a intervenção que se pretende levar a efeito no Rossio vai passar por várias fases, quer ao nível da auscultação e discussão, quer ao nível da execução da obra”.

Precisou que, na primeira fase, o município vai saber qual a opinião dos estremocenses sobre o piso a aplicar e outras alterações.

Para o autarca eleito pela CDU, que tem maioria no executivo municipal, a importância de se saber o que a população pensa do Rossio “é fundamental para que se possam transmitir esses sentimentos na execução do projecto global daquele espaço e áreas envolventes”, que o município pretende realizar este ano. “O arranjo do piso da placa central e a arborização são as áreas de intervenção prioritárias”, precisou.

**Divergência de opiniões**

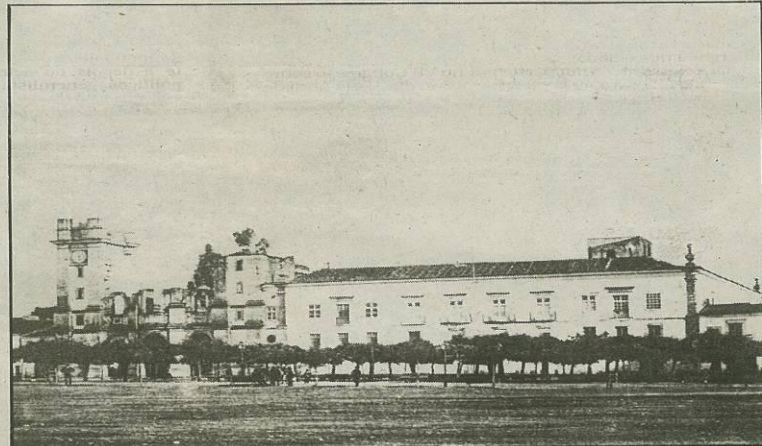
O vereador Miguel Raimundo, eleito pelo PSD, considera fundamental a substituição do actual piso da placa central, “em miserável estado de conservação”, por outro em calçada portuguesa. Defende que, ao centro da praça, deveria “construir-se uma fonte com repuxos, iluminada por projectores, tudo com a dignidade e dimensão que o local exige e merece”.

Para o arquitecto João Paulo Ferrão, o Rossio “como espaço é notável, quer pela sua dimensão,

quer pelo equilíbrio do conjunto edificado que o rodeia, mas é nesta grande dimensão que residem os principais problemas que

posteriormente, deveria pensar-se “em trazer para o Rossio uma vivência adequada à qualidade daquele espaço, mas antes, teria

cado tradicional de sábado, deve-se reapreciar as condições dos espaços de venda nas placas do Rossio”.



impedem o seu tratamento adequado”. Descreve-o como “um espaço predeterminado a uma utilização digna a que deveria corresponder um tratamento urbanístico de qualidade” mas que hoje “é obrigado, em grande parte do ano, a cumprir o papel de parque de estacionamento”.

O vereador Miguel Raimundo defende o contrário. Para ele, o espaço deve continuar a servir para estacionamento automóvel, devem manter-se as alamedas laterais e substituírem-se muitas árvores.

Um estremocense prevê que a obra mexa “com os hábitos de alguns que só não metem os automóveis no interior dos cafés por não terem espaço e tal não ser permitido”.

Para João Paulo Ferrão, é necessário libertar o Rossio de todas as intervenções “pindéricas e pelintras” que “o ultrajam como espaço” e substituí-lo “por um espaço monstrosamente servido de café esplanada”, considerando ainda ser necessário “substituir todas as construções de formas variadas que servem de suporte a pequenos comércios”.

Há cerca de oito anos, o executivo municipal da altura começou por intervir com a construção de um bar/quilose, com instalações sanitárias nas traseiras, considerado um verdadeiro “mamarracho” e que o povo passou a denominar pejorativamente.

O executivo municipal que mandou construir esse edifício não deu continuidade a um projecto do arquitecto Nuno Portas, que foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal de Estremoz, tendo havido na altura, uma auscultação a população, principalmente aos comerciantes e moradores no Rossio.

**Projectos ambiciosos e onerosos**

Na opinião do arquitecto João Paulo Ferrão, em primeiro lugar deveria tratar-se de “toda a periferia”,

de se pensar no trânsito e isso só o faria com o apoio de especialistas credenciados.

“Pensar no centro do Rossio implica repavimentações mas, atenção, que não se pode cair na tentação de criar grandes superfícies impermeáveis que agravariam os problemas de drenagem nas zonas mais baixas, ao mesmo tempo que poderiam transformar aquele espaço numa “bomba de calor”. Assim dever-se-ia tentar desde já “criar condições para que se pudesse baixar a temperatura naquela zona”.

O engenheiro de construção civil, Jorge Anjinho, recorda que “o Rossio Marquês de Pombal já foi alvo de variados projectos, a maior parte deles demasiado ambiciosos, onerosos e que alteravam por completo a sua função de polivalência e grandeza”. Defende que “este espaço deveria ser “convenientemente arborizado, mantendo a sua polivalência, drenadas as águas pluviais, o estacionamento ordenado e as faixas envolventes, em saibro, calcetadas”.

Dentro desta perspectiva “seria uma obra relativamente barata e um bom arranjo não será porventura o mais caro”, concluiu.

Para o vereador socialista José Alberto Fatelxa, a praça “é a sala de visitas por excelência de Estremoz e, pela sua tradição, é um local de trocas, ponto de encontro, de contacto e de convívio, sendo crescente, nos últimos anos, o seu peso no parqueamento automóvel no centro da cidade”.

José Alberto Fatelxa defende que na placa central “é imprescindível resolver a questão do piso, conciliando a valia histórico-patrimonial do local com a circulação e a disciplina do parqueamento”.

Para ele, na “envolvente da zona central importa reforestar e dar crescentes condições de sociabilidade e, mantendo o mer-

**Consulta à Universidade de Évora**

O autarca Miguel Louro, membro da Assembleia Municipal, único eleito pelo CDS/PP para os órgãos autárquicos do concelho, “o Rossio é, talvez, o espaço mais importante da cidade, o que exige que o arranjo passe pela execução de um projecto de qualidade, largamente debatido pelos órgãos camarários e, posteriormente apresentado a discussão pública, um quase Plano Director só para o Rossio”.

Sugere uma consulta à Universidade de Évora, através do seu Departamento de Arquitectura Paisagística, e que seja esse estabelecimento de ensino superior a desenvolver o projecto. Defende que para a sua concretização se deveria “abrir concurso público e convidar os melhores gabinetes de arquitectura”.

Rejeita a hipótese de se “pensar que tudo é fácil, barato e possível de fazer com a prata da casa”, nomeadamente encher o Rossio de “arranjos” pontuais como “alguns que já lá moram há demasiado tempo”.

“Deveria, por enquanto, melhorar-se apenas o piso do quadrilátero central e avançar-se com hipóteses do género das duas primeiras que referi”, acrescentou.

Para o director do Museu Municipal de Estremoz, Joaquim Vermelho, que há muito se dedica à defesa do património da sua terra, deve-se “encontrar uma solução para o arranjo do Rossio que tenha em conta o património construído existente, que não comprometa o seu espaço e os restantes que aglutina”.

Joaquim Vermelho defende a transformação do Rossio numa “grande sala onde apeteça estar, conviver, gozar, não com vergonha, mas com orgulho e validade”.

**Teodósio Caeiro**

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 369, de 27 de Janeiro de 1995, p.8, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXX

Figura 136 – Artigo intitulado “Estremoz e o seu umbigo”

### Estremoz e o seu umbigo

Ciclicamente chegam as propostas e os projectos, as ideias e a discussão. Normalmente não diferem das antecedentes, mais repuxo menos repuxo, mais candeeiro menos candeeiro, mais calçada menos calçada, mais betuminoso menos betuminoso, mais árvore menos árvore, mais banco menos banco, mais automóvel menos automóvel, etc., etc., etc., enfim, Estremoz volta a movimentar-se à volta do seu umbigo, isto é, do Rossio.

O Rossio é parte integrante de um sistema urbano no qual tem um

complementaridade e equilíbrio com a envolvente próxima, a sua vocação, o seu estatuto e a sua importância para a identidade de Estremoz.

A outro nível importa serenamente - contemporizar, isto é, alterar, renovar e investir, na estrutura verde, nos transportes públicos, no mobiliário urbano, nos equipamentos públicos e sobretudo nas infraestruturas.

Quando se reforma uma sala de estar substituem-se os pavimentos, ou os pisos, porque gastos; se houver disponibilidade trocam-se os candeeiros e

relação com a luz natural; a conformidade às novas exigências da família, dos gostos ou dos usos.

No entanto, e resistindo sempre aos bibelots, pode e deve manter-se o essencial, isto é, o valor de ser um lugar único, genuíno, imprescindível e dominador do conjunto: vale essencialmente pela sua extraordinária capacidade evocativa, pelo significado da sua memória, da permanência (das fotografias antigas que temos nas paredes, ou nas fachadas dos edifícios que temos ao redor), da sua disponibilidade para o acontecimento e



pel relevante do ponto de vista simbólico e funcional - pensar o Rossio - implica assim entendê-lo num sentido mais vasto, no sentido global da cidade. Interessa antes de mais compreender e reconhecer aquilo que está certo: a sua relação de

eventualmente os sofás, ou os bancos, se já não tiverem conserto: se houver talento ou alguma boa ideia pode-se ousar mudar, o lugar dos livros, ou do quiosque, a zona das refeições, da televisão, das flores, ou das esplanadas; a

acolhimento público, da sua responsabilidade de ser público e identidade, ou seja do lugar por excelência onde gostamos de estar, de receber as visitas e os amigos.

### O (des)norte da Cidade

No início do séc.XX a construção da via férrea atraiu para Norte a instalação de armazéns e indústrias. Em meados de século a materialização da Avenida da Estação e a demolição do troço da muralha (das portas de Santa Catarina às Portas de Santo António) abriu uma nova frente urbana na Cidade.

A nova face Norte-Nascente de Estremoz rebenta a cintura muralhada e abre-se assim ao "progresso".

Progressivamente a cidade assume uma dicotomia clara: uma face Sul-Poente - visível, luminosa e monumental, mono funcional e estabilizada (graças à Zona Especial de Protecção<sup>(1)</sup> e ao bom senso dos

te, menos visível, mais insustentável e incoerente, mais dinâmica, disponível e de sentido de usos plural (indústrias, armazéns, habitação, feiras, desportos, etc). É este sentido dualista da Cidade e este vector de desenvolvimento que importa reter (independentemente de se apresentar incoerente, complexo e confuso).

Isto é, a Cidade - o seu futuro - parece não estar dependente de intervenções "domésticas" no Rossio mas sim de uma atenção e intervenção profunda e estruturante nesta área Norte-Nascente, capaz de conferir à Cidade uma nova dimensão.

Enquanto a cidade se entretem com o Rossio e as "janelas de alumínio", dei-

xa ao livre arbitrio áreas periféricas sem sentido ou conteúdo urbano cada vez mais marginais, social e estruturalmente, ganhando compromissos irreversíveis.

Ao invés, deveria investir em novos rossios, em novos espaços de cidadania, de liberdade e encontro - certamente mais informais - mas não menos importantes e vitais para a Cidade e para os Cidadãos, em particular para as novas gerações.

Vila Viçosa,  
5 de Fevereiro de 1995  
**Manuel Máximo Lapão**

<sup>(1)</sup> Zona Especial de Protecção às Muralhas de Estremoz, classificadas como Monumento Nacional

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 370, de 10 de Fevereiro de 1995, p.5, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXI

Figura 137 – Artigo intitulado “O arranjo do Rossio”

## O arranjo do Rossio

1- Em tempos de polémica acerca do arranjo do Rossio, questão que, como é do conhecimento de todos, se vem discutindo ao longo de algumas décadas, gostaria de chamar a atenção para alguns pontos que me parecem fundamentais para balizar qualquer intervenção que venha a ter lugar neste espaço. A qualidade urbana e arquitectónica do conjunto é uma herança do passado e deve ser uma meta para o futuro.

Começo por me referir à complexidade de que se reveste este problema urbanístico, com tantas variáveis a equacionar e já de si complexas, para que estejamos conscientes que só um estudo prolongado e cuidado, levado a cabo por técnicos para tal habilitados, pode dar origem a uma solução eficaz, de qualidade e apontada para o futuro da cidade.

Em primeiro lugar penso que se deve garantir a continuidade da prática de hábitos sociais, enraizados na cultura urbana de Estremoz, que se desenrolam neste espaço e o dinamizam, melhorando porém as condições e o ambiente urbano em que se verifi-

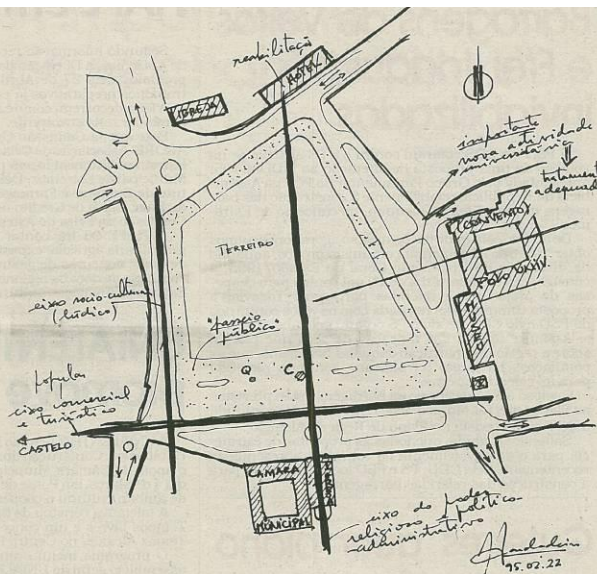
cam. Para tal penso ser conveniente manter o mercado e o artesanato, polos geradores de vida no coração da cidade, embora em instalações dignas e bem localizadas. Por outro lado, parece-me que o estacionamento não deverá sair do Rossio, pois a vivência urbana deste recinto está intimamente ligada ao automóvel, que se tem tornado com os tempos no “melhor amigo do homem”; no entanto terá de ser regado e ordenado segundo os princípios que presidirem a todo o projecto. Também a realização de grandes iniciativas de índole comercial e cultural deverá ser prevista nas funções do futuro espaço, dando continuidade a uma realidade actual e empreendedora.

Qualquer intervenção deverá revelar, na minha opinião, uma grande subtilidade exigida pela complexidade e delicadeza do tecido urbano em causa. Assim, terá de se atender aos eixos mais importantes que se fazem sentir no sítio, que resultam dos princípios que levaram à sua criação, da vivência actual do espaço e das ligações à restante malha urbana. Por outro lado há que não esquecer os ele-

mentos pontuais mais significativos: A Igreja, a Câmara Municipal, o convento, o Castelo, o Coreto, o Quilisque, entre outros. Os pontos de encontro e convívio assim como as circulações automóveis e pedonais (o “passelo público” que vem desde o séc. XVIII) são também aspectos fundamentais a ter em conta. Por último, refiro-me ainda à enorme importância de uma característica do espaço urbano que é frequentemente esquecida e que diz respeito à versatilidade no uso desse mesmo espaço. Este aspecto assume maior relevo quando nos referimos a um local que se pretende necessariamente polivalente.

Espero que consigamos unir esforços - poder político, técnicos especializados, organizações socio-culturais e população em geral - de modo a chegarmos a uma solução para o Rossio Marquês de Pombal de que nos venhamos a orgulhar.

João Cardadeiro



2 - Colaborando com a vossa ideia de aos leitores ser facultado o desafio de expor opiniões sobre este assunto, e apesar de não viver em Estremoz, neste momento, ter idade avançada e portanto aposentada, faço-o como estremoçense, e assinante do Brados desde 1950 mais ou menos.

Lembro-me de ver o Rossio na parte sul, ornamentado com belas palmeiras, que a meu ver lhes dava uma panorâmica linda. Erradamente arrancaram essas palmeiras, sendo substituídas por acácias, que ao fim de alguns anos ficaram velhas e apodrecidas, o que urge substituí-las por outras árvores, talvez tropicais, tipo chorão, que não cresçam demasiado, para não abafar o espaço, e aguentem tanto secas como inverniais. Quanto ao pavimento, numa cidade onde o mármore é rei, e abunda, deveria ser escolhido para pavimentar, género sabro miúdo, tipo macadame, na parte norte e leste para algum estacionamento condicionado, e o triângulo desse mesmo lado ser relvado, duas árvores escolhidas, com roseiras ou não, (não esquecer a Rainha Santa).

Fazer uma faixa calçada, desde o canto frente à Igreja de S. Francisco até

ao canto para as Portas de Santo António, para quem tem que atravessar a pé quatro vezes por dia, em dias de calor, ou dias chuvosos eventuais, como eu fiz tantos anos, e outras pessoas que trabalhavam numa zona e viviam noutra.

No outro triângulo deveria ser construída uma fonte, ou lago, mini com reputo, e duas árvores, o que não constitui dificuldade, pois segundo creio há bastante água que passa no subsolo do Rossio, o que nem toda a gente sabe.

Mesmo que considerem o que digo: (Intervenções domésticas) não me aflige, pois tive oportunidade de dar uma opinião que há muito tempo desejava.

Junto envio um rascunho para exemplificar o meu pensamento, em amenizar o ambiente, aproveitando o que já existe, sem grandes dispêndios.

Queluz,  
15 de Fevereiro de 1995  
Eulália Maria Lopes

N.R. - Devido à cor da tinta utilizada (azul claro), não é possível publicar o desenho remetido pela nossa assinante.  
Tomámos a liberdade de remeter o mesmo aos serviços da Câmara Municipal de Estremoz.

**6<sup>as</sup>**  
**POPULARES**

**A prática do espírito desportivo**

**4 de Março**

**a**

**OLIMPIADAS**  
**DO DISTRITO DE ÉVORA 1995**

**ESTREMOZ**

**Fase Concelhia**

<b>Malha</b>	<b>Basquetebol</b>
<b>Bilhar</b>	<b>Sueca</b>
<b>Xadrez</b>	<b>Futebol 5</b>
<b>Tiro aos pratos</b>	<b>Tiro ao alvo</b>
<b>Futebol 11 (veteranos)</b>	<b>Natação</b>
<b>Pesca</b>	<b>Atletismo</b>

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 372, de 10 de Março de 1995, p.4, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXII

Figura 138 – Artigo intitulado “Arranjo do Rossio deve ser feito por fases”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 377, de 19 de Maio de 1995, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXIII

Figura 139 – Artigo intitulado “Arranjo do Rossio deve ser feito por fases”

## Arranjo do Rossio deve ser feito por fases

Nuno Portas considera que a obra deve ser feita por fases, começando pelo lado da Câmara, que deve ser fechado ao trânsito. Para o arquitecto deve ser retomado o trabalho efectuado, fazendo passar o projecto pela discussão pública continuada a partir de acontecimentos criados no rossio e introduzir-lhe as alterações necessárias. A questão do trânsito, do estacionamento automóvel e as propostas para o grande quadrado central da praça, são alguns dos temas a que aquele técnico se referiu.

**Brados do Alentejo - Em Estremoz discute-se há meio século o arranjo paisagístico do Rossio Marquês de Pombal. O último projecto efectuado, mas que não teve continuidade, é da sua autoria. Se a Câmara Municipal de Estremoz o convidasse para retomar o processo manteria a mesma proposta?**

Nuno Portas - Essa pergunta seria difícil de responder se não tivesse já havido contactos, primeiro por parte de alguns estremocenses e depois de elementos do executivo municipal, entre eles o presidente da Câmara.

A ideia seria não retomar o projecto como está, mas retomar o trabalho efectuado, inclusivamente, fazendo passar o projecto pela discussão pública, com os vários grupos de interesses que há na cidade, introduzir-lhe as alterações e, inclusivamente, uma revisão geral. Penso que em alguns aspectos qualquer solução para o rossio vai passar por ideias que estão naquele projecto, mas poderá haver várias formas distintas.

Diversas questões se podem pôr no arranjo de uma praça com a importância desta, que tem interesse não só local, mas também nacional, pela sua dimensão - que é um aspecto quantitativo, que se toma qualitativo - mas tem aspectos onde toda a gente tem direito a ter opinião. A ideia seria repavimentar essa parte em pavimento, naturalmente, de pedra, juntando equipamentos que não fiquem isolados, como aqueles que os cafés e que é uma caricatura do que nós projectámos. O que foi projectado era uma peça em mármore, peça de valor que não tinha aquele ar de coisas que de feia e fazia parte do conjunto de equipamentos desse tipo que ajudariam a animação da praça. Como a solução ou sem ela, penso que deveríamos começar pelo lado da Câmara.

A escolha da arborização teria de ser aprofundada com especialistas nesta matéria como é o caso da reconhecida competência para o efeito da Universidade de Évora.

A grande parte do terreno não deve ser calcada, nem intensamente arborizado, visto que perderia completamente a sua dimensão. Uma praça como esta não pode estar sempre cheia de gente e um tipo de feira como a FIAPE não poderia realizar-se no Rossio Marquês de Pombal. Poderiam sim efectuar-se mostras de menor dimensão, nomeadamente feiras do livro e de artesanato, na zona frente à Câmara.

O projecto de arranjo do rossio é um projecto faseado e a autarquia pode recorrer a fundos comunitários para arranjar verbas para a obra, nomeadamente ao programa "PROSIURBE", que é exactamente para a valorização dos espaços e dos equipamentos públicos das cidades históricas.

que é possível harmonizar com certos jogos de luzes que na altura não estavam em voga e que hoje muitas cidades estão a adoptar e mesmo esse aspecto está sujeito a uma revisão. Há questões de fundo sobre as quais se deveria fazer consenso, sem o qual não vale a pena começar um novo projecto, senão terá o destino idêntico aos anteriores.

**B.A. - Quais são essas questões?**

N.P. - Uma é a questão do trânsito. Nos estudos que fizemos e no caso de retomarmos o projecto, vamos retomar o diálogo com especialistas em matéria de tráfego urbano, em relação à hipótese que púnhamos, segundo a qual o rossio podia viver com tráfego só por três lados, tirá-lo, totalmente, parece-me inviável na fase actual, o futuro não se saberá, mas deve estar preparado para que um dia isso possa acontecer. O que é possível, é tirar o tráfego da zona da frente da Câmara, um lado que tem sombra, que tem funções especiais, como a Câmara, a biblioteca e o espaço da antiga Igreja. Essa parte seria uma área a valorizar em primeiro lugar e a ideia seria a de ligar a frente da Câmara ao coreto para se fazer daquele espaço um local de animação, acabava-se com o tráfego dessa zona, que em minha opinião não tem problema nenhuns de circulação. A ideia seria repavimentar essa parte em pavimento, naturalmente, de pedra, juntando equipamentos que não fiquem isolados, como aqueles que os cafés e que é uma caricatura do que nós projectámos. O que foi projectado era uma peça em mármore, peça de valor que não tinha aquele ar de coisas que de feia e fazia parte do conjunto de equipamentos desse tipo que ajudariam a animação da praça. Como a solução ou sem ela, penso que deveríamos começar pelo lado da Câmara.

Depois, deveria dar-se uma solução transitória ao estacionamento no rossio, pensando nele sem estar a flutuar que não queremos estacionamento. Essa solução passaria por colocar árvores de sombra alinhadas, que se fariam o estacionamento, até ao momento em que Estremoz pudessem prescindir de estacionamento na praça. Nessa altura, ganhava a perda de estacionamento, ganhava o sentido urbano, mas as árvores cresciam e, entre tanto, davam sombra. O mesmo acontecendo em relação aos táxis, uma das poucas coisas que ficou do projecto em relação à parte dos cafés. Dos três lados que não seriam para pedões, admitia-se que uma parte estreita tivesse um estacionamento temporário pago, que fosse controlado e que só poderia ser utilizado por quem necessitasse desse estacionamento.

**B.A. - E em relação ao**

**enorme quadrado central do rossio, que propostas aponta?**

N.P. - A solução do anterior projecto para esse espaço, baseava-se em duas ideias. A primeira era a de que não se podia impermeabilizar tudo com calçada, não só por ser uma área enorme, que seria muito cara, mas que ficava como alguém lhe chamou depois uma "bomba de calor", por reflexão do pavimento e sobretudo uma área impermeável também podia ter consequências imprevisíveis sobre o conjunto da parte baixa da cidade.

Na segunda ideia, pensámos em árvores de qualidade que crescessem rapidamente e que fossem árvores nobres para a parte central do rossio, que



seriam mínimas, ou seja, apenas as que marcavam a tal fonte para baixo e o caminho que levava à fonte, que era uma diagonal a partir da entrada da praça do lado das portas de Santo António até ao Lago do Gadanha. Uma praça como esta nunca se atravessa pelos lados, atravessa-se sempre pelo meio ou em diagonal. Nós favorecíamos a diagonal e o passeio em frente da Câmara. Para a parte da frente da Câmara poderíamos recorrer-se a palmieiras.

A escolha da arborização teria de ser aprofundada com especialistas nesta matéria como é o caso da reconhecida competência para o efeito da Universidade de Évora.

A grande parte do terreno não deve ser calcada, nem intensamente arborizado, visto que perderia completamente a sua dimensão. Uma praça como esta não pode estar sempre cheia de gente e um tipo de feira como a FIAPE não poderia realizar-se no Rossio Marquês de Pombal. Poderiam sim efectuar-se mostras de menor dimensão, nomeadamente feiras do livro e de artesanato, na zona frente à Câmara.

O projecto de arranjo do rossio é um projecto faseado e a autarquia pode recorrer a fundos comunitários para arranjar verbas para a obra, nomeadamente ao programa "PROSIURBE", que é exactamente para a valorização dos espaços e dos equipamentos públicos das cidades históricas.

Aventura política e técnica que seria inovadora no país

se tomar uma decisão é necessário sempre mais discussão pública, que muitas vezes é redundante. Com o tempo que se passa, nessa discussão pode surgir uma mudança não apenas política, mas de pessoas e alteram-se outra vez as prioridades.

**B.A. - Falou que deveria haver uma discussão pública para apelar o projecto reformulado. Pode acontecer que, quando se chegar ao final dessa discussão, este executivo municipal esteja no final do seu mandato e que os próximos eleitos venham a fazer o mesmo que fizeram os executivos que antecederam o actual, ou seja, arrumarem o seu projecto para um canto. Nessa altura ficamos na mesma. O que pensa sobre esta situação?**

N.P. - Isso acontece muito com os projectos urbanos e acontece que as discussões públicas, às ve-

zes, são as discussões de mala d'água de pessoas. Da outra vez tentámos que a discussão não fosse feita em discussões públicas generalizadas, visto que para isso estava a Assembleia Municipal, que aprovou o projecto, penso que por unanimidade. Sobre tudo reunimo-nos com os vários utilizadores da praça, nomeadamente os comerciantes, os taxistas, os moradores, os proprietários dos cafés e dos escritórios. A Câmara que veio a seguir não pegou no projecto, ou pegou mal, alterando tudo, e nós não acompanhámos a obra do que quer que se recuperasse, que é recuperável e quase que pode voltar à nossa ideia se chegarmos à conclusão que vale a pena, visto que em nova solução tem cabimento.

A questão dos quiosques surgiu para encontrar uma alternativa à venda de artesanato que existia e existe, com muitos turistas que vão a estas lojas e também uma parte dos comerciantes que já estavam ali a vender produtos quase de artesanato, como o bom queijo do Alentejo. Hoje, é um dos pontos que eu punha mais à discussão e o dos quiosques nas praças. Podem fazer-se mais ligeiros, mais desmontáveis, ou mais fixos, ou até com qualidade arquitectónica. Os quiosques no rossio seriam postos de forma a criar-se uma pequena rua comercial ao ar livre, obviamente.

Volto para a sua questão que penso ser importante, devo referir que hoje muitos projectos caem em virtude de se pensar que para

se tomar uma decisão é necessário sempre mais discussão pública, que muitas vezes é redundante. Com o tempo que se passa, nessa discussão pode surgir uma mudança não apenas política, mas de pessoas e alteram-se outra vez as prioridades.

Tenho defendido mais uma solução por etapas em que se iriam fazendo parte das obras, não demasiado comprometedoras, para as pessoas a seguir poderem discutir. Por exemplo, toda a gente queria quiosques, depois de se ter construído o primeiro, que serviu para se visualizar, verificou-se que um objecto que antes toda a gente estava a deacordar, após surgir o primeiro, supunho que pela maneira como foi feito, é rejeitado. O fechar já ao tráfego a via frente à Câmara não necessita de discussão pública e serviria para experiência. Antes de se começar a fazer a calçada, que pertence a esta área, deveria começar-se a utilizá-la como um lado fechado. A partir daí, as pessoas poderiam discutir outra maneira a solução contra ou a favor. Quanto ao centro da praça, arrumar melhor o estacionamento dos lados e colocar árvores à volta é uma forma das pessoas perceberem o impacto do arranjo da praça sobre o estacionamento. Não sei se essa a posição da Câmara, obviamente, respaldarei a ideia do executivo municipal. A minha opinião seria a de fazer-se uma discussão pública continuada a partir de acontecimentos criados no rossio, que permitissem essa discussão. Penso que seria uma aventura política e técnica que seria inovadora no país.

**B.A. - Pensa que é complicado para qualquer executivo municipal de Estremoz mexer no Ros-**

**sio Marquês de Pombal?**

N.P. - Penso que não. Há muitas opiniões divergentes, mas há muito mais gente que quer que se faça qualquer coisa. Todos estes espaços simbólicos constituem como que um tabu.

**B.A. - Pode fazer-se para o Rossio um bom projecto e barato na sua execução?**

N.P. - Para se fazer uma obra pública como esta, são necessários subsídios, considerando-se que tem interesse regional e até nacional, e nessa altura o "PRO-SIURBE" é exactamente um programa para isso, visto que articula as participações dos fundos comunitários e outras do próprio Estado português. Aquela programa é destinada à melhoria da qualidade do ambiente das cidades. Estremoz não foi classificada como das cidades da primeira linha, mas julgo que estará nas cidades da segunda. Por tudo isto, a solução para o rossio deve ser uma que gaste pouco dinheiro por ano. Se tudo somado for caro é porque o mereço, mas que não obrigue a um investimento inicial a fundo perdido muito grande. A obra é possível de ser feita, completamente, em dois mandatos. Até é possível fazer-se num só, mas tem de se cumprir e gastar mais dinheiro por ano. Mas, para ter um aspecto final é preciso que as árvores cresçam, minimamente. O projecto não pode nada se for mais faseado. Isso permite ao município não gastar no rossio todos os seus recursos para os espaços públicos, dando que tem outros espaços, na periferia de Estremoz, que têm carências muito grandes.

T.C.

## ARQUITECTO NUNO PORTAS

**Natural de Vila Viçosa. Presentemente é professor catedrático de urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Reside há mais de dez anos em Gaia. No penúltimo mandato municipal foi eleito vereador daquele concelho da área metropolitana do Porto. É membro da Assembleia Municipal de Vila Viçosa. Foi secretário de Estado da Habitação e Urbanismo nos três primeiros governos a seguir ao 25 de Abril, tendo nessa altura lançado os programas SAAL, Cooperativas de Habitação (CHEs) e o comissariado para a renovação urbana da Ribeira do Porto. Fez parte das equipas dos PDMs de Évora, Vila Viçosa e Odemira e, no norte do país, de uma dezena de concelhos da área metropolitana do Porto e do Vale do Ave, tendo também participado nos planos estratégicos de Lisboa e de Torres Vedras.**

De 1980 a 1983, coordenou em Madrid o planeamento metropolitano e colaborou depois com os municípios de Barcelona, Santiago de Compostela e Vigo. Presentemente, orienta um projecto urbano no centro do Rio de Janeiro, Brasil.

Além de urbanista e professor tem mantido sempre actividade de projectista e é autor, na maioria dos casos, com o arquitecto Teófilo Pereira de numerosas obras de arquitectura, algumas delas premiadas construídas em Vila Viçosa (Tribunal Lisboa (Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o bairro do Restelo), Sesimbra, Castro Verde, etc.

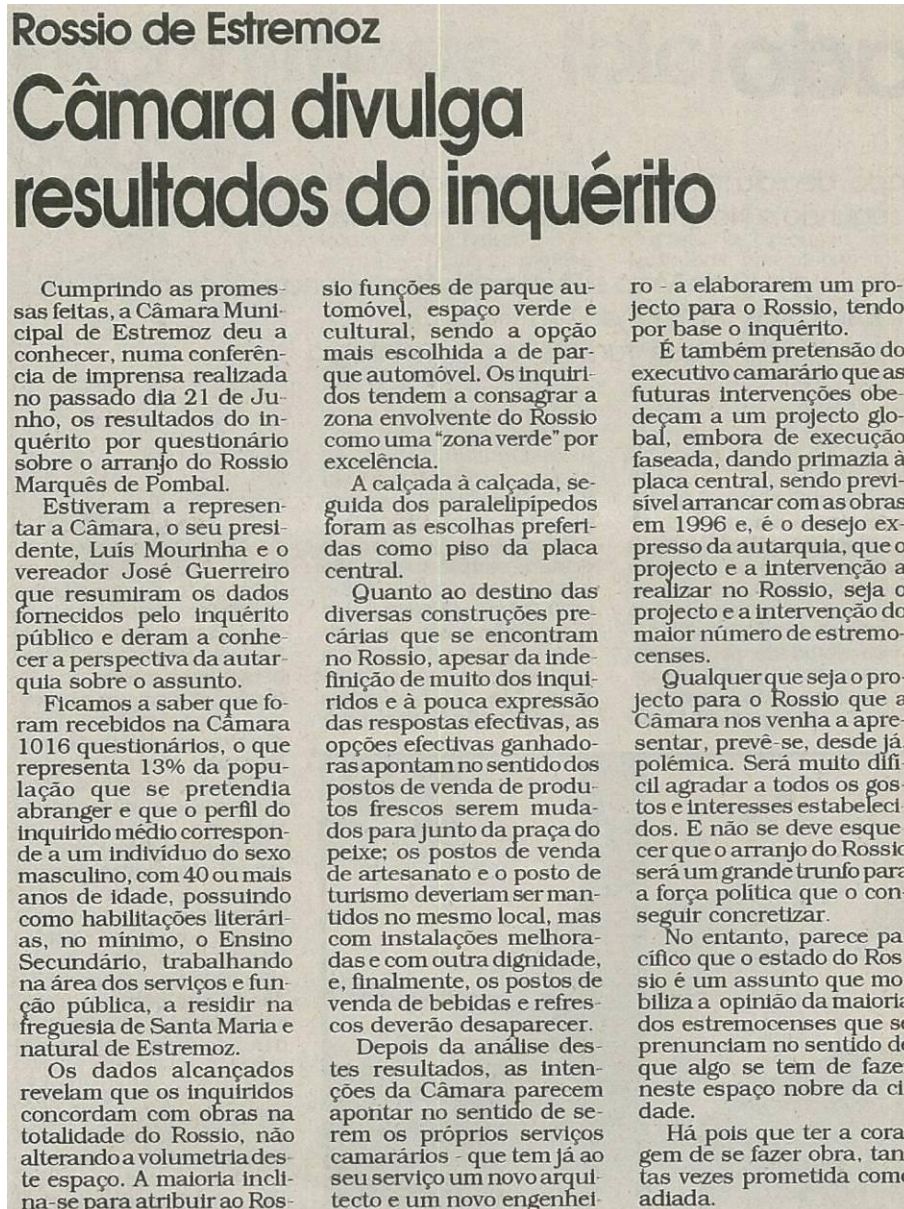
Publicou, recentemente, um livro sobre a arquitectura portuguesa dos últimos trinta anos, editado em Itália, França e Espanha.

Foi consultor da EXPO98 para o Plano Urbanístico na fase inicial.



## ANEXO CXXIV

Figura 140 – Artigo intitulado “Rossio de Estremoz, Câmara divulga resultados do inquérito”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 380, de 30 de Junho de 1995, p.7, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXXV

Figura 141 – Artigo intitulado “A grande praça”

# A grande praça

Com cerca de oitocentos metros de perímetro, a grande praça da freguesia de Estremoz constitui o ponto convergente dos seus

Mas a estrada de ferro acabou por ter vida curta e hoje é um *bluf*. O restante casario que emoldura a praça é predominantemente de civis e militares que em princípio faziam do centro da praça paragem de instrução; o teatro chalet, de Constantino de



três acessos monumentais e foi fundamental no traçado da sua urbanística seiscentista, preocupada com a função militar da fortaleza. Centro histórico, cívico e económico. Nele se reuniram exércitos, dele partiram para memoráveis acontecimentos da história passada e recente numerosas forças militares, ontem a cavalaria e artilharia, hoje os equipamentos bélicos mais sofisticados.

Primitivamente, o baptizaram com o nome dum santo, três séculos mais tarde, o nome do santo foi substituído pelo dum grande homem de estado.

“É um largo do tamanho de uma herdade” na opinião do escritor José Saramago.

À norte, sul e nascente dominam o seu casario envolvente três conventos: Três épocas na vida desta grande praça. O alvorecer de Estremoz no princípio do século XIII, com a casa dos Franciscanos; o início do século XVI, com o convento, de S. João da Penitência, posteriormente da Ordem de Malta, e os Congregados do Oratório, que substituiu o paço acastelado de D. Constantino de Bragança.

Para este “espécie” de coração de Estremoz tudo converge: os então grandes acessos militares de Currais, Santo António e Santa Catarina e os que posteriormente surgiram nas centúrias seguintes – Telheiros, Mesurado, Condessa da Cuba, qualquer deles convergindo para a estação dos caminhos de ferro, o grande melhoramento do início do século actual.

Na linha de elxio sul sobressaem as torres dos Congregados, concluídas já no início da metade da centúria actual, obra cuja fase de acabamento começou, e vai terminar, mal, dando razão à sabedoria popular que “quem torto nasce...”

Desta grande praça muitas vezes se ouviu dizer que era “o grande orgulho e a grande desgraça de Estremoz”. Tudo aqui se concentrou e que por isso tarde aconteceu o desenvolvimento fora de portas da fortaleza tão precipitadamente sacrificada na sua grandeza e extensão nos anos vinte.

Palco dos grandes acontecimentos económicos: mercados invejáveis, semanalmente; feiras tradicionais; Hospital, Quartel General, cafés famosos, como o Alentejano e o Águias d'Ouro, este todo em arte nova, infelizmente sacrificada; bancos, serviços públicos e camarários, biblioteca, a mala-posta, quase ao voltar para a Rua de Santo António, mais tarde a camionagem que a substituiu, as estalagens, lojas de modas, mercearias, farmácia, o mercado de todos os dias. Um val-vem per-

Matos, que uma noite ardeu... e a vontade da população fez de novo erguer.

Avelha fonte de mergulho, de roda, de bomba, substituída depois pelo Sático, a que a paixão de Sá Lemos deu forma, o coreto com os concertos das duas bandas locais em saudável despique.

A moldura empedrada dos passeios, artisticamente calcetados, as magestosas palmeiras, um quiosque, uma esplanada-café... um nunca acabar de coisas e recordações, porque este espaço é, na verdade, ontem como hoje, um ponto de convergência obrigatório de quem entra e sai de Estremoz, daí constituir de há mais de meio século uma preocupação permanente de lhe encontrar função mais ajustada às exigências e gostos dos tempos de hoje.

Um equipamento urbano que urge substituir. Um pavimento central que nos envergonha, uma iluminação desajustada, enfim os males que todos conhecemos de há décadas e na verdade comprometem seriamente a dignidade dum espaço que é simultaneamente um motivo de orgulho e de vergonha e obrigatoriamente a sua sala de visitas, de estar e de lazer.

Esperemos pois que antes do fim do século se encontre um novo e rejuvenescido rosto para o rossio de Estremoz, agora mencionando-o as novas apostas turístico-económicas, ao lazer e manifestações comunitárias da gente do concelho e dos concelhos circunvizinhos de que Estremoz continua a ser centro.

Joaquim d'Estremoz

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 382, de 28 de Julho de 1995, p.16, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXVI

Figura 142 – Artigo intitulado “À volta do rossio”

# À volta do rossio

Na última crónica demos grande destaque ao que de menos favorável aparece no Centro Histórico da Cidade de Estremoz. Hoje existe outro apontamento que nos parece pertinente, quando está engalanado o centro da cidade (Rossio Marquês de Pombal) para mais uma FIAPE, visando a conservação de um espaço de primordial importância histórica - do ponto de vista arquitectónico e sócio-cultural, mas também político - sabendo-se que para o espaço do Rossio foi feito um inquérito para o melhoramento da placa central, mas que não descarta, certamente a zona envolvente.

É relativamente a esta zona envolvente que nos iremos debruçar nas poucas linhas, ao nosso dispor, nesta coluna. Assim, achamos que para preservar a fachada de um edifício é necessário tomar em consideração três pontos fundamentais: primeiro - a contextualização geográfica; segundo - importância arquitectónica; por último - os prejuízos que advêm dos complementos à arquitectura inicial. Se os dois primeiros pontos têm uma resposta imediata, quanto ao terceiro é que residem as devidas dúvidas que desde já levantamos. Essas, dizem respeito ao conjunto de reclamos

luminosos e toldos que preenchem todos as fachadas de tão expoente Praça de Estremoz. Este tipo de publicidade que não acrescenta nada a este tipo de espaço, tem ainda como malefício o adultério de conjunto que chama a atenção dos mais descuidados não para cada edifício ou ala mas para o que menos interessa destacar, do ponto de vista cultural que são os próprios imóvel ali alojados.

**Não estamos contra a publicidade que ali se aloja, mas em relação ao tipo descuidado e ad hoc** que a cada um pertence, mas que colide com o interesse geral que é a manutenção e equilíbrio de uma arquitectura que não previa tais aplicações. De outras formas seria possível fazer publicidade ou encobrir cada uma das lojas ali estabelecidas das adversidades do tempo sem tais incorrecções, podendo-se deixar aqui alguns exemplos: a utilização de letreiros em chapa que correspondessem a um estilo único - normalizado pelos serviços municipalizados;

placas informativas dos estabelecimentos - nome ou designação da empresa em mármore; toldos em tecido ou sintético com padrão uniformizado; gradarias condizentes com a de cada um dos edifícios - orientados para o plano de pormenor das varandas ou janelas correspondentes, porque existem edifícios de estilos e épocas diferentes.

Julgamos que este ponto de partida poderia trazer vantagens para que a “anarquia” não prevalecesse em detrimento do que está conforme o plano geral da Praça. Digamos que o prevalecer das novas linhas de concepção - falamos das caixilharias de alumínio para portas e janelas já expostas - nos pode conduzir a uma degradação acentuada de várias alas do Rossio.

Deixamos aqui mais um apontamento que gostaríamos de ver revisto, já que a cultura de um povo também se pode aferir pelo situacionismo e estado de coisas a que se pode chegar.

**Carlos Godinho**

**VENDE-SE PRÉDIO**  
Na Rua Serpa Pinto, 69, 71, 71-A. Na totalidade ou em partes. Duas lojas - 1º e 2º andar. Bom Preço.  
Trata na Samor, Lda - Tel 068/333116 ou 22683

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 400, de 3 de Maio de 1996, p.5, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXVII

Figura 143 – Artigo intitulado “O Rossio de Estremoz vai ser arranjado...”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 425, de 16 de Maio de 1997, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXXVIII

Figura 144 – Artigo intitulado “O coração da cidade continua doente”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 437, de 21 de Novembro de 1997, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXIX

Figura 145 – Artigo intitulado “O coração da cidade continua doente”

## O coração da cidade continua doente

O Rossio, ou melhor, o arranjo do Rossio tem constituído uma preocupação para os estremocenses desde, pelo menos, os anos 30.

Assunto polémico, em que cada um de nós tem uma opinião ou então não lhe é indiferente, tem sido objecto de vários projectos, intenções e, nos últimos tempos, promessas eleitorais.

O Rossio marca indiscutivelmente a imagem da nossa cidade. O fundador do nosso jornal, Dr. Marques Crespo, na sua monografia “Estremoz e o seu termo regional”, descreve-o em 1949 da seguinte forma elegante e, em termos gerais, actual: “o visitante, uma vez chegado a Estremoz, (...) encontra-se de súbita na parte mais espalheada e arreante da cidade - o Rossio Marquês de Pombal.

Largo magestosamente amplo e alegre, de forma paralelogramica, modernamente moldurado de boas avenidas, e passeios bem empedrados de mármore da região. Em volta, na Primavera, acompanhando-o ao longo com renques de rosas das suas quatro faces, todo o perímetro é enquadado por largas estradas alcatroadas que se cruzam aqui (...). Para lá do leito dessas quatro estradas, há bons edifícios, particulares e públicos, que ampliam o espaço do Rossio e lhe dão um aspecto cidadão, indiscutivelmente bem impressionante, que cativará o forasteiro para o extasiar de sentido enquanto.

Neste largo formoso e famoso, sentir-se-á desde logo bem quem venha a Estremoz. Enche-lo-á de inesquecível aprazimento, num bom ambiente, que se lhe apresenta e à vista da alegria; e, no coração, faz pulsar em maiores anseios para ver o restante da cidade, dando-se o tempo por bem empregado e a viagem por bem compensada (...).

Entrou pois o forasteiro no “salão de visitas”, festas, feiras e exposições da cidade. (...) Este privilegiado Rossio, foi antigamente chamado de S. João e agora tem o nome de “Rossio Marquês de Pombal”, que lhe foi dado em 1882 (...). Por ele passa todo o acontecimento, onde se fazem os grandes mercados e se encontra tudo quanto for desejável para o turismo moderno (...).

Por este magnífico Rossio, tem passado toda a vida e animação que a curiosidade pública empresta à terra nas suas actividades permanentes ou adventícias (...).

Só que este largo, assim descrito de forma paradisíaca, com 800 metros de perímetro, onde se concentra grande parte da vida da cidade e onde já quase tudo se fez, desde a projecção de filmes e futebol até feiras e mercados, sempre apresentou problemas de conservação devido à sua grandeza e importância.

Até 1938, o Rossio era um matagal alagadigo e intransitável. Nesse ano, a Câmara e o Estado procederam a obras e macadamizaram-no.

Só que o arranjo efectuado não foi, pelos vistos, definitivo.

Em 12 de Janeiro de 1964, podia ler-se no “Bras-

Câmara anuncia a abertura de um concurso público para a elaboração de um plano de pormenor para arranjo do Rossio; em

que o projecto ambicioso e polémico de Nuno Portas foi abandonado pelas forças políticas que entretanto passaram a reger os

fleceram na mesma que os documentos fundamentais para a cidade e os projectos dos diversos partidos políticos nunca deixaram de se referir ao arranjo do Rossio, sendo mais que provável que a questão venha de novo à baila na campanha eleitoral que se aproxima.

Se não, veja-se: o Plano Director Municipal afirma que um dos projectos estruturantes é a “valorização do Rossio, reordenando o espaço e dotando-o de infraestruturas de animação turística e cultural, transformando-o em local aprazível de permanência e convívio. A área e o mármore poderiam ser elementos relevantes dessa valorização”. Para o Rossio, o Plano de Urbanização do Centro Histórico de Estremoz, propõe “um espaço aberto de convívio e encontro, tipo praça e/ou esplanada, equipado com mobiliário que promova o convívio da população de Estremoz e com a manutenção da fórmula de mercado de levante para o mercado semanal, embora dotado de infraestruturas mais adequadas”.

Consultando as contribuições dos partidos para o Plano Estratégico do concelho, mais uma vez se fala do arranjo do Rossio. O mesmo se passa nos programas das diferentes candidaturas à autarquia de Estremoz. As expressões utilizadas vão desde a mais comum “arranjo do Rossio” (APU, 1979; e PSD, 1993, por exemplo) até à dialogante “o Rossio não pode ficar como está. A realização de um debate público que envolva todos de modo a que a execução da obra, indispensável a todos, melhore a imagem de Estremoz” (PS, 1989).

Já no presente mandato autárquico foi feito, em 1995, um inquérito público sobre o arranjo do Rossio e a Câmara, além de proceder à plantação de novas árvores, mandou elaborar um projecto tendo como indicador os resultados do referido inquérito.

Em 19 de Março de



Vista parcial do Rossio princípio do século

dos do Alentejo” que “com vista ao projectado arranjo do nosso vasto e belo Rossio, o Sr. Ministro das Obras Públicas, (...) ordenou que se fizesse um ensaio da respectiva pavimentação, com a perspectiva do início, num futuro

1983, é adjudicado ao arq. Nuno Portas a execução do projecto; em 1984, é decidido aprovar a 1ª fase do projecto, com obras no valor de 10.000 contos, e que consistia na plantação de árvores, novos pavilhões de vendas, pavi-

destinos da autarquia.

Logo, e à revelia do projecto, em 1986 são instalados postes de iluminação e, em 1987, aprovada a construção de um pavilhão para bar/esplanada com sanitários anexos e que o povo imediatamente



Vista parcial do Rossio princípio do século

próximo dos trabalhos definitivos do arranjo da nossa sala de visitas, que muito virá embelezar a cidade, substituindo um terreiro fértil em poeiras e em lama por uma praça pavimentada e ajardinada segundo as mais modernas técnicas e segundo os mais actualizados conceitos de urbanização”.

O ensaio terá sido feito,

a pavimentação é que não late. Sem pretendêmos ser exaustivos, o nosso jornal voltava a noticiar, em Janeiro de 1971, que estava pronto o projecto de arranjo do Rossio, “devidamente instruído com um parecer técnico que evidenciava o cuidadoso estudo a que obedeceu”. Também em Janeiro, mas de 1973, anunciávamos que, segundo a Câmara Municipal, o Rossio vai ser arranjado. Houve o cuidado de acrescentar que “não se trata ainda do arranjo definitivo do Rossio, necessariamente demasiado oneroso para as possibilidades económicas do município”.

A história mais recente é conhecida, mas convém recordar de forma resumida. Assim, em 1981, a

mentação em calçada e substituição das infraestruturas de electricidade, água e esgotos.

Parecia que tudo se encaminhava para a transformação do Rossio. Só

apelidou de forma depreciativa.

Como se vê, uma crónica de projectos abandonados, remendos e improvisações.

De tal forma as coisas

## José Gonçalez e Pinto Basto lançam “Natal da Família”

A festa de lançamento do CD “Natal da Família” com dez temas alusivos à quadra de Natal interpretados por José Gonçalez e António Pinto Basto, acompanhados à guitarra e à viola e com a participação especial de Rão Kyao, realiza-se amanhã, dia 22 de Novembro, às 22 horas, no Pavilhão Municipal, em Estremoz.

O CD inclui oito temas tradicionais de Natal e dois inéditos da autoria de António Sala e Jorge Fernando. Participam no espectáculo: José Gonçalez, António Pinto Basto, Rão Kyao, José Alberto Reis, Margarida Bessa, Dulce Guimarães, João Pedro Silva, Fernando Correia Marques, José da Câmara, João Braza, Silvino Sardo, Alexandre Callisto e o grupo “Clássicos”. A apresentação estará a cargo de Luis Salgueiro da “Rádio Renascença”.

## Galeria de Desenho mais rica

Realiza-se amanhã, dia 22, pelas 12 horas, na “Sala de Audiências” do Palácio de D. Dínis, em Estremoz, a recepção pública de cerca de três dezenas de obras de artistas contemporâneos, doadas ao município com destino à Galeria de Desenho do Museu Municipal.

Esta doação é o resultado da colaboração existente entre o município de Estremoz e a Direcção da Sociedade de Belas Artes que deligenciou junto dos artistas a cedência gratuita dos trabalhos que vêm ampliar e valorizar o núcleo existente reunido há catorze anos por iniciativa dos artistas estremocenses Rogério Ribeiro e Armando Alves.

As obras doadas ficarão expostas na Galeria de Desenho até ao fim do corrente mês. Entretanto, e em forma de agradecimento, a Câmara Municipal de Estremoz oferece aos artistas doadores um encontro no espaço da “Cozinha dos Ganhões”, proporcionando-lhes assim um relacionamento mais íntimo com “artistas” de outras artes e outros sabores.

E para que conste se deixam aqui registados os nomes dos beneméritos: António Viana; Eduardo Nery; Ema Berta; Emilia Nadai; Eurico Gonçalves; Fernando de Azevedo; Fernando Cruz; Graça Antunes; Graça Morais; Guilherme Casquilho; Guilherme Parente; Henrique Ruivo; Jaime Silva; Jenny de Carvalho; João Oom; José António Flores; José Augusto Pereira; José Azevedo; José de Guimarães; José João Brito; Maria Gabriel; Nikias Skapinakis; Nuno San-Payo; Pedro Chorão; Rocha Pinto.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 437, de 21 de Novembro de 1997, p.11, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXX

Figura 146 – Artigo intitulado “O Brados no Futuro (Novembro de 2010), “Estremoz Cidade do Século XXI”, Lança projeto de remodelação do Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 464, de 8 de Janeiro de 1999, p.4, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXI

Figura 147 – Artigo intitulado “Uma opção sobre o Rossio”

# Uma opção sobre o Rossio

A cidade de Estremoz dispõe de uma situação única no País ao possuir uma praça que, ao longo de séculos, ninguém teve a coragem de eliminar, transformando-a em espaço de construção urbana.

Naturalmente refiro-me ao Rossio Marquês de Pombal. Aliás a toponímia já identifica a sua grandeza e especificidade. Rossio - Praça do Povo (terreno fruído em comum pelo dito) e do Marquês de Pombal - homenagem a um reformador e com visão de futuro.

Infelizmente, ao longo dos últimos decénios não houve a preocupação e o arrojo de a preservar como sala de visitas da cidade e a sua imagem foi-se abastardando com a utilização, quase exclusiva, como grande parque de estacionamento, enquanto num dos lados, as barracas de vendas diversas, foram contribuindo, à medida

bem essa pesada herança e deram também, pontualmente, algum contributo para esse retrato negativo...

A primeira tentativa democrática para promover, com medidas de fundo e um projecto de qualidade, o arranjo do largo, não resultou, por falta do consenso político necessário para a aplicação do arranjo urbano então aprovado.

Malhas que a política e a demagogia tecem...

Conseguiu-se no último mandato a aprovação de um projecto menos ambicioso que o anterior. Temos agora e finalmente, em preparação o concurso público para a execução das obras de águas pluviais e esgotos.

Apesar de eminentes, é ainda oportuno trazer à público duas ou três questões.

### A primeira

O arranjo vai continuar a permitir que o espaço

transporte próprio e que assim, o podem continuar a trazer até à 'porta' dos serviços que motivam a sua deslocação no e ao centro da cidade.

O estilo e o ritmo de vida actual exigem que exista tal disponibilidade. Apesar disso dever-se-ia ser mais ousado. Olhar mais para a frente.

E como? Fazendo construir um parque de estacionamento subterrâneo, sob o arranjo da superfície.

Custará milhões ao erário municipal, responderão alguns.

Mas, pode não ser necessário mobilizar qualquer receita municipal.

O mercado da exploração dos parques de estacionamento subterrâneos, por empresas privadas, está em crescimento na Europa e no País.

Perante o valor do investimento, a demora do retorno e as dificuldades crónicas de tesouraria, as

ploração.

Sintra, Lisboa, Cascais, Porto, Leiria, Barreiro, Portimão são algumas das cidades que já concessionaram espaços para estacionamentos, sem que os respectivos municípios tenham mobilizado recursos próprios para resolver esta necessidade crescente da era do automóvel - meio de transporte pessoal.

Agora que estamos a poucos meses de iniciar os primeiros trabalhos ainda estamos a tempo de discutir e apreciar a questão.

Devo lembrar que no caso de um surto de desenvolvimento do comércio e da cidade a solução virá a ser necessária. Com que demora? Ninguém é capaz de a prever.

Mas lá que seria uma amostra interessante da nossa capacidade de projectar para o futuro, lá isso era...

Para além do estacionamento existe também a possibilidade de satisfazer a procura dos abrigos e garagens que não há no centro da cidade, em que o casario e o sistema viário são de um tempo em que não houve 'marquês de pombal' em Estremoz.

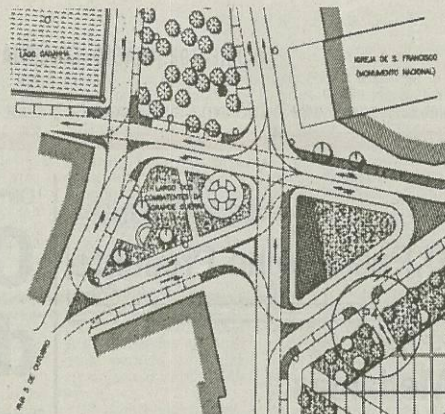
Aqui fica a ideia para discussão.

Acreditem - devolva-se o Rossio ao Povo e honra-se o Marquês.

A segunda

O arranjo actual mantém e agrava o imbróglio do cruzamento junto ao 'Monumento aos Combatentes da Grande Guerra'.

A solução de futuro é transferir o grupo escultórico para o centro de uma grande rotunda a criar no centro do cruzamento, dando-lhe a nobreza



adequada, com passeio envolvente, etc..

O que está proposto em desenho é uma resposta obtusa a um problema concreto de circulação na cidade. E se houver dúvidas, convindo-vos, como eu já fiz, a apreciar, no local, as dificuldades dos condutores em hora de mais aperto na circulação - ninguém sabe quem tem prioridade sobre o quê e sobre quem.

Difícil reconstruir o monumento a poucos metros do sítio em que está?

Em termos de engenharia é uma obra simples, para o qual só é necessário - acordo no seio da comunidade, consenso político entre os responsáveis pela decisão, alguma verba e uma boa empresa de construção civil com experiência de trabalho com a pedra.

O futuro da cidade justifica o debate.

O momento das obras do Rossio é o adequado para o realizar.

Os vingueiros agradecerão a iniciativa. Que será de futuro.

A terceira  
O próximo arranque das obras exige o lançamento simultâneo da obra do

mercado no edifício da ex-rodoviária.

Se estamos todos de acordo com a necessidade de uma nova imagem para a cidade no início do novo milénio, temos que reinstalar em simultâneo os postos de venda hortofrutícola e de carne e preparar o realojamento dos locais de venda de artesanato e dos bares.

Tão breve quanto possível.

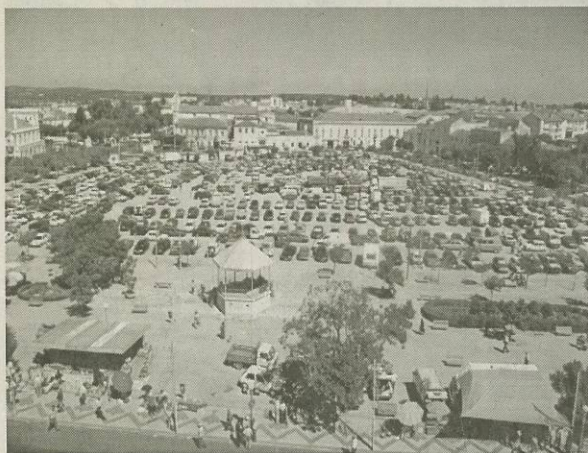
O presente e o futuro exigem e agradecem que haja locais dignos para instalar os comerciantes a quem o tempo deu direitos de alforria e que os passeios fiquem livres da actual imagem de decadência.

Aqui ficam os desafios a todos os estremocenses e aos que, não o sendo, gostam desta bela cidade.

Discuta-se o que for necessário.

Mas, parafraseando o autor anónimo que o escreveu nas pedras paradas de Alqueva - decidam-se... (p...). Com brevidade.

José Amante  
Fevereiro 1999



que envelheciam, para um visual terceiro mundista que, de modo nenhum, se coaduna com o perfil desta bela cidade alentejana. Mesmo no período pós-25 de Abril, os executivos municipais não geriram

central possa continuar a ser utilizado como parque de estacionamento de automóveis.

É, quer se goste quer não, a satisfação de uma necessidade sentida por todos os que utilizam

autarquias portuguesas têm, também elas, procurado interessar os particulares na sua execução, através da cedência de concessões mais ou menos alargadas no tempo e com regras claras de ex-

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 469, de 19 de Março de 1999, p.2, Biblioteca Municipal de Estremoz



## **ANEXO CXXXII**

**Figura 148 – Artigo intitulado “Combatentes mudam de lugar”**



**Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 489, de 28 de Janeiro de 2000, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz**



## ANEXO CXXXIII

Figura 149 – Artigo intitulado “Combatentes deslocados” e comunicado

# Combatentes deslocados

Por razões que se prendem com a comodidade e segurança da circulação automóvel e o arranjo urbanístico do Rossio Marquês de Pombal, o monumento aos Combatentes da I Guerra Mundial situado no Largo dos Combatentes está a ser deslocado alguns metros para sueste. O monumento ficará implantado no centro de uma grande “rotunda” oval que substituirá as actuais duas existentes naquele espaço.

A obras de transferência, iniciadas na segunda-feira 17, foram projectadas pela empresa Sotecnidiana, de Évora e estão a ser executadas pela empresa Edicon, de Lisboa. Deverão estar terminadas nos começos de Março e

têm atraído a permanente atenção dos estremocenses dada a delicadeza de que se reveste a movimentação de um monumento daquela grandiosidade e simbologia.

As obras consistem na desmontagem de todas as peças que serão transferidas para um estaleiro onde deverão ser devidamente limpas e, se necessário, reconstruídas.

---

Liga dos Combatentes  
Núcleo de Estremoz

## Comunicado

Há cerca de sete décadas e decorridos que estavam 15 anos sobre a data da Assinatura do Armistício que pôs fim à I GRANDE GUERRA MUNDIAL, um grupo de homens firmes e corajosos deu corpo a uma ideia que levaria oito longos anos a concretizar-se, devido às dificuldades enormes que esses homens tiveram que ultrapassar: dotar Estremoz com um Monumento de homenagem àqueles que naquele conflito deram o que tinham de mais precioso, a própria vida. E conseguiram erigir um dos mais expressivos de todos os disseminados pelo país e que constitui o justificado orgulho dos estremocenses.

Foi inaugurado, com pompa e circunstâncias no dia 8 de Setembro de 1941, tendo-se mantido na posse da Liga dos Combatentes até ao dia 27 de Maio de 1963, data do Auto de Entrega à Câmara Municipal do concelho, ficando, portanto, a pertencer à cidade que muito se orgulha de o possuir.

Inserido no arranjo global do arranjo urbanístico do Rossio Marquês de Pombal, entendeu por bem a Câmara Municipal proceder agora à deslocação do Monumento alguns metros para Sueste do local onde se encontra implantado, dando assim origem a uma única rotunda, em vez das duas existentes, com o fim de proporcionar uma melhor fluência de trânsito e ao mesmo tempo uma valorização do Monumento em causa.

Entregue, pela autarquia, a empreitada a uma conceituada Empresa de Lisboa, os trabalhos iniciaram-se no dia 17 do corrente mês, mas, com uma grande preocupação, este Núcleo e os estremocenses estão verificando que a transferência do Monumento não é, de modo nenhum, tarefa fácil, visto que alguns dos blocos que constituem a estrutura do mesmo se estão quebrando, pelo que muitos filhos da cidade, combatentes de outra guerra e a Direcção de Núcleo ficaram alarmados e bastante apreensivos com aquilo que já con-

sideravam a destruição do Monumento aos Combatentes da Grande Guerra, na cidade do Gadanha. Alertada a Câmara Municipal pelo signatário, foi prometido que o Monumento ficará exactamente na mesma, pois os blocos que se quebraram e outros que eventualmente se vierem ainda a partir, serão substituídos por outros iguais e que, por consequência, não destoarão do conjunto harmonioso do nosso belo Monumento.

Deste modo, serve a presente Comunicado para tranquilizar toda a população e dar a certeza de que no dia 9 de Abril próximo, aquando das Comemorações da Batalha de La Lys e do DIA DO COMBATENTE, o nosso belo Monumento, quicá valorizado e com o simbolismo de sempre, servirá mais uma vez de cenário para as cerimónias que ali se realizariam

O Presidente  
**José Jerónimo Velez Correia**  
Major Ref.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 489, de 28 de Janeiro de 2000, p.2, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXIV

Figura 150 – Artigo intitulado “Finalmente o Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 497, de 19 de Maio de 2000, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz

Figura 151 – Artigo intitulado “Ossos do ofício, Descoberta arqueológica “empata” obras do Rossio”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 520, de 4 de Maio de 2001, p.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXV

Figura 152 – Artigo intitulado “Ossos do ofício, Descoberta arqueológica “empata” obras do Rossio”

# Ossos do ofício

## Descoberta arqueológica “empata” obras do Rossio



viais, quando foram encontrados vestígios de ossos humanos.

As obras pararam imediatamente no local e o caso foi entregue ao Instituto Português de Arqueologia, que decidiu ser mercedor de um acompanhamento arqueológico –

proceder-se-á à abertura das sepulturas encontradas, operação que então já estará a cargo de um antropólogo. Só então se poderá dimensionar, de facto, a importância do achado. Por isso, explica Adélia Garcia, não adianta especular. “Nós em arqueologia nunca pensamos, só depois de a terra ter sido levantada, e de tudo ser estudado. Por enquanto só temos uma sepultura, mas vamos continuar a levantar aquela área e vamos ver”.

Para ela, a questão do significado deste tipo de descobertas não se põe em causa. O que para o cidadão comum não passa de um conjunto de ossos que estão ali a empatar as obras, para Adélia Garcia “tem sempre significado”.

Porque “mesmo que seja uma sepultura isolada podemos sempre estudá-la e interpretá-la, e tentar perceber porque é que aquela pessoa foi sepultada ali, naquele canto de um espaço tão grande. Eu compreendo que as pessoas pensem de outra maneira, para quê preservar os riscos numa pedra, uns bonecos mal feitos, se nós precisamos é de uma barreira... É normal. Agora, cabe à outra parte explicar que as pessoas não vivem só de coisas que se consomem no imediato, os sacos de plástico, as embalagens dos iogurtes, as garrafas sem depósito... Os povos têm uma história, e estas descobertas materializam-se em informação e num maior conhecimento das comunidades humanas que viveram antes de nós”.

Mas o que nos pode, afinal, dizer uma ossada humana de idade indeterminada, ainda por cima incompleta? “Em princípio, aquela sepultura não será mais do que aquilo mesmo. Poder-se-á estudar o sexo do indivíduo, provavelmente patologias que tenha tido, se tiver espólio a classe social... É uma informação que tem mais interesse do que propriamente recuperar moedas, ou os chamados tesouros, porque, pode não parecer nada, mas podem aparecer uns restos de cerâmica, fragmentos de metal, escória, ossos até de animais, e serem tão ricos em informação que nos permitam saber mais sobre o grupo humano, a economia do grupo humano em que viveu, e isso é mais importante do que aparecerem os tesouros”.

Mesmo sem especulações, há uma boa dose de expectativa a rodear a única sepultura até agora encontrada, tanto mais que, aos olhos experientes de Adélia Garcia, deve encontrar-se intacta. “A sepultura parece não ter sido mexida. Os terrenos que estão por cima, esses sim, estão mexidos, são de revolvimentos, são entulhos para alisar o Rossio, mas o sedimento geológico onde encontramos a sepultura não. Ou seja, tudo o que lá estiver dentro está como foi posto. Uma parte já foi cortada com a máquina, porque as pessoas quando estavam a abrir a vala não sabiam o que é que havia ali, mas pararam a tempo”.

Já em redor da grande laje de xisto, não é provável que se encontre nada de relevante. “Todos os extractos que temos estado a tirar são entulhos. Pedras, bocados de tijolo, até máquinas de barbear, daquelas de plástico... Por isso temos estado a trabalhar com a picareta e com a enxada, não é necessário ser de outra maneira, porque são tudo terrenos de enchimento. Mas tudo o resto vai ser feito com ferramentas mais delicadas, para que não se desperdice nenhuma informação”.

Desta recolha de informações poderá depender a compreensão sobre a idade e o motivo do enterramento naquele lugar, já que Adélia Garcia não parece certa de que haja uma relação entre esta sepultura isolada e os cemitérios em redor das igrejas. “Esta parece ser mais recuada no tempo do que esses enterramentos junto às igrejas. Mas sem mais dados não podemos calcular a idade do indivíduo”.

**Trabalho com o empenhamento de todos. Mas, até quando?**

Adélia Garcia está, até agora, contente com o decorrer dos trabalhos. Tirando uns dias de chuva, que inviabilizam qualquer actividade, tudo corre pelo melhor. Mesmo porque, como ela própria refere, o empenhamento da Câmara tem sido inexcelável. “Eu penso que a Câmara percebeu muito bem tudo isto. Não é normal uma Câmara ser tão interessada neste tipo de coisas. Tudo o que o arqueólogo solicitou como sendo necessário para prosseguir os trabalhos, não é exagero dizer que foi imediatamente cumprido porque foi mesmo assim. Tudo. Uma colaboração extraordinária, mesmo dos vários gabinetes, de desenho, de topografia, da biblioteca, os operários, toda a gente empenhada e numa colaboração muito estreita. Até o senhor Pardal, que está ali a escavar... Se ele vir uma textura diferente na terra, um caco, um osso, mesmo que seja de animal, ele vem-me logo mostrar. Já educou os sentidos para este trabalho”.

Se para Adélia Garcia este bom relacionamento com o poder autárquico é uma certeza, que inclusivamente lhe deverá proporcionar o acompanhamento em outras duas intervenções arqueológicas a realizar em Estremoz (uma no Convento das Maltezas, para o Pavilhão da Ciência Viva, e outra nas Portas dos Currais, por solicitação do vereador das obras), já em relação ao fim de todo este processo tudo é ainda uma incógnita. “Ainda não há uma data certa para o fim dos trabalhos. Em arqueologia só há certezas depois de se estudar tudo”.

Depois da sondagem, virá o antropólogo. As sepulturas serão abertas e os ossos removidos, neste caso, para a Universidade de Évora, onde serão estudados. Futuramente deverão ser guardados no IPA, já que a Câmara não tem um gabinete de arqueologia. Mas tudo depende do relatório que o arqueólogo e o antropólogo fizerem ao IPA, que em todo o caso

terá sempre a última palavra em relação ao destino das descobertas, bem como do local onde elas aconteceram.

Vai continuar, assim, a constituir motivo de interesse e de divisão a pequena quadratura instalada num dos cantos do Rossio Marquês de Pombal. Duas maneiras de estar que, para Adélia Garcia, apenas dizem da normal curiosidade das pessoas em relação a algo que não conhecem bem. “Alguém dizia que uma pessoa já não é curiosa quando começa a envelhecer. Portanto, para nós isso quer dizer que as pessoas não são alheias. O contrário seria mais doloroso. Aquilo é estranho, há uma vedação, um homem a escavar, um rapaz a apanhar a terra e mais uma mulher, e as pessoas passarão e não terão curiosidade, seria pior. Às vezes é um bocado chato para nós, mas... Há uma pessoa que já explica tudo aos outros. Quer dizer, conta lá a maneira dela, nós não ouvimos, mas já é sensível. As pessoas mais velhas dizem isso está aí a empatar, está-se tudo a empatar por causa de uns ossos, mas já sabem que aquilo existe já demonstra interesse. Ou, como dizia o outro, falem de mim mesmo que seja mal, quer dizer que eu existo”.

Apetece dizer: existimos! E há já milhares de anos...

P.P.

---

### BOLETIM DE ASSINATURA

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Contribuinte nº \_\_\_\_\_

Desejo assinar o jornal “*Brados do Alentejo*” por um período de um ano (24 números), renovável por igual período até comunicação em contrário.

Renovação ☐ Alteração de Morada ☐

1) Basta indicar Nome  
2) Indicar Nome e Novo Endereço

Modo de pagamento: Vale Postal Nacional ☐ Cheque ☐  
nº \_\_\_\_\_/Banco \_\_\_\_\_

De Esc: \$00, À Cobrança através dos CTT ☐

\* Os recibos à Cobrança serão acrescidos das respectivas despesas.  
Assinalar com x os quadrículos respectivos

Os documentos de pagamento devem ser enviados à ordem de **BRADOS DO ALENTEJO** e remetidos para:  
**Rua Bento de Jesus Caraca, 2 - 7100 ESTREMOZ.**

As importâncias enviadas, quando superiores ao preço da respectiva assinatura, são consideradas como oferta para o fundo de apoio, caso não seja expressamente indicada outra situação.

ASSINATURAS:

Continente e ilhas..... 2.400\$00 (11,97euros)  
Estrangeiro..... 2.600\$00 (12,97euros)

(IVA à taxa de 5% incluído)

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 520, de 4 de Maio de 2001, p.11, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXVI

Figura 153 – Artigo intitulado “Escavações do Rossio vandalizadas”

# Escavações do Rossio vandalizadas

As escavações arqueológicas em curso no Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz, foram vandalizadas no fim-de-semana entre 23 e 25 de Novembro.

A situação foi descoberta na segunda-feira, dia 26, quando os funcionários que trabalham nas escavações iam retomar a actividade e depararam com as valas, que tinham deixado limpas, chelas de entulho, com perfis em parte desmoronados, ossos retirados das cavidades e metidos num saco de plástico ou espalhados pelo chão, pedaços de cerâmica e da placa de xisto arrancados da camada estratigráfica, entre outros indícios de violação dos trabalhos.

Além de rastros da sua passagem pelo interior das valas, quem ali esteve deixou ainda como marca do seu “feito” uma inscrição a spray branco na parte interior do pano de protecção.

Ignora-se se os intrusos tiveram como móbil apenas o vandalismo ou se procuravam objectos de valor. Fosse por uma razão ou por outra, estes actos vieram afectar um

longo e paciente trabalho de investigação arqueológica com repercussões no futuro da escavação.

Recorde-se que a escavação em curso vem na sequência da descoberta de ossadas quando se iniciaram as obras de arranjo do Rossio. Na investigação logo iniciada foram encontradas duas sepulturas, uma de um adulto e outra de uma criança. Estas sepulturas foram escavadas na rocha e são antropomórficas, isto é têm a configuração do corpo humano e foram cobertas com uma placa de xisto, sendo a sua disposição no

solo orientada no sentido do sol nascente.

Embora não tenha ainda sido feito um rigoroso estudo antropológico, ad-

mite-se que se trata de enterramentos efectuados entre os séculos IV e VII d.C.

Isto significa que o local onde hoje se situa a cidade de Estremoz já era habitado há pelo menos 1300 anos.

As escavações continuam, tendo em vista apurar o maior número possível de dados sobre a história do local.

Mas parece que há quem não esteja interessado.



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 533, de 30 de Novembro de 2001, p.16, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXVII

Figura 154 – Artigo intitulado “Escavações no Rossio”

### Escavações no Rossio

Depois de longos meses de interrupção, foram retomadas no Rossio Marquês de Pombal as escavações arqueológicas iniciadas há mais de um ano

**D**epois de longos meses de interrupção, e resolvidos os problemas de ordem jurídico-institucional entretanto surgidos, foram retomadas no Rossio Marquês de Pombal, as escavações arqueológicas iniciadas há mais de um ano, no contexto das obras do arranjo urbanístico da praça e que revelaram a existência no local de uma importante necrópole.

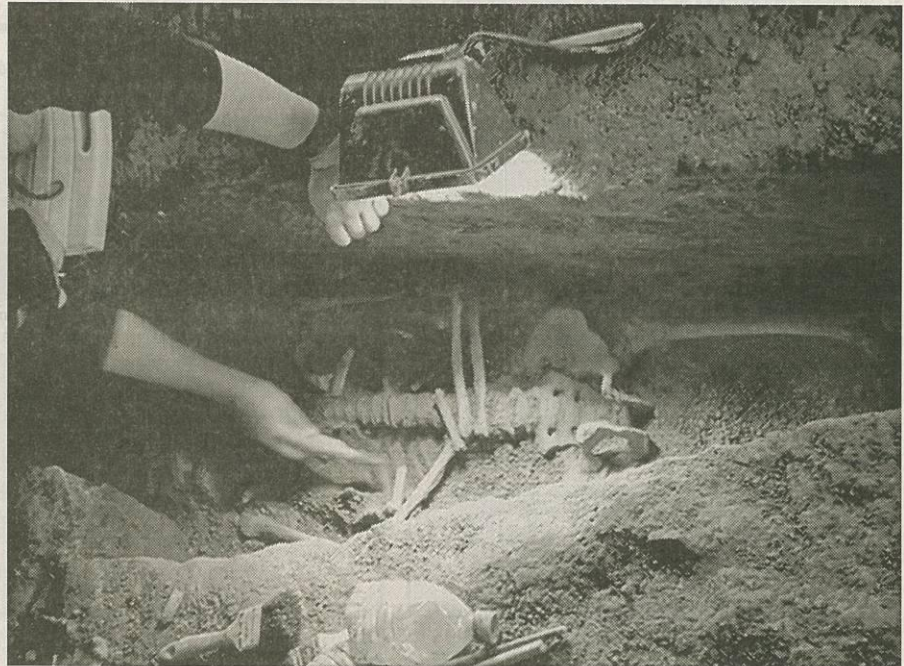
Os trabalhos decorrem agora a cargo da arqueóloga Patrícia Ascensão e já permitiram identificar vinte e seis sepulturas, que estão a ser escavadas, registadas e levantadas, para investigação arqueológica e antropológica.

Segundo Patrícia Ascensão, as investigações apontam para a existência de “uma necrópole que tem início na época medieval e terá sido utilizada durante um longo período”, pelo que o número de sepulturas ali identificadas, em conjunto com as que foram encontradas na Rua de Santo André nos “permitem já ter uma amostra da população que teria habitado Es-

tremoz durante alguns séculos” e ficarmos a saber um pouco mais da sua História.

E porque “a cidade dos vivos não pára com a cidade dos mortos”, os trabalhos arqueológicos estão a decorrer a bom ritmo, esperando-se que dentro de um mês a zona ocidental da praça onde decorrem as investigações já esteja devidamente estudada para que as obras de arranjo do Rossio, há tanto tempo começadas, possam retomar o seu curso para alegria dos estremocenses.

Além da equipa de Arqueologia, trabalha também na investigação a equipa de Antropo-



*Os trabalhos decorrem agora a cargo da arqueóloga Patrícia Ascensão e já permitiram identificar vinte e seis sepulturas,*

logia da Universidade de Évora que trata directamente dos ossos, fazendo o seu levantamento e posterior tratamento em laboratório. □

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 560, de 10 de Janeiro de 2003, p.11, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXVIII

Figura 155 – Artigo intitulado “Vivia na Idade Média em Estremoz e o fungo que tinha num pé era raro na Europa”



Fonte: Jornal Público, de 6 de Fevereiro de 2017, p.28, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXXXIX

**Figura 156 – Artigo intitulado “Vivia na Idade Média em Estremoz e o fungo que tinha num pé era raro na Europa”**

nos ossos, lepra, anquilose congénita ou pé de Madura. “Percebemos que se tratava de uma madurimicose [ou pé de Madura], nome de uma doença que é estranho encontrar-se nesta região”, explica Ana Curto, agora a fazer o doutoramento na Universidade de Kent, no Reino Unido.

O pé esquerdo apresentava marcas de alterações do osso do calcanhar e no cubóide (osso do tarso que se articula com o calcâneo), que provocaram anquiloses (paragem de movimento numa articulação), assim como uma artrose do calcanhar e do astrágalo (osso da articulação entre a tibia e o osso do calcanhar).

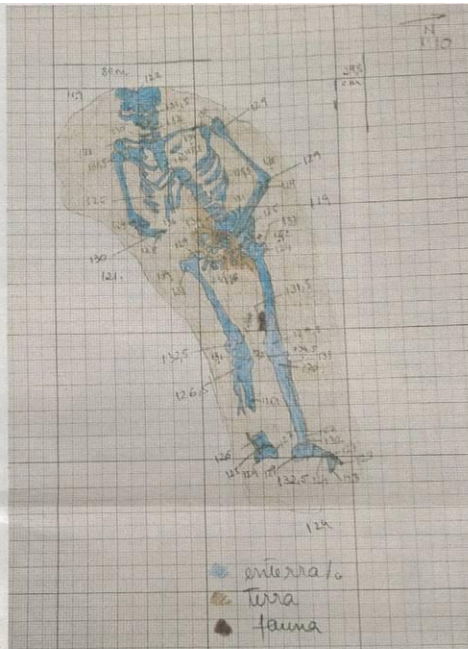
#### Num país (quase) tropical

O que é então esta doença? O pé de Madura é uma doença crónica que se instala nos ossos e afecta a sua formação, destruindo também a cartilagem das articulações. É provocada por actinobactérias (também conhecidas como actinomicetos e cujo aspecto tem parecenças com fungos) ou mesmo por fungos eumicetos. Teresa Matos Fernandes salienta que não é possível excluir outras doenças para as lesões observadas no esqueleto. “Contudo, a morfologia das lesões, bem como a sua localização e distribuição e ainda a semelhança com as lesões observadas em casos clínicos (actuais) sugerem muito fortemente uma infecção provocada por fungos causadores do pé de Madura.”

A madurimicose é transmitida através da pele, tem um período de incubação de semanas, meses ou mesmo anos e pode levar à perda de função dos ossos. O pé de Madura está associado a climas tropicais, subtropicais ou a áreas equatoriais, ou seja, a latitudes associadas à chamada “cintura do micetoma”. Aliás, o próprio nome da doença deriva da cidade de Madura, na Índia, onde foi reportada, pela primeira vez, em meados do século XIX.

Afecta sobretudo a população que anda descalça e trabalhadores agrícolas num clima húmido, com vegetação abundante e espinhosa. As zonas do corpo mais afectadas são as coxas, os joelhos, as pernas, as mãos, os braços ou os pés. É muito comum nos homens, por tradicionalmente desempenharem certos trabalhos na agricultura, e também pode haver uma inibição desta doença nas mulheres causada pela progesterona (uma hormona sexual feminina).

Os primeiros casos clínicos na Europa surgiram na Grécia e na Itália, durante os anos 1920. Em Portugal, conheciam-se apenas três casos, um de 1963, outro de 1970 e ainda um de 1971. Os três indivíduos terão sido infectados por outras pessoas que estavam em viagem, talvez vindas de África. Entretanto, mais casos foram reportados em Portugal. Mais recentemente, por volta de 2013, foi co-



**Nesta página: desenho de campo do esqueleto que tinha pé de Madura; e em baixo, um dos 115 esqueletos encontrados na necrópole de Estremoz, por baixo do parque de estacionamento no centro da cidade**

**Na página ao lado, ossos do pé do esqueleto estudado com as lesões causadas pelo fungo e o seu crânio furado pelo método da trepanação**

nhecido o caso de um agricultor de 46 anos, da Madeira, onde terá sido infectado, e que tinha um inchaço no pé direito. A doença terá evoluído ao longo de oito anos. Conhece-se ainda um caso de 2015, de uma mulher cabo-verdiana, que terá contraído a doença no seu país de origem. “Penso que o fungo também existe no Sul da Europa, mas com o uso generalizado de calçado as infecções não são frequentes”, explica Ana Curto.

A nível arqueológico, em Portugal, apenas se conhece o esqueleto da necrópole de Estremoz: “Por enquanto, este esqueleto é o único caso em Portugal”, sublinha Ana Curto. “A verdade é que não sabemos se no passado este tipo de fungo terá sido mais frequente na Europa (pelo menos no Sul), mas a utilização de sapatos, por exemplo, poderá ter ajudado a diminuir os casos de infecção”, explica. “É surpreendente encontrar esta infecção na Europa, porque se pensa que estas infecções estão restritas a zonas tropicais e subtropicais.”

Em todo o mundo, há mais um caso arqueológico conhecido e publicado num artigo científico: é do México, que se situa na cintura do micetoma. “Há também um possível caso em Israel, que foi depois rediagnosticado como tendo lepra. Porém, é possível que tenha tido as duas infecções”, informa Ana Curto.

Quanto ao indivíduo do esqueleto de Estremoz, não se sabe concretamente quem era e como terá sido infectado. “Possivelmente, pode ter sido infectado fora de Portugal e também não se pode excluir a hipótese de que foi infectado fora do território europeu”, lê-se no artigo. “Era uma população que se movia muito. Não conseguimos perceber se foi infectado na Europa ou no Médio Oriente”, diz ainda Ana Curto.

Na Idade Média, Estremoz era uma pequena localidade rural. Por isso, o homem poderá ter sido um agricultor. “Nada, na sua sepultura e no tipo de prática funerária que lhe foi dada, indica que o indivíduo em questão se destacaria dos restantes, ou seja, deveria ter uma profissão e posição social correntes para a época e local”, explica Teresa Matos Fernandes. “Pode colocar-se a hipótese de ter estado envolvido em trabalhos agrícolas, que estão associados a situações de risco (por andarem descalços e estarem sujeitos a feridas que os fungos utilizariam como uma porta de entrada no organismo)”, acrescenta.

Se o pé de Madura é uma doença característica de climas tropicais, isso também pode querer dizer algo mais. “É conhecida a existência de uma anomalia climática europeia entre 1000 e 1400, com clima mais quente, propício aos fungos deste tipo”, diz Teresa Matos Fernandes. “Essa infecção está [hoje] mais relacionada com os países tropicais. Nes-

ta altura, Estremoz era mais húmida do que é agora”, refere por sua vez Ana Curto. Como Estremoz tinha um clima mais húmido na Idade Média, então confirmam todas as suspeitas: “Suporta a hipótese de se tratar de uma infecção fúngica.”

#### Pé tratado na cabeça?

Há ainda outras particularidades neste esqueleto. O seu crânio apresenta pequenos furos, de 31 a 21 milímetros de diâmetro, que as investigadoras relacionaram com uma forma de tratamento, a trepanação. “Este podia ser um índice de medicina e estar relacionado com essa patologia [o pé de Madura]. Pode ter sido uma forma de ajudar a resolver esta doença”, considera Ana Curto.

Mas isto ainda é só uma hipótese. Ana Curto diz que é necessário mais dinheiro para se estudar mais pormenores deste esqueleto. “Sem financiamento, não conseguimos encontrar mais nada.” Teresa Matos Fernandes concretiza o que poderia fazer-se: “Um diagnóstico molecular [com ADN] poderá ser tentado, assim como uma análise de isótopos [variantes de átomos] que possam esclarecer a eventual existência de mobilidade do indivíduo.” Para estas análises, Ana Curto estima serem necessários cerca de 1500 euros, mas ainda é preciso “mais dinheiro” para estudar em detalhe toda a necrópole de Estremoz e contratar um antropólogo durante alguns meses.

Ora, o esqueleto de Estremoz foi um dos vestígios arqueológicos destacados na revista norte-americana *Forbes* no final de 2016. “Um estudo publicado este ano mostra que um homem viveu com micetoma, no século XIV, no Sudeste de Portugal”, lê-se na revista, que coloca o esqueleto de Estremoz no 10.º lugar entre dez esqueletos mais intrigantes de 2016. “No passado, antes da aplicação de bons antifúngicos e antibióticos, o micetoma seria de cura quase impossível, a não ser que fosse praticada a amputação do membro.”

Na lista, está ainda o esqueleto de um gladiador romano sem cabeça, encontrado em Inglaterra; o do cantor italiano do século XIX Gaspare Pacchierotti; ou ainda dentes de esqueletos de 20 mulheres no século VI, que permitem perceber como a peste justiniana as afectou.

Além do pé de Madura do esqueleto de Estremoz, na necrópole da cidade alentejana encontraram-se doenças em mais dois esqueletos – um tinha a síndrome de Klippel-Feil (anomalia congénita que se caracteriza pela ausência ou fusão de algumas vértebras) e o outro sofria de epifisiólise (doença óssea rara do fémur). Tudo isto num Alentejo mais húmido do que o actual.

teresa.serafim@publico.pt

Fonte: Jornal Público, de 6 de Fevereiro de 2017, p.29, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXL

**Figura 157 – Artigo intitulado “Concurso de ideias para o Rossio, Apresentada proposta vencedora”**

CONCURSO DE IDEIAS PARA O ROSSIO

# Apresentada proposta vencedora

A Câmara Municipal de Estremoz apresentou no passado sábado, dia 7, a proposta vencedora do concurso de ideias para concepção do espaço público do Rossio Marquês de Pombal e largos adjacentes.

A apresentação do trabalho teve lugar na recém inaugurada “Casa de Estremoz”, numa sessão que contou com a presença do secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, e a curiosidade de muitos estremocenses. Antes procedeu-se à inauguração da exposição dos nove trabalhos apresentados ao concurso, patente no edifício da Câmara Municipal.

O trabalho premiado é da responsabilidade do arquitecto Adalberto Dias, que explicou as linhas orientadoras e a filosofia subjacentes à sua proposta e a quem cabe agora desenvolver os trabalhos que darão continuidade ao projecto. Este, como consta dos termos do concurso, prevê uma intervenção no Rossio Marquês de Pombal, Largo do Gadanha [sic], Largo General Graça, Praça Luís de Camões, Rua 5 de Outubro e Largo da República, visando a sua requalificação *“designadamente nos domínios artísticos, do ordenamento do território, do planeamento urbanístico, da arquitectura e engenharia civil”*.

A proposta apresentada poderá, eventualmente, ser discutida pela população e sofrer alterações. Tal possibilidade foi admitida pelo presidente do município, José Alberto Fátima, em declarações à comunicação social. “Fizemos hoje a apresentação pública, fica em exposição a maquete e a proposta geral, e há disponibilidade da Câmara Municipal e da equipa projectista para receber contributos e pensamos que poderá haver outros momentos para aí, com debate, poder justificar as soluções que estão apresentadas”, disse o autarca adiantando que um desses momentos poderia acontecer no âmbito de uma sessão da Assembleia Municipal “que já mostrou interesse em conhecer mais aprofundadamente este projecto”.

● **O trabalho premiado, assinado por Adalberto Dias, prevê uma intervenção no Rossio Marquês de Pombal, Largo do Gadanha, Largo General Graça, Praça Luís de Camões, Rua 5 de Outubro e Largo da República.**

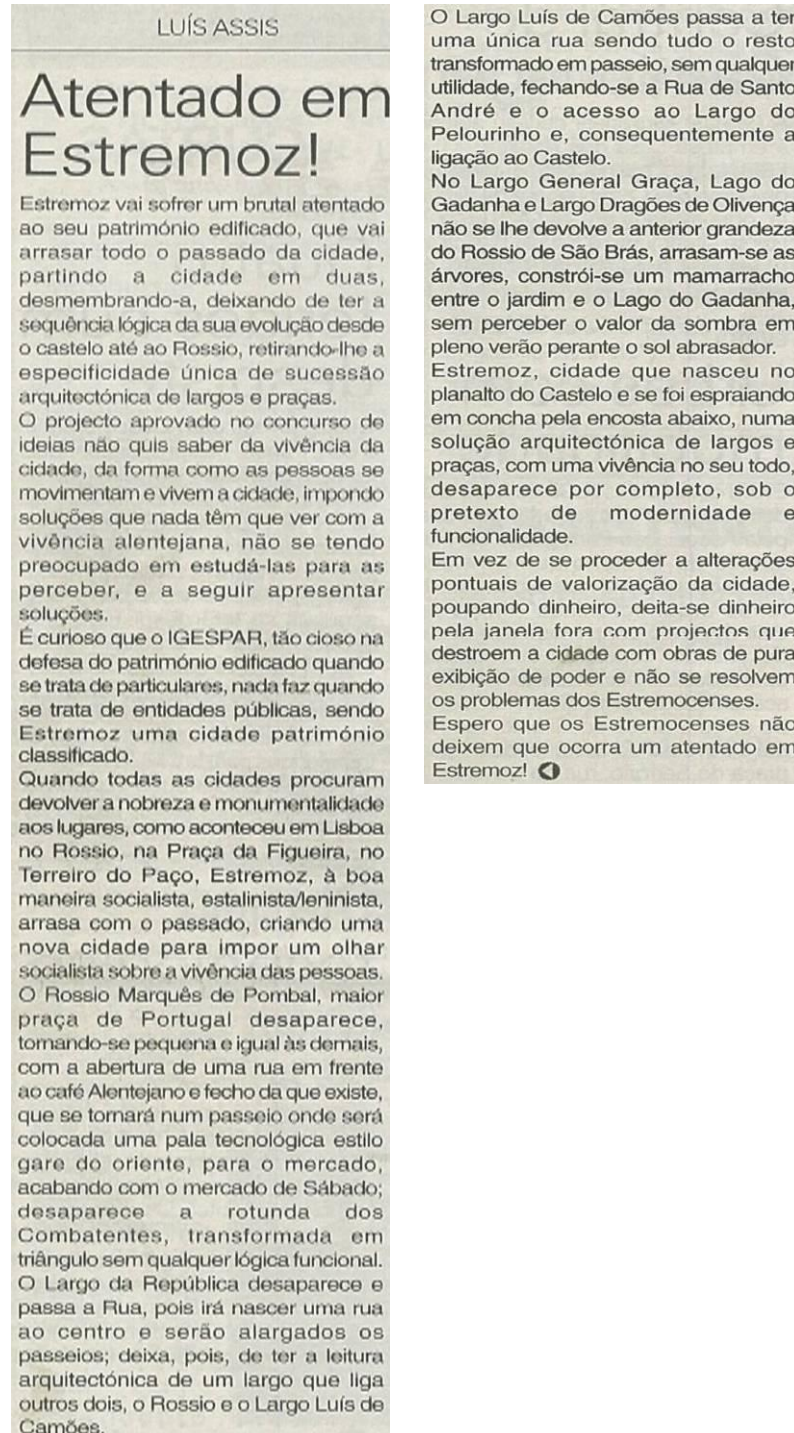
*Maquete do projecto vencedor*



**Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 691, de 12 de Junho de 2008, p.7, Biblioteca Municipal de Estremoz**

## ANEXO CXLI

Figura 158 – Artigo intitulado “Atentado em Estremoz!”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 692, de 26 de Junho de 2008, p.6, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXLII

Figura 159 – Artigo intitulado “Rossio aberto a discussão”

# Rossio aberto a discussão

FOTOS H.F.

Abaixo assinado reclama discussão pública para novo projecto do Rossio

**PEDRO M. PEREIRA**

A Câmara Municipal de Estremoz apresentou no dia 7 de Junho a proposta vencedora do concurso de ideias para concepção do espaço público do Rossio Marquês de Pombal e largos adjacentes. O trabalho premiado, da responsabilidade do arquitecto Adalberto Dias, prevê uma intervenção no Rossio Marquês de Pombal, Largo do Gadanha [sic], Largo General Graça, Praça Luís de Camões, Rua 5 de Outubro e Largo da República, visando a sua requalificação “designadamente nos domínios artísticos, do ordenamento do território, do planeamento urbanístico, da arquitectura e engenharia civil”.

Na circunstância, o presidente do município, José Alberto Fateixa, admitiu à comunicação social que a proposta poderia eventualmente vir a ser discutida pela população e sofrer alterações. “Há disponibilidade da Câmara Municipal e da equipa projectista para receber contributos, e pensamos que poderá haver outros momentos para aí, com debate, poder justificar as soluções que estão apresentadas”, disse o autarca, adiantando que um desses momentos poderia acontecer no âmbito de uma sessão da Assembleia Municipal.

E é exactamente a discussão pública sobre o projecto que reclama um abaixo assinado que circula actualmente na cidade de Estremoz, e que já começou a ser distribuído nas freguesias rurais do concelho. O documento, sobre o Brados, é iniciativa de um grupo de cidadãos que se dizem

“preocupados com o que se perspectiva para a cidade segundo o projecto vencedor do concurso”, e como preâmbulo à sua petição avisam que “Estremoz vai sofrer um brutal atentado ao seu património edificado, que vai arrasar todo o passado da cidade, partindo a cidade em duas”. Explicitam depois que “O Rossio Marquês de Pombal, maior praça de Portugal desaparece, tornando-se pequena; desaparece a rotunda dos Combatentes, transformada em triângulo; o Largo da República desaparece e passa a Rua; o Largo Luís de Camões passa a ter uma única rua, fechando-se a ligação ao Pelourinho”.

Denunciam ainda que “pela destruição de todo o centro histórico, a Câmara Municipal de Estremoz não quer que haja discussão pública” – o

que, como já referimos, não corresponde ao publicamente expresso pelo presidente da Câmara.

O manifesto termina com uma afirmativa: “Os cidadãos estremocenses abaixo assinados exigem que se discuta publicamente o referido projecto e que sejam os estremocenses a decidir o que é melhor para a cidade”.

O abaixo assinado circula sem qualquer identificação acerca de quem o promove, e utiliza os mesmos argumentos defendidos por Luís Assis na crónica quinzenal que assina no Brados do Alentejo (edição 692, de 26 de Junho), sendo que o primeiro parágrafo corresponde a uma reprodução integral dessa crónica.

Até ao fecho desta edição, o número de assinaturas recolhidas ultrapassava as 400.

**ABAIÇO ASSINADO**

Preocupados com o que se perspectiva para a cidade segundo o projecto vencedor do concurso, e como preâmbulo à sua petição avisamos que Estremoz vai sofrer um brutal atentado ao seu património edificado, que vai arrasar todo o passado da cidade, partindo a cidade em duas. Explicitamos depois que O Rossio Marquês de Pombal, maior praça de Portugal desaparece, tornando-se pequena; desaparece a rotunda dos Combatentes, transformada em triângulo; o Largo da República desaparece e passa a Rua; o Largo Luís de Camões passa a ter uma única rua, fechando-se a ligação ao Pelourinho.

Denunciamos ainda que pela destruição de todo o centro histórico, a Câmara Municipal de Estremoz não quer que haja discussão pública – o

**PORDUS OS ESTREMOCENSES HERCEM MAIS**

N.º	NOME	ASSINATURA
1	Adalberto Dias	[Assinatura]
2	Adalberto Dias	[Assinatura]
3	Adalberto Dias	[Assinatura]
4	Adalberto Dias	[Assinatura]
5	Adalberto Dias	[Assinatura]
6	Adalberto Dias	[Assinatura]
7	Adalberto Dias	[Assinatura]
8	Adalberto Dias	[Assinatura]
9	Adalberto Dias	[Assinatura]
10	Adalberto Dias	[Assinatura]

Num curto inquérito de rua Brados do Alentejo perguntou a cinco estremocenses o que pensam das alterações propostas.



**Elviro da Silva Chourico**  
68 anos – reformado

Via apenas aquilo que está em planta e para mim tem aspectos positivos, torna Estremoz uma cidade mais atraente, mais moderna e até tira algumas ruas e outros percursos que acho que estão a atrapalhar o movimento na cidade. Acho que a cidade fica mais urbana e com sentido de progresso. Mas acho que deve ser objecto de discussão pública.



**Clemente Patrício**  
53 anos – cauteleiro

Foi feito um projecto e um arranjo do Rossio que ainda não está acabado e já querem fazer outro em cima! Consteito essa ideia. Com o concelho degradado como está, a cidade degradada como está, o que se pensa fazer não é nenhuma prioridade para o concelho nem para a cidade de Estremoz. Não compreendo nem concordo.



**Joaquim Fernando Micael**  
68 anos – reformado

Acho que a ideia é magnífica. Embora eu desconheça o projecto, concordo plenamente que se faça qualquer coisa para melhoria da nossa cidade.



**António José Almeida Sousa**  
65 anos – reformado

Segundo aquilo de que tenho conhecimento, pensam fazer uma grande remodelação e transformações no Rossio e nos largos à volta e todas essas coisas. Não concordo com o que estão a pensar fazer e já assinei o abaixo assinado que anda aí a circular.



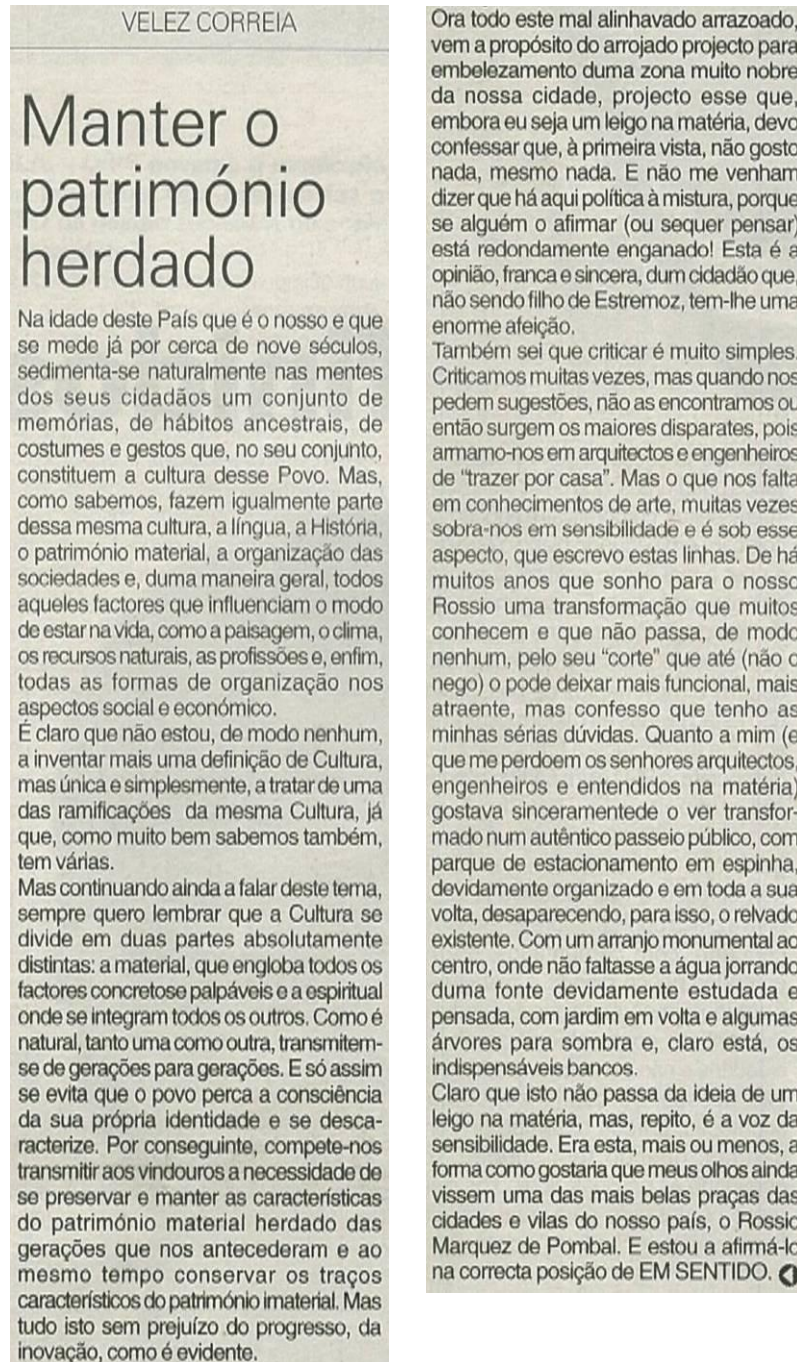
**Joaquim Ramalho**  
67 anos – Reformado

Acho que Estremoz precisa de uma lufada de modernidade e o que eu vi na apresentação da proposta na Casa de Estremoz penso que vai dar um bocado mais de graça e de mobilidade. O trânsito em si poderá ser melhor pois está caótico e assim não pode ser. Assim, acho que a cidade fica mais moderna.

Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 696, de 18 de Setembro de 2008, p.11, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXLIII

Figura 160 – Artigo intitulado “Manter o património herdado”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 698, de 16 de Outubro de 2008, p.5, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXLIV

Figura 161 – Artigo intitulado “Rossio Marquês de Pombal, Mourinha crítico das opções camarárias”

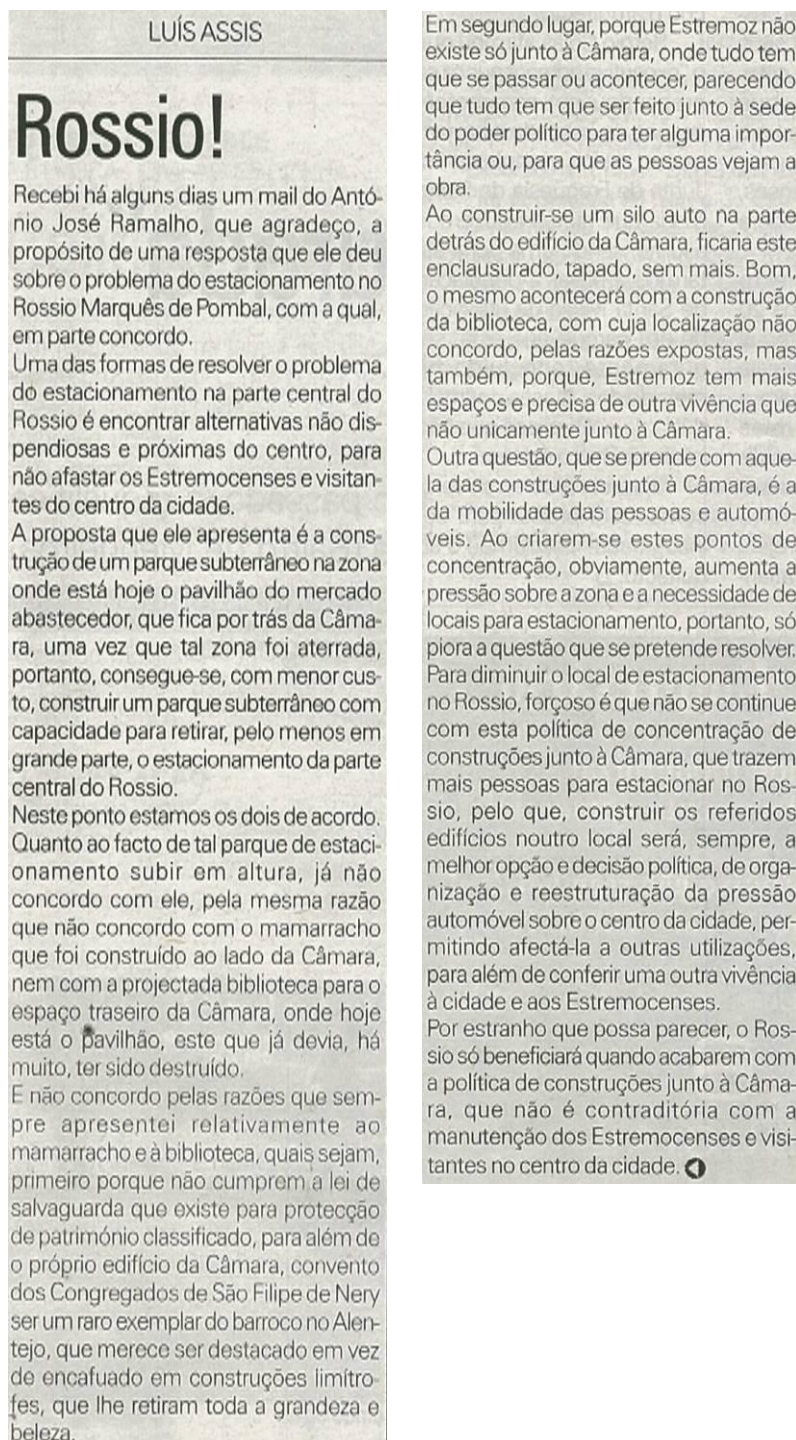


Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 700, de 13 de Novembro de 2008, p.1 e 8, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXLV

Figura 162 – Artigo intitulado “Rossio!”



Fonte: Jornal Brados do Alentejo n.º 731, de 18 de Fevereiro de 2010, p.6, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXLVI

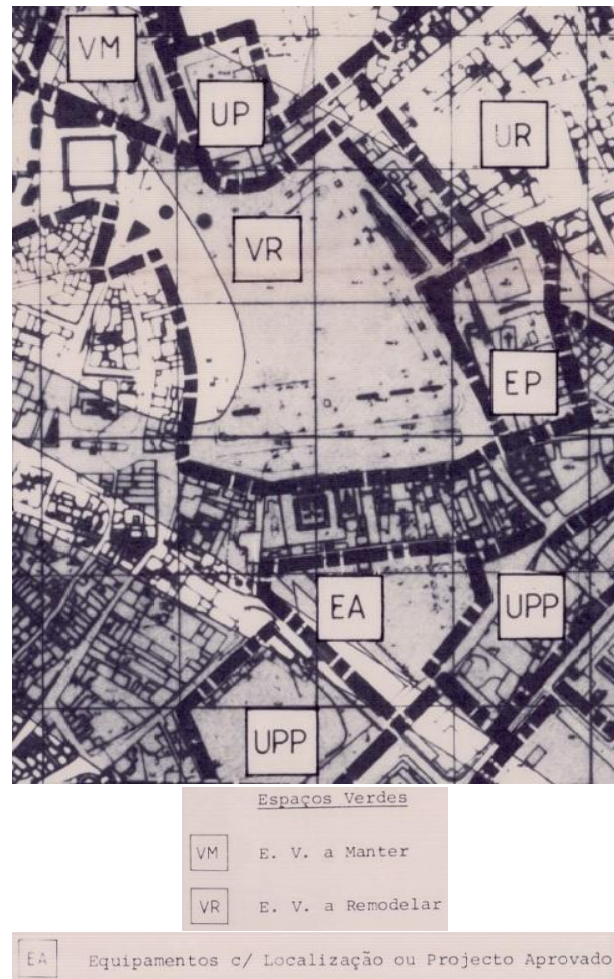
**Figura 163 – Extrato da “Planta de Apresentação do Estudo Prévio do Plano Geral de Urbanização de Estremoz - 1979”**



Fonte: PGUE (estudo prévio), Arq. e Urb. J.A. Coelho da Rocha (Aruplano), p.8, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXLVII

**Figura 164 – Extrato da “Planta de Zonamento do Anteplano Geral de Urbanização de Estremoz - 1984”**

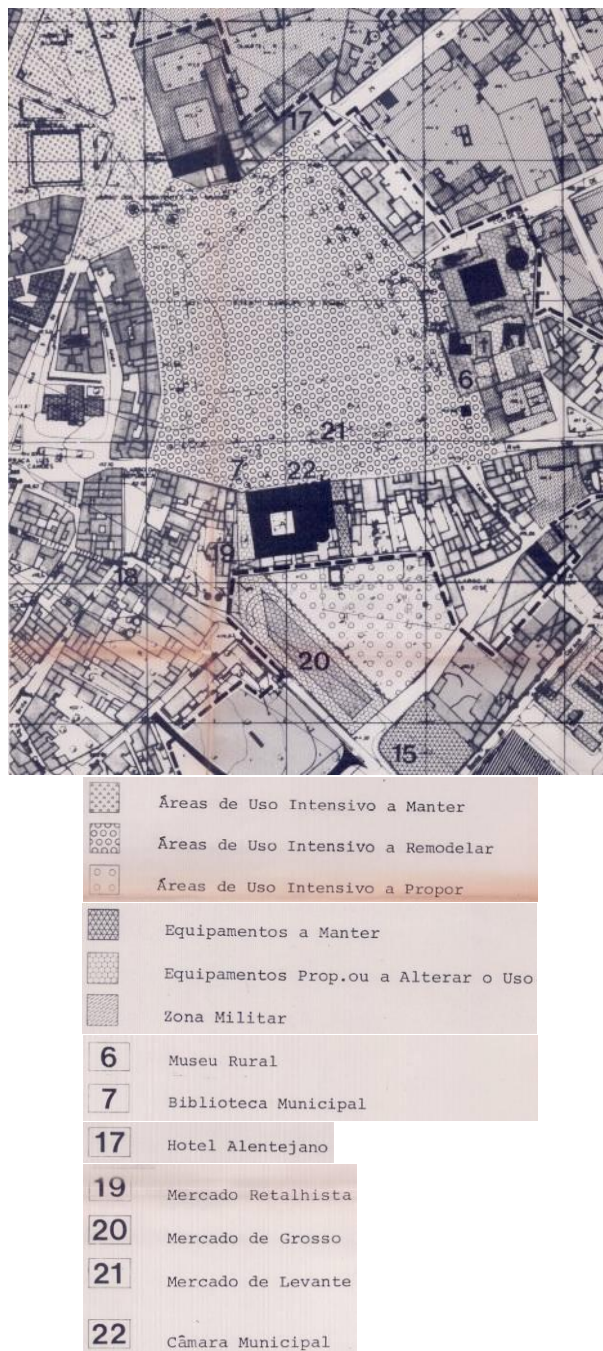


Fonte: PGUE (anteplano), Coplano, p. 9.1.1, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CXLVIII

Figura 165 – Extrato da “Planta de Síntese do Anteplano Geral de Urbanização de Estremoz  
- 1984”



Fonte: PGUE (anteplano), Coplano, p. E2, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CXLIX

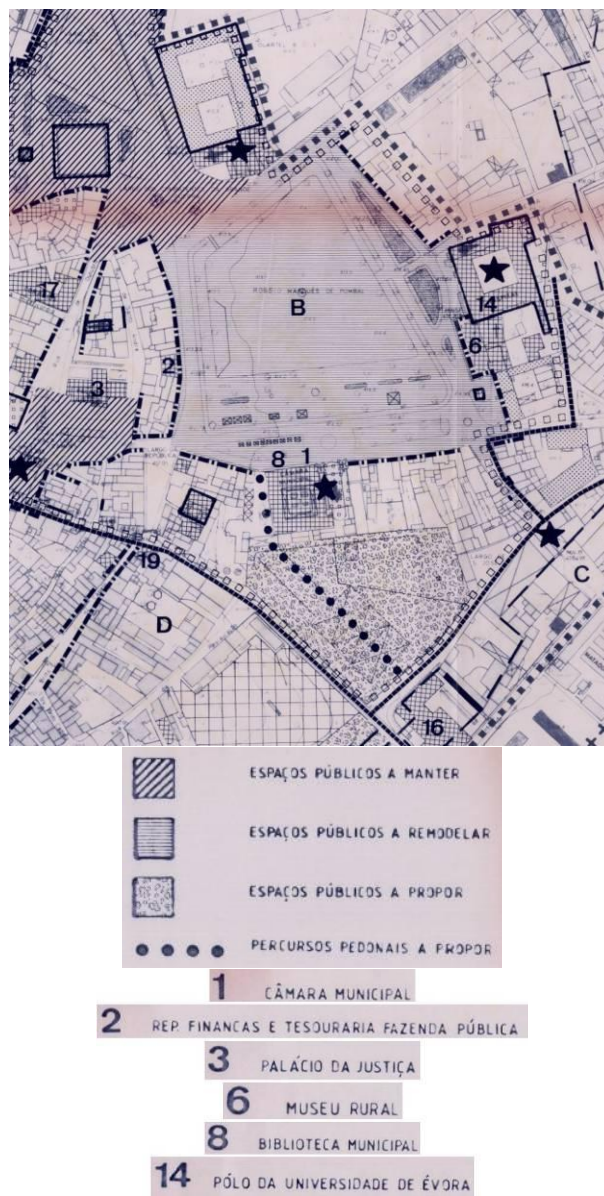
**Figura 166 – Extrato da “Planta de Síntese do Plano Geral de Urbanização de Estremoz - 1988”**



Fonte: PGUE, Arq. e Urb. J.L. Carrilho da Graça, p. 3, Biblioteca Municipal de Estremoz

## ANEXO CL

Figura 167 – Extrato da “Planta de Síntese do Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz - 1994”

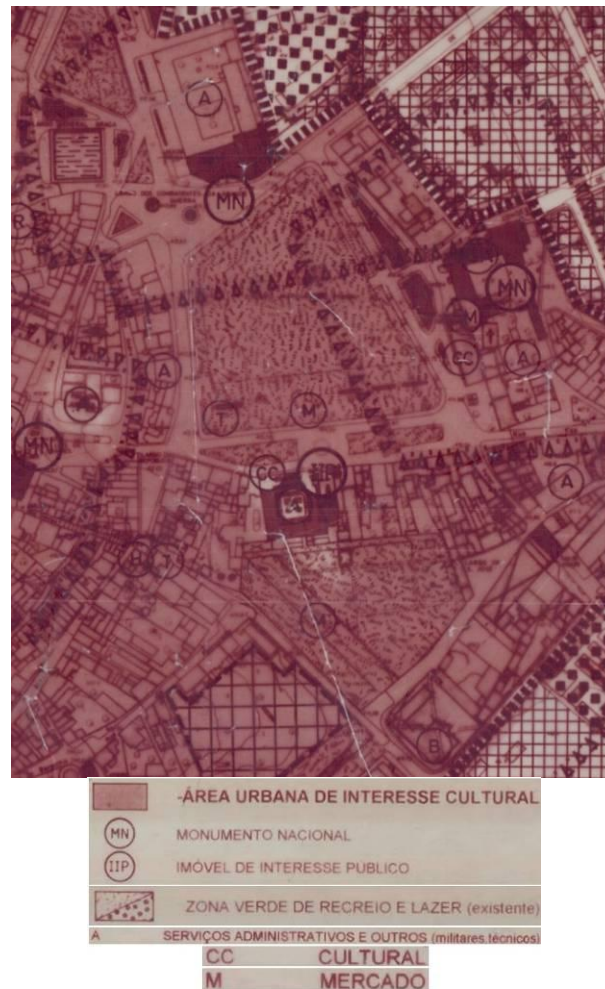


Fonte: PSVCHE, GTL, Biblioteca Municipal de Estremoz



## ANEXO CLI

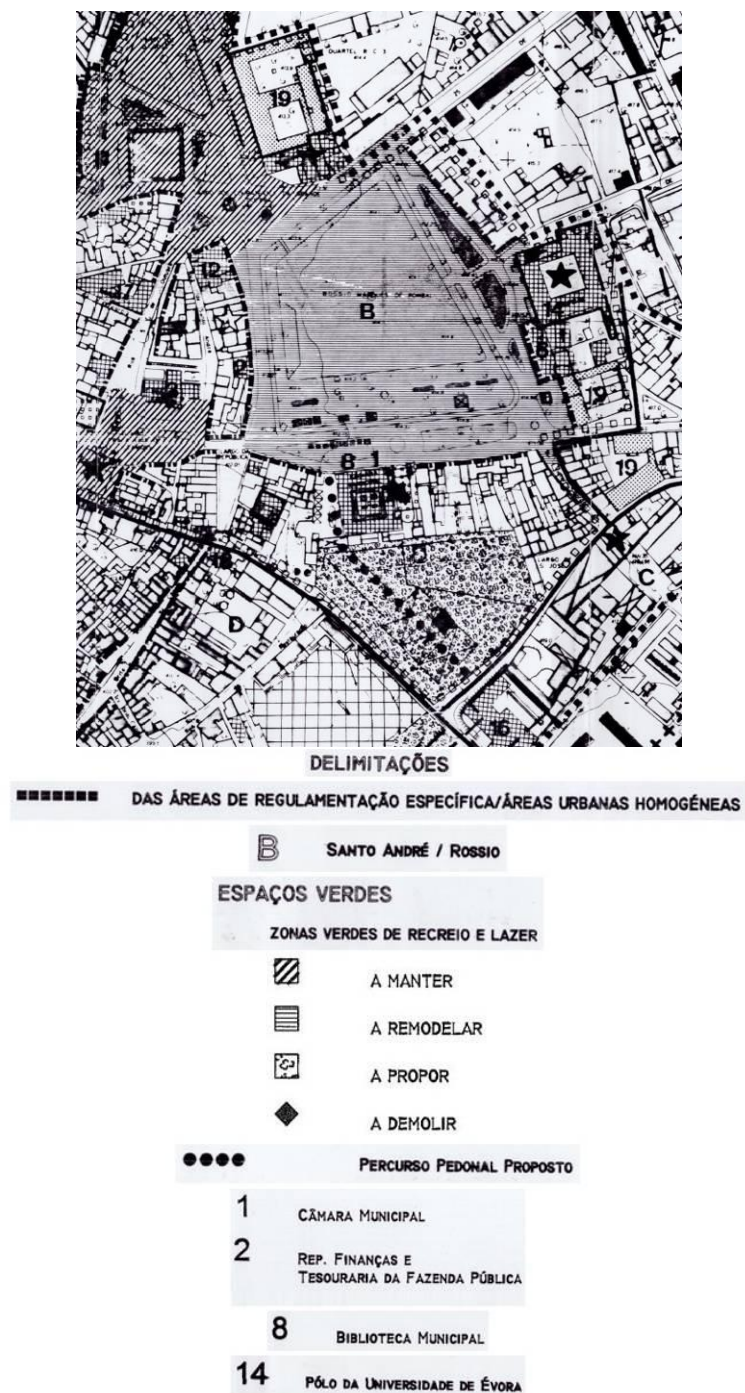
Figura 168 – Extrato da “Planta de Ordenamento - Estremoz do Plano Diretor Municipal do Concelho de Estremoz - 1995”



Fonte: PDM de 1995, CCM arquitetos Lda / A. Abreu e L. C. Real associados, p. 3, CMÉtz

## ANEXO CLII

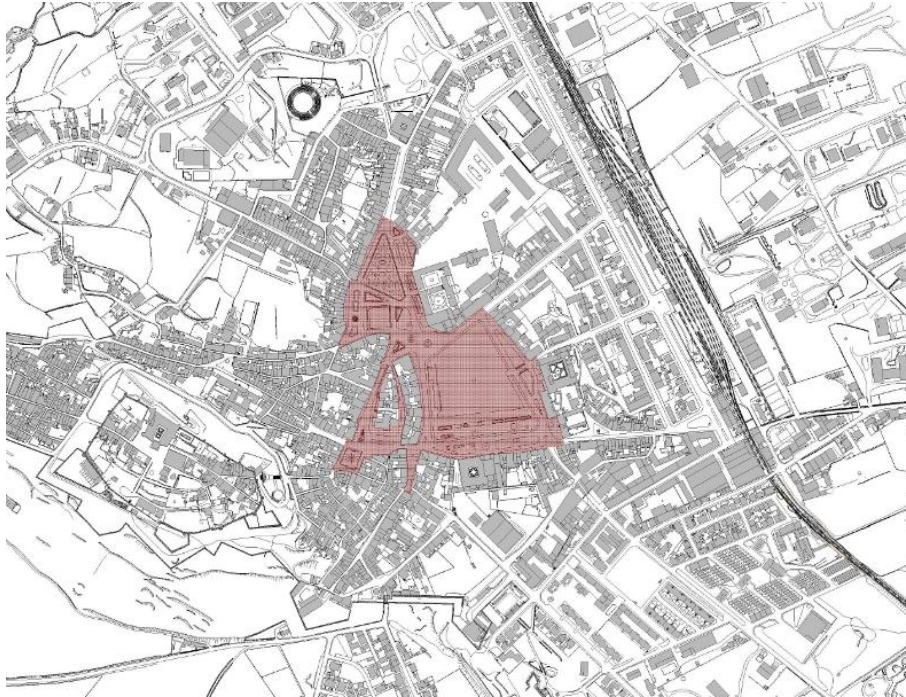
Figura 169 – Extrato da “Planta de Zonamento do Centro Histórico do Plano de Urbanização de Estremoz - 2001”



Fonte: PGUE de 2001, CCM arquitetos Lda / A. Abreu e L. C. Real associados, p. 4, CMetz

## **ANEXO CLIII**

**Figura 170 – Planta com delimitação da zona de intervenção do concurso público para “Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e largos adjacentes, em Estremoz” - 2007**



**Fonte: Termos de referência do concurso público para “Concepção do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal, e largos adjacentes, em Estremoz”, p. 10, CMÉtz**



## ANEXO CLIV

**Figura 171 – Ofício / parecer favorável condicionado da DRCA relativo à “Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz”**

GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURA

Direção Regional de Cultura do Alentejo

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de Estremoz  
Rossio Marquês de Pombal  
7100 Estremoz, Portugal

<b>Sua referência</b>	<b>Sua comunicação</b>	<b>Ofício n.º</b>	DRCALEN-S-2013/305894 (C.S:851535)
		<b>Data</b>	12/03/2013
		<b>Proc.º n.º</b>	Ex-DRE/2001/07-04/2965/PPA/5114 (C.S:109632)
		<b>Cód.Manual</b>	

**Assunto:** Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz.  
Rossio Marquês de Pombal Estremoz

**Requerente:** CM de Estremoz

Comunico a V. Ex.ª que por despacho da Sra. Diretora Regional de Cultura do Alentejo de 12/03/2013, foi emitido parecer Favorável condicionado sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente nos artigos 43.º, 45.º 51.º e 60.º, 74.º, 75.º, 77.º, 78.º e 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, alíneas a), b), c) e h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de Maio, e alínea g) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de Maio.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora Regional de Cultura do Alentejo


Aurora da Conceição Parreira Carapinha

Rua de Burgos, 5 • 7000 - 863 ÉVORA • Tel.: 266 769 800 - 266 796 450 • Fax: 266 769 451  
email: info@cultura-alentejo.pt

Fonte: CMETz

## ANEXO CLV


**Figura 172 – Informação / parecer favorável condicionado da DRCA relativo à “Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz”, p.1**

		<b>GOVERNO DE PORTUGAL</b>	<b>SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA</b>
Direção Regional de Cultura do Alentejo			
<b>Assunto :</b> Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz.			
<b>Requerente :</b> CM de Estremoz			
<b>Local :</b> Rossio Marquês de Pombal Estremoz			
<b>Servidão Administrativa :</b>	Castelo de Estremoz, composto pela muralha e respetivos baluartes da primeira linha de fortificações do século XIII, pelas portas e baluartes da segunda linha de fortificações do século XVII e pela Torre das Couraças - Lei n.º 1 766, DG, I Série, n.º 78, de 11-04-1925 Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924 Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 - ZEP - Portaria publicada no DG, II Série, n.º 52, de 2-03-1972		
<b>Inf. n.º:</b>	DRCALen-S-2013/305859 (C.S:851457)	<b>Cód. Manual</b>	
<b>N.º Proc.:</b>	Ex-DRE/2001/07-04/2965/PPA/5114 (C.S:109632)	<b>Data Ent. Proc.:</b>	11/02/2013
Diretora Regional de Cultura do Alentejo Aurora da Conceição Parreira Carapinha a 12/03/2013			
Concordo com o parecer condicionado à apresentação das volumetrias propostas no topo sul; apresentação do projeto das rampas de acesso à CME; redesenhar as passadeiras de peões ou mesmo suprimir dando prioridade ao peão; a cafetaria não deve exceder os 3,50m			
Diretor de Serviços dos Bens Culturais da DRCALen António Carlos Sousa da Silva a 12/03/2013			
Concordo com a proposta de parecer favorável, condicionado nos termos da informação			
<b>INFORMAÇÃO</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO E ANTECEDENTES</b>		CS: 109632	
O presente processo diz respeito ao estudo prévio de reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal em Estremoz, promovido pela Câmara Municipal de Estremoz.			
<b>CHARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA</b>			
Pretende-se a reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal em Estremoz, com uma intervenção minimalista, com o objetivo de valorização de alguns dos seus elementos fundamentais. Em toda a sua área norte, que sofreu intervenção recente (2001/2004) prevê-se apenas pequenas ações de valorização, como por exemplo a plantação de árvores em falta nos alinhamentos existentes. Na zona sul prevê-se essencialmente a valorização do adro da Igreja dos Congregados, com o conseqüente reordenamento da zona pedonal envolvente, assim			
Rua de Burgos, 5 • 7000 - 863 ÉVORA • Tel.: 266 769 800 - 266 796 450 • Fax: 266 769 451 email: info@cultura-alentejo.pt			

Fonte: CMETz

## ANEXO CLVI

Figura 173 – Informação / parecer favorável condicionado da DRCA relativo à “Reabilitação paisagística do Rossio Marquês de Pombal, em Estremoz”, p.2

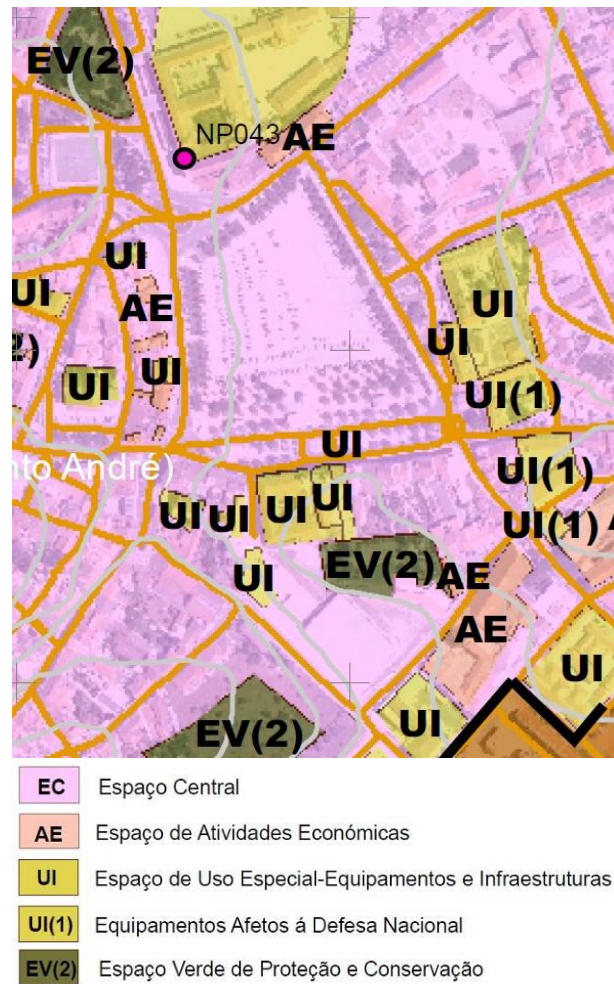
	<b>GOVERNO DE PORTUGAL</b>	<b>SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA</b>		
Direção Regional de Cultura do Alentejo				
<p>como a definição de regras e critérios para a ocupação do espaço com quiosques e outros equipamentos, procurando-se a sua contenção volumétrica e a garantia de uniformidade e qualidade na sua imagem.</p> <p><b>ANÁLISE / FUNDAMENTAÇÃO</b></p> <p>Concorda-se com a generalidade das propostas apresentadas, devendo no entanto na fase consequente de desenvolvimento do projeto ter-se em consideração os seguintes pontos;</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Deverão ser explicitadas as novas volumetrias propostas em relação à frente construída no topo sul do Rossio, com reconhecido valor patrimonial, em cortes onde se possa aferir a sua relação com a sobreposição dos seus alçados.</li><li>2. As rampas de acesso ao edifício da Câmara e Igreja dos Congregados, carecem de projeto específico que deverá obter parecer das entidades que tutelam o Património Cultural.</li><li>3. O desenho de passeadeiras, demarcado sobre o pavimento elevado do adro da Igreja dos Congregados, é em nosso entender demasiado impositivo face aos valores patrimoniais em presença, e em termos de sinalização horizontal desnecessário, porquanto se entenderá que a prioridade ao peão deverá prevalecer em todo o trajeto de atravessamento do adro elevado. Deverá assim ser suprimido o seu desenho no pavimento.</li><li>4. A volumetria proposta para a nova cafeteria não deverá exceder os 3,5 metros de altura, de modo a se atenuar o seu impacto sobre a envolvente classificada e sobre proteção.</li></ol> <p>Por fim sugere-se a ponderação da utilização do pavimento em saibro em toda a envolvente da zona central do rossio com o alinhamento duplo de árvores, uma vez que se entende como mais adequado para a manutenção e reforço da identidade do espaço urbano em presença.</p> <p><b>PROPOSTA DE PARECER</b></p> <p>Face ao exposto proponho a emissão de <b>PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO</b> tendo em conta o referido nesta informação.</p> <table><tr><td><b>DATA</b> 12.03.2013</td><td><b>TÉCNICO</b> Miguel Lima, Técnico Superior</td></tr></table> <p>Rua de Burgos, 5 • 7000 - 863 ÉVORA • Tel.: 266 769 800 - 266 796 450 • Fax: 266 769 451 email: info@cultura-alentejo.pt</p>			<b>DATA</b> 12.03.2013	<b>TÉCNICO</b> Miguel Lima, Técnico Superior
<b>DATA</b> 12.03.2013	<b>TÉCNICO</b> Miguel Lima, Técnico Superior			

Fonte: CMEtz



## ANEXO CLVII

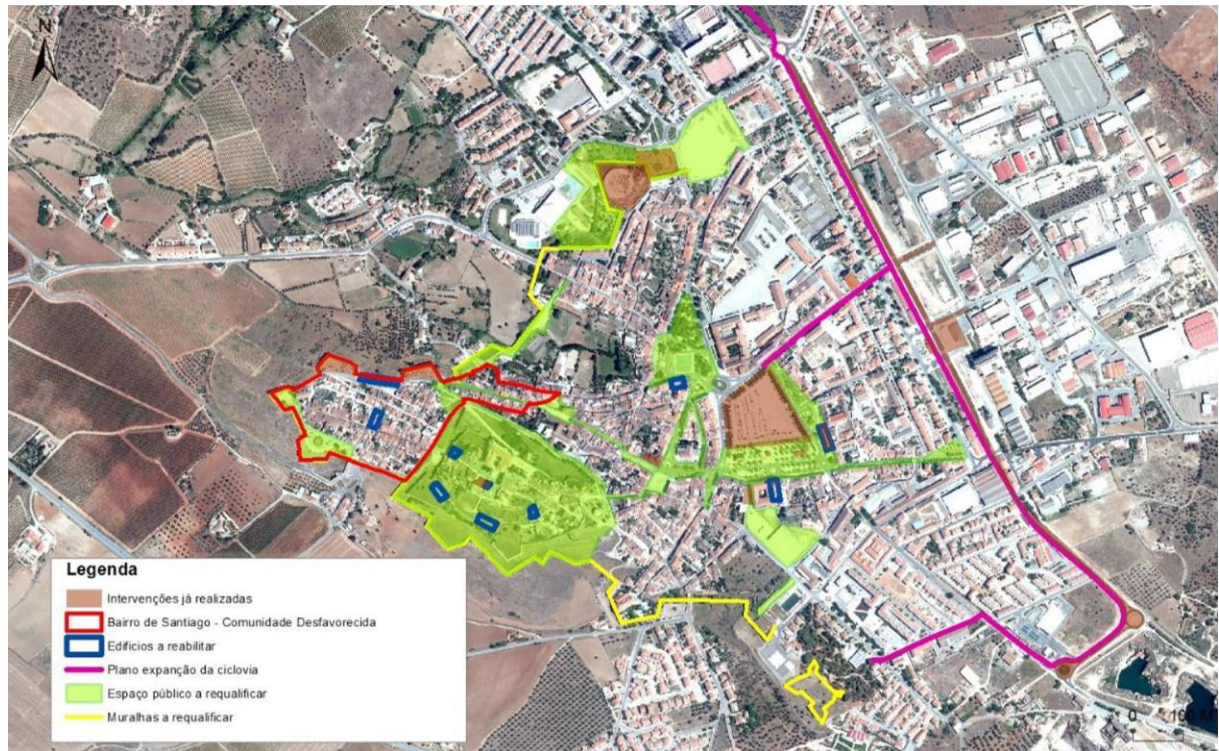
Figura 174 – Extrato da “Planta de Ordenamento do PDME” - 2015



Fonte: PDME de 2015, Arquipélago, p. 1.1, CMEtz

## ANEXO CLVIII

Figura 175 – Planta de “implantação da estratégia em Estremoz” do PEDU - 2015



Fonte: PEDU de 2015, p. 32, CMETz



## **ANEXO CLIX**

**Figura 176 – Vista aérea da Praça do Comércio – anos 50 do Séc. XX**



Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2014/10/>

**Figura 177 – Praça do Comércio [s.d.]**



Fonte: <https://menos1carro.blogs.sapo.pt/57742.html>